

ISSN:2318-4817

ALTUS

REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA
FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

CIÊNCIA



FACULDADE
CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

CIDADE DE JOÃO PINHEIRO
FACULDADE

FCJP

v.4
n.4
jan. a dez.
2016

ALTUS CIÊNCIA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade
Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN 2318-4817

Estrutura Organizacional

Direção Geral:

Dr. Paulo Cesar de Sousa

Instituição de Ensino

Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

Diretorias

Direção de Projetos: Dr. Sandro Pereira de Carvalho

Direção Jurídica: Dr. Cláudio Márcio Pessoa Giansanti

Coordenação Adiministrativa: Porfa. Ms. Daniela Cristina Silva Borges

Direção de Clínicas: Paulo César Segundo de Sousa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica: Dra. Maria Célia da Silva
Gonçalves

ALTUS CIÊNCIA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN 2318-4817

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

ALTUS CIÊNCIA - ISSN 2318-4817

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

EDITORA RESPONSÁVEL

Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Alexandra Maria Pereira –FCJP/USP

Profa. Dra. Alice Fátima Martins-UFG

Profa. Dra. Anna Christina de Almeida- UFMG

Prof. Dr. Carlos Ângelo de Meneses Sousa- UCB

Prof. Dr. César Francisco de Moura Couto- IFTM

Porfa. Ms. Daniela Cristina Silva Borges- FCJP

Porfa. Ms. Giselda Shirley da Silva – FCJP

Profa. Dra. Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral- UNIG

Profa. Dra. Jaqueline Santos Barradas-ESG

Profa. Dra. Jeane Medeiros Silva -UFRN

Prof. Dr. José Alberto Carvalho dos Santos Claro – UNIFESP

Prof. Dr. Leonardo Valandro Zanetti- UFES

Profa. Dra. Letícia Costa Rodrigues Vianna - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Prof. Dr. Luiz Síveres - Universidade Católica de Brasília - UCB

Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo- UFU

Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel- UFRRJ

Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves FCJP/UCB

Prof. Dra. Marilena Aparecida de Souza Rosalen- UNIFESP

Profa. Dra. Margareth Vetis Zaganelli-UFES

Profa. Dra. Priscilla Cardoso Rodrigues- UFRR

Prof. Dr. Rafael Reis Ferreira- UFRR

Profa. Ms. Rosa Jussara Bonfim Silva- UCB

Profa. Dra. Rossella Del Prete - Università degli Studi del Sannio- Benevento -Italia

Prof. Dr. Samuel de Jesus Duarte- IFTM

Profa. Dra. Silvia Salardi- Università degli Studi di Milano-Bicocca- Milão –Itália

Prof. Ms. Vandeir José da Silva -FCJP

Profa. Dra. Vera Lúcia Caixeta - UFT

CAPA:

Marcelo Araújo

Correspondências e artigos para a publicação deverão ser encaminhados a

ALTUS CIÊNCIA

Av. Zico Dornelas, 380 - Santa Cruz II - CEP 38770-000 - João Pinheiro/MG - Fone: (38)

3561-3900 E-mail: altuscienza.fcjp@gmail.com

CONSULTORES AD DOC

Prof. Dr.Alexandre Guida Navarro- UFMA

Prof. Dr.Augusto Rodrigues da Silva Junior –UnB

Prof. Dr.Carlos Roberto de Oliveira- Unesp

Prof. Dr. Frederico Alexandre Hecker –Mackenzie/ Unesp

Prof. Dr. João Gabriel Lima Cruz Teixeira- UnB

Prof. Dra.Vanessa Maria Brasil – UnB

FICHA CATALOGRÁFICA

Catlogação na fonte: Biblioteca central da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP

H918

ALTUS CIÊNCIA -Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, ano 4. n 4. v.1. Jan a Dez.2016.

367p.

Periodicidade: Anual- **ISSN 2318-4817**

1. Ciências da Saúde 2.Ciências Sociais

CDU: 3+ 61

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
EDITORIAL	12
CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	17
CARACTERÍSTICAS ADAPTATIVAS DO MEMBRO PELVINO DE TAPIRUS TERRESTRES (PERISSODACTYLA, TAPERIDAE)	18
Daniela Cristina Silva Borges	18
André Luiz Quagliatto Santos	18
Saulo Gonçalves Pereira	18
Wanderson Alves Pereira	18
Romário Alves Pereira	18
ERITROBLASTOSE FETAL: DIAGNÓSTICO E ASPECTOS IMUNOLÓGICOS	28
Mikaíla Luana Alves da Silva	28
José Onício Rosa da Silva	28
Hugo Christiano Soares Melo	28
ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE E INSERÇÃO NOS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA	42
Michelle Dayanne Souza	42
Raphael Cezar Carvalho Martins,	42
Rildo José Totoro	42
Marina Luiza dos Reis	42
Wemerson Pereira dos Santos,	42
Fernando Leonardo Diniz Souza	42

O SIGNIFICADO ESTATÍSTICO DO ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA (IMC) E UMA PROPOSTA REFLEXIVA PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	62
Eliana da C. M. Vinha	62
CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	71
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DE COMO É CONSTRUÍDA NA ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE JOÃO PINHEIRO	72
Bráulio Emilio Maciel Faria	72
Renata Suzelli Souza Gonçalves	72
GESTÃO DE MATERIAIS NA EMPRESA REFLORESTAR SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ARMAZENAGEM	99
Ronan Augusto de Matos	99
Unilson Gomes Soares	99
POLÍTICA DE COBRANÇA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS CAUSADOS PELOS TÍTULOS NÃO RECEBIDOS NA EMPRESA GE MAGAZINE LTDA	122
Marcos Vinícius Cordeiro de Abreu	122
Unilson Gomes Soares	122
O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E O REQUISITO DE RENDA PER CAPTA PARA SUA CONCESSÃO	143
Érica Vieira Lopes Rosa	143
Julio Cesar Tolentino Barbosa	143
HOMENS DE NEGÓCIOS: A TRAJETÓRIA DE JOVENS PORTUGUESES DE PASSAGEM PELA CAPITANIA DE MINAS GERAIS, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII	151
Alexandra Maria Pereira	151

INQUISIÇÃO, TORTURA E CONDENAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA PUNITIVA NO BRASIL COLÔNIA	175
Andréia Mello Lacé	175
MUSEU DE VOZES: ENTRE LEMBRANÇAS E NARRATIVAS, AS POSSIBILIDADES DE CONHECIMENTO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	191
Giselda Shirley da Silva	191
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	191
Rosângela Soares Braga Indelécio	191
REPRESENTAÇÕES DOS DEVOTOS DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO PARTO NA VILA DO MORRO EM SÃO FRANCISCO (MG)	208
João Gualberto Vieira Dias	208
Maria Célia da Silva Gonçalves	208
Margareth Vetis Zaganelli	208
EMBASAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE A CULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO	230
Vandeir José da Silva	230
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida	230
DESENHOS ANIMADOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL MORANGUINHO: UM ESTUDO DE CASO	246
Cornélia Aparecida Costa	246
Maria da Conceição Ferreira	246
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira	246
AS LEIS AMBIENTAIS COMO FATOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR	264
ErasmO Oliveira Mota	264
Saulo Gonçalves Pereira	264

Luciene Maria de Souza	264
A MATEMÁTICA FINANCEIRA COMO DISCIPLINA NO ENSINO MÉDIO	279
Ítalo Abel Santana	279
Fábio Martins de Oliveira	279
INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO – NOVOS MODELOS	295
Osnir Martins Rodrigues	295
A DESVALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES NO BRASIL	308
Sabrina Aparecida de Oliveira	308
Eremita Marques Nogueira Barbosa	308
Márcia Helena Rodrigues de Matos	308
LIDERANÇA ESCOLAR: O PAPEL DO LÍDER / DIRETOR ESCOLAR	322
Vasti Mendes da Silva Rocha	322
A SELEÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO EM PERÍODOS ANTERIORES AO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: ESTUDO DE CASO DE UBERLÂNDIA (MG)	334
Jeane Medeiros Silva	334
PREVENÇÃO AO USO DE CRACK: O PAPEL DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II NA ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS, CONTEÚDO DE BASE COMUM E LIVRO DIDÁTICO	345
Geralda dos Reis Bessa Soares	345
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira	345
CADERNO DE RESENHAS	361
“COISAS DO BRASIL” DE LEOPOLDINA	362
Caroline da Costa Moraes	362

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Cidade de João Pinheiro apresenta mais um número de sua *Revista Altus Ciência*. É uma publicação acadêmica com variados temas em consonância com a proposta pedagógica institucional, bem como dos cursos ofertados pela Instituição. Os autores são docentes da FCJP, discentes em parceria com docentes e convidados de outras instituições.

No decorrer de suas publicações a *Altus Ciência* tem oportunizado aos leitores o compartilhamento de pesquisas, que comprovam o extraordinário compromisso da FCJP com a Iniciação Científica. A pesquisa é uma excelente metodologia para a aquisição e construção do conhecimento. Por meio dela, dela o pesquisador descobre e cria. Com essa publicação, objetivamos suscitar a quebra do mito de que pesquisar é difícil, já que nossos autores a cada número apresentam-nos temas permeados de descobertas e questionamentos ao saber vigente, e acreditamos ser esse o papel do cientista-pesquisador.

A pesquisa como princípio científico é emancipatória, ela é também um diálogo cotidiano entre experiências empíricas e conhecimento científico que permite ao investigador não se restringir a meras repetições, mas esclarecer dúvidas já questionadas sob o foco de um novo olhar. Praticar a pesquisa não é somente produzir conhecimento, mas sim exercitar a curiosidade e a criatividade, com ela o pesquisador promove no leitor o discernimento sobre qualquer arcabouço proposto.

Segundo Pedro Demo, executar uma pesquisa é demonstrar que não se perdeu o senso pela alternativa, que a esperança é sempre maior que qualquer fracasso, que é sempre possível reiniciar. Acreditamos que pesquisar é “navegar por mares nunca dantes navegados”, uma vez que a cada objeto de estudo selecionado pelo pesquisador apresenta-se como uma provocação, um mar a ser conquistado. O grande desafio do pesquisador é utilizar-se da racionalidade e da “neutralidade” para propor contendas que gerarão novas pesquisas, as quais beneficiarão toda comunidade acadêmica, bem como sintonizará a sociedade com a cultura da pesquisa.

Dr. Paulo Cesar de Sousa
Diretor Geral da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

EDITORIAL

Com certa dose de boa vontade, é admissível que o leitor concorde com essa editora, afinal, para se fazer uma revista é preciso de seres humanos e ideias. Assim como também é necessário atentar para outras demandas. Portanto, agradecemos à FCJP pelo imensurável apoio financeiro e logístico para o desenvolvimento e a continuidade da *Revista Altus Ciência*. Agradecemos igualmente ao nosso leitor, que tem nos prestigiado, assim como agradecemos de forma muito especial aos autores desse quarto volume.

Por ser essa uma revista multidisciplinar, a sua organização foi feita a partir de três cadernos de artigos (Caderno de Ciências da Saúde, Caderno de Ciências Sociais, e Caderno de resenhas), subdivididos e agrupados de acordo com as suas ciências. O **Caderno de Saúde** está composto por quatro artigos assim distribuídos:

O primeiro artigo foi escrito pelos pesquisadores **Daniela Cristina Silva Borges, André Luiz Quagliatto Santos, Saulo Gonçalves Pereira, Wanderson Alves Pereira e Romário Alves Pereira**, que realizaram um estudo objetivando analisar as principais características adaptativas da coxa, perna e pé de *Tapirus terrestris*. Foram utilizados cinco exemplares de *T. terrestris* (Linnaeus, 1978) fixados em formaldeído a 10%. Para a análise osteológica, as peças foram radiografadas e os ossos macerados, identificados e analisados.

O segundo artigo se filia à **Biomedicina** e foi escrito por **Mikafla Luana Alves da Silva; José Onício Rosa da Silva e Hugo Christiano Soares Melo**. De acordo com os pesquisadores, este artigo teve o objetivo de estudar a doença hemolítica do recém-nascido, com evidência nos possíveis diagnósticos e levantamento dos aspectos imunológicos. No entanto, é uma situação que ocorre com o acompanhamento ineficiente das gestantes e/ou administração tardia da imunoglobulina. Neste sentido, este trabalho é relevante para explicar a importância do conhecimento preventivo, do acompanhamento durante a gestação e o tratamento após o nascimento, dando base para futuros estudos e esclarecimento da doença.

Eliana da C. M. Vinha teve por objetivo descrever o significado estatístico das variáveis peso e altura para o cálculo de IMC – Índice de Massa Corpórea de alunos de uma academia em João Pinheiro – MG, a fim de promover atitudes reflexivas sobre a importância da atividade física para jovens e adultos. A amostra foi composta por 20 alunos, sendo 10 homens e 10 mulheres. Foram selecionadas 10 fichas de cada gênero. Os itens inclusivos para participar da pesquisa foi o aluno ser praticante de alguma modalidade esportiva na Academia X, e ter a idade entre 20 a 30 anos e ter na ficha a altura e o peso corporal.

O grupo de pesquisadores **Michelle Dayanne Souza, Raphael Cezar Carvalho Martins, Rildo José Totoro, Marina Luiza dos Reis, Wemerson Pereira dos Santos e Fernando Leonardo Diniz Souza** demonstraram que a inserção do fisioterapeuta na saúde pública é um processo constante, sendo capaz de atuar nas diversas abordagens executadas tanto pela Atenção Básica à Saúde (ABS) quanto pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

O Caderno de **Ciências Sociais** foi organizado em quatro seções, a primeira está composta de quatro artigos da **Administração** composta dos seguintes artigos:

Bráulio Emilio Maciel Faria e Renata Suzelli Souza Gonçalves apresentaram como foco principal deste trabalho uma análise de como a imagem da Administração de Recursos Humanos é construída na Associação Educacional de João Pinheiro, tendo como objetivo fornecer informações detalhadas demonstrando qual é o papel que o Departamento de Recursos Humanos executa na empresa e assim reduzir a representação de medo dos colaboradores para incentivar o trabalho em equipe e melhorar a administração do setor.

O segundo artigo dessa seção foi escrito por **Ronan Augusto de Matos e Unilson Gomes Soares**, os autores buscaram demonstrar que a gestão de estoques é de grande importância dentro da empresa, seja ela pública ou privada. Esta pesquisa concentra na gestão de estoques do almoxarifado da empresa Reflorestar Serviços Florestais avalia as técnicas usadas para gerir os estoques utilizados dentro da organização e no que se diz sobre a armazenagem destes produtos, até o ponto de ser realizada uma nova compra, e propõem mudanças de cultura dos colaboradores, apresentando fundamentos teóricos em gestão de estoque nos almoxarifados que se compromete a colaborar com uma boa administração do almoxarifado da Reflorestar para que se possa ter eficiência em serviços oferecidos, que enfatiza o quanto é importante sua empresa ter conhecimento para que possa de uma forma mais sólida e lucrativa gerenciar melhor os seus produtos para que consecutivamente tenha excelência em serviços prestados.

O Terceiro artigo, de autoria dos administradores **Marcos Vinícius Cordeiro de Abreu e Unilson Gomes Soares**, teve por objetivo geral investigar os impactos causados pelos títulos não resgatados na empresa universo da pesquisa e os resultados que surgem a partir desse processo de cobrança. Eles realizam um estudo de caso na metodologia de uma pesquisa qualitativa que utilizou métodos quantitativos. Eles aplicaram um questionário ao gestor e percebeu-se que a empresa possui um plano de cobrança baseado em uma financeira

e que utiliza de ferramentas para diminuir os impactos e reter os clientes após essa negociação.

Na seção de Direito **Érica Vieira Lopes Rosa e Júlio Cesar Tolentino Barbosa** procuram compreender o conceito do Benefício de Prestação Continuada, o requisito de miserabilidade utilizado para sua concessão, bem como o novo parâmetro estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal ante as atuais políticas dos programas de divisão de renda em vigor, tendo em vista maior elasticidade do requisito renda per capita. Também como dados de estimativa, foram demonstrados os benefícios concedidos a idosos e deficientes no ano de 2014 na cidade de João Pinheiro.

A seção de **História** foi constituída de cinco artigos, a saber:

Alexandra Maria Pereira analisa trajetórias de jovens portugueses que vieram para o Brasil entre as primeiras décadas do século XVIII. Esses portugueses tornaram-se agentes mercantis envolvidos com o vigoroso mercado de abastecimento interno, o qual foi desenvolvido com a exploração de ouro e diamantes na capitania de Minas Gerais. Mediante os lucros obtidos com alguns anos de atuação no aludido comércio e a inserção em redes mercantis transatlânticas, esses indivíduos ascenderam economicamente e se tornaram homens de negócios.

Andréia Mello Lacé buscou evidenciar que, apesar das especificidades da administração e dos costumes coloniais, o Tribunal do Santo Ofício, impulsionado pelos ideais da Contrarreforma, aplicou diferentes mecanismos de tortura para calar todos aqueles se contrapunham à hegemonia do pensamento católico.

Giselda Shirley da Silva, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida e Rosângela Soares Braga Indelécio discutiram referente à memória, história e o acervo do “Museu de Vozes” de João Pinheiro, Minas Gerais. Demonstraram que o Museu é composto por uma coletânea de entrevistas com pessoas que ajudaram a construir a história do local e regional. A pluralidade de entrevistas que o compõem nos incita a pensar sobre a sua constituição, contribuição social e pesquisa, bem como, a forma como tem sido usado como espaço educativo, contribuindo para a preservação da cultura, construção identitária.

Analisar o processo de construção/ reconstrução da festa de nossa Senhora do Parto na Vila do Morro, distrito de São Francisco, no Estado de Minas Gerais (MG), no sentido de desvelar como esta manifestação festivo/religiosa vem sendo ressignificada ao longo do tempo, e repassada às gerações futuras, foi a proposta dos historiadores **João Gualberto Vieira Dias, Maria Célia da Silva Gonçalves e Margareth Vetis Zaganelli**.

Vandeir José da Silva e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida estabeleceram por objetivo a realização de reflexões e compreensão do conceito de cultura. Esperamos que a partir do mesmo, o leitor consiga entrelaçar teoria antropológica/educação e a perceba como resultado da produção cultural.

A seção de **Educação** foi composta de nove artigos, distribuídos da seguinte maneira:

Cornélia Aparecida Costa, Maria da Conceição Ferreira e Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira tiveram como objetivo analisar quais as contribuições do desenho animado na Educação Infantil; descrever a importância desse recurso para uma educação inovadora; apontar quais as contribuições dos desenhos animados percebidas pelos professores.

ErasmO Oliveira Mota, Saulo Gonçalves Pereira e Luciene Maria de Souza retrataram a importância da educação ambiental como tema a ser trabalhado nas escolas, citando importantes leis ambientais como: a Lei de Crimes Ambientais, e o Novo Código Florestal, desta forma fazendo uma breve análise sobre as mesmas, não de forma a citar suas sanções e punições, mas sim usá-las como instrumento de ajuda para compreender melhor a importância, da preservação e conscientização, quanto ao meio ambiente.

Ítalo Abel Santana e Fábio Martins de Oliveira objetivaram fazer um estudo de maneira qualitativa perante a importância da matemática financeira ao longo do seu conceito histórico; obter informações sobre o estudo das propostas educacionais no ensino médio que envolva a matemática financeira, suas metodologias e instrumentos de trabalho; fazer um estudo crítico das consequências aos alunos da falta de entendimento da matemática financeira pós ensino médio.

Osnir Martins Rodrigues visou mostrar a importância da inovação tecnológica no ambiente escolar e na interação do professor com o aluno, posicionando o aluno como protagonista no processo de aprendizagem. Segundo ele não existe possibilidade de uma verdadeira transformação e melhorias na educação em todos os níveis se não estiver intrínseco neste processo, grandes investimentos na inovação com novas ferramentas, aplicativos, software entre outros.

Sabrina Aparecida de Oliveira, Eremita Marques Nogueira Barbosa e Márcia Helena Rodrigues de Matos objetivaram investigar e relatar a importância dos profissionais da educação na formação da sociedade, verificando os principais fatores que contribuíram para a atual desvalorização dos mesmos.

Vasti Mendes da Silva Rocha analisou a necessidade de o diretor educacional conhecer e influenciar sua equipe a produzir bons resultados. Desta maneira o diretor escolar

por sua vez necessita considera que a participação da equipe é fundamental e que todos devem estar atentos aos sucessos da escola e aos problemas que possam vir a surgir.

Jeane Medeiros Silva fez uma pesquisa relacionada ao ano de 2004, em Uberlândia (MG), em que demonstrou que a escolha do livro didático de Geografia para o Ensino Médio se dava por aspectos econômicos e não necessariamente por critérios pedagógicos.

Geralda dos Reis Bessa Soares e Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira investigaram sobre o papel do professor de Ciências e a escola na prevenção do uso das drogas, especificamente o crack, que hoje torna-se frequente entre crianças e adolescentes e muitas vezes esses não são orientados nas escolas sob o mal para suas saúdes.

O Caderno de Resenha está constituído por um trabalho de autoria de **Caroline da Costa Moraes**. Suas reflexões sobre a obra **Leopoldina: Uma vida pela Independência** Demonstrando que a escritora austríaca Roseli Von Sass descreve leve e de forma espiritualizada sobre a maturidade de Leopoldina, aquela que veio a ser esposa de Dom Pedro I. Através de um casamento planejado pelos que rodeavam as coroas portuguesas e austríacas, em busca de postos e status sociais. O casamento planejado com duas coroas respeitáveis rendia benefícios sociais e econômicos vitalícios àqueles que opinavam e ajudavam na concretização do enlace. Era importante participar das decisões que uniriam as duas potências em um terceiro país, o Brasil.

A Faculdade Cidade de João Pinheiro reconhece que o momento atual é de um despertar na busca de alternativas para a vida em sociedade. Aqui vemos o papel do cientista, daquele que pesquisa no campo das ciências da Saúde e Sociais rumos novos para a sociedade. Socializar o que é produzido nestas áreas, sob variados aspectos, é dar significativa contribuição na busca de soluções. Os textos publicados neste número de **ALTUS CIÊNCIAS** percorrem vários segmentos das mais diversas ciências e pontuam para respostas que se possam dar na análise contextualizada das mais diferentes dimensões sociais. A sua leitura reflexiva irá proporcionar uma maneira mais esperançosa de se olhar a sociedade na ótica transformadora proposta pelas ciências.

Na oportunidade, queremos apresentar, aos autores da casa, que escreveram os textos deste volume, e aos demais pesquisadores de outras universidades, o nosso apreço pela grande contribuição dada à nossa Academia, com suas publicações científicas.

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

CARACTERÍSTICAS ADAPTATIVAS DO MEMBRO PELVINO DE *Tapirus terrestris* (PERISSODACTYLA, TAPERIDAE)

Daniela Cristina Silva Borges*
André Luiz Quagliatto Santos**
Saulo Gonçalves Pereira***
Wanderson Alves Pereira****
Romário Alves Pereira*****

Resumo: A espécie *Tapirus terrestris*, ou anta brasileira, é um mamífero da ordem Perissodactyla, sobre o qual existem poucos estudos relacionados às suas características adaptativas. O estudo objetivou analisar as principais características adaptativas da coxa, perna e pé de *Tapirus terrestris*. Foram utilizados cinco exemplares de *T. terrestris* (Linnaeus, 1758) fixados em formaldeído a 10%. Para a análise osteológica as peças foram radiografadas e os ossos macerados, identificados e analisados. Para a análise muscular, os músculos foram dissecados, segundo as técnicas usuais em anatomia macroscópica, identificados e analisados. A anta é um cursorial, devido ao seu calcâneo desenvolvido com três dígitos no membro posterior, o que facilita que o mesmo seja acelerado ou parado com maior facilidade. Os pés das antas têm sido adaptados para execução de movimentos em um ambiente mais fechado. Possui características específicas de locomoção e a massa dos membros reduzida. O aparelho locomotor da anta apresenta características morfológicas para locomoção cursorial adaptadas a ambientes florestais que podem ser caracteres adaptativos, devendo ser consideradas as variações ou respostas ao ambiente.

Palavras-chave: Adaptação. Anta. Locomoção.

Abstract: The specie *Tapirus terrestris*, or Brazilian tapir, is a mammal of the order Perissodactyla, which there are few studies related to its adaptive characteristics. The study aimed to analyze the adaptive characteristics of the thigh, leg and foot of *Tapirus terrestris*.

* Graduada em Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, especialista em Didática e Docência do Ensino Superior, Mestre em Ciências Veterinárias Saúde Animal, Doutoranda em Ciências Veterinárias Saúde Animal. E-mail: danybio@hotmail.com

** Graduado em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Uberlândia (1983) Mestre em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres pela Universidade de São Paulo (1990) Doutor em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres pela Universidade de São Paulo (1992). Coordenador Técnico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Animais Silvestres (LAPAS) da UFU. E-mail: quagliatto.andre@gmail.com

*** Graduado em Ciências Biológicas Licenciatura e Bacharelado, especialista em Didática e Docência do Ensino Superior e Gestão Ambiental, Mestre em Ciências Veterinárias Saúde Animal, Doutorando em Ciências Veterinárias Saúde Animal. E-mail: saulobiologo@yahoo.com.br

**** Graduado em Ciências Biológicas Licenciatura, Pós-Graduando em Gestão Ambiental pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP), Técnico em Meio Ambiente. E-mail: wandersonbiologo2015@gmail.com

***** Graduado em Ciências Biológicas Licenciatura, Pós-Graduando em Gestão Ambiental pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). E-mail: romarioalvespop@gmail.com

We used five copies of *T. terrestris* (Linnaeus, 1978), fixed in 10% formaldehyde. For the osteological analysis specimens were radiographed and bones were macerated, identified and analyzed. For the muscular analysis, muscles were dissected according to the usual techniques in gross anatomy, identified and analyzed. The tapir is a cursorial because of its developed calcaneus with three-digit located in the hind limb, which makes it easier to be accelerated or stopped. The tapirs feet have been adapted to perform movements in a closed place. It has a specific character of locomotion and reduced mass in members. The tapirs locomotor system presents morphological characteristics for cursorial locomotion adapted to forest environments that can be adaptive characters, and should be considered variations or responses to the environment.

Keywords: Adaptation. Tapir. Locomotion.

INTRODUÇÃO

Atingir uma forma de vida terrestre foi um dos acontecimentos mais significativos na história dos vertebrados. Como em todas as outras origens de táxons principais, a evolução foi em mosaico com diferentes caracteres evoluindo com diferentes taxas. Em ponto algum houve o surgimento de um novo osso, todos os elementos esqueléticos são modificados dos anfíbios e mesmo dos crossopterígeos, por fusão ou mudanças no tamanho e na forma. Em muitos casos é possível discernir uma razão adaptativa para as mudanças evolutivas, especialmente em termos de locomoção e de alimentação, e muitas dessas funções foram progressivas, associadas com funções mais acentuadas ou mais eficientes (TRIQUES; CHRISTOFFERSEN, 2009).

Adaptação é o processo evolutivo em que um organismo se ajusta a um modo de vida num determinado ambiente, ou permanece ajustado enquanto o ambiente se transforma gradualmente. Todos os indivíduos e espécies estão adequadamente adaptados enquanto sobrevivem. As adaptações podem ser adquiridas ou herdadas. Fica estabelecido ou implícito que as adaptações são caracteres estruturais ou comportamentais que contribuem para a sobrevivência da espécie através da seleção natural (HILDEBRAND, 1995).

As características anatômicas dos músculos podem fornecer diversas informações sobre o hábito alimentar da espécie, a força e o comportamento reprodutivo. Através da contração de determinado músculo é possível promover determinados tipos de movimentos que são efetuados por células especializadas, denominadas fibras musculares, cuja energia latente é ou pode ser controlada pelo sistema nervoso (PIERI, *et al.* 2012).

Os ungulados (Ordens Artiodactyla - cervídeos, bovídeos, suídeos, dentre outros; Perrisodactyla - antas, rinocerontes e cavalos) se originaram dos Condilarthra, grupos de

herbívoros dominantes no Paleoceno que deram origem a outras linhagens de grandes mamíferos como Proboscidea (elefantes), Cetaceas (baleias e golfinhos) e Sirenia (peixes-boi) (CORDEIRO, 2004).

As características principais dos ungulados é a estrutura do membro, onde os ossos metapodiais tem tendências a serem fundidos, formando uma única estrutura. Geralmente apresentam uma redução no número de dedos, onde suas extremidades são cobertas com cascos, que são estruturas queratinizadas (CORDEIRO, 2004).

As antas são ungulados pertencentes à ordem Perissodactyla, possuem coloração geral cinza-amarronzada com uma pelagem curta. Ao longo da cabeça e do pescoço possui uma faixa de pelos rígidos e grossos formando uma espécie de crina mais escura. Alimentam-se de folhas, frutos e raízes e habitam áreas florestadas densas e nas encostas de morros, sempre próximos à água. O seu focinho é em forma de uma tromba móvel, e é considerada o maior mamífero terrestre do Brasil (MORO-RIOS, *et al.* 2008).

O estudo das características adaptativas das espécies podem fornecer dados importantes sobre a evolução e adaptação para os diferentes tipos de habitats fornecendo também dados relativos as relações filogenéticas com outros organismos. Portanto tal estudo objetivou analisar as principais características adaptativas do aparelho locomotor de *Tapirus terrestris*.

MATERIAL E MÉTODO

Foram utilizados cinco exemplares de *T. terrestris* adultos (Linnaeus, 1978) pertencentes ao acervo didático-científico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Animais Silvestres da Universidade Federal de Uberlândia (LAPAS-UFU). Os espécimes foram fixados em solução aquosa de formaldeído a 10% (a partir da solução comercial a 37%) e conservados em cubas opacas contendo a mesma solução.

Para a análise das características ósseas, as peças anatômicas foram radiografadas e em seguida maceradas em água fervente e posteriormente colocadas em solução de peróxido de hidrogênio por 12 horas, para clareamento das mesmas. Depois de limpos e secos, os ossos foram identificados e analisados.

Já para a análise muscular inicialmente foi feita a retirada da pele e do excesso de tecido adiposo, os músculos foram expostos e dissecados, segundo as técnicas usuais em anatomia macroscópica, posteriormente foram identificados e analisados.

O registro fotográfico foi feito com câmera digital (Kodak Easyshare C813, 8,2 megapixels), as fotos foram editadas com o programa Adobe Photoshop CS5 Extended Portable. O procedimento foi aprovado pela Comissão de Ética na Utilização de Animais da Universidade Federal de Uberlândia, através do parecer nº 069/12 (ANEXO I) e está de acordo com a Instrução Normativa 154/2007 do IBAMA (ANEXO II).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

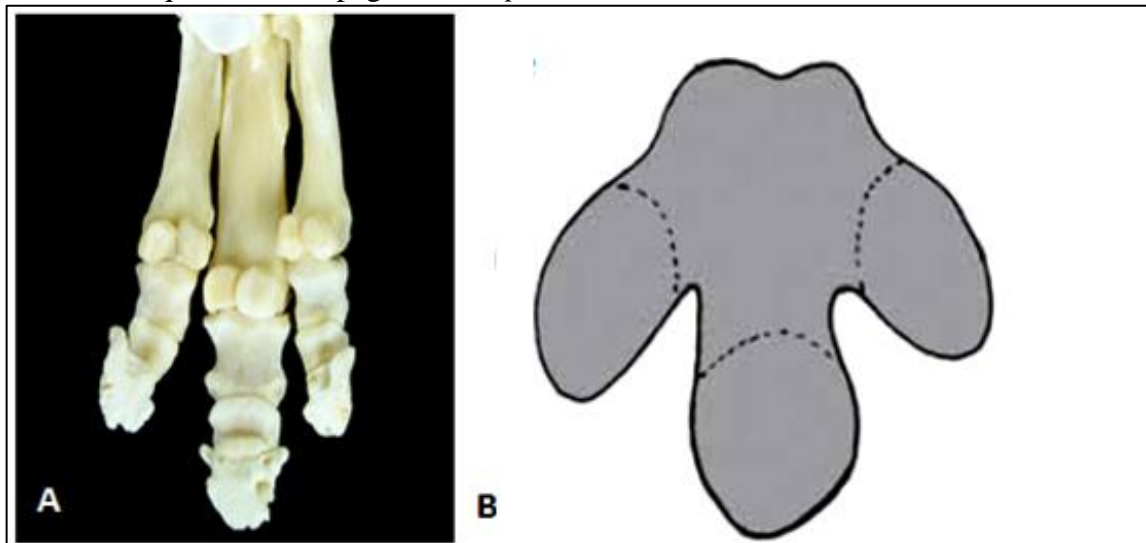
Os ossos do membro pelvino de *Tapirus terrestris* constituem quatro segmentos; a cintura pelvina (osso do quadril), a coxa (fêmur e patela), a perna (tíbia e fíbula) e o pé (tarso, metatarso e falanges).

A coxa de *T. terrestris* é composta pelos músculos; m. tensor da fáscia lata, m. bíceps femoral, m. semitendíneo, m. semimembráceo, m. grácil, m. pectíneo, m. quadríceps femoral, m. sartório e m. adutor. A perna e o pé são constituídos pelos músculos flexor digital lateral, m. extensor digital lateral, m. extensor digital longo, m. fibular terceiro, m. extensor digital curto, m. flexor digital superficial, m. tibial cranial, m. interósseos, m. flexor digital medial, m. tibial caudal, m. poplíteo e m. extensor digital curto, gastrocnêmico, sóleo e lumbricais. O conjunto ósseo e muscular forma o aparelho locomotor pelvino, que será responsável por parte da locomoção da espécie.

Os tetrapodes sofreram ao longo das gerações adaptações para se ajustarem aos diferentes tipos de habitats. Uma das alterações que ocorreram nos tatrapodes voltadas a locomoção está relacionada com a posição do pé. A mudança na posição de plantígrada para digitígrada e unguigrada efetivamente causou um alongamento na perna e aumento do comprimento do stride, juntamente com o aumento do tamanho dos dedos e a redução no seu número (VARELA, 2010).

Segundo Pough (2008), os carnívoros geralmente perdem o dígito 1, mas, por outro lado, comprimem os dedos em conjunto ao invés de reduzi-los em número. Os artiodátilos reduzem ou perdem os dígitos 1, 2 e 5, se tornando animais efetivamente de quatro dedos, como os porcos, ou de dois dedos, como os veados. Os perissodátilos perdem os dígitos 1 e 5 e reduzem os dígitos 2 e 4, se tornando animais com três dedos, como as antas (Figura 1), ou com um único dígito, como um cavalo. Nas antas, assim como nos demais animais, essa redução no número de dígitos talvez ocorra para diminuir o peso do membro, de forma que o mesmo possa ser acelerado ou parado com maior facilidade.

Figura 1 – (A), Fotografia dos ossos do pé de *Tapirus terrestris*, vista plantar. (B), Desenho esquemático da pegada de *Tapirus terrestris*.

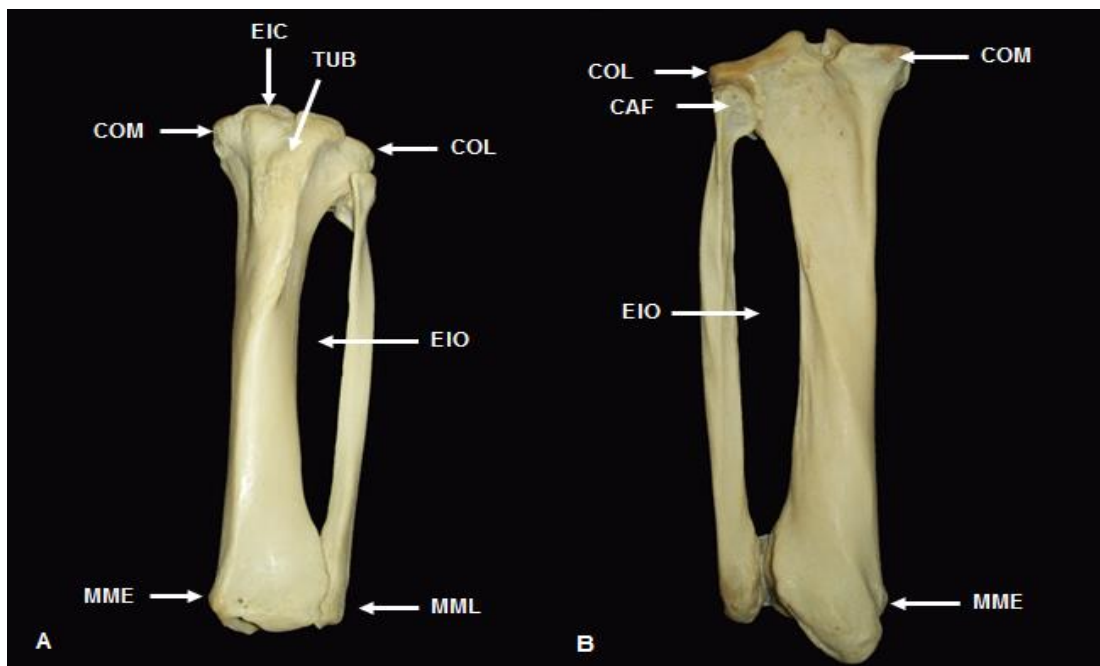


Fonte: MORO-RIOS, 2008.

As antas têm permanecido praticamente inalteradas desde o Eoceno, recebendo o título de fósseis vivos. Diferenciando-se dos cavalos e rinocerontes, as antas têm quatro dedos funcionais no membro torácico e três no membro pelvino. Este arranjo oferece as antas duas vantagens, velocidade poderosa nas patas e capacidade de manobra através de substrato instável. Enquanto a evolução do cavalo tem seguido o extremo alongamento e redução distal dos membros, o que é um fator útil em terreno aberto, os pés das antas têm sido adaptados para execução de movimentos em um ambiente mais fechado (HAWKINS, 2011).

Ainda de acordo com autor supracitado enquanto um número reduzido de dígitos é o resultado da adaptação à corrida, que é importante em todo Perissodactyla, os pés das antas são ainda mais especializados e constituem uma maneira não compartilhada por qualquer outro mamífero, onde todas as espécies de antas têm o mesmo layout básico para os membros. Já a tíbia e fíbula permanecem não fundidas (Figura 2), e geralmente não têm facetas articulares bem desenvolvidas entre eles para movimento. Essas superfícies articulares, tais como aquelas encontradas em primatas, indicam uma tendência para supinação e pronação.

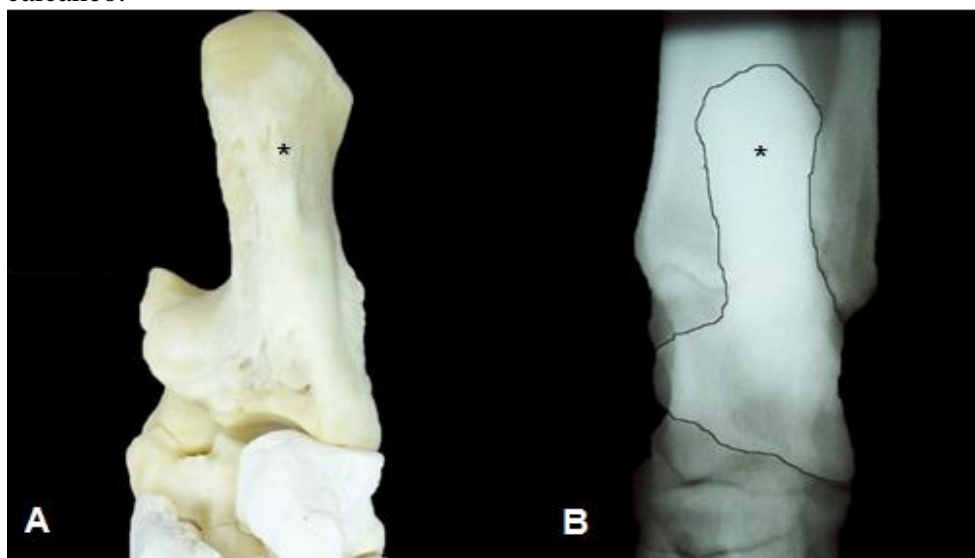
Figura 2 – Fotografia dos ossos tíbia e fíbula de *Tapirus terrestris*. (A), vista cranial; (B), vista caudal. TUB, tuberosidade da tíbia; COL, côndilo lateral; COM, côndilo medial; EIC, eminência intercondilar; MME, maléolo medial; MML, maléolo lateral; EIO, espaço interósseo; CAF, cabeça da fíbula.



Fonte: BORGES, Daniela. 2013.

As antas, assim como os demais Perrisodactylos, apresentam calcâneo desenvolvido (Figura 3) e o osso talus com um profundo sulco que limita os movimentos laterais dos membros pelvins, uma adaptação à cursorialidade. Essas características associadas às adaptações cursoriais os fazem adaptados a áreas onde podem se alimentar eficientemente e coexistir com predadores potenciais (CORDEIRO, 2004).

Figura 3 – (A), Fotografia dos ossos do pé de *Tapirus terrestris* (vista plantar). (B), Radiografia dos ossos do pé de *Tapirus terrestris*. *, osso calcâneo.

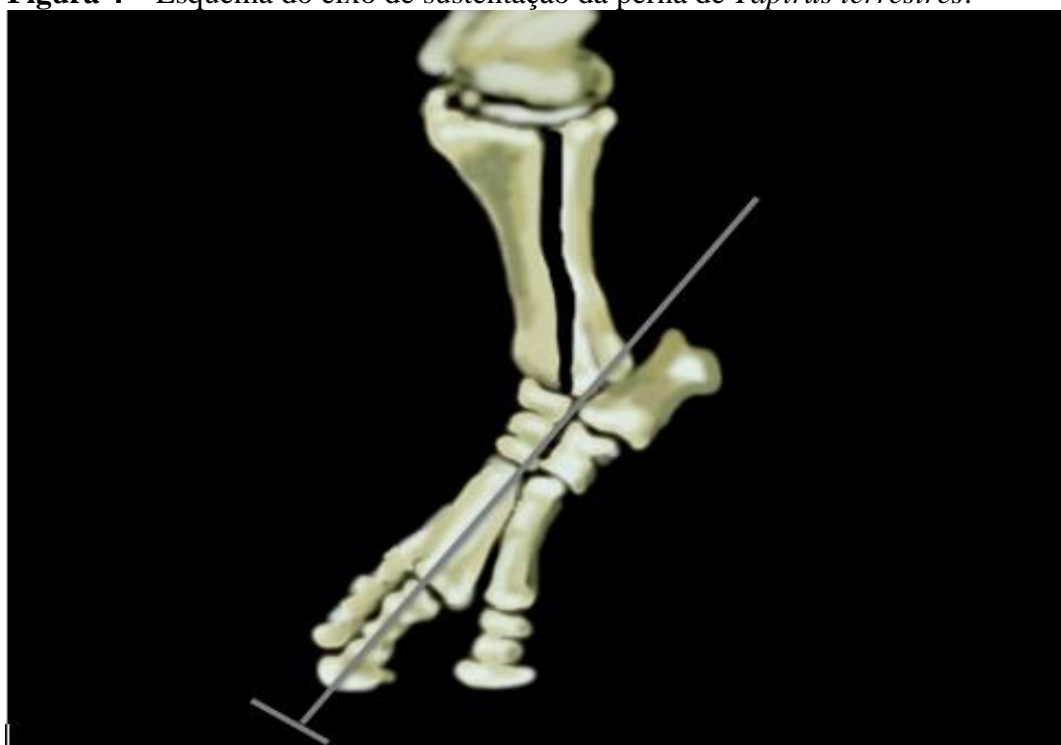


Fonte: BORGES, Daniela. 2013.

Dois pontos importantes relacionados às adaptações das antas e dos demais perissodáctilos foram as mudanças ocorridas para aumento da velocidade e a digestão herbívora, que leva os indivíduos a se deslocarem por grandes áreas a procura de alimento. A evolução para membros longos é convergente entre todos os animais adaptados para velocidade, que podem ser agrupados por sutis diferenças anatômicas dos pés. Embora o alongamento dos membros como uma adaptação cursorial seja um dos aspectos principais da evolução dos perissodáctilos, reversões podem ter ocorrido em determinados grupos como a família Tapiridae, que evoluiu para locomoção cursorial desenvolvendo a musculatura do membro de forma especializada para locomoções em ambientes tanto terrestres quanto aquáticos (HAWKINS, 2011).

As antas, assim como os demais Perissodactylos, mantêm uma característica importante de locomoção, que é o caráter mesoaxônico da estrutura dos membros locomotores, onde o eixo principal de sustentação passa pelo terceiro dedo, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4 – Esquema do eixo de sustentação da perna de *Tapirus terrestres*.



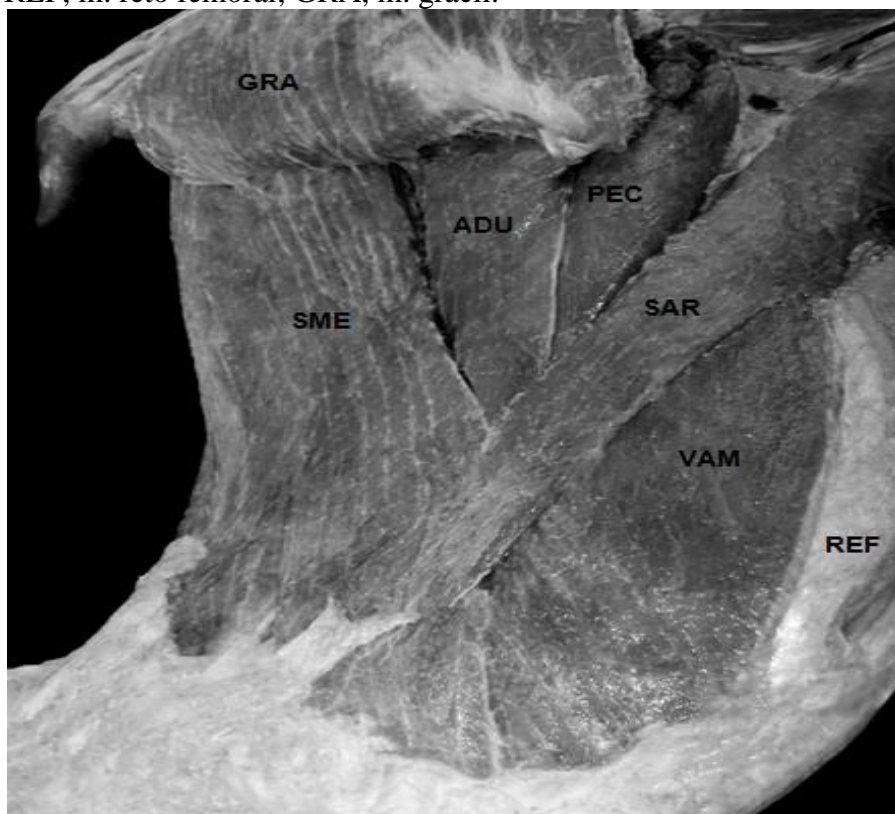
Fonte: BORGES, Daniela. 2013.

Esse eixo de sustentação mantém a postura mais ereta, onde em mamíferos de porte elevado com peso acima de aproximadamente 300 kg, como a anta, os estresses ósseos são

muito maiores e isso requer que os ossos se tornem extremamente robustos e que o animal perca agilidade (HICKMAN; ROBERTS; LARSON, 2009).

Segundo Hildebrand (1995) esse porte elevado faz também com que os grandes cursores, como a anta, reduzam ou eliminem muitos movimentos de oscilações. As patas devem oscilar para trás e para frente, mas os pés não se elevam muito, as costas são relativamente rígidas e o centro de massa sofre um deslocamento vertical menor. Os períodos sem apoio só podem se seguir á aceleração vertical, que é dispendiosa, de modo que as suspensões são reduzidas ou evitadas. A massa dos membros é reduzida de vários modos. Os adutores das patas são reduzidos ou são convertidos para movê-las na direção do deslocamento, explicando, assim, o fato dos *T. terrestris* possuírem o número de adutores reduzidos (Figura 5), quando comparado com os equinos.

Figura 5 – Fotografia dos músculos da coxa de *Tapirus terrestris*, vista medial superficial. SME, m. semimembranáceo; ADU, m. adutor; SAR, m. sartório; PEC, m. pectíneo; VAM, m. vasto medial; REF, m. reto femoral; GRA, m. grácil.



Fonte: BORGES, Daniela. 2013.

As modificações e adaptações que ocorreram nas antas permitiram-lhes ser mais rápidas e também mais estáveis em um ambiente florestal. Seus membros pelvins podem ter

se tornado tão especializados que mais mudanças podem ter ocorrido tendo um efeito deletério para a anatomia bem como o estilo de vida da espécie, pois como evidenciado em comparações com equinos os mesmos mantêm o estilo delgado e alongado das extremidades que são mecanicamente viáveis (HAWKINS, 2011).

Os pés dos perissodáctilos são sempre ferramentas adaptativas modificadas para correr, mas existem vantagens e desvantagens. Os cavalos são adaptados para abrir velocidade de planícies, enquanto as antas, por outro lado, são melhores adaptadas para navegar através da densa folhagem. Embora estas estratégias sejam diferentes, adaptações básicas que seriam para correr, como a redução de peso e alongamento do membro, são universais e dependentes dos aspectos do habitat ou do estilo de vida da espécie (HAWKINS, 2011).

CONCLUSÃO

O aparelho locomotor de *T. terrestris* apresenta características morfológicas para locomoção cursorial adaptadas a ambientes florestais, devido à espécie ser considerada um herbívoro e dispersor de sementes. Sendo assim, pequenas diferenças encontradas quando comparadas aos equinos, como a presença de três dígitos e de apenas um m. adutor nos membros pelvianos, podem ser caracteres adaptativos, devendo ser consideradas as variações ou respostas ao ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação.** Rio de Janeiro, 2011.

CORDEIRO, J. L. P. **Estrutura e heterogeneidade da paisagem de uma unidade de conservação no nordeste do Pantanal (RPPN SESC Pantanal), Mato Grosso, Brasil: Efeitos sobre a distribuição e densidade de antas (*Tapirus terrestris*) e de cervos-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*).** 2204.22f. Tese. Porto Alegre. UFRGS, Programa de pós-graduação em Ecologia. 2004.

HAWKINS P. L. **Variation in the Modified First Metatarsal of a Large Sample of *Tapirus polkensis*, and the Functional Implications for Ceratomorphs.** 2011. 100f. Graduate Thesis submitted to the Department of Biology, ETSU. 2011.

HICKMAN, C., ROBERTS, L., LARSON, A. **Princípios integrados da zoologia**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

HILDEBRAND, M. **Análise da estrutura dos vertebrados**. São Paulo. Atheneu, 1995.

INTERNATIONAL COMMITTEE ON VETERINARY GROSS ANATOMICAL NOMENCLATURE. **Nomina anatomica veterinária**. 5. ed. (rev.) Knoxville: World Association on Veterinary Anatomist, 2012. 177 p.

MORO-RIOS, R. F.; SILVA-PEREIRA, J. E.; SILVA, P. W.; MOURA-BRITTO, M.; PATROCÍNIO, D. N. M. **Manual de Rastros da Fauna Paranaense**. Instituto Ambiental do Paraná - IAP. 2008.

PIERI, N.C.G.; FLAMINI, A.M.; BARBEITO, C.G.; CASALS, J.B.; ROQUE, K.B.; FAVARON, P.O.; MIGLINO, M.A.; MARTINS, D.S. Forma e função dos músculos perineais da viscacha (*Lagostomus maximus*). **Pesquisa Veterinária Brasileira**, 32(2), 183-187, 2012.

POUGH, F., JANIS, C., HEISER, J. **A vida dos vertebrados**. 4ª ed. São Paulo: Atheneu Editora, 2008.

TRIQUES, Mauro L.; CHRISTOFFERSEN, Martin L. Exaptations in the conquest of land by Tetrapoda. **Gaia Scientia**, 3(2): 69 – 74, 2009.

VARELA, G. **Osteología y miología de los miembros anterior e posterior del venado de campo (*Ozotoceros bezoarticus*)**. 2010. 51 f. Tesina (Licenciatura en Ciencias Biológicas) – Universidad de La República Uruguay, Uruguay, 2010.

ERITROBLASTOSE FETAL: diagnóstico e aspectos imunológicos

Mikaíla Luana Alves da Silva *

José Onício Rosa da Silva **

Hugo Christiano Soares Melo ***

Resumo: A eritroblastose fetal também conhecida como doença hemolítica do recém-nascido, é causada pela incompatibilidade sanguínea entre o fator Rh+ e Rh-, podendo ser através do pai, transfusões sanguíneas, procedimentos invasivos que haja contato com o sangue. A doença ocorre quando o organismo materno gera anticorpos através do sistema imunológico contra o feto, acarretando hematopoiese, destruindo as células do mesmo, dependendo do grau de imunização materna. Gerando patologias, como, edema generalizado, paralisia cerebral, hepatoesplenomegalia, anemias graves, icterícias leves até doença mental, e morte durante a gestação ou após o parto. Este artigo teve o objetivo de estudar a doença hemolítica do recém-nascido com evidência nos possíveis diagnósticos e levantamento dos aspectos imunológicos. No entanto é uma situação que ocorre com o acompanhamento ineficiente das gestantes e/ou administração tardia da imunoglobulina. Neste sentido este trabalho é relevante para explicar a importância do conhecimento preventivo, do acompanhamento durante a gestação e o tratamento após o nascimento, dando base para futuros estudos e esclarecimento da doença.

Palavras-Chave: Eritroblastose Fetal. Aloimunização. Doença hemolítica do recém-nascido.

Abstract: Fetal erythroblastosis, also known as hemolytic disease of the newborn, is caused by blood incompatibility of Rh+ and Rh-, which may be through the father, blood transfusions or any invasive procedure that come in contact with blood. The disease occurs when the maternal organism produces antibodies by the immune system against the fetus, causing hematopoiesis, destroying his cells, according to the degree of maternal immunization. This generates pathologies such as, generalized edema, cerebral paralysis, hepatosplenomegaly, severe anemia, and even death during pregnancy or postpartum. This article focused to study the hemolytic disease of the newborn with evidence on possible diagnoses and survey of the immunological aspects. However, this situation occurs with inefficient monitoring of pregnant women and / or late administration of immunoglobulin. In this context, this work is relevant to explain the importance of preventive habits, like monitoring pregnancy and treatment after birth, giving the basis for future studies and explanations about the disease.

Keywords: Fetal Erythroblastosis. Isoimmunization. Hemolytic disease of the newborn.

* Graduada em Biomedicina pela Faculdade Patos de Minas – FPM. E-mail: mikailasilva@outlook.com

** Graduando do curso de Ciências Biológicas pela Faculdade Patos de Minas – FPM. E-mail: joseonicio@yahoo.com.br

*** Doutor em Genética e Bioquímica. Orientador e docente do curso de Biomedicina da Faculdade Patos de Minas – FPM. E-mail: hugo.some@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Doença Hemolítica Perinatal, também conhecida como eritroblastose fetal é uma doença de origem imunológica caracterizada por aglutinação e hemólise dos eritrócitos fetais. Na maioria dos casos justifica-se pela mãe possuir Rh negativo e o pai Rh positivo, sendo assim a criança herda caráter do pai Rh positivo, ocasionando a incompatibilidade entre a mãe e o feto. Cerca de 98% dos casos de aloimunização materna por antígenos não ABO são devidos ao fator Rh (D) e em torno de 2% outros antígenos atípicos como os fatores Kell, E ou C. (MANOLO, et al., 2004).

O antígeno D é mais imunogênico do que os outros antígenos do Sistema Rh, é expresso exclusivamente nas hemácias, onde existe outros antígenos como, (c) hr', (E) rh'', (e) hr'', (C) rh' e outros com propriedades hemolíticas. (MELLONE, 2011).

A produção materna de anticorpos anti-D se inicia logo após a primeira exposição ao antígeno D, nas subsequentes gestações com feto Rh positivos, os aloanticorpos anti-D, por serem da classe IgG atravessam a barreira placentária se ligando aos eritrócitos fetais, iniciando o processo hemolítico. A verificação laboratorial mostrará anemia variante com alta contagem de reticulócitos, o teste de antiglobulina (Coombs) positivo e a bilirrubina elevada, sendo o bebê Rh positivo. (SILVA, 2015).

Vai depender da quantidade de anticorpos maternos produzidos para definir o grau de hemólise, os efeitos da destruição podem ser mínimos, mas também podem ser severos, podendo ser uma hiperbilirrubinemia até uma anemia leve à moderada no útero, exigindo transfusões sanguíneas após o nascimento. (PEREIRA, 2012).

De acordo com Mellone (2011) durante um período prolongado, os anticorpos maternos possuem uma meia vida com média de 28 dias e podem permanecer na circulação do recém-nascido, em média de 2-3 meses de vida.

Todas as grávidas deverão determinar o seu grupo sanguíneo (ABO ou Rh), e serem testadas quanto à presença de anticorpos que poderão estar direcionados contra antígenos de origem paterna. Diante destes dados, o médico obstetra irá orientar a grávida, controlando a gestação com exames e outras medidas terapêuticas, nomeadamente, transfusão de eritrócitos in útero ou antecipação do parto. (NARDOZZA, et al., 2010).

Destacam-se entre as técnicas: Cordocentese com determinação de hemoglobina, fluxometria da artéria cerebral média, ecografia para rastreamento de eventual hidropisia,

determinação do perfil biofísico e amniocentese para espectrofotometria. (NARDOZZA, et al., 2010).

Após o parto em mulheres não sensibilizadas confere uma proteção superior a 95% dos casos, quando há a administração de imunoglobulina anti-D (Rhlg) até 72 horas. Não se mostrou eficaz outras medidas terapêuticas como a ingestão da membrana eritrocitária Rho (D) positiva por via oral ou a plasmaferese. (SÁ, 2006).

Exsanguíneotransusão e a fototerapia é a terapia convencional após o nascimento, onde o risco de mortalidade varia em relação antes do procedimento o quadro clínico do paciente. (MELLONE, 2011).

Descrevendo também os antígenos e anticorpos envolvidos. E verificando eventos adversos durante os procedimentos de exsanguineotransusão e aplicação de imunoglobulina inespecífica.

A doença diminuiu nos países desenvolvidos, mas no Brasil a sua incidência ainda é alta, em torno de 5 a 6 mulheres a cada grupo de 1.000 gestantes. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO, 2011). No entanto a eritroblastose fetal é uma situação que ocorre devido ao acompanhamento ineficiente das gestantes e/ou administração tardia da imunoglobulina.

Neste contexto o objetivo principal é revisar a literatura em relação à etiologia da eritroblastose fetal dando ênfase a genética e fisiologia da mesma. Citando as formas de diagnóstico da doença, variações nas práticas terapêuticas ao longo dos anos e seu impacto no prognóstico.

METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica sobre o tema Eritroblastose Fetal, com ênfase em sua genética e patofisiologia da mesma, através de pesquisas em publicações de monografias, dissertações, artigos científicos, revistas eletrônicas, encontradas em sites relacionados, tais como, Medline, PubMed, Scielo, Lilacs, entre outros. A pesquisa foi realizada dentro do período de março até setembro do ano de 2015, dentro do tema que foi definido. Com as seguintes palavras-chave: Eritroblastose Fetal. Aloimunização. Doença hemolítica do recém-nascido.

1.0 A DOENÇA HEMOLÍTICA PERINATAL

Segundo Pereira (2012), provavelmente a primeira descrição da Doença Hemolítica Perinatal foi pela parteira Loyse Bourgeois em 1609 na França, onde descreveu um parto gemelar cuja a mãe deu a luz a uma menina hidrópica que morreu logo após seu nascimento e de seu irmão que permaneceu vivo, mas tornou se fortemente amarelo e faleceu após alguns dias.

Desde então surgiu diversas manifestações clínicas e uma grande quantidade de nomenclaturas descritas.

Orth (1875) descreveu a impregnação amarela do cérebro de icterícia intensa, quadro a que Schmorl (1904) deu o nome de Kernicterus, termo ainda usado para indicar o quadro de sequelas neurológicas decorrentes da doença. As observações de Ashby (1884), Arkwright (1902) e Pfannenstiel (1908) descreveram formas graves de icterícia. (MELLONE, 2011).

Rautmann (1902) descreveu focos extramedulares de eritropoiese e presença de grande número de eritroblastos no sangue periférico, formas graves de icterícia neonatal e criou o termo eritroblastose fetal, ainda hoje empregado como sinônimo da doença. Gierke (1921) publicou estudo anatomopatológico completo de um neonato com hepatoesplenomegalia, icterícia nuclear, eritroblastemia intensa. (MELLONE, 2011).

Também muito interessante foram os trabalhos de Diamond, Blackfan e Baty (1932) que, com base no estudo anatomopatológico de natimortos em anasarca e neonatos com icterícia ou anemia grave, concluíram pela unificação das três formas clássicas da doença: a hidropsia fetal, a icterícia grave e a anemia grave do recém-nascido, atribuindo-as a variações de intensidade de ação do mesmo agente causal, ainda desconhecido na época. (MELLONE, 2011).

Ruth Darrow (1938) atribuiu a doença ao processo de imunização materna por antígeno possivelmente ligado à hemoglobina fetal. (MELLONE, 2011).

Smith em seguida denominou a Doença Hemolítica do feto e recém-nascido. Em fase de inclusão dos conhecimentos sobre ela o termo mais usado no momento é Doença Hemolítica Perinatal. (PEREIRA, 2012).

A primeira correlação de um anticorpo antieritrocitário envolvido contra o antígeno Rh foi relatada por Levine em 1939 por meio da investigação de uma reação hemolítica transfusional em uma puérpera devido à transfusão de hemácias ABO compatível de seu marido, após dar a luz a um natimorto. (NARDOZZA, et al. 2010).

No ano seguinte descreveram um antígeno por meio da imunização de cobaias e coelhos com hemácias de *macaco rhesus*, este soro obtido aglutinava aproximadamente 85% das hemácias humanas testadas e o determinante foi denominado de fator Rh. (NARDOZZA, et al. 2010).

Também em 1940, Wiener e colaboradores analisaram a mesma especificidade no soro das pessoas com ausência do mesmo determinante, que tinham recebido transfusões ABO compatíveis no passado. A partir de 1963 propuseram que o heteroanticorpo do coelho deveria ser denominado de anti- LW e o humano de anti- D. (NARDOZZA, et al., 2010).

Contudo, somente cinco sorotipos estão envolvidos com formas clinicamente significantes da DHPN: D, C, E, c, e, sendo que o antígeno D notoriamente o mais implicado nos casos de aloimunização, devido a sua maior antigenicidade. (BAIOCHI, 2009).

Atualmente mais de 49 antígenos foram identificados. (PEREIRA, 2012).

O antígeno D é o mais imunogênico do sistema sendo 20 vezes mais potente que o C. Aproximadamente 80 % dos indivíduos Rh negativo que recebem sangue Rh positivo irão produzir anticorpos anti-D após o primeiro contato e somente 7% a 8% dos indivíduos Rh negativo continuarão respondedores. (NARDOZZA, et al., 2010).

Sendo assim 98% dos casos de aloimunização materna por antígenos não ABO são devidos ao fator Rh (D) e em torno de 2% outros antígenos atípicos como os fatores Kell, E ou C. (SÁ, 2006).

Hoje sabemos que a Doença Hemolítica Perinatal resulta da passagem placentária de eritrócitos fetais para a circulação materna, portadores de antígenos de superfícies diferentes dos maternos. Após a exposição inicial a um antígeno eritrocitário o sistema imune materno produz anticorpos do tipo IgM, que devido ao seu elevado peso molecular não atravessam a placenta. (SÁ, 2006).

Quando ocorre uma segunda exposição a esse antígeno, é desencadeada uma produção acelerada e cheia de anticorpos do tipo IgG, de baixo peso molecular, que atravessam a barreira placentária e se ligam aos eritrócitos fetais. Os eritrócitos portadores de um número suficiente de moléculas de anticorpo são então destruídos no sistema reticulo- endotelial do feto ou recém- nascido. (MANOLO, et al., 2004).

O nível de sensibilização materna é proporcional à quantidade de hemácias Rh positivas em sua circulação sanguínea, onde pode acontecer por outras formas como

transfusão feto-materno durante a gravidez, transfusão de sangue incompatível, placenta abrupta, traumatismo abdominal, aborto espontâneo ou provocado, algumas técnicas invasivas, como a amniocentese e a cordocentese, e atualmente merece destaque o uso de drogas ilícitas injetáveis, onde o usuário Rh positivo possa ter utilizado a seringa. (MANOLO, et al., 2004).

Na isoimunização Rh, após a passagem de anticorpos anti-D para a circulação fetal, assiste-se à sua fixação nos eritrócitos maduros, provocando hemólise. Se esta for prolongada surge uma anemia grave no feto, o que estimula a produção da eritropoetina fetal, e conseqüentemente a eritropoese medular e extramedular (fígado, baço, medula óssea). (MANOLO, et al., 2004).

O volume sanguíneo da circulação feto-materna aumenta progressivamente ao longo da gravidez. Devido a este aumento de volume, está associado um avanço de risco de hemorragias feto maternas espontâneas, nem sempre associados a episódios clinicamente identificáveis (hemorragias silenciosas). (PEREIRA, 2012).

O processo de hemólise pode iniciar tão precoce, quanto à 16ª semana de gestação. A destruição instalada das hemácias produz anemia que sem tratamento adequado se intensifica e condena o organismo a tentar se equilibrar, espalhando na circulação hemácias jovens que são os eritroblastos e também dependendo da gravidade do quadro a formação de focos extramedulares de hematopoese. (SÁ, 2006).

A hematopoese extramedular (HEM) é considerada um mecanismo fisiológico compensatório, com o desenvolvimento de células sanguíneas normais por fora da medula óssea, que ocorre quando é incapaz de preencher a demanda corporal. Repetidamente, está associada a hemoglobinopatias congênitas ou a desordens de substituição medular adquiridas. O fígado e o baço são os sítios mais comuns, embora qualquer órgão possa estar envolvido. (MARCHIORI, et al., 2008).

De acordo com Sá (2006), a anemia pode se agravar, induzindo a um feto anêmico e hipoproteinêmico, onde justifica se, derrame das cavidades serosas, hepatoesplenomegalia, insuficiência cardíaca congestiva distinguindo se a Hidropsia Fetal.

Nos casos mais graves a eritropoese aumentada a nível hepático, leva à distensão do parênquima, insuficiência hepática, hipoalbuminemia e por fim a hidropsia fetal. O grupo heme libertado durante a hemólise eritrocitária é degradado enzimaticamente, produzindo bilirrubina, que vai posteriormente ser conjugado a nível da placenta. (MANOLO, et al., 2004, p. 140).

Devido à imaturidade hepática do recém-nascido existe um acúmulo de bilirrubina não conjugada, surgindo icterícia, a mesma não sendo tratada evolui para deposição de bilirrubina no Sistema Nervoso Central, ocasionando a uma Encefalopatia Bilirrubínica aguda. (NARDOZZA, et al., 2010).

Como é insolúvel em água e possui uma afinidade por lipídios, a bilirrubina não conjugada se liga a lipídios no cérebro em decorrência da barreira hematoencefalica pouco desenvolvida no recém-nascido, causando uma lesão séria do sistema nervoso central, nomeada Kernicterus. (ROBBINS, et al., 1991).

Excedendo o nível de bilirrubina não conjugada, $250\mu\text{mol/L}$ (20mg/dl), a deposição de pigmento biliar nos gânglios da base pode causar kernicterus com espasticidade generalizada e possibilidade de deficiência mental, epilepsia e surdez. (SILVA, 2011).

Em virtude ao processo fisiopatológico da doença e pelas transfusões no período neonatal os recém-nascidos podem apresentar um quadro de anemia hiporregenerativa. (MELLONE, 2011).

A anemia hiporregenerativa prolongada pode ser causada, em parte, por supressão de eritropoietina como um resultado das transfusões fetais intravasculares. Além disso, o anticorpo anti-D pode também contribuir para a anemia por isso um efeito tóxico direto sobre precursores eritróides e pela hemólise periférica de reticulócitos. (MARCHIORI, et al., 2008).

Durante um período prolongado, os anticorpos maternos possuem uma meia vida com média de 28 dias e podem permanecer na circulação do recém-nascido, em média de 2-3 meses de vida. (MELLONE, 2011).

A dinâmica deste processo hemolítico mostra a precocidade e intensidade que caracteriza em maior ou menor as formas clínicas da doença. (MELLONE, 2011).

Contudo, a intensidade dessas alterações varia bastante, de acordo com o grau de hemólise e a maturidade dos sistemas orgânicos neonatais. (ROBBINS, et al., 1991).

2.0 DIAGNÓSTICO

Todas as grávidas devem determinar seu grupo de sangue (ABO e Rh), logo após o início ou até mesmo antes do pré-natal. A pesquisa de anticorpos irregulares através do teste de Coombs Indireto também deve ser realizada na primeira visita pré-natal. (BAIOCHI, 2009).

Deve se também identificar o tipo sanguíneo do pai e caso ele seja negativo para o antígeno em questão o feto não será afetado, caso seja positivo e heterozigoto, ou ainda não

seja conhecido, pode se utilizar a determinação direta de genotipagem fetal pela reação em cadeia de polimerase (PCR). (BAIOCHI, 2009).

Pais homocigotos recessivos ou dominantes sempre passam antígeno RhD para sua prole, enquanto heterocigotos tem uma chance de 50% de passar. (PEREIRA, 2012).

Com ausência de anticorpos no início da gestação, deve ser feita uma nova pesquisa de anticorpos antieritrocitários na 28ª semana de gestação em todas as mulheres grávidas Rh negativas. Não há confirmação de eficácia para a triagem de anticorpos nesse período, porém é realizada assim em muitos países. A incidência de isoimunização antecedendo o parto é de 1 a 2%, sendo que em 90% dos casos ocorre após a 28ª semana. (PEREIRA, 2012).

A algum tempo, o único método de determinar o tipo Rh fetal eram através de procedimentos invasivos como a amniocentese e biópsia de vilos coriais, para a avaliação genética das células fetais. Além disso, esses procedimentos podem levar a um risco de perdas como a vida do feto em aproximadamente 1% e até mesmo de isoimunização. Devido a isso, ficam reservados para casos de gravidez de alto risco de Doença hemolítica Perinatal, devido ao caráter invasivo. (BARINI, 2006).

O isolamento das células fetais mostra se tecnicamente sofisticado e demorado, além de ter sido demonstrado que essas células podem permanecer na circulação materna por muitos anos após o parto. O DNA fetal livre de células pode ser também encontrado no sangue materno, e possui a vantagem de estar em maior quantidade e desaparecer rapidamente no pós-parto. (BARINI, 2006).

Esta técnica permite que mulheres isoimunizadas não sejam submetidas a procedimentos invasivos e evita o uso desnecessário de profilaxia pré-natal com imunoglobulina anti D. (PEREIRA, 2012).

É necessário determinar o grau da anemia fetal, durante o acompanhamento de gestantes isoimunizadas, pois identifica a necessidade de intervenção, seja através do tratamento intra-útero ou antecipação do parto, possibilitando uma maior sobrevivência perinatal e melhoria de vida do feto afetado após o nascimento. (SANTIAGO, et al, 2008).

Os métodos invasivos eram os únicos utilizados para a determinação do grau de anemia fetal. A amostragem de sangue fetal é considerada o exame padrão ouro, capaz de quantificar precisamente o grau de anemia fetal, porém traz consigo os riscos inerentes aos procedimentos invasivos. E a determinação da concentração de hemoglobina e do hematócrito é realizada através de uma amostra de sangue do cordão umbilical coletada de uma punção

guiada por ultrassonografia, a cordocentese, que permite o tratamento imediato. (SANTIAGO, et al, 2008)

Além da amniocentese ser um procedimento invasivo, também é utilizada na avaliação da anemia fetal, através do estudo da bilirrubina no líquido amniótico. (PEREIRA, 2012).

Atualmente, busca-se o método ideal altamente indicativo de prognóstico perinatal das gestações complicadas por doença hemolítica perinatal ainda não encontrado. (BARINI Ricardo, 2006, p. 72).

Doplervelocimetria é uma outra técnica que apresenta vantagens no diagnóstico da anemia fetal. É o método mais eficaz, seguro, não invasivo, de fácil, repetição, aquele que fornece o resultado imediatamente por ser um método direto. (BAIOCHI, et al, 2004).

A anemia ocorre principalmente por depleção medular, ao invés de hemólise e que se usado no acompanhamento de gestantes aloimunizadas evita até 70% dos procedimentos invasivos, porém a técnica adequada e o correto treinamento dos examinadores são fundamentais. (BAIOCHI, 2004).

A ultrassonografia também pode apresentar sinais da presença da doença, como espessamento e alteração da ecogenicidade placentária, hepatoesplenomegalia com aumento de circunferência abdominal do feto, aumento da hidrocele e do líquido amniótico, duplo contorno da bexiga, derrame pericárdico, estomacal ou biliar, ascite ou mesmo a hidropsia, porém são todos sinais tardios que aparecem em fetos severamente anêmicos com déficit de hemoglobina. (BAIOCHI, 2009).

Obviamente devido aos riscos dos procedimentos invasivo, os métodos não invasivos vem ganhando espaço para o diagnóstico da doença. (PEREIRA, 2012).

2.1 Tratamento

O tratamento da doença já passou por várias fases de acordo com conhecimentos que não param de atualizar a todo momento e tem como objetivo evitar fisiopatologias e suas consequências. (BARINI, 2006).

Quando houver dificuldade na punção vascular pelo posicionamento da placenta, ou na punção do cordão umbilical devido ao posicionamento do feto ou em caso de feto hidrópico, deve ser utilizada a transfusão intraperitoneal. (PEREIRA, 2012).

Na isoimunização ABO o quadro clínico é menos grave que na isoimunização Rh mas podendo haver necessidade de terapêutica com imunoglobulina e raramente de transfusão. (MANOLO, et al., 2004).

Na estabilização do recém-nascido pode haver a necessidade de reanimação cardiovascular, ventilação assistida, drenagem de líquido pleural ou ascítico, cuidados intensivos com o grau de hidropsia, anemia, hepatoesplenomegalia, púrpura, prematuridade. (GREGORY et al, 2012).

Com o aparecimento da ultrassonografia, que permite a visualização do acesso em tempo real, a técnica intravascular substituiu a transfusão intraperitoneal. Após essas técnicas o tratamento passou a ser mais seguro e eficaz, ocasionando uma grande melhoria dos resultados perinatais. (PEREIRA, 2012).

A transfusão tem indicação quando não há resposta terapêutica e existem alguns critérios para sua realização, como por exemplo, bilirrubina indireta no cordão umbilical, aumento rápido de bilirrubina, anemia, bilirrubina pós-natal e sinais de encefalopatia bilirrubínica aguda. A decisão de iniciar uma exangüineotransfusão passa pela urgência de baixar os valores de bilirrubina circulante de modo que não ponha em risco de lesão o sistema nervoso central do recém- nascido. (MANOLO, et al., 2004).

Quando realizada corretamente, remove não só a bilirrubina circulante, mas também cerca de 70% dos eritrócitos fetais, cobertos com anticorpos, substituindo os por eritrócitos compatíveis com a mãe e recém- nascido. Mas também existem alguns riscos, que são eles: morbidade até 5% e mortalidade de aproximadamente 0,5%, sendo mais frequente bradicardia, hipotermia, apneia, cianose e algumas alterações metabólicas (hipocalcemia, hipoglicemia, etc.). (MANOLO, et al., 2004).

Tratamentos como: plasmafereze seriada, administração de prometazina, dessensibilização de estromas de hemácias Rh positivas, foram testados por algum tempo mas não obtiveram sucesso. Estudos recentes demonstraram que a administração materna de imunoglobulina intravenosa traz benefícios nos casos mais graves de doença hemolítica perinatal, porém o mecanismo ainda não é claro e tem alto custo. (PEREIRA, 2012).

3.0 PROFILAXIA

Nos anos 60, estudos realizados em mulheres voluntárias RhD negativo permitiram verificar que quando injetadas com glóbulos vermelhos RhD positivo e IgG anti-D, não

produziam anticorpos anti-D. Decidiu-se que a IgG anti-D passaria a ser administrada a mães RhD negativo, depois do parto de recém-nascidos RhD positivo, ou quando ocorria hemorragia feto normal na altura ou logo a seguir ao parto, como forma de prevenir a aloimunização materna. Por volta dos anos 70 passou a vigorar no programa de saúde pública, na profilaxia da Doença Hemolítica perinatal. (SCOTT, 2001).

Com base na prevenção, a principal forma de manuseio é prevenir a formação de anticorpo anti-D em mulheres Rh-D negativas. Podendo ser obtido pela administração de pequena quantidade de anticorpo anti- D (IgG), que remove e destrói os eritrócitos fetais Rh-D positivos antes que eles possam sensibilizar o sistema imunológico da mãe para produzir anti- D. Deve também ser usada para gestantes Rh-D negativo ou D- parcial, com ausência de anticorpo anti- D. (SILVA, 2011).

A imunoglobulina anti-D é derivada a partir do plasma humano, podendo ser administrada por via intravenosa e intramuscular, a duração de ação da imunoglobulina é a mesma independente da via de administração. Na administração intravenosa os títulos de anticorpos são mais elevados na primeira semana, logo após três meses a administração intramuscular se assemelha. (PEREIRA, 2012).

Os doadores de imunoglobulina anti-D na maioria das vezes são mulheres pós-menopausadas – imunizadas por gestações, ou homens imunizados voluntariamente, mantidos em estado hiperimune por reaplicações constantes de pequenas doses de hemácias Rh positivas. Isso traz alguns riscos para os doadores como: imunização contra antígenos eritrocitários não D e hepatites, além de se submeter a plasmaferese para retirada da imunoglobulina. (BAIOCHI, et al, 2004).

No Brasil, todo soro anti-D é importado e só esta disponível em apresentação para uso intramuscular de 250 e 330 µg (Partogama SDF[®] - Baxter) ou 300 µg (Matergam[®] - ZLB/Behring). (BAIOCHI, et al, 2004).

Em nosso mercado falta a apresentação de 50 µg de todo soro anti-D, o qual tem recomendação precisa nos abortamentos até 12 semanas de gestação, seu uso representa além de economia, maior racionalidade. (FEBRASGO, 2011).

3.1 Profilaxia no anteparto e no pós-parto

Todas as gestantes devem ser submetidas a uma avaliação de anticorpos na primeira visita do pré-natal, as grávidas RhD negativas que não tiverem evidência de isoimunização anti-D, devem receber uma dose de 20µg de imunoglobulina Rh administrada no intramuscular na 28ª semana de gestação. (FUNG et al, 2003).

A aplicação antenatal de anti-D em gestantes Rh negativas, durante o terceiro trimestre, reduz em até dez vezes o risco de sensibilização, o que traria a caso de aloimunização RhD, com uso completo da profilaxia, para índices de 1:1000. (BAIOCHI, et al, 2004).

A meia vida da imunoglobulina é de 24 horas, a gestante que recebeu a dose na 28ª semana terá baixos índices de anticorpos anti-D no dia da admissão do parto. Se na avaliação do sangue no cordão umbilical constar que o recém-nascido for RhD positivo, deve se fazer a administração de 300µg de imunoglobulina em até uma semana, mas preferencialmente em 72 horas. (PEREIRA, 2012).

Se a mãe for Rh negativa, com recém-nascido Rh positivo, e não receber a imunoglobulina até 72 h do pós-parto a incidência de sensibilização durante a gravidez é de 12 a 16% em comparação com mães que receberam profilaxia no pós-parto que é de 1,6 a 1,9%. (FUNG et al, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica claro que a Eritroblastose fetal constitui uma patologia importante ainda hoje em dia, tanto pelo número de casos registrados a cada ano quanto pela necessidade de conhecimento para que haja a possibilidade de um diagnóstico e profilaxia adequados.

O biomédico tem um papel muito importante diante da população, nesse caso da Eritroblastose fetal, ele é quem ajuda no diagnóstico, utilizando o seu vasto conhecimento e capacitação para lidar com essa patologia. Age com competência para a promoção de saúde e prevenção de doenças, para execução das técnicas utilizadas, interpretação, análise crítica dos resultados e gestão dos serviços laboratoriais, sempre orientando pela conduta ética.

Novas políticas de saúde devem ser implantadas para diminuir ainda mais o número de casos da patologia, como por exemplo, cursos de atualização e capacitação para todos profissionais que estejam diretamente ligados à obstetrícia, bem como palestras acessíveis para a população em idade fértil em geral, priorizando casais que estejam esperando seu segundo filho.

Espera-se também que com novas pesquisas, métodos melhores e menos invasivos de diagnóstico e tratamento sejam desenvolvidos, aumentando a qualidade de sobrevivência dos recém-nascidos.

REFERÊNCIAS

BAIOCHI, Eduardo et al., Por que usamos imunoglobulina anti-D em excesso no abortamento precoce. **Rev Bras Ginecol Obstet.** 2004;26(5):363-7.

BAIOCHI, Eduardo,. Aloimunização. **Rev. Ginecol. Obstet.** 2009; vol. 31 n.6. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032009000600008 Acesso em: 20 out 2015

BARINI Ricardo. Doença Hemolítica Perinatal: Aspectos Atuais. **Rev. Ciênc. Méd.** 2006; 15(1): 69-74.

Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. **Manual de orientação: gestação de alto risco.** Rio de Janeiro: FEBRASGO; 2011. Capítulo 7; p. 105.

FUNG et al., Prevenção de aloimunização Rh. **JOGC.** 2003; 25 (9): 765-73

GREGORY et al., **Manual de cuidado neonatal: hiperbilirubinemia Neonatal.** 7. ed. Philadelphia: Lippincott; 2012. p.304-339.

MANOLO, José et al. **Doença Hemolítica do Recém Nascido.** Disponível no site:http://www.spp.pt/UserFiles/File/Consensos_Nacionais_Neonatologia_2004/Doenca_Hemolitica_RecemNascido.pdf Acesso em: 12 set 2015

MARCHIORI, Edson, et al. **Extramedular hematopoes: Achados em tomografia Computadorizada fazer tórax de 6 patients. J. bras. pneumol .** 2008; 34 (10):812-816. Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132008001000009&lng Acesso em: 13 set 2015

MELLONE, Osvaldo. **Etiologia, diagnóstico e tratamento da icterícia do recém-nascido.** **Rev. Med.** 20; 47, (4). 244-258. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/57862/60908> Acesso em: 03 out 2015

NARDOZZA, Luciano Marcondes Machado et al. **Bases moleculares do sistema Rh e suas aplicações em obstetrícia e medicina transfusional.** **Rev. Assoc. Med. Bras.** 2010; v. 56, n.6. p. 5 Disponível no site: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010442302010000600026&script=sci_arttext Acesso em: 18 out 2015

PEREIRA, Pâmela do Carmo Mesquita. Isoimunização Rh materna. **Profilaxia, diagnóstico e tratamento: aspectos atuais** [Monografia] [Internet] Salvador; Universidade Federal da Bahia; 2012. Disponível no site: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8102/1/P%C3%A2mela%20do%20Carmo%20Mesquita%20Pereira%20\(2012.1\).pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8102/1/P%C3%A2mela%20do%20Carmo%20Mesquita%20Pereira%20(2012.1).pdf) Acesso em: 28 out 2015

ROBBINS, Stanley Leonard, et al., V. **Patologia Estrutural e funcional**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1991.

SÁ, Cynthia Amaral Moura. **Doença Hemolítica Perinatal pelo fator Rh: Experiência de 10 anos** do Instituto Fernandes Figueira Rio de Janeiro; Fundação Oswaldo Cruz; 2006. Disponível no site: <http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/7361/2/56122.pdf> Acesso em: 10 ago 2015

SANTIAGO, Mônica Deolindo, **Apocalypse IM. Cálculo do volume de sangue necessário para a correção da anemia fetal em gestantes isoimunizadas**. Rev. Bras. Ginecol. Obstet. 2008; 30(4): 196-200. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-72032008000400007&script=sci_arttext Acesso: em 27 out 2015

SCOTT, Monoclonal **anti-D para imunoprofilaxia**. *Vox Sang.* 2001;81:213-8

SILVA, Ferdinando de Paula. *A Abordagem Clínica e Hemoterápica na Doença Hemolítica do Recém-Nascido Rh*. **Rev. Saúde Pública**, 2011. Disponível no site: <http://static.scielo.org/scielobooks/wcgvd/pdf/moreira-9788575412374.pdf> Acesso em: 10 set 2015

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE E INSERÇÃO NOS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA

Michelle Dayanne Souza^{*}
Raphael Cezar Carvalho Martins^{**},
Rildo José Totoro^{***}
Marina Luiza dos Reis^{****}
Wemerson Pereira dos Santos^{*****},
Fernando Leonardo Diniz Souza^{*****}

Resumo: A inserção do fisioterapeuta na saúde pública é um processo constante, sendo capaz de atuar nas diversas abordagens executadas tanto pela Atenção Básica à Saúde (ABS) quanto pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). O objetivo do presente estudo foi investigar na literatura a atuação e os desafios do fisioterapeuta na ABS e no NASF e entender o processo de inclusão da fisioterapia. A metodologia usada foi uma revisão sistemática da literatura entre os anos de 2005 a 2015 e usando as bases de dados SCIELO, LILACS, BVS. Conclui-se com esse trabalho que a fisioterapia encontra diversos obstáculos para executar suas atividades no âmbito da atenção primária multidisciplinar, destacando a falta de recursos físicos e humanos, a falta de entrosamento com a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o próprio desconhecimento dos objetivos do NASF.

Palavras-chave: NASF. ABS. Fisioterapia.

Abstract: The insertion of the physiotherapist in public health is a constant process, being able to act in the various approaches implemented by both Basic Health Care (ABS) as the Health Family Support Nucleus (NASF). The objective of the present study was to investigate the literature the work and the challenges of the physiotherapist in ABS and NASF and understand the process of inclusion of physiotherapy. The methodology used was a systematic review of the literature between the years of 2005 to 2015 and using the SCIELO, LILACS, BVS and Ordinances. Concludes with this work that the physiotherapy is several obstacles in primary health to perform their activities highlighting the lack of human and physical resources, the lack of rapport with the ESF and the unfamiliarity with the objectives of the NASF.

* Fisioterapeuta – Faculdade Patos de Minas – FPM. E-mail: michelledayannefisio@outlook.com

** Fisioterapeuta- UNITRI, Mestre em Promoção de Saúde – UNIFRAN, Coordenador do Curso de Fisioterapia – FPM. E-mail: raphaelcezar10@yahoo.com.br

*** Discente do curso de Fisioterapia

**** Discente do curso de Fisioterapia

***** Fisioterapeuta – FPM. E-mail: wemwersonfisio@yahoo.com.br

***** Fisioterapeuta – UNITRI, Doutor em Promoção de Saúde – UNIFRAN, Docente do Curso de Fisioterapia – FPM. Email: drfernandodiniz@gmail.com

Keywords: NASF. ABS. Physiotherapy.

INTRODUÇÃO

A Atenção Básica à Saúde (ABS) corresponde à porta principal de entrada do usuário no sistema de saúde, e consiste em um conjunto de estratégias para garantir ao cidadão seus direitos à saúde com ações na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação (FERTONANI et al., 2015).

A ABS trabalha de forma coletiva ou individual, aborda o indivíduo integralmente com visão nos aspectos socioeconômicos e cultural. Para que ocorra efetividade e resolubilidade, é necessária a presença de profissionais preparados para trabalhar nesse sistema de saúde (ARAÚJO, 2009).

O Programa Saúde da Família surgiu em 1994 para reorganizar o sistema de saúde, posteriormente foi denominado Estratégia de Saúde da Família (ESF). A ESF configura-se com o rompimento do modelo biomédico, adotando um modelo assistencialista no qual o indivíduo é percebido no aspecto biopsicossocial e acolhido por uma equipe multidisciplinar (FERTONANI et al., 2015). A ESF compreende-se como meio estratégico para a reorientação do modelo assistencial na atenção básica seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). O foco deste programa é o vínculo com as famílias e uma ligação de compromisso entre a população e os profissionais, ela segue e aplica os princípios do SUS destacando o acesso universal e íntegro, a descentralização, a regionalização, a integralidade e a participação da população (FERTONANI et al., 2015; ARAÚJO, 2009).

Através da Portaria 154, de 24 de janeiro de 2008, foi criado os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) com a função de expandir a abrangência e cumprir os princípios doutrinários do SUS como a resolutividade, a territorialização, a integralidade, assim como a ampliação das ações da Atenção Primária à Saúde no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008). O NASF começa com essa proposta de acolher os usuários da Saúde da Família para fortalecer o SUS através de apoio multiprofissional às equipes de ESF nos territórios adscritos a cada uma delas.

Trajetória da fisioterapia até sua inclusão na Atenção Básica à Saúde

A fisioterapia, desde o final do século XIX, é uma profissão inserida no escopo da grande área da saúde. As mãos são as ferramentas básicas para o exercício da fisioterapia, por meio delas, realiza-se uma avaliação e diagnóstico cinesiofuncional, e conseqüentemente o tratamento. No Brasil, com os numerosos casos de poliomielite e suas implicações e os numerosos acidentes de trabalho, a fisioterapia ganhou espaço de atuação, sendo a reabilitadora o foco de sua atuação. A epidemia de poliomielite ocasionou a evolução do conhecimento específico da profissão como a anatomia, técnicas de avaliação muscular e o tratamento de variadas patologias musculares para garantir uma maior independência e realização das atividades de vida diárias (ESPÍNDOLA; BORENSTEIN, 2011).

Em 1929, surgiu no Brasil a assistência em fisioterapia na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo criada pelo médico Waldo Rolim de Moraes devido à epidemia de poliomielite e o crescimento de acidentes de trabalho. Como o Brasil também passava por uma mudança de economia aderindo ao modelo capitalista e pela necessidade de garantir mão de obra produtiva a fisioterapia agiu de forma reabilitadora (BISPO JÚNIOR, 2009).

No dia dezesseis de outubro de 1969, a fisioterapia foi regulamentada, pela Junta Militar, como profissão de nível superior com o decreto-lei 938 conferindo autonomia ao exercício de sua profissão.

A partir da regulamentação da fisioterapia houve um crescente número de cursos em todo o território brasileiro, porém gerou uma desigualdade de distribuição desses profissionais, sendo que o Sudeste detinha a maior concentração destes e, na região Norte, a escassez desses profissionais. Logo, na região Norte, a população ficou deficiente da assistência fisioterapêutica e, no Sudeste, uma aglomeração de profissionais competentes para exercerem a profissão. Com o quadro atual de desarmonia na assistência fisioterapêutica, o SUS intervém como mediador coletivo entre a sociedade e o profissional visando acesso à população aos serviços de fisioterapia e de saúde em geral voltados para a promoção de saúde e prevenção. O modelo reabilitador, com exercício em clínicas privadas e hospitais, direcionado a patologias musculoesqueléticas desde então era o ensinado pelas universidades e restringia o cenário de intervenção do fisioterapeuta. Somente no final século XX manifestaram-se ações contraditórias a esse modelo e promoveram transformação do ensino da fisioterapia (BISPO JÚNIOR, 2009).

Criou-se então, a Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia (Abenfisio) composta por docentes, discentes e coordenadores de cursos de graduação para discutir sobre a qualidade e o modelo de formação em fisioterapia, na busca de novas abordagens de ensino

baseada nos princípios do SUS e direcionada à saúde coletiva. Através dessa mudança, é possível proporcionar melhora na qualidade de vida e promoção de saúde à sociedade.

É esperada a formação do fisioterapeuta voltada para um modelo generalista com a ruptura do modelo biomédico curativista, adequando-os para atender as necessidades da população.

Após a criação do SUS, no Brasil, em 1990, regulamentado pela Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. O Estado assume responsabilidades e garante ações e serviços sobre a saúde extensos à população brasileira.

No intuito de descentralização, o Programa Saúde da Família (PSF) é implantado em 1994 para fornecer a atenção básica e fazer cumprir os princípios e diretrizes do SUS como: a integralidade, a resolutividade, a igualdade, a participação social, entre outros. Suas principais ferramentas de atuação, para intervir no processo saúde-doença, inclui a promoção de saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. O PSF compreende-se como porta de entrada do SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Suas ações começam no cadastramento da população delimitada e mapeamento do território; em seguida, de acordo com o perfil dos cadastrados, será feito o planejamento a ser cumprido pelos profissionais da saúde. Porém, nas unidades de Saúde da Família, existe a carência de profissionais de determinadas áreas da saúde, necessitando de uma equipe multidisciplinar que apoie e amplie a unidade básica de saúde.

A partir dessa necessidade, através da Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, é criado o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), uma ferramenta de alcance para cumprir os princípios doutrinários do SUS.

Núcleo de Apoio à Saúde da Família

Através da Portaria 154, de 24 de janeiro de 2008, o NASF foi fundado com o intuito de acolher os usuários da Saúde da Família e fortalecer o SUS.

O NASF é composto por uma equipe multiprofissional com ações em parceria com a Estratégia da Família em que é cadastrado. Os projetos de atividade a serem desenvolvidos são traçados de acordo com o perfil da comunidade assistida e suas necessidades. Logo, o NASF não é o acesso primário do SUS, trabalha com o propósito de integrar-se à equipe de saúde apoiando-a. Suas ações estão voltadas à promoção, prevenção e recuperação da saúde e

seguindo os princípios doutrinários do SUS como a universalidade, a integralidade e a equidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Possui duas modalidades, classificado em NASF 1 e NASF 2. O NASF 1 é composto por cinco profissionais, no mínimo, podendo ser composto pelas seguintes ocupações: médico acupunturista, ginecologista, homeopata, pediatra, psiquiatra, assistente social, educador físico, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, psicólogo e terapeuta ocupacional.

O NASF 2 é composto, no mínimo, de três profissionais não coincidentes listados a seguir: assistente social, educador físico, farmacêutico, fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional.

Ambos devem funcionar em horários respectivos aos da equipe de saúde. Com a Portaria 3.124 implantam o NASF 3, composto por no mínimo uma e no máximo duas equipes da ESF e abrange população específica como equipes ribeirinhas e fluviais e consultórios na rua. Regulam a quantidade máxima de vínculos com a ESF, sendo o NASF 1 com no mínimo cinco e no máximo nove equipes e o NASF 2 com no mínimo três e máximo quatro equipes (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2012).

Dentre as suas estratégias de atuação, temos: ações de atividade física/práticas corporais, práticas integrativas e complementares, reabilitação, alimentação e nutrição, saúde mental, serviço social, saúde da criança, saúde da mulher, e assistência farmacêutica (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Fica claro, nessa Portaria, a inclusão da atuação profissional do fisioterapeuta assumindo papel importante no aspecto ético-político e suas formas de intervenção.

Ações desenvolvidas pelos profissionais do NASF

Em parceria com a ESF, o NASF deve buscar a efetividade e a qualidade do amparo bem como a criação de espaço físico para a realização cotidiana de grupos, palestras, rodas de conversas e reuniões de planejamento e discussão de caso com a equipe para traçar projetos terapêuticos para a população (ANJOS et al., 2013).

O NASF em conjunto com a ESF, de acordo com a Portaria Ministerial N° 154 de 2008 deve:

- Identificar as práticas a serem adotadas na área coberta;

- Identificar o público prioritário a cada atividade sem romper com o conceito de universalidade;
- Atuar de forma integral e planejada de acordo com os critérios estabelecidos;
- Fazer o acolhimento e humanização do atendimento;
- Ampliar coletivamente ações voltadas às políticas sociais como educação, lazer, esporte, cultura e trabalho, com o apoio Inter setorial;
- Participação da comunidade através de Conselhos Municipais;
- Divulgação das atividades propostas pelo NASF através de jornais, folders, cartazes e demais veículos de comunicação;
- Avaliar o seu impacto sobre a saúde da população e seu desenvolvimento através de indicadores preestabelecidos;
- Confeccionar material educativo e informativo relacionados às suas estratégias;
- Elaborar reuniões multiprofissionais em conjunto com a ESF para compartilharem responsabilidade e discussão de casos.

De acordo com o contexto de multiprofissionalização da atenção básica á saúde no país, este estudo justifica-se pela necessidade de agrupar os artigos que apontam sobre a atuação da fisioterapia na Atenção Básica à Saúde e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família com o objetivo de identificar como o fisioterapeuta pode atuar em relação às diretrizes do NASF em um novo modelo de atenção. Possibilita também o aprofundamento da quebra de paradigma do modelo biomédico curativo estimulando universitários e profissionais fisioterapeutas repensarem quanto à sua atuação na Saúde Pública.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo de caráter exploratório realizado por meio de pesquisa sistemática da literatura, que visou identificar a atuação, a importância e os desafios para a práxis do fisioterapeuta inserido na Atenção Básica e no NASF.

Essa investigação foi desenvolvida seguindo etapas que incluíram: escolha do tema, o levantamento bibliográfico preliminar, a elaboração do plano de trabalho, identificação, localização e obtenção das fontes, leitura do material, fichamento, análise, interpretação e redação do texto.

Para realizar esta revisão de literatura foram selecionados artigos de bases de dados como Scielo, LILACS e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), a partir de 2005 até 2015 utilizando os seguintes descritores: NASF, Atenção Básica à Saúde e Fisioterapia a partir de 2005 até 2015.

Foram encontrados inicialmente 114 artigos, desses, foram escolhidos 15 artigos que correlacionavam a fisioterapia à ABS e ao NASF.

Os artigos foram agrupados de maneira que houvesse relação da fisioterapia com a ABS e NASF.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados, na base de dados, 114 artigos usando os descritores: NASF, ABS e fisioterapia. Desses artigos, foram selecionados 15 artigos que correlacionavam a fisioterapia com o NASF e ABS como descreve o quadro 1.

Quadro 1 - Disposição dos artigos que relacionam a fisioterapia com a ABS e o NASF.

AUTOR	OBJETIVOS	LOCAL	TIPO DE ESTUDO
Araújo (2009)	Fisioterapia na ABS		Revisão de Literatura
Barbosa et al. (2010)	Aspectos facilitadores e dificultadores da fisioterapia no NASF	Gov. Valadares-MG	Observações gerenciais
Bispo Júnior (2010)	Reorientação do campo de atuação do fisioterapeuta (SUS)		Revisão da literatura
Brasil et al. (2005)	Atuação da fisioterapia no PSF	Sobral- CE	Quantitativo e qualitativo
David et al. (2013)	Atuação da fisioterapia da ABS na saúde da criança e do adolescente		Revisão Bibliográfica
Dibai Filho e Aveiro (2012)	Atuação do fisioterapeuta do NASF com os idosos	Arapiraca-AL	Descritivo e qualitativo
Formiga e Ribeiro (2012)	Atribuições do fisioterapeuta na ABS com base no NASF	João Pessoa-PB	Qualitativo
Langoni, Valmorbidia e Resende (2012)	Avaliação do atendimento de fisioterapia na ABS	Porto Alegre-RS	Observacional, analítico e retrospectivo
Maciel et al. (2005)	Possibilidades de intervenção da fisioterapia na ABS	Belo Horizonte-MG	Transversal e quantitativo

Oliveira et al. (2011)	Conhecimento da equipe de saúde em relação à atuação fisioterapêutica	Coari- AM	Quantitativo
Reis et al. (2012)	Perfil de atendimentos na área de reabilitação no NASF	Belo Horizonte- MG	Descritivo
Ribeiro e Soares (2014)	Identificação situacional para inserção do fisioterapeuta na ABS	Rio Grande- RS	Quantitativo
Rodriguez (2010)	Levantamento histórico da fisioterapia até inserção no NASF		Revisão da Literatura
Souza et al. (2014)	Atuação do fisioterapeuta no NASF sob a ótica de gestores, profissionais e usuários.	Bahia	Qualitativa
Trelha et al. (2007)	Características do atendimento fisioterapêutico na ESF	Londrina- PR	Qualitativa

Confrontando a fisioterapia e ABS, foram selecionados dez artigos que retratam sobre as possibilidades de intervenção da fisioterapia na Atenção Básica, importância e qualidade dos serviços seguindo o princípio de integralidade, avaliação da atuação fisioterapêutica semanal em usuários da Atenção Básica, visão de profissionais pertencentes à equipe de Saúde da Família sobre a atuação do fisioterapeuta na atenção Básica, descrição da atuação do fisioterapeuta na equipe de ESF, características do atendimento fisioterapêutico e dificuldades em Londrina, análise das atribuições do fisioterapeuta na Atenção Básica segundo as experiências acadêmicas, identificação de potencialidades para a atuação da fisioterapia na comunidade, atuação da fisioterapia na saúde da criança e do adolescente da ABS e a reorientação do campo de atuação profissional da fisioterapia.

Confrontando a fisioterapia e NASF, foram encontrados somente cinco artigos que abordam sobre a inserção do fisioterapeuta no NASF, análise de atuantes da ESF sobre a fisioterapia no NASF, aspectos facilitadores e dificultadores do profissional no NASF, atuação do fisioterapeuta do NASF na saúde do idoso, perfil de atendimentos na área de reabilitação pelo fisioterapeuta do NASF.

Fisioterapia e ABS

A fisioterapia entra nesse cenário contribuindo com seus conhecimentos e atuando conforme o que rege o SUS, apesar de não fazer parte da composição mínima de uma ESF.

Sua inclusão na ESF ocorre conforme a demanda da comunidade e das políticas de saúde do local. As atribuições da fisioterapia na ABS equivalem à educação em saúde, prevenção e amparo coletivo fisioterapêutico. A equipe da UBS afirma vínculos e a corresponsabilização entre os profissionais e a população. A integralidade norteia a adesão do fisioterapeuta na Atenção Básica e compreende-se em uma abordagem em todos os níveis de atenção a um indivíduo seja na ação individual ou coletiva, de acordo com o que o caso exige (ARAÚJO, 2009).

A interdisciplinaridade permite aos profissionais da ABS uma visão ampliada das prioridades no serviço aos usuários e conseqüentemente a formulação de projetos para atuar nas áreas destacadas como prioridades. O planejamento das ações é realizado de acordo com a carência existente na área de cobertura e com a demanda. A ação do fisioterapeuta na atenção básica ocorre por meio de atendimentos individuais e coletivos (FORMIGA; RIBEIRO, 2012).

O público alvo para as atividades do fisioterapeuta abrangeu todas as etapas da vida: crianças e adolescentes, saúde da mulher, gestantes, idosos e deficientes físicos (OLIVEIRA et al., 2011). A população aponta que a fisioterapia é conhecida e que necessita dos cuidados desse profissional (RIBEIRO; SOARES, 2014).

Os fisioterapeutas relatam que atuam com consultas individuais, visitas domiciliares, palestras em grupos existentes no ESF, o acolhimento, ações Inter setoriais e investigação epidemiológica (FORMIGA e RIBEIRO, 2009; TRELHA et al., 2007; DAVID et al., 2013). Assim, como no Centro de Saúde Escola Murialdo- CSEM no Rio Grande do Sul, os residentes em fisioterapia na Atenção Básica também realizaram seus atendimentos dessa forma incluindo também grupo de caminhada (ARAÚJO, 2009).

O fisioterapeuta realiza também, as visitas domiciliares em conjunto com outros profissionais aos pacientes acamados e domiciliados que não conseguem chegar à Unidade da Estratégia de Saúde da Família em que são cadastrados. Em outro estudo, utilizaram um protocolo para avaliar as condições de vida, aspectos sociais, atividades de vida diária, saúde nutricional, bucal e geral, aspectos do cuidador e habitação dos pacientes que se encontravam impossibilitados de dirigir à Unidade de Atenção Básica (MACIEL et al., 2005; FORMIGA; RIBEIRO, 2012).

A partir desses estudos, eram formulados projetos que forneciam atividades integrativas e multidisciplinares que abordassem o indivíduo impossibilitado e seus familiares resgatando o princípio de resolutividade e integralidade. Para Trelha, et al., (2007), a

participação da equipe de Atenção Básica nesse momento é importante, fornecendo adequado apoio na execução destas tarefas.

Os casos de sequelados de AVE (Acidente Vascular Encefálico) foram identificados como os mais incapacitantes e reconhecidos pelos demais profissionais de saúde seguido de idosos (ARAÚJO, 2009; OLIVEIRA et al., 2011; TRELHA et al., 2007; MACIEL, 2005; BISPO JÚNIOR, 2010).

As patologias crônicas como a Diabetes, a Hipertensão Arterial e a Hipercolesterolemia podem ser abordadas pelo fisioterapeuta na ABS evitando possíveis danos (RIBEIRO; SOARES, 2014; MACIEL, 2005).

Para Araújo (2009), por meio da visita domiciliar, é possível diminuir os agravos da patologia existente e possíveis danos, fator que condiz com a melhora da qualidade de vida do indivíduo. Também permite ao profissional reconhecer a realidade socioeconômica, cultural e familiar do usuário (TRELHA et al., 2007).

Nas visitas domiciliares, o profissional fisioterapeuta pode desenvolver variadas atividades que abordam tanto o paciente como o cuidador e os familiares, citados a seguir: orientação postural, procedimentos do cuidador e do acamado, orientação quanto à mudança de decúbito e exercícios destinados às necessidades específicas do acamado e sobre o valor da continuidade da terapêutica.

Os grupos de caminhada realizados objetivaram a promoção de saúde através de exercícios físicos. Inicialmente, encontraram dificuldades quanto ao ambiente em que seria realizada a caminhada, ou seja, o espaço físico e as condições como a pista inadequada, falta de cobertura e falta de acessibilidade ao local. Mesmo diante desses problemas, houve grande adesão e frequência dos participantes duas vezes na semana. Os participantes relatam melhoras significativas no bem-estar, atenuação de dores, assegurando essa prática como promotora de saúde (ARAÚJO, 2009).

Atendimentos individuais foram fornecidos aos usuários que apresentavam retardo no desenvolvimento neuropsicomotor na primeira infância, distúrbios osteomusculares, incontinência urinária e outras alterações nesse sistema (LANGONI; VALMORBIDA; RESENDE, 2012).

Já as doenças osteomusculares prevaleceram quanto ao atendimento da fisioterapia assim como as atividades domiciliares, o sexo feminino e faixa etária entre 41 a 64 anos (RIBEIRO; SOARES, 2014; LANGONI; VALMORBIDA; RESENDE, 2012).

A intervenção da ABS nesses casos se dá pela detecção precoce e o tratamento para que não ocorram agravos e impacto social e econômico à sociedade. A orientação a ser feita na residência associada com o tratamento fisioterapêutico reduziu significativamente o consumo de medicamentos. A redução no escore relacionado à dor também foi destaque da associação de atendimento fisioterapêutico semanal e orientações. No caso da incontinência urinária foi cessada com êxito nos atendimentos semanais à fisioterapia. A fisioterapia utiliza de recursos de baixo custo, resolutiva, de exercícios pélvicos e educação em saúde que são eficazes para o tratamento da incontinência urinária evitando tratamentos invasivos (LANGONI; VALMORBIDA; RESENDE, 2012).

Nesse sentido, a atuação do fisioterapeuta no âmbito coletivo equivale também aos grupos de gestantes no pré-natal e no puerpério, com ações de condicionamento físico, alongamentos e orientações de como agir antes durante e após o parto (FORMIGA; RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA et al., 2011; BRASIL et al., 2005).

A população idosa se enquadra em grupos para resgatarem uma reeducação postural, funcionalidade muscular, e melhora da qualidade de vida no que diz respeito à autoestima e bem-estar. A longevidade trás consigo restrições na marcha, o que pode desencadear outros danos (FORMIGA; RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA et al., 2011; BISPO JÚNIOR, 2010; BRASIL et al., 2005).

As crianças e os deficientes físicos são acompanhadas por fisioterapeutas no desenvolvimento de ambientes saudáveis em conjunto com familiares, acompanhamento da evolução neuropsicomotora, prevenção de doenças infecciosas respiratórias garantindo o direito a uma vida digna e saudável. O fisioterapeuta pode detectar alterações respiratórias e motoras precocemente e caso necessário encaminhar essa criança para a equipe multidisciplinar (FORMIGA; RIBEIRO, 2012; OLIVEIRA et al., 2011; RIBEIRO; SOARES, 2014; DAVID, 2013; BRASIL et al., 2005).

Pode ser oferecida, pelo fisioterapeuta, orientação por meio de palestras, capacitação com os pais, e diferentes meios de comunicação sobre os cuidados a criança. A capacitação de cuidadores e pais realiza-se envolvendo técnicas de fisioterapia respiratória como higiene brônquica e expansão pulmonar e motora como alongamentos, desenvolvimento sensório-motor, uso correto de órteses e prevenção de úlceras de decúbito (DAVID, 2013).

No grupo de trabalhadores, são desenvolvidas orientações de postura na saúde do trabalhador e exercícios laborais como forma de prevenção de lesões ocupacionais. É

realizado também o grupo de saúde mental junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (FORMIGA; RIBEIRO, 2012).

A orientação postural cabe a toda a população produzindo uma vida saudável e prevenção em diversas doenças e deve ser adotada desde a infância até a idade senil e nas condições vividas como a gestação. É dever do fisioterapeuta alertar a população sobre as condições de moradias dignas, acesso ao saneamento básico, coleta de lixo, defesa do meio ambiente, e acesso à educação, lazer e trabalho (BISPO JÚNIOR, 2010).

Com relação às capacidades pessoais, Bispo Júnior (2010), esclarece que o fisioterapeuta deve orientar sobre posturas corretas, prática de atividade física regular, hábitos alimentares saudáveis, combate ao fumo, ao álcool e outras drogas, educação sexual com jovens e adolescentes.

Na experiência de Sobral- CE, os fisioterapeutas citaram uma abertura no campo profissional e conhecimento prévio em Saúde Pública. A fisioterapia desempenha grande potencialidade em desenvolver atividades com poucos recursos e com criatividade (BRASIL et al., 2005).

É notório que com as abordagens com poucos recursos humanos e físicos e sessões semanais é possível obter resultados. O vínculo criado com os usuários, a visão integral do indivíduo induz a aderência às orientações sugeridas pelo fisioterapeuta (LANGONI; VALMORBIDA; RESENDE, 2012).

A participação da comunidade ajuda a mobilizar e aderir atividades que melhorem a vida de cada pessoa de forma que possa ter autonomia sobre o seu estado de saúde. O vínculo com os atores sociais da população como comerciantes, radialistas, professores e líderes de bairros configuram no envolvimento da saúde das pessoas (BISPO JÚNIOR, 2010).

A atuação da fisioterapia no nível de atuação básica impossibilita desfechos de alta complexidade que possa gerar custos futuros. Assim, a fisioterapia permite reduções no que tange ao custeio público (ARAÚJO, 2009; TRELHA et al., 2007; LANGONI; VALMORBIDA; RESENDE, 2012).

O desafio de trabalhar em equipe foi apontado, rompendo com a interdisciplinaridade, fator que contribui nas abordagens junto à comunidade. Outra barreira é o número pequeno de fisioterapeutas que aderem a Atenção Básica, pois ainda adotam o assistencialismo e foco na reabilitação, justificada pela formação acadêmica que cultivava o modelo reabilitador e pela falta de conhecimento de profissionais da saúde do serviço público sobre a atuação do

fisioterapeuta na Atenção Básica (ARAÚJO, 2009; FORMIGA; RIBEIRO, 2012; TRELHA et al., 2007; MACIEL, et al., 2005; BRASIL et al., 2005; OLIVEIRA, et al., 2011).

Aponta-se também a necessidade de capacitar e incluir no currículo dos graduandos estudo sobre Saúde Pública (FORMIGA; RIBEIRO, 2012). A grande demanda reprimida por atendimentos de reabilitação impossibilitam a direção do fisioterapeuta na prevenção e promoção de saúde assim como a grande rotatividade comprometendo o vínculo familiar (TRELHA et al., 2007; DAVID et al., 2013).

A demora na marcação de consultas no setor secundário e a linguagem técnica adotada pelos profissionais também são empecilhos. O pouco tempo disponibilizado ao atendimento fisioterapêutico em cada Unidade de Saúde impede o acompanhamento eficaz dos pacientes (LANGONI; VALMORBIDA; RESENDE, 2012; TRELHA et al., 2007).

Em outro estudo feito em Coari- AM, os profissionais que atuam na Atenção básica, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde obtiveram conhecimento sobre a atuação da fisioterapia na Atenção Básica apesar de ser menos destacado que os níveis de atenção secundário e terciário. A atuação do fisioterapeuta em hospitais foi a mais mencionada, seguida de clínicas, centros esportivos, e outros. As intervenções do fisioterapeuta em patologias como o AVE, fraturas, alterações posturais e doenças ocupacionais prevaleceram. A respeito da atuação da fisioterapia nas doenças crônicas como a hipertensão, diabetes e hanseníase pouco conhecem os profissionais de saúde. Com esses resultados obtidos, é difícil explicar o molde de atuação do fisioterapeuta na Atenção Básica com foco na promoção de saúde, melhora da qualidade de vida e prevenção (OLIVEIRA et al., 2011).

A Universidade necessita propor aos alunos de fisioterapia e demais áreas experiências no âmbito da saúde pública a fim de desenvolver nos graduandos possibilidades de intervenção na solução de problemas, na qualidade de vida da população, meios de promoção de saúde, prevenção de doenças e agravos, garantindo ao indivíduo autonomia sobre seu estado de saúde (MACIEL et al., 2005).

Existe a dificuldade em fazer um levantamento epidemiológico dos eventos ocorridos e sua resolubilidade devido à demanda existente na equipe de Atenção Básica, insuficientes recursos humanos, falta de recursos tecnológicos e infraestrutura e também devido à carência de horários comuns com a equipe da ESF (ARAÚJO, 2009; TRELHA et al., 2007; FORMIGA; RIBEIRO, 2012; BRASIL et al., 2005).

As barreiras encontradas para a efetividade dessas ações estão no transporte coletivo necessário para deslocamento e pela falta de acessibilidade do mesmo que pode comprometer e agravar um quadro álgico. No que diz respeito ao transporte, destacamos também a falta de recursos financeiros para se locomover e a incapacidade de locomoção gerada pelo analfabetismo (ARAÚJO, 2009; LANGONI; VALMORBIDA; RESENDE, 2012). Os profissionais também relatam que o transporte até as Unidades de Saúde geram custos adicionais já que atendem outras equipes (TRELHA et al., 2007).

Fisioterapia no NASF

A fisioterapia deve trabalhar dentro das áreas estratégicas em conjunto com os profissionais da ESF. No NASF deve: realizar o diagnóstico situacional relacionando problemas frequentes e atuar na prevenção e reabilitação; realizar atendimentos individuais e coletivos de prevenção nas áreas que lhe compete; realizar pesquisas e ações específicas de saúde mental; desenvolver atendimentos de reabilitação de forma coletiva; organizar grupos operativos em busca da resolubilidade; atuar na promoção e prevenção; acolher os usuários na reabilitação com orientações, atendimento individual e acolhimento de acordo com suas necessidades (RODRIGUEZ, 2010; BARBOSA ET AL., 2010).

O diagnóstico situacional da comunidade deve ser o primeiro a ser realizado, reconhecendo suas necessidades de saúde, potencialidades e vulnerabilidade da região. A epidemiologia fornece dados sobre a saúde da comunidade e permite identificar os atores causais dos problemas. Com essas informações, é possível abolir as fronteiras econômicas, sociais, culturais e geográficas que afetam a saúde da população. Através desse diagnóstico, o fisioterapeuta planeja grupos operativos que abrangem as necessidades locais e promove ações para extinguir e amenizar esses agravos. A intersetorialidade, ou seja, a parceria de dois ou mais setores distintos que se vinculam para compartilharem a responsabilidade e desenvolver ao máximo a saúde da sociedade, é feita entre empresas privadas, Estado e a população que se movimentam em conjunto (FRAGELLI; SHIMIZU 2014).

O fortalecimento das políticas públicas a partir do conhecimento dos programas de saúde, das políticas locais, e da participação social em conselhos de saúde é um instrumento para desenvolvimentos das ações no NASF. A atenção voltada ao modelo biomédico deve ser rompida e a formação profissional direcionada às práticas coletivas tornando-os capazes de uma visão ampla e multidimensional em relação aos sujeitos e um atendimento com

qualidade. O acolhimento dos usuários é necessário devido aos imprevistos recorrentes no cuidado à saúde e na tentativa de lidar com a demanda natural e expandir o acesso. O processo de trabalho organizado é essencial para a obtenção da integralidade e da longitudinalidade, aprimorando benefícios como a comunicação, a confiança e a responsabilidade entre paciente e fisioterapeuta. O trabalho em equipe direciona a responsabilidade do paciente a todos os profissionais da rede de atenção em sua respectiva área de atuação. Os trabalhos são realizados de modo ativo, participativo, com finalidades em comum para que ocorra desfragmentação do cuidado (FRAGELLI; SHIMIZU 2014).

O fisioterapeuta necessita de técnica apropriada e percepção para acolher o usuário permitindo definir ações redutoras de riscos, ensino em saúde, e planejar os atendimentos individuais, coletivos e domiciliares. Um dos pilares da atuação da fisioterapia no NASF ocorre pelo princípio de resolutividade, prestando serviço aos problemas de saúde dos usuários que buscam o serviço de fisioterapia. O processo de trabalho é voltado para a disponibilidade dos recursos físicos e tecnológicos, atividades criativas, conexão com a coletividade e de acordo com as necessidades da comunidade. As principais ferramentas de trabalho são o apoio matricial, a clínica ampliada e os projetos terapêuticos singulares e coletivos (SOUZA et al., 2014; LANCMAN, et al. 2013; REIS et al., 2012;).

No interior da Bahia, foi realizado um estudo no qual gestores, usuários e profissionais da saúde avaliaram a atuação do fisioterapeuta no NASF. Sendo uma das diversas áreas da saúde composta pelo NASF, a fisioterapia atua em todos os níveis de atenção sendo elas promoção, prevenção e reabilitação realizadas buscando a coletividade. Com relação aos gestores, a quantidade de fisioterapeutas dispostas para atender o local é adequada. Já para os profissionais da saúde, o número de fisioterapeutas para atender a demanda existente não é o bastante, sendo necessária a contratação de mais profissionais. Sua atuação é direcionada na manutenção da integridade física e nas funcionalidades da vida diária do usuário refletindo na qualidade de vida da população (SOUZA et al., 2014).

Em Governador Valadares, a inserção do fisioterapeuta no NASF se deu por meio da demanda reprimida e pelos diversos agravos à saúde que acometiam a população. O método de trabalho foi organizado no acolhimento, atendimento individual na UBS, domiciliar, grupos e educação em saúde para a comunidade e para os demais profissionais de saúde. Os grupos de prevenção primária abordam saúde da mulher e gestantes, saúde da criança e do adolescente com relação ao desenvolvimento neuropsicomotor e a postura (BARBOSA et al., 2010).

Já os grupos da atenção secundária abordam sobre doenças crônicas como a diabetes, a hipertensão, e de posturas para indivíduos que apresentam quadro algico (BARBOSA et al., 2010; DIBAI FILHO; AVEIRO, 2012).

No nível terciário, ocorrem visitas domiciliares com educação dos cuidadores para que possam intervir, pois a demanda é grande impossibilitando o profissional de disponibilizar assistência (BARBOSA et al., 2010).

Em Arapiraca, foi realizado um estudo abordando a saúde do idoso pelo profissional fisioterapeuta do NASF. Discutem que a abordagem do idoso pelo NASF é adequada aos princípios da saúde coletiva, com ações preventivas, educativas e promotoras de saúde. O idoso é percebido em sua totalidade, de acordo com a necessidade que apresenta. São oferecidos palestras, danças, passeios, grupos e brincadeiras com os idosos para integrá-los na sociedade. As atividades oferecidas em grupo são referentes: à prática física, saúde mental, perigo de quedas, dores, saúde da mulher e do homem, diabetes, hipertensão e outros. O idoso foi encaminhado a outro nível de intervenção quando foi percebida a necessidade, por meio de referência. Com relação às dificuldades de se trabalhar com os idosos, destacam a falta de recursos materiais para desenvolver as atividades, falta de transporte para levar os fisioterapeutas até a residência dos acamados/domiciliados e a necessidade de capacitação e estímulos aos profissionais. Os agentes de saúde não contribuíram para mobilizar os grupos e fazer a busca desses idosos (DIBAI FILHO; AVEIRO, 2012).

Em Belo Horizonte- MG, um estudo descreveu os atendimentos do NASF na área reabilitadora. O atendimento em reabilitação é realizado através de compartilhamento e colaboração do NASF com a ESF com atendimentos individuais e coletivos. Os atendimentos mais solicitados foram de fisioterapia correspondendo a quase 45% do total e os motivos osteomusculares (lombalgias, cervicalgias e osteoartroses) e neurológicos (AVE, Parkinson e demência) foram os mais demandados. O grupo etário mais atendido pelo fisioterapeuta foi adulto (40 a 59 anos) e de idosos (maiores de 60 anos) (REIS et al., 2012).

O fisioterapeuta deve realizar ações de promoção em saúde em parceria com ESF envolvendo as funcionalidades do usuário, como a conscientização corporal, posturas adequadas, condicionamento físico, influência do barulho, entre outras (BARBOSA et al., 2010).

Promover saúde é direcionar a atenção multidisciplinar para os pacientes e enxergar possibilidades de se construir a autonomia sobre o cuidado com a saúde. A promoção de saúde inclui uma globalidade em volta de um ser humano, por isso a necessidade de envolver

a comunidade e que as políticas intersetoriais forneçam ambientes adequados para desenvolver ao máximo a saúde. As ações de promoção de saúde e prevenção são complementares, porém não é diferenciada pelos profissionais. A promoção amplia a visão da saúde e parte para as funcionalidades e bem-estar de qualquer indivíduo/comunidade independente da presença de uma doença. Já na prevenção, as ações são direcionadas para reduzir os agravos e riscos, evitar o aparecimento de outras doenças em um grupo que já está adoecido. O planejamento em conjunto com a equipe de saúde é fundamental para a efetivação das ações promotoras. A realidade da comunidade somada com as estratégias e ações viabilizam um bom funcionamento do serviço dentro da comunidade. A população também tem um papel importante em participar do planejamento das atividades do NASF (BONALDI; RIBEIRO, 2014).

Atualmente, a fisioterapia almeja que sua atuação ultrapasse a área reabilitadora, com o intuito de atuar na melhoria e promoção de saúde e prevenção de doenças. Incluindo-se em políticas públicas de saúde integrantes do SUS com a intenção de reunir uma população para orientá-la e praticar atividades promotoras de saúde.

A promoção de saúde está inteiramente relacionada à qualidade de vida e depende de um conjunto de estratégias sejam elas do Estado, da comunidade e parcerias. O paciente deve ser percebido como um todo físico-mental-social, sob a ótica de fisioterapeutas mais humanizados com a integração de uma equipe multidisciplinar (CAMPOS; RODRIGUES NETO, 2008; SALMÓRIA; CAMARGO, 2008).

Criam-se dispositivos de mobilização e participação da sociedade de acordo com as necessidades detectadas com intervenção permanentemente nos condicionantes de saúde.

O fisioterapeuta não participou da transformação da sociedade, devido ao pouco tempo de reconhecimento da profissão, não havendo, portanto, barreiras para que utilize a Humanização na sua atuação profissional. Portanto, a troca de conhecimentos entre profissional e paciente/familiares é uma prática promotora de saúde, chave para um atendimento de qualidade. Essa comunicação deve ser compreensível, adequada ao ambiente que o paciente vive e respeitando sua cultura (SALMÓRIA; CAMARGO, 2008).

A promoção em saúde através de uma linguagem acessível permite a mudança de hábitos e a capacidade de examinar os comportamentos que vão diminuir o sofrimento e impactar no modo de vida do usuário (FRAGELLI; SHIMIZU 2014).

Entre as dificuldades a serem superadas pelo profissional no NASF podemos destacar de acordo com Barbosa et al. (2010), Souza et al. (2014), Bonaldi e Ribeiro (2014) e Dibai Filho e Aveiro (2012):

- Carga horária diferenciada com a ESF.
- Dificuldade de identificar os grupos de risco por meio de dados epidemiológicos.
- Excesso de demanda para a fisioterapia.
- Formação assistencialista e clínica que bloqueia o acolhimento e as ações e havendo a necessidade de mais tecnologia.
- Dificuldade de integração dos profissionais do NASF com a Estratégia Saúde da Família, da aceitação e entendimento do processo de trabalho proposto pelo NASF.
- Grande rotatividade de profissionais dificulta a relação entre as equipes.
- Desvalorização das atividades em grupo por parte da comunidade e dos próprios profissionais da saúde, prevalecendo os atendimentos individuais.
- A carência de recursos materiais e espaço físico apropriado são barreiras enfrentadas para realizar as ações da fisioterapia em todos os níveis de atenção sejam a promoção de saúde, a prevenção e tratamento de doenças e a reabilitação.

Com a fisioterapia inserida na saúde pública, garante-se a integralidade e a partilha de conhecimentos na prática cotidiana, favorecendo o planejamento de ações com foco na realidade dos territórios e das famílias. A reformulação da educação profissional do fisioterapeuta, em relação a suas atividades exercidas na saúde pública, é fundamental para que esses profissionais tenham conhecimento de seu impacto nesse ambiente e abrangência de estudos (FERRETTI; LIMA; ZUFFO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NASF simboliza uma conquista na extensão das capacidades de se obter melhores resultados em saúde, com foco na promoção de saúde e no cuidado a comunidade e no apoio que oferece à ESF, apesar da reabilitação permanecer com grande demanda e as ações serem em muitos estudos mais realizadas.

Diante das barreiras que existem para a efetividade das ações do fisioterapeuta no NASF, destacamos o aspecto físico, os recursos humanos, a falta de entrosamento com a ESF e o próprio desconhecimento dos objetivos do NASF.

Os profissionais fisioterapeutas e outros profissionais da área da saúde necessitam de uma formação acadêmica direcionada para uma atuação na promoção da saúde, valorizando atenção integral e localizada no sujeito biopsicossocial.

Apesar desse trabalho se tratar de uma revisão bibliográfica existem poucos artigos publicados em relação à atividade do fisioterapeuta na Atenção Básica da Saúde e no NASF, o que faz necessário a elaboração de mais estudos sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Karla Ferraz dos et al. Perspectivas e desafios do núcleo de apoio à saúde da família quanto às práticas em saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p.672-680, dez. 2013. Trimestral.

ARAÚJO, José Cláudio dos Santos. **Inserção da fisioterapia na Atenção Básica: um caminho necessário a percorrer em saúde pública**. 2009. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Sanitarista, Escola de Saúde Pública-rs, Porto Alegre, 2009.

BISPO JÚNIOR, José Patrício. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.1627-1636, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 157 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – Cadernos de Atenção Básica, n. 39. v. 1.

BRASIL. **Portaria Gm Nº 154, de 24 de Janeiro de 2008**. Brasil, BRASÍLIA, 25 jan. 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012**.

BISPO JÚNIOR, José Patrício. Formação em fisioterapia no Brasil: reflexões sobre a expansão do ensino e os modelos de formação. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.655-668, set. 2009.

DAVID, Maria Laura Oliveira et al. Proposta de atuação da fisioterapia na saúde da criança e do adolescente: uma necessidade na atenção básica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p.120-129, mar. 2013.

SCOREL, Sarah et al. O Programa de Saúde da Família e a construção de um novo modelo para a atenção básica no Brasil. **Rev Panam Salud Publica: Pan Am J Public Health**, Issn 1020-4989, v. 21, n. 2-3, p.164-176, 2007.

ESPÍNDOLA, Daniela Simoni; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. Evolução histórica da fisioterapia: da massagem ao reconhecimento profissional (1894-2010). **Fisioterapia Brasil**, São Paulo, v. 12, n. 5, p.389-394, out. 2011.

FERTONANI, Hosanna Pattrig et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 6, p.1869-1878, 2015.

FORMIGA, Nicéia Fernandes Barbosa; RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. Inserção do Fisioterapeuta na Atenção Básica: uma Analogia entre Experiências Acadêmicas e a Proposta dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p.113-122, 2012.

OLIVEIRA, Greicimar de et al. Conhecimento da equipe de Saúde da Família acerca da atuação do fisioterapeuta na Atenção Básica. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, v. 24, n. 4, p.332-339, dez. 2011.

RIBEIRO, Cristina Dutra; SOARES, Maria Cristina Flores. Situações com potencialidade para atuação da fisioterapia na atenção básica no Sul do Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v. 36, n. 2, p.117-122, jun. 2014.

RODRIGUEZ, Michelline Ribeiro. Análise histórica da trajetória profissional do fisioterapeuta até sua inserção nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF). **Com. Ciências Saúde.**, Brasília, v. 21, n. 3, p.261-265, fev. 2010.

O SIGNIFICADO ESTATÍSTICO DO ÍNDICE DE MASSA CORPÓREA (IMC) E UMA PROPOSTA REFLEXIVA PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Eliana da C. M. Vinha*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo descrever o significado estatístico das variáveis, peso e altura, para o cálculo de IMC – Índice de Massa Corpórea de alunos de uma academia em João Pinheiro – MG, a fim de promover atitudes reflexivas sobre a importância da atividade física para jovens e adultos. A amostra foi composta por 20 alunos sendo 10 homens e 10 mulheres. Foram selecionadas 10 fichas de cada gênero. Os itens inclusivos para participar da pesquisa foi o aluno ser praticante de alguma modalidade esportiva na Academia X, ter a idade entre 20 a 30 anos e ter na ficha a altura e o peso corporal. A análise dos dados coletados foi tabulada por meio do Excel® e do aplicativo Bioestat versão 5.3. Após a análise estatística descritiva e quantitativa dos alunos da Academia X em relação ao índice de IMC, verificou-se que a variável altura é dependente da variável peso para calcular o IMC. O grupo masculino mostrou-se mais propenso para desenvolver alguma doença relacionada ao sobrepeso ou obesidade.

Palavras chave: IMC. Saúde. Obesidade

Abstract: This paper aims to describe the statistical significance of the variables, weight and height for the BMI calculation – Body Mass Index of students from an academy in João Pinheiro – MG, to promote reflective attitudes about the importance of physical activity for youth and adults. The sample consisted of 20 students 10 men and 10 women. We selected 10 records of each gender. Items inclusive to participate in the study was the student is practicing some sport in the X Academy, having age between 20 to 30 years and have the plug height and body weight. The analysis of the collected data was tabulated through Excel® and Bioestat version 5.3 application. After descriptive and quantitative statistical analysis of student X Academy relative to the BMI index, it was found that the height variable is dependent variable weight to calculate the BMI. The male group was more likely to develop a disease related to overweight or obesity.

Keywords: BMI.Fitness. Obesity

INTRODUÇÃO

* Fisioterapeuta, Bióloga, Bacharelado em Educação Física, Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: elianafisio@gmail.com

A obesidade é considerada uma importante ameaça à saúde da população mundial. Este problema resulta da combinação de vários fatores, aos hábitos alimentares, o estresse, o sedentarismo, dentre outros são riscos iminentes para a saúde de jovens e adultos.

Segundo a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM, 2014) a obesidade no Brasil há um aumento de 0,5% no peso corporal por ano, esse aumento é considerado alarmante ao contabilizar os dados estatísticos para os próximos 10 anos. Sob esta perspectiva é fundamental refletir sobre essa temática e analisar estatisticamente os indicadores que podem contribuir para o aumento da obesidade.

Para Bidurin (2015, p. 63) “o objetivo principal de uma medida estatística é resumir a informação estudada em termos de indicadores, sob vários aspectos, que permitam uma interpretação mais consistente dos dados coletados”, esta medida será analisada utilizando as variáveis, altura e o peso.

A relação entre altura e o peso podem ser calculados utilizando o método do IMC, que é um parâmetro difundido entre diversos profissionais da área de saúde, entre eles os profissionais de Educação Física.

É importante que o profissional de Educação Física tenha conhecimento da Estatística por ser uma disciplina que se trata da organização e resumo de dados. Sendo assim a Bioestatística dá ênfase na aplicação às Ciências da Saúde desempenhando papel relevante na análise dos dados coletados em todas as áreas da saúde, por exemplo, a epidemiologia, a política sanitária, na saúde pública, ambiental e ocupacional (ROCHA; CARVALHO, 2012).

Vale ressaltar também, que o profissional de Educação Física possa avaliar a literatura sobre sua atuação, para aplicar os resultados dos estudos aos seus alunos/atletas, interpretar informações sobre uso de drogas (*doping*) e equipamentos utilizados em academias. Os Métodos Descritivos, por exemplo, são especificamente úteis para avaliar se a ocorrência de um determinado evento é diferente entre atletas expostos e não expostos a um determinado fator ou de acordo com suas características (BLAIR; TAYLOR, 2013). Por fim, os estudos de Estatística possibilitam o profissional manter-se informado sobre tudo que envolve o mercado do *fitness* e desenvolver um trabalho eficiente contribuindo assim, para diminuir o índice de gordura corporal prejudicial ao ser humano.

Neste contexto, este trabalho tem por objetivo descrever o significado estatístico das variáveis, peso e altura, para o cálculo de IMC – Índice de Massa Corpórea de alunos de uma academia em João Pinheiro – MG, bem como calcular a média e o desvio padrão para

interpretar e sintetizar os resultados obtidos a fim de promover atitudes reflexivas sobre a importância da atividade física para jovens e adultos.

Cuidar do peso é fundamental para garantir a saúde. Quanto maior o peso corpóreo maior é o risco de desenvolver doenças, tais como, cardiovasculares, renais diabetes, osteoartrose, doenças hepáticas e psiquiátricas dentre outras (MELO, 2012).

Em função dos fatores citados, será analisada a relação entre altura e peso dos alunos (gênero masculino e feminino) frequentadores de uma academia sob a hipótese de que o IMC está relacionado com a estatura e o peso nos dois grupos estudados.

A amostra foi composta por 20 alunos sendo 10 homens e 10 mulheres. Foram selecionados 10 fichas de cada gênero. Os itens inclusivos para participar da pesquisa foram: ser aluno praticante de alguma modalidade esportiva na Academia X, ter a idade entre 20 a 30 anos e ter na ficha a altura e o peso corporal.

A análise dos dados coletados foi tabulada por meio do Excel[®] e do aplicativo Bioestat versão 5.3, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2014), para sintetizar a análise estatística dos dois grupos estudados: masculino e feminino. Considerou-se um erro de significância de 5%.

DESENVOLVIMENTO

Bouchard (2003, p. 7) descreve a diferença entre sobrepeso e obesidade, dizendo que “o sobrepeso é, sob vários aspectos, muito diferente da obesidade. É óbvio que a obesidade se caracteriza por um excesso significativamente maior de peso e, particularmente de massa de tecido adiposo, do que o sobrepeso; entretanto a situação é ainda mais complexa”. Em outras palavras a diferença reside na maior porcentagem de massa corporal, tecido adiposo, por exemplo. Outras diferenças que podem ser citadas são o balanço e o gasto energético. O estilo de vida também se faz importante, pois o sedentarismo é prejudicial para o indivíduo sobrepeso e o obeso. Compreender essas variáveis torna-se importante para adequação da atividade física.

Santarém (2012) diz que a atividade física é fundamental para o estímulo da saúde geral dos indivíduos, além de ser fato a diminuição da ocorrência de mortes por todas as causas, principalmente se considerar o efeito do exercício físico sobre o metabolismo e o sistema cardiovascular. A atividade física habitual, exceto na predisposição genética, pode impedir ou retardar a evolução da degeneração vascular em doenças, tais como, o diabetes

mellitus, a hipertensão arterial, as dislipidemias e a obesidade caracterizadas pelo acúmulo de gorduras do sangue.

Dâmaso, Caranti e Mello (2010, p. 201) descreveram a obesidade como sendo “uma doença com múltiplas alterações fisiopatológicas e representa um sério problema de saúde pública.” Neste sentido, o sedentarismo associado à alimentação calórica são fortes determinantes da obesidade, desenvolvendo as comorbidades associadas, passam, então, não ser somente um problema para o obeso, atinge também os cofres públicos.

Sendo assim, a prática de atividade física sistematizada têm sido preventivo para o controle da obesidade e de outras doenças correlacionadas. Uma forma simples e praticamente sem custo é identificar o IMC dos indivíduos.

Para Blair e Taylor (2012) o IMC é determinado pela divisão da massa do indivíduo pelo quadrado de sua altura, onde a massa está em quilogramas e a altura está em metros, conforme a fórmula: $IMC (kg/m)^2 = \text{peso} / (\text{altura})^2$.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1 – Relação das variáveis

ALUNOS	Altura	Peso	Idade	IMC
1	1,74	88	22	29,07
2	1,73	68	28	22,72
3	1,70	70	29	24,22
4	1,68	67	30	23,74
5	1,67	59	25	21,16
6	1,65	63	23	23,14
7	1,62	61	22	23,24
8	1,60	65	21	25,39
9	1,55	64	20	26,64
10	1,50	48	20	21,33

ALUNAS	Altura	Peso	Idade	IMC
1	1,70	68	26	23,53
2	1,70	66	25	22,84
3	1,71	65	24	22,23
4	1,68	69	30	24,45

5	1,68	60	25	21,26
6	1,66	65	30	23,59
7	1,66	60	22	21,77
8	1,65	58	29	21,30
9	1,64	57	26	21,19
10	1,60	56	28	21,88

Fonte: Dados obtidos por fichas de alunos frequentadores da Academia X, 2016. Análise e Resultados tabulados no Excel®

Observa-se na tabela 01 que no grupo masculino a altura máxima é de 1,74 m e a mínima de 1,50 m. O peso mínimo de 48 kg e o máximo de 88 kg. A idade mínima é de 20 anos e a máxima de 30 sendo a mediana de 22,5 anos. No grupo feminino a altura máxima é de 1,70 m e a mínima de 1,60 m. O peso mínimo de 68 kg e o máximo de 56 kg. A idade mínima é de 20 anos e a máxima de 30 sendo a mediana de 26 anos.

Tabela 2 – Estatística Descritiva – IMC

	- 1 - IMC Masculino	- 2 - IMC Feminino
Tamanho da amostra =	10	10
Mínimo	21.0	21.0
Máximo	29.0	24.0
Amplitude Total	8.0	3.0
Mediana	23.0	21.5
Primeiro Quartil (25%)	22.2500	21.0000
Terceiro Quartil (75%)	24.7500	22.7500
Desvio Interquartilico	2.5000	1.7500
Média Aritmética	23.7	21.9
Variância	6.0	1.2
Desvio Padrão	2.5	1.1
Erro Padrão	0.8	0.3
Coefficiente de Variação	10.34%	5.03%
Assimetria (g1)	1.1	0.9
Curtose (g2)	1.3	-0.5
Média Harmônica =	23.4886	21.8518
N (média harmônica) =	10	10
Média Geométrica =	23.5916	21.8756
N (média geométrica) =	10	10
Variância (geom.) =	1.0043	1.0011
Desvio Padrão (geom.) =	1.049	1.0507

Fonte: Análise estatística descritiva e quantitativa. Bioestat 5.3, 2016

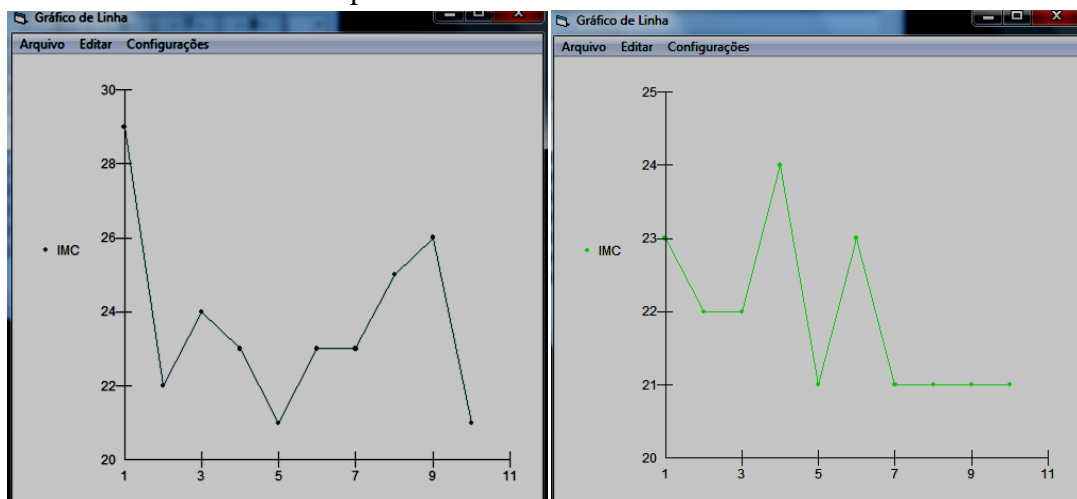
Na tabela 02, para o grupo dos alunos destaca-se o desvio padrão do IMC é de 2,5 sendo a média aritmética de 23,7. Para o grupo das alunas, o desvio padrão do IMC é de 1,1 sendo a média aritmética de 21,9.

Um estudo realizado por Radominski em 2014, membro do Departamento de Obesidade da SBEM, revelou que o **sobrepeso** é maior entre os homens (56,5%) e começa na juventude na idade entre 18 a 24 anos. Segundo a médica as mulheres (49,1%) têm maior **adiposidade** e menor massa muscular do que os homens e estas alterações são

hormonais. Já os homens têm maior tendência à adiposidade visceral (**gordura abdominal**), mesmo quando em sobrepeso, porém o risco à saúde é igual para os dois gêneros.

O Ministério da Saúde também divulgou uma pesquisa em 2014 revelando que os maiores índices de excesso de peso foram encontrados em pessoas com idade entre 45 e 64 anos, 61% estão acima do peso. Os jovens com idade entre 18 a 24 anos registram 38%. A proporção de pessoas com mais de 18 anos com obesidade, chega a 17,9%, embora tenha se mantido estável nos últimos anos é um dado preocupante apontado pela pesquisa. Segundo a mesma pesquisa, nos últimos seis anos houve um aumento de 18% de pessoas que praticam atividades físicas, 35,3% afirmaram dedicar pelo menos 150 minutos por semana a exercícios. Este aumento da prática de atividade física é fator contribuinte para diminuir os índices de obesidade, aliados aos hábitos alimentares.

Gráfico 1 – Dados do IMC Grupo Masculino e Feminino



Fonte: Bioestat 5.3, 2016.

Analisando o gráfico 01 por meio da análise estatística percebe-se que o grupo masculino possuem 03 (três) indivíduos com elevado risco para desenvolver doenças devido o sobrepeso. Já no grupo feminino todas estão dentro da classificação normal conforme recomenda a OMS – Organização Mundial de Saúde – OMS, descrito pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), conforme apresentado na tabela 03.

Tabela 3 – Classificação e risco de doença de acordo com o IMC

Categoria	IMC
Abaixo do peso	Abaixo de 20
Peso normal	20,0 - 24,9
Sobrepeso	25,0 - 29,9
Obeso	30,0 - 39,9

Obeso mórbido	40,0 e acima
---------------	--------------

Fonte: IBGE, 2016.

Como demonstrado na tabela 03, indivíduos sobrepeso estão na faixa de 25 a 29,9 de IMC, o que reflete nos casos dos 03 alunos que participaram desta pesquisa, enquanto o obeso está entre 30 a 39,9. Vale ressaltar que nenhuns dos alunos pesquisados estão nesta faixa de risco.

Análise estatística (nível de significância)

	- 1 -	- 2 -
Tamanho =	10	10
Média =	23.7000	21.9000
Variância =	6.0111	1.2111
	Heterocedasticidade	
Variância =	0.7222	---
t =	2.1181	---
Graus de liberdade =	12.49	---
p (unilateral) =	0.0278	---
p (bilateral) =	0.0557	---
Poder (0.05) =	0.6819	---
Poder (0.01) =	0.4161	---
Diferença entre as médias =	1.8000	---
IC 95% (Dif. entre médias) =	-0.1597 a 3.7597	---
IC 99% (Dif. entre médias) =	-1.0512 a 4.6512	---

Fonte: Bioestat 5.3, 2016.

O nível de significância é denotado por α e indica a probabilidade de cometer um erro tipo-I. Nesta amostra, o BioEstat 5.3 é representado por p (bilateral).

O nível de significância para os dois grupos (alunos e alunas) relacionados ao IMC fixado foi de 5% (α). O BioEstat 5.3 informou o nível de significância de t_{teste} 0,0557% isto representa que o nível de significância é menor que o estimado, isto é, o resultado não foi por acaso e sim que há um nível de confiança nos resultados. Entende-se que é aceita a hipótese de que o IMC está relacionado com a estatura e o peso nos dois grupos estudados, porém tem que levar em consideração a possibilidade desta margem de erro.

CONCLUSÃO

Após a análise estatística descritiva e quantitativa dos alunos da Academia X em relação ao índice de IMC, verificou-se que a variável altura é dependente da variável peso para calcular o IMC. O grupo masculino mostrou-se mais propenso para desenvolver alguma doença relacionada ao sobrepeso ou obesidade.

A obesidade, por ser identificada como uma doença de saúde pública, precisa ser vista com cuidado por parte dos profissionais de saúde, especialmente pelo Profissional de Educação Física que possui na sua formação acadêmica o conhecimento necessário para atuar de forma preventiva no controle desta doença e de suas manifestações no metabolismo.

Desta forma é importante refletir sobre estas condicionantes e planejar aulas e projetos voltados para a população em geral, não esperar o indivíduo estar além do peso ideal para intervir.

REFERÊNCIAS

BIDURIN, C. P. **Bioestatística**. Claretiano: Batatais/SP, 2015.

BIOESTAT. **Aplicativo Bioestatística**. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2014.

BLAIR, C. R.; TAYLOR, R. A. (trad. Daniel Vieira). Bioestatística: para ciências da saúde. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de massa corpórea**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2002/imc_calculo.php?peso=65&altura=1%2C66&Submit=Enviar Acesso em 07 mar.2016.

_____. Ministério da Saúde. **Metade dos brasileiros está com excesso de peso**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/04/metade-dos-brasileiros-esta-com-excesso-de-peso> Acesso em 07 mar.2016.

BOUCHARD, C. **Atividade física e obesidade**. Manole: São Paulo, 2003.

DÂMASO, A.; CARANTI, D. A.; MELLO, M. T. Obesidade. Pp. 201-211. In: VAISBERG, M; MELLO, M. T. (org) **Exercícios na saúde e na doença**. São Paulo: Manole, 2010.

MELO, M. E. **Doenças Desencadeadas ou Agravadas pela Obesidade**. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO. 2012. Arquivo digital em PDF.

ROCHA, H. A. L.; CARVALHO, E. R. **Conceitos básicos de epidemiologia e bioestatística**. Apostila da disciplina Epidemiologia e Bioestatística. Faculdade de Medicina do Ceará: Ceará, 2012. Material impresso.

SANTARÉM, J. M. **Musculação em todas as idades: comece a praticar antes que seu médico recomende**. São Paulo: Manole, 2012. Pp. 11-20.

SBEM – Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. **Números da obesidade no Brasil.** Disponível em <<http://www.endocrino.org.br/numeros-da-obesidade-no-brasil/>> Acesso em 07 abr. 2016.

VAISBERG, M; MELLO, M. T. (org) **Exercícios na saúde e na doença.** São Paulo: Manole, 2010.

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DE COMO É CONSTRUÍDA NA ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE JOÃO PINHEIRO

Bráulio Emilio Maciel Faria*
Renata Suzelli Souza Gonçalves**

Resumo: Apresenta como foco principal deste trabalho uma análise de como a imagem da Administração de Recursos Humanos é construída na Associação Educacional de João Pinheiro. Tem como objetivo fornecer informações detalhadas demonstrando qual é o papel que o Departamento de Recursos Humanos executa na empresa e assim reduzir a representação de medo dos colaboradores para incentivar o trabalho em equipe e melhorar a administração do setor. O presente trabalho constitui-se da representação dos colaboradores da organização pesquisada, que possuem vínculo de trabalho desde 2002 até os dias atuais. Os funcionários são em sua maioria do sexo feminino e possuem faixa etária de no mínimo 18 anos que se estendem acima dos 37. A análise da pesquisa qualitativa e participante revela um conhecimento elevado de Recursos Humanos que os colaboradores possuem, assim como, demonstra um alto nível de representação de confiança e também medo. O estudo ainda faz uma análise das causas dos problemas descobertos e apresenta uma série de sugestões que podem trazer diversas melhorias a instituição. O desfecho final deste estudo demonstra que a imagem da Administração de Recursos Humanos pode ser construída tendo ambas as representações e que elas moldam um comportamento diferente em cada um dos colaboradores. Enfim, a pesquisa revela o desejo do pesquisador traduzido em palavras, de demonstrar todo seu conhecimento adquirido ao longo de oito anos de trabalho.

Palavras Chaves: Recursos Humanos. Administração. Representação. Confiança. Medo.

Abstract: Displays the main focus of this study an analysis of how the Human Resources Administration of the image is built in the Educational Association of João Pinheiro. It aims to provide detailed information demonstrating what is the role that the Department of Human Resources runs the company and thus reduce the representation of fear of employees to encourage teamwork and improve the sector's management. This work constitutes the representation of employees surveyed organization, who have an employment relationship from 2002 to the present day. The staff are mostly female and have aged at least 18 years that extend above 37. The analysis of qualitative research and participant reveals a high knowledge of Human Resources that employees have, and demonstrates a high confidence level of representation and also fear. The study also analyzes the causes of the problems discovered and presents a number of suggestions that can bring several improvements to the

*Especialista em Administração de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas pela Faculdade Patos de Minas (FPM). Coordenador de Recursos Humanos na Faculdade Patos de Minas (FPM) e Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Professor na Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). E-mail: braulioemilio@gmail.com

**Especialista em Didática e Metodologia Ensino Superior pela FCJP e Auditoria pela UNIMONTES. Professora e Contadora na Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). E-mail renatassg@yahoo.com.br

institution. The final outcome of this study shows that the image of Human Resource Management can be built with both representations and that they shape a different behavior in each employee. Finally, the research reveals the desire of the researcher into words, to demonstrate all his knowledge acquired over eight years of work.

Keywords: Human Resources. Management; Representation. Confidence. Fear.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetivou analisar como a imagem do Departamento de Recursos Humanos foi construída na Associação Educacional de João Pinheiro (MG) no período de 2004 a 2012. A Associação Educacional de João Pinheiro, desde seu nascimento, é uma instituição voltada à educação superior, pois na mesma data de sua fundação, em 1999, criou-se também a Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, instituição de ensino, dedicada à educação superior, através dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e tecnológico, pós-graduação e cursos de extensão universitários. (PDI¹, 2009 – 2013)

O início das atividades desta instituição deu-se no início do ano de 2002 com a aprovação pelo DEPESES/SESu/MEC², dos cursos de bacharelado em fisioterapia e licenciatura em educação física, sendo que desde o primeiro momento estes cursos foram totalmente assimilados pela população local, ainda em 2002 foram aprovados os cursos de bacharel em enfermagem e licenciatura em letras, matemática e normal superior que iniciaram o seu funcionamento no início de 2003, já em 2003 foi aprovado o curso de bacharel em biomedicina, que iniciou no mesmo ano, ainda em 2003 o curso de bacharelado em administração foi aprovado iniciando suas atividades em fevereiro de 2004.

O ano de 2004 foi marcado pela aprovação pela SESu/MEC para os cursos de formação de professores desta instituição, ou seja, os cursos de Licenciatura em Educação Física, Letras, Matemática e Normal Superior, ação esta de grande cunho social, pois, propiciou a capacitação da mão-de-obra docente de uma área muito carente deste tipo de profissional, que abrange o norte do estado de Minas Gerais e o sul do estado da Bahia, com o intuito de aumentar ainda mais este atendimento em 2005 a instituição solicitou junto ao MEC/SESu a autorização para funcionamento dos cursos de licenciatura em biologia, geografia, história e química, estes cursos foram aprovados e iniciaram suas primeiras turmas

¹ Plano de Desenvolvimento Institucional

² Diretoria do Departamento de Política do Ensino Superior/ Secretária de Educação Superior/Ministério da Educação e Cultura.

em 2006, ainda em 2005 foi solicitado o reconhecimento dos cursos de Bacharelado em Fisioterapia e Licenciatura em Educação Física, Letras e Matemática, sendo os mesmos reconhecidos em 2006, ano em que foram solicitados os reconhecimentos dos cursos de Bacharelado em Enfermagem e Licenciatura em Normal Superior que foi transformado em Licenciatura em Pedagogia. Em 2007 foi solicitado o reconhecimento dos seguintes cursos: Bacharelado em Administração de Empresas e Biomedicina, Licenciatura em Biologia, História, Geografia e Química; e a renovação do reconhecimento dos cursos de Bacharelado em Fisioterapia, Licenciatura em Educação Física, Letras, Matemática e Normal Superior (PDI, 2009 – 2013).

Esta pesquisa teve como intuito demonstrar aos funcionários da Associação Educacional de João Pinheiro qual é o papel da administração de recursos humanos, contribuindo assim para um melhor relacionamento entre funcionários e RH. Melhorando o relacionamento entre eles, facilitará os processos organizacionais e contribuirá para um melhor desenvolvimento do trabalho de ambos e conseqüentemente trazendo significativas melhorias para a administração da instituição.

Grande parte das empresas de João Pinheiro não possui um departamento específico de recursos humanos e preferem contratar escritórios de contabilidade para fazer essa função ou simplesmente optam por não ter este departamento em sua gestão. Os fatos relatados neste estudo mostram a todo meio empresarial pinheirense a contribuição e influência que um Departamento de Recursos Humanos exerce sobre a administração da empresa. A sociedade empresarial de João Pinheiro estará tomando conhecimento de exemplos reais de uma ARH em uma grande empresa de sua cidade nas páginas desta pesquisa.

A administração é uma ciência social aplicável, gratificante de ser estudada, ela surgiu e se desenvolveu junto com história da humanidade. Seus princípios e métodos permitem que pesquisadores desenvolvam trabalhos de censo crítico, contribuindo com o próprio desenvolvimento da sociedade.

Observando o dia-a-dia na Associação Educacional de João Pinheiro, os pesquisadores levantaram uma série de indagações: Como a imagem do ARH é construída? Os colaboradores da organização pesquisada sabem para quê serve o Departamento de Recursos Humanos? Por que alguns funcionários procuram outros setores quando surge um determinado problema que seria de competência do Departamento de Recursos Humanos resolver? Qual a representação do RH? Qual a influência dos vínculos organizacionais na

instituição? A Administração de Recursos Humanos desempenha seu papel de forma competente?

A função do Departamento de Recursos Humanos na organização segundo Toledo (2003) é recrutar, treinar, desenvolver, motivar as pessoas que trabalham na empresa. O problema é que a maioria dos funcionários parecem não saber disso e vêem o departamento de recursos humanos como sendo o lugar que faz unicamente advertir e demitir pessoas.

Tendo em vista essa definição das funções dos Recursos Humanos, os funcionários não percebem que esse setor existe para orientá-los e acabam entendendo o contrário, de que o Departamento de Recursos Humanos da empresa serve apenas para adverti-los. Pensando dessa forma o relacionamento entre o setor e os demais empregados fica comprometido, pois sempre que houver a necessidade de falar com funcionários, eles já criam uma expectativa de que algo ruim poderá acontecer.

Os colaboradores com esta definição criada do RH, tomam a seguinte ação quando um determinado problema surge: O funcionário ao invés de procurar o RH, procura outro setor que não irá resolver o seu problema e pode ser que piore a situação, principalmente se for alguma informação confidencial.

Essa situação é muito problemática, pois pessoas que não deveriam ter certos tipos de informações acabam sabendo e o assunto corre por todos os setores. Isso influencia no clima organizacional da empresa, pois ao invés de se preocuparem com o trabalho, acabam se preocupando com assuntos sem importância. Isso faz com que os colaboradores percam o foco, prejudicando seu trabalho e prejudicando também o trabalho dos outros principalmente a Administração de Recursos Humanos. Quando o assunto chega ao RH, ele já percorreu toda a empresa e o setor tem a complicada missão de corrigir o problema.

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo e pelo fato dos pesquisadores compartilharem a vivência dos sujeitos pesquisados, o método teve algumas características de pesquisa participante. Entretanto a pesquisa também foi do tipo exploratória, que pode ser definida como:

Exploratórios – são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. [...] Estudos exploratórios-descritivos combinados – são estudos exploratórios que tem por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. (LAKATOS, 2005, p.190)

Uma pesquisa de campo foi realizada utilizando instrumentos de observação assistemática e também foi aplicado um questionário aos colaboradores da instituição. O comportamento dos colaboradores já vinha sendo observado pelo pesquisador e durante a pesquisa de campo ele continuou dando ênfase nesse método.

O questionário foi aplicado a todos os funcionários da instituição que atualmente conta com um quadro de pessoal com 64 funcionários distribuídos entre os cargos de professores e técnico-administrativos. Dos 64 colaboradores apenas 43 responderam os questionários, os outros 21 não quiseram ou não puderam responder.

A escolha em usar questionários se deu pelo fato do pesquisador estar integrado aos sujeitos pesquisados e, portanto tentar reduzir ao máximo a omissão de informações. O questionário foi entregue a cada um deles e uma urna foi colocada em local estratégico para que os colaboradores depositassem seu questionário, depois de respondido sem serem identificados. Terminado a coleta de dados, foi realizada uma triangulação de informações com os resultados obtidos no questionário e na observação dos pesquisadores.

1. OS RECURSOS HUMANOS NOS DIAS DE HOJE

Estamos em pleno século XXI, na era da informação e do conhecimento. O mundo onde a cada dia que passa, novas tecnologias surgem e o mercado fica mais e mais competitivo. Aquele que não conseguir se adaptar rapidamente as mudanças vai ficar para trás.

Pessoas inteligentes e organizações inteligentes criam seus próprios futuros! Vivemos e trabalhamos em um ambiente desafiador, com grandes oportunidades e uma incerteza dramática. O sucesso pessoal e organizacional deve ser impelido nos ambientes de trabalho que estão sendo reinventados. (SCHERMERHORN, 2006, p.1)

Os ambientes de trabalho estão sendo reinventados, existem grandes oportunidades de crescimento pessoal e profissional. Na visão de SANTANA (2000), as empresas buscam a excelência, e embora as oportunidades nos permitam entrar no mercado facilmente, é preciso estar sempre em sintonia com suas transformações. Ele ainda cita alguns fatores revolucionários que foram determinantes para as transformações do nosso ambiente de trabalho que são o aumento da comunicação, informatização e como consequência das duas a globalização.

As empresas hoje de acordo com SANTANA (2000), vivem o que ele chama de “síndrome do sucesso”. Entram no mercado pelas grandes oportunidades de negócios, após crescerem um pouco tudo vai ficando mais complexo e se não houver gestão de pessoas adequada, a empresa irá morrer.

Os recursos humanos, hoje, fazem parte do nível estratégico das organizações. Ele é responsável pelo desenvolvimento dos trabalhadores e também dos clientes da empresa. Pensar estrategicamente vinte e quatro horas por dia é sua função. Portanto, uma empresa que não tenha um departamento de RH sólido, terá dificuldades para sobreviver no mercado e acabarão sendo vítimas da “síndrome do sucesso”.

Não foram apenas o mercado e as empresas que se transformaram, a Administração de Recursos Humanos também teve que criar novas técnicas de gestão de pessoas. O RH é também responsável por planejar o destino organizacional das empresas, e as novas técnicas implantadas pra esse fim, segundo Marras (2000) são:

- *Empowerment*: Sistema que dá poder as pessoas no processo criativo. Permite que elas tenham autonomia de como realizar as suas tarefas encorajando a criatividade.
- Trabalho em equipe: O modelo mais perseguido pela ARH, procura fazer que os trabalhadores partilhem em conjunto nas tarefas de todos, fazendo que haja um comprometimento total nos resultados.
- Qualidade Total: Ação voltada para o Cliente, onde o mesmo deve estar completamente satisfeito.
- Estruturas Organizacionais: Visa a criação de pirâmides organizacionais com poucos níveis de hierarquia e com maior distribuição de responsabilidades aos membros dos níveis técnicos.
- Aprendizagem Organizacional: Aprimoramento das questões que dizem respeito a organização, como evolução da mesma, das pessoas, do ambiente, etc.

Podemos concluir que a função da Administração de Recursos Humanos é pensar estrategicamente para desenvolver pessoas e conseqüentemente as organizações. A função do RH nos dias de hoje pode ser resumido:

Contribuir para a criação de um clima propício ao bem-estar material, motivação, desenvolvimento e sinergia do patrimônio humano de uma organização. Tipo de clima este que a experiência nos mostra, abundantemente, resultar sempre na maior saúde e conseqüente eficácia de uma organização. (TOLEDO, 2003, p.34)

1.2 O QUE SÃO RECURSOS HUMANOS?

Agora podemos responder a pergunta que muitos não compreendem: O que são recursos humanos?

Recursos humanos pode ser definido da seguinte forma:

Podemos definir recursos humanos como aquele conjunto de princípios, estratégias e técnicas que visa contribuir para a tração, manutenção, motivação, treinamento e desenvolvimento do patrimônio humano de qualquer grupo organizado. Seja este grupo, ou organização, pequeno ou grande, seja privado ou público, desempenhe ele atividades de trabalho, de lazer, ação política ou religiosa etc.(TOLEDO, 2003, p.8)

Qualquer atividade que busque motivar, desenvolver, treinar e manter pessoas, são atividades de recursos humanos. Existem vários papéis que o profissional de RH exerce dentro das organizações, uma delas é a administração de cargos e salários.

O profissional de RH deve conhecer os tipos de cargos que a organização precisa, caso ele julgue necessário, pode-se criar novos ou eliminar os que não precisem. Deve também ter a convicção de valores e remuneração de cada cargo para a obtenção de objetivos organizacionais, como descrito abaixo:

Administrar cargos e salários pressupõe conhecer profundamente cada função do conjunto de cargos da empresa, no que diz respeito aos requisitos mínimos estabelecidos para poder atribuir, com segurança, um valor relativo que se traduza em valor absoluto justo, compatível com a estrutura de cargos da empresa, suas disponibilidades e com o mercado de trabalho concorrente. (CARVALHO; NASCIMENTO, 2004, p.19)

O recrutamento é outra atividade que é de responsabilidade dos recursos humanos, “tem como finalidade a captação de recursos humanos interna e externamente a organização objetivando municiar o subsistema de seleção de pessoal no seu atendimento aos clientes internos da empresa” (MARRAS, 2000, p.69). O processo de recrutamento tem início através da necessidade da empresa de obter novos funcionários, ele pode ser internamente quando a empresa busca profissionais que já trabalham para ela ou externamente que é quando a empresa busca talentos de fora da organização. Seja interno ou externamente o recrutamento visa atrair o maior número possível de candidatos para o preenchimento do cargo oferecido.

O departamento de RH também deve executar a atividade de seleção, que tem objetivo de realizar avaliações técnicas aos candidatos recrutados e escolher aqueles que se desenvolverem melhor nos testes aplicados para a obtenção do cargo. “A seleção de RH tem a finalidade central de escolher, entre os candidatos recrutados, aqueles que se revelarem mais

qualificados na triagem inicial do recrutamento”. (CARVALHO; NASCIMENTO, 2004, p.114)

O RH tem a finalidade de treinar os colaboradores para que eles executem as funções da melhor forma possível. Não necessariamente deve ser o gestor de recursos humanos a realizar esse papel, mas é função dele encaminhar os colaboradores para treinamento com professores específicos.

“O treinamento é uma forma de educação especializada, uma vez que seu propósito é preparar o indivíduo para o desempenho eficiente de uma determinada tarefa que lhe é confiada.” (CARVALHO; NASCIMENTO, 2004, p.154)

É função do recursos humanos zelar pela saúde do trabalhador, a administração do ambiente de trabalho deve ser feito de uma forma rigorosa onde a higiene do local e dos colaboradores deve ser mantida. Esses critérios de higienização servem exclusivamente para a preservação da saúde dos empregados da empresa.

A atividade de Higiene do Trabalho, no contexto da gestão de RH, inclui uma série de normas e procedimentos visando, essencialmente, à proteção da saúde física e mental do empregado, procurando resguardá-lo dos riscos de saúde relacionados com o exercício de suas funções e com o ambiente físico onde o trabalho é executado. (CARVALHO; NASCIMENTO, 2004, p.296)

A legislação trabalhista deve ser entendida pelo profissional responsável pelo departamento de recursos humanos, já que é ele quem deve cuidar para que a legislação seja cumprida na empresa. Também é função do profissional de RH estar ciente dos processos trabalhistas movidos pelos empregados porque se trata de uma área em que ocorre a supervisão do RH. Mesmo que a empresa tenha um departamento jurídico, seus advogados não saberão compreender os fatos, diferente do RH que vivencia os acontecimentos. Esses termos são descritos na visão do autor a seguir:

É a área que trata dos processos trabalhistas movidos pelos empregados contra a empresa. Os processos, são montados e defendidos por advogados, efetivos da empresa ou não, e acompanhados pela administração de RH. Algumas organizações mantêm essa área diretamente subordinada à administração de RH, mesmo tendo um departamento jurídico geral em suas estruturas, por entender que se trata de um trabalho muito especializado e ligado diretamente ao departamento pessoal e às políticas de RH. (MARRAS, 2000, p.235)

A maior de todas as atividades que o profissional de RH executa é a liderança. Se é dever do RH conduzir as pessoas da organização, ele executa atividades liderança. De acordo

com LACOMBE (2005), o líder é necessário em situações instáveis, por exemplo, quando ocorre um conflito dentro da empresa é o líder quem vai promover a mudança inspirando a coragem dos seus seguidores. Entretanto, estar em uma posição de líder não quer dizer que está exercendo a liderança, liderar é a capacidade de influenciar as pessoas a seguirem a sua vontade. No livro O monge e o executivo, HUNTER (2004) mostra diversos aspectos sobre a essência da liderança, e uma das mais importantes passagens em que ele parafraseia o sociólogo Max Weber e afirma que há duas formas de liderar. Uma pelo Poder, que significa que você vai coagir ou forçar alguém a fazer a sua vontade, ou pela autoridade, que é a forma de fazer as pessoas fazerem do boa vontade o que você deseja unicamente pela sua influência pessoal.

Podemos concluir que a administração de recursos humanos exerce atividades de grande importância para as organizações. O que começou sendo desprezada por teóricos no início do século XX, passou a ser considerado uma das atividades mais respeitadas para as organizações. Então recursos humanos é o cérebro e o coração das empresas, tudo que envolve pessoas envolve administração de recursos humanos.

2.PERFIL SOCIAL DOS COLABORADORES DA FCJP

O presente item tem como finalidade analisar os dados obtidos na pesquisa de campo. Os dados relacionados nos gráficos a seguir tiveram a participação de um total de 43 pessoas.

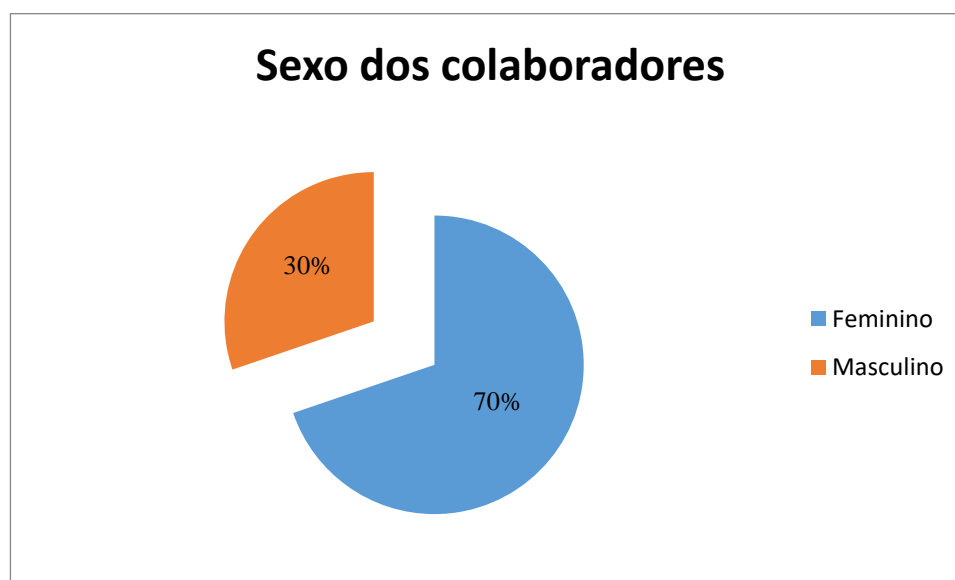


Gráfico 1: Sexo dos colaboradores da FCJP
Fonte: Pesquisa direta 2012

O gráfico 1 mostra o percentual dos colaboradores de acordo com os seus respectivos gêneros, feminino e masculino, o que nos permite observar que dos 43 colaboradores, 30% são do sexo masculino e 70% são do sexo feminino.

A predominância das mulheres na instituição estão principalmente nos cargos técnico-administrativos e também possuem a preferência dos diretores no momento de fazer novas contratações. Por se tratar de uma instituição de ensino, a direção acredita que as mulheres sabem lidar melhor com as situações que ocorrem no dia a dia da empresa. Este método adotado pela instituição vem atingindo níveis satisfatórios ao longo de sua existência.

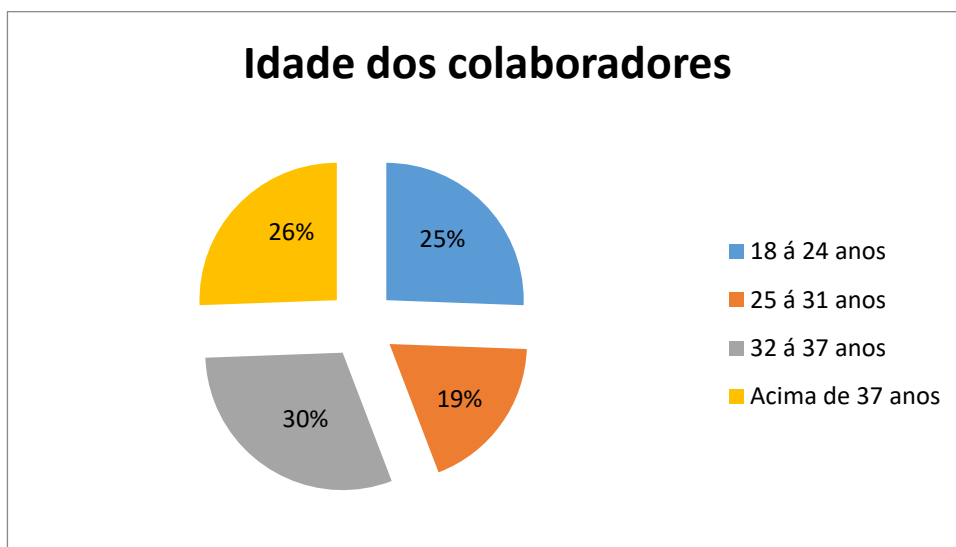


Gráfico 2: Idade dos colaboradores da FCJP
Fonte: Pesquisa direta 2012

O gráfico 2, nos permite analisar a idade dos trabalhadores na instituição e de acordo com os dados obtidos 25% dos colaboradores tem idade entre 18 a 24 anos, 19% tem idade entre 25 a 31 anos, 30% estão entre 32 a 37 anos e 26% tem idade acima de 37 anos.

Podemos observar que a maioria tem idade entre 32 a 37 anos, seguido de perto pela segunda maior faixa etária que é superior a 37 anos. Podemos concluir que 56% dos colaboradores tem idade igual ou superior a 32 anos, enquanto 44% dos colaboradores tem idade até 31 anos.

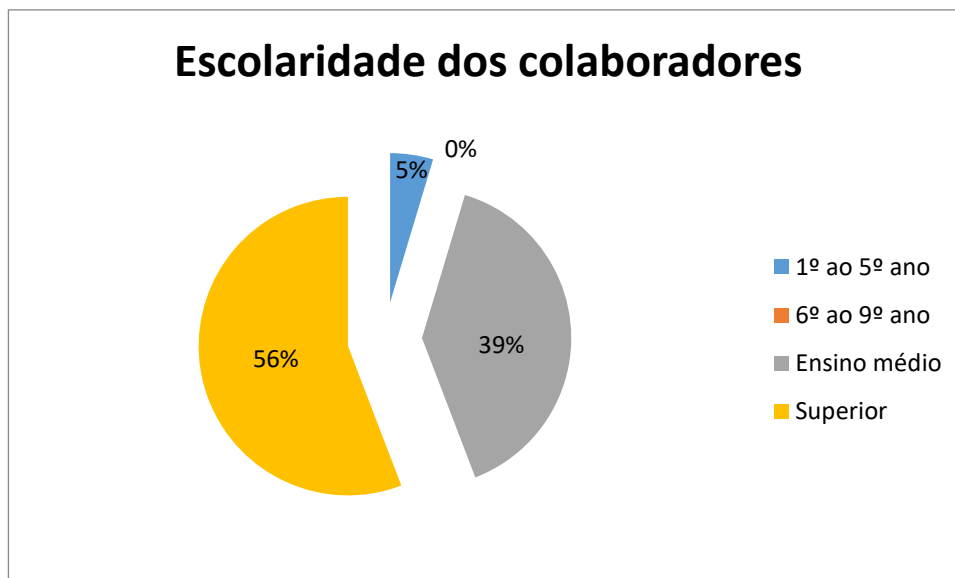


Gráfico 3: Escolaridade dos colaboradores da FCJP
Fonte: Pesquisa direta 2012

O gráfico 3 nos mostra que apenas 5% dos colaboradores possuem escolaridade até o 5º ano, a maioria que somam um percentual de 56% possuem escolaridade de nível superior e 39% possuem o ensino médio completo.

Por se tratar de uma instituição de ensino superior, o nível de conhecimento dos colaboradores é muito importante e como podemos observar no gráfico 3, a maioria possui curso superior seguido de perto dos que possuem ensino médio e um baixíssimo nível de pessoas que possuem escolaridade apenas até o 5º ano.

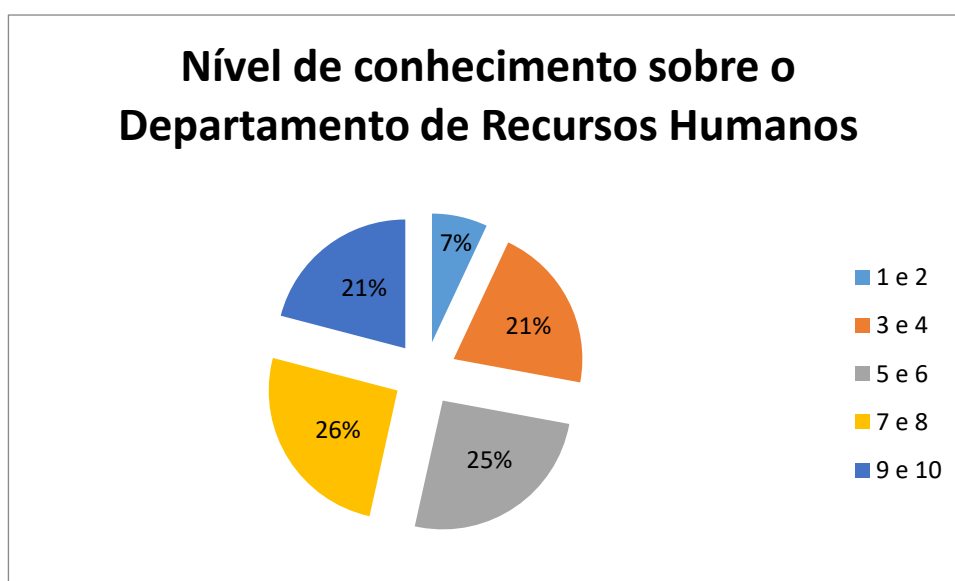


Gráfico 4: Conhecimento dos funcionários da FCJP em relação ao Departamento de RH
Fonte: Pesquisa direta 2012

O gráfico 4 teve como finalidade, analisar na visão dos colaboradores da FCJP, o quanto de conhecimento eles teriam em relação ao trabalho que o departamento executa.

De acordo com os dados obtidos, 7% dos trabalhadores responderam que o seu nível de conhecimento é 1 e 2, 21% responderam que tem conhecimento 3 e 4, 25% disseram 5 e 6, a grande maioria que soma 26% responderam 7 e 8 e 21% dos colaboradores responderam 9 e 10.

Analisando os resultados, podemos concluir 28% dos colaboradores possuem pouco conhecimento sobre o departamento RH, 25% possuem conhecimento médio e 51% possuem tem muito conhecimento do setor.

Embora a maioria tenha respondido que conhecem bem o trabalho do RH, podemos concluir que uma parte considerável desconhece, portanto há uma necessidade de se trabalhar melhor e demonstrar com mais clareza o papel de uma Administração de Recursos Humanos.

Os resultados obtidos nos próximos gráficos comprovarão a veracidade dos fatos obtidos nesse.

São funções do Departamento de Recursos Humanos?

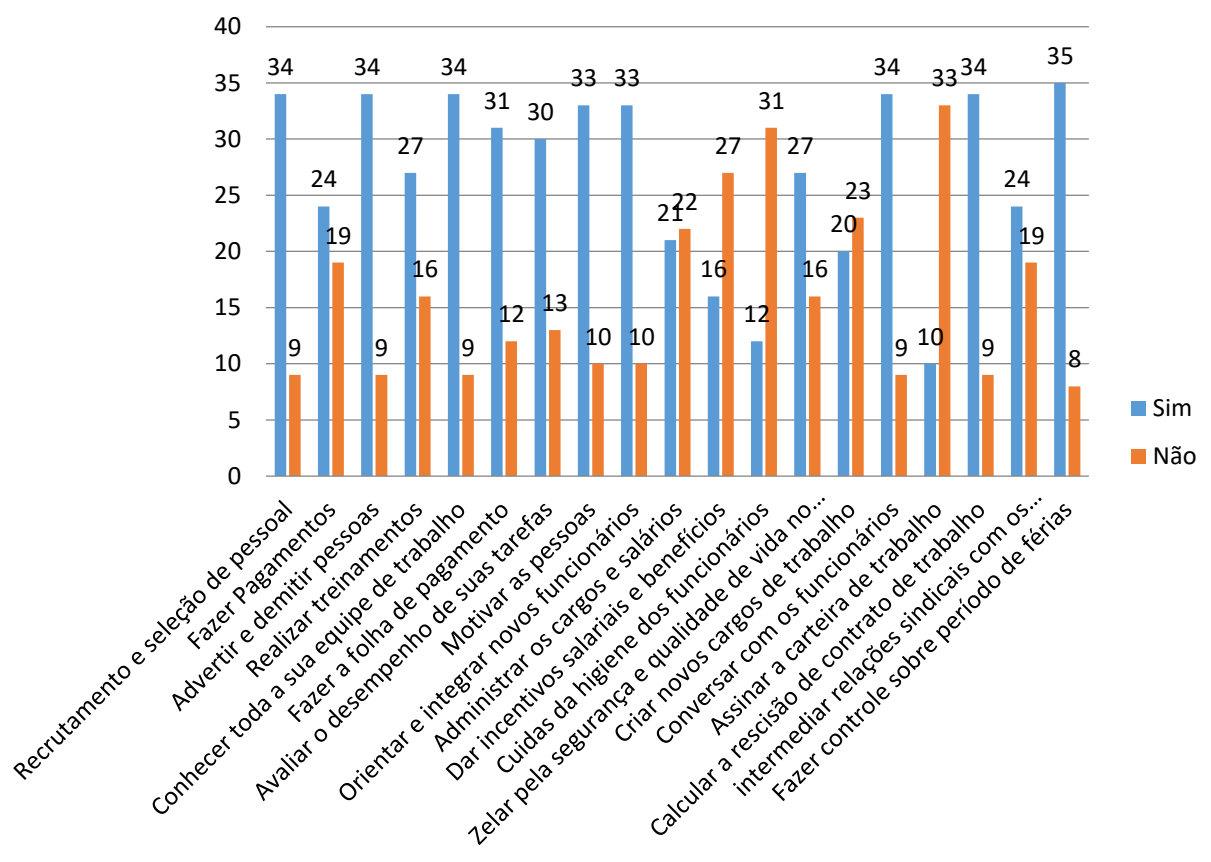


Gráfico 5: Funções de um Departamento de Recursos Humanos
Fonte: Pesquisa direta 2012

No gráfico 5, podemos observar diversas funções que fazem parte da administração de uma empresa. Foi perguntado aos colaboradores, se eles as consideram como sendo funções de um Departamento de Recursos Humanos.

A primeira atividade discutida foi o "recrutamento e seleção de pessoal", onde 34 pessoas responderam que sim, enquanto 9 responderam que não são funções de um RH. A maioria respondeu corretamente, pois esta atividade é sim de responsabilidade de um Departamento de Recursos Humanos, pois é o profissional desta área que vai recrutar os candidatos, através de análise de currículos, anúncios, etc. Depois de uma série de fatores é ele quem vai tomar a decisão de quem vai ser contratado após fazer uma seleção.

Em seguida, foi perguntado se "fazer pagamentos" é função de um RH. De acordo com os dados obtidos, 24 colaboradores responderam que sim e 19 responderam que não. Neste caso, a maioria respondeu de forma equivocada, pois essa atividade não é de

responsabilidade de um setor de Recursos Humanos e sim do Departamento Financeiro da organização.

A terceira atividade descrita foi "advertir e demitir pessoas", onde 34 funcionários responderam que sim e 9 responderam que não. A maioria respondeu corretamente, está é a mais difícil tarefa que o profissional responsável pelo setor deve executar. Entretanto, a advertência deve ser encarada no sentido de orientação e não de punição e a demissão pode ocorrer em consequência de uma má orientação e diversos outros fatores.

A próxima tarefa analisada foi "Realizar treinamentos", 27 pessoas consideraram como sendo função do RH enquanto 16 pessoas não consideraram. A realização de treinamentos é função do Departamento de Recursos Humanos, pois é de sua responsabilidade capacitar sua equipe de trabalho.

Na função descrita "conhecer toda a sua equipe de trabalho", 34 funcionários responderam que sim e 9 responderam que não. Conhecer a sua equipe de trabalho é uma função básica do RH. Um profissional desta área que não conhece sua equipe, não tem competência para tomar nenhuma decisão.

Quando foi perguntado se "fazer a folha de pagamento" seria função de um RH, 31 pessoas responderam que sim, enquanto 12 pessoas responderam que não. Essa atividade não é função de um setor de Recursos Humanos e sim de um Departamento Pessoal. Muitas pessoas confundem os dois setores pelo fato de várias empresas possuir um Departamento Pessoal dentro do próprio Departamento de RH, mas os setores possuem atividades diferentes dentro de uma organização.

Outra função comentada foi a de "avaliar o desempenho de suas tarefas", enquanto 30 pessoas responderam que sim, 13 disseram não. Avaliar o desempenho é uma tarefa importantíssima para a organização e que é de responsabilidade do RH. Através da avaliação do desempenho é possível melhorar constantemente os processos organizacionais e ajudar nas tomadas de decisões.

Na tarefa "Motivar pessoas", 33 colaboradores responderam que sim e 10 pessoas responderam que não. Ter uma equipe motivada é essencial para que o trabalho na empresa aconteça de forma satisfatória e motivar a equipe é função do Departamento de Recursos Humanos.

O próximo item foi "Orientar e integrar novos funcionários, onde 33 pessoas responderam que sim e 10 pessoas responderam que não. Também é de responsabilidade do RH passar orientações e integrar novas pessoas a organização.

Na função "administrar cargos e salários", 21 funcionários responderam que sim, enquanto 22 funcionários responderam que não. Este item, por ser uma tarefa mais técnica, causou uma certa confusão nas respostas, como podemos observar que ficou bastante dividido. Essa função é de responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos, é ele quem tem o controle dos cargos e salários de cada pessoa na organização.

Na tarefa "Dar incentivos salariais e benefícios", 16 pessoas responderam que sim e 27 pessoas responderam que não. A função do RH é de buscar e administrar esses incentivos e benefícios e não dar esses benefícios, portanto as respostas da maioria estão corretas.

No seguinte item que foi "Cuidar da higiene dos funcionários", 12 colaboradores responderam que sim e 31 responderam que não. Cuidar da higiene dos funcionários não é função do RH, o mesmo deve cuidar da higiene do ambiente de trabalho.

Na função "Zelar pela qualidade de vida no trabalho", 27 pessoas responderam que sim e 16 pessoas responderam que não. Essa função cabe ao RH executar e é uma das mais importantes, pois zela pelo seu principal recurso, que são as pessoas.

No item "Criar novos cargos de trabalho", 20 funcionários responderam que sim enquanto 23 pessoas responderam que não. As respostas desse item também ficaram divididas, mas a maioria está enganada. O RH é quem decide a necessidade de criar um novo cargo.

O próximo item discutido foi "Conversar com os funcionários", 34 pessoas responderam que sim e 9 responderam que não. Essa tarefa é função do Departamento de Recursos Humanos, pois ele deve ter todo o conhecimento do que acontece com os colaboradores dentro da organização.

Quando foi perguntado "Assinar a carteira de trabalho", 10 pessoas responderam que sim e 33 pessoas responderam que não. A maioria está correta, assinar a carteira de trabalho é função do Departamento Pessoal e não do Recursos Humanos.

Na função "Calcular a rescisão de contrato de trabalho", 34 colaboradores responderam que sim e 9 colaboradores responderam que não. Essa função também é de responsabilidade de um Departamento Pessoal e não do RH.

O penúltimo item discutido foi "Intermediar relações sindicais com os empregados", 24 pessoas responderam que sim e 19 pessoas responderam que não. Quem realiza essa função são os funcionários que são sindicalizados e não o departamento de Recursos Humanos.

O último item foi "fazer controle sobre período de férias", 35 pessoas responderam que sim e 8 pessoas responderam que não. Essa tarefa não é função do RH e sim do Departamento Pessoal.

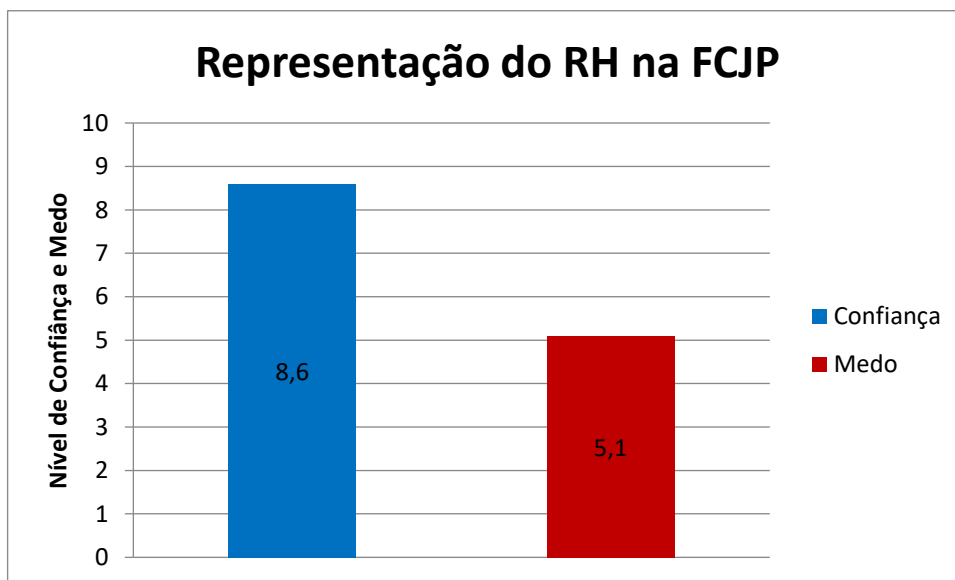


Gráfico 6: Representação do RH para os colaboradores da FCJP
Fonte: Pesquisa direta 2012

No gráfico 6, procurou-se analisar qual era o nível de confiança e medo que colaboradores tem em relação ao Departamento de Recursos Humanos e de acordo com os dados obtidos, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 "pouco" e 10 "muito" a média obtida dos colaboradores em relação a confiança foi de 8,6 e média em relação ao medo foi de 5,1.

De acordo com os resultados, o Departamento de Recursos Humanos possui um nível de confiança satisfatório, entretanto o nível de medo está alto. Podemos concluir que mesmo confiando no RH, muitos funcionários também o temem o que pode acabar prejudicando as relações interpessoais dentro da organização. O ideal seria que a representação de medo fosse o mínimo possível.

Embora os resultados deste gráfico demonstre que os colaboradores possuem uma maior confiança do que medo, o próximo gráfico demonstrará o contrário.

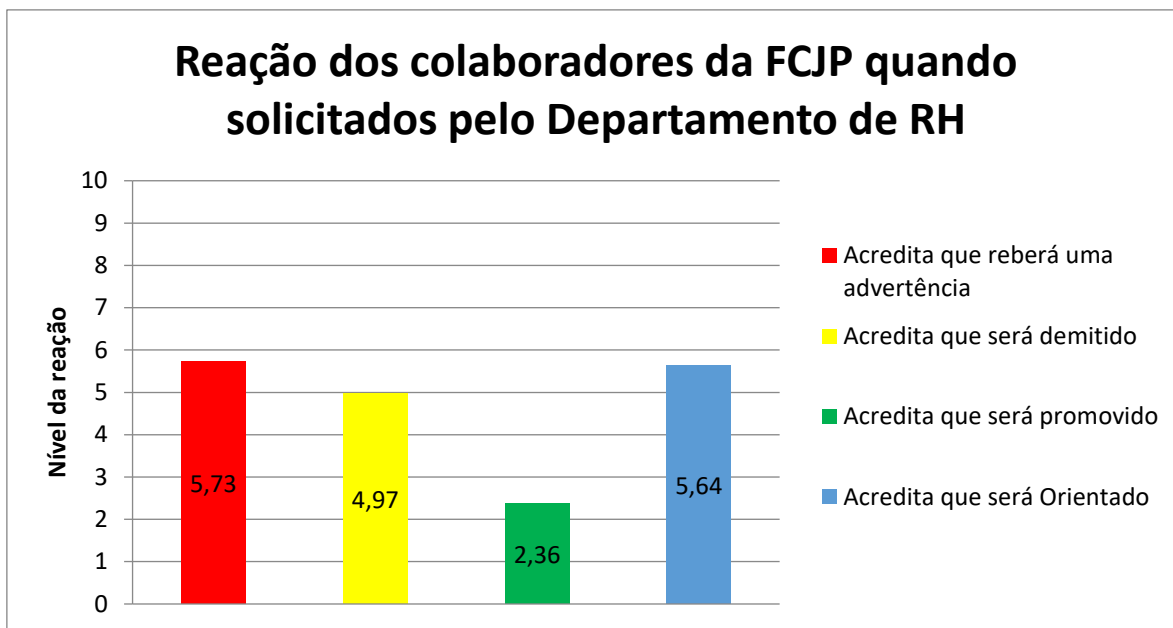


Gráfico 7: Nível de reação dos colaboradores da FCJP quando solicitados a comparecer ao Departamento de RH.

Fonte: Pesquisa direta 2012

No gráfico 7 podemos observar como os funcionários reagem quando são solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos. Como podemos analisar no gráfico acima, considerando 0 "pouco" e 10 "muito", obteve-se uma média de 5,73 no quesito "acredita que receberá uma advertência", 4,97 no "acredita que será demitido", 2,36 "acredita que será promovido" e 5,64 "acredita que receberá uma promoção".

Podemos perceber que a média da reação mais alta dos funcionários foi que acreditam que receberão uma advertência, seguido de perto pelo item que corresponde a orientação. O terceiro maior que corresponde que acredita que será demitido também obteve uma média alta.

Os dados obtidos neste gráfico, entra em contradição com os dados do gráfico 6 que apresenta números apontando uma alto índice de confiança no Departamento de Recursos Humanos. Enquanto o gráfico acima demonstra que os colaboradores criam uma imagem negativa quando o RH solicita sua presença. Podemos concluir que os colaboradores temem o Setor de RH

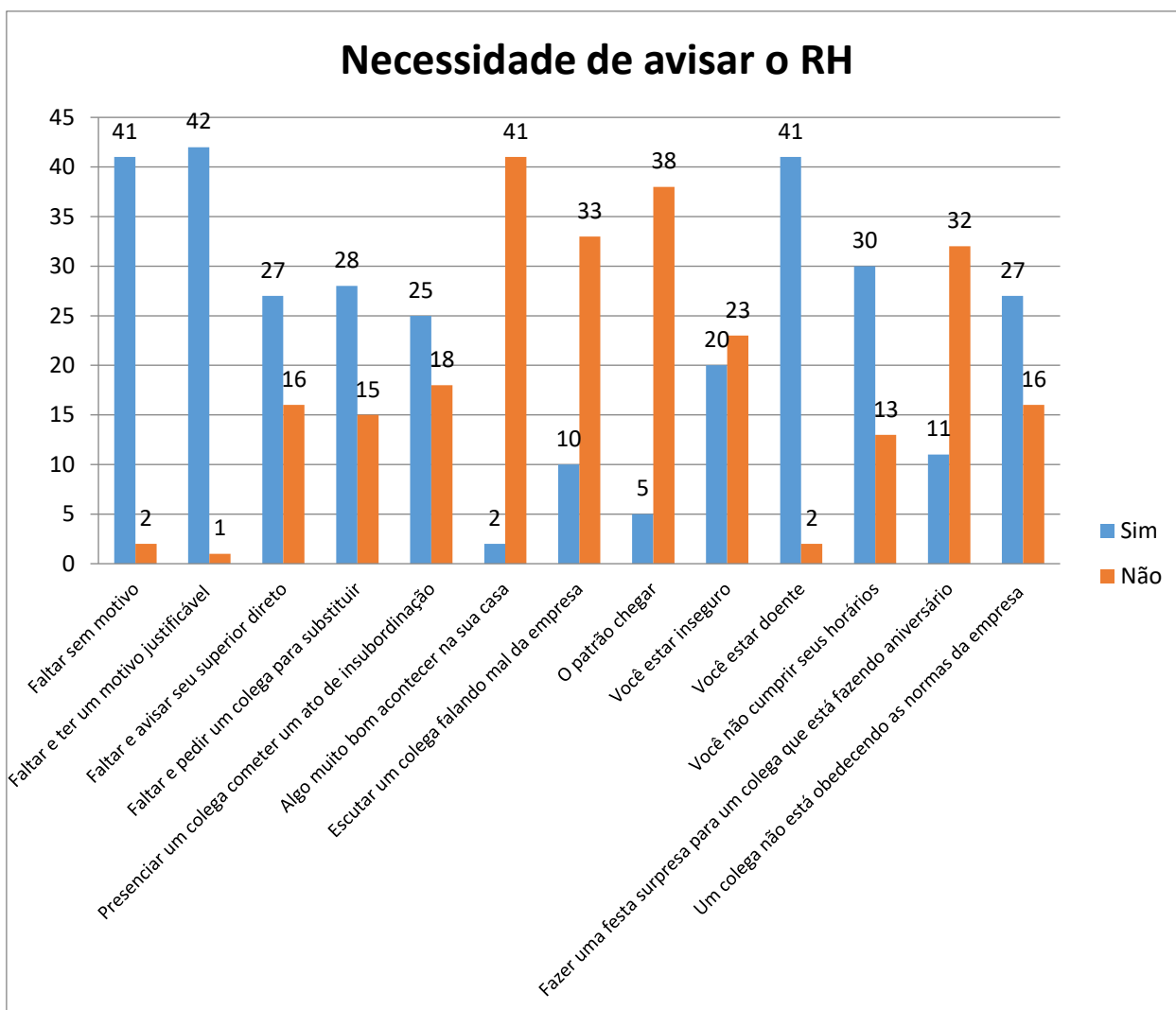


Gráfico 8: Necessidade de avisar o Departamento de Recursos Humanos
 Fonte: Pesquisa direta 2012

O gráfico 8 mostra diversas situações que ocorrem diariamente e o objetivo foi identificar, se no entendimento dos colaboradores da instituição, havia necessidade de avisar o Departamento de Recursos Humanos.

As quatro primeiras situações analisadas foram "faltar sem motivo", onde 41 pessoas responderam que sim e apenas 2 disseram não; "faltar e ter um motivo justificável", em que 42 colaboradores responderam sim e apenas 1 respondeu não; "faltar e avisar seu superior direto" teve 27 funcionários que marcaram sim, enquanto 16 marcaram não e "faltar e pedir um colega para substituir" onde 28 responderam sim e 15 responderam não.

Independente de qual situação que envolva o quesito "falta", todas devem ser avisadas ao Departamento de Recursos Humanos, pois é no RH que as decisões serão tomadas para a substituição da falta do funcionário. Nos dois primeiros itens, os colaboradores foram quase

unânimes e responderam corretamente quando marcaram que era necessário avisar o RH. Entretanto, nas duas subsequentes, embora a maioria tenha respondido corretamente, percebe-se que um alto número de funcionários não vê a necessidade de avisar o Setor de Recursos Humanos quando ele faltar e avisar o superior direto e nem quando ele faltar e pedir um colega para substituí-lo. Em ambas situações, é necessário avisar o RH e mesmo que já tenha avisado o seu superior ele deve reportar-se ao RH e quando um funcionário falta, não é sua responsabilidade achar um substituto e sim o responsável pelo Departamento de Recursos Humanos.

O próximo item analisado foi "presenciar um colega cometer um ato de insubordinação", onde 25 pessoas responderam que sim e 18 responderam que não. Nessa situação, o RH deve sim estar envolvido, pois um funcionário insubordinado atrapalhará o trabalho na organização. O RH deve orientá-lo nesse caso.

O seguinte item analisado foi "algo muito bom acontecer na sua casa", onde 2 colaboradores responderam que era necessário avisar o RH e 41 colaboradores responderam que não havia necessidade. O departamento de RH não precisa saber o que ocorre diariamente na casa do funcionário, apenas se esse acontecimento influenciar em algum aspecto dentro da organização.

A próxima situação foi "escutar um colega falando mal da empresa", 10 pessoas responderam que sim e 33 pessoas responderam que não. Embora a maioria das pessoas tenham respondido que não há necessidade de avisar o RH, é necessário sim, o RH deve agir rapidamente e descobrir o que está acontecendo. Uma imagem negativa circulando entre os colaboradores pode criar vínculos desnecessários que acabem prejudicando a imagem da organização e conseqüentemente o trabalho da equipe.

O seguinte item discutido foi "o patrão chegar", 5 funcionários responderam que sim e 38 funcionários responderam não. Se o patrão está ou não na empresa, o trabalho deve ser executado da mesma forma. Portanto não necessidade de avisar o RH quando ele chegar.

No item "você está inseguro", 20 pessoas responderam que sim e 23 pessoas responderam que não. A maioria não está correta, pois o RH precisa conhecer sua equipe de trabalho e oferecer todo o suporte necessário para o funcionário desempenhar suas funções da melhor maneira.

A próxima situação analisada foi "você estar doente", onde 41 pessoas veem necessidade de avisar o RH e apenas duas acham que não. É necessário avisar o

Departamento de Recursos Humanos quando está doente para que ele possa tomar as providencias necessárias.

O seguinte passo discutido foi "você não cumpre seus horários", 30 colaboradores responderam que sim e 13 responderam que não. É preciso justificar ao RH porque seus horários não estão sendo cumpridos, caso contrário pode haver problemas para o colaborador.

No item "Fazer uma festa surpresa para um colega que está fazendo aniversário", 11 funcionários responderam que sim, enquanto 32 responderam que não. A maioria neste caso não está correta, pois o RH precisa ser avisado se isso acontecer. O Departamento de Recursos Humanos precisa autorizar esse momento de descontração e ele precisa analisar em que hora do dia será possível realizar essa festa, desde que não atrapalhe o andamento do trabalho na organização.

O último item perguntado foi "um colega não está obedecendo as normas da empresa", onde 27 pessoas responderam que sim e 16 pessoas responderam que não. Obedecer as normas da empresa é processo essencial para que seus objetivos sejam atingidos, portanto o RH deve estar a par do que acontece e orientar os colaboradores no caminho certo.

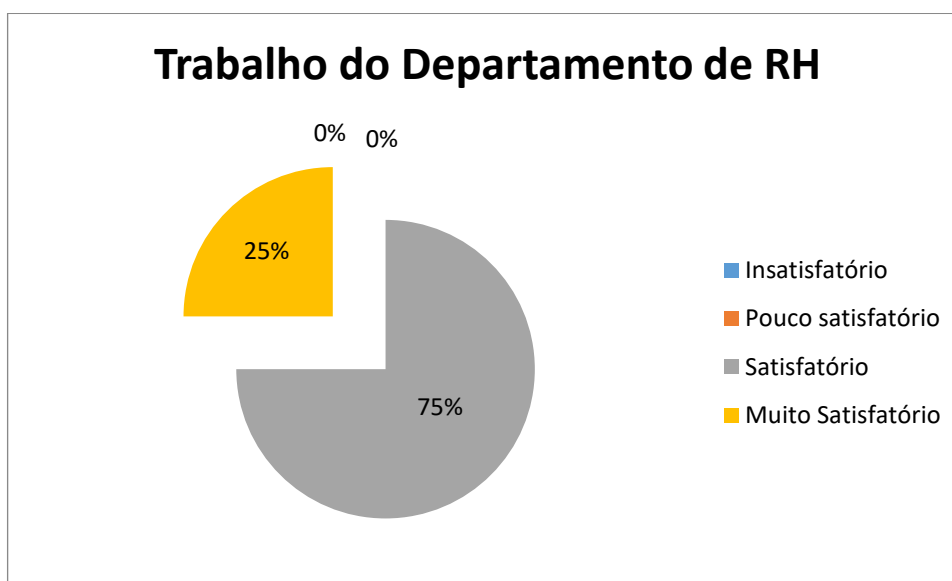


Gráfico 9: Avaliação do trabalho do Departamento de Recursos Humanos na FCJP
Fonte: Pesquisa direta 2012

O gráfico 9 demonstra a avaliação dos colaboradores da FCJP em relação as atividades executados pelo Departamento de Recursos Humanos, e segundo as informações obtidas, 75% dos funcionários consideram o trabalho satisfatório e 25% consideram como sendo muito

satisfatório. Nenhum dos colaboradores marcaram as opções pouco satisfatório e insatisfatório.

A avaliação dos funcionários demonstra que o RH realiza um bom papel, mas muito ainda pode ser melhorado.

Para finalizar foi perguntado aos colaboradores, o que eles acreditam que poderia ser melhorado no trabalho do Departamento de Recursos Humanos da FCJP. E dentre as respostas obtidas, vários entrevistados consideram que não há o que melhorar e fizeram alguns elogios, como demonstra as respostas abaixo:

Pelo que eu sei acho que o trabalho está sendo bem feito, pois sempre quando preciso sou bem orientada em relação como agir e fazer as coisas acontecerem. (Entrevistado 1)

Nada, tudo muito bem organizado e o melhor, trabalham em harmonia e sintonia e repassam para toda a instituição a organização e o respeito. (Entrevistado 2)

Tanto com relação ao tratamento pessoal, quanto aos serviços prestados não há o que melhorar. Todos fazem um excelente trabalho. (Entrevistado 3)

Não há necessidade, está muito bem representado pela equipe que está sendo feita. Ótimo. (Entrevistado 4)

Embora muitas respostas tenham sido de elogios e que não há nada a melhorar, sempre há o que melhorar, como por exemplo, a comunicação dentro da instituição é o que sugere alguns dos próximos entrevistados:

Precisa no meu ponto de vista de uma comunicação mais clara e eficiente na instituição dando feedbacks constantes. (Entrevistado 5)

Acredito que pode ser melhorado a comunicação e a interação com os outros setores da empresa. (Entrevistado 6)

Maior orientação para os funcionários novos, sobre as normas da empresa. Até mesmo placas com as normas a serem cumpridas. (Entrevistado 7)

Dar comunicados e avisos com mais antecedência. (Entrevistado 8)

Na minha opinião é preciso melhorar no RH a seguinte questão: fazer reuniões para ouvir o que é preciso melhorar em cada setor. Buscar mais benefícios junto ao patrão para os funcionários. (Entrevistado 9)

Como podemos analisar nas respostas acima, é fato que a comunicação dentro da instituição deve ser melhorada. As próximas respostas sugerem a melhora no quesito motivação da equipe.

A motivação da equipe, falta uma maior valorização e reconhecimento do trabalho dos professores. (Entrevistado 10)

Motivar alguns setores, para organizar o ambiente de trabalho. Orientar os gerentes de alguns setores a fazer o trabalho correto para que os demais funcionários sigam o exemplo. (Entrevistado 11)

Criar um ambiente de trabalho mais favorável a motivação dos colaboradores. Proporcionar os colaboradores o efetivo desenvolvimento de suas competências na empresa. (Entrevistado 12)

A motivação da equipe é certamente um ponto chave para que o trabalho dentro da organização tenha um resultado satisfatório e também precisa ser melhorada na FCJP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como proposta analisar como era formada a imagem do Departamento de Recursos Humanos na Associação Educacional de João Pinheiro, se os colaboradores confiavam ou temiam a administração realizada pelo setor.

Os funcionários da instituição apresentam um perfil social bastante variado, com pessoas de diversas idades e diferentes níveis de conhecimento onde predominam pessoas do sexo feminino.

Os elementos que nortearam essa pesquisa aconteceram através da observação do pesquisador no comportamento dos funcionários no dia a dia de trabalho da FCJP e também através das atividades executadas pelo Departamento de Recursos Humanos.

O principal questionamento e o que levou a formulação dessa pesquisa foi descobrir como a imagem da Administração de Recursos Humanos é construída na Associação Educacional de João Pinheiro, se a representação é de confiança ou de medo. Entretanto, antes de analisar a hipótese e o resultado obtido dessa indagação, os demais questionamentos serão discutidos primeiro, pois facilitarão o entendimento e irão ajudar a obter o resultado final para essa pergunta. O presente estudo iniciou-se com diversas indagações as quais tiveram algumas hipóteses confirmadas e outras não, como descritas a seguir:

Uma das hipóteses não confirmadas foi que os colaboradores não soubessem para que serve um Departamento de Recursos Humanos e que eles acreditassem que sua função seria unicamente advertir e demitir pessoas. Os resultados obtidos no gráfico 4 e 5 contradizem com essa hipótese levantada pelo pesquisador, pois os dados mostram que mais da metade dos colaboradores possuem um conhecimento avançado de RH e nas 19 funções apresentadas no

gráfico 5, onze foram respondidas corretamente pela maioria dos funcionários, enquanto oito foram respondidas incorretamente.

Podemos concluir que a maioria dos colaboradores sabem qual é a função de um Departamento de Recursos Humanos, e que as funções que foram respondidas incorretamente analisadas no gráfico 5, são funções mais técnicas e outras sendo de Departamento Pessoal que confundem bastante as pessoas e exigem um estudo mais aprofundado para se ter um entendimento completo das mesmas.

Outro ponto levantado foi porque os funcionários não procuravam o RH e sim outros setores para resolver determinado problema e a resposta provisória para esse questionamento novamente não se concretizou. Destacou-se inicialmente que os colaboradores não procuravam o Departamento de Recursos Humanos por ter uma definição errada já criada, o que de fato não é verdade, pois eles já sabiam qual era o papel do setor na organização.

Analisando o gráfico 6 que mostra a representação de medo em uma escala de 1 a 10, sendo 1 pouco e 10 muito, dos funcionários está em 5,1. No gráfico 7, a maioria respondeu que esperam receber uma advertência ou uma demissão quando são convidados a comparecer ao setor e no gráfico 8 onde mostram algumas situações onde o RH deveria ser avisado ou não, a maioria das respostas foram corretas e mesmo essas respostas sendo corretas, os colaboradores não tem o costume de informar o RH quando elas acontecem.

Podemos compreender que o que afasta as pessoas do Departamento de Recursos Humanos é o medo. Mesmo que o gráfico 6 apresente um nível de confiança maior, o medo está presente e o gráfico 7 demonstra muito bem isso. E pelo fato dos colaboradores saberem na maioria das situações apresentadas no gráfico 8 que há necessidade de avisar o RH quando elas acontecem, elas não procuram o departamento. O pesquisador pode afirmar isso com convicção, pois observa o dia a dia de trabalho a oito anos e de fato a maioria dos funcionários não procuram o RH. Sendo assim, só resta afirmar que a causa de não procurar o setor é definitivamente o medo.

Esse medo do departamento confirma em parte a hipótese descrita que seria essa sua representação. Confirma em parte, pelo fato da representação de confiança também estar presente nas respostas dadas pelos funcionários. Podemos confirmar nos dados obtidos no gráfico 7 que as representações de medo e de confiança fazem parte do sentimento que os colaboradores possuem em relação ao RH.

Em relação aos vínculos organizacionais, podemos observar que eles acontecem de forma positiva de acordo com o gráfico 8, portanto a hipótese de que eles acontecem de forma negativa não se confirma.

Todas as situações mostradas no gráfico 8 estão relacionadas com vínculos organizacionais. Os colaboradores responderam de forma correta a maioria das situações apresentadas e podemos concluir que apenas uma minoria de funcionários agem de forma negativa, como podemos observar na situação "O patrão chegar" onde apenas 5 responderam que deveriam avisar o RH. Essa situação exemplifica bem a relação dos vínculos, pois se o patrão está ou não na empresa, o trabalho tem que acontecer da mesma maneira e essa informação para o RH acaba se tornando uma informação inútil.

Embora acreditasse que as respostas seriam negativas em relação ao trabalho do RH, aconteceu justamente o contrário, pois ao analisar os dados do gráfico 9 podemos constatar que todos os funcionários responderam que ele desempenha um papel satisfatório e muito satisfatório onde nenhum apresentou respostas de pouco satisfatório ou insatisfatório.

Retornando ao questionamento principal desta pesquisa, "Confiança ou medo? Como a imagem do Departamento de Recursos Humanos é construída?", foi levantada uma resposta provisória que a imagem era construída através da representação de medo. Depois de fazer um estudo dos dados obtidos em todas as respostas da pesquisa de campo e também da observação do pesquisador, pode destacar que o resultado final adquirido não é somente de confiança e nem medo, mas sim ambos.

Os colaboradores da Associação Educacional de João Pinheiro confiam no trabalho do Departamento de Recursos Humanos e também tem uma grande parcela de temor. Os dados do gráfico 6 demonstra um altíssimo nível de confiança e um alto nível de medo, no gráfico 7 o medo do RH se mostra em evidencia e no gráfico 9 é apresentado que os colaboradores gostam do trabalho do setor.

Podemos então concluir essa pesquisa afirmando que a imagem do Departamento de Recursos Humanos é construída através de confiança e de medo, pois os colaboradores entendem que o trabalho é realizado de forma positiva e confiam que o departamento executa suas tarefas pensando no bem estar dos funcionários e da organização dentro das suas limitações. O temor se faz presente de formas distintas em cada indivíduo, o que faz com que eles se sintam inseguros em diversas situações e o medo acaba se tornando constante.

A última pergunta do questionário em que foi cedido aos colaboradores um espaço para que eles pudessem opinar e sugerir melhorias foi de grande utilidade, pois permitiu

identificar quais eram suas principais necessidades e a partir dessas respostas serão apresentadas sugestões de melhorias a seguir:

Para melhorar a comunicação e a interação entre os setores, poderiam ser realizadas reuniões mensais para discutir como está o desenvolvimento do trabalho. Nessas reuniões, a palavra seria aberta a todos os funcionários e não teria divisão entre líderes de setores e subordinados, todos seriam iguais. Essas reuniões não teriam caráter punitivo, sua função seria unicamente para ouvir o colaborador e descobrir o que poderia ser melhorado. Para que houvesse a participação de todos poderia ser executado da seguinte forma: Um funcionário do setor de RH, por exemplo, seria colocado em evidência e em seguida seria repassada a palavra a todos os funcionários para que pudessem realizar um *feedback*³ do seu trabalho apresentando soluções ou elogios. Isso seria realizado com todos os funcionários para que todos participassem e pudessem contribuir com suas opiniões.

Poderia ser repassada a cada setor da empresa uma cópia das normas da instituição para que os funcionários ficassem familiarizados com os procedimentos a serem seguidos, assim evitaria muitas dúvidas frequentes e auxiliaria os funcionários tanto os experientes quanto os novatos.

Avisos e comunicados devem ser dados com antecedência, para que os colaboradores possam se programar para a participação dos mesmos.

Para manter a motivação da equipe elevada, seria interessante realizar dinâmicas de grupo, participar frequentemente das tarefas realizadas pela equipe, saber valorizar o trabalho de cada membro, ser imparcial nas tomadas de decisões, permitir que os colaboradores expressem suas ideias para melhorar o ambiente de trabalho, etc.

Para aumentar a participação dos funcionários junto ao Departamento de Recursos Humanos, poderia ser informado de maneira mais clara o que o departamento faz, seja através de reuniões, formulários ou conversas informais.

Cada departamento deve trabalhar em conjunto uns com os outros, orientando os funcionários e clientes com informações claras e objetivas, não devem ficar omissos para os problemas que acontecem ao seu redor, pois se existe um problema na empresa ele é de todos.

Enfim, muito ainda pode ser melhorado e cabe ao Departamento de Recursos Humanos estar atento para planejar e executar as tarefas que tragam benefícios para a organização como um todo.

³ Feedback: A tradução para o português significa realimentar ou dar retorno. É um termo muito utilizado no âmbito administrativo que significa ter a capacidade de dar e receber opiniões, críticas e sugestões sobre alguma coisa pessoal ou profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Michele de Lima. **Administração de recursos humanos no ensino fundamental: E.E. Maria Gonçalves De Azevedo**. João Pinheiro: FCJP, 2007.

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia 13ºed**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORGES, Livia de Oliveira. YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **O mundo do trabalho**. In: ZANELLI, José Carlos (Org). BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo (Org). BASTOS, Antonio Virgílio Bittencurt(Org). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BOWDITCH, James L. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CARDOSO, Ítalo Michel. **Administração de recursos humanos: estudo de caso: gestão de pessoas na sapataria Cardoso**. João Pinheiro: FCJP, 2007.

CARVALHO, Antonio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Administração de recursos humanos v.1**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro. **Sociologia aplicada a administração**. São Paulo: Atlas, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: principio científico e educativo**. 11ªed – São Paulo: Cortez, 2005.

FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO. **Plano de desenvolvimento institucional, 2009 – 2013**

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores: integrando teoria e prática** 4ªed. São Paulo: Atlas, 2004.

FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 7ªed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GONDIM, Sonia Maria Guedes; SILVA, Narbal. **Motivação no trabalho**. In: ZANELLI, José Carlos (Org). BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo (Org). BASTOS, Antonio Virgílio Bittencurt(Org). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004

INSITITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATÍSTICA-IBGE. Dados de João Pinheiro 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 02 de Abril de 2012.

KRAMER, Gustavo Garcez; FARIA, José Henrique. **Vínculos organizacionais**. RAP, Rio de Janeiro, n.41, p.83-104, jan/fev 2007.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. São Paulo: Futura, 2000.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana á revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2008

PIRAMIDE DA HIERARQUIA DAS NECESSIDADES DE MASLOW. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/a-piramide-hierarquia-de-necessidades-de-maslow>> Acesso em 05 de Abril de 2012.

ROBBINS, Stephen. COULTER, Mary. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice – Hall do Brasil, 1998.

SANTANA, José Luiz de. **Organizações e profissionais do futuro**. In: COSTA, Tarcísio Diniz (Org). **Qual o futuro para a área de recursos humanos nas empresas?** São Paulo: MAKRON Books, 2000.

SCHERMERHORN, John R. **Administração: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; GOMIDE JÚNIOR, Sinésio. **Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização**. In: ZANELLI, José Carlos (Org). BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo (Org). BASTOS, Antônio Virgílio Bittencurt(Org). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SPERLING, Abraham P. **Introdução a psicologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

TOLEDO, Flávio. **O que são recursos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TONELLI, Maria José. et all. **Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991 – 2000**. RAE, São Paulo, v.43, n.1, p.105-122, jan/fev/mar. 2003.

GESTÃO DE MATERIAIS NA EMPRESA REFLORESTAR SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ARMAZENAGEM

Ronan Augusto de Matos*
Unilson Gomes Soares**

Resumo: As empresas reconhecem o almoxarifado como uma área não muito significativa para a organização, a ponto de não observar a ideia que os lucros têm sua parte inicial neste determinado ponto. A gestão de estoques é de grande importância dentro da empresa seja ela pública ou privada. Esta pesquisa concentra na gestão de estoques do almoxarifado da empresa Reflorestar Serviços Florestais avalia as técnicas usadas para gerir os estoques utilizados dentro da organização e no que se diz sobre a armazenagem destes produtos, até o ponto de ser realizada uma nova compra, e propõem mudanças de cultura dos colaboradores, apresentando fundamentos teóricos em gestão de estoque nos almoxarifados que se compromete a colaborar com uma boa administração do almoxarifado da Reflorestar para que se possa ter eficiência em serviços oferecidos, que enfatiza o quanto é importante sua empresa ter conhecimento para que possa de uma forma mais sólida e lucrativa gerenciar melhor os seus produtos para que consecutivamente tenha excelência em serviços prestados.

Palavras-chave: Custos. Formação de preço. Markup.

Abstract: This research had as general objective to analyze the use of the Markup in the formation of the selling price of the company's products Orione Magazine. Were used as the base the costs, the market, the competition and competitiveness in the João Pinheiro retail trade. For this, we attempted to answer the question: What are the impacts on the use of markup in the selling price formation? Map box information, tables and reports of costs and expenses incurred during the period of 12 months were used. With the analysis of the data it was possible to calculate the markup and reach a sales price that assured to the company, the desired profit without harming the consumer.

Keywords: Costs. Price Formation. Markup

INTRODUÇÃO

A Presente pesquisa investigou a importância de a empresa observar de uma forma mais criteriosa como são estocados seus materiais, saber como e quando se deve realizar uma nova compra para que o investimento seja feito de forma correta. Segundo ARAÚJO (1981, p.99) “Nos almoxarifados ficam armazenados em condições adequadas produtos para uso interno.

* Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) E-mail: orionemagazine@hotmail.com

** Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade: Universidade de Santo Amaro – SP. Pós-graduado: Gestão Estratégica de Recursos Humanos. E-mail: Unilsongomessoares@yahoo.com.br

A logística interna torna-se muito importante para as organizações, pois deve oferecer recursos de materiais para que elas possam desempenhar suas atividades”.

Conforme (ARNOLD, 1999, p.265).

Materiais de estoque são materiais que devem existir em estoque e para os quais são determinados critérios e parâmetros de ressuprimento automático, com base na demanda prevista e na importância para a empresa. VIANA (2000, P.51). A administração de estoque por item, fatores que devem ser considerados são os seguintes: itens individuais de estoque mais importantes, itens individuais que devem ser controlados, a quantidade que deve ser adquirida de cada vez e quando emitir um pedido.

Com esta base, o almoxarifado funciona como uma peça chave, para proporcionar uma demanda de produtos que atenda suas necessidades em tempo hábil, minimizando os gastos excessivos, e ao mesmo tempo fazendo com que a empresa não pare por falta destes materiais.

O universo da pesquisa foi a empresa do ramo colheita florestal, denominada REFLORESTAR SERVIÇOS FLORESTAIS e está localizada na Rua. Frei Dionizio – 476B, centro, na cidade de João Pinheiro/MG no noroeste mineiro, a quatrocentos (400) km da capital Belo Horizonte e trezentos e cinquenta (350) km da capital federal, Brasília. Tem como acesso principal a BR 040, que corta a cidade ao meio e faz a ligação Rio de Janeiro à Brasília e está próxima aos trevos de Patos de Minas – MG e ao trevo de Montes Claros. Sedia quatro grandes usinas de álcool e açúcar que são a Destilaria Rio do Cachimbo (LAGES), a G5 Agroflorestal, WD Industrial e a BEVAP (Bio Energética do Vale do Paracatu), maior produtora de álcool e açúcar do Brasil.

Como fonte de emprego e renda tem também o trabalho na área rural, agricultura familiar e pecuária de leite e corte. Merece grande destaque no setor de indústria e comércio, principalmente no setor de confecções que gera grande renda em nossa cidade.

Segundo dados do (IBGE, 2013), João Pinheiro atualmente tem uma população de 47,549 habitantes, com mais de 13 mil residências e 460 pontos comerciais e sua renda per capita está estimada em R\$ 1.086,00 por pessoa.

A justificativa deste estudo se firma na ideia, lógica de contribuir com a empresa REFLORESTAR SERVIÇOS FLORESTAIS, no intuito de levar esclarecimentos aos seus colaboradores e gestores, na real importância do almoxarifado para a empresa e suas vantagens, para assim, chegar ao estoque eficiente sem o uso indevido de dinheiro, de uma forma que possa atender suas necessidades para a realização de seus serviços com eficiência, e garantir os lucros almejados pela empresa e poder garantir assim, sua existência no cenário empresarial por muitos anos, buscando sempre pontualidade e eficiência nos serviços prestados, sempre com uma visão de competitividade e

desenvolvimento sustentável, buscando sempre uma gestão que possa estar inserida também em ações que beneficiem o meio ambiente do nosso município.

Partindo dessas teorias, este estudo buscará responder o seguinte questionamento: se a nível de lucro por armazenamento de peças com grande rotatividade; se existe um rearranjo técnico para que toda a mercadoria possa ser bem localizada facilitando o trabalho dos responsáveis? Falta de conhecimento técnico, específico para desempenhar um trabalho contundente em um almoxarifado em específico na REFLORESTAR.

Este estudo teve como objetivo geral identificar os impactos das compras mal realizadas impactando no custo mensal e não atendendo todas as necessidades e causando prejuízos para a empresa, baseando nos materiais de baixa rotatividade, e até mesmo que foram comprados de forma errada materiais que não tem utilidade, como explica (POZO, 2004, p. 23). “As atividades de apoio são as seguintes: armazenagem manuseio de materiais, embalagem de proteção, obtenção, programação de produtos e manutenção de informação A armazenagem “refere-se a administração do espaço necessário para manter estoques”.

Foi algo que começou a preocupar o setor de almoxarifado dentro de a empresa REFLORESTAR SERVIÇOS FLORESTAIS, tão logo tive conhecimentos mais aprofundados sobre os impactos negativos que estavam sendo causados dentro da empresa, pois logo adquiridos ao obter ingresso na faculdade de administração de empresas. Falta de informações correlacionadas desde a compra até forma que era feita a compra e sua armazenagem. Pouco entendimento científico e técnico, na viabilidade de lucratividade de cada produto estocado de forma incorreta, por compra abusiva por não ter um conhecimento técnico do que está comprando chegando a estocagem de produtos sem a real precisão, e produtos de baixa rotatividade.

Os objetivos específicos foram: averiguar em que se baseia para a realização de um compra, como é feito o armazenamento dos materiais, como é realizado o processo de compras, Assim como ao grupo de gestão da empresa Reflorestar serviços florestais, o quanto é importante encontrar a forma correta para realizar uma compra de tal forma que traga mais benefícios para a empresa. Assim sendo, foi usada dentro dos parâmetros este estudo para mostrar o que estão errados dentro do setor de almoxarifado.

Ainda teve como finalidade, demonstrar os prejuízos causados por mercadorias perecíveis que uma vez que não é feita a sua rotatividade nas prateleiras algumas chegam a vencer sua validade acarretando prejuízos oriundos da má capacidade dos profissionais que ali atuam. Para obter resultados positivos tende a contar com profissionais bem qualificados (para que este processo possa gerir de forma eficaz, contribuindo para o crescimento da empresa)

I- IMPORTÂNCIA DE SABER COMPRAR NA GESTÃO DE ESTOQUE

A ideia sobre a armazenagem de um produto começa a partir do momento em que se projecta uma compra, para saber se realmente precisa ser realizada uma compra, se tem realmente necessidade de comprar. Tal compra deve ser baseada na demanda e oferta do produto. Antes da compra em si deve ser realizada uma pesquisa de preço no mercado e o que se denomina (cotação) para se chegar a uma compra segura e com preços adequados.

O outro fator determinante é o conhecimento dos envolvidos no sistema de almoxarifado para que possam distinguir, e selecionar quais são os materiais que devem ser adquiridos para o estoque, pois, com isso faz com que o departamento responsável pelas compras possa realizar de maneira eficaz comprando somente o que for necessário para manter estoque da empresa com a quantidade mínima, eliminando de maneira mais segura estoque sem necessidade em estoques.

Caso a empresa não faça dessa forma poderá não conseguir maximizar os lucros e minimizar os prejuízos. Para alguns autores, a produção enxuta é basicamente um termo adaptado e modernizado com uma conotação ocidental da antiga filosofia de gestão japonesa chamada de just in time (JIT). Mas inquirindo o JIT é uma filosofia de gestão, a PE é um sistema produtivo que tem por objetivo básico, racionalizar o fluxo de produção, procurando continuamente reduzir os recursos necessários para produzir um determinado produto e buscando reduzir qualquer tipo de perda no processo (WOMACK; JONES, 2004; CORRÊA; CORRÊA, 2009).

Uma gama de prejuízos é acarretada quando uma compra é mal realizada não só pelo fato da mercadoria, mas também agrega outros serviços como frete e a mão de obra que por outro lado poderia estar realizando outros serviços, também interfere em uma má gestão de almoxarifado quando os colaboradores não têm uma visão ou um conhecimento sobre o assunto de almoxarifado como realizar um giro de estoques dos materiais, como armazenar de maneira adequada de tal forma a que não sofra perda dos bens em um almoxarifado eficiente e aquele que tem um profissional qualificado e proativo a ponto de entender a demanda para que sempre seja possível supri-la com os materiais necessários de uma forma que não prejudique a produção da empresa, pois assim com uma eficiente operação de almoxarifado, a certeza de lucros por boa produtividade pode ser enxergada.

Segundo Francischine e Gurgel (2002, p. 161) “definem a rotatividade como sendo o número de vezes em que o estoque é totalmente renovado em um período de tempo, geralmente anual”.

A rotatividade oferece elementos para a aferição do comportamento do estoque, por meio da comparação com índices de anos anteriores ou mesmo com índices de empresas congêneres, fornecendo subsídios valiosos para ações e decisões que se fizerem necessários (VIANA, 2000).

As constantes mudanças no mercado com o surgimento da logística favorecendo nos dias atuais não é preciso ter acúmulo de materiais em um almoxarifado tudo favorece para que possam trabalhar de forma mais adequada a grande dificuldade está apenas no recurso humano muitas das vezes as empresas não os preparam para tais funções como, comprar, estocar, armazenar e gerir de forma correta dentro do almoxarifado. Outra é a não valorização do profissional que muitas das vezes acaba deixando a empresa para ir desempenhar aquela função em outra.

De acordo com (LOPES, 2006, p.155): “a função armazenagem compreende as atividades de guardar, localizar, manusear, proteger e preservar os materiais comprados produzidos e movimentados por uma empresa com o objetivo de atender as suas necessidades operacionais, sejam elas de consumo, de transformação ou revenda (atacado e varejo)”

Segundo Banzato (2003, p. 09): “na essência, a principal função de armazenagem e a administração de espaço e tempo. O espaço é sempre limitado e, portanto, os bons operadores usam o espaço disponível efetivamente. O tempo e a mão de obra são significativamente mais difíceis de gerenciar do que o espaço”. Autor relata que o produto tem todas as suas movimentações cada uma delas mostra a importância do trabalho ser realizado para que chegue até um resultado satisfatório, mas o que vemos é que, apesar do espaço ser sempre mínimo, o difícil mesmo é ter um ganho de tempo devido a mão de obra não ser na qualificada na maioria das vezes. Sendo que nas etapas desde o início para a compra pode-se observar que quando algo não sai como deve ser feito os prejuízos tanto de tempo como de dinheiro são inevitáveis. Seguindo esta ótica, pode-se entender que quando não é possível eliminar a necessidade de estocar materiais o ideal é estocar a menor quantidade possível para reduzir os custos desta operação. “Estocar menos frequentemente é melhor. Grandes inventários significam grandes custos” (POZO, 2004, p. 84) “Uma organização que necessite de espaço físico para estoque tem uma série de opções. “Elas são: possuir o depósito, alugar o espaço físico, alugar o depósito e estocar em trânsito” (BALLAU, 1993, p.162).

1-1 Origem, histórico e evolução do almoxarifado.

A origem do Almojarifado: Era um distrito ou divisão administrativa fiscal, geralmente extensa, existente em Portugal na idade média. A maior parte dos almojarifados tinha a sua sede numa cidade importante, como era o caso de Lisboa, porto, Coimbra, Leiria, Guimarães, e todos estavam a cargo de um almojarife, o qual era um funcionário real que era responsável pela cobrança e arrecadação de impostos.

O conhecimento do almojarifado: É de fundamental importância porque o controle de recebimento abrange desde a recepção do material na entrega pelo fornecedor até sua entrada no sistema ou planilha, e deve ser efetuado de maneira prática e eficaz. Ao receber a mercadoria algum item tem que ser averiguado quanto a sua incidência de impostos, tais como (IPI) impostos sobre produtos industrializados (ICMS) impostos sobre circulação de mercadorias e serviços substituição tributária (quando se fizer necessário). Essa função também deve estar integrada com as áreas de compras, contabilidade e transportes.

O controle de recebimentos se encerra quando é efetuada a baixa do pedido de compras, sendo nesse momento integrados imediatamente os produtos ao estoque físico e contábil. A estocagem deve ser efetuada de acordo com procedimentos para a fácil localização dos produtos, que se dá de acordo com a utilização, tamanho e quantidade. Normalmente é utilizada uma simbologia (codificação) alfanumérica que deve indicar precisamente o posicionamento de cada material estocado, facilitando assim seu manejo, sua operação, e quando necessário a conferência de determinado item.

Evolução e Definição do Almojarifado, na atualidade inicialmente o almojarifado era apenas um depósito. Quase sempre o pior e o mais inadequado local da empresa, acumulados de qualquer forma e usando mão de obra desqualificada. Mas sofreu várias alterações para hoje ser essencial na vida das organizações. A armazenagem e a guarda temporária de produtos estocados para posterior distribuição, os produtos estocados tornam-se fundamentais para o equilíbrio entre a demanda e a oferta. O nível de estoque equilibra-se entre o menor possível para minimizar os custos e, em um nível mais alto para não haver falta de produto e conseqüentemente falha no processo.

A confiabilidade do estoque torna-se indispensável para que a área de compras efetue um correto pedido junto ao fornecedor e que este pedido seja entregue no tempo e prazo estipulados sem que haja a necessidade de realocação dos produtos.

A confiabilidade do estoque tem por finalidade informar a quantidade real que existe de cada produto na empresa. Existem casos onde o acompanhamento do estoque é efetuado diariamente devido ao alto fluxo e rotatividade dos produtos.

De acordo com Ballou (2006, p. 25): “nas épocas mais antigas das histórias documentadas da humanidade, as mercadorias mais necessárias não eram feitas perto dos lugares nos quais eram mais consumidas, nem estavam disponíveis nas épocas de maior procura. Alimentos e outras commodities eram espalhados pelas regiões mais distantes, sendo abundantes e acessíveis apenas em determinadas ocasiões do ano. Os povos mais antigos consumiam os produtos em seus lugares de origem ou os levavam para um local distante ou armazenando os para utilização posterior. Contudo, devido à inexistência de sistemas desenvolvidos de transporte e armazenamento normalmente obrigava as pessoas a viver perto das fontes de produção e as limitava ao consumo de uma escassa gama de mercadorias”.

1.2 almoxarifado

A pesquisa sobre almoxarifado poderá apresentar várias dificuldades é muito difícil pelo simples fato de haver pouco sobre o assunto por se tratar de um tema novo, a pouco sobre este assunto disponível, pois no Brasil poucos são os relatos e estudos sobre ele deixando vaga a pesquisa que não se pode ser levada muito adiante, mais o pouco que se sabe mostra a sua importância para a organização desde seu início até mesmo o seu fim caracterizando tal importância e necessidade para a sobrevivência da empresa quando os processos são feitos de forma correta, pois uma vez mal administrado um almoxarifado acumula prejuízos que podem ser cruciais a vida de uma organização.

Segundo Viana (2000, p. 271). “Não se pode aceitar que um sistema funcione sem local próprio para a guarda de materiais. Por este motivo, fica claro que o almoxarifado e o local devidamente apropriado para a armazenagem e proteção dos materiais da empresa. Atualmente, a antiga ideia de depósitos quase sempre o pior e mais inadequado local da empresa onde os materiais eram acumulados de maneira inadequada utilizando mão de obra desqualificada, e praticamente inexistente”.

1.3 Pontos básicos e fundamentais dos profissionais que atuam na área de almoxarifado

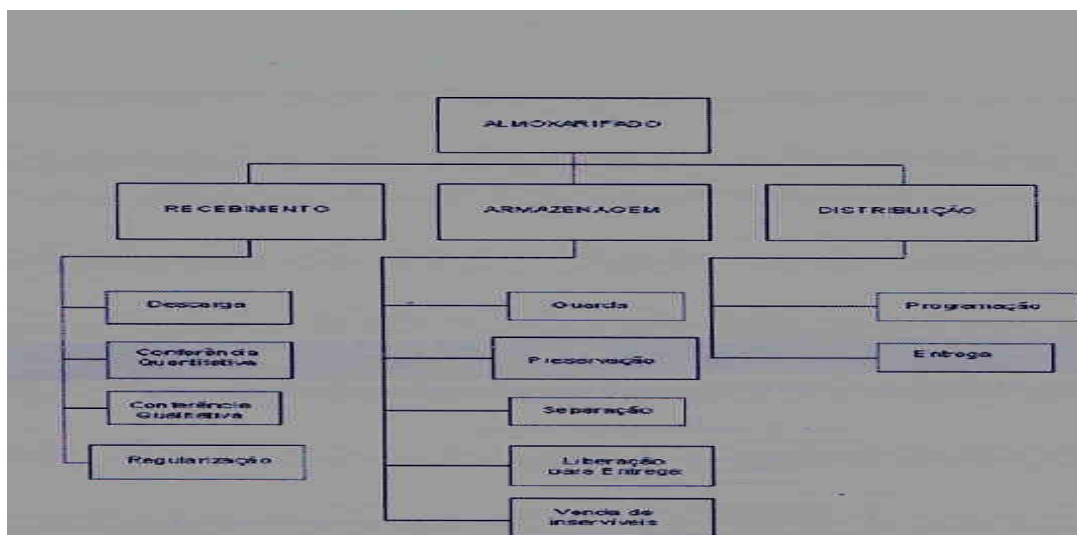
Apesar de que poucos sabem mais hoje em dia algo já é feito para mudar esta realidade, onde os empresários já estão adquirindo uma cultura mais elevada sobre almoxarifado e vendo a sua importância dentro da organização.

Os profissionais que são poucos podem ter um fator determinante para o sucesso de um almoxarifado.

- O que controla os estoques, que faz o papel de relacionar e contar o que tem e o que esta faltando.
- O encarregado pelas compras que quando tem uma boa informação passada pelo responsável que controla o estoque pode realizar uma compra mais precisa.
- O recebedor, que e aquele que tem o papel de conferir a mercadoria que chega e armazenar de forma correta.
- O que da a entrada dos produtos de fundamental importância pois precisa se destas informações para dar continuidade em todo o processo tanto de baixa de produtos como de nova compra.
- O que da a saída dos produtos, importante para que o estoque da empresa se torne real a ponto do responsável pelas compras tenha facilidade quanto as informações de saber o que pode ser feito ou qual decisão tomar.

Sendo que cada um tem um papel importante um dependendo do outro funcionando como uma engrenagem necessitando de um trabalho em equipe para que se possa alcançar os objetivos.

QUADRO 01: Organograma padrão funcional de um almoxarifado



Fonte: VIANA(2000, p. 274).

Segundo Viana (2000, p. 273), “A eficiência de um almoxarifado depende fundamentalmente de distancias internas percorrida pela carga e do conseqüente aumento das

viagens de ida e volta, depende também do aumento do tamanho médio das unidades armazenadas e da melhor utilização de sua capacidade volumétrica”.

Para que seja possível cumprir sua finalidade, o almoxarifado deve possuir suas instalações adequadas, bem como recursos para movimentação e distribuição suficientes propiciando atendimento rápido e eficiente. As rotinas rigorosas para retiradas dos produtos do almoxarifado, preservação os materiais armazenados, evitando furtos e desperdícios. “A autoridade para a retirada do estoque deve estar definida com clareza e somente pessoas autorizadas poderão exercer esta atribuição”. (VIANA 2000, p. 272).

1.4 a importância da armazenagem má organização

O local da armazenagem dos produtos deve ser bem escolhido de forma a comportarem todos os materiais previstos e futuras variações que venham a ocorrer com o passar do tempo.

O local além de ser amplo deve ser bem localizado a fim de dar uma maior agilidade para quem necessita de acesso a ele, deve ser um espaço bem arejado pelo fato de conter materiais com data de validade e materiais perecíveis, deve ser um local bem higiênico a fim de zelar pela saúde de quem nele trabalha.

O ambiente deve ser seguro a fim de evitar transtornos e queda em sua eficiência. Para que tudo isto possa dar resultado deve se fazer primeiro um estudo sobre onde e mais viável para a montagem do almoxarifado

Em almoxarifados de médio e grande porte, o nível de complexidade das atribuições do almoxarife e o grau de responsabilidade que ele possui são maiores do que os pequenos almoxarifados. Segundo Araújo (1975, p. 305). O que torna interessante o cargo de almoxarife são as responsabilidades que, dia a dia, se avolumam, mas que por serem adversas e variadas desenvolvem sempre a atividade mental, desperta a curiosidade não deixando que o homem almoxarife não se torne um automato pela rotina do trabalho. Torna se a preocupação constante, além das tarefas que ordinariamente executa ampliar seus conhecimentos práticos e teóricos dentro de seu campo de ação e aplica-los em novas tarefas de desenvolvimento e melhoria do serviço pelo qual e responsável.

Dede o início do século VIII, quando ocorreu a invasão árabe na península Ibérica, a atividade já se fazia presente. A palavra “al-xarife” designava a pessoa de confiança do sultão. Responsável pela guarda dos bens do seu senhor. A própria origem da palavra almoxarife,

vem do vocábulo que por meio de alterações fonéticas que ocorreram na palavra ao longo da evolução das línguas, chegaram até nossos dias, gerando também o nome do setor, ou atividade – almoxarifado.

Hoje o destaque é para as grandes empresas que dão uma atenção especial para o almoxarifado, sempre na busca pelo bom profissional a ponto de qualificá-lo para tal função e remunerá-lo a fim de mantê-lo dentro da organização, com estes fatores poder chegar a resultados satisfatórios.

Os parâmetros são apontados tanto de acúmulo de material de baixa giro de materiais com a data de validade vencida são ocasionados por profissionais não qualificados, que atuam sem nenhum preparo para tal função ou até mesmo por falta de informação ou de cobrança por parte da empresa.

O conceito para ter uma boa equipe dentro de um almoxarifado e o trabalho realizado de tal forma que todos entendam a sua necessidade de realizar o trabalho de uma maneira que repasse para o próximo com clareza de que deve se continuar para que no final o resultado apareça.

Os gestores ou gerentes das empresas têm um papel fundamental que é a escolha de profissionais capacitados e quando não é dar-lhes uma condição de trabalho para que possa aprender da forma correta como se tem que ser executado sua pesquisa vai demonstrar a forma correta.

Para Viana (2000, p. 278),

existem cuidados especiais que devem ser tomados no que se refere a disposição de materiais no almoxarifado, pois pode armazenar produtos perecíveis, inflamáveis, tóxicos e outros, os produtos armazenados definem os meios de armazenagem, por este motivo a guarda de materiais segue critérios definidos no sistema de instalação adotado e no layout, que deve proporcionar condições físicas que preservem a qualidade dos materiais, conforme o plano de armazenagem, O objetivo é ocupar plenamente o local onde os materiais serão armazenados de maneira que fiquem ordenados e arrumados. A melhor forma de guardar é a que maximiza o espaço disponível nas três dimensões do almoxarifado: comprimento, altura e largura.

O uso do almoxarifado se tornou primordial dentro da empresa, e em cada organização pela complexibilidade, e para a sua sobrevivência, deixou de ser apenas um depósito, e passou a ser um lugar que faz um papel principal dentro de uma organização, com o tempo surgiram sistemas de manuseio e de armazenagem bastante sofisticado, o que

acarretou aumento da produtividade, maior segurança nas operações de controle e rapidez na obtenção das informações.

Onde o mesmo sendo bem gerido pelos profissionais que ali atuam, vai trazer mais disponibilidades de produtos, e a consequência e bons resultados, os produtos estocados tornam-se fundamentais para o equilíbrio entre a demanda e a oferta. Onde o nível do estoque equilibra-se entre o menor possível para minimizar os custos, em um nível mais alto para não haver falta de produto ou perda de venda, hoje por todo o mundo e possível saber sobre gerencia de almoxarifado destinado a sua importância.

De acordo com Banzato (2003, p. 09), “A mais conhecida utilidade da armazenagem era atender e servir como reservatório ou proteção contra incertezas. Escritas antigas da civilização ocidental, como o livro de gênesis descreve a função da armazenagem para evitar a escassez absoluta no Egito antigo. Este fato oferece boas evidências de que a armazenagem é uma das atividades comerciais mais antigas conhecidas do homem atualmente, a armazenagem é praticada por diversos motivos, influenciando diretamente no nível de serviço prestado ao cliente, na produtividade organizacional, além de poder afetar a qualidade de produtos e serviços, no entanto, existem situações em que a função principal ainda é a mesma mencionada na bíblia”.

Com o passar dos anos e com toda a experiência que vem em torno dos empresários hoje a uma preocupação com o almoxarifado, qual é a sua importância para a organização, será que realmente ele é muito importante, pois através de análise tentam chegar a uma conclusão se ele que o verdadeiro cofre da empresa pois ali em forma de materiais deve estar a maior riqueza de uma empresa por isso a toda uma preocupação nos dias atuais sobre a sua conservação e administração de forma correta e eficiente.

A Empresa reflorestar serviços florestais a qual atua no ramo de colheita mecanizada, a 10 anos onde somos pioneiro no ramo, vem gerindo seus almoxarifados espalhados por diversas cidades inclusive na cidade de João pinheiro, durante o tempo ela vem identificando vários fatores os quais contribuem para perda de materiais com prazo de validade determinado, e com materiais que tiveram a compra feita de forma errada, a empresa foi fundada no ano de 2004 na cidade de João pinheiro MG, situada á rua Frei Dionísio nº 476 B centro, fundada por dois sócios que ao identificar a oportunidade do negocio que alavancava no nosso país resolveram a montar a empresa no ramo de colheita mecanizada.

A empresa foi montada com um grande investimento, pois o maquinário e sua manutenção tem um valor muito alto, precisa se de uma boa estrutura para sua manutenção, a

estrutura já começou grande para atender a necessidade dos contratantes dos serviços, investimentos em carros mão de obra cara, pois tinha que deslocar profissionais de diversas localidades pelo motivo de a mão de obra ser escassa, varia despesas como hospedagem alimentação e com deslocamento.

Hoje em dia com treinamento de profissionais da cidade pode conseguimos amenizar os custos e investir em outras áreas para agradar cada vez mais a empresa contratante dos nossos serviços.

Seus principais fornecedores estão localizados na região (BH) Belo Horizonte, e regiões metropolitanas como a Sotreq, distribuidora de peças originais das marca cat., bellub, distribuidora de lubrificantes entre outras prestadoras de serviços de torno e solda que estão localizados tanto na capital como em nossa região.

A empresa tem um faturamento considerado alto anualmente o qual os sócios tem as suas porcentagens pelas quais não consigo informar.

Para melhor competitividade a empresa usa estratégia optar por produtos de qualidade, por profissionais capacitados e parceria com empresa de outras cidades do mesmo ramo para conseguir dar maior disponibilidade dos equipamentos para as empresas contratantes.

2.ANÁLISE DOS DADOS

A Primeira pergunta teve como objetivo identificar o tempo de atividades e experiências dos entrevistados no ramo de almoxarifado.

Pergunta 1ª faixa etária dos profissionais

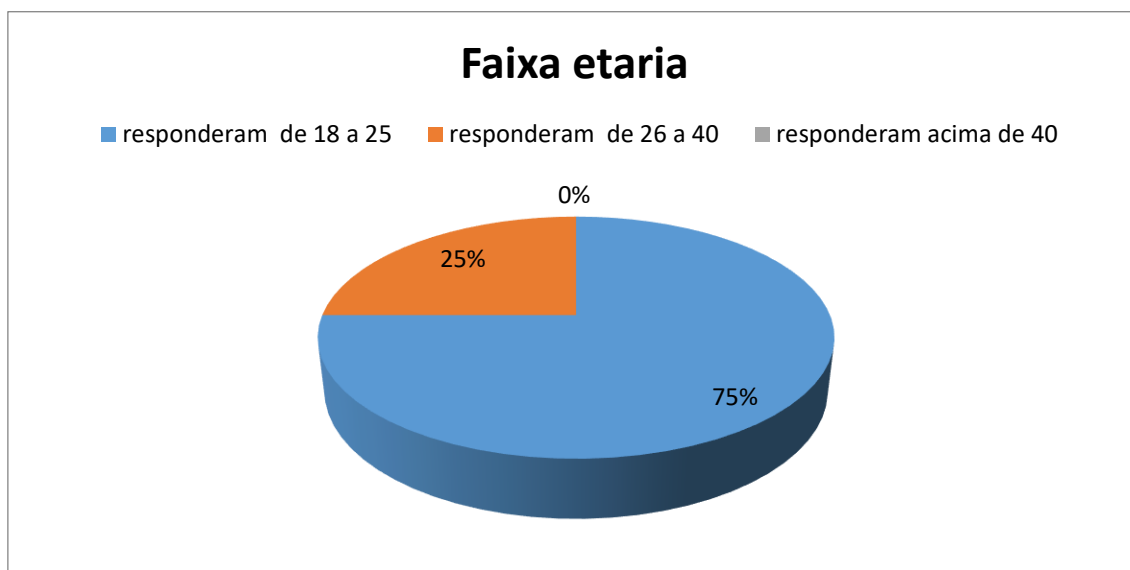


Figura 1: Pesquisa Direta, 2014

No primeiro gráfico notou se que: 75% dos profissionais encontram com faixa etária de 18 e 25 anos, 25% entre 26 e 40 anos.

A pergunta 2ª sexo dos entrevistados



Figura2: Pesquisa Direta, 2014

Conforme demonstrou o gráfico 02: 87% dos entrevistados são do sexo masculino e apenas 13% do sexo feminino.

Pergunta 3ª escolaridades dos profissionais



Figura 3: Pesquisa Direta, 2014

De acordo com o gráfico 03: 50% dos entrevistados tem apenas o ensino fundamental, 37% têm o ensino médio e 13% o ensino superior.

A 4ª pergunta se refere ao tempo de atividade que os entrevistados têm no ramo.

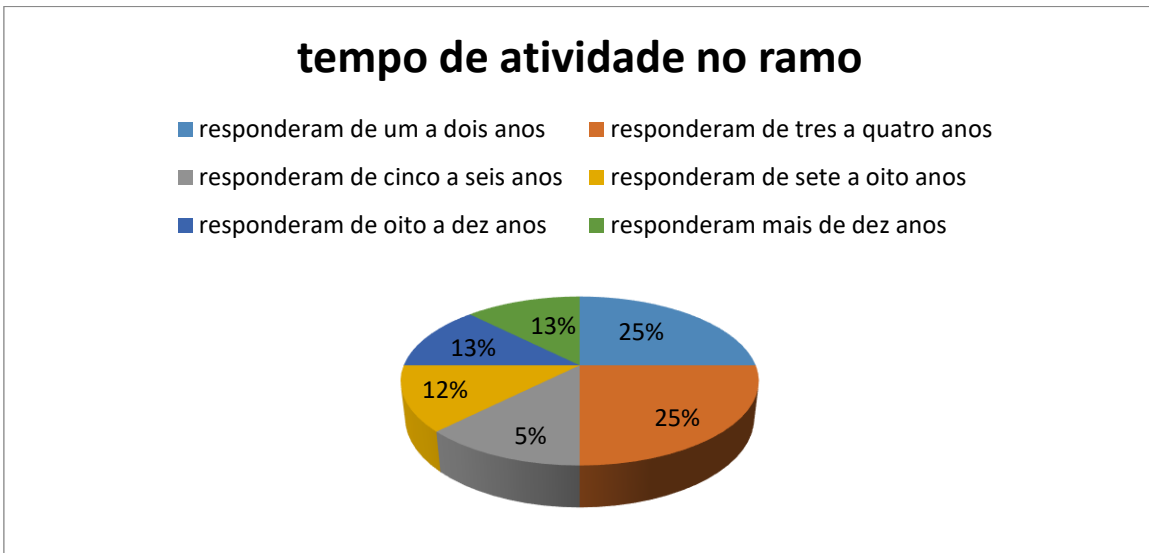


Figura 4: Pesquisa Direta, 2014

Segundo o que se pode notar no gráfico 04: 25% dos entrevistados são colaboradores da empresa a mais de dois anos, 25% são colaboradores da empresa de três a quatro anos, 13% estão na empresa de cinco a dez anos, 5% responderam que estão na empresa a mais de 10 anos.

Os dados mostram que se trata de uma empresa solida pelo fato de ser uma profissão pouco valorizada mesmo assim os colaboradores estão a um bom tempo dentro da empresa exercendo a função de almoxarife.

Em um artigo publicado na revista exame do mês de Janeiro de 2014, a jornalista Sofia Esteves relata o seguinte sobre os termos funcionários e colaboradores.

Com o grau de complexidade que se estabeleceu no mundo empresarial atual, a ideia de uma maioria operando dentro de uma descrição de cargo fixa está cada vez menos presente. Não é à toa que nas grandes e bem-sucedidas corporações, a forma de se referir às pessoas venha mudando. Já percebeu que muitas empresas já substituíram a nomenclatura “funcionário” por “colaborador”? Por que será?

Não se trata apenas de um modo mais gentil e carinhoso. O que ocorre é que o termo “funcionário” perdeu o sentido em determinados segmentos. Basta buscar no dicionário as diferenças de uma palavra e de outra. Funcionário é “aquele que tem uma função permanente”. Colaborador é “aquele que colabora, coopera, contribui”. É o coautor do processo, o que sugere um sentido mais amplo e dinâmico.

Organizações de sucesso estão estruturadas numa base de colaboradores competentes, que cooperam entre si, potencializando os resultados. Ou seja, contam com pessoas capazes de lidar com a complexidade das exigências dos seus clientes internos e externos, de tomar decisões e de entregar além do esperado, de forma a iluminar com sua criatividade um raio maior do que o seu campo de atuação convencional, seja ele qual for.

Para manterem-se competitivas, as empresas precisam conhecer a fundo as potencialidades dos seus colaboradores como um todo e não apenas de seus líderes, posicionando-os de acordo com as necessidades estratégicas do negócio, respeitando as capacidades e limites de cada um. Essa postura possibilita que cada um vista sua “camisa” de colaborador e brilhe naquilo que é realmente bom. (EXAME, 2014)

Concordo com o autor no que diz sobre a mudança de cultura em chamar funcionário de colaborador pois hoje nas empresas quem colabora ou veste a camisa contribui, já os que são apenas funcionários limitam se as suas funções deixa de colaborar e ate mesmo de evoluir como profissional.

A 5ª pergunta se diz em uma escala de 0 a 5 avaliar o comprometimento dos profissionais que atuam no setor de almoxarifado.

Avaliação do comprometimento dos profissionais da area de almoxarifado

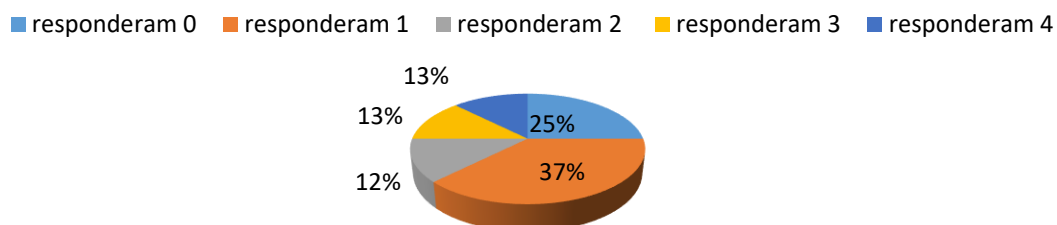


Figura 5: Pesquisa Direta, 2014

Os resultados que foram apresentados no gráfico 05, foi um propensão para poder analisar os percentuais que mais oscilam na empresa e pode ser percebido que são devido a diversos fatores como: salários baixos, reconhecimento pessoal, condições e ambiente de trabalho seguros e adequados, onde, 25% dos entrevistados responderam não ter nenhum comprometimento, já 37% já mostra um nível baixo de comprometimento e uma menor porcentagem mostra um bom comprometimento.

Higiene do trabalho se refere a um conjunto de normas e procedimentos que visa a proteção da integridade física e mental do trabalhador, preservando-o dos riscos de saúde inerentes as tarefas do cargo e ao ambiente físico onde são executada. Relaciona-se com o diagnostico e prevenção das doenças ocupacionais a partir do estudo e controle de duas variáveis: homem e seu ambiente de trabalho. (CHIAVENATO, 1999, P.376).

A pergunta 6 refere-se sobre capacitação dos funcionários que podem gerar acumulo de materiais gerando ou não prejuízos a empresa.

Acumulo de produtos e materiais ocasionados pelo funcionario mal...

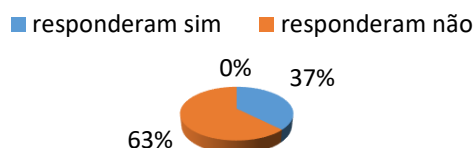


Figura 6: Pesquisa Direta, 2014

No gráfico 06: a maior parte dos entrevistados que representou 63% acreditam que o acúmulo de produtos e materiais não geram prejuízos por acreditar que o almoxarifado tem que estar repleto de mercadorias, 37% dos entrevistados acreditam que o acúmulo de material podem sim acarretar prejuízos tais como: a perda de produtos que tem data de validade e ate mesmo que jamais serão utilizados, particularmente acredito que o almoxarifado e um local de guarda de materiais com alta rotatividade e não podemos de forma alguma sobrecarrega-lo de materiais correndo o risco de haver perdas, ou acúmulos indesejados, necessita de pessoas com experiência para saber como agir diante de situações que exijam mais conhecimento.

Os estoques representam bens adquiridos ou produzidos pela empresa com objetivo de comercialização ou de consumo próprio no decorrer de suas atividades normais. A avaliação ou atribuição de custos aos estoques é complexa, porém, será apresentado o que recomendam os órgãos profissionais e fiscais reguladores da contabilidade do país.(MARTINS NETO, 2013)

A pergunta 7. Quer saber na opinião dos entrevistados se você faz conferencia rotineira visando data de vencimento ou falta de produtos.

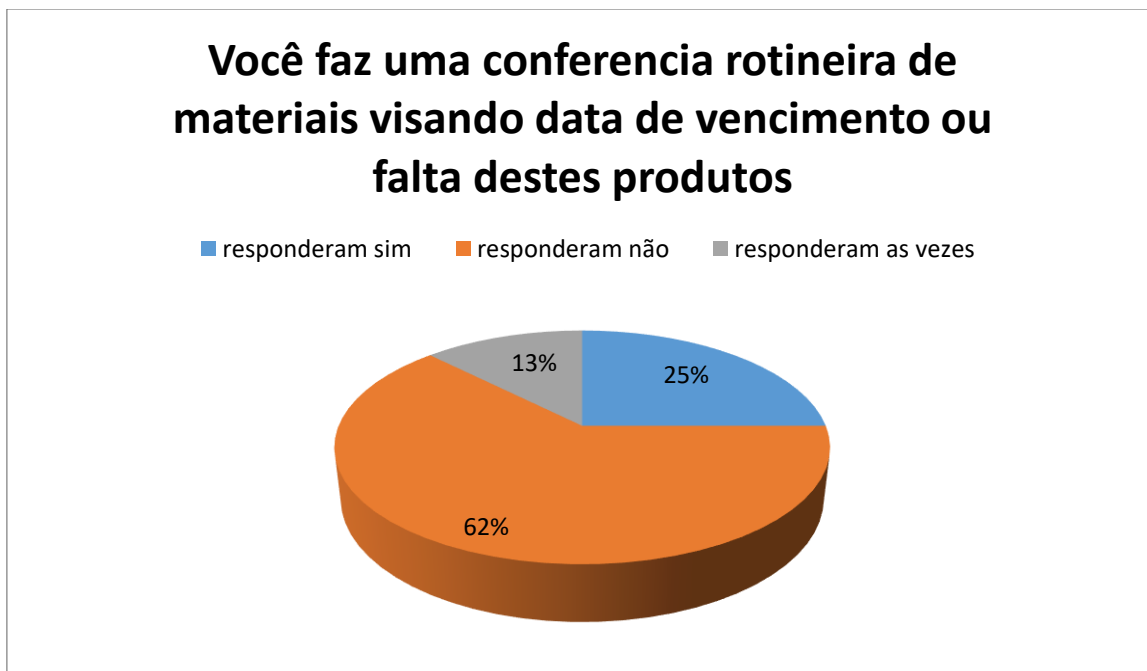


Figura 7: Pesquisa Direta, 2014

O gráfico 07 demonstrou que: 62% não tem o hábito de conferir materiais e produtos dentro do almoxarifado, 13% responderam que sim tem o hábito de conferir e 25% raramente confere os estoques.

Segundo Martins, (2006), no almoxarifado exige o controle de estoque (quantidade, reposição, armazenagem, validade, controle do uso e outros), mercadorias e produtos (de limpeza, de escritório, serviços e outros), aquisição (levantamento de preços, pesquisa de fornecedores, registro das compras feitas e a fazer, arquivamento de notas) e outras tarefas feitas pelo almoxarife ou estoquista. Estas funções necessitam observar critérios de racionalização, acondicionamento, localização, acurácia, padronização indicadora e documentação.

Em conformidade com o autor Martins, tais fatores por ele relacionados acima levam a resultados gratificantes na hora de uma tomada de decisão, e para que o almoxarifado seja prático e eficiente a ponto de atender as necessidades.

A 8ª pergunta refere a opinião dos profissionais perante a preocupação pela perda de produtos com data de vencimento ou não localizados na prateleira, se isto pode prejudicar a empresa financeiramente.



Figura 8: Pesquisa Direta, 2014

De acordo com os resultados que foram demonstrados no gráfico 08, apresentou a seguinte realidade: 62% dos entrevistados acreditam que produtos vencidos, e não localizados nas prateleiras ocasionam prejuízos a empresa e 38% acreditam que isto não influencia em os resultados negativos ou acarreta prejuízos para a empresa. Na empresa uma grande quantidade de materiais tanto vencidos como materiais que foram comprados em excesso, e

acabaram não sendo utilizados, hoje gerando uma pilha de prejuízos, impossibilitando na maioria das vezes investir em outras áreas pois ali tem muito dinheiro parado.

Pergunta 9 (nove) a importância de uma compra consciente.

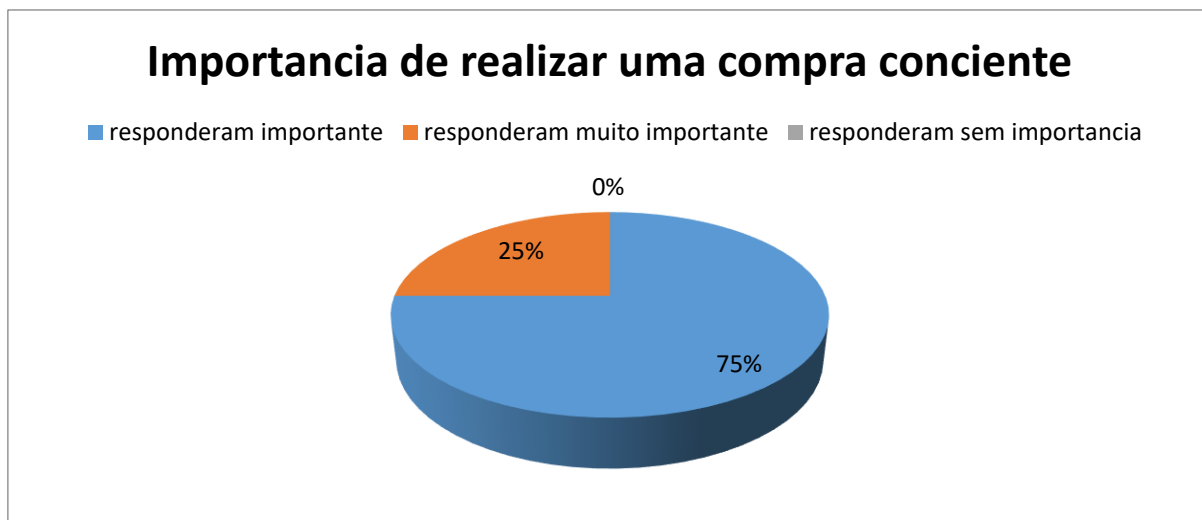


Figura 9: Pesquisa Direta, 2014

No gráfico 09, observou-se que 25% dos entrevistados acreditam que seja muito importante uma compra feita de forma consciente, onde todos os fatores como conferência de estoque, avaliação de necessidade, e até mesmo resultados que levam ao lucro são considerados antes de sua realização, já 75% acham apenas importante não levando em conta todos os fatores relacionados.

E o risco de que produtos, quando estocados por muito tempo, em razão do volume de compras, desnecessários percam seu valor tornando-se obsoletos, como por exemplo a deterioração com o tempo e a mudança do consumidor em relação ao produto ou até mesmo devido as constantes mudanças tecnológicas. (BERTAGLIA, 2003)

Uma compra bem elaborada impede o investimento sem a necessidade, deixando de gastar com coisas sem necessidade, amenizando a receita no final do mês, e evitando futuros prejuízos.

Pergunta 10 (dez): você acha que a logística de transporte pode influenciar no faturamento da empresa.

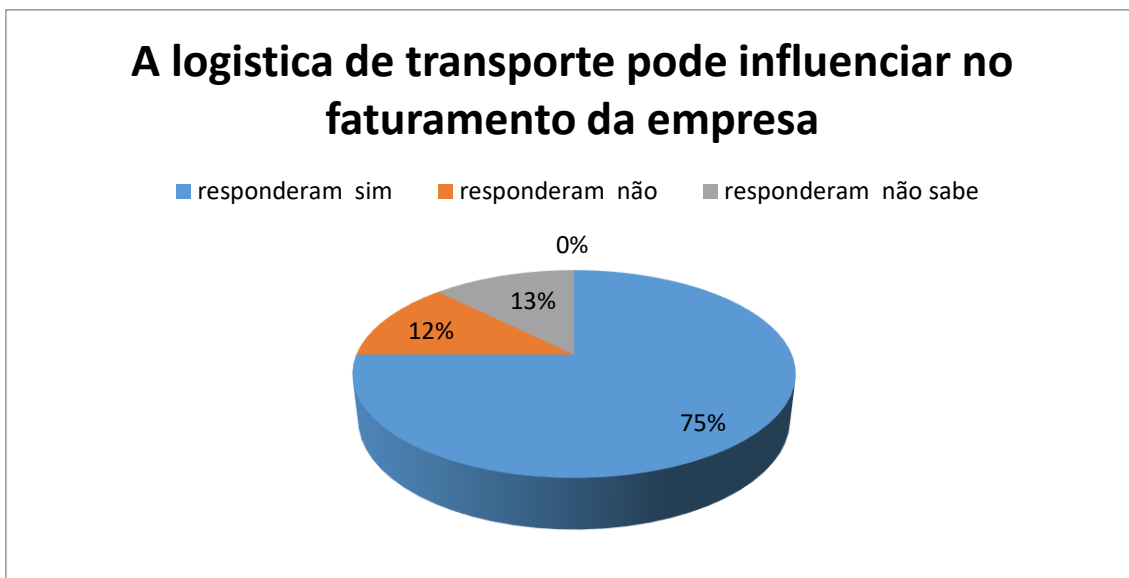


Figura 10: Pesquisa Direta, 2014

De acordo com o gráfico 10, 75% dos entrevistados acreditam que podem influenciar e muito pelo fato de que a mercadoria quando não chega até o seu destino pode afetar a produção. Já uma pequena parcela dos entrevistados 12% acredita que não simplesmente pelo fato de que se realmente é preciso pode adquirir o produto/mercadoria no comércio local já 13% não tem uma opinião para este assunto.

Eu acredito que a logística faz toda a diferença para a gestão de um almoxarifado, pois hoje temos várias empresas no seguimento de entrega e podemos trabalhar de forma mais segura contando com estes serviços prestados.

Com as determinadas respostas dos entrevistados percebe que a maioria tem idade mediana até 30 anos de idade e que o seu grau de ensino é muito pouco e o que conta mesmo é a falta de preparo para desenvolver as atividades de almoxarifado, onde neste espaço se tem uma concentração mais avançada de homens possa ser por isso não ter resultados tão satisfatórios.

Os sócios proprietários de uma empresa do ramo de colheita mecanizada (Reflorestar) que tem mais de dez anos de atuação e serviços prestados disse que: falta muito por falta dos profissionais onde os mesmos não buscam sua própria qualificação, o seu aperfeiçoamento, com isto gera a falta de interesse por parte destes profissionais, e na maioria das vezes isto reflete negativamente dentro da empresa como mau resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a maioria das empresas que atuam no seguimento florestal, geralmente são iniciadas sem nenhum planejamento estrutural, somente com um análise de negocio e sem nenhuma análise de fatores que podem influenciar no seu crescimento, sabe-se que o almoxarifado e uma das partes mais importantes dentro de uma organização, pois ali e um cofre de mercadorias. Caso não seja bem administrado acabam não tendo o lucro esperado por causa dos prejuízos acumulados pelo fato de compras, e armazenamentos de forma incorreta.

Este cenário está mudando, uma vez que, muitas empresas buscam conhecimento para obterem mais competitividade no mercado, para alcançarem seus lucros e objetivos desejados. O almoxarifado e um local importante para a empresa se destacar diante da concorrência, mas para obtê-lo é necessário conhecer, e ter bons profissionais para gerir e dar maior disponibilidade de materiais para a área de manutenção dentro da empresa.

A administração de materiais e uma função dentro das empresas que possuem significados variados aqueles que enxergam a partir do ponto de vista da distribuição física frequentemente a veem como atividades de compras (BALLAU, 1993, P. 71). “Porem a administração de materiais vai além das atividades de compras e esta voltada principalmente com o movimento de bens para o abastecimento da empresa” (BALLAU, 1993, P. 71).

A administração de materiais engloba diversas atividades fundamentais para o funcionamento da empresa. “A administração de materiais, em algumas empresas encontra-se subordinada a setores industriais e comerciais, ou subdividida entre estes dois” (VIANA, 2000, P. 71). “A importância da carreta administração de materiais pode ser mais facilmente percebida quando os bens necessários não estão disponíveis no momento exato e correto para atender as necessidades de mercado” (POZO, 2004, p.39) com base nestas informações e possível perceber que administração de materiais engloba planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relacionadas com a aquisição de materiais e controle de níveis de estoques da concepção ate o seu consumo final.

Segundo Pereira (2002), “a produção de conhecimentos de natureza científica se faz a partir de resultados obtidos em pesquisas, as quais requerem a adoção de uma metodologia que auxilie o pesquisador na conclusão de seu trabalho”.

Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de caso, que segundo Antonio Chizotti (1991) *apud* Barros e Lehfeld (2007), o estudo de caso distingue por ser uma modalidade de estudo nas ciências sociais, que se volta à coleta e ao registro de informações sobre um ou vários casos particularizados, elaborando relatórios críticos analisados e avaliados, dando

margem a decisões e intervenções sobre o objeto escolhido para a investigação, que pode ser uma comunidade, uma organização, uma empresa, etc.

Com este estudo consideramos que o profissional da área de compras tem que ter inteira ligação com o da área de almoxarifado não apenas confiança, mas também a certeza de sua capacidade em levantar dados verdadeiros para que a empresa possa tomar decisões concretas afins de não fazer algo que possa prejudica - lá financeiramente.

Pode se observar que um almoxarifado sem o espaço adequado para o armazenamento das peças e materiais a serem utilizados, causa um grande transtorno devido a uma não observação do que realmente e armazenado e qual e a sua real necessidade de reposição.

Foi possível observar através de métodos adequados de administração de estoques e almoxarifado na empresa Reflorestar que O processo de armazenagem tem que ser o mais eficiente possível tem que ser um espaço arejado amplo para que o profissional da área tenha facilidade tanto para manusear quanto para localizar posteriormente um local onde possa acomodar tudo de maneira confortável sem sobrecarregar o ambiente, com isso e possível reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, se torna necessário que a empresa invista tanto em uma melhor reformulação do seu espaço físico de almoxarifado uma vês que o mesmo já tem um espaço físico grande faltando apenas planejamento e investimento.

Com a realização deste estudo científico foi identificado pontos pelos quais terão quer ser melhorado, sabendo-se que a condição do almoxarifado da empresa reflorestar poderá utilizar procedimentos para a organização, economia de materiais, comunicação entre os envolvidos direção e almoxarife e ter mais apoio da direção.

Os profissionais a realizar as tarefas do almoxarifado e de compras tem que serem pessoas qualificadas informadas sobre este tema, pessoas totalmente motivadas pelo que faz para que possa esta ligada todo o tempo em suas atividades rotineiras, a fim de fazer tudo de sua função da maneira mais correta em minimizar custos e maximizar os lucros da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNOLD, J.r. Tony. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1999.

ARAUJO, Jorge Sequeira de. **Administração de Materiais**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1981.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos / Logística Empresarial**.5.ed.. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BANZATO, Eduardo, et al. **Atualidades na Armazenagem**. São Paulo: Imam, 2003.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**: Uma abordagem logística. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, João Jose. **Administração de Materiais**: Um Enfoque Pratico. São Paulo: Atlas, 2000.

POLÍTICA DE COBRANÇA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS IMPACTOS CAUSADOS PELOS TÍTULOS NÃO RECEBIDOS NA EMPRESA GE MAGAZINE LTDA

Marcos Vinícius Cordeiro de Abreu*
Unilson Gomes Soares**

Resumo: Essa pesquisa aborda as questões que envolvem um estudo de caso sobre a política de cobrança na empresa GE MAGAZINE LTDA no período de setembro de 2012 a setembro de 2014. A empresa que atua no varejo oferece eletrônicos, eletros portáteis e cama mesa e banho e um mix de produtos diversificados. A organização faz parte de uma rede de 12 lojas. A liberação de crédito próprio da organização é ferramenta competitiva de peso, porém apresenta um grau de risco, uma vez que há índices de não recebimento. A política de cobrança é estruturada na necessidade de utilizar de métodos que diminuam os possíveis impactos causados pelos títulos de contas a receber que a organização não resgata no prazo combinado. O objetivo geral dessa pesquisa é investigar os impactos causados pelos títulos não resgatados na empresa e os resultados que surgem a partir desse processo de cobrança. Esse estudo de caso foi uma pesquisa qualitativa que utilizou métodos quantitativos. Aplicou-se um questionário ao gestor e percebeu-se que a empresa possui um plano de cobrança baseado em uma financeira e que utiliza de ferramentas para diminuir os impactos e reter os clientes após essa negociação.

Palavras-chave: Política. Cobrança. Impactos

Abstract: This research addresses the issues surrounding a case study on the charging policy on GE MAGAZINE LTDA from September 2012 to September 2014. The company engaged in the retail offers electronic, portable electros and bed and bath and mix of diversified products. The organization is part of a network 12 stores. The release of the own credit organization is a competitive tool weight, but presents a degree of risk, since there is indexes of not receiving. The collection policy is structured on the need to use methods that reduce the potential impacts of securities accounts receivable that the organization does not rescue the agreed time. The overall objective of this research is to investigate the impacts of unredeemed bonds in the company and the results that emerge from this process of collection. This case study was a qualitative research that used quantitative methods. Applied a questionnaire to the manager and it was realized that the company owned a recovery plan based on financial and uses tools to reduce the impacts and retain customers after this negotiation.

Keywords: Policy. Billing. Impacts

* Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: mvc.abreu@hotmail.com

** Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade: Universidade de Santo Amaro – SP. Pós-graduado: Gestão Estratégica de Recursos Humanos. E-mail: Unilsongomessoares@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Esse estudo aborda as definições de política de crédito e decorrente política de cobrança que deve ser aplicada aos títulos em atraso. Abordam sobre qual o seu grau de importância de uma política bem estruturada dentro de uma organização, as suas atribuições como papel de impacto e quais os autores que abordam o tema mundialmente e também em nível do Brasil.

O objeto de pesquisa que foi a política da cobrança no qual foi observada uma empresa que possui crediário próprio e quais são suas atribuições como papel de impacto na gestão de minimização das perdas e maximização dos resultados nas organizações. A modalidade surge da concessão de crédito adotada pelo varejo aos clientes e funciona como se a empresa passasse ao cliente um recurso e o pagamento do mesmo ficasse com data futura pré-estabelecida.

A política de cobrança tem início a partir da data do vencimento do título e ainda assim o cliente não procurou o departamento de créditos da empresa para a quitação do seu débito em aberto. Tal política é composta por diversas ferramentas de cobrança desde aquelas que são caracterizadas pelos meios de contato com o cliente como ligações, mensagens ou visitas e até mesmo negativar o nome dos mesmos junto a órgão de proteção ao crédito.

A política de cobrança de uma firma é determinada pela combinação das técnicas de recebimento que utiliza. Estes procedimentos são múltiplos, tais como: cartas enviadas aos clientes, chamadas telefônicas, contatos pessoais, cobrança por vendedores e processos jurídicos. (COBRA, 1994, p.411)

A política de cobrança surge da liberação do crédito ao cliente. Sem a liberação do crédito seria impossível existir cobrança. Essa concessão de crédito quando bem estabelecida e firmada em um modelo sistematizado e estruturada com relatórios e procedimentos que orientam o colaborar desse setor de como fazê-la corretamente é uma grande vantagem competitiva para a empresa.

A liberação do crédito ao cliente surge, pois, o consumidor busca cada vez mais facilidades em adquirir mercadorias. E dado o aumento do poder de compra em relação a outros tempos. O cliente vai dar preferência para quem melhor utiliza dessa ferramenta tão poderosa combinada com um mix atrativo de outros fatores que também influenciam na decisão final de adquirir ou não o produto ou serviço.

Crédito ao consumidor vem se tornando um serviço essencial, muito valorizado, pois permite ao consumidor comprar no momento e pagar depois. Por meio do crédito, as

compras são estimuladas – tanto de produtos de alto valor, como também as chamadas compras de impulso. No Brasil, em virtude das altas de juros que têm prevalecido em muitos períodos de nossa economia, as condições de crédito oferecidas pelos varejistas exercem grande influência na preferência dos consumidores. (PARENTE, 2009, p.277-278.)

As facilidades em adquirir uma mercadoria e efetuar o pagamento em prestações, com valores razoáveis passam a ser fator de certa e aparente vantagem na hora da compra. O que faz o crediário próprio ter cada vez mais adeptos ao procurar finalizar uma negociação de compra. A fidelização do cliente é garantida quando a empresa oferece tal serviço de forma estruturada. Com o serviço oferecido de forma correta há um estreitamento de laços entre empresa e cliente.

Segundo Cobra (1994, p. 410) se os concorrentes estendem o crédito liberalmente e a empresa não, pode exercer um efeito menor sobre o esforço do mercado. O crédito comercial é um dos muitos fatores que motivam a demanda de produtos da firma.

Atingir a maior fatia de mercado possível é fator fundamental de sobrevivência para a organização, pois a empresa em que seu serviço não oferece vantagens aos seus clientes em continuarem negociando, pode perder muito para outras empresas que já estão atentas a isso e já faz o mesmo há muitos anos de forma mais eficaz.

O sistema varejista é muito competitivo. A facilidade na aquisição de mercadorias demonstra que a empresa está preocupada em que o seu cliente possa adquirir o que ele deseja dentro de um leque de opções de crédito. Cada opção dessas com suas vantagens e cada uma de forma única trabalha com uma análise de dados para que atenda a necessidade de quem venha adquirir suas mercadorias ou serviço.

O sistema de concessão de crédito é definido como:

O sistema é operado e administrado pela própria empresa, ou por uma empresa que financia agindo como terceiro nesse processo. Ao oferecer seu próprio sistema de crédito, o varejista estimula uma maior fidelidade e reforça o vínculo do consumidor com suas lojas. (PARENTE, 2009, p.278)

A decisão de conceder um crédito ao cliente envolve os (C)s do crédito. De início, fala-se em 4c's, porém com o decorrer do tempo e evolução dos serviços foram acrescentados outros, que são todos eles: Caráter, Condições, Capacidade, Capital, Colaterais. Esses 5c's fazem parte de um processo de análise e normas pré-estabelecidas pela empresa e cabe a ela normatizar e delegar quais critérios deveram ser seguidos, claro, de acordo com a lei.

Cinco Cs do crédito

Caráter	O histórico do cliente em termos de cumprimento das obrigações.
Capacidade	A capacidade de pagamento do crédito solicitado pelo cliente, avaliada com base em uma análise das demonstrações financeiras, com ênfase nos fluxos de caixa disponíveis para o pagamento de dívidas.
Capital	O volume de dívidas do cliente em comparação com seu capital próprio
Colateral	O volume de ativos que o cliente tem à disposição para usar como garantia do crédito. Quanto maior o volume de ativos disponíveis, maior a possibilidade de que uma empresa consiga recuperar fundos se o cliente não cumprir sua obrigação de pagamento.
Condições	As condições econômicas gerais e setoriais correntes e quaisquer condições especiais vinculadas a uma transação específica.

Tabela 1: Os 5'cs do Crédito

Adaptação do livro: Princípios de Administração Financeira, Lawrence J. Gitman, 2004, 10ª Edição, p. 521.

Os critérios podem variar de acordo com cada organização. Devendo levar em conta que baseado nesses 5'cs o resultado obtido com recebimento apresenta melhores retornos.

Na prática, as lojas costumam adotar critérios pré-definidos para conceder crédito a pessoas físicas, como por exemplo, idade acima de certo limite, tempo mínimo de emprego, referências por exemplo, possuir cartão de crédito), salário e consulta a serviços de proteção ao crédito. Entretanto esses critérios precisam ser atualizados periodicamente porque sua influência na inadimplência muda com tempo, conforme revelou pesquisa feita pelo Provar. (PROVAR, 2000, p.273)

Para que essa liberação ocorra, deve existir uma seleção de crédito que definida por vários autores como “5Cs”: Caráter, Capacidade, Capital, Colateral e condições. Esses c’s podem variar de autor para autor e aumentam de acordo com a mudança e novas modificações acrescentadas ao processo.

O caráter é definido pelo histórico do comportamento do solicitante do crédito e quais são as disposições como pessoa na sociedade. Essas informações são passadas na maioria das vezes pelo solicitante ao procurar a empresa. Por exemplo, ao efetuar a compra em um estabelecimento em que o cliente não é cadastrado, ele vai passar por uma análise de dados para que tenha seu crédito concedido ou não. A partir desse momento ele vai informar os dados solicitados pela empresa, dentre eles provavelmente vai pedir para que ele informar lugares onde já tenha feito compra a prazo. Assim, o analista de crédito vai entrar em contato com a empresa que o cliente informou e vai pedir pra que passem informações que o ajudem nessa análise. E o caráter é definido com base nessas informações: pontualidade no pagamento, valor das prestações, facilidade de negociação entre outros.

A capacidade é o significado da palavra propriamente dita, analisa em termos qual a postura do cliente diante do pagamento em seus aspectos totais. O capital é a análise da renda e de dinheiro disponível para esse endividamento. O aspecto colateral é um seguro de que se a pessoa não puder pagar o crédito, possa dar uma garantia em função da incapacidade do pagamento. As condições são essas variações econômicas (taxa de desemprego, inflação, crises econômicas mundiais, o mercado como um todo) que podem influenciar.

A parte relacionada ao crédito próprio pode ser entendida a partir do uso do próprio recurso da empresa ao financiar a compra do seu cliente ou até mesmo a partir de linhas de empréstimo. Porém, existem outras linhas de créditos como cartões, financeiras e cheques pré-datados.

Algumas dessas formas de crédito podem ser consideradas pela empresa uma forma de venda a vista, pois na maioria dos casos a financeira ou instituição que oferece a linha de crédito ao cliente assume todas as consequências possíveis resultando da negociação da venda, uma vez que aprovada pela financeira ou instituição, a empresa que oferta o produto não toma nenhum prejuízo quando a responsabilidade de receber o título.

Todavia, uma vez que a empresa trabalha com uma financeira parceira ela se torna responsável pelo envio das informações para aprovação da venda, começa a ter um índice de inadimplência muito grande, as vendas futuras podem começar a ser negadas. Surge aí uma

responsabilidade conjunta no processo de vendas e de veracidade de dados apresentados para segundos financiadores.

A partir da venda concretizada começa um período regressivo para pagamento pré-definido de forma que seja favorável a ambas partes na venda. Esse pagamento é fundamental para que se classifique a venda como um negócio bem-sucedido ou não. O índice de inadimplência começa a surgir a partir do não pagamento desses títulos em aberto.

O conceito de inadimplente é embasado em quem deixa de cumprir suas obrigações contratuais, e a partir dessa obrigação, a empresa e o cliente sofrem certos impactos negativos. A negatização do nome do cliente é feita e a empresa começa um processo de tentativa para o recebimento do combinado com juros e correção pelo tempo que discorre após a data combinada.

O autor Hoji (2008, p.126) relata que as vendas a prazo geram riscos de inadimplência e despesas com análise de crédito, cobrança e recebimento. Assim percebe-se os dois lados das vendas a prazo, um lado que tem como ideia algo lucrativo e que aumenta giro de mercadorias no estoque, aumenta a lucratividade e outros vários aspectos, o outro que é totalmente vulnerável as mudanças do mercado e é um grande fator de risco.

É nesse momento que começa a ação efetuada pelo setor de cobrança da organização. Manter os títulos a receber em dia a partir de ações trabalhadas estrategicamente para recebê-los. Se a empresa trabalha forte em seu setor de cobrança, diminuí em grande parte dos riscos de dívidas incobráveis.

De certa forma quando mais a empresa atua em cobrança, menor a proporção de dívidas incobráveis e mais curto o período médio de cobrança. Esse mecanismo possibilita à empresa obter através do retorno de seu próprio dinheiro, recursos para continuar gerando o seu negócio e financiando novas expansões entre outras possibilidades, além de não ter de recorrer a empréstimos externos para a obtenção de capital de giro. (COBRA, 1994, p.411)

Como já dito anteriormente, nessa modalidade de concessão de crédito, a empresa trabalha com seu próprio capital, o que é um risco caso ela não consiga receber no prazo determinado. O mercado influencia diretamente nesse aspecto de pagamento. Toda a economia, taxa de desemprego e outros fatores contribuem para o pagamento das dívidas de cada consumidor.

Observamos, então, que o nível da carteira de recebimentos ou como é chamado de *Contas a Receber* é afetado pelas condições econômicas reinantes por ocasiões do

vencimento dos títulos, possibilitando ou não aos clientes melhores condições de pagamento nas datas do vencimento. (COBRA, 1994, p.409)

Assim, percebe-se que um dos grandes fatores que influenciam o não pagamento desses títulos em aberto no prazo estabelecido é o é a própria situação econômica pessoal ou até mesmo a um nível econômico mais elevado, como crise econômica no país, causada por diversos motivos, dentre eles a inflação, por exemplo.

Segundo o **Programa de Administração de Varejo - PROVAR (2000)** pode compreender esse processo não apenas pelo não pagamento dos títulos em aberto ou carnês do crediário. Os cheques devolvidos pelos bancos por falta de fundos – sejam eles pré datados ou não também trazem grandes problemas para as empresas optantes por essas formas de pagamento. Os cheques são também um meio de estabelecer um crescimento significativo nas vendas através de seus meios e condições de pagamento. Mesmo sendo um título de ordem de pagamento à vista, as empresas negociam com datas pré-estabelecidas para que o cheque seja compensado nas contas. Todavia, o cheque que não houver um bom histórico, pode ser fator de grande risco dado que muitas vezes as organizações utilizam dos mesmos para fazer vendas em valores mais altos.

Os fatores da inadimplência são diversos e devem ser compreendidos por suas diversas causas.

A inadimplência possui muitas causas, mas sem dúvida muitas delas estão ligadas a fatores vinculados ao desempenho de toda a economia. O desemprego, se elevado, contribui para o aumento do número de carnês em atraso. Por outro lado, a inadimplência quando elevada também influencia a economia, provocando concordadas e falências. Além disso, é claro, o aumento do risco induz a elevação das taxas de juros, que passam a incorporar uma taxa de risco maior. (PROVAR, 2000, p.274)

Em outra citação e autor, podemos confirmar o peso dessa influência mercadológica sobre a política de cobrança:

Como, no entanto, as condições econômicas naturalmente não estão sob o controle do administrador mercadológico de vendas ou financeiro, o cuidado deve ser tomado por ocasião da venda para que não se vendam ao cliente quantias ou produtos em unidades superiores às que ele terá condições de vender, portanto, de pagar à empresa no futuro. Vender mais a crédito significa aumentar o risco no recebimento; portanto, fica o dilema entre aumentar o faturamento e, em consequência, o risco de recebimento. (COBRA, 1994, p.409)

Vender mais utilizando o crédito próprio da organização é um dos meios utilizados para aumentar o fluxo de vendas e assim também o faturamento. Porém, o grau de risco aumenta quando os títulos não são pagos.

Assim, cabe a empresa estruturar bem a política da liberação de crédito para diminuir a necessidade de ter uma ampla carteira de cobrança. O mercado influí diretamente no pagamento desses títulos, o que pode representar o não recebimento do título, um vez que não depende apenas do cliente devedor.

TEMA RETRATADO A NÍVEL MUNDIAL

O tema em um contexto mais abrangente ou mundial teve seus estudos iniciados a partir do surgimento da concessão de crédito ao cliente, sendo uma dessa adesão do comércio na liberação de crédito da própria empresa ao consumidor. Não se registra datas específicas do surgimento dessa forma de pagamento e nem mesmo onde ela surgiu. A arte de praticar comércio é muito antiga e suas formas e maneiras de se tratar são diversas e inumeráveis e varia muito de cultura para cultura de país, estado ou até mesmo cidade. Todo esse processo de venda surgiu com o escambo.

Segundo dados do Banco Central do Brasil levantados pelo site <http://www.bcb.gov.br>, ressalta que a moeda, como hoje a conhecemos, é o resultado de uma longa evolução. No início não havia moeda, praticava-se o escambo, simples troca de mercadoria por mercadoria, sem equivalência de valor. O escambo é o retrato do início dessas atividades que evoluíram e hoje são as vendas e formas de pagamento que surgiram a partir das mesmas.

Grandes metrópoles com empresas de pequenas redes, já não aderem ao crediário próprio. Pequenas redes ou empresas menores não conseguem assumir o risco dos impactos que são podem ocorrer. Trabalham com formas de crédito por meio de bancos e financeiras, que para a empresa, após a aprovação dos mesmos funciona como uma forma de pagamento a vista.

Para chegar aos impactos causados pelos títulos não resgatados pela empresa no processo de cobrança, deve-se entender o processo de liberação desse crédito. Segundo Sanvicente (2008, p.151) na economia moderna a utilização do crédito tanto como método de vendas e pagamento quanto sob forma de arma de concorrência entre empresas é um dos mecanismos mais corriqueiros.

E continua ressaltando sobre a flexibilidade ao comprador. Uma atribuição de vantagem dada ao consumidor:

A concessão de crédito atua como elemento do processo de oferecimento de um produto ou serviço não só porque afeta diretamente o preço de aquisição, distribuindo os pagamentos no tempo, como proporciona maior flexibilidade operacional ao comprador, que ganha tempo para gerar recursos com vistas a efetuar os pagamentos devidos. (SANVICENTE, 2008, p.153)

A questão da análise do crédito, ou a averiguação propriamente dita, deve se atentar a alguns fatores que variam de organização para organização.

Os parâmetros para as decisões de aceitação ou rejeição de clientes assumem a forma de padrões rígidos ou liberais. A relativa rigidez ou liberalidade dos padrões de concessão de crédito reflete a atitude da administração quanto ao risco que está disposto a assumir nesta área, mas não apenas isso. (SANVICENTE, 2008, p.157)

A partir desse processo de averiguação e negociação das formas de pagamento, começa então um processo em que o cliente deve cumprir um prazo com datas estabelecidas no ato da compra para a quitação do crédito de acordo com a forma combinada. Surge aí a política de cobrança de contas a receber.

Segundo Sanvicente (2008, p.159) a primeira ideia que ocorre é a de uma liberalidade menor, com a imagem de algo destinado a assegurar os pagamentos devidos, ou a impedir que sejam feitos mais tarde do que a empresa deseja.

TEMA RETRATADO A NÍVEL DO BRASIL

O tema da política de crédito começou a ser tratado no Brasil a partir da necessidade de trabalhar um elemento do mix de marketing. E o processo segue algumas linhas para a avaliação da liberação do crédito e já conta com alguns prestadores de serviço em parceria nessa área como, por exemplo, o SPC e SERASA.

Existem atualmente inúmeras instituições especializadas em análise de crédito que fornecem relatórios detalhados e padronizados sobre a situação financeira das empresas. Esses relatórios incluem informações de títulos protestados e ações judiciais pendentes. MACHADO (2004, p.105)

Sobre a parceria das empresas com essas instituições de informações tem crescido bastante e são ferramentas fundamentais no processo de aprovação. O crédito tem sido bastante facilitado diante das diversas opções que as empresas oferecem para pagamento, com

juros aparentemente reduzidos, com parcelas a se perder de vistas, o brasileiro tem se endividado cada vez mais.

Os riscos atribuídos ao processo são fonte de estudo de diversas pesquisas. Essa concessão gera impacto na empresa caso o combinado não seja cumprido.

Uma vez que a concessão de créditos gera riscos, a política de cobrança dos créditos dispostos aos clientes é um fator imprescindível para o sucesso das finanças das empresas, uma vez que através dela consegue-se diminuir o número de inadimplentes. Além disso, através da política de cobrança pode-se ponderar se os gastos com cobranças produzem contribuição igual ou superior em termos de perdas com devedores insolventes. (POTRICH et. al.,2012, p.392)

O portal de notícias do Estado de São Paulo - Estadão (2013) traz uma matéria que relata sobre esse grau de endividamento do brasileiro no ano em que a matéria foi publicada, o que não mudou muito nos últimos anos.

Segundo a economista do SPC Brasil, Ana Paula Bastos, o avanço da parcela de consumidores inadimplentes com dívida superior a R\$ 500 ocorreu por causa do acúmulo das compras de fim de ano combinado aos gastos de início de ano com impostos. Além disso, houve uma forte expansão da oferta de crédito. "A nossa pesquisa mostra que o inadimplente chega a ter várias pendências com dívidas, por exemplo em seis cartões de crédito." Na avaliação de Ana Paula, a situação se agravou por causa da falta de educação financeira do brasileiro, que antes de contrair um empréstimo verifica apenas se a prestação cabe no salário. (ESTADÃO, 2013)

O índice de inadimplência vem aumentando mês após mês. A facilidade do crédito tem aumentado o poder de compra do consumidor. Assim o comprometimento da renda e falta de controle sobre as dívidas faz com que o consumidor perca o controle e acabe tendo seu nome negativado e seu crédito sujo na praça.

TEMA RETRATADO A NÍVEL LOCAL

O tema de contas a receber já foi pesquisado por outros acadêmicos do curso de Administração de Empresas da instituição de ensino superior denominada como Faculdade Cidade de João Pinheiro.

O tema discutido através das elaborações põe em questão quais as ferramentas utilizadas e de que forma são manuseadas dentro de uma organização. As políticas adotadas em pequenas e microempresas e as fundamentais atribuições de uma boa utilização do processo de gestão das ferramentas de cobrança envolvidas no processo.

Nenhum trabalho disponibilizado para consulta, trabalho que estude e analise os impactos desses títulos não recebidos foi efetuado em uma organização da cidade pesquisada. Porém alguns trabalhos já foram desenvolvidos na vertente de política de cobrança em si, como papel fundamental nas empresas e suas ferramentas no processo, nenhum deles analisa em si o impacto após a realização desse trabalho.

A empresa GE MAGAZINE LTDA que será objeto de pesquisa atua no setor do varejo e dedica a produtos como eletrodomésticos, cama, mesa e banho e móveis. Vende artigos de cine e foto, telefones, bicicletas entre outras mercadorias. A rede de empresas teve início em 2001, fundada por Gaspar dos Reis de Oliveira e Eunice José Nascentes o que levou a formar o nome da rede (GE MAGAZINE) considerando a inicial dos nomes dos sócios.

Recentemente a empresa passa a ser administrada apenas pelo empreendedor Sr. Eunice José Nascentes que após a separação da sociedade ele passou a ser sócio majoritário. O nome da empresa permanece o mesmo.

A empresa oferece produtos direcionados em sua grande maioria para as classes C e D, o que não impede que pessoas de outras classes possam ter acesso ao mix de produtos oferecidos pela rede, que é reconhecida por trabalhar com grandes marcas de qualidade que atuam no mercado.

Ela visão de aumentar seu ramo de atuação no mercado. E além dos serviços de venda de produtos, de garantia estendida, seguros e entrega e montagem, ela almeja atingir o setor financeiro, trabalhando também com empréstimos.

Isso faz parte de um plano em médio prazo que já está sendo pensado e estruturado pela alta direção para ser colocado em ação na hora certa.

Os princípios ideológicos surgem a partir da satisfação do cliente, o comprometimento e ética como valores e qualidade nos produtos que oferece aos seus clientes.

A POLÍTICA DE COBRANÇA E SUAS VERTENTES NA ORGANIZAÇÃO

O capítulo II traz os dados obtidos da aplicação do questionário de pesquisa. Foi aplicado 01 questionário ao gestor que lida diretamente com a política da organização. Ele lida diretamente com os todo o processo de cobrança e pode atuar de forma direta para possíveis mudanças nessa política de cobrança da organização que foi estudada. As informações dispostas nessa análise estão todas de acordo com os dados coletados no questionário.

As perguntas 1, 2, 3 e 4 abordaram o perfil do entrevistado. Questionaram sobre algumas características relevantes para o olhar crítico sobre os resultados apresentados de um ponto de

vista específico dentro da organização e a partir dessas informações, confrontá-los com os teóricos que abordam e discorrem sobre esse tema de estudo. Por critérios éticos, o entrevistado é identificado nessa análise como G1.

Pergunta 1: Sexo

A primeira pergunta está relacionada ao sexo do entrevistado. A resposta obtida foi que ele é do sexo masculino.

Pergunta 2: Faixa etária

A segunda pergunta foi sobre a faixa etária. Após o preenchimento do questionário, constatou que o entrevistado estava entre a faixa de 40 a 45 anos.

Pergunta 3: Escolaridade

A terceira pergunta buscava saber qual o grau de escolaridade e o mesmo respondeu que possui ensino médio completo.

Pergunta 4: Cargo ocupado na empresa

A pergunta de número quatro foi sobre qual o grau que ele ocupa na hierarquia dentro da organização. O mesmo respondeu que ele é gestor geral.

Segundo Lacombe et. al. (2008, p.71) cada conjunto deve ter um responsável e suas atividades são exercidas por pessoas.

Lacombe et. al. (2008, p. 71) continua dizendo que temos aí a noção de órgão, normalmente definido como um grupo coerente de pessoas, sob uma autoridade hierárquica única, a fim de assumir, de forma permanente, um papel determinado.

O papel da hierarquia da empresa tem papel fundamental de organizar. Uma empresa precisa ter o poder e liderança bem divididos para que assim as atividades possam ocorrer dentro do esperado.

Pergunta 5 : Na visão da empresa, após quanto tempo depois do vencimento da data prevista para pagamento, um título não resgatado já pode ser considerado um prejuízo irrecuperável?

A quinta pergunta tinha um objetivo de percepção de prazo considerado suportável pela organização para quitação dos títulos que já se encontram vencidos. Visualizar a partir da

visão da organização, qual o prazo que ela considera tolerável para quitação de um título já vencido.

A resposta dada pelo entrevistado foi: *“A partir de 90 dias após a data de vencimento da parcela o prejuízo já é irrecuperável” G1*

Após a compra da mercadoria abre um prazo estipulado pela empresa para pagamento. Segundo Santos (2011, p.40) o prazo concedido aos clientes para fazer seus pagamentos é um dos pilares da política de crédito de uma empresa, pois afeta vários de seus parâmetros econômicos.

Esse prazo de recebimento é caracterizado com uma base forte na política de crédito da organização. Segundo Santos (2011, p. 40) a concessão de prazos de pagamento maiores do que os praticados no setor poderá ser adotada, desde que a situação financeira da empresa vendedora o permita.

O prazo normal para pagamento pode ser prolongado. Esse prazo surte efeito em toda a organização. Porém, segundo Santos (2011, p.40) o alongamento dos prazos de pagamento para clientes acarreta maior investimento em contas a receber, com reflexos na necessidade de capital de giro da empresa e nos custos financeiros correspondentes.

A normalidade de atraso em muitos casos é de até 10 dias de tolerância após o vencimento. A partir disso já começa um plano de cobrança para quitação do débito.

Conforme a resposta obtida, percebe-se que para a organização o prazo superior à 90 dias de atraso já pode ser para empresa um prejuízo irrecuperável uma vez que os gastos com ligações, negativação em sistemas de proteção de crédito já são considerados valores adicionais e de não lucratividade.

Pergunta 6: Existe uma relação da política de cobrança da empresa com outras políticas de empresas semelhantes atuantes no varejo ou foi moldada de acordo com as necessidades internas e exclusivas apresentadas como necessidade no decorrer do tempo?

A sexta pergunta questionava sobre a relação da política de cobrança da empresa com outras políticas atuantes no varejo ou se a empresa moldou um modelo próprio baseado nas necessidades internas e exclusivas. A resposta foi: *“Sim. A empresa segue um plano de ação baseado na Financeira X” G1*

Embora a organização seja baseada em plano de ação de uma financeira, ela possui seus próprios critérios internos e que partem do bom senso e do próprio local em que a mesma atua.

Segundo Santos (2011, p.40) as empresas adotam critérios variados para aprovar a concessão de crédito comercial a um novo cliente. O que não é diferente na organização em estudo. O mercado faz com que a empresa se adapte e utilize de métodos de retenção de clientes para fideliza-los, oferecendo a mercadoria e opções de compra favoráveis com base no público alvo que ela atende.

Pergunta 7: Quais são as técnicas mais utilizadas e que apresentam maior eficácia no processo de cobrança e resgate dos títulos em atraso?

A sétima pergunta questionava sobre as técnicas mais utilizadas e que apresentam maior eficácia no processo de cobrança e resgate dos títulos em atraso. A partir da vivência do entrevistado quais apresentavam maior eficácia.

O entrevistado respondeu: *“As técnicas mais utilizadas são: acompanhamento e retorno nas datas agendadas”G1*

Machado (2004, p.111) define os instrumentos mais utilizados, o nível de custo e a eficácia dos mesmos na tabela a seguir:

Instrumento	Nível de Custo	Eficácia
Correspondência	Baixo	Baixa
Telefone	Médio	Média
Visita pessoal	Alto	Alta

Tabela 2: Níveis de eficácia

Adaptação do livro: Administração de Finanças Empresariais – José Roberto Machado 2004, 2ª Edição, Página 111.

Essas técnicas que a empresa utiliza fazem parte de um conjunto na tentativa de recuperar desses títulos em atraso:

PLANO DE COBRANÇA	
05 dias	Ligar para o cliente lembrando do título já vencido e dos juros que começam a ser cobrados a partir da data.
10 dias	Ligar novamente e agendar data para possível quitação.
20 dias	Se não conseguir marcar uma data, fazer cobrança em domicílio;

25 dias	Assistência na cobrança. A possível data marcada de pagamento conforme sua agenda, o cliente não aparecendo ligar no dia seguinte a sua marca, lembrá-lo do seu compromisso e tentar marcar uma nova data de pagamento.
30 dias	30 dias após o vencimento negativar no SPC;
45 dias	45 dias após o vencimento ir até a casa do cliente se ainda não conseguiu com que o mesmo tenha feito um novo compromisso, tentar renegociar o título, voltando a pergunta para o cliente, pedindo para o que o mesmo apresente solução, renegociação ou devolução.
60 dias	60 dias após o vencimento não obtendo êxito nas ações anteriores, tentar recolher, fazer o procedimento de devolução.

Tabela 3: Plano de Cobrança
Fonte: Pesquisa Direta 2014

Segundo Machado (2004, p.104) o principal problema enfrentado pelo departamento de cobrança é com os clientes que não pagam as duplicatas nos respectivos vencimentos. Quando isso ocorre a empresa precisa utilizar outros instrumentos.

O retorno e acompanhamento nas datas agendadas são ferramentas eficazes de persistência de quem desenvolve esse trabalho de cobrança. A persistência é uma das grandes características do processo que fazem com que os títulos consigam ser quitados com a organização. Todos esses passos elaborados são de grande valia, pois a partir da execução específica de cada etapa as chances de ter um título em aberto são relativamente diminuídas.

Segundo Santos (2001, p.52) a eficiência do processo de cobrança é avaliada pelos índices de desempenho, relacionando valores, prazos e outros dados de contas a receber em atraso. Esses índices são comparados com metas estabelecidas ou padrões predefinidos.

Pergunta 8: Há uma análise/controla dos custos envolvidos no processo da cobrança na tentativa de resgate desses títulos? Como se desenvolve esse processo?

A oitava pergunta questionava se a empresa analisava e controlava os custos envolvidos no processo de cobrança de que forma isso se desenvolvia.

A resposta foi: *“A empresa Não controla os custos envolvidos no processo de cobrança” G1*

Quando começa a execução de um plano de cobrança, alguns custos são acrescentados ao processo de acordo com a necessidade:

Valor da inclusão no serviço SPC: R\$ 1,70

Taxa de devolução pra cheques devolvidos: R\$ 0,5% do valor do cheque + juros de mora

Envio de carta de anistia para retirada de juros: R\$ 0,51

O valor da mensalidade para manutenção do serviço de SPC, independente de inclusão ou não, é de R\$ 25,00.

A cobrança jurídica é um das últimas alternativas a serem executadas. Uma vez que ao envolver a justiça em processos de cliente/empresa o processo amigável de negociação se finda.

Esgotadas todas as possibilidades de recebimento amigável, restará à empresa credor, a cobrança judicial através do protesto de duplicatas. Porém, é uma medida que além de extrema, pode trazer outras consequências como forçar o devedor a requerer uma concordata preventiva, comprometendo o total do crédito e reduzir a possibilidade de negociações futuras. (MACHADO, 2004, p. 11)

A organização em estudo não trabalha mais com a cobrança jurídica. Sendo que já fez parte dos seus métodos de cobrança.

Pergunta 9: Qual o posicionamento da empresa no aspecto como rigidez das políticas de crédito no que se refere ao desenvolvimento de um trabalho diferenciado na recuperação e renegociação desses títulos em atraso?

A pergunta 9 tinha como objetivo visualizar qual são as estratégias adotadas pela organização para diminuir os impactos causados pelos títulos que estão vencidos. E a partir dessa questão poder analisar qual o procedimento adotado para renegociação e facilitação na renegociação desses títulos.

A resposta obtida foi: *“Negociar, apresentar solução para facilitar a liquidez e reter o cliente” G1*

Para a organização em estudo é importante apresentar soluções que facilite o resgate do valor em atraso. Uma vez que a partir da data de vencimento são cobrados juros e multa de atraso. Dependendo do prazo esse valor se torna incontrolável para que o cliente possa quitar, assim, organização abre mão de parte desses juros e multa de atraso e apresenta ao cliente uma solução para que a negociação possa ser concretizada resultando assim na quitação do débito e posteriores normalizações de retirada de nome do sistema de proteção de crédito.

Um fator importante apontado pelo entrevistado é a retenção desse cliente. Embora o cliente não tenha cumprido o prazo estabelecido na venda, é importante para a organização que aquele cliente continue comprando e mantendo contato com a empresa.

A cordialidade, respeito e educação nesse processo de negociação são bases para um processo de cobrança eficaz. O cliente sente a presteza da organização em resolver a pendência e também em ajudar pra que o cliente também possa ser ajudado no processo.

O autor Gitman (2004, p.525) ressalta que a inclusão de um desconto por pagamento rápido nos prazos de crédito é uma maneira bastante comum de atingir a meta de acelerar os recebimentos sem exercer pressão sobre os clientes.

A organização em estudo, até o momento do desenvolvimento dessa pesquisa ainda não adota essa técnica o que poderia ajudar no processo facilitador de recebimento.

Pergunta 10: A empresa apresenta algum plano estratégico para que os títulos não resgatados não desestabilizem o setor financeiro da organização?

A resposta foi: “*Sim: Após determinado tempo mandamos carta de anistia para tentar eliminar o máximo de perca.*” G1

A organização realiza a atividade de monitoramento do crédito. Segundo Gitman (2004, p.527) trata-se de uma revisão contínua de contas a receber para verificar se os clientes estão pagando de acordo com o prazo de crédito estabelecido.

Para a organização, a solução apresentada após determinado tempo, é mandar carta de anistia para os clientes. A carta de anistia prevê retirada de 100% dos juros para o cliente caso ele tenha interesse em quitar o débito com a organização no prazo estipulado pela carta.

A carta de anistia é uma grande oportunidade para que o cliente possa resolver seu débito e assim recuperar o crédito na praça. O envio dessas cartas é uma maneira de tentar minimizar os prejuízos que já atingiram a organização com o não pagamento do valor acordado.

Minimizar as perdas faz parte do plano estratégico da organização em estudo. Receber o valor combinado livre de multa e juros é uma forma de tentar evitar que o setor financeiro se desestabilize.

Na tabela abaixo podemos visualizar os percentuais atingidos após a execução do plano de cobrança de acordo com o prazo de 90 dias após o vencimento:

Percentual de recebimento nos meses pesquisados	
Mês	Percentual atingido
set/12	100,00%
out/12	100,00%
nov/12	100,00%
dez/12	100,00%
jan/13	100,00%
fev/13	86,00%

mar/13	95,55%
abr/13	95,00%
mai/13	98,28%
jun/13	96,35%
jul/13	98,27%
ago/13	99,00%
set/13	98,20%
out/13	97,46%
nov/13	93,19%
dez/13	95,23%
jan/14	95,00%
fev/14	92,81%
mar/14	91,27%
abr/14	92,02%
mai/14	91,34%
jun/14	88,19%
jul/14	90,90%
ago/14	93,56%
set/14	96,11%

Tabela 4: Percentual de Recebimento da meta de cobrança

Fonte: Pesquisa Direta 2014

A tabela acima pode demonstrar que os percentuais de recebimento são variáveis. E que os fatores para essa variação são diversos: motivos pessoais dos clientes, comprometimento de renda, variações de economia no país e outros fatores econômicos. Assim, nos dois anos pesquisados já teve percentuais máximos de recebimento sendo 100% dos títulos quitados como também um percentual representado como sendo o mais baixo do período sendo 86% dos títulos recebidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de cobrança surge como necessidade da liberação de crédito ao cliente. A liberação de crédito do cliente é uma ferramenta competitiva para permanência no mercado. Ela aumenta o volume de vendas. O setor de liberação de crédito deve ser embasado em análises de dados e capacidade de pagamento por parte do cliente. Diversos dados fornecidos para o cliente podem ser decisivos para tal liberação.

Feita a análise dos dados, a organização estabelece de comum acordo o valor e prazo para que o cliente cumpra no pagamento do plano liberado. Assim o cliente adquire o produto desejado e assim faz o compromisso de quitar as parcelas em datas futuras.

A partir desse momento começa a política de cobrança. O setor em específico ou colaborador responsável deve acompanhar de perto através de relatórios a quantidade de títulos em aberto que ultrapassam um prazo de atraso superior ao normal. A política envolve métodos e ações no resgate desses títulos que o prazo já ultrapassou o que foi combinado.

A organização precisa acompanhar de perto todo o processo desses títulos. Pois aqueles que não forem quitados há a necessidade de aplicar as ações estabelecidas no plano de cobrança da organização. Segundo Gitman (2004, p. 527) pagamentos lentos acarretam custos porque ampliam o prazo médio de recebimento e, com isso, aumentam o investimento em contas a receber.

A empresa GE MAGAZINE possui a ferramenta de crediário próprio. E existem dois colaboradores que fazem a análise dos dados fornecidos para aprovação. Dada a aprovação, o cliente já entra no banco de dados com os devidos títulos em aberto. Ao pagar, o título automaticamente sai do sistema.

Foi observado que ainda a organização não possui um desconto padronizado por pagamento rápido. E segundo Gitman (2004, p. 525) a inclusão de um desconto por pagamento rápido nos prazos de crédito é uma maneira bastante comum de atingir a meta de acelerar o recebimento.

Caso exista atraso, há um relatório disposto no sistema para que seja feita a aplicação das ações do plano de cobrança estruturado pela própria organização e que é baseado em uma financeira já atuante do mercado.

Todo mês a empresa utiliza de parâmetros definidos pela mesma para emissão de relatórios com clientes com títulos vencidos até certa data para cobrança. A empresa considera meta mínima para recebimento de premiação o percentual de 95% dos títulos quitados. Percebe-se que a organização atingiu a meta em 16 meses sendo que os outros 9 meses ficou abaixo da meta proposta após a aplicação do plano de cobrança.

A organização possui custos fixos mensais de manutenção do serviço de proteção ao crédito e outros custos variáveis que podem ter valores diferentes nos meses que enviarem cartas de anistia ou que tiver um número maior de clientes não pagantes, havendo sem um número maior de registros no sistema de proteção ao crédito.

A empresa não possui controle numérico do retorno dado após a aplicação de registro em sistema de proteção ao crédito. Porém, segundo o gestor, o resultado pode ser observado a partir dos retornos na data agendada e na persistência.

E considera que o plano é moldado também com as características próprias da empresa e que essas visam o bom senso e agradabilidade, pois a organização vê a necessidade de reter esse cliente e resolver a pendência e que esses são os métodos que apresentam maior eficácia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DA MOEDA. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ORIGEMOEDA> Acesso em 21 de maio de 2014

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COBRA, Marcos. **Administração de Vendas**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

ESTADÃO. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,endividado-brasileiro-freia-compra-a-prazo,153983,0.htm> Acesso em 16 de maio de 2014

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. 10.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313_630&search=minas-gerais|joao-pinheiro Acesso em 25 de março de 2014.

LACOMBE, Francisco José Masset. HEILBORN, Gilberto. **Administração. Princípios e Tendências**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LAKATOS, Eva Maria et. al. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MACHADO, José Roberto. **Administração de Finanças Empresariais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil : Gestão e Estratégia**. São Paulo: Atlas, 2009.

POTRICH, Ani Caroline Grigion. **Política de Cobrança de Contas a Receber: Um estudo de caso no comércio varejista de materiais de construção**. UFMS, 2012

PROVAR. **Finanças no Varejo: Gestão Operacional: exercícios práticos com respostas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PUBLIFOLHA. Disponível em: <http://publifolha.folha.com.br/catalogo/autores/348/> Acesso em 08/06/2014

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa.** São Paulo, Atlas, 2001.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração Financeira.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E O REQUISITO DE RENDA PER CAPTA PARA SUA CONCESSÃO

Érica Vieira Lopes Rosa *
Julio Cesar Tolentino Barbosa **

Resumo: No presente trabalho procuramos compreender o conceito do Benefício de Prestação Continuada, o requisito de miserabilidade utilizado para sua concessão, bem como o novo parâmetro estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal ante as atuais políticas dos programas de divisão de renda em vigor, tendo em vista maior elasticidade do requisito renda per capta. Também como dados de estimativa, foram demonstrados os benefícios concedidos a idosos e deficientes no ano de 2014 na cidade de João Pinheiro. Ainda foi analisado um caso concreto em que o solicitante teve seu benefício cessado por entender o INSS que a renda per capta da família não atendia o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Palavras-chave: Miserabilidade. Cidadão. Renda

Abstract: In the present work we seek to understand the concept of Continuing Benefit Conveyance, the requirement of miserable conditions used for its concession, as well as the new parameter of income division established by the Federal Supreme Court, compared with the current policies of the income division programs in force, with a view to greater elasticity of income per capita requirement. Also as estimated data, were demonstrated the benefits granted to elderly and disabled people in 2014 in the city of João Pinheiro, and yet examined a specific case where the benefit was ceased because INSS understood that the per capita income of the family did not meet a quarter of the minimum wage.

Keywords: Miserable. Citizen. Earn

INTRODUÇÃO

A Seguridade Social está prevista da Constituição Federal de 1988 e é um sistema de proteção social voltado ao indivíduo, constituído por um conjunto de ações e benefícios destinados a assegurar direitos relacionados à saúde, à previdência e à assistência social. Para então fazer cumprir tais direitos, dentre os benefícios garantidos pelo assistencialismo,

* Advogada (Atualmente). Especialista em Direito Processual Civil e Penal (2004) Especialista em Direito Previdenciário (2016) Bacharel em Direito pela Factu (2003). Lecionou como professora substituta na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (2004). Lecionou matérias do Direito (Ética Geral e Profissional, Processo Penal, Redação Jurídica) no Centro Universitário Unieuro (2007/2008). E-mail: ericalopes@hotmail.com

** Pós-Graduação em Piscina Terapêutica. Pós-Graduação em mídias na educação e metodologia do ensino superior. Bacharel em Fisioterapia pela UNICERP (1999) vinculado à FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro como docente desde 2013.

encontra-se o BPC-Benefício de Prestação continuada, que é o foco do estudo, mas com necessidade de evolução quanto ao requisito para sua concessão, sobretudo por ser relevante a sua discussão por motivos de interesse social.

Tais garantias são responsabilidades dos poderes públicos e também da sociedade, que contribui para tanto pelo Programa de Seguridade Social.

Na Assistência Social o benefício de maior destaque é o BPC – Benefício de Prestação Continuada - destinado ao idoso e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, que tenha impedimentos a longo prazo, sejam eles de natureza física, mental, intelectual ou que comprove não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família. O valor do benefício, instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Nº 8.742, de 7/12/1993, é de um salário mínimo.

Um dos requisitos, constante da citada legislação, para a concessão do referido Benefício é que a renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo.

A justificar a necessidade de evolução do requisito para concessão do Benefício, foco do estudo, este trará conceitos e auferirá conhecimentos acerca da matéria pesquisada.

A metodologia empregada, registra-se nas fases de contextualização utilizando-se o método indutivo, com a comparação de pesquisa bibliográfica, de legislação, de decisões jurisprudenciais de Tribunais Federais, STF e STJ, amostragem de dados publicados pelo INSS e análise de caso concreto, com o objetivo de demonstrar que o requisito para concessão do BPC mostra-se ultrapassado, levando em consideração, sobretudo, as regras de aferição da miserabilidade para inserção em programas de distribuição de renda do Governo Federal.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Benefício de Prestação Continuada ao idoso e ao deficiente é um benefício constante do programa de Assistência Social Garantido pela Constituição Federal em seu art. 203, inciso V.

Para entendermos o assistencialismo do Brasil, importante analisar o contexto histórico, que origina-se na caridade, filantropia e solidariedade religiosa, finalizando então na atual Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Nº 8.742, de 7/12/1993.

O precursor da solidariedade/caridade foi Ataulpho Nápole de Paiva¹, citado pela professora Elisa Maria Rudge em artigo escrito para a Rede de Ensino Luiz Flavio Gomes, (RAMOS, 2009. p. 17) mas muito à frente da sua época, não prosperou então, tiveram êxito somente em 1938, pelo Decreto-Lei nº 525². Como já mencionado, pode-se dizer que serviu de inspiração para a criação do assistencialismo garantido pela Constituição Federal de 1988.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Para então regulamentar a garantia Constitucional insculpida no art. 203, inciso V,³ foi promulgada a lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 que traz em seu artigo 20 o conceito e requisitos para a concessão do Benefício de Prestação Continuada, mas que destacamos apenas o parágrafo 3º, onde relata que será considerado como incapaz de prover a manutenção aquele cuja família possuir renda mensal per capita inferior a ¼ do salário mínimo, objeto do presente trabalho.⁴

O que vem ocorrendo diuturnamente é que, quando da análise do requisito de capacidade e manutenção financeira da família, que leva em consideração a renda mensal per capita de ¼ do salário mínimo, os benefícios vêm sendo indeferidos pelo INSS.

O objetivo da assistência social é justamente evitar o estado de miserabilidade da população, garantindo ao cidadão as condições mínimas de subsistência, não admitindo assim

¹ Ataulpho Nápole de Paiva nasceu em 1º de fevereiro de 1865, e foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1934. Organizou as bases para o serviço de assistência pública e privada sob a inspeção do Estado. Além de discursos, relatórios, artigos, conferências e pareceres jurídicos, publicou as seguintes obras: O Brasil no Congresso Internacional de Direito Comparado de Paris (1900); Assistência pública, sua função jurídica(1903); L'assistance publique au Brésil (1906); O Brasil no Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada de Milão (1907); Assistência pública (1907); Assistência metódica: meio para obter uma aliança entre assistência pública e privada ? O problema do Brasil (1908); Justiça e assistência: os novos horizontes (1916); Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (1922); e Orações na Academia (1944). Fonte: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Galeria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. <http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.asp>. Acesso em 30/09/06.

² Decreto-Lei n. 525 de 1 de julho de 1938: "*O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta: Art. 1º O serviço social tem por objetivo a utilização das obras mantidas quer pelos poderes públicos quer pelas entidades privadas para o fim de diminuir ou suprimir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria ou oriundos de qualquer outra forma de desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam*".

³ Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...)V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

⁴ Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (...)

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (...)

que tal requisito seja aplicado de forma absoluta, devendo tal critério ser adequado à diretriz constitucional da dignidade da pessoa humana e às peculiaridades do caso concreto.

O Ministro Marco Aurélio do STF em voto no Recurso Extraordinário 567.985 Mato Grosso afirma que :

a eliminação dessa forma aguda de pobreza é pré-condição da construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, da estabilidade política, enfim, do desenvolvimento do país com um todo. Sem condições materiais, não pode haver um cidadão pleno, apto a participar nos debates públicos, a produzir argumentos e críticas. Se há algum consenso no âmbito da filosofia moral, é a respeito da existência do dever do Estado de entregar um conjunto de prestações básicas necessárias à sobrevivência do indivíduo, reconhecida tanto pelos defensores do liberalismo, entre os quais se destaca John Rawls (*Liberalismo político*, 1999, pp. 32.33), como por aqueles que extraem os direitos fundamentais da teoria do discurso, caso de Jurgen Habermas (*Direito e Democracia entre facticidade e validade*, v. I, 2006, pp.159.160). (MELLO, 2013, p. 194.)

No mesmo julgado o Ministro relata que a incidência de tal regra de forma absoluta traz falha no dever que a Constituição criou para a garantia e proteção dos direitos fundamentais:

Mostra-se patente que o artigo 20, §3º da lei 8.742/93, embora não seja, só por si, inconstitucional, gerou situação concreta de inconstitucionalidade. A incidência da regra traduz falha no dever, criado pela Carta, de plena e efetiva proteção dos direitos fundamentais, resultante da eficácia positiva de tais direitos, cuja concretização é condição essencial à construção de uma sociedade mais justa e, portanto, civilizada. (MELLO,2013, p. 194.)

Sabe-se que as necessidades básicas do cidadão são mutáveis com o tempo, não podendo afirmar que estas são as mesmas estabelecidas quando da criação da lei 8.742/93. Por este motivo foram implementados posteriormente programas de transferência de renda, tendo em vista novas necessidades que surgiram.

Sobre essas mudanças o então Ministro Marco Aurélio reconheceu sua existência e relatou que “É certo que as prestações básicas que compõem o mínimo existencial – esse conjunto sem o qual o ser humano não tem dignidade – não são as mesmas de ontem, e certamente não serão iguais às de amanhã.(...)” (MELLO, 2013, p. 194.)

Justamente por serem essas necessidade mutáveis ao longo do tempo, é que foram criados programas de assistência social no Brasil, os quais atualmente utilizam critérios mais elásticos para a concessão de benefícios, tais como o valor de meio salário mínimo como referencial econômico para a concessão dos respectivos benefícios, como exemplo a lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei

9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituam programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas.

Isso foi destacado recentemente no julgamento da Reclamação 4374 de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, tendo este acrescentado que a ausência de manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre o requisito de aferição da miserabilidade do cidadão e de suas famílias, fez com que juizes continuassem elaborando maneiras de contornar o critério objetivo único constante da legislação, e assim levando ao STF enxurrada de recursos do INSS para então reverter as decisões.

Como a lei permaneceu inalterada, apesar do latente apelo realizado pelo Tribunal, por juizes e tribunais – principalmente os então recém-criados Juizados Especiais – continuaram a elaborar maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. E isso passava a significar, cada vez mais, que a interpretação da LOAS pleiteada pelo Ministério Público na ADI 1.232 não era apenas uma opção hermenêutica, mas uma imposição que se fazia presente nas situações reais multifacetárias apresentadas aos juizes de primeira instância. Entre aplicar friamente o critério objetivo da lei e adotar a solução condizente com a realidade social da família brasileira, os juizes permaneceram abraçando a segunda opção, mesmo que isso significasse a criação judicial de outros critérios não estabelecidos em lei e, dessa forma, uma possível afronta à decisão do STF.”(...)” (MENDES, 2013, p. 173.)

Assim, para atender o repetido preceito constitucional de dignidade da pessoa humana, modificando o entendimento do STF sobre o assunto, a Reclamação proposta pelo INSS foi julgada improcedente e declarada a inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993, para então admitir o critério de ½ salário mínimo per capita para concessão do Benefício de Prestação Continuada.

O critério de verificação objetiva da miserabilidade correspondente a ¼ (um quarto) do salário mínimo, previsto no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93, restou modificado para ½ (meio) salário mínimo, a teor do disposto no art. 5º, I, da Lei nº 9.533/97, que autorizava o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos Municípios que instituíssem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas, e art. 2º, § 2º, da Lei nº 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA. (...)” (MENDES, 2013, p. 173.)

O critério de ½ salário mínimo per capita é um indicador mais razoável do que o critério de ¼ do salário utilizado pela destacada legislação aqui estudada, o qual, neste momento, pode ser considerado defasado e inadequado para aferir a miserabilidade das famílias, que de acordo com o art. 203 da Constituição Federal, possuem direito ao benefício.

ESTIMATIVA DE CONCESSÃO E SUSPENSÃO

João Xavier (nome fictício) possui hoje 49 anos, casado, 2 filhos, foi diagnosticado em 2007 com problemas cardíacos irreversíveis, e sem condições para o trabalho braçal que sempre exerceu, solicitou, no mesmo ano, o Benefício de Prestação Continuada, o que foi concedido. Em 2009 foi submetido a uma cirurgia cardíaca, amenizou temporariamente seu problema, mas manteve o diagnóstico inicial.

Em 2014 seu filho de 19 anos conseguiu o primeiro emprego registrado, tendo sido contratado pelo valor de 1 salário mínimo. O INSS ciente do ocorrido suspendeu o benefício, afirmando que não mais atendia todos os requisitos para a concessão do benefício, em especial a renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, pelo que intimou o Segurado para devolução dos valores percebidos nos períodos que seu filho estava trabalhando.

Sabe-se que o estado de miserabilidade do Segurado não modificou, suas despesas aumentaram ainda mais, pois hoje sua filha já com 7 anos tem gastos superiores aos da época da concessão. Os remédios do Segurado não são todos fornecidos pelo SUS, que também é um direito constitucional, por isso precisa adquiri-los mensalmente, onerando ainda mais seu parco orçamento. Somente o valor pago pelos medicamentos ultrapassa $\frac{1}{3}$ de sua renda auferida com o BPC.

Pergunta-se: seria justo a aplicação do critério de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo per capita de forma absoluta ao Segurado sem analisar outros critérios para aferição de sua miserabilidade?

O caso citado é verídico (preservado o nome verdadeiro) e pode ser inserido na estimativa do mês de setembro de 2014 da tabela abaixo citada, como sendo um dos benefícios suspensos no Município de João Pinheiro-MG.

Mês	CD IBGE	Município	Quantidade de benefícios		Total de benefícios
			PCD	Idoso	
Janeiro	313630	João Pinheiro	1.176	409	1.585
Fevereiro	313630	João Pinheiro	1.179	405	1.584
Março	313630	João Pinheiro	1.178	400	1.578
Abril	313630	João Pinheiro	1.178	400	1.578
Mai	313630	João Pinheiro	1.186	395	1.581
Junho	313630	João Pinheiro	1.189	395	1.584
Julho	313630	João Pinheiro	1.189	395	1.584

Agosto	313630	João Pinheiro	1.178	400	1.578
Setembro	313630	João Pinheiro	1.186	395	1.581
Outubro	313630	João Pinheiro	1.189	395	1.584
Novembro	313630	João Pinheiro	1.199	379	1.578
Dezembro	313630	João Pinheiro	1.205	382	1.587

* fonte: http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm

Da mesma forma que o caso alhures citado foi considerado para a estimativa de 2014 de suspensão de benefícios de prestação continuada, pode ser incluído na estimativa de crescimento em 2008, alvo de preocupação, inclusive, objeto de auditoria pelo TCU – Tribunal de Contas da União, pois o BPC teve um crescimento de 460% naquele ano.

O Tribunal trouxe em sua justificativa para avaliação do BPC a dúvida sobre se realmente neste estaria sendo avaliado o estado de miserabilidade da população, sem fraude, destacando:

A Função Assistência Social caracterizou-se por forte crescimento dos valores alocados no seu orçamento nos últimos anos. Em 2000, foi aproximadamente de R\$ 5 bilhões o valor do dispêndio com programas e ações assistenciais. Em 2008, esse valor foi cerca de R\$ 28 bilhões, representando um incremento de 460%. Em termos orçamentários, o BPC representa o principal componente da Função Assistência Social, seguido de perto pelo Programa Bolsa Família (...). Para atender 2,9 milhões de beneficiários em 2008, o BPC necessitou da alocação de aproximadamente R\$ 13,5 bilhões. Tendo em vista a materialidade orçamentária, a ocorrência de qualquer situação de vazamento de recursos, seja por fatores relacionados ao desenho da política ou por sua implementação, potencialmente pode causar importantes prejuízos para a sociedade. Além disso, sua importância social justifica a atuação do TCU. (NARDES, 2009.)

É constante a preocupação quanto a forma de concessão do Benefício de Prestação Continuada, tanto pelo impacto financeiro aos cofres da União, quanto pelo alcance aos cidadãos que realmente necessitam, de forma a cumprir o preceito constitucional de dignidade da pessoa humana.

CONCLUSÃO

Das decisões descritas alhures, a mais recente delas foi a Reclamação 4374 julgada pelo Supremo Tribunal Federal, já destacada, que permitiu-se elaborar maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela Lei Orgânica de Assistência Social, como a renda per capita de ½ salário mínimo, e assim avaliar o real estado de miserabilidade social das

famílias com entes idosos ou deficientes, para assim cumprir o preceito constitucional de dignidade da pessoa humana e o art. 203, inciso V da Constituição Federal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AMADO, Frederico. **Curso de Direito e Processo Previdenciário**. 6.ed. Salvador: Editora JusPodivm. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União. Brasília. 5.10.1988

BRASIL. Lei nº 8.742/1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília. 8.12.1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Dúvidas Frequentes. Assistência Social**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada-1/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada>. Acesso em 7.02.2015

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 567.985**. Relator: Ministro: Marco Aurélio Mello. Relator para acórdão: Ministro Gilmar Mendes. Brasília. 10 de outubro de 2013. DJe p. 194.

-BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação 4374**. Relator: Ministro Gilmar Mendes. 4 de setembro de 2013. Brasília. DJe p. 173.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. 2009. **Auditoria operacional no Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)**. Acórdão 668.2009. Processo 013.337/2208-8. Relator: Ministro Augusto Nardes. Brasília. Diário Oficial da União. 8 de abril de 2009.

MARTINS. Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 18.ed .São Paulo: Editora Atlas.2002.

VIANNA. Claudia Salles Vilela. **Previdência Social, custeio e benefícios**. 3.ed. São Paulo: LTr. 2014

HOMENS DE NEGÓCIOS: A TRAJETÓRIA DE JOVENS PORTUGUESES DE PASSAGEM PELA CAPITANIA DE MINAS GERAIS, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Alexandra Maria Pereira*

Resumo: Esta comunicação analisa trajetórias de jovens portugueses que vieram para o Brasil entre as primeiras décadas do século XVIII. Esses portugueses tornaram-se agentes mercantis envolvidos com o vigoroso mercado de abastecimento interno, o qual foi desenvolvido com a exploração de ouro e diamantes na capitania de Minas Gerais. Mediante os lucros obtidos com alguns anos de atuação no aludido comércio e a inserção em redes mercantis transatlânticas, esses indivíduos ascenderam economicamente e se tornaram homens de negócios. Constatamos que o sucesso de suas carreiras mercantis na região os projetou para o mais alto patamar que um homem de negócios do Império luso poderia alcançar, com o regresso para a metrópole e a atuação na praça mercantil de Lisboa.

Palavras-chave: Império português. Minas Gerais. Redes mercantis. Homens de negócios. Comércio.

Abstract: This communication analyses young Portuguese trajectories that came to Brazil among the first decades of the eighteenth century. Those Portuguese became mercantile agents who involved with the vigorous domestic supply market developed with the exploration of gold and diamonds in the captaincy of Minas Gerais. By profits from some years of experience in the aforementioned trade and the inclusion in transatlantic commercial networks, these individuals amounted economically and became businessmen. We note that the success of their commercial careers in the region designed to the highest level that a businessman of the Portuguese Empire could reach, with the return to the metropolis and the performance in the Market Square of Lisbon.

Keywords: Portuguese Empire. Minas Gerais. Commercial Networks. Businessmen. Trade.

A historiografia já salientou que um dos desdobramentos do comércio ultramarino português articulado ao surto de exploração mineratória da colônia brasileira consistiu no fortalecimento de sua comunidade mercantil que, na segunda metade da centúria setecentista, consolidou-se sob os auspícios da política pombalina numa burguesia mercantil portuguesa, fortemente envolvida com os monopólios e arrecadação de tributos régios¹. Para Miriam Ellis:

* Pós-doutoranda em Economia – FEA/USP E-mail: alexandramaria@usp.br

¹ Jorge Pedreira apresentou uma análise amiúde, em sua tese de doutoramento, acerca das discussões em torno do que, de fato, teria sido a burguesia em Portugal para o século XVIII. Destacou, ademais, a imprecisão do termo nos trabalhos que discorreram sobre ela. Esclarecendo, por fim: “Se neste capítulo introdutório continuamos a usar a noção é porque as grandes interpretações que acompanhamos a adotam como um instrumento analítico e um recurso discursivo fundamental. De resto, empregamos o termo da mesma forma

Graças ao ouro do Brasil e ao alento que a mineração conferiu ao comércio entre a Metrópole e a Colônia, muita gente se enriqueceu lá e aqui. Fortunas se formaram à custa das minas e do abastecimento das vilas do ouro, à sombra protetora do monopólio. Inúmeros comerciantes chegaram a passar, de modestos mercadores de simples venda a varejo, a negociantes de *grosso trato*, o que significava, no período pombalino, aquele que tinha conhecimento das boas regras mercantis e da escrituração em *partidas dobradas* (ELLIS, 1982, p. 103).

Muitos foram os negociantes que após alguns anos de estada pelo Brasil optavam por retornar ao Reino. Alguns, como assinalou Jorge Pedreira, voltavam para a terra natal. Mas havia aqueles que, dado o sucesso na carreira mercantil e enriquecimento durante a passagem pelo Brasil, continuavam seus negócios a partir da capital do império. Afinal, “(...) *A passagem por terras brasileiras permitia a alguns acumular cabedais e fazer amizades e conhecimentos que facilitavam ou aconselhavam o seu estabelecimento na capital, que representava o culminar de uma carreira*” (PEDREIRA, 1995, p. 220).

Tal trajetória, neste sentido, percorreu o sargento-mor Pedro da Costa Guimarães, homem de negócios que fez fortuna quando esteve de passagem pelas Minas. Minhoto natural da freguesia de Santiago Dantes, termo de Barcelos e Arcebispado de Braga², Pedro, por volta de 1714 e aproximadamente com 18 anos de idade fez a travessia para o Brasil, estabelecendo-se na zona de mineração. É certo que a trajetória pelas Minas foi bem sucedida, pois permitiu-lhe amealhar um patrimônio estimado, em 1738, ou seja, no decurso de 24 anos e aos 42 anos de idade, em torno de 70 a 80 mil cruzados (Rs. 32:000\$000), como se vê nas diligências para sua habilitação no Santo Ofício³.

Na capitania do ouro, Pedro da Costa Guimarães conjugou seus negócios com os serviços prestados à Coroa, exercendo o posto de sargento-mor, uma patente que lhe conferia poder e prestígio social. Mas o sucesso das suas atividades durante a passagem pela região mineradora, resultado da diversificação de seus negócios, culminando, inclusive, na inserção no universo dos contratos régios da capitania, também foi revertido na ostentação de duas importantes insígnias da esfera social portuguesa: a familiatura do Santo Ofício e o hábito da Ordem de Cristo, trazendo-lhe distinção social entre os homens de negócios do Império. Insígnias que foram concedidas pouco tempo depois de regressar para Portugal, onde deu continuidade a suas atividades, estabelecendo residência na principal praça mercantil do Império, vivendo “*limpamente e com bom trato do seu negócio*”.

imprecisa e pouco elaborada que fazem essas interpretações, mas, quando falamos de burguesia, reportamo-nos sempre, tal como elas, a um grupo de negociantes e financeiros” (PEDREIRA, 1995, p. 6).

² IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 23 – Documento 460 – Fl. 2.

³ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 23 – Documento 460 – Fl. 147 verso.

Foi no início de 1738 que Pedro da Costa Guimarães fez o pedido para justificar a sua mercê do hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, um título importante para afirmar a sua posição social entre os homens de negócios da praça mercantil da capital lisboeta. O acesso à aludida insígnia era uma distinção muito honrosa e procurada pelos homens de negócios, sobretudo pela aparente nobreza ao atestar a limpeza de sangue e, fundamentalmente, a diferenciação entre o universo dos agentes que exerciam ofícios mecânicos (cf. PEDREIRA, 1995, fl. 88). Assim, antes mesmo que a Mesa de Consciência e Ordens começasse a fazer suas diligências, Pedro municiou-se de todos os préstimos e serviços oferecidos à Coroa durante os 24 anos de passagem pela capitania do ouro, a fim de obter o almejado título de cavaleiro em uma época em que os homens de negócios ainda não contavam com a política protecionista do Marquês de Pombal.

Para tanto, alegava mais de nove anos de serviço à Vossa Majestade no posto de sargento-mor das Ordenanças da comarca do Rio das Mortes, fazendo diligências encarregadas pelo governador Dom Lourenço de Almeida, além de servir na ocupação de Tesoureiro dos Quintos da Comarca de Vila Rica, arrecadando cerca de sete mil e quatrocentas e seis oitavas de ouro, sem receber ordenado ou emolumentos⁴.

Assim mais, apresentou uma carta cujo teor atestava o Superintendente da Casa de Fundição de Vila Rica, Eugênio Freire de Andrada, que Pedro da Costa Guimarães, *“moedeiro e Procurador do Cabido dos Moedeiros das ditas casas, foi a pessoa que primeiro levou ouro para o dito efeito de se quintar”* e, por sua conta, durante os quatro primeiros meses entraram uma arroba, três onças e sete oitavas de ouro na mesma casa⁵. Diante da argumentação de Pedro, percebemos que ele soube muito bem capitalizar suas atividades, pois versava sobre dois recursos basilares para o merecimento da graça pretendida: o serviço prestado à Coroa e a introdução de ouro na Casa de Fundição e Moedas de Vila Rica⁶.

O exame da documentação apresentada por Pedro da Costa Guimarães também revela a sua proximidade com o Governador Dom Lourenço de Almeida. Assim aconteceu quando evocou os laços fortemente estreitados com o Governador, ao mencionar as contendas em torno dos contratos régios. Sendo um deles a cobrança dos Dízimos Reais da capitania de Minas, arrematado por ele a pedido de Dom Lourenço pela necessidade de desfazer os

⁴ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra P – Maço 11 – Documento 89 – Fl. 1.

⁵ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra P – Maço 11 – Documento 89 – Fl. 2.

⁶ Para Jorge Pedreira, durante o período pombalino os homens de negócio conseguiam a mercê do hábito da Ordem de Cristo mediante algumas situações como a renúncia da mercê na sua pessoa, a prestação de serviços ao monarca, a aquisição de 10 ações nas companhias privilegiadas ou ainda a introdução de mais de oito arrobas na Casa de Fundição de Minas Gerais (cf. PEDREIRA, 1995, p.89).

“conluio que tinha maquinado Luiz Tenório de Molina e outros para se levarem os contratos por aqueles preços a que estavam acostumados”. Mas a tal proximidade ficou mais evidente na versão sobre o contrato das Entradas das Minas, arrematado ao mesmo tempo, na Corte, por Manoel de Lima Pinto e, em Vila Rica, por Pedro da Costa Guimarães, em 1727⁷.

Continuando o relato dos seus feitos a favor do monarca, informava que a descoberta do ouro *“no sertão do Serro do Frio o que se ficou chamando Minas Novas desertou muita parte dos moradores da Comarca do Ouro Preto e mais Minas Gerais”*, compelindo os contratadores das Entradas a solicitar o abatimento e finalização dos contratos, pelos prejuízos causados com as novas descobertas. Entretanto, *“(…) rogando o Governador ao suplicante que tomasse a si os tais contratos por fazer serviço a V. M. os aceitou pelo mesmo preço sem embargo de que os ditos contratadores lhe não largaram os ditos contratos, antes fizeram desistência sobre a quita (...)”*⁸.

Se é verdade que Pedro sempre atendeu com zelo as incumbências a ele designadas, de igual modo cuidou de reunir ao longo dos anos cartas e certidões passadas por funcionários régios atestando sua boa conduta e subserviência nos cargos e funções desempenhadas. Dentre tais documentos, uma certidão emitida pelo contador das Casas de Fundação de Vila Rica, Eugênio Freire de Andrada⁹, outra, pelo Provedor da Real Fazenda, D. Antônio Berquó del Rio, além de três certidões passadas em nome de Dom Lourenço de Almeida, em 1732, atestando seus bons serviços¹⁰.

⁷ Maria Verônica Campos, ao analisar o período de governação de Dom Lourenço de Almeida na capitania de Minas, explorou a questão dos conflitos que envolveram a arrematação dos contratos régios na capitania durante a época do seu governo. De acordo com tal análise, a política adotada por Dom Lourenço no que tange a arrematação dos contratos proporcionou um aumento nas rendas dos mesmos e a emergência de novos contratadores. Afinal, “Comparando as arrematações feitas por dom Pedro Miguel de Almeida e dom Lourenço de Almeida, fica claro que este último obteve um crescimento não desprezível das rendas de minas” (CAMPOS, 2002, p. 271). Particularmente acerca do conflito envolvendo a arrematação do contrato das Entradas das Minas entre os arrematadores Manoel de Lima Pinto e Pedro da Costa Guimarães, ver: (ANTEZANA, 2006, p. 86). Referência: IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra P – Maço 11 – Documento 89 – Fl. 3.

⁸ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra P – Maço 11 – Documento 89 – Fl. 1.

⁹ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra P – Maço 11 – Documento 89 – Fl. 2.

¹⁰ Em uma das certidões passadas por Dom Lourenço de Almeida, lê-se o seguinte relato: “Dom Lourenço de Almeida do Conselho de Sua Majestade que Deus Guarde, Governador e Capitão General das Minas do Ouro. // Certifico que logo que tomei posse deste governo das Minas conheci ao Sargento-Maior Pedro da Costa Guimarães, e pelo decurso [sic] de onze anos, e dois meses, que as governei, nunca tive nem a mais leve queixa dele, porque sempre viveu com grande quietação e sossego e tendo sempre grande amor ao serviço de Sua Majestade que Deus Guarde e pelo eu conhecer assim lhe encarreguei muitas e importantes diligências do mesmo Real Serviço de que me deu boa conta, como foi o mandá-lo eu lançar nos Contratos Reais dos dízimos, e nos mais contratos dos direitos das entradas dos caminhos do Rio de Janeiro e São Paulo e nos do Sertão da Bahia e Pernambuco, para que por este modo exercessem as rendas reais e se desfizessem os conluio que tinha maquinado Luiz Tenório de Molina, e outros para ver se levavam os contratos por aqueles preços a que estavam costumados, o que não sucedeu assim porque com os lanços que dava o tal Pedro da Costa Guimarães tiveram um grande acréscimo: Logo, que estabeleci as Reais Casas da Moeda e Fundação meteu nela meia arroba de ouro para dela se tirar o Real Quinto, e com o seu exemplo foi concorrendo a mais gente a meter o seu ouro para se quintar: Serviu o dito Pedro da Costa Guimarães de Tesoureiro dos Reais Quintos da Comarca de Vila Rica, e

Os membros da Mesa de Consciência e Ordens, porém, alegaram a falta de qualidade do candidato, cujo impedimento era pessoal e atribuído à mácula mecânica porque morou na casa de um parente em Barcelos antes de partir para o ultramar e lá exerceu trabalhos manuais. Mas Pedro da Costa Guimarães recorreu da sentença em uma nova petição, na qual explicava que, de fato, entre os anos de 1707 e 1708 viveu na casa do seu parente Manoel da Costa Guimarães, na época contratador do tabaco da comarca de Barcelos. Entretanto, não havia trabalhado com o aludido negócio, uma vez que todo o tabaco do seu estanco era encaminhado para as vilas e freguesias, sem que em sua casa vendesse tabaco pelo varejo. Afirmava também que durante esse período possuía apenas nove anos de idade e por isso estava incapacitado à venda do tabaco. Por fim, esclarecia que a passagem pela casa de seu parente serviu para que pudesse aperfeiçoar a leitura, a escrita e a fazer cálculos matemáticos¹¹.

A venda do tabaco e demais atividades que eram exercidas pelos criados e outras pessoas que lidavam com o seu parente, também foram confirmadas por todas as testemunhas arroladas no processo, acerca desse impedimento, concorrendo para cessar o mesmo rumor. Ao fim, Pedro foi dispensado, ficando-lhe cassados os serviços alegados e os mais que tivesse feito até o momento, contribuindo com o elevado donativo de quatro mil cruzados (Rs. 1:600\$000) para as obras de recolhimento das convertidas de Lisboa, em 1738.

O regresso de Pedro da Costa Guimarães para a metrópole ocorreu provavelmente poucos meses antes de apresentar o seu pedido de justificação da mercê do hábito da Ordem de Cristo. Sobre a sua atuação na praça mercantil de Lisboa, dispomos apenas de informações sobre alguns repasses de cotas em contratos régios para ele por Jorge Pinto de Azeredo.¹²

Outro homem de negócios que fez fortuna durante a passagem por Minas Gerais foi Manoel da Silva Lopes, natural da freguesia de Santo Adrião da Macieira e morador na cidade do Porto, quando em novembro de 1741, ao fazer as diligências para familiar do Santo Ofício

me consta pelas certidões que me apresentou do Provedor da Fazenda Real que entregou noventa e sete mil e quatrocentas e seis oitavas de ouro muito limpo, devendo-se isto ao cuidado com que recebia sem que com esta ocupação levasse ordenado, ou emolumento algum, correndo o risco a tudo enquanto o tinha em seu poder, e tendo o trabalho de o guardar, no que sempre procedeu como fiel e honrado vassalo de Sua Majestade que Deus Guarde pelo que se faz digno e merecedor da sua Real Atenção. Passa o referido na verdade que juro aos Santos Evangelhos, e por me ser pedida a presente a mandei passar por mim assinada e selada com o selo de minhas armas. Dada nesta Vila Rica aos 10 de agosto de 1732. O secretário do Governo João da Costa Carneiro a escreveu.//Dom Lourenço de Almeida”. Referência: IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra P – Maço 11 – Documento 89 – Fls. 3 e 3 verso.

¹¹ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra P – Maço 11 – Documento 89.

¹² Provavelmente a sua ausência nos negócios e monopólios régios a partir da capital do Império português estaria relacionada com a sua prisão em Lisboa pela delação de desvio de ouro em Minas Gerais (cf. ARAÚJO, 2008, p. 171).

foi reputado como homem de negócios com cabedal amealhado durante os anos que esteve de passagem pelo Brasil¹³.

Manoel da Silva Lopes disse que chegou à cidade do Porto com pouca idade e trabalhou alguns anos como caixeiro na loja de Sansão Estarte. Tempos depois, e em companhia deste seu patrão, embarcou para o Brasil onde “*assistiu muitos anos*” em negócios e companhias com Guilherme Mainarte, em Minas Gerais. Assim mais, teve companhia com o sargento-mor João Fernandes de Oliveira, que, inclusive, durante o seu regresso para Portugal, deu-lhe a incumbência de levar as suas filhas para o convento religioso de Monchique, na cidade do Porto¹⁴.

Algumas testemunhas disseram que fazia pouco mais de dois anos que Manoel havia regressado para Portugal, em uma frota vinda do Rio de Janeiro. Na cidade do Porto instalou-se na rua de São Bento das Freiras, em frente ao convento da freguesia da Sé, com “*boa vida e costumes*”, vivendo de seu dinheiro “*por ser homem de muitos cabedais*”. Sem qualquer contratempo, cinco meses depois de apresentar o seu pedido para habilitação, os deputados do Conselho Geral passaram provisão para a sua carta de familiar¹⁵.

José Ferreira da Veiga era irmão mais novo do capitão Domingos Ferreira da Veiga e Castro e o sucesso da carreira mercantil foi indicado no estudo de Jorge Pedreira, pois os seus nomes estão na listagem dos 100 grandes negociantes da praça mercantil de Lisboa, durante o período pombalino (cf. PEDREIRA, 1995, p. 166). Entre as atividades que fizeram desses irmãos importantes negociantes, destacamos as de contratador, fiador e administrador de contratos régios envolvendo a América portuguesa, particularmente aqueles que envolveram as cobranças do comércio da região mineradora, durante as décadas de 1740 a 1760 (cf. ARAÚJO, 2008).

Acompanhamos um pouco da trajetória de José pelo seu processo de familiar do Santo Ofício iniciado em outubro de 1726. Na época, apresentou-se como homem de negócios residente na cidade do Rio de Janeiro, mas natural da freguesia de São Vicente do Penso, norte de Portugal, e filho legítimo de João Ferreira da Veiga e sua mulher Joana de Castro¹⁶.

¹³ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 121 – Documento 2177 – Fl. 1.

¹⁴ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 121 – Documento 2177 – Fls. 4 verso e 5.

¹⁵ Cinco anos depois, em 1747, foi a vez de Manoel da Silva Lopes dar entrada no processo de habilitação de sua futura esposa, Thereza de Jesus, natural e moradora na freguesia da Sé da cidade do Porto. Das inquirições levantadas para a sua habilitação apurou o tribunal que, tanto ela quanto seus pais e avós eram conhecidos por cristãos velhos, sem qualquer embaraço que pudesse impedi-la na admissão pretendida. Por isso, da mesma forma que o seu noivo, o processo de habilitação caminhou num rápido decurso, entre os meses de setembro a dezembro de 1748.

¹⁶ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 31 – Documento 502 – Fl. 1.

A devassa realizada em São Vicente do Penso acerca da vida pregressa de José e de seus ascendentes confirmou a pureza de seu sangue, informando ainda que seus pais e avós paternos foram lavradores e disso viveram, enquanto o avô materno, o Padre Alexandre Leite era um “clérigo mercenário” e a avó, uma mulher solteira “que vivia do trabalho da sua almofada”¹⁷.

Segundo os depoentes, provavelmente em 1721 ele e Domingos partiram da terra natal rumo ao Rio de Janeiro, onde o habilitando tornou-se um negociante de “panos de linho”¹⁸. Na colônia, José Ferreira da Veiga era visto como uma pessoa honesta e de bons costumes, com procedimentos verdadeiros e boas contas. Nesse sentido, o comissário do Rio de Janeiro forneceu vários detalhes que contribuíram para que recebesse a sua carta de familiar. Pois, disse que José:

(...) vive limpamente e nas agências de negócio mercantil em cuja vida passou os anos atrás, desta cidade para as Minas, e de presente o faz agora de assento nesta mesma cidade [Rio de Janeiro]. (...) que possui cabedal para se sustentar com muita modéstia porque uns até orçam o seu cabedal em 40 e tantos mil cruzados outros em 30 e tantos (...)¹⁹.

Ao que parece, os negócios com a venda dos “panos de linho” prosperaram e em cinco anos de estada pelo Brasil José já havia reunido um montante avaliado em no mínimo 30.000 cruzados (Rs. 12:000\$000), o que não era pouco. Assim, tendo a “qualidade” de sangue necessária e a capacidade para exercer a função de familiar, os membros do Conselho Geral deliberaram a favor da sua habilitação, em março de 1729.

Porém, sua trajetória bem sucedida não se restringiu ao sucesso de negócios mercantis através do comércio para as Minas do Brasil, pois assim como tantos outros casos esse foi apenas o ponto de partida para a inserção no universo dos homens de negócios do Império português, com o seu regresso à metrópole e residência em Lisboa, nos meados da década de 1730. Destarte, desfrutando das vantagens oferecidas pelos negócios entretecidos na praça mercantil de Lisboa, no decênio de 1740 José Ferreira da Veiga já estava vinculado a vários contratos régios do Império. Dentre eles, o segundo contrato da Extração de Diamantes, as Entradas e Dízimos da capitania de Minas, a Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro e até mesmo o do Consulado da Índia (Cf. PEREIRA, 2013).

Ao falecer, no mês de maio de 1767, José deixou um testamento que nomeava seu irmão Domingos Ferreira da Veiga e Castro como testamenteiro e herdeiro universal de seus

¹⁷ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 31 – Documento 502 – Fl. 5 verso.

¹⁸ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 31 – Documento 502 – Fl. 19.

¹⁹ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 31 – Documento 502 – Fl. 7 verso.

bens²⁰. Declarou ainda que era solteiro e sem herdeiros necessários, mas possuindo dois filhos naturais: um chamado João José da Veiga, e o outro, Isidoro José da Veiga, religioso professo na Ordem da Santíssima Trindade, ambos filhos de mulheres solteiras²¹.

Não há dúvida que o sucesso da sua trajetória mercantil e também a do seu irmão Domingos esteve vinculada com a parceria estabelecida entre ambos, fortemente ligada ao sentimento fraternal que os unia. O início da carreira dos irmãos Veiga começou com a viagem para a América portuguesa, no alvorecer do decênio de 1720, mas a sociedade mercantil veio a ser formalizada somente em uma escritura no ano de 1735, como bem mencionou José no seu testamento. Nela, celebraram uma sociedade universal em partes iguais, com seu estatuto explicitado nas cláusulas da mesma escritura, a qual perdurou até a época do seu falecimento, quando do seu monte seriam liquidadas todas as dívidas a que estivessem obrigados.

(...) E de tudo quanto ficar pertencendo a minha metade instituo por meu universal herdeiro ao dito meu irmão sem mais obrigação alguma do que a de fazer pela minha Alma aqueles sufrágios que a sua caridade e o amor com que sempre nos tratamos lhe puder, e o mesmo que eu fizera por ele se lhe sobrevivesse, (...) ²².

O capitão Domingos Ferreira da Veiga, que nasceu em 1696 na freguesia de Santo Estevão do Penso, em 1735, ao candidatar-se para o cargo de familiar do Santo Ofício disse ser um homem de negócios residente em Vila Rica²³. O processo de Domingos durou pouco mais de um ano, tendo começado em dezembro de 1735 e terminado em abril de 1737 e foi favorecido pelo fato da sua ascendência já ser conhecida pelo tribunal em virtude da habilitação de seu irmão inteiro, José Ferreira da Veiga²⁴. Por seu turno, a preocupação então recaiu na capacidade de servir ao Santo Ofício como familiar que, de igual modo, não ofereceu qualquer embaraço. Com efeito, a diligência realizada em Vila Rica apurou que o

²⁰ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 294 – Fl. 140.

²¹ Para os filhos, José deixou Rs. 200\$000 e Rs. 150\$000 por ano, respectivamente, para despesas com alimentação enquanto vivos fossem. Referência: IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 294 – Fl. 140.

²² IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 294 – Fl. 140 verso.

²³ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 30 – Documento 563.

²⁴ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, “Para facilitar a obtenção da desejada familiatura, sobretudo para afastar a suspeita de falta de limpeza de sangue, os habilitandos não deixavam de mencionar em suas petições os parentes, principalmente os irmãos, que já a tinham alcançado. (...) A expressão ‘irmão inteiro’ é fundamental, pois o ‘meio irmão’ já não dava as mesmas garantias de pureza de sangue” (SILVA, 2005, p. 163).

postulante tratava do seu negócio com bom procedimento, vivendo abastadamente, com um cabedal que girava em torno de cinco a dez mil cruzados²⁵.

Embora o seu cabedal estimado em 1735 não chegasse à metade daquele atribuído ao do seu irmão José no ano de 1726, Domingos Ferreira da Veiga ao longo da sua trajetória colecionou títulos e insígnias que o colocaram em uma posição privilegiada entre os homens de negócios do Império português. Dentre eles, o hábito da Ordem de Cristo que tentou dois anos após o recebimento de sua carta de familiar do Santo Ofício, em 1739²⁶.

De suas provanças ficou comprovado o impedimento do postulante porque sua avó materna era uma mulher de segunda condição. Entretanto, como era costume em semelhantes casos, Domingos apresentou uma nova petição a fim de argumentar seu pedido de dispensa do impedimento, cujo teor buscava esclarecer que a mercê obtida mediante a renúncia de Antônio Pereira Ávila era para “*dar o estado de religiosa a sua irmã D. Joana Tereza*”. Sendo, ademais, este ato uma obra pia digna de reconsideração²⁷.

A reconsideração veio em julho de 1740, quando os membros da Mesa concordaram com a argumentação de Domingos, alegando que o impedimento na avó materna, de fato, não era “*sórdido*” e a renúncia da mercê destinada à realização de uma obra pia, desde que contribuísse com um donativo de Rs. 240\$000 para a despesa dos marinheiros na Índia²⁸.

Em 1748 Domingos Ferreira da Veiga já havia regressado para Portugal, com residência na capital, era um familiar do Santo Ofício e ostentava o hábito da Ordem de Cristo, insígnias que afirmavam a sua destacada posição entre os homens de negócios do Império português. Mas naquele ano foi agraciado com outro honroso título, o de Escudeiro Fidalgo da Casa Real, recebendo Rs. \$750 por mês de moradia de cavaleiro fidalgo e um alqueire de cevada; uma condição alcançada somente entre os mais notáveis agentes da praça mercantil de Lisboa²⁹.

²⁵ Depois de quase 20 anos, em setembro de 1755, foi a vez de apresentar uma solicitação para habilitar sua esposa, Dona Quitéria Machado de Miranda. Na altura, Domingos já havia regressado para Portugal e residia em Lisboa. A esposa era natural da freguesia de São Miguel de Cardosas, termo da Vila de Arruda, mas morava em Lisboa na freguesia da Encarnação. Por ser filha de um cavaleiro professo na Ordem de Cristo e neta de avós maternos familiares daquele tribunal, a “qualidade” do seu sangue era conhecida, obtendo então a aprovação sem qualquer contratempo, cerca de um mês depois de Domingos apresentar o aludido pedido de habilitação. Referência: IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 30 – Documento 563.

²⁶ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra D – Maço 13 – Documento 34 – Fl. 1.

²⁷ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 30 – Documento 563 – Fl. 2.

²⁸ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 30 – Documento 563 – Fl. 3.

²⁹ Assinalamos o seguinte trecho apontado por Jorge Pedreira a este respeito: “(...) Adquirido o estatuto de nobreza, abria-se a possibilidade de promoção na hierarquia dos privilégios e das distinções honoríficas. Os mais destacados mereceram outras honras e dignidades: eram fidalgos da Casa Real ou possuíam a carta de conselho de Sua Majestade” (PEDREIRA, 1995, p. 100). Referência: IANTT – Registro Geral de Mercês – Reinado de D. João V – Livro 38 – Folha 442.

A parceria dos irmãos José e Domingos proporcionou-lhes melhores condições de inserção no universo dos homens de negócios no Império português. Entretanto essa trajetória não foi um caso isolado, afinal, a atividade mercantil dependia fortemente de relações entretidas na confiança e nos mecanismos de entreajuda, muitas vezes relacionadas aos laços de sangue. Um passo importante para o sucesso dos irmãos Veiga foi, decerto, quando decidiram formalizar a parceria de ambos mediante a instituição de uma sociedade universal. Esse acordo formal favoreceu o regresso de José a Portugal nos meados do decênio de 1730, instalando-se em Lisboa, a principal praça mercantil do Império, de onde passou a responder pelos negócios da sociedade. Enquanto Domingos permaneceu no Brasil, movimentando-se frequentemente entre o Rio de Janeiro e a capitania de Minas para realizar negócios, efetuar cobranças, além de responder pela administração de contratos régios, como o das Entradas das Minas, a partir de 1745.

A ascensão da economia mineratória mais do que um estímulo ao comércio promoveu o dinamismo e enriquecimento dos negociantes envolvidos com o abastecimento das Minas. Muitos deles se tornaram, de fato, destacados e influentes homens de negócios de Portugal no correr da centúria setecentista. Um tipo de percurso bem iluminado com a trajetória de vida de Francisco Ferreira da Silva que, além do mais, soube transformar seu capital econômico em simbólico, ostentando o título de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Nessa medida, em 1731, depois de fazer o seu pedido de justificação para o hábito da Ordem de Cristo, as provanças acusaram que Francisco estava impedido de recebê-lo, pois:

(...) o justificante no seu princípio foi criado de um mercador de Guimarães depois caixeiro na loja do dito e mercador da mesma loja donde passou para o Brasil, e lá teve trato nobre minerando por escravos próprios, o pai no seu princípio sapateiro, a mãe e avós paternos pessoas de segunda condição, e por estes impedimentos se julgou não estar capaz de entrar na ordem (...) ³⁰.

Como se observa, Francisco, por várias vias, inclusive na sua pessoa, carregava a mácula manual que era motivo de repúdio, tornando-o incapacitado de ser agraciado com o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. De fato, o “defeito” era grave na época. Mas, como era costume, esse candidato ao longo dos anos foi argumentando com os membros da Mesa, porque desejava a reconsideração do impedimento. Assim, solicitava ao monarca como grão mestre da Ordem de Cristo a dispensa, pois a mercê alcançada em 1730 mediante os serviços

³⁰ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra F – Maço 34 – Documento 144 – Fl. 1.

do seu tio, Felipe Nunes de Barreto, foi dada em atenção ao tempo que serviu no posto de tenente da Infantaria, chegando a ferir-se no conflito pela tomada da cidade de Xerez³¹.

No entanto o apelo foi em vão e a Mesa tornava a despachar pronunciando-se acerca da gravidade daquele impedimento, porque possuía “*muitas mecânicas e na própria pessoa*”, e não apresentava serviço próprio, um argumento determinante para a concessão do hábito; diferente do caso de Pedro da Costa Guimarães, que alegou serviços a favor do monarca.

Quase uma década depois, em 1740, Francisco Ferreira da Silva já havia regressado para Portugal e se instalado junto à Corte portuguesa, para assumir a função de caixa do 1º contrato de Extração de Diamantes. Na altura, contava com uma condição privilegiada por ter sido um dos arrematadores daquele importante contrato régio e ter se engajado nas redes mercantis que controlavam os monopólios régios do Império português. E esse motivo, provavelmente, fez com que apresentasse mais um pedido de dispensa obtendo, dessa vez, um parecer favorável mediante o depósito de um elevado donativo para a despesa dos socorros da Índia, no valor de quatro mil cruzados, ou seja, Rs. 1:600\$000³². Oito anos se passaram quando finalmente, em 1748, um recibo certificava o pagamento daquele donativo indicando que o justificante poderia receber a provisão do seu hábito de cavaleiro.

Francisco Ferreira da Silva nasceu em Santiago de Oliveira, uma freguesia que pertenceu ao concelho de Lindoso, na província do Minho. Quando fez o seu testamento, pouco antes de falecer em junho de 1764, morava com sua esposa Dona Brízida Maria da Silva Vieira na rua Direita de São José, em Lisboa, e não teve herdeiros necessários³³.

Além dos cuidados com as disposições de sufrágios a favor da sua alma, Francisco Ferreira da Silva estava preocupado com a vida da esposa sem a sua presença. Nessa medida, ao evocar o contrato de casamento celebrado na forma de direito comum por dote e escritura, em 1748, explicou que Dona Brízida sairia com seu dote livre porque não houve filhos daquele matrimônio, sendo resgatado com o mais “*bem parado*” dos seus bens. E, “*(...) pelo grande amor que lhe tenho, fiel companhia que me tem feito em tantos anos e extremo cuidado que de mim tem tido em saúde em doenças (...)*” deixava à ela Rs. 1:000\$000 por ano

³¹ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra F – Maço 34 – Documento 144 – Fl. 6.

³² De acordo com Fernanda Olival: “Noutros casos, que se tinham divulgado a partir do reinado de D. Pedro II, a dispensa de mecânica era solucionada, depois de alguma insistência, através do pagamento de certa quantia de dinheiro, estabelecida pela Mesa ou pelo monarca, a quem cabia sempre a última palavra. Esta ‘multa’, como copiosamente era designada no século XVIII, variava de pessoa para pessoa, pois o número de dispensas e a qualidade das mesmas (o mesmo será dizer das mecânicas) era muito versátil. Mais difícil ou custosa, seria também a dispensa quando a mácula incidia no próprio; quando se reportava aos avós era – em geral – menos pesada” (OLIVAL, 2001, p. 189). Referência: IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra F – Maço 34 – Documento 144 – Fl. 4.

³³ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 286 – Fls. 52-57 verso.

para o seu sustento, retirados do produto de um capital de 50.000 cruzados, necessários para produzir o juro na quantia mencionada³⁴. De igual modo, ela ficaria com todo o móvel e ornato da sua casa, incluindo peças de prata, ouro, diamantes e outras tantas pedras preciosas, do que se reservaria apenas o dinheiro amoedado.

O cuidado de Francisco com Dona Brízida se estendeu a alguns dos seus familiares, como a seu cunhado, o Desembargador João Pinheiro da Fonseca, a quem perdoava uma dívida de 100 moedas de ouro. Deixando também para o dote de cada uma de suas filhas, Rs. 1:000\$000, “*pela boa amizade que com ele conservo*”, e ao seu filho, o Dr. Francisco Antônio, o maior dos hábitos de Cristo com diamantes que possuía³⁵. Francisco tornou-se um abastado negociante da Corte portuguesa com um valioso patrimônio que permitiu-lhe praticar a sua caridade cristã, dispondo dessa riqueza em generosas doações aos hospitais de Lisboa, como os Rs. 400\$000 ao Hospital de São Lázaro, Rs. 2:000\$000 ao hospital dos Enjeitados e mais outros Rs. 2:000\$000 ao Hospital Real de Todos os Santos³⁶.

Entre os bens de raiz declarados no testamento estavam duas fazendas na capitania de Minas. Uma delas, com escravos e seus móveis, ficava na freguesia de Santo Antônio do Ouro Branco, cuja metade vendeu a seu irmão natural Gervásio Ferreira. E a outra, de gado *vacum*, estava nas cabeceiras do rio Paracatu, sertão do rio São Francisco, sob a administração de Miguel da Cruz Vieira. Aliás, para Miguel legou mediante uma cessão registrada em cartório uma parcela do produto líquido sobre a quarta parte que lhe pertenceu no contrato das Entradas das Minas, em 1745, que foi arrematado por Jorge Pinto de Azeredo³⁷.

Certamente, o primeiro grande negócio de Francisco Ferreira da Silva, que o projetou como homem de negócios do Império português foi iniciado quando ele ainda morava na região mineradora, ao unir-se em sociedade com o sargento-mor João Fernandes de Oliveira para a arrematação do primeiro contrato de Extração de Diamantes, em junho de 1739. Para a administração deste importante monopólio régio, Francisco regressou a Portugal assumindo as atividades de caixa na Corte, enquanto João Fernandes de Oliveira estabeleceu-se no Serro Frio, como administrador na zona de exploração diamantífera.

³⁴ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 286 – Fls. 52-57 verso – Fl. 53.

³⁵ Seria tanto exaustivo quanto desnecessário estender os mais legados deixados por Francisco Ferreira da Silva, compostos, quase sempre, por quantias generosas para seus familiares e criados, como foi o caso do sobrinho e testamenteiro, o Dr. Francisco Ferreira da Silva, que herdaria seis mil cruzados, e da sua irmã, Josefa Theodora, que sairia com quatro mil. Referência: IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 286 – Fls. 52-57 verso – Fl. 53 verso.

³⁶ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 286 – Fls. 52-57 verso – Fl. 55.

³⁷ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 286 – Fls. 52-57 verso – Fl. 55.

O patrimônio acumulado por esse homem de negócios ao longo do seu percurso iniciado nas Minas setecentistas deve ter sido considerável. Além das vultosas quantias que deixou a favor de sua alma e de legados a parentes e pessoas próximas, seu patrimônio estava fortemente empenhado em várias negociações, contratos régios e contas; dentre algumas, inclusive, existiam demandas em ações judiciais acionadas contra seus devedores. Tal o caso das ações que corriam no seu “*Juízo Privativo*”³⁸ da Conservatória da Casa Real da Moeda de Lisboa: duas contra João Fernandes de Oliveira e uma contra Luiz Mendes Cordeiro, todas já em execução na época de seu falecimento.

Embora pelas suas determinações testamentárias não seja possível aferir o montante do seu espólio, a proporção dos negócios e conseqüentemente o potencial econômico de Francisco pode ser mensurado quando, por exemplo, é mencionado o conjunto de 145 ações na Companhia do Macau que lhe pertenceram, das quais pendiam duas ações judiciais, uma delas contra seus diretores por perdas e danos. Da mesma forma, orientava seus testamenteiros sobre um processo contra os herdeiros de Dom Pedro Torres e de Dom Gabriel Antônio Gomes, além de um libelo cível contra o Desembargador da Fazenda Real por uma causa envolvendo o contrato das Entradas das Minas, que arrematou para o triênio de 1748-1751³⁹.

Nessa esteira das cobranças e pendências judiciais sobre seus devedores, Francisco declarou 10 ações judiciais e esclareceu que “*outras muitas*” deveriam ser colocadas em juízo e, por isso, não faria “*especial menção*”, mas que tudo ficaria esclarecido nas escrituras públicas, particulares e assentos dos seus livros, cujos testamenteiros se responsabilizariam de tratar com brevidade. Como se vê, inúmeras eram as pendências envolvendo a arrecadação do patrimônio amealhado por Francisco Ferreira da Silva, um grande embaraço que o compeliu a declarar a impossibilidade de seus testamenteiros prestarem contas sobre seus bens antes de 20 anos contados a partir do dia do seu falecimento⁴⁰.

Depois de 22 anos da morte de Francisco Ferreira da Silva, em julho de 1786, falecia sua esposa Dona Brízida Maria da Silva Vieira. Com o seu testamento, percebemos a fragilidade de sua condição financeira durante os anos em que viveu sem os cuidados de Francisco. Assim, para amenizar a situação, em pouco mais de duas décadas de viuvez, Dona

³⁸ A este respeito, Luiz Antônio Silva Araújo assinala que: “Entre os privilégios [dos contratadores], os mais importantes, em nossa opinião, eram os que lhes davam juízo privativo nas causas cíveis e criminais quer fossem autores ou réus e o direito de nomearem o juiz conservador do contrato. Na maioria dos casos cabia às provedorias locais a condição de fórum privilegiado para os contratadores” (ARAÚJO, 2008, p. 142-1743).

³⁹ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 286 – Fls. 52-57 verso – Fl. 56.

⁴⁰ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 286 – Fls. 52-57 verso – Fl. 56.

Brízida desfez-se de alguns bens herdados do seu falecido marido a fim de prover o seu sustento⁴¹.

Pela leitura do testamento de Dona Brízida não há dúvida de que a arrecadação do patrimônio deixado por Francisco Ferreira da Silva experimentou muitas dificuldades, as quais resultaram na baixa liquidação de grande parte daquele espólio, pois os seus bens estavam empenhados em dívidas ativas como negócios, sociedades e contratos régios. Tanto mais que esse desfecho pode ser afirmado numa das últimas cláusulas do testamento, onde:

Declaro que sempre zelei de todos os bens e rendimentos da testamentaria de meu marido e pelas poucas cobranças dos rendimentos da mesma assim como das poucas arrecadações das dívidas vendi alguns trastes dos que o dito meu marido deixou para o meu uso por não poder suprir de outro modo os penosos gastos o que tudo se acha declarado e computado com a mesma testamentaria como melhor há de constar dos meus livros e papéis assim como da conta que de próximo ofereci no juízo dos resíduos⁴².

Outro português de passagem pelas Minas que se tornou um proeminente homem de negócios do Império português, regressando à metrópole com um patrimônio considerável e muito prestígio social junto àquela Corte, foi o sargento-mor João Fernandes de Oliveira.

Natural de Santa Maria de Oliveira, uma freguesia do termo de Barcelos na província do Minho, João Fernandes deixou a província, ainda jovem, nas primeiras décadas da centúria setecentista, rumo ao Brasil, onde passou pelo Rio de Janeiro e seguiu para as Minas Gerais. Chegando lá, inicialmente estabeleceu residência em Vila Rica, depois se mudou para Vila do Ribeirão do Carmo, dedicando à mineração, quando então adquiriu sua fazenda chamada Vargem que era uma propriedade rural e mineral, próxima ao pico do Itacolomi (cf. Furtado, 2003, p. 75).

Em 1726, com seus negócios já estabilizados, casou-se com Maria de São José, de cujo matrimônio nasceram seis filhos. Dentre eles, seu primogênito e homônimo João Fernandes de Oliveira, formado em Direito pela Universidade de Coimbra que se tornou um Desembargador e regressou às Minas para assumir em 1754 a administração do quarto contrato de Extração de Diamantes que seu pai havia arrematado em 1753. Conforme Furtado, o sargento-mor:

João Fernandes de Oliveira investiu em vários setores, e essa diversificação permitiu que acumulasse riquezas e que em meados do século fosse considerado um *homem de negócio*. Essa expressão designava os donos de grandes capitais que se dedicavam ao

⁴¹ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 323 – Fls. 133-136 verso.

⁴² IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 323 – Fls. 133-136 verso – Fl. 135 verso.

setor atacadista, o comércio *por grosso*, emprestavam dinheiro a juros e arrematavam da Coroa a cobrança de diversos impostos, entre outras atividades que exigiam investimentos de monta” (FURTADO, 2003, p. 75).

O testamento que deixou foi aprovado em Vila Rica no mês de junho de 1750 e aberto após o seu falecimento, ocorrido em Lisboa no mês de setembro de 1770⁴³. Embora pouco informasse sobre sua realidade à época da morte, tendo em vista o lapso temporal de 20 anos, o documento não deixa de ser interessante especialmente para a perspectiva que marca a conjuntura dos anos de 1750, quando ainda residia nas Minas e articulava importantes negócios que marcaram o seu sucesso profissional. Ao redigi-lo, João Fernandes de Oliveira já contava com uma posição privilegiada, despontando como contratador de um dos mais importantes monopólios, ou seja, o 1º e 2º contratos da Extração de Diamantes no Serro Frio. Por isso, entre os testamenteiros indicados figuravam alguns dos negociantes da sua teia mercantil que, por sua vez, eram importantes homens de negócios⁴⁴.

Naquela altura, todos os seis filhos de João Fernandes de Oliveira, frutos do matrimônio com Dona Maria de São José, já residiam em Portugal. Sendo eles, João Fernandes de Oliveira e cinco filhas recolhidas no convento da Madre de Deus Monchique da cidade do Porto⁴⁵. Depois de ficar viúvo, casou-se novamente e sua segunda consorte foi Dona Isabel Pires Monteiro, viúva do capitão Luís de Siqueira Brandão, um casamento arranjado pelo então governador das Minas Gomes Freire de Andrade e celebrado com escritura indicando a separação de bens no cartório do Serro Frio em 1747⁴⁶.

⁴³ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 300 – Fls. 28 verso – 34 verso.

⁴⁴ Em Vila Rica foram nomeados os senhores José Álvares Maciel, Antônio de Araújo Freitas, Manoel Matheus Tinoco, Alexandre Luís de Souza e Menezes além da sua segunda mulher, Dona Isabel Pires Monteiro. No Rio de Janeiro a função ficaria a cargo de João Hopmam e João Carneiro da Silva e, em Lisboa, Manoel Nunes da Silva Tojal e José Ferreira da Veiga, ambos, caixas na Corte da 2ª companhia da Extração de Diamantes. Como prêmio pelo grande serviço da arrecadação de seus bens, João Fernandes deixava 10% de todo o produto da sua fazenda no Brasil. Referência: IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 300 – Fls. 28 verso – 34 verso – Fl. 29.

⁴⁵ Ana Quitéria e Maria Margarida já tinham se tornado freiras professoras e as outras três, que também estavam no mesmo convento, Rita, Francisca e Helena, estavam com seus dotes acertados para professar o aludido voto. Além dos filhos legítimos, João Fernandes teve um filho natural quando ainda era solteiro, filho de uma mulata da sua casa, chamado Teodósio. Ele o mandou aprender o ofício de cirurgião na França, dispendendo uma quantia acima de sete mil cruzados. Referência: IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 300 – Fls. 28 verso – 34 verso – Fl. 29.

⁴⁶ De acordo com a investigação de Junia Furtado: “No fim de 1747, quando tudo parecia perdido e a quebra do contrato era eminente, João Fernandes de Oliveira recorreu novamente à proteção do governador. A solução oferecida pelo amigo Gomes Freire foi induzir a rica viúva do capitão-mor Luís Siqueira Brandão a casar-se com o endividado contratador. Isabel Pires Monteiro resistiu o quanto pôde, pois sentia repugnância pelo pretendente, mas as pressões vinham de todos os lados: não só o governador lhe escrevera várias cartas, como também apreciavam a ideia de um eventual enlace seu pai e seu genro, o coronel Alexandre Luís de Sousa, que afirmara “que não havia mais remédio que o de celebrar-se o pretendido matrimônio, porque assim mandava quem podia” (FURTADO, 2003, p. 83).

O primeiro contato explícito de João Fernandes de Oliveira com os contratos régios parece ter sido a arrematação dos Dízimos de Vila Rica para o ano de 1737 (cf. REBELO, [1768] 1976). Um ano depois, João Fernandes estava à frente do contrato dos Dízimos para todas as comarcas da capitania de Minas, arrematado por Jorge Pinto de Azeredo, para o triênio de 1738 a 1741. Conforme as disposições testamentárias, a administração desse contrato ficaria sob a sua alçada, porém os rumos do vultoso negócio foram modificados, porque pouco tempo depois arrematara João Fernandes o primeiro contrato da Extração de Diamantes. Em razão da administração desse monopólio, que também ficou sob a sua responsabilidade, se viu obrigado a estabelecer residência no Serro Frio abdicando à administração dos Dízimos em nome do coronel Caetano Álvares Rodrigues e de Manoel Matheus Tinoco⁴⁷.

O sargento-mor João Fernandes de Oliveira foi o responsável pela arrematação dos dois primeiros contratos de Extração de Diamantes, um vultoso negócio da Coroa portuguesa iniciado em 1739. No entanto, ambos foram marcados por perdas consideráveis e muitos investidores envolvidos nesse negócio certamente não conseguiram recuperar os investimentos aplicados no monopólio. Esse foi o caso de Martinho de Freitas Guimarães ao declarar em seu testamento, em 1767, que esperava receber os rendimentos de alguns escravos matriculados nas duas companhias, ou ainda, o arrolamento de ações judiciais contra João Fernandes de Oliveira movidas por Francisco Ferreira da Silva e Jorge Pinto de Azeredo, sócios da primeira companhia⁴⁸.

Em 1750, por exemplo, quando redigiu seu testamento, já haviam se passado nove anos do encerramento do primeiro contrato e sobre ele pendia a conta final. Da mesma forma que o primeiro, as perdas e pendências se estenderam ao segundo contrato (1742-1745)⁴⁹, compelindo a João Fernandes de Oliveira orientar a seus testamenteiros que o ajuste da conta

⁴⁷ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 300 – Fls. 28 verso – 34 verso – Fl. 31 e 31 verso.

⁴⁸ Particularmente, sobre as condições da companhia que arrematou o primeiro contrato de Extração de Diamantes, esclareceu João Fernandes que inicialmente ficaram reservados 3% de comissão para Francisco Ferreira da Silva, como caixa em Lisboa, enquanto ele teria direito a 4% em razão da sua administração na zona de exploração diamantífera. Mas essa cláusula logo foi alterada. Afinal: “(...) como pareceu ser mais útil à mesma [companhia] e ir companheiro para Lisboa se meteu Jorge Pinto de Azeredo a consentimento do dito Ferreira como se mostra de uma escritura feita pelo escrivão da Fazenda Real destas Minas, dando-se ao Pinto de Azeredo um por cento de comissão que vem a ser legitimamente dos quatro por cento que eu tinha, ficando o dito Ferreira com a sua comissão por inteiro (...)”. Referência: IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 300 – Fls. 28 verso – 34 verso – Fl. 31 verso.

⁴⁹ Quanto às disposições do segundo contrato, João Fernandes teria de comissão por sua administração 4% do seu rendimento, enquanto os caixas em Lisboa, Jorge Pinto de Azeredo e Manoel Nunes da Silva Tojal, ficariam cada um com 1%; o que resultava em 6% de todo o rendimento do contrato na forma estabelecida. No entanto, mediante o inesperado falecimento de Jorge, em seu lugar passaria a responder José Ferreira da Veiga e, “do tempo que este administrava lhe toca a comissão”.

final sobre aquele monopólio deveria levar em conta todas as “*somas consideráveis*” de letras sacadas sobre os caixas na Corte, para o suprimento desse contrato, cujas orientações estariam nos seus livros e papéis⁵⁰.

Assim como o caso de Francisco Ferreira da Silva, as disposições perscrutadas no testamento de um dos mais importantes homens de negócios da praça mercantil do Império português no período pombalino, João Fernandes de Oliveira, apontam para as dificuldades de arrecadação do patrimônio. Em grande medida, pelo fato de suas fortunas encontrarem fortemente empenhadas em um complexo sistema de investimentos e negócios, sobretudo àqueles relacionados aos contratos régios. Neste caso, uma dificuldade que acompanhava as atividades de João Fernandes desde a época do falecimento da sua primeira esposa, Dona Maria de São José, sendo então impossibilitado de fazer o inventário dos bens daquele casal por se acharem “*todos baralhados e obrigados pela Fazenda Real, como ainda de presente se acham*”. Uma situação repetida com o levantamento do seu espólio, por cuja razão não estabeleceu o tempo necessário da prestação de contas, “*pelo grande embaraço em que se acham os meus bens, tanto os que estão em ser como as dívidas*”⁵¹.

Manoel Gomes de Campos, um dos 100 grandes negociantes da praça mercantil de Lisboa no período pombalino (cf. PEDREIRA, 1995, p. 165) era natural da freguesia de Santa Lucrécia da Ponte do Louro, termo de Barcelos e também esteve de passagem pelo Brasil, atuando no comércio de abastecimento das zonas de mineração. Acompanhamos um pouco de sua trajetória através de seu processo para familiar do Santo Ofício, iniciado em 1726. Em sua petição inicial, declarou ser um homem solteiro, mercador de loja aberta no Rio de Janeiro e “*contratador para as Minas*”⁵².

As sindicâncias realizadas para obter o título de familiar, recebido em março de 1727, revelam que Manoel saiu de Santa Lucrécia entre os 12 e 15 anos de idade permanecendo por certo tempo em Lisboa, onde aprendeu o ofício de alfaiate. Algum tempo depois fez a travessia para o Brasil, estabelecendo-se no Rio de Janeiro e lá negociando como “*(...) mercador de loja aberta e tem duas de fazendas que compra e vende por seus caixeiros e faz também algumas carregações para as Minas e outras partes de cujo trato e negócio me dizem que vive limpa e abastadamente (...)*”⁵³.

É provável que Manoel Gomes de Campos pouco tempo depois da sua aprovação como familiar tenha regressado para Portugal. Seguramente em 1732 já havia restabelecido na

⁵⁰ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 300 – Fls. 28 verso – 34 verso – Fl. 32.

⁵¹ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 300 – Fls. 28 verso – 34 verso – Fl. 33

⁵² IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 93 – Documento 1747 – Fl. 1.

⁵³ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 93 – Documento 1747 – Fl. 6 e 6 verso.

Corte portuguesa, data que apresentou o pedido para habilitar Antônia Margarida da Escócia, com quem estava contratado para se casar⁵⁴. Quando esse casal completou aproximadamente 45 anos de casamento, em 1778, faleceu Manoel, como nos informa o termo de abertura do seu testamento. Na altura, viviam com alguns dos seus seis filhos na freguesia de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa⁵⁵.

Uma situação semelhante àquelas apresentadas por Francisco Ferreira da Silva e João Fernandes de Oliveira, nos seus respectivos testamentos, foi encontrada no de Manoel Gomes de Campos. Melhor dizendo, embora muito sucinto, com a análise do seu testamento entrevimos um patrimônio embaraçado por seus negócios que àquele tempo não iam muito bem, compelindo-o a fazer especial menção a uma dívida ao genro Antônio Martins dos Santos, da maior parte do dote ajustado ao se casar com sua filha Maria, pois não podia satisfazê-lo visto os inumeráveis contratemplos, prejuízos e faltas em cobranças de avultadíssimas somas que esperava receber, desejando, quando possível, que o tal genro fosse ressarcido pelo “*mais bem parado dos seus bens*” ativos e passivos⁵⁶. E, assim mais, recomendou:

(...) Enquanto se não fizer a partilha em que necessariamente há de haver demora pelas muitas ações que se hão de liquidar, e quero que primeiro se liquidem, peço, e rogo a dita Senhora minha mulher e a meus herdeiros se conservem em comum desfrutando todos os bens do casal com a mesma união e familiaridade com que até agora vivemos todos⁵⁷.

É interessante perceber certas semelhanças nas estratégias desenvolvidas pelos negociantes a fim de trilhar um percurso bem sucedido no universo mercantil do Império português. Uma delas, sem dúvida, era a parceria entre irmãos. Certamente os percursos entretecidos por familiares poderiam ser estendidos a muitos negociantes que atuavam no ultramar, como já assinalamos a partir da trajetória de Domingos e José Ferreira da Veiga. Neste âmbito, também se serviram desse dinamismo Manoel e João Gomes de Campos ao desenvolverem suas atividades mercantis no ultramar. Um dinamismo acompanhado através da habilitação para familiar do Santo Ofício de João Gomes de Campos que, seguindo os passos de seu irmão Manoel, converteu sua ascensão econômica em capital simbólico.

⁵⁴ Da mesma forma que as diligências para habilitação de Manoel foram aprovadas no decurso de um ano, Antônia também obteve sua habilitação em 1733, sem qualquer objeção por parte do Conselho Geral. Referência: IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 93 – Documento 1747.

⁵⁵ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 309 – Fl. 21 verso.

⁵⁶ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 309 – Fl. 21 verso – Fl. 22.

⁵⁷ IANTT – Registro Geral de Testamentos – Livro 309 – Fl. 21 verso – Fl. 22 verso.

Foi em 1732 que João declarou seu desejo de servir ao Santo Ofício como familiar mediante uma petição encaminhada àquele tribunal. Na ocasião apresentou-se como um mercador, solteiro e residente no Rio de Janeiro, vindo da freguesia de Santa Lucrécia da Ponte do Louro, no termo de Barcelos. Para facilitar a investigação do tribunal e, obviamente favorecê-lo, evocou os laços de sangue com seu irmão inteiro Manoel Gomes de Campos⁵⁸.

As testemunhas em Santa Lucrécia confirmaram as suas informações e disseram também que João Gomes de Campos se ausentou da sua pátria com cerca de 14 anos de idade. Já o comissário do Rio de Janeiro disse que poucas testemunhas sabiam de onde era natural, mas o conheciam por residir naquela cidade com intervalo de tempo nas Minas, por conta dos seus negócios. Informavam também que ele vivia abastadamente de seus negócios, divididos entre duas lojas que possuía em sociedade com seu irmão Manoel. Por essas razões, João estava aprovado a servir ao Santo Ofício como familiar e recebeu sua provisão em 1733⁵⁹.

Outra trajetória bem sucedida, marcada por um período de estada pelo Brasil, especificamente pela região mineradora, foi a de José Alves de Mira, homem de negócios da praça mercantil de Lisboa que estava entre os 100 grandes negociantes do período pombalino (PEDREIRA, 1995, p. 165). O percurso de José, que se tornou importante negociante na capital lisboeta, foi coroado com o título de cavaleiro da Ordem de Cristo⁶⁰. Embora sucinto, seu processo de justificação traz informações elucidativas sobre a trajetória de portugueses que, pelas motivações econômicas das Minas, se instalaram na região a fim de adquirir riqueza e, conseqüentemente, prestígio social.

Sendo assim, o primeiro parecer proferido pelos deputados da Mesa de Consciência e Ordens veio em 1735. Nele, o justificante teve suas partes pessoais aprovadas porque possuía pureza de sangue, porém, ao passar pelo Brasil conduziu fazendas do Rio de Janeiro para Minas onde algum tempo depois teve loja e nela trabalhava pessoalmente. Este foi então o impedimento condicionante para que a José fosse negado o recebimento do seu hábito, em uma época que os negociantes ainda não contavam com a política protecionista do período pombalino.

Como de costume, José Alves de Mira apresentou uma nova petição, cuja argumentação pedia a dispensa daquele impedimento partindo dos méritos que levaram seu tio José Nunes Ramalho a ser agraciado com a mercê do dito hábito, renunciada em seu favor

⁵⁸ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 65 – Documento 1216 – Fl. 2.

⁵⁹ IANTT – Habilitação do Santo Ofício – Maço 65 – Documento 1216 – Fl. 27 verso.

⁶⁰ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra J – Maço 95 – Documento 14.

em 1734. Alegava, ainda, os serviços pessoais durante sua passagem pelas Minas, uma vez que:

(...) do ano de 1728 até 1731, serviu nas Minas sendo o primeiro ano eleito pelos oficiais da Câmara da Vila de São José e seu termo para cobrar o donativo Real daquele distrito fazendo a cobrança com grande cuidado e zelo e sem vexação do povo. No ano de 1730 lhe fora dada a incumbência de Tesoureiro Geral do mesmo donativo que serviu com o mesmo zelo devendo-se a esta a cobrança de muita parte que os cobradores não puderam conseguir oferecendo-se o suplicante a inteirar a conta de V. M. com seu cabedal para com mais brevidade se remeter e continuando a mesma diligência o ano de 1731. Suprindo voluntariamente com 575 oitavas de ouro que faltava para ajustar a conta da dita Vila por fazer sendo V. M. e dar tempo aqueles povos para com [ilegível, uma palavra] da dita paragem, fora também encarregado de levar o dito donativo à Provedoria da Fazenda Real daquela Provedoria o que executara com muito trabalho, fazendo a sua custa a condução e correndo-lhe o risco no que fez relevante serviço pelas passagens serem desertas e rios caudalosos que pedem a maior vigilância e poder de armas por cujos serviços mostra não recebimento algum⁶¹.

Os serviços renunciados por seu tio e aqueles a serviço da Coroa prestados por ele, foram eficazes para lograr a dispensa do impedimento almejado, desde que contribuisse com um donativo para a obra da Capela do Colégio das Ordens Militares, no valor de Rs. 1:000\$000, em março de 1738.

Comentário Final

As trajetórias de vida vislumbradas neste universo de pesquisa revelam que perspicazes jovens portugueses que atuaram no ramo mercantil para o abastecimento das zonas de mineração da América portuguesa, especialmente nos decênios de 1720, 1730 e 1740, foram capazes de entretecer relações que os projetaram ao eixo mercantil do Império português, figurando como destacados homens de negócios. Esses percursos, ao que parece, se inserem em um movimento maior, o da expansão do comércio ultramarino português que, neste caso, em razão dos descobertos auríferos nas Minas, incrementou fortemente as atividades mercantis promovendo a afirmação de negociantes que se tornaram importantes homens de negócios do Império⁶².

⁶¹ IANTT – Habilitação da Ordem de Cristo – Letra J – Maço 95 – Documento 14 – Fl. 3 e 3 verso.

⁶² Luiz Antônio da Silva Araújo, em sua tese de doutorado, traz uma importante contribuição acerca das redes mercantis que emergiram neste universo mercantil português, especialmente no decênio de 1730, tendo em vista as motivações econômicas da mineração. Nessa medida: “No caso de Minas Gerais, o fato de sua formação ter sido impulsionada pela produção de uma mercadoria-dinheiro, gerou uma rede de comércio envolvendo o abastecimento entre as regiões da própria capitania, o comércio da capitania com outras regiões da colônia e

Não obstante serem poucos, esses estudos de caso atestam que o decênio de 1730, como bem assinalou Luiz Antônio da Silva Araújo (ARAÚJO, 2008), foi um período marcado pela emergência no Império português de proeminentes negociantes conformados em *tramas mercantis* que assumiram o controle do comércio ultramarino e a arrematação de monopólios e cobranças de tributos régios, estimulados pelas motivações econômicas do comércio com o Brasil.

À exceção de Manoel da Silva Lopes, os demais homens de negócios analisados residiam em Lisboa no auge de suas atividades, a principal praça mercantil do Império. O estudo desses percursos individuais igualmente demonstrou que esses negociantes estiveram de passagem pelo Brasil, particularmente, pela capitania de Minas e do Rio de Janeiro. Os negociantes Francisco Ferreira da Silva, João Fernandes de Oliveira, José Alves de Mira e Pedro da Costa Guimarães iniciaram suas atividades na região mineradora, onde residiram por um tempo antes de regressarem ao Reino. Estiveram por lá entre os decênios de 1720 e 1730, desfrutando das motivações econômicas oferecidas pelas riquezas minerais da região, o que tornou possível a projeção econômica e o acúmulo de consideráveis cabedais além, é claro, dos vínculos necessários para a inserção no universo dos homens de negócios do Império português.

A sua vez, Domingos Ferreira da Veiga e Castro, seu irmão José Ferreira da Veiga e Manoel Gomes de Campos antes de fazerem o caminho de volta para o Reino transitaram no eixo das Minas e Rio de Janeiro, também atuando no ramo mercantil, sendo que José e Manoel fixaram residência por certo tempo no Rio de Janeiro, onde tiveram suas casas mercantis.

Há que se ressaltar ainda com a leitura dos testamentos de Francisco Ferreira da Silva, João Fernandes de Oliveira e Manoel Gomes de Campos que, dada a natureza dos investimentos e negócios, suas fortunas estavam fortemente empenhadas em dívidas ativas. Muitas delas, de difícil liquidação. Destarte, o fato aponta para as dificuldades de uma arrecadação patrimonial bem sucedida, um problema que certamente se estendeu para tantos outros homens de negócios do Império português.

Fontes Manuscritas

aquele voltado para o mercado externo, especificamente com a Europa e África. Neste contexto emerge uma importante camada de comerciantes, sendo eles: os comerciantes portugueses (alguns se constituíram em financiadores do comércio colonial) os comerciantes das praças do Rio de Janeiro e Bahia e os comerciantes locais da capitania” (ARAÚJO, 2008, p. 20).

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Habilitações da Ordem de Cristo:

Letra D	Maço 13	nº 34	Domingos Ferreira da Veiga e Castro	1740
Letra J	Maço 24	nº 4	João Gomes de Campos	1763
Letra J	Maço 95	nº 14	José Alves de Mira	1735
Letra P	Maço 11	nº 89	Pedro da Costa Guimarães	1732

Habilitações do Santo Ofício:

Maço 30	Diligência 563	Domingos Ferreira da Veiga e Castro	1737
Maço 34	Diligência 144	Francisco Ferreira da Silva	1740
Maço 65	Diligência 1216	João Gomes de Campos	1733
Maço 31	Diligência 502	José Ferreira da Veiga	1729
Maço 121	Diligência 2177	Manoel da Silva Lopes	1742
Maço 93	Diligência 1747	Manoel Gomes de Campos	1727
Maço 23	Diligência 460	Pedro da Costa Guimarães	1738

Registro Geral de Testamentos:

Livro 323	Folhas 133 a 136v	Brígida Maria da Silva Vieira	1786
Livro 286	Folhas 52 a 57	Francisco Ferreira da Silva	1764
Livro 321	Folha 170	João Fernandes de Oliveira	1770
Livro 294	Folha 140	José Ferreira da Veiga	1767
Livro 309	Folha 21v	Manoel Gomes de Campos	1777

Inventários Orfanológicos:

Letra J	Maço 494	Documento 01	Jorge Pinto de Azeredo
---------	----------	--------------	------------------------

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla M. Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001, (tese de doutorado);

ANTEZANA, Sofia Lorena Vargas. *Os contratadores dos caminhos do ouro das Minas setecentistas: estratégias mercantis, relações de poder, compadrio e sociabilidade (1718-1750)*. – Belo Horizonte: UFMG, 2006 (Dissertação de Mestrado);

ARAÚJO, Luiz Antônio. *Em Nome do Rei e dos Negócios: Direitos e Tributos nas Minas setecentistas (1730-1789)*. Niterói: PPGH – UFF, 2008 (Tese de doutorado);

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: Negócios e Poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH – USP, 2006 (Tese de doutorado);

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado” (1693-1737)*. São Paulo: FFLCH – USP, 2002 (Tese de doutorado);

CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais. Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2007;

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos comerciantes: Mercadores nas Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999;

COSTA, Leonor Freire. *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002;

DONOVAN, William. *Commercial Enterprise and Luso-Brazilian Society during the brazilian gold rush: the mercantile house of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil trade, 1695-1750*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1990 (Tese de doutorado);

ELLIS, Miriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras no século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 17, n. 36. p. 429-464, 1958;

_____, Miriam. Comerciantes e Contratadores no passado colonial. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, USP, pp. 97-122, 1982;

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999;

_____, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador dos diamantes – o outro lado do mito*. São Paulo: Cia das Letras, 2003;

_____, Junia Ferreira. Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 24, Jan/01, p. 33-74;

GODINHO, Vitorino Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História*, São Paulo, FFLCH-USP ano IV (15): 80 julho-set 1953;

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Os contratadores e o Império colonial português: um estudo dos casos de Jorge Pinto de Azevedo e Francisco Ferreira da Silva*. Niterói: UFF, 2005 (dissertação de mestrado);

OLIVAL, Maria Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001;

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutorado);

PEREIRA, Alexandra Maria. *Das Minas à Corte, de caixeiro a contratador: Jorge Pinto de Azeredo*. Atividade mercantil e negócios na primeira metade do século XVIII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (tese de doutorado);

REBELO, Francisco A. *Erário Régio de S.M.F. de 1768*. Org. por Tarquínio J. B. de Oliveira. Brasília: Escola de Administração Fazendária – ESAF, 1976;

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003;

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2005;

VENÂNCIO, Renato Pinto, FURTADO, Júnia Ferreira. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del (org). *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*, Rio de Janeiro: Campus, 2000;

ZEMELLA, Mafalda Pereira. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, USP, 1951 (tese de doutorado).

INQUISIÇÃO, TORTURA E CONDENÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA PUNITIVA NO BRASIL COLÔNIA

Andréia Mello Laced*

Resumo: Esse artigo objetiva, a partir da bibliografia existente, identificar os mecanismos de condenação e tortura utilizados pelo Tribunal do Santo Ofício para calar os considerados hereges no Brasil colonial. Para isso, reconstruiu-se o contexto histórico da ação dos inquisidores em Portugal e no Brasil Colônia. O artigo evidencia que, apesar das especificidades da administração e dos costumes coloniais, o Tribunal do Santo Ofício, impulsionado pelos ideais da Contrarreforma, aplicou diferentes mecanismos de tortura para calar todos aqueles se contrapunham à hegemonia do pensamento católico.

Palavras-chave: Inquisição, tortura, condenação, Brasil Colônia.

Abstract: This article aims, from the existing literature, to identify the mechanisms of condemnation and torture used by the Holy Office of the Court to silence those considered heretics in colonial Brazil. For this, we reconstructed the historical context of action of the inquisitors in Portugal and Brazil Cologne. The article shows that despite the specifics of the colonial administration and customs, the Inquisition, driven by the ideals of the Counter, applied different torture mechanisms to silence all those were opposed to the hegemony of Catholic thought.

Keywords: Inquisition, torture, sentencing, Brazil Cologne.

Introdução

Se dá tormento al reo para apremiearle à la confesion de sus delitos
(Nicolau Eymeric)

O acusado que vacilar nas respostas afirmando ora uma coisa, ora outra vai para a tortura. O suspeito que tenha pelo menos uma testemunha contra si, o acusado contra quem pesar vários indícios veementes, mesmo se não houver testemunha de acusação, vai para

* Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: andreia.mello.lace@gmail.com

tortura. Com muito mais razão, vai para a tortura quem, além dos indícios, tiver contra se o depoimento de uma testemunha.¹

Essas regras foram tiradas quase que literalmente do “Manual dos Inquisidores,” escrito pelo dominicano Nicolau de Eymeric em 1376. Esse Manual foi revisto e ampliado pelo também dominicano Francisco de La Penha em 1578. Eymeric foi ele próprio Inquisidor.

A tortura aliada à intolerância religiosa e ao terrorismo são evidências históricas que também marcam o nosso tempo. Não é preciso listar as inovações tecnológicas introduzidas pelas Forças Armadas, nas práticas de tortura, durante a ditadura civil-militar brasileira. São conhecidas também as práticas de tortura utilizadas por alguns policiais e utilizadas também pelos integrantes do tráfico de drogas. O fervilhar destas questões hoje, nos leva a pensar num tempo em que, a intolerância religiosa enquadrada dentro de seus cânones éticos, todas as formas de contestação e subversão aos dogmas reinantes. Refiro-me à ação do Tribunal da Inquisição no período colonial brasileiro.

Objetiva-se, a partir da bibliografia existente, identificar os mecanismos de condenação e tortura utilizados pelo Tribunal do Santo Ofício para calar os considerados hereges no Brasil colonial. O Tribunal da Inquisição esteve presente na Colônia portuguesa, em fins do século XVI até o século XVIII. A ação inquisitorial portuguesa agiu no Brasil, por meio de visitas na região Nordeste e na região Sudeste. A presença do braço da inquisição foi sentida, por meio dos familiares e comissários que, ao detectarem a heresia, prendiam e enviam o réu, em alguns casos, para ser julgado pelo Tribunal do Santo Ofício em Lisboa.

Para a compreensão dos mecanismos de tortura aplicados aos considerados infiéis, cumpre resgatar o contexto histórico da época que legitimaram as ações do Tribunal de Inquisição em terras lusitanas e além mar.

1 Auto-de-fé: espetáculo hierarquizado

Após o terremoto que destruiu três quartos de Lisboa, os sábios do país não haviam encontrado um meio mais eficaz para prevenir uma ruína total, a não ser proporcionar ao povo um belo auto-de-fé (Voltaire).

¹ CARVALHO, José Murilo. Vai para tortura. Disponível em: <http://www.folhauol/brasil500/.html>. Acesso em: 30 jul. de 2016.

Verdadeiros espetáculos das punições públicas, o auto-de-fé, encarnava em sua exibição, a hierarquia da sociedade moderna ocidental e o poder dos religiosos. A presença de altas personagens, tais como a cúpula do clero, os fidalgos e, muitas vezes, o próprio soberano, evidenciavam a pompa da encenação e das funções “santas” do Tribunal da Inquisição. O povo era avisado do acontecimento com um mês de antecedência com a promessa de que, quem assistisse ao auto-de-fé, ganhava quarenta dias de indulgências (LAPA, 1977).

O ritual do auto-de-fé seguia rigorosamente aos dispositivos regimentais. A cerimônia começava com a procissão seguida de uma missa. O sermão tinha uma importância toda especial e o pregador era sempre escolhido entre os mais distinguidos membros do clero. Durante o auto-de-fé, os réus ouviam suas sentenças. Os condenados a morrer na fogueira, após a cerimônia eram transportados para onde se erguia a pira, ali o réu recebia a sentença final: morrer no fogo. A fogueira era uma entre outras penas de morte aplicadas. O réu era garroteado antes da pira acesa. “A purgação dos corpos na fogueira era a apoteose dos autos-de-fé” (VAINFAS, 1997, p. 301). Nem os mortos acusados de heresia eram poupados da pena capital, pois eram julgados a *posteriori* e levados ao auto-de-fé e aí reduzidos a cinzas. À medida que a perseguição aos judeus, em Portugal, se tornou o mote para as acusações de heresia a realização do auto-de-fé se intensificou.

1.1 O Tribunal do Santo Ofício e os mecanismos de tortura em Portugal

D. João III sob a alegação de que os judeus batizados a força e seus descendentes não eram cristãos verdadeiros, solicitou ao Papa autorização para instalar em Portugal, um Tribunal que funcionasse nos moldes dos Espanhóis². Por volta de 1536 e 1540, instala-se no reino português o Tribunal do Santo Ofício, com o claro objetivo de disciplinar e ordenar a consciência e os bens materiais dos cristãos-novos.

Com o advento da Reforma e da Contrarreforma, o Tribunal de Inquisição acendeu ainda mais os seus propósitos, pois os rebanhos de cristo estavam ameaçados por uma nova ordem que punha em cheque os princípios do catolicismo. A perseguição aos cristãos-novos, para além da conotação espiritual contava também com a crescente influência econômica que os judeus passaram a desempenhar no território português. A Inquisição era uma ameaça

² A Espanha que já tinha endurecido a perseguição aos judeus desde o século XV (1478).

permanente e servia-se de todos os pretextos para confiscar e perseguir os homens de negócios, cristãos-novos.

Durante a união com a Espanha, à burguesia portuguesa enriqueceu e os cristãos-novos tiveram atuação importante como financistas da coroa espanhola (ALMEIDA, 1967)³. Os cristãos-novos apoiavam a dinastia Bragança enquanto a Inquisição lusa apoiava a Espanha, fechando o cerco sobre aqueles.

Cristãos-novos e velhos concorriam economicamente nos domínios portugueses. Perseguir e calar os conversos eram, então, maneiras de conter o avanço e a influência desses grupos na sociedade lusitana. A dimensão simbólica aliada à dimensão econômica, no que diz respeito à instauração da Inquisição portuguesa, revela também a aliança com a dimensão política, ou seja, as forças políticas e espirituais da nação portuguesa estavam unidas: rei e inquisidor integravam um único corpo. Ambos eram representantes de Deus na terra.

O Tribunal da Inquisição orientava-se, como já mencionei, por um Regimento Interno, onde estavam sistematizados as leis, jurisprudências, ordens e prazos a serem seguidos. Os crimes julgados pelo Tribunal eram de duas naturezas: contra a fé, como judaísmo, protestantismo, luteranismo, blasfêmias, desacatos, críticas aos dogmas; e contra a moral e os costumes, como bigamia, homossexualismo, sodomia, feitiçaria etc. Os crimes contra a fé, segundo Fernandes (2000), eram considerados mais graves do que os crimes contra os costumes e a moral e as suas penas eram muito mais severas. Os réus acusados de crime contra a fé tinham quase sempre seus bens confiscados, enquanto os réus que infringiam a moral e os costumes recebiam sentenças mais leves, se é que podemos qualifica-las dessa maneira.

A base sob qual se apoiava a Inquisição era a denúncia. Aceitavam-se denúncias de qualquer categoria de pessoas e mesmo cartas anônimas. 'Ouvir dizer' e 'suposições' também eram considerados provas. Além disso, não exigia idoneidade das testemunhas: qualquer depoimento valia, inclusive, o de criança.

Quando um indivíduo era denunciado, um funcionário da Inquisição ia a sua casa, acompanhado pelo juiz do fisco que sequestrava tudo o que o suspeito possuía, antes mesmo de ter provas de sua culpa. Depois de prendê-lo, passava ferros e trancas nas portas da casa e somente os funcionários da Inquisição podiam entrar. A família ficava na rua, sem abrigo, as crianças à mercê da caridade dos vizinhos, esperando que alguém as socorresse. Muitas vezes, os filhos jamais reviam seus pais e famílias ficavam separadas. Outras vezes, a Inquisição

³³³ A síntese apresentada nesse item foi baseada, sobretudo, na obra de ALMEIDA, Fortunato. **História da Igreja em Portugal**. Porto: Portucalense Editora. Volume II, 1967, especialmente, pp. 286-318.

mandava que se arrasasse a casa em que havia morado o herege e sua família, para que não ficasse dele nem um sinal sobre a terra. Os descendentes de um penitenciado pela Inquisição eram considerados infames por várias gerações e impedidos de qualquer participação na sociedade (SIQUEIRA, 1978).

Um suspeito podia ser preso a qualquer momento, sem saber o que se queria dele. Nunca ficava conhecendo o nome de quem acusou, nem lhe era comunicado o motivo da prisão, nem o lugar em que havia cometido o crime de que era acusado, nem qual era o seu pecado. Todo réu, para salvar-se, tinha de confessar-se culpado, e acusar as pessoas de sua intimidade: pais, irmãos, parentes e amigos. Se não denunciasse a família era considerado diminuto, isto é, estava escondendo culpados. Caso não mencionasse todos os nomes a confissão era considerada incompleta. Nesse caso, mandavam-no para a câmara de tormentas ou torturas. Uma testemunha era suficiente para justificar o envio para a câmara de tortura.

As confissões eram arrancadas de diferentes maneiras. Em Lisboa retalhavam as plantas dos pés dos réus, untavam-se de manteiga em seguida os submetia ao calor do braseiro. O regimento de 1640 estabeleceu dois tipos de tortura: o potro (Fig. 1), uma espécie de cama de ripas, onde o réu era amarrado pelos pulsos e pernas. Aos poucos o réu era estirado até romper os ligamentos; e a polé (Fig.2), o réu era amarrado com as mãos para trás e suspenso até o teto pelos pés, em seguida era solto lá de cima, sem tocar o chão⁴.

No potro graduava-se a tortura, apertando os membros um após o outro. Uma das vítimas desta tortura foi o jornalista Hipólito das Costa⁵, que afirmou serem as cordas causadoras de violentas compressões no corpo inteiro. Na polé, levantava-se o condenado a alturas diferentes até a roldana, repetindo-se as quedas.

Além do potro e da polé existia ainda a tortura do chicote, da flagelação e a tortura da água. Na tortura do chicote (Fig. 3), o réu ficava com sua cabeça e mãos presas, enquanto seu carrasco aplicava-lhe o número de Chibatadas consideradas satisfatórias para o crime cometido. A flagelação era um dos castigos mais comuns. O indivíduo era açoitado através das ruas da cidade despido até a cintura, muitas vezes, montado num burro, enquanto as pessoas lhes atiravam pedras e detritos.

⁴ Para descrição detalhada das torturas aplicadas pelos Inquisidores, Cf. AZEVEDO, Lúcio. **História dos cristãos-novos portugueses**. Lisboa: 1921.

⁵ COSTA, Hipólito José. **Narrativa da Perseguição**. Porto Alegre: Associação Riograndense de Imprensa: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981. Hipólito José da Costa é o patrono da Imprensa brasileira. Nasceu na Colônia de Sacramento em 1774, formou-se em leis e em Ciências naturais, foi preso pela Inquisição acusado de praticar maçonaria. Passou seis meses no cárcere da Inquisição.

A tortura da água (Fig. 4) consistia em deitar o réu numa maca, totalmente amarrado, seu carrasco lhe obrigava a abrir a boca e lhe colocava um funil até a garganta. Desse modo, à medida que enchia de água provocava a sensação de afogamento. Se o prisioneiro depois de passar pelas tormentas continuasse a defender suas crenças e convicções, era condenado a pena capital. Os Inquisidores não deflagravam as penas com as próprias mãos. Em muitos casos, o réu era relaxado à justiça secular, ou seja, entregue a cúria civil e depois aos carrascos, encarregados da execução. Segundo Vainfas (1997, p. 301), nenhum magistrado passava os olhos no processo, limitando-se a executar a pena contida no eufemismo do Inquisidor. “Consagrava-se, assim, o privilégio inquisitorial de condenar a morte por meio de metáforas, reforçando-se sua estampa misericordiosa, e convertendo-se os juízes civis em meros algozes serviço dos santos inquisidores”.

De acordo com Vainfas (1997), o relaxamento ao braço secular era ainda uma pena-limite, aplicada em número reduzido de casos, sobretudo de fé. No entanto, quase todos os acusados eram condenados a penas diversas: como os desterramentos, os confinamentos, os cárceres e o uso humilhante do sambenito (hábito penitencial).

Vejamos o quantitativo de pessoas vitimadas nos autos-de-fé da Inquisição portuguesa nos anos de 156/1794. Considerando as três inquisições: a de Lisboa, de Évora e a de Coimbra.

Quadro 1: Autos-de-fé da inquisição portuguesa (1536/1794)⁶

Total de pessoas vitimadas				
Dos tribunais inquisitoriais	Penitenciados		Relaxados	
	Total	Homens	Total	Homens
Lisboa	7.024	3.728	642	403
Coimbra	8.800	4.225	547	259
Évora	6.369	3.092	507	291
Total geral	22.193	11.104	1.696	953

Organização: da autora (2016)

O quantitativo das pessoas condenadas por heresia, em terras portuguesas, nos dá a clara ideia de que os braços da Inquisição pretendia coibir e calar os indivíduos que

⁶⁶ ALMEIDA (1967) compilou essa estatística, após o exame das listas dos sentenciados existentes na Torre do Tombo.

transgredissem, de alguma forma, os preceitos e dogmas católicos. Os braços da Inquisição, doravante, se estenderam sobre todas as terras de domínio português, inclusive, aqui nos Trópicos.

Fig. 1 - Potro⁷

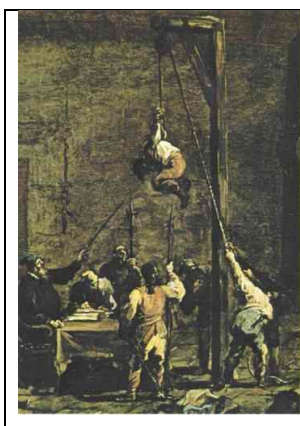


Fig. 2 - Polé⁸



Fig. 3 – Tortura da água⁹



Fig. 4 - Tortura do Chicote¹⁰



1.2 O braço punitivo do Santo Ofício na Terra de Santa Cruz

Muitas famílias vieram para o Brasil, sobretudo na segunda metade do século XVI, fugindo justamente da Inquisição recém-instalada no reino. A opção pelo refúgio em terras

⁷ Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=tortura+do+potro&espv=2&biw=1366&bih=643&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiYtIbH_57OAhWDS5AKHayFAEEQ_AUIBygC#imgrc=9MNno18qv7xy9M%3A. Acesso em: 30 jul. 2016.

⁸ Disponível em: <http://blogdomicko.blogspot.com.br/2015/04/as-torturas-da-inquisicao.html>. Acesso em: 30 jul. 2016

⁹ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/mundo-insolito/2014-02-08/conheca-as-piores-torturas-da-historia-da-humanidade.html>. Acesso em: 30 jul. 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://chamasdahistoria.blogspot.com.br/2012/09/torturas-medievais.html>. Acesso em: 30 jul. 2016.

além-mar revelou-se eficaz, dado que na Colônia não se instalara nenhum Tribunal inquisitorial, como o ocorrido em Goa¹¹.

Para Vainfas; Souza (2002), o preconceito aqui era afrouxado, os habitantes da Colônia essencialmente misturado em suas raízes, não estigmatizavam os descendentes da nação judaica, como faziam os lusitanos do reino - que viam os cristãos-novos como hereges em potencial, suspeitos de sangue, apesar de batizados no catolicismo -. Por outro lado, os mercadores cristãos-novos foram fundamentais na gênese da economia açucareira do nordeste. Tudo parecia transcorrer na Colônia sem a interferência das autoridades do reino nos comportamentos e nem nos credos religiosos.

Mas, quando Felipe II da Espanha, incluiu Portugal entre seus domínios, em 1580, reforçou por razões políticas o Tribunal da Inquisição, a partir daí as perseguições às heresias se intensificou. A Igreja estendeu seus olhos vigilantes sobre a Colônia. Prolongou-se sobre a espiritualidade da Colônia a vigilância da Metrópole. “Além do imperativo da consciência, vigiar os hereges do ultramar era uma imposição da Coroa, pois além de garantir a nacionalidade, a lealdade e a unidade da Colônia provia cautelosamente, sobre sua rentabilidade” (VAINFAS; SOUZA, 2002, pp. 125, 126).

De acordo com Souza (1986), o Tribunal de Lisboa foi o responsável pela vigilância da Colônia. Os oficiais para cá enviados apoiavam-se, tal como na Metrópole, na autoridade dos funcionários régios. Ressalta-se, entretanto, que durante o domínio filipino, a Inquisição portuguesa embora submissa ao Rei, esteve ciosa em manter e acrescentar sua autoridade. O reflexo deste intuito ocasionou, por um lado, o impedimento da instalação de um Tribunal do Santo Ofício na Colônia, embora fosse do interesse do Rei de Espanha.

A atuação do Tribunal deu-se no Brasil através dos bispos, assessores, bem como dos oficiais da Inquisição aqui sediados. De tempos em tempos vinham agentes itinerantes - Os Visitadores - para verificar o estado das consciências coloniais. Pelo que parece, os processos corriam sempre na Metrópole, exceto durante o período em que havia Visitação. A sujeição administrativa, em termos práticos, ocasionou alguns entraves burocráticos, pois muitos

¹¹ Siqueira (2013) nos diz que, a instalação do Tribunal da Inquisição em Goa, deveu-se, entre outros motivos, ao fato de apenas os domínios asiáticos oferecerem núcleos de colonização considerável, e uma cultura nativa suficientemente definida e firmada para constituir ameaça as ideias dos portugueses. E em relação a não opção de instalação de um Tribunal no Brasil, a mesma autora nos diz, que o rei de Espanha Filipe IV (lembrando que nesse período a coroa portuguesa estava submetida ao governo espanhol), manifestou interesse na criação do Tribunal da Fé no Brasil. No entanto, a Inquisição portuguesa não se interessava em estabelecer um Tribunal no Brasil, então no Brasil ficaram os agentes do Tribunal da Fé com seus olhos vigilantes voltados para as heterodoxias, mas dependentes sempre da sede metropolitana. Cf. op.cit; especialmente às pp. 135-139. Paradoxalmente, a Inquisição portuguesa teve apenas um Tribunal colonial, o de Goa (1560), enquanto a Espanha contou com três: o de Lima (1570), o do México (1571) e o de Cartagena de Indias (1610), cf. SOUZA (1986), p. 280.

processos que deveriam ser julgados em Lisboa demoravam, consideravelmente, dada a distância que separava Colônia e Metrópole.

A competência do Visitador era limitada aos casos mais simples, tais como: bigamia, blasfêmia e culpas menores, até a pena de abjuração. Os culpados de judaísmo e luteranismo deveriam ser remetidos presos ao Reino. No entanto, a tentativa de manter a integridade da fé não foi acossada pela distância. Adquirir a Terra de Santa Cruz para o reino dos céus significava, também, prevenir convivências dos colonos com a ordem econômica e política dos Países Baixos protestantes, os grandes rivais dos Felipes, que lhes disputavam as consciências religiosas e a hegemonia econômica pelo domínio do Atlântico.

As Visitações ao Brasil se deram nos anos de 1591, 1618, 1627 (ao Nordeste); em 1605 e 1627 (ao Sul); em 1763 ao Pará. As três Visitações voltaram-se para as regiões economicamente significativas da Colônia: “as regiões do Brasil mais procuradas e vigiadas pelo Santo Ofício da Inquisição são sempre as de maior prosperidade”. (NOVINSKY, 1972, p.111). Vejamos as tabelas seguintes:

Quadro 2: Número de acusados para o todo o período: 1590 -1780¹²

Total de pessoas vitimadas		
Número total de casos	Região predominante	Cor predominante
35,3	Minas Gerais	Preta (21)
34	Bahia	Branca (20)
30	Grão-Pará/Maranhão	Branca (10)
16,5	Pernambuco	Branca (13)
3,3	Rio de Janeiro	Preta (3,3)
Total: 119		

Organização: da autora (2016).

Quadro 3: Acusados por região e período de 25 anos

Total de pessoas vitimadas			
Período	Número de casos	Região predominante	Cor predominante
1590-1625	32	Bahia	Branca (21)
1625-1650			

¹² Os quadros 2 e 3 foram baseados na obra de Souza (2002), cf. pp. 386 e 387.

1650-1675	1	Maranhão	Branca
1675-1700			
1700-1725	5	Minas Gerais	Preta (5)

Organização: da autora (2016).

Examinando as tabelas, observamos o predomínio das Minas Gerais no século XVIII, e isto num período em que não se realizaram Visitações. Em termos gerais, o que parece claro é que tanto a Inquisição, quanto a Coroa trabalhavam no sentido de trazer as populações destas zonas mais ordenadas e homogêneas. “Nestes pontos nevrálgicos, heresias, feitiços, dissidências, adultérios, incestos, bigamias eram mais ameaçadores e, portanto, menos tolerados.” (SOUZA, 1986, p. 289).

Para Siqueira (2013, p. 189), outras Visitações podem ter sido feitas durante a época colonial. Além disso, para esta autora, os Comissários da Inquisição aqui residentes devem ter sido encarregados de inquirir áreas específicas.

A instalação da Inquisição em 1591, em Salvador, contou com solenidade e com a proclamação dos Éditos da Fé da e da Graça conformando a conduta e a sanção dos hereges. Os Éditos conclamavam a confissões e denúncias. A investigação das heresias no Brasil não apresentava todas as etapas previstas pelo Regimento. De maneira geral, contém confissão, denúncias, ratificações, depoimento de testemunhas, interrogatório dos réus. Alguns contêm o libelo do Promotor e as contradita. Depois disso, o despacho e as sentenças.

A denúncia era o estopim para o patrulhamento dos indivíduos. O julgamento das heresias e apostasias pertencia a um Tribunal, que para além de se preocupar com a salvação do indivíduo, dizia-se preocupado com o bem-estar da coletividade. Punir e condenar os que se opunham as doutrinas católicas e os que renegavam totalmente a fé era condição necessária para impedir a propagação de ideias, consideradas, daninhas à preservação da integridade religiosa.

Podemos, afirmar então, que a Inquisição incitava à delação. E muitos por temerem punições na vida terrena, além de quererem garantir a salvação na outra vida, confessavam os próprios pecados.

Teria sido esse o caso de Frutuoso Álvares, sodomita incorrigível, que já pagara suas faltas com degredo para galés, depois Cabo Verde, e, enfim, para o Brasil, onde estivera suspenso de ordens e punido com pena pecuniária. Já estava castigado, mas foi ao Santo Ofício, rememorar tudo e chorar pelos atos ofensivos que cometera contra Deus (SIQUEIRA, 2013, p. 2018).

Entre as pessoas condenadas pela Inquisição a imensa maioria compunha-se de judaizantes, seguidas de longe pelos culpados de outras naturezas. Para Vainfas (1997), o Brasil foi menos castigado pelo Santo Ofício que as Metrôpoles Ibéricas Goa e a vizinha América espanhola. Siqueira (2013) nos diz que, a infâmia, por exemplo, que marcava os autuados pelo Santo Ofício, não adquiria dimensões tão catastróficas na vida social da província quanto tinha em Portugal.

As peculiaridades da Colônia e a burocracia excessiva tornavam o andamento dos processos mais lentos e passíveis de não resolução. Apesar da atuação do Tribunal apresentar essas peculiaridades na Terra de Santa Cruz, não podemos minimizar sua atuação e nem tão pouco deixar de pensar sobre ela e sobre sua máquina punitiva. O Tribunal puniu menos gente na Colônia, é verdade, mas puniu.

Como na Metrôpole, os acusados por heresia, aqui na Colônia, passavam por etapas de investigações até a fase conclusiva da ação - no período em que os Visitadores estavam na Colônia -. Nos casos considerados graves - o réu era enviado a Lisboa -, se ele não confessasse sua culpa era levado ao tormento.

Quando levado a tormento, o réu já estaria pré-julgado, o que seria apenas um conforto para a consciência do juiz, que, tendo formado sua convicção, apenas reclamava, quase ociosamente, uma desnecessária confirmação. Não se tratava de superar uma dúvida, mas de confirmar uma crença. Se o acusado no tormento negasse a culpa, poder-se-ia repetir o tormento. (...) O tormento visava a descoberta da verdade (SIQUEIRA, 2013, p. 292).

A Inquisição procedia a uma série de preparativos para a aplicação da tortura. Registrava-se tudo: admoestações, negações, tudo o que o preso fizesse e dissesse. Siqueira (2013) nos diz que, a tortura foi usada com parcimônia e temperança pelo Santo Ofício, e que o mesmo órgão nunca torturou até a morte e nem tampouco mutilou seus presos.

Essa visão é alvo de questionamentos feitos por outros historiadores. Souza (1986), Fernandes (2000), Novinsky (1972), Vainfas (1997) por meio de dados obtidos em pesquisas nos processos inquisitoriais, desmontam essa afirmação.

Souza (1986), afirma que existiram vítimas na Colônia que foram torturadas no potro em Lisboa, como é o caso de Mateus Pereira Machado, que foi amarrado “apenas em seis partes, por ter moléstia em um braço,” gritou muito clamando que as chagas de Cristo lhe valessem, e juntamente a coroa do senhor Rei D. José, pediu misericórdia por três vezes,

dizendo que ia acabar de confessar; como não disse nada de novo, continuou-se o tormento até que o assento da Mesa se achasse satisfeito e o devolvesse ao seu cárcere¹³.

O outro caso é do sapateiro baiano José Fernandes, que furtara partículas consagradas por volta de 1760. Ele foi poupado pelo médico; disse este “que o dito réu não estava em termos de mais tormento, de que foi logo tirado, no qual se gastariam destes doze minutos, e chamou muitas vezes por Nosso Senhor Jesus Cristo, e Maria Santíssima que lhe valessem”.

O uso de técnicas sofisticadas de torturas - como o potro e a polé certamente, devem ter deixados marcas profundas em suas vítimas. Vejamos o caso da senhora Ana Rodrigues acusada de judaísmo e morta nos cárceres da Inquisição.

Levada a ferros para Lisboa, morreu no cárcere, mas seu processo seguiu o curso ordinário. Condenada a morrer na fogueira, sendo já falecida, foi sentenciada a ter os ossos desenterrados e queimados junto com seu retrato pintado. Queimada, pois, em efígie. Ana Rodrigues foi um caso emblemático, pois faleceu no cárcere com 100 anos segundo confessou na Inquisição de Lisboa (VAINFAS, 1997, p. 318).

O Santo Ofício aplicava aos seus réus castigos morais, corporais e espirituais. Isolados ou combinados. A expiação da culpa implicava em castigo. Sua aceitação, um consentimento público do réu, que viria provar seu espírito de humildade e suas intenções futuras. “Eternos pecadores, os culpados da Inquisição deveriam ser ainda eternos penitentes” (IDEM, p. 28).

A escala penal oscilava entre as simples penitências espirituais e a morte pelo relaxamento ao braço secular. A fixação da pena dependia da matéria e principalmente da atitude do réu. A matéria era sempre a heresia. As penas determinadas pelas sentenças variavam entre: penas físicas, açoites, degredo, galés, cárcere e relaxamento ao braço secular; e penas pecuniárias que, iam desde o pagamento das custas do processo¹⁴ à pauperização absoluta mediante o confisco de bens. “Longe da fogueira, da pompa dos autos, o Santo Ofício punia meticulosamente a maioria de seus réus. Burocrática e discretamente, punia-os de modo cruel, extirpando lhes de vez a heresia pelo flagelo dos corpos e das vidas” (VAINFAS, 1997, p. 318).

Apesar de estarem longe das fogueiras nossos réus não se livraram dos castigos físicos e dos sofrimentos pessoais como os açoites, as galés, os desterrados, o cárcere, as abjurações, o hábito penitencial perpétuo, além dos mecanismos reeducadores e intimatórios. O açoite era

¹³ Os casos citados nessa síntese foram retirados dos processos inquisitoriais analisados por Souza (1986), especialmente, nas pp.329-330.

¹⁴ Incluíam-se nas custas do processo, as notificações, a conclusão, a sentença sua publicação e, eventualmente, o dinheiro gasto com roupas e velas usadas no auto-de-fé. (SIQUEIRA, 2013, p. 298).

pena vil e dele podiam se livrar diversos condenados, segundo determinava o código filipino: gente de linhagem, prelados, fidalgos, marqueses, condes etc. Também a condenação às galés era pena vil de que se livrariam pessoas de linhagem. Remar sem remuneração pecuniária nas embarcações de sua Majestade ou nelas servir de algum modo era trabalho forçado, estorvado, comum aos homens.

Dedicada a punir mulheres, homens de melhor condição e transgressores menos acintosos, a pena de desterro foi largamente utilizada contra bígamos e nefandos. O degredo implicava na erradicação do criminoso, sua expulsão para longe do lugar onde cometera o delito (VAINFAS, 1997).

Entre 1592 e 1595, se realizaram cerca de dez autos-de-fé na Bahia e em Pernambuco. Deveriam ser com menos pompas e mais modestos em relação aos metropolitanos, mas a partir de 1595 todos os condenados da Colônia saíram em autos-de-fé metropolitanos.

De acordo com Souza (1986), não se tem conhecimento de que os feiticeiros daqui tenham sido relaxados, apesar de se terem enviado bruxos portugueses a fogueira. No entanto, eram açoitados, alguns até que o sangue escorresse abundantemente, e passeavam sua desgraça e humilhação pelas ruas de Lisboa, ante os olhos do Rei, dos príncipes, do inquisidor geral, dos algozes que os tinham inquirido durante meses, e de todo o povo.

Mesmo quando não matava, prendia por longos anos, isolava os réus nos cárceres, mantendo-os longe das famílias e de toda forma de convívio, torturando-os e, não raro, enlouquecendo-os. Após os estados traumáticos e frequentemente letais nos seus calabouços, o Santo Ofício os expunha ao desprezo público, ao ridículo, a humilhação dos autos-de-fé - grandiosos e calculadamente organizados para intimidar, impressionar e aterrorizar os espectadores. (SOUZA, 1986, p. 330).

Os efeitos morais e letais da Inquisição, seja em Portugal, no Brasil, na Espanha ou em outros sítios, não são mensuráveis em números, são traduzíveis nas memórias históricas e nas permanências dos seus efeitos em longa duração.

Rigorosa no final do século XVI e meados do século XVII, o Tribunal da Inquisição chegou a recrudescer a perseguição aos heréticos, nos anos de 1640-50, mas a partir do século XVIII a ação moralizante tendeu a declinar lentamente, em meio às reformas do Marquês de Pombal, responsável, entre outras coisas, pelo enfraquecimento da Inquisição.

Considerações finais

A ação do Tribunal do Santo Ofício estava inserida dentro de uma teia mais abrangente, a Contrarreforma. A ação moralizante do Tribunal integrou o conjunto de estratégias propagadas pela Igreja Católica para disciplinar e cercar o homem moderno no entorno dos valores cristãos.

Punia-se o indivíduo em nome do bem comum, da coletividade. Desejava-se extirpar as ideias questionadoras e contrárias ao catolicismo, pois dessa maneira, acreditava-se estar extirpando também seu enraizamento na sociedade como um todo. O pensamento hegemônico tinha de ser o católico. A perseguição e censura às ideias heterodoxas deflagradas pela Inquisição contribuiu para o atraso de Portugal. Consequentemente, isso também afetou o Brasil, pois na condição de Colônia, seguia as normas estabelecidas pela Inquisição.

Seguir as normas não significou a reedição na Colônia das instituições metropolitanas. Tudo nos Trópicos diferia. O meio, as concepções de mundo e as formas de vida. Por isso, podemos afirmar que o Tribunal do Santo Ofício se adaptou as condições locais e teve em vários momentos que pensar e repensar suas ações para sancionar os conflitos que se levantavam, e eram de caráter, especificamente, da Colônia. Vinculado ao Estado, o Tribunal do Santo Ofício, zelava com o trono pela unidade política que se fundamentava na homogeneidade das consciências na Metrópole e no Além-mar. Urgia acalmar a inquietação que os cristãos-novos impetravam à salvação coletiva. O Santo Ofício era a resposta à necessidade de purificação do Catolicismo, uma tentativa de garantir a união da cristandade.

Para calar os inquietos o Tribunal utilizou diferentes mecanismos de tortura e condenação. Os considerados hereges penaram no potro, na pole, nos cárceres úmidos e sem ventilação, nos desterros, nas galés, nos hábitos penitenciais e, sobretudo, nas labaredas das piras. Esses instrumentos persuasivos enquadraram várias pessoas da Metrópole e da Colônia.

Estratégias práticas de disciplinamento dos corpos e das mentes, a tortura e a condenação feriram e mataram milhares de pessoas. Aqui não importa muito as justificativas que euforizam o ideal que os representantes do Santo Ofício acreditavam; importa mais, constatar a existência de tais práticas e problematiza-las dentro do contexto histórico que lhe é próprio. Essa questão abre o tema para pesquisas futuras ancoradas em fontes primárias e com preocupações voltadas para os mecanismos punitivos.

Apesar do tema da Inquisição já ter sido explorado em várias obras, falta ainda à realização de pesquisas históricas, que deem conta de focar as práticas punitivas – não como um capítulo ou outro de problemáticas que envolvam outros temas –, mas como o tema de pesquisa em si mesmo.

Os inquisidores na Colônia foram ou pretenderam serem portadores de prerrogativas pedagógicas. Acorados na persuasão, no medo e no patrulhamento das consciências, afirmavam os princípios da Contrarreforma no aquém e no além-mar.

REFERENCIAS

Fonte impressa

EYMERIC, Nicolau. **Manual de Inquisidores**. Para uso de las inquisiciones de Esparta y Portugal. Barcelona: Editorial Fontamara, 1821. Traducida del Frances en idioma Castellano, por Don J. Marchena.

Obras consultadas e citadas

ALMEIDA, Fortunato. **História da Igreja em Portugal**. Porto: Portucalense editora. Volume II, 1967.

COSTA, Hipólito José da. **Narrativa da Perseguição**. Porto Alegre: Associação Riograndense de Imprensa. Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.

FERNANDES, Neusa. **A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

LAPA, J. R. Amaral (Apresentação). **Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará**. 1763-1769. Petrópolis: Vozes, 1977.

NOVINSKY, Anita. **Cristãos-novos na Bahia**. 1624-1654. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

SIQUEIRA, Sônia. **O Momento da Inquisição**. João Pessoa. Editora: Universitária, 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. **Brasil de Todos os Santos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

Cronologia da Inquisição¹⁵

1536 - Pela Bula Cum and nihil magis, o Papa Paulo III autoriza o estabelecimento da Inquisição em Portugal.

1591 - Chega ao Nordeste a primeira Visitação do Santo Ofício, que atuaria na Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba até 1595, confiada a Heitor Furtado de Mendonça.

¹⁵ Inspirada na obra de Vainfas (1997).

1604 - Queimada em efígie, em Lisboa, a primeira judaizante moradora no Brasil. Ana Rodrigues, anciã que confessou ter mais de 100 anos quando enviada presa para Portugal pelo Visitador Heitor Furtado, em 1593, ano em que faleceria no cárcere inquisitorial.

1618 - Segunda visitação do Santo Ofício ao Brasil, restrita à Bahia e confiada ao Visitador Marcos Teixeira.

1697 - Morre Antônio Vieira, principal jesuíta do Brasil, divulgador do sebastianismo e defensor dos Cristãos-novos contra a Inquisição. Processado pelo Santo Ofício da Inquisição nos anos de 1660 por apregoar a ressurreição do rei D. João IV.

1737 - Executado na fogueira da Inquisição de Lisboa Antônio José da Silva, codinome “O Judeu”, dramaturgo natural do Rio de Janeiro, descendente de família abastada, acusado de judaizante relapso.

1744 - Morre queimado pela Inquisição, em Lisboa, Pedro Rattes de Henequim, ex-colono nas Minas Gerais, acusado, dentre outras heresias, de dizer que a Virgem era varonil e que o Paraíso Terrestre ficava no Brasil.

1763 - Última visitação do Santo Ofício ao Brasil, circunscrita ao Grão Pará, confiada ao Visitador Geraldo José de Abranches e prolongada até 1769.

1765 - Último auto-de-fé público da Inquisição portuguesa, em Lisboa, no qual é queimado o jesuíta Gabriel Malagrida, ex-missionário no Brasil, acusado de várias heresias.

1821 - Extinção do Tribunal da inquisição em Portugal.

MUSEU DE VOZES: ENTRE LEMBRANÇAS E NARRATIVAS, AS POSSIBILIDADES DE CONHECIMENTO DA HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

Giselda Shirley da Silva*

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida**

Rosângela Soares Braga Indelécio***

Resumo: Este trabalho resultou de reflexões realizadas sobre história e memória e sua contribuição para o fortalecimento de pertencimento a um lugar e uma história. O objeto de estudo é a discussão referente à memória, história e o acervo do “Museu de Vozes” de João Pinheiro, Minas Gerais. O Museu é composto por uma coletânea de entrevistas com pessoas que ajudaram a construir a história do local e regional. A pluralidade de entrevistas que o compõem nos incita a pensar sobre a sua constituição, contribuição social e pesquisa, bem como, a forma como tem sido usado como espaço educativo, contribuindo para a preservação da cultura, construção identitária. A tentativa foi investigar o que está sendo contado sobre a história e cultura local pelos diferentes narradores que fazem parte do Museu de vozes e os sentidos atribuídos às experiências vividas, buscando compreender de que forma este acervo tem sido usado com instrumento educativo e espaço de preservação da memória local e regional. Buscamos embasar o estudo com autores que partilham do solo da História cultural. O empírico foi composto por entrevistas gravadas em áudio e vídeo com quatro pessoas ligadas a organização/gravação do acervo de entrevistas e quatro entrevistados do Museu de Vozes, buscando perceber suas representações sobre o Museu e a relevância do mesmo na visão das pessoas nele inseridas. Optamos pela utilização da História Oral Temática como instrumento metodológico, por entendê-la como uma possibilidade rica de pesquisa e para a captação de sentidos atribuídos a temática em estudo. Foram utilizados também como fonte de pesquisa, documentos, fotografias e as entrevistas contidas no acervo do Museu de Vozes.

Palavras-chave: História. Memória. Museu de Vozes

Abstract: This work resulted from reflections made about history and memory and its contribution to the strengthening of belonging to a place and a story. The object of study is the

* Doutoranda em História pela Universidade de Évora. Mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em História do Brasil pela PUC-Minas. Especialista em Educação a Distância pela Faculdade FINOM. Professora do Ensino Superior. Historiadora e pesquisadora de cultura; religiosidade popular; história local e regional. Responsável pelo Setor de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e Responsável pelo Arquivo Público Genésio José Ribeiro. Membro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. E-mail: giseldashirley@hotmail.com

** Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1975), Mestrado Em Educação Filosofia e História da Educa pela Universidade Estadual de Campinas (1991) e doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: zeneide.cma@gmail.com

*** Mestre em Educação (2013). Graduada em Estudos Sociais (1997), e em História (1998). Especialista em História do Brasil pela PUC –MINAS. Especialista em em Metodologia do Ensino Superior pela FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro (2008), professora da FCJP – Faculdade Cidade de João Pinheiro. E-mail: tutoriajp-rosangela@hotmail.com

discussion related to memory, history and the collection "Voices Museum" of João Pinheiro, Minas Gerais. The museum consists of a collection of interviews with people who helped build the history of the local and regional. The plurality of interviews that comprise it encourages us to think about their constitution, social contribution and research, as well as the way it has been used as an educational space, contributing to the preservation of culture, identity construction. The attempt was to investigate what is being told about the history and local culture by different narrators who are part of the voices Museum and the meanings attributed to the experiences, trying to understand how this collection has been used educational tool and preservation space local and regional memory. We seek to base the study authors who share the soil of cultural history. The empirical consisted of interviews recorded in audio and video with four people connected to the organization / recording interviews acquis and four respondents Voices Museum, seeking to realize their representations of the Museum and the relevance of it in view of the people engaged in it. We preferred using the thematic oral history as a methodological tool for understanding it as a rich opportunity for research and for the capture of meanings attributed to subject under study. They were also used as a source of research, documents, photographs and interviews contained in the Voices of the Museum's collection.

Keywords: History. Memory. Voices Museum

Introdução

Este artigo buscou pensar sobre memória e história e sua contribuição para conhecermos nossa própria trajetória. Com esta ambição, trouxemos para o centro da discussão a criação e contribuição do acervo de memórias de João Pinheiro, município localizado na região do cerrado do noroeste mineiro.

O Objeto de estudo é a relação história e memória e o *Museu de Vozes*, que se constitui em um acervo de entrevistas com 140 entrevistas com pessoas que ajudaram a construir a história local e regional. Este Museu esta sediado na Casa da Cultura e foi idealizado pelos historiadores e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de João Pinheiro e realização conjunta entre Prefeitura Municipal, Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.

Justificamos o interesse por este tema por ter muita afinidade por questões ligadas à memória e a sua relação com a história. Esta ligação esta associada à predileção pela oralidade como forma de narrar e representar o mundo. Ao recordar o tempo da infância, período em que, movida pelo amor a família e a experiências compartilhadas na fazenda de meus avós, tive a oportunidade ímpar de ouvir muitas histórias narradas por eles. Ao cair da noite sentávamos na cozinha, perto do fogão de lenha, para ouvir os “causos” que contavam. Muitas vezes, após o labor cotidiano, meu avô pegava a viola, com voz rouca e o dedilhar nas cordas da viola, contava histórias cantadas, muitas das quais me lembro “de cor”. Nas

histórias narradas, utilizando a memória como fonte inspiradora, contava as experiências vividas, histórias da família e do lugar onde moravam. Narrava, ainda, contos e histórias de assombrações e outras que havia ouvido contar.

As experiências compartilhadas são importantes no repasse dos valores, tradições e das histórias de família, sendo elementos constitutivos da identidade. Dessarte observamos a necessidade em se preservar a memória, fortalecendo os laços de pertencimento a história e ao lugar. Nesse sentido, entendemos que, o resultado dessa pesquisa será importante como forma de divulgação do acervo, sua composição e relevância, podendo, assim, estimular a população regional a conhecer mais sobre si mesma. Em última instância, pode-se afirmar que tal obra se constitui como um exercício de cidadania, levando em consideração que, quem ama, cuida, resguarda, protege.

No âmbito da relevância acadêmica, constitui-se em reflexões sobre a história local, ampliando a historiografia da região e do estado, levando em consideração a carência de estudos sobre a região.

O objetivo do estudo é refletir sobre memória e história, sua relação e contribuição para a construção da identidade local e cultural e apresentar a experiência de construção do acervo de memórias de João Pinheiro. Objetivamos também refletir sobre a contribuição do “*Museu de Vozes*” como veículo de preservação da memória e história local,

Para meditar um pouco sobre esta questão, retomamos a mitologia grega para perceber a inter-relação entre elas; refletindo sobre Mnemosyne e Clio, deusa da memória e musa da história. A mitologia desempenha sua função de contar, e em universo simbólico apontam-se os registros que constituem e atribuem sentido ao fazer humano ao longo da trajetória humana. Busca-se fundamentar o estudo embasando em autores que partilham do solo da história cultural.

O empírico compõe-se de entrevistas temáticas realizadas com dois grupos específicos: O primeiro deles composto por quatro pessoas ligadas a criação/divulgação do acervo de memórias do Museu de Vozes, sendo: o profissional responsável pela execução, edição e finalização das 140 entrevistas, um conselheiro do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, o Secretário da Cultura, a Presidente do Conselho gestor da Casa da Cultura. No segundo grupo, entrevistas com quatro pessoas que são integrantes do Museu de Vozes para que relatem sua forma de ver o Museu e como se sentem em participar do mesmo.

Foi também feito uma pesquisa na documentação disponível na Casa da Cultura relacionada ao Museu de Vozes. As fontes utilizadas da Casa da Cultura foram escritas e

iconográficas, entre elas, as fotos de lançamento das edições do Museu de Vozes, vinhetas de abertura e as 140 entrevistas disponíveis no acervo.

1-MNEMOSYNE E CLIO – FONTES DE INSPIRAÇÃO CRIADORA

Na Grécia Antiga a memória possuía papel ímpar na sociedade, visto como algo sobrenatural e divino. Esta importância representava-se na figura da deusa da memória Mnemosyne, diva da memória, recordadora por excelência, era uma deusa do panteão grego, mãe das musas que protegem a arte e a História.

Hesíodo (1991) narrou que da união de Gaia (a terra) e seu cônjuge, Urano (céu) surgiu uma grande descendência, da qual fazia parte Mnemosyne, que se constitui na personificação da memória. Ela concedia aos poetas e adivinhos a capacidade de regressar ao passado e lembrá-lo para a coletividade, deixando os fatos memoráveis para a posteridade. Esta associada à própria existência, interligando passado, presente e futuro.

No universo mitológico grego, Zeus, Deus dos Deuses, possuiu Mnemosyne por nove noites seguidas e dessa união nasceram nove Musas, entre as quais, Clio, a musa da História. Hesíodo poetizou esse fato:

Na Piéria gerou-as, da união do Pai Cronida
memória rainha nas colinas de Eleutera,
para oblvio de males e pausa de aflições.
Nove noites teve uniões com ela o sábio Zeus
longe dos imortais subindo ao sagrado leito.
Quando girou o ano e retornaram as estações
com as minguas das luas e muitos dias findaram,
ela pariu nove moças concordes que dos cantares
tem o desvelo no peito e não triste ânimo,
perto do ápice altíssimo do nervoso Olimpo,
aí os seus coros luzentes e belo palácio
Junto a elas as Graças e o Desejo têm morada
nas festas, pelas bocas amável voz lançando
dançam e gloriam a partilha e hábitos nobres
de todos os imortais, voz bem amável lançando
(HESÍODO, 1991, p. 130--131)

Desde o início dos tempos, os homens deixavam registrados os fatos importantes para que não se perdessem e servissem de exemplo às pessoas vindouras. Mnemosyne inspirava o “guardar de cor”, contar e por meio das palavras, repassar histórias, sagas, valores e ensinamentos. Clio, uma de suas filhas, musa da História, toma para si o estilete da escrita e

se responsabiliza por deixar registrados os fatos memoráveis, lançando mão do mundo das letras, sendo a História a energia que impulsiona a aventura humana. Cícero afirmou que a “História é a mestra da vida”, dessa forma, memória e história são fundamentais para a humanidade e ultrapassa a própria existência do homem como indivíduo.

Walter Bejamim escreveu que:

Mnemosyne, deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica. Esse nome chama a atenção para uma decisiva guinada histórica. Se o registro escrito do que foi contido pela reminiscência - historiografia - representa uma zona de indiferenciação criadora com relação às varias formas épicas... Sua forma mais antiga, a epopéia propriamente dita, contem em si, por uma espécie de indiferenciação, a narrativa e o romance. Em outras palavras, a rememoração, musa do romance, surge ao lado da memória, musa da narrativa, depois que a desagregação da poesia épica apagou a unidade de sua origem comum na reminiscência. (BEJAMIM, 1987, p. 211)

Podemos perceber pelas palavras do autor como as lembranças contribuem para a transmissão dos acontecimentos de uma sociedade e de uma geração para outra.

Quando o historiador tece os fios da História através de suas narrativas, ao registrar fatos, falas, expressões, gestos, ações, estes jamais se perderão, tornando-se imemoráveis. Maria Tereza Ferraz Negrão de Mello, ao escrever sobre Clio e sua Presença entre nós (2002, p.29), reflete sobre sua biografia, atributos e representações e pondera que, reconhecer Clio e “sua importância” na História, “domínio que ela representa, significa, no entrecruzamento aqui adotado, tentar situá-la, a um só tempo, na linhagem dos deuses e dos homens. Naquela, a fabulação comovente, nesta, a força que aciona desde sempre a aventura humana.”.

Segundo a autora, é pesado o fardo de Clio, mas de grande relevância seu revestem seu ofício, “nas tantas performances que ostenta e que nos incitam a indagar seus sentidos plurais. Captá-la, em sua figuração primordial, é iniciativa que nos remete ao tempo dos deuses, quando as musas são criadas.” (NEGRÃO DE MELLO, 2002, p.29) Cabe ao historiador contar uma história, e no ato de contar a história de Clio e suas representações, ela narra que:

Clio passou a existir a partir do amor adúltero de Zeus, deus dos deuses, o ultimo filho do tempo e Mnemosyne, personificação da História. A Clio cabia alegrar o coração dos mortais. As musas são figuradas de modo a realçar seus atributos, e no caso de Clio, quase sempre identificamos linguagem pictórica e estatuaria portando, em uma das mãos, a trombeta, e na outra o rolo de papiro com o texto de Tucídides, historiador do século V antes de nossa era. Por personificar a História, algumas imagens mostram-na apoiada ao globo terrestre, tendo ao lado a Clepsidra, aludindo assim sua onipresença espacial e temporal. (NEGRÃO DE MELLO, 2002, p.30).

Ao refletir sobre a relação de Clio e Mnemosyne, as naturais conexões determinados pela relação filial, a musa da História possui forte ligação para com Mnemosyne. Nesse sentido, História e memória preservam fortes ligações, constituindo-se uma área que viabiliza inúmeras reflexões.

Refletindo sobre as memórias compartilhadas, Cléria Botelho da Costa (2001) retoma a antiga Grécia, aos trovadores do tempo de Heródoto e Tucides quando declaravam em público longas histórias sobre o seu tempo. A historiadora relata que os fatos eram narrados pela voz do poeta, a épica não era somente a exposição dos acontecimentos, mas o ato que dava existência aquilo que descrevia. Nesse sentido, a autora elucida que esses narradores eram vistos como iluminados por serem capazes de transmitir oralmente os ensinamentos de seu tempo. “Eram os escolhidos da deusa Mnemoyne, que os ungia do poder de decorar aqueles longos ensinamentos, livrando-os das mazelas do esquecimento. Desde então, a memória e aprendida como guardar de cor, decorar.” (COSTA, 2001, p. 81).

Na concepção dessa autora, lembrar não é apenas reviver o passado, mas reconstruí-lo. Contar os acontecimentos para transmitir sabedoria e conhecimentos, como ainda o faz os griots em alguns locais na África. Na África e em muitas outras sociedades consideradas ágrafas, a tradição oral constitui-se como um fator de grande relevância para a construção/reconstrução da história, sendo veículo transmissor da cultura, história e identidade.

A oralidade é uma das primeiras formas utilizadas pelo homem para se comunicar e transmitir sua cultura, saberes, fazeres, crenças. Contar é próprio do homem, constituindo-se no momento de recriar no presente os fatos e experiências passadas. Assim, “as narrativas, a despeito de serem fragmentadas, continuam existindo como reinterpretação dos fatos do presente ou do passado”. Tradições vivenciadas na plenitude de uma vida compartilhada através da narrativa, de valores simbólicos e culturais comunicados de geração para geração, como dissera Walter Bejamim, a habilidade de narrar é a “faculdade de intercambiar experiências [...] uma forma artesanal de comunicação.” (BENJAMIN, 1994, p.197-205).

Ao pensarmos na narrativa como essa maneira de transmitir experiências, é possível perceber que esta tem sido reduzida na sociedade contemporânea, em que nos pautamos no tempo do relógio, das correrias e das ações voltadas para a produção e consumismo. Dessa forma, o narrador, figura entre os mestres e sábios, diz Magalhães, (2001, p. 88).

(...) nos séculos XX e XXI, essa memória e essa imaginação populares são limitadas pelo pouco tempo que dispomos para o ócio. O homem desses séculos, sobretudo o cidadão, tornou-se escravo do tempo do relógio que regula a hora de pegar o filho na escola, de chegar ao trabalho, de ir ao supermercado. Com isso foram reduzidas às possibilidades de serem contadas e ouvidas às histórias dos grandes históricos, como faziam seus antepassados. Assim, não dispõe de tempo para ouvir a história do amigo que seu filho deseja contar, as longas conversas dos avós, dos sogros, agora interpretadas como caduques. (COSTA, in: COSTA & MAGALHÃES, 2001, p.75).

São as dúvidas, inquietações e questionamentos que se constituem no motor do conhecimento. Ao pensarmos sobre a construção / reconstrução do saber, percebemos que são essas inquietações que fazem com que o conhecimento nunca seja pronto e acabado, mas construído a cada dia e novo olhar do pesquisador. As inquietações, próprias dos domínios da História, possibilitam a sua constante escrita e (re) escrita. Assim, a memória e oralidade constituem-se em um fator fundamental para a sua constante construção.

A narrativa oral continua oferecendo contribuições para o mundo contemporâneo, mantendo viva a estrutura de sentimentos dos homens, retomando a intersubjetividade e individualizando-os. E para finalizar, rememoro que o homem retrógrado, no presente, não é aquele que não sabe ler nem escrever, porque este sabe contar histórias, mas aquele que não é capaz de ouvir a voz do coração, o sentimento dos homens. (COSTA, 2001, p. 84)

Nesse ato de narrar e deixar para a posteridade os fatos vividos, os homens contribuem para a existência dessa área do saber que estuda o fazer humano ao longo do tempo. Pensando nesta constante construção da qual todos nós fazemos parte e os significados a ela atribuídos, debruçamos sobre o projeto de memória realizado pelo município de João Pinheiro.

Museu de Vozes: A arte de contar as experiências de vida

Neste subitem apresentamos o “Museu de vozes”, criado pelo Decreto nº736/2011 depois do pedido do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Pinheiro ao Prefeito Sergio Vaz Soares. A sua finalidade é destinado a “recolher, gravar, preservar e divulgar as histórias de vida de pessoas do município, além de fomentar e divulgar a de um acervo de memórias para a preservação das memórias individuais e coletivas de pessoas do município e região”. Na contemporaneidade engloba 142 entrevistas orais com pessoas que ajudaram a construir a história do município.

Para conhecermos um pouco do que consiste este museu composto de entrevistas orais, precisamos inicialmente entender o que elas são. A palavra entrevista se origina do francês *entrevoir* e significa, na concepção de Maria Lucia Garcia Pallares Burke (2000, p.11)

[...] vislumbrar, ver brevemente, de relance ou perceber e entender vagamente-, esse é um gênero fluido, cuja convenção é a informalidade e cujo produto é relativamente desestruturado e assistemático. Assim, ao contrário do trabalho acadêmico acabado e coeso, a entrevista pode ser vista como uma espécie de gênero intermediário entre o pensamento e a escrita elaborada, como um gênero capaz de apreender a ideia em movimento e, nesse sentido, como algo que pode ser considerado não um substituto, mas sim, um complemento aos textos mais estruturados.

Observamos pelas palavras da historiadora que a própria palavra entrevista esta carregada de sentido, subjetividade e intencionalidade. Ao fazer as entrevistas, o objetivo foi/é, possibilitar a cada pessoa entrevistada neste projeto que se revele coisas e experiências de vida que não estão escritas, ou não reveladas. Estimulá-los a contar suas histórias, experiências e memórias e deixa-las para a posteridade.

A ideia de criar o “Museu de Vozes” surgiu nas reuniões do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, composto por membros representantes do poder publico e da sociedade civil. Este conselho consultivo possui entre seus membros historiadores/pesquisadores que reconhecem e utilizam a história oral em suas investigações históricas.

A partir das experiências desses pesquisadores e debates realizados em momentos de reuniões ao discutir sobre a história e cultural local e regional, pensou-se em criar um arquivo de memórias sobre a história local. A ideia fora apresentada ao gestor do município e ao Secretário de Cultura/, que a abraçaram e proporcionaram o aparato legal, por meio do Decreto que criou o Museu de Vozes.

Os custos para a gravação do acervo foram, desde o início, subsidiados por recursos do ICMS Cultural repassados ao município pelo Estado de Minas Gerais e depositados na Conta do FUMPAC- Fundo Municipal do Patrimônio Cultural¹ que, em conformidade com seu decreto de criação, deve ser gerido pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.

Este projeto foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros, os quais apresentaram os nomes de pessoas que na concepção dos mesmos, deveriam ser entrevistados. As indicações independeram do nível socioeconômico, partido político, religiosidade, formação escolar e ou ancestralidade, sendo diverso o público nele inserido.

¹ Lei nº 1.262/2006 institui o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural e dá outras providências, relacionando também os objetivos e o que se destina.

Essa definição dos nomes a serem entrevistados partiu da ideia de que todas as pessoas fazem história, em todo tempo e lugar, acreditando como poetizou Ferreira Gullar:

A história não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbio, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros e esquinas. Isso eu quis fazer minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, essa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida. (FERREIRA GULLAR, *apud*, VIEIRA, 1989).

Nesse sentido, a história torna-se um leque de possibilidades ao valorizar pessoas e fatos que antes não se constituíam em objetos de estudo.

O acervo do Museu de Vozes, desde sua criação foi produzido em três etapas de realização das entrevistas. A primeira foi constituída de 60 entrevistados, a segunda 45 e a terceira, 35, totalizando 140 pessoas. A segunda e terceira etapa foi gravada na gestão do Prefeito Carlos Gonçalves, cujo Secretário da Cultura é Eduardo Mendes Oliveira que narrou sobre o processo legal de gênese dessas duas etapas:

Para ampliar um acervo desse nível é necessário todo um processo legal e burocrático. Foi necessário que se fizesse licitação para que déssemos andamento no projeto. Visando facilitar a produção das entrevistas a serem realizadas na segunda e terceira etapa, em reunião com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural decidimos que se comprássemos todo o equipamento necessário par filmar, gravar editar as entrevistas, ficaria mais acessível, pois, daí em diante, seria necessário somente à licitação para a prestação de serviço para as demais edições. Para comprar os equipamentos foram utilizados recursos oriundos do ICMS Cultural disponíveis na Conta do FUMPAC. Os conselheiros aprovaram por unanimidade a aquisição dos equipamentos e desde então, temos feito somente o contrato para a realização das entrevistas e edição, o que facilita o trabalho. E possibilitou a execução de mais duas edições, sendo uma executada em 2014 /2015 e outra, 2015/ 2016 totalizando 140 entrevistas que está disponível a população na Casa da Cultura sediada no Sobrado Geralda Campos Romero.

O acervo do Museu de Vozes foi/esta sendo gravado em áudio e vídeo desde 2011 quando foi lançada a primeira etapa com 60 entrevistas. Esta fase é composta por pessoas mais idosas, pois este foi o primeiro critério observado na seleção das pessoas que seriam entrevistadas. Por meio de licitação e depois contrato, a empresa vencedora deu início às gravações. Os historiadores integrantes do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural definiram que as entrevistas seriam gravadas pautando-se nas histórias de vida e observando os aspectos metodológicos e cuidados a serem tomados para a realização do trabalho. Foram criadas algumas questões norteadoras para a realização das entrevistas, sendo estas somente

um ponto de partida, caso o narrador tenha dificuldade de falar de si nem seja necessário um direcionamento para a sua realização. De forma geral, essas questões não são enviadas para as pessoas entrevistadas, preferindo deixá-las falar livremente sobre sua trajetória, escolhas, implicações de suas experiências para sua família e para a sociedade na qual esta inserida.

Agendadas previamente pela Secretaria da Cultura, as entrevistas eram gravadas, posteriormente editadas em pequenos vídeos temáticos inseridos em um menu de apresentação. Dessa forma, ao ver o vídeo, a pessoa pode escolher vislumbrar a narrativa como um todo, ou em partes, conforme cada tema abordado pelo narrador. As narrativas “brutas”, ou seja, sem edição são arquivadas em local separado, como parte do acervo da Casa da Cultura. Os vídeos de cada narrador são gravados em dois DVDs de igual teor, sendo que, um dos arquivos é entregue ao narrador e outro, fica no acervo da Casa da Cultura de João Pinheiro no local de exibição do Museu de Vozes. Wellington Nei falou da forma como realizou as entrevistas já realizadas e editadas:

Com a experiência de produtor de TV e habilitado em História direcionava as entrevistas e coletava objetos e imagens relacionadas às narrativas do entrevistado. Em muitas experiências, os entrevistados se emocionavam ao lembrar-se de fatos que estavam esquecidos, ou que machucavam, muitas vezes faziam silêncios carregados de significados, engolindo em seco, sendo necessário ter sensibilidade e até atos de carinho, como um abraço. Nestes casos, eu esperava a pessoa se recompor e depois retomava a entrevista. O tempo de entrevista variava de pessoa para pessoa, sem limitação, muitas vezes passando uma tarde inteira para gravar 60 minutos editados. Houve entrevistados em que o conhecimento e o desejo de contar eram tamanhos que foi necessário dividir a entrevista em vários dias. Após a realização da entrevista eu fazia a edição por temas, colocando um menu no início do DVD com o assunto abordado naquele subitem. Ao todo, nas entrevistas dos 140 entrevistados renderam mais de 1500 pequenos vídeos com duração de 3 a 15 minutos cada vídeo produzido por temática.

O tempo de duração de cada entrevista diversifica-se muito, sendo definida pelo tempo que destinaram a realização das entrevistas, disposição do narrador e da forma como conduziu seu discurso feito de forma informal e no local por ele escolhido para a gravação das suas narrativas. Em muitas entrevistas, a fluidez das narrativas fazia com que a entrevista fosse realizada por horas, como bem disse Eclea Bosi (1994, p.39) “lembança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito.”.

Da mesma forma que a produção do discurso foi informal, também o foi à forma de vestimenta e o visual do narrador.

Uma das finalidades do Museu de Vozes é a disponibilização do acervo ao público para pesquisa, entendendo a relevância das mesmas para conhecer a história local e regional e para pesquisas realizadas em diferentes áreas do saber levando em consideração a pluralidade de assuntos abordados nas entrevistas.

Ao falar da relevância desse acervo, entrevistamos o profissional contratado para a realização, edição e finalização das entrevistas, Welington Nei da Silva² que nos contou sobre sua percepção acerca da importância atribuída pelo narrador em relação às entrevistas concedidas ao Museu de Vozes, bem como, a importância do que foi narrado para a história local. Segundo ele,

Quanto mais humilde é a pessoa é pessoa entrevistada, mais feliz ela ficou em fazer parte do Museu de Vozes e sempre dizia uma frase “Mas essas coisas que eu te falei tem alguma utilidade?” O entrevistado se sentia muito lisonjeado contando coisas simples, do dia-a-dia, que eu falava ser de extrema importância para conhecer a história do município.

Ao pensar sobre a importância das entrevistas do Museu de Vozes para o registro das trajetórias de vida individuais e da coletividade, para o repasse das histórias de família, da cultura, tradições, ofícios, saberes e fazeres, entendemos serem muito gratificante para o conhecimento de outras histórias, de fatos que permanecem na memória e são reelaborados e recriados na narrativa, que permite ver o individual e o coletivo, elementos fundamentais na identidade cultural do lugar. Ecléa Bosi (2003, p. 15) ponderou sobre o valor das narrativas orais e da memória dos idosos e que “a memória dos velhos pode ser trabalhada como mediadora entre nossa geração e as testemunhas do passado. Ela é o intermediário informal da cultura.” Nesse sentido, contribui para o repasse das tradições, valores, saberes e fazeres.

Em diversas entrevistas, reflexões sobre questões gerais relacionadas à cultura, história local e regional surgem naturalmente quando os narradores contam suas próprias histórias. Em relação a este aspecto, Welington narrou:

Na verdade, foi possível perceber que as histórias individuais, ou seja, as histórias de vida se entrecruzam mostrando que as experiências de um se relacionam as experiências de outros. No âmbito da história do município, foi possível ver que ele se formou dentro de uma coletividade. Por exemplo, muitos contam da falta de infraestrutura e que eles próprios tomavam decisões, como por exemplo, se juntavam para construir estradas, pontes e roçados para lavouras. Sempre alguém ajudava. É possível perceber também elementos culturais muito fortes. Exemplificando, o modo de fazer biscoito, a prática de

² Historiador, jornalista, profissional responsável pela realização das entrevistas, edição e finalização das 140 entrevistas já realizadas desde a criação do Museu de Vozes.

cuidados com os fornos, coisas do cotidiano, o jeito de preparar os alimentos, o uso de frutos do cerrado tanto no âmbito alimentarem, como na fabricação de utilitários, como por exemplo, os bambus, usados para fazer os utensílios, o balaio, o berço da criança, a esteira do carro de boi, copos, colheres.

Estes aspectos comuns na narrativa nos fazem pensar nas experiências compartilhadas, muitas vezes tão comuns e ao mesmo tempo, muito individuais, possibilitando o recriar da existência e da própria condição de vida diante das dificuldades e labuta diária, uma vez ser muito recorrente mencionarem questões do cotidiano e das dificuldades encontradas, sendo semelhantes na diferença. Para Halbwachs:

(...) uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p. 31)

Refletindo quanto às ideias do autor, percebe-se que a memória coletiva contribui para a construção identitária de pessoas e grupos que participam de realidades semelhantes, experiências compartilhadas e práticas culturais comuns. Welington Nei ao falar sobre os pontos comuns abordados nas narrativas apontou que:

A maioria dos entrevistados é procedente de outras regiões e ou municípios de Minas e que vieram para cá trazendo seus parentes, o que nos permite ver que seus hábitos e culturas, influenciando na cultura local. O que mais me chamou a atenção até hoje foi à recorrência nas narrativas em relação à falta da medicina oficial e o número de mortes prematuras pela falta de assistência médica, hospitais e remédios. E o fortalecimento da medicina popular. Percebi também a riqueza de conhecimentos relacionados a música e uso de instrumentos musicais, sem, no entanto, ter escolas destinadas a esse fim. O aprendizado era praticamente individualizado ou ensinado pelas pessoas mais velhas do lugar, sendo um saber relacionado às tradições e repasse por meio da oralidade. A religiosidade era muito forte e as pessoas movidas pela fé.

Observamos pela narrativa acima que nas entrevistas estão presentes questões ligadas a procedência de muitas famílias que hoje residem no município, as dificuldades relacionados à falta de infraestrutura, ausência da medicina oficial, surgimento e permanência de práticas voltadas para uma medicina rústica, popular, praticadas por pessoas leigas visando minimizar as dificuldades encontradas, questões ligadas a religiosidade, entretenimento, saberes e fazeres das pessoas no cotidiano para melhorar suas condições e qualidade de vida,

O Museu de Vozes é motivo de orgulho para João Pinheiro, por não existir em nenhuma cidade da região, arquivos com finalidades semelhantes. A historiadora, Maria Célia

da Silva Gonçalves, Presidente do Conselho Gestor da Casa da Cultura de João Pinheiro, espaço de guarda e exibição do acervo narrou sobre o valor do mesmo para o registro das memórias individuais e coletivas.

Acredito que a criação do Museu de Vozes foi um marco para a história local e queira Deus, para a historiografia pinheirense. Sempre observamos nossos idosos partirem sem deixar os relatos e suas histórias de vida, isso sempre inquietaram a nós, historiadores regionais. Acredito que a gravação desse acervo seja um marco para a história de nossa cidade/afirmando identidades, valorizando o nosso povo. Esse museu de Vozes constituiu-se em um grande manancial de fonte de informação sobre nossa história e memória, cabendo agora aos historiadores os estudos e escritos com essas fontes.

Pensando na relevância social dessa coletânea de entrevistas, a historiadora ressalta a necessidade de pesquisas e de estudos baseando-se nos registros orais ali disponíveis. É um acervo eclético que traz a baila questões relacionadas à cultura, educação, mundo do trabalho, religiosidade, tradições, saúde, festas populares, culinária, saberes e fazeres construídos e reconstruídos ao longo do tempo.

O Secretário da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de João Pinheiro em exercício durante a execução da segunda e terceira etapa do Museu de Vozes falou sobre o significado da participação na produção desse acervo:

Na verdade o que significou para mim contribuir para a execução das etapas do museu de vozes, enquanto Secretário Municipal da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, foi aprender a valorizar a cultura e a história. Foi satisfatório assumir a gestão da Secretaria e dar andamento em um projeto que já estava sendo realizado, no caso em questão, viabilizar a realização da segunda e terceira etapa do Museu de Vozes. Refiro-me ao fato desse museu de histórias de vida contribuir para a preservação da cultura e da memória. Através do museu de vozes é possível contar e recontar um pouco mais da história local. O sentimento que fica é de dever cumprido por conseguir executar um dos objetivos da Secretaria apesar das dificuldades encontradas. Parabens ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e os colaboradores que de forma direta ou indireta, contribuíram para a execução do projeto. Quero demonstrar minha gratidão por feito parte deste grupo de trabalho. Destaco a importância de realmente deixar este acervo registrado na história para que futuramente os nossos filhos, netos, e bisnetos possa conhecer o que nós vivíamos ou vivemos e ainda mais, o que seus ancestrais viveram, pois, sabemos que a cada geração a história é um pouco diferente.

Pensando em formas de representação dos narradores sobre a importância do Museu de Vozes, buscamos apresentar aqui alguns fragmentos de entrevistas nas quais a pessoa falou sobre o sentimento de ser inserida neste projeto ou sua concepção sobre o Museu de Vozes. Um dos narradores, Joaquim Silveira, filho de família tradicional do lugar e vereador por

cinco mandatos apresentou seu modo de pensar sobre o Museu de Vozes e a necessidade de preservação da memória.

Toda vida eu sempre fui um conservador. Sempre gostei de conservar as coisas. Eu acho que esse Museu já devia estar sendo feito já há muito tempo, porque nós não podemos deixar no ostracismo estes dados, estas coisas que tem que ficar para a história. Porque é muito importante. Eu até hoje ainda falo: estas beiradas de rodovias ai, que ainda tem aqueles pedaços de cerrado, eu acho muito bonito e penso que não devia deixar acabarem estes pedaços de cerrado que ainda existem abeirando as rodovias, para que, as crianças de amanhã venha, a saber, o quê que era um cerrado. Então, a história é muito importante, a gente conservar e deixar para nossos filhos, netos, par ao futuro. Eu sou totalmente a favor e no que pudermos colaborar a gente que colaborar, tem que contar e mostrar o que foi a história. Além de tudo é muito bonito. É muito bonito quando a gente lembra-se do Antônio Romero, do José de Freitas, do Sr. Lilico... Pessoas antigas, mas que já trabalharam por João Pinheiro, já fez muito por João Pinheiro e às vezes não tem o reconhecimento hoje. Porque que eu fui o vereador aqui de João Pinheiro que mais deu nomes as ruas da cidade e nunca apresentei projeto para dar nome a alguma rua que não fosse de João pinheiro, para que permanecesse na história aqui. Para ficar preservado na história o nome deles. É preciso lembrar-se das pessoas do lugar, para que isso fique registrado para o futuro, o nome das pessoas que passaram e que ajudou o município, mas não podem ser esquecidas.

Em relação à forma de ver o Museu de Vozes e sua importância, assim narraram alguns entrevistados da terceira edição: Maria Furtado, Manoel Furtado e Antônio Geraldo Cardoso.

Eu fico muito grata de participar deste Museu. Eu achava que minha vida não tinha muito significado para a comunidade. Foi muito bom, mas eu acho que outros mereciam estar neste lugar, não eu, mas já que vocês me acharam digna de gravar a minha história, eu só tenho que agradecer. (Entrevistada: Maria Furtado)

Considero uma alegria muito grande. Vou morrer e minha memória vai ficar para meus amigos ouvirem e contarem um par ao outro. (Entrevistado: Manoel Furtado).

Como pinheirense tenho muita satisfação de ver o nosso município, porque mesmo os gestores do passado não tiveram a preocupação da memória e cultura de nossa cidade. Eu tentei ser um pouco diferente, com as limitações da época... Mas, ver o trabalho que vocês fazem aqui, este trabalho é maravilhoso. eu sei que tirar dinheiro para a cultura, em uma prefeitura que as vezes não tem dinheiro para comprar um remédio par ao Pronto Socorro não é um negócio fácil. Não é uma decisão fácil. Criticar é fácil, mas tomar a decisão de quem esta lá não é fácil. De qualquer maneira, o fato de você estar aqui fazendo este trabalho, não sei qual é seu vínculo com o município, mas, tenho que parabenizar a gestão municipal por, de alguma maneira dar a vocês a condição de fazer este trabalho. Este é um trabalho eterno e muito bonito. Ele não vai acabar nunca

porque você vai ter sempre alguém para contar uma história. (Entrevistado: Antônio Geraldo Cardos).

Ressaltamos a contribuição do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural neste projeto de memória. Nesse sentido, um dos membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, gestão 2014/2016, em entrevista para a escrita deste artigo narrou que:

Sou conselheira do Conselho Municipal de patrimônio Cultural e me sinto muito honrada de poder fazer parte deste projeto de preservação de memórias cuja ideia nasceu nas reuniões do Conselho ao discutir sobre a necessidade de preservar estas memórias. A ideia foi gestada, e, por meio de ações do Conselho em parceria com a gestão municipal, na época, sob o governo de Sergio Vaz e em âmbito de Secretaria da Cultura, sob a gestão de Paulo Roberto Maciel e Jessinayder Couto, e presidência do Conselho de Vandeir José da Silva, foi criado o Museu de Vozes e gravada as primeiras 60 entrevistas. Nos conselheiros opinamos e sugerimos nomes que foram selecionados e gravados às entrevistas. Posteriormente, na gestão de Carlos Gonçalves, prefeito municipal e Eduardo Mendes Costa, presidência do Conselho de Vandeir José da Silva foi gravada mais duas etapas deste Museu de Vozes, com 45 e depois com 35 entrevistas. Dessa forma, conseguimos, por meio desta ação conjunta, Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Secretaria da Cultura, criar um “banco de memórias que eu considero sumamente importante para a preservação da memória e história do município e região. Este Museu de Vozes é o único que temos conhecimento na região e a história de vida das 140 pessoas já entrevistadas constituem em uma riqueza ímpar para a região, pois, preserva as histórias de vida, histórias de família, da cultura, religiosidade, e da própria região. Do ponto de vista da pesquisa, é de uma riqueza grandiosa, pois são mais de 1500 vídeos editados englobando as temáticas abordadas nas entrevistas, tornando-se um empírico fabuloso para pesquisadores de diversas áreas do saber levando-se em consideração as diversidades de temas abordados. Temos muito a agradecer a todos os membros do Conselho que deram a sua contribuição para a realização deste projeto de beleza ímpar. Creio eu que, este seja uma das grandes contribuições deste conselho para o registro e divulgação da história local e regional

O Museu de Vozes visa valorizar a diversidade cultural e a trajetória de vida de cada um, entendendo que história é feita de pessoas que a seu modo deram a sua contribuição para a história, por isso, o acervo é diverso e composto de diferentes seguimentos sociais e plural em sua composição, sendo um espaço aberto e democrático, acreditando no valor das histórias de vida como fonte de transformação e repasse de conhecimento, histórias e memórias.

Considerações finais

Ao tecermos as considerações finais deste estudo, entendemos ser de suma importância a contribuição da memória para a história. É perceptível a estreita relação que se estabelece entre elas, sendo distintas, porém, interligadas. Elas mantêm vínculos complexos,

sendo interpretadas de formas diferentes, conforme os olhares dos homens, as relações de poder e as formas de ver e pensar nas diferentes culturas, espaços e tempos.

Percebemos que a história oral é a narrativa dos fatos na visão de quem conta. Nesse sentido, esse acervo de memória possui uma função social de grande relevância. Todavia, o pesquisador, ao trabalhar com narrativas orais é preciso ter ciência de que, narrar não é apenas contar, é muito mais que isso. Ao fazê-lo, a pessoa está rememorando suas experiências, organizando, reconstruindo as imagens que ficaram de um tempo que já se foi, trazendo para o presente as lembranças do passado.

Ao trabalhar com narrativas orais, o pesquisador está valorizando a memória individual e social, entendendo que todo indivíduo é um ser constituído a partir de valores educacionais, sociais e culturais adquiridos ao longo da vivência cotidiana e da partilha com seu grupo de vivência. Entendemos que esta construção faz parte do passado que é revivido não somente no trabalho, no lazer, na vida diária, mas fundamentalmente nos costumes cultuados e perpassados de geração para geração através da oralidade.

O *Museu de vozes* é uma experiência ímpar para o conhecimento e divulgação da memória local, tanto no aspecto da pesquisa quanto da preservação das memórias e histórias tanto individuais quanto coletivas, no repasse dos valores e tradições. Maurice Halbwachs (2006) alerta que toda memória individual é também coletiva. Nessa perspectiva, constitui-se em um elemento importante na construção da identidade local e como veículo de repasse dessas memórias, sendo um rico instrumento a ser utilizado em prol da pesquisa abordando a História e as diferentes áreas do saber em decorrência da pluralidade dos temas nele abordados. Salientamos também o seu valor no aspecto da educação patrimonial, devendo este ser um trabalho contínuo e constante, visando deixar para a posteridade suas histórias, memórias, tradições culturais.

Temos ciência da relevância desse *Museu* e das conquistas já realizadas em relação à composição do seu acervo, todavia, ainda há desafios a ser vencidos, entre eles, a disponibilização dessa coletânea para a população, levando em consideração a contribuição das tecnologias e a viabilização a pessoas que residem em diferentes espaços desse imenso planeta e que possuem, de alguma forma, sentimento de pertencimento a esse lugar e história. Fazemos esta afirmação a partir das reflexões de Eclea Bosi que sabiamente fala da reponsabilidade social que temos ao trabalhar com memórias e com a história oral: “Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (2003, p. 69).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Trad. Sérgio Paul Rouanet. 7edª, São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas; v.1)

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COSTA, Cléria Botelho Da. et alii. **Um passeio com Clio.** Brasília: Paralelo 15, 2002.

_____ et. al. (orgs). **Contar História, fazer História: história, cultura e memória.** Brasília: Paralelo 15, 2001.

HALBAWACHS, Maurice. **Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HESÍODO. **Teogonia - A origem dos deuses.** Trad.comentada de Jaa Torrano, São Paulo, Iluminuras, 1991.

LE GOFF, J. **História e Memória.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MAGALHAES, Nancy Alcício. Vozes e Poderes de Diferentes pensadores. In: COSTA, Cléria Botelho Da. & MAGALHÃES, Nancy Alessio. **Contar história, fazer história – História, cultura e memória.** Brasília: Paraeleo15, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória. A cultura Popular revisitada.** São Paulo: Contexto, 1992.

NEGRÃO DE MELLO, Maria Tereza Ferraz. **Clio, a musa da História e sua presença entre nós.** In: COSTA, Cleria Botelho da. **Um passeio com Clio.** Brasília: Paralelo 15, 2002.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **As muitas faces da História.** Nove entrevistas. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

VIEIRA, Maria do Pilar Peixoto. Et alii, **A pesquisa em História.** São Paulo: Ática, 1.989.

REPRESENTAÇÕES DOS DEVOTOS DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO PARTO NA VILA DO MORRO EM SÃO FRANCISCO (MG)

João Gualberto Vieira Dias*
Maria Célia da Silva Gonçalves**
Margareth Vetis Zaganelli***

Resumo: O artigo tem por fito analisar o processo de construção/ reconstrução da festa de Nossa Senhora do Parto na Vila do Morro, distrito de São Francisco, no Estado de Minas Gerais (MG), no sentido de desvelar como esta manifestação festivo/religiosa vem sendo ressignificada ao longo do tempo, e repassada às gerações futuras. Utilizamos a metodologia qualitativa e a memória como ponto fundamental de análise por acreditarmos que a memória e as narrativas orais são veículos importantes de repasse de saberes e fazeres, entre eles, a festa e o festejar a Nossa Senhora do Parto na Vila do Morro, sendo esta tradição repassada aos mais jovens através da oralidade.

Palavras-chaves: Representações. Festa de Nossa Senhora do Parto. Religiosidade

Abstract: This article has the aim to analyze the process of construction / reconstruction of the feast of Our Birth Lady in Morro Village, San Francisco district in the State of Minas Gerais (MG) , to reveal how this festive manifestation / religious It has been re-signified over time , and passed on to future generations. We use a qualitative methodology and memory as a key point of analysis because we believe that memory and oral narratives are important vehicles for the transfer of knowledge and practices , including the party and partying Our Childbirth Lady in Morro Village, being this tradition passed on to younger through orality.

Keywords: Representations. Feast of Our Lady of Childbirth . Religiousness

1 INTRODUÇÃO

“... os desejos da Virgem Santíssima, que todos eram Oh! Quando chegará aquele dia! Oh! Quando chegará aquela ditosa hora, em que veja com meus olhos e em meus braços ao filho de Deus e meu! Oh! Quando... Estes desejos da senhora começaram na concepção e acabaram no parto.”

* Licenciado em História pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) E-mail: JBbetto@yahoo.com.br

** Aluna do Pós-Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutora em Sociologia e Mestre em História pela Universidade de Brasília - UnB. Especialista em História Pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em História do Mundo Moderno e Contemporâneo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora de Sociologia e Trabalho de Conclusão de Curso, coordenadora dos Cursos de História e Geografia da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP. Membro Laboratório Transdisciplinar de Estudos da Performance (TRANSE) SOL/UnB. E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

*** Doutora em Direito (UFMG). Mestre em Educação (UFES). Estágios de Pós-doutorado na Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB) e na Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO). Professora Titular de Direito Penal e Processual Penal e de Teoria do Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Bioethik* (UFES). E-mail: mvmetis@terra.com.br

“O mistério do evangelho é a concepção do verbo no ventre virginal de Maria Santíssima; o título da festa é a expectativa do parto e desejos da mesma Senhora, de baixo do nome do Ó, e porque o Ó é um círculo, e o ventre virginal outro círculo” (Pe. Antônio Vieira)

O município de São Francisco está localizado na região norte do Estado de Minas Gerais, às margens direita e esquerda do rio São Francisco, totalizando uma área de 3.314,87 quilômetros quadrados, que abrange espaços rurais e urbanos, com uma população de 53.829 habitantes, sendo que desses 47.794 se declararam católicos (IBGE, 2010). São Francisco possui quatro distritos: Vila do Morro, Lapa do Espírito Santo, Vila São Vicente e Santa Isabel.

A região Norte do Estado de Minas Gerais se resente de publicações de sua cultura, tradições e história. A partir de uma produção historiográfica que discuta os elementos constitutivos da **Festa de Nossa Senhora do Bom Parto na Vila do Morro**, localizada a 25 km da cidade de São Francisco (MG) é que optamos por investigar a significação cultural dessa festa para os seus participantes.

Entendendo que a cultura é ao mesmo tempo singular e transcultural, o diálogo referenda esse propósito, porque na dimensão de sua singularidade, de acordo com Panikkar (1998), cada cultura expressa sua identidade por meio dos seus próprios critérios de bondade, beleza e verdade, porém é também transcultural, porque cada cultura constitui-se não como um instrumento de uma sinfonia, mas como a própria sinfonia, e nessa manifestação se caracteriza por uma escuta amorosa de outros ritmos, enriquecendo a maneira de tocar a própria partitura, fazendo, entretanto, ecoar uma harmonia que se estabelece entre as diversas naturezas do diálogo. (SÍVERES, 2015, pp. 75-76)

Por meio das experiências vividas, percebemos a necessidade de pesquisar e realizar uma investigação histórica que possua relevância social, contribuindo para o entendimento da relação entre identidade e promessa. A identidade encontra-se “profundamente ligada a uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais e à construção do Estado brasileiro” (ORTIZ, 1986). Para Ortiz “Identidade é uma construção simbólica [...] não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos” (ORTIZ, 1986, p.8).

Os rituais, encenações, apresentações ou artefatos são construídos da memória coletiva de uma sociedade. Neste contexto, podemos inferir que os idosos são muito saudosistas e fazem da sua realidade e de suas lembranças momentos de descontração ao contar suas histórias do vivido na comunidade pesquisada.

Para estudar o significado do culto a Nossa Senhora do Parto para a comunidade de Vila do Morro, faz-se necessário definir o que é História.

Segundo Jenkins,

A história é um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado, que é produzido por um grupo de trabalhadores cuja cabeça esta no presente (e que nossa cultura, são na imensa maioria historiadores assalariados), que tocam seu ofício de maneiras reconhecíveis uns para os outros. (FRON, *apud*, JENKINS, 2005, p.52).

Refletindo sobre as palavras do autor, percebemos que a história é um discurso produzido sobre o passado e não está desprovido de subjetividade, pois o historiador leva consigo seus pressupostos teórico-epistemológicos, valores e concepções. Nesse sentido, o passado é o fato acontecido e o historiador trabalha com os vestígios do passado, procurando dar sentido ao acontecido.

Objetivamos com este ensaio contribuir com a preservação desse Patrimônio Imaterial, entendido por Arantes como, “a proteção e a valorização dos conhecimentos, formas de expressão, celebrações e lugares que singularizam os diferentes grupos formadores da sociedade nacional e seu território, tal como estabelece a Constituição Federal brasileira,” (ARANTES, 2004, p.11-18). Patrimônio imaterial relaciona-se com os bens de natureza imaterial, ou seja, os saberes e fazeres historicamente construídos e que se relacionam à cultura de um povo.

Almejamos que este trabalho possa analisar o processo de construção e reconstrução da comunidade e de que forma esta festa promessa tornou-se um acontecimento aglutinador de uma comunidade e como vem sendo ressignificada ao longo do tempo, visto que foi através da festa promessa que se originou a Vila, segundo relatos de D. Carolina Mendes Paraíso de 57anos¹: “A festa teve como marco inicial uma promessa que o fazendeiro Marcelino Paraíso fez para sua esposa Raquel”

Investigar o sentido da Festa de Nossa Senhora do Parto na memória dos moradores da Vila do Morro é relevante por acreditarmos que através da oralidade os mais velhos vão transmitindo os valores, hábitos e costumes aos mais jovens. Segundo Halbwachs “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós.” (HALBWACHS, 2006, p.29).

¹ Moradora da Vila do Morro 57 anos, entrevista cedida no dia 06/02/ 2011.

Nesta discussão abordamos alguns aspectos que envolvem a memória dos moradores sobre o passado e a modernidade. Hall a discute com Giddens quando fala que “a Modernidade, em contrastes, não é definida” (HALL, 2006, p.15) e continua, “as práticas sócias são constantemente escaninadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias praticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter” (GIDDENS, 1990, *apud*, HALL, 2006, p.15).

Nesta perspectiva partilhamos com Giddens que as informações recebidas vão aos poucos ressignificando e alterando constitutivamente os costumes. Buscamos analisar o que ficou na memória compartilhada por homens e mulheres, “que vivenciam um espaço de tempo e criam sentido, acreditando no valor de sua participação enquanto seres de seu tempo” (GONÇALVES, 2005, p.7) A memória é um instrumento que pode estar ligando o passado com o presente. Segundo Bosi, “a memória dos velhos pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado” (BOSI, 2003, p.15), refletindo sobre palavras da autora podemos concluir que a memória dos velhos é fonte viva da história.

E nesse vínculo entre o vivido e o que ficou na memória dos moradores è que compartilhamos com Kuyumjian que considera

Cabe lembrar que a história cultural como espaço de trabalho e campo historiográfico é lugar por excelência de encontros com vizinhos, convivência coerente com um modo de ver e “arrumar” o lugar que habitamos e a maneira pela qual ali dispomos nossos objetos. (KUYUMJIAN; MELLO, 2008, p.17)

Deste modo, o cotidiano dos moradores e as manifestações religiosas vão tecendo uma colcha de retalho e os espectadores não apenas assistem à festa de Nossa Senhora do Parto nas dela participam. Nesta perspectiva, Barros argumenta com Irarrazaval sobre festa como “,, o que há de mais importante na vida. Resume todas as buscas humanas e simboliza a vitória sobre as penúrias e dificuldades do dia-a-dia. Sintetiza as sensibilidades, trajetórias históricas, vivencias e visões de fé. A festa significa viver a liberdade” (IRARRAZAVAL, *apud*, BARROS, 2002, p. 59). Nesta linha de argumentação os moradores de Vila do Morro vivem as efervescências desta liberdade.

O presente trabalho foi realizado à luz da História Cultural, a qual permite confrontar as fontes e responder os seguintes questionamentos: Como se iniciou a festa? Como o culto a Nossa Senhora do Parto chegou no Brasil e na Vila do Morro? Qual o significado da festa promessa para os moradores da Vila? De que forma vem sendo ressignificada e o que tem feito para a preservação da festa? Como é a participação das comunidades circunvizinhas? Qual a

relação da Santa com as gestantes e quais são os pedidos de proteção e como é a adoração após o parto? Muitas das respostas à estas indagações é o que procuramos ressaltar, ao longo deste ensaio.

2 Maria de muitos nomes: origem da devoção à Nossa Senhora da Expectação do Parto ou Nossa Senhora do Ó

A Devoção mariana pode ser considerada como um importante ponto de observação do catolicismo, de seu desenvolvimento e de suas involuções. Maria é a imagem e o modelo da forma "primitiva" da Igreja, e uma de suas fontes. Desde os primórdios do Cristianismo registra-se a presença da devoção mariana. Seus milagres são lendários e ainda hoje estão sendo-lhe atribuídos muitos deles, em todas as partes do mundo. Seu papel na vida e crenças dos fiéis tem evoluído com o tempo, mantendo seu lugar privilegiado no coração do ser humano (BARNAY, 2014).

Maria é a mais complexa, terna e pungente figura celestial, dentre as figuras santificadas das religiões em todo o mundo. Pouco mencionada nos Evangelhos e quase ausente nos atos dos apóstolos e nas Epístolas de Paulo, objeto de um culto sem igual, compreender Maria significa penetrar no coração da fé católica (AUGIAS; VANNINI,2013).

A devoção mariana assumiu várias faces, ao longo da história do cristianismo: um dos muitos nomes que Maria recebeu foi a de Nossa Senhora do Parto. A devoção à Nossa Senhora do Ó ou da Expectação do Parto surgiu na cidade de Toledo, na Espanha, remontando à época do X Concílio, presidido pelo arcebispo Santo Eugênio, quando se estipulou que a festa da Anunciação fosse transferida para o dia 18 de Dezembro. Sucedido no cargo por Santo Ildelfonso, este determinou que essa festa se celebrasse no mesmo dia, mas com o título de Expectação do Parto da Beatíssima Virgem Maria. Pelo fato de, nas vésperas, se proferirem as antífonas maiores, iniciadas pela exclamação (ou suspiro) "Oh!", o povo teria passado a denominar essa solenidade como Nossa Senhora do Ó. Portanto, a festa da Expectação do parto da Santíssima. Virgem tinha como objetivo lembrar as alegrias de Maria, em sua doce espera: "*As antífonas do Ó*".

No Brasil, uma das marcas do catolicismo brasileiro é sua devoção mariana, que sempre esteve presente, desde o início da colonização portuguesa. São muitos os significados da imagem de Nossa Senhora, ao longo da história brasileira. No período colonial, a devoção mariana marcava as épocas do ano e as horas do dia. Em todos os lugares

existia uma imagem de Maria, e até mesmo nos navios negreiros estava presente a imagem de Nossa Senhora do Rosário, ligada à ocupação da África pelos portugueses.

Existem muitas tradições de devoção à Maria dentro da grande devoção mariana no Brasil, dentre essas encontramos o culto e a devoção a Nossa Senhora da Expectação do Bom Parto ou do Ó, trazida para o Brasil com os portugueses e que popularizou-se com a freguesia de Nossa Senhora Do Ó, em São Paulo.

A imagem de Nossa Senhora da Expectação do Parto ou do Ó, representa a Virgem Maria com seu ventre sagrado desenvolvido, tendo as mãos sobre o peito, e no ventre encontramos as inscrições J.H.S. A devoção e o culto à virgem do Parto povoam o imaginário religioso representado na maternidade divina de Maria. Imaginário aqui entendido como: “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens em todas as épocas, constituíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2004, p. 43), assim neste clima de magia coletivo podemos levantar uma relação entre a devoção a Santa com os pedidos de proteção na hora do parto. Pois é grande o número de promessas que são pagas durante a novena.

Acreditamos ser de grande importância à festa para as comunidades circunvizinhas, pois ao aproximar a grande Festa religiosa de Nossa Senhora do Parto, nota-se uma grande movimentação de fieis na comunidade de Vila do Morro. É notória a preparação espiritual dos religiosos e a seleção criteriosa de tudo que é necessário para a apresentação e a participação dos fieis que participam da festa

Optamos por trabalhar com pesquisa qualitativa por acreditar que a memória e as narrativas orais estão presentes na comunidade de Vila do Morro e é repassada aos mais jovens através da oralidade. É através desta oralidade que os mais jovens conhecem sua identidade, pois a comunidade carece de pouca documentação da festa. Os mais velhos vão transmitindo os valores, hábitos e costumes da festa, segundo Richardson:

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo. Esta no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análise qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno. As anotações de campo e a transcrição de entrevista são lidas pelo pesquisador como se fosse um texto acadêmico, à procura de novas formas de compreender determinado fenômeno, (RICHARDSON, 1999, p.102-103).

É importante que ao entrevistar o pesquisador consiga compreender o indizível, nas falas dos narradores. Pois o pesquisador deve ser capaz de ouvir, compreender, perceber e

transcrever a fala do narrador. Neste sentido, o pesquisador deve estar atento as falas do seu entrevistado sendo capaz de esquecer-se de si mesmo. Para Bosi, “narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas importantes”, (BOSI, 1998, p.61), nas palavras da autora a entrevista envolve responsabilidade um pelo outro gerando laços de amizade.



Foto 03 e 04 - moradores da comunidade em entrevista de grupo focal² e participando da novena. Foto arquivo do grupo GDP (da Escola Estadual Elpídio Fonseca).

Utilizamos de fontes orais, acreditando-se na importância da prática do diálogo que são fontes vivas da história. A esse respeito Benjamim (1998, p. 75) escreve “o ouvinte deve esquecer-se de si mesmo para melhor gravar aquilo que ouve”. A cumplicidade entre narrador e ouvinte é de suma importância, é necessário criar laços de simpatia, amizade e confiança. Bosi ressalta

O principal esteio do meu método de abordagem foi à formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não induz apenas uma simpatia e confiança que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito. (BOSI, 1998, p.37).

Para trabalhar esta oralidade a pesquisa foi realizada com os seguintes critérios: entrevista de grupo focal, entrevista semi-estruturada com diferentes gerações, pois desta forma pode-se perceber como esta festa tem sido repassada entre os moradores e de que forma

² É uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta dados por meio das interações grupais ao discutir um tópico sugerido pelo autor. Nesta técnica o mais importante é a interação que se estabelece entre os participantes. Quanto ao tamanho do grupo, este deve ter geralmente de 06 a 10 participantes. Uma pré-seleção pode ser feita para identificar os que melhor se enquadram nos critérios definidos. http://www.guarulhos.sp.gov.br/destaques/programa_urbal/grupo_focal.pdf. Acesso dia 09/10/2011.

vem sendo ressignificada. E de conversas informais com moradores, tanto da Vila do Morro como das regiões próximas, empregamos, também, recursos de áudio e vídeos para posteriormente serem registradas.

3 Iconografia da imagem de Nossa Senhora do Parto

Nossa Senhora do Parto é invocada principalmente pelas mulheres durante o período de gestação ou na hora do parto. Assinala Pimentel (2009) que Nossa Senhora do Bom Parto teve muitos devotos em vários países e em épocas diferentes e que o seu culto é tradicional na França, na Espanha, em Portugal e na Itália aparecendo com dominações semelhantes, tais como Nossa Senhora do Bom Parto, Nossa Senhora do Divino Parto e Nossa Senhora da Expectação ou do Ó.

No Concílio de Trento, entre 1545 e 1563, muitas imagens sagradas foram consideradas não ortodoxas pela Igreja e acabaram na mira dos inquisidores. Segundo Maranhão, “esse concílio se reuniu para reavaliar os dogmas religiosos, o comportamento da Igreja e definir as medidas a serem adotadas diante da expansão do protestantismo”, (MARANHÃO, 1999, p.163). O Concílio manteve os dogmas católicos, porém muitas imagens foram trocadas, modificadas ou destruídas, Segundo Lima.

Muitas imagens foram trocadas pela da Nossa Senhora do Parto, vestida de freira, com o ventre disfarçado pelas roupas, ou mesmo pela imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, mais condizente com os ventos moralistas de então. No século XX quando se voltou a falar e pesquisar o assunto, muitas imagens antigas foram encontradas sob os altares das Igrejas, (LIMA, 1956, p.256).

Das imagens renascentes de Nossa Senhora do Bom Parto é descrita por Etzel da seguinte forma,

É esta santa imagem de pedra, mas de singular perfeição. Têm de comprimento seis palmos. No avultado do ventre sagrado se reconhecem as esperanças do parto. Está com a mão esquerda sobre o peito e a direita tem-na estendida. Está cingida com correia preta lavrada na mesma pedra e na forma de que usam os filhos de meu padre Santo Agostinho, (ETEL, 1985, 35).

Esta imagem é descrita por Lima no livro *Historia de Nossa Senhora em Minas Gerais*, com pequenas diferenças.

Nossa Senhora da Expectação ou do Ó sempre apresenta a mão esquerda espalmada sobre o ventre avantajado, em fase final de gravidez. A mão direita pode também aparecer em simetria à outra ou levantada. Encontram-se imagens como esta com a mão segurando um livro aberto ou também uma fonte, ambas significando a fonte da vida. Em Portugal essas imagens costumavam ser de pedra e, no Brasil, de madeira ou argila, (LIMA, 1956, p.2570).

É possível notar pequenas diferenças quanto à imagem de Nossa Senhora, a figura de Maria tem sido utilizada a serviço de questionável projeto evangelizador no período medieval. Utiliza-se o dogma da virgindade para justificar preceitos de moral sexual. Na iconografia remanescente Maria aparece com o ventre avantajado, com estado adiantado pela gravidez, e venerada como N. S. da expectativa do Ó, fazendo referências aos apelos dos fiéis aos pedidos de proteção na hora das invocações, Ó virgem venerável, Ó espelho de justiça, e venerada pelas mulheres na hora do parto. Uma das mais famosas esculturas brasileiras de Nossa Senhora do Parto é a da matriz de Vila Boa de Goiás, que, atualmente, se encontra no Museu de Arte Sacra da capital goiana. Para Lakatos,

Iconografia abrange a documentação por imagem, compreendendo gravuras, estampas, desenhos, pinturas, etc., porém exclui a fotografia. É fonte preciso do passado [...] favorecendo a reconstituição do ambiente e estilo de vida das classes sociais do passado, da mesma forma que o cotidiano do dia a dia de nossos antepassados (LAKATOS, 2003, p. 182).

Para Lakatos, a fotografia faz parte da iconografia, porém referem-se a um passado menos distante.

A devoção e o culto à Virgem do Parto, apesar das divergências dos teólogos, quanto à representação de sua maternidade divina, nunca foi abandonada pelo povo cristão. As homenagens a Ela são oferecidas em datas diferentes, conforme as localidades. A festa nesse trabalho é entendida com a presença de Maria no meio dos fiéis aquela que aproxima o mundo do sagrado ao mundo humano. “A presença é um estar no mundo e na história, mas não como algo que se insere no mundo, mas como algo que revela ser um eu-mundo. Por isso, não existe a separação entre o eu e o mundo porque formam uma única constelação, e tal disposição seria um estar no mundo como devir, como um ser estando passando da realidade para a possibilidade.” (SÍVERES, 2015, p.95)

Lima (1956) escreveu que no Brasil, o culto iniciou-se à época da colonização, com o Capitão donatário Duarte Coelho, na Capitania de Pernambuco. Te ndo fundado a Vila de Olinda. Onde era venerada uma imagem de Nossa Senhora do Parto. Uma imagem pequena

com cerca de dois palmos de altura, entalhada em madeira e estofada, de autoria e origem desconhecida. A tradição reputa esta imagem como sendo milagrosa, tendo vertido lágrimas em 28 de julho de 1719.

O autor supracitado, continuou suas reflexões acerca da trajetória de devoção da Imagem, que no Brasil existem poucas Igrejas dedicadas a Nossa Senhora com esse título, as mais conhecidas ficam no antigo povoado da Palhoça, em Florianópolis, Santa Catarina, construída em 1868. Em São Paulo o bandeirante Manuel Preto fundou uma Igreja e o bairro bem conhecido até hoje. LIMA comenta, “Os mesmos bandeirantes por sua vez levaram a devoção para Minas Gerais, onde, em Sabará, se erigiu a magnífica Capela de Nossa Senhora do Ó, em estilo indo Europeu, atualmente tombado pelo Ifhan³” (LIMA, 1956, p.261).

É perceptível que esta festa representa a manifestação da fé à padroeira e a manifestação da cultura local. Porém, segundo moradores entrevistados por dois anos (2006 – 2007) esta não foi realizada em toda sua plenitude. Por isto verifica-se que o desenvolvimento deste artigo acerca desse patrimônio imaterial é extremamente indicado e se faz necessário, por se tratar de uma estratégia de preservação da cultura local e uma forma de transmitir às gerações futuras a sua importância.

4 A etnografia da Festa de Nossa Senhora

“O povo brasileiro, catequizado por sacerdotes católicos, sempre teve por costumes iniciar as primitivas povoações pela construção de uma capela”. (SILVEIRA, 1969, p.35)

Na epígrafe acima, ao descrever sobre a história da cidade de Francisco Sá, o memorialista Olintho da Silveira, reforça a ideia existente de que a religião é um dos principais fatores responsáveis pelo surgimento das cidades no Brasil durante a época colonial, característica esta que se prolongou até o início do século XX.

Segundo entrevista semiestruturada, a festa de Nossa Senhora do Parto realizada em Vila do Morro iniciou-se aproximadamente no final do século XIX para início do século XX. O Brasil neste período estava vivendo o novo regime, depois da queda da monarquia. Neste período, as missas eram rezadas em latim e os padres, durante a celebração, permaneciam de costas para os fiéis. Ao fiéis também não eram permitidos ler a Bíblia, só os padres tinham esse privilégio.

³ Órgão do Ministério da cultura que tem a missão de preservar o patrimônio cultural brasileiro
[Http://portal Ifhan.co.br](http://portal.ifhan.co.br). Acesso 03/09//2011.

A festa teve como marco inicial uma promessa que o fazendeiro Marcelino Paraíso fez para sua esposa Raquel. A mesma estava em trabalho de parto e as parteiras disseram que não teriam como realizar o parto e que mãe e filho morreriam. Como Marcelino do Morro (assim ficou conhecido popularmente na comunidade) era muito católico rogou a Deus para salvar sua esposa e filho, que se tudo corresse bem ele faria uma novena para Nossa Senhora do Parto enquanto vida tivesse. Mãe e filha se salvaram e seu Marcelino começou a pagar a promessa, pois era grande a sua gratidão pela graça recebida. Então construiu dentro de suas terras uma pequena capela e doou à santa.

Grande parte de nossas cidades surgiram a partir desta prática. Omegna aponta a religião como demarcadora das áreas destinadas à sede da cidade. Através desse autor podemos constatar que o terreno escolhido para urbanizar era muitas vezes doado a um santo, segundo Omegna:

A extensão da terra escolhida pra o sitio a se urbanizar é doado ao santo padroeiro, por um dos sitiantes ou o senhor do engenho ou o proprietário. O patrimônio fica sendo da igreja. Os santos, vezes há, interferem na fixação exata do local e limites da sua cidade, (OMEGNA, 1961, p.71).

Na maioria das vezes, doava-se a terra em nome de determinado santo (a), com capela construída ou por construir, segundo Moura.

Como os senhores medievais fundadores e patronos de igrejas e mosteiros, os fazendeiros às vezes doavam algumas capelas, com a doação em vida ou em testamento ... A fortuna deles eram as terras (...). Doavam um pouco das muitas que lhes sobravam, (MOURA, 1998, *Apud*. CARDOSO, p.35).

Na descrição dos autores é possível entendermos como a Igreja exercia influencia sobre os fazendeiros. Era visto com bons olhos os fazendeiros que doassem parte de suas terras para os santos, ou melhor, para a igreja católica, e não era poucos os que faziam doações. Desta forma a igreja católica continuava o seu domínio com a ajuda dos fazendeiros que dominavam a economia da época.

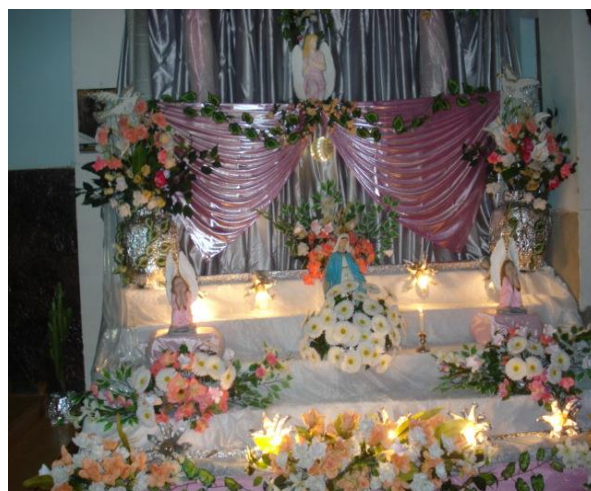
Inicialmente segundo Sr. Jose Pereira da Silva (Zé de Fulô)⁴

‘quando começaram as primeiras novenas os devotos para chegarem até a pequena capela seguiam os trilhos do gado, pois neste período, ainda tinha muita mata virgem e

⁴ Morador da Vila do Morro, 62 anos, entrevista cedida no dia 06/02/2011.

durante as nove noites rezava o terço com uma Ladainha de Nossa Senhora, que até hoje conserva a pronuncia errada do latim’,

Na narrativa de Sr. Jose Pereira é possível notar o saudosismo presente na memória, quando fala de mata virgem sem desmatamento e dos trilhos na mata.



Imagens 05 e 06 altares Nossa Senhora do Parto 2008 e 2009- onde é possível observar que há uma preocupação em renovar a estrutura do altar- **foto** cedida pelos professores da Escola Estadual Elpidio Fonseca do grupo GDP 2008. É possível notar que imagem 3 Nossa Senhora do Parto é representada com menino Jesus nos braços, já na imagem 4 com o verte avantajado a espera do parto.

5. Os nove dias que antecedem a santa missa

Segundo moradores a festa tem início com a novena de Nossa Senhora do Parto, que é um costume antigo da localidade de Vila do Morro. É uma mistura de fé, devoção, crença e tradição que vem passando de geração em geração. É um dos movimentos católicos mais fortes da localidade e que mobiliza todos os moradores de Vila do Morro e comunidades vizinhas. O costume foi herdado por novas gerações que tem o cuidado de manter suas origens, apesar de algumas ressignificações.

A novena acontece sempre no mês de julho de cada ano. Atualmente inicia-se sempre numa quinta-feira e finaliza-se na sexta-feira da semana seguinte; para que ao sábado aconteça a Santa Missa.

Enquanto a novena é rezada acontece à queima de fogos, anunciando o começo da reza, os mistérios do terço, o momento da ladainha e à hora das “vivas”. A novena tem início

com a reza do terço⁵, logo em seguida reza-se a ladainha, a oração da novena e a bênção dos noiteiros.

As diversas Ladainhas utilizadas na Igreja podem ser divididas em três partes: introdução, o corpo e a conclusão. Na comunidade de Vila do Morro durante os festejos da festa de Nossa Senhora do Parto ainda hoje conserva à pronuncia errada do latim, herdada das pessoas mais antigas. Segundo Ferreira, a palavra ladainha é uma oração formada por uma serie de invocações curtas e respostas repetitivas, (FERREIRA, 2001, p.415), normalmente é rezada após o terço, como sugere o autor à oração é uma serie de repetições de que pode ser cantada ou rezada. Quando rezada a dirigente da novena vai rezando na frente e os fieis vão repetindo as invocações.

Kyrie eleison. Christie eleison. Kyrie eleison
Christe, audi nōs.
Christe exaudi nōs,
Pater de coelis Deus, Miserere nobis.
Fili Redemptor mundi Deus, miserere nobis.
Spiritus Sancte Deus, miserere nobis.
Sancta Trinitas, unus Deus, miserere nobis

E continua as suas orações:

Ò Jesus, por intermédio de vossa mãe santíssima, daí-nos um coração perfeito para vos amar e seguir vossos ensinamentos. Daí-nos um coração que aspira acima de tudo a grandeza celeste. Meu Jesus vos agradeceu o privilégio que vos destes de ter sua mãe como nossa também. Daí nos força para cumprir fielmente a vossa vocação cristã. Queremos ser filhos fieis de Maria Santíssima durante a vossa caminhada aqui nesta terra: Ó mãe santíssima abençoai-nos. Nós vos saudamos virgens Maria, filha santíssima do pai eterno, modelo acabado de virtude, obras primas do criador, honra da humanidade. Nós te saudamos Virgem Maria que concebestes por milagre do Espírito Santo, cheia de graça, bendita entre todas as mulheres. Honrada com todos os dons, nós te saudamos, ó mãe de Deus, Virgem santíssima, esposa puríssima do patriarca São José que até em vosso parto, não perdestes nem a mínima parte de vossa virgindade nem sofrestes as dores com que o criador visite as pobres filhas de Eva.

⁵ Segundo o guia de religiões populares o terço também conhecido como rosário, que em latim significa “jardim das rosas” é um colar utilizado para contar as orações. O terço consiste em cinco mistérios. O terço consiste em cinco grupos de contas pequenas (os mistérios) separados por contas maiores. O colar é fechado por uma imagem de nossa senhora; dela sai um apêndice com cinco contas e o crucifixo. As contas menores que representa os mistérios são em grupos de 10 onde se reza 10 Ave- Maria e um Gloria ao Pai e na junção das contas maiores se reza um Pai e Nosso. Para rezar o rosário completo exige, portanto, que sejam dadas três voltas no terço. Ao terminar todos os mistérios, é recitado o Salve- Rainha, que encerra a devoção. (GUIA DE NOVENAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA, SD. PADRES MISSIONARIOS DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA).

Esta oração é rezada de forma cadenciada, o dirigente vai lendo a oração e os fiéis presentes vão repetindo. Nota-se neste momento a fé em nossa Senhora do Parto e os pedidos de renovação na vocação cristã. A concepção de Cristo por obra do Espírito Santo e papel de Maria aos olhos de Deus perante as outras mulheres esta presente em toda oração.

Aos sábados dia dedicado a Nossa Senhora reza-se o ofício de nossa senhora, costume herdado dos povos mais antigos da região.

MATINAS

*Agora lábios meus, - dizei e anunciai
Os grandes louvores – da virgem Mãe de Deus.
Sede em meu favor, ó Virgem Soberana,
Livrai-me do inimigo – Com vosso valor.
Gloria seja ao Pai – Ao Filho e ao Amor também
Ele é um só Deus – em pessoas três.
Agora e sempre – E sem fim. Amem.
(Por todos os séculos – dos séculos. Amem.)*

HINO

Deus vos salve, virgem – Senhora do mundo,
Rainha dos céus – E das virgens Virgem.
Estrela da manhã, - Deus vos salve, cheia
De graça divina, - formosa e louça.
Daí pressa, Senhora – Em favor do mundo,
Pois vos reconhece – Como defensora.
Deus vos nomeou – Já lá ‘ab aeterno’
Para a Mãe do Verbo – Como o qual criou
Terra, mar e céu – E vos escolheu
Quando Adão pecou – por esposa de Deus
Deus a escolheu. – E já muito dantes
Em seu tabernáculo – Morada lhe deu.

Ouvi, Mãe de Deus – Minha oração,
Toquem vosso peito – os clamores meus.

ORAÇÃO:

Santa Maria, Rainha dos céus, Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, Senhora do mundo, que a nenhum pecador desamparais, nem desprezais; ponde, Senhora, em mim os olhos de vossa piedade e alcançai-me de vosso amado Filho o perdão de todos os meus pecados, para que eu, agora venero com devoção Vossa Santa Imaculada Conceição, mereça, na outra vida, alcançar o prêmio da bem-aventurança, por mercê do vosso

benditíssimo Filho, Jesus Cristo Nosso Senhor, que com o Pai e o Espírito Santo vive e reina para sempre. Amém.

Conforme o texto podemos verificar que o ofício de Nossa Senhora tem o texto de alusões bíblicas é popularmente encontrado em vários livros de oração e cartilhas manuais de irmandades. Existem varias melodias próprias para o tempo comum, para a quaresma, e para o velório. O ofício de Nossa Senhora é muito popular na comunidade. Há pessoas que pedem para rezar na hora do parto e na hora da morte. Assim a vida fica nele profundamente ligada. O povo não se separa vida e religião. Segundo comunidade Canção Nova

Podemos dizer que ele è uma oração para defender a Imaculada Conceição - que sofreu grandes combates, no século XII, por parte de teólogos, até o dia 8 de Dezembro de 1854, quando Pio IX, depois de consultar os bispos do mundo inteiro, declarou e definiu como dogma de fé, a doutrina da Imaculada. Uma antiga tradição diz que Nossa Senhora se ajoelha no céu, quando alguém na Terra, reza o Ofício. (CANÇÃO NOVA, 2004, p.7).

É interessante observar segundo moradores que no início e durante as primeiras décadas o envolvimento era só de familiares e os vizinhos mais chegados da família. Mas o milagre espalhou por toda região e os devotos da santa começaram a vir acompanhar a novena e ficavam os nove dias. Começaram a fazer barracas de folhas de plantas como a piteira e pau-doleo, como não existia luz elétrica fazia faixos⁶. Assim foi surgindo às primeiras residências fixa com o tempo.

No início e durante as primeiras décadas, o envolvimento das famílias na festa era total, pois o objetivo era venerar a fé em Nossa Senhora do Parto. Mas a festa foi ganhando grandes proporções e os primeiros organizadores decidiram realizar os primeiros leiloes que era de prenda doada pelos participantes.

Depois foi surgindo as noiteiras⁷ responsáveis pela confecção de bandejas e de dois homens para serem os noiteiros e o presidente ficando responsáveis em arrematá-las.

No início as bandejas era feitas de uma grande variedade de biscoitos típicos da região, tais como: o ginete, feito de goma, ovos, açúcar e queijo. A peta que muita das vezes tem forma de desenhos artísticos caracterizando pessoas, animais e formas geométricas. O biscoito de vidro que é feito de goma e ovos, que depois de preparados é cozido e após o cozimento é assado. Sem esquecer o bolo de puba; raiz de mandioca colocada na água por uma semana, depois se junta ao leite e ovos.

⁶ Madeira grossa recheada de gordura de gado, onde coloca fogo para iluminar os arredores da capela.

⁷ Noiteras são as senhoras responsáveis por confeccionar as bandejas ficando os noiteiros responsáveis para arrematá-las.

O local para a realização dos leilões eram feitos de madeira retirada da própria região. Que durante o dia servia de local para as crianças brincarem até que após a última noite eram retiradas às madeiras é guardada para o próximo ano.



Fotos 07 e 08 Mesa do Leilão 2008 – e de feições com prendas para o leilão Foto Arquivo GDP, 2008 a foto expõe o contentamento dos feições em participar da festa e o cuidado com o visual das bandejas.

A mesa do leilão era assim organizada: segundo Andreolina Mendes de Almeida (D. Mocinha)⁸

“Sobre uma mesa redonda ficavam as bandejas e as prendas ficam num canto para serem leiloadas logo após as bandejas, umas grandes variedades de alimentos como: goma, ovos, rapadura, requeijão, queijo, etc. Ainda tinha os frangos, porcos, abóboras e outras especiarias da região que ficavam debaixo da mesa, sem falar das prendas doadas pelos fazendeiros como os bezerras que juntamente com as outras prendas aumenta a arrecadação final.”

Notamos que de acordo com D. Mocinha, que as bandejas eram confeccionadas pelas noiteiras com produtos da região, juntamente com animais de criação domésticos. Por volta dos anos 60 a 70 do século XX até os dias atuais houve mudanças e começaram a aparecer bandejas de ceias feitas de lombo, frango, pernis, e demais guloseimas da região. Os leiloeiros da época eram Sr. Joaquim Paraíso, Sr. Domingos Pereira da Silva, Sr. Antenor Vieira Paraíso, e o Sr. Valdênez de Jesus.

Hoje o local do leilão conta com uma estrutura construída de cimento e tubos de ferro para servir de encaixe onde é erguida uma cobertura nos dias da festa

Por volta de 1920, à festa tomou ares grandiosos começaram então a escolher um casal para ser o festeiro, geralmente por vínculo de amizade. Foi desta forma até o ano de 1956.

⁸ Moradora da Vila do Morro-82anos, entrevista cedida no dia 06/02/2011

Por quase trinta anos o casal Sebastião Gomes da Rocha e Maria Marília Fonseca estiveram à frente, assumindo a função de festeiros como voluntários.

A partir de 1985 a escolha dos festeiros passou por outra modalidade, por sorteios, que foi uma forma de democratizar a seleção. Para se candidatar, a qualidade imprescindível é que o casal fosse casado no religioso e residisse na Vila. Após os agradecimentos é feito novo sorteio, para o ano seguinte.

A partir dos anos 70, houve um crescente número de fiéis interessados em participar das festividades como noiteiros. Isto se deu pela afinidade à santa, outros para agradecer pelas graças recebidas, que passou a englobar as comunidades circunvizinhas e até mesmo as cidades próximas a Vila.

Em certa época foi criado nomes para as noites para maior motivação à festa: Noite dos Caminhoneiros, Noite das Crianças, Noite dos Jovens, Noite dos Professores, Noite dos Comerciantes, Noite do Apostolado, Noite das Marias. Atualmente as noites ganharam nomes das santas como: Noite de Nossa Senhora de Lurdes, Noite de Nossa Senhora de Fátima, Noite de Nossa Senhora Aparecida, Noite de Nossa Senhora das Graças - noite das crianças, Noite de Nossa Senhora Visitadora, Noite de Nossa Senhora da Conceição, Noite de Nossa Senhora Das Dores, Noite de Nossa Senhora da Piedade - noite dos jovens, Noite de Nossa Senhora do Parto.

Durante a novena reza-se a bênção dos noiteiros, que é um pedido de proteção a santa;

Ó Nossa Senhora do Parto; pedimos a vós uma benção especial, para os noiteiros de hoje. Dê a eles muita paz, saúde, alegria, uma vida digna, êxito em seus trabalhos e negócios. Pois eles, Virgem Santíssima, não mediram sacrifícios, prepararam essa noite com muito amor e carinho. Abençoi as suas famílias e a todos aqui presentes. Que com muita fé e amor vieram nessa novena homenageá-la e louvá-la; daí-nos um coração sempre disposto a se doar, sensível a compaixão e ao sofrimento alheio. Um coração fiel e generoso, sempre grato aos bens recebidos. Que sejamos mansos e humildes de coração, e saibamos respeitar a todos sem exigir nada em troca, que as calúnias, críticas e ingratidões, não consigam fechar o nosso coração e diminuir a nossa fé. Que a Senhora nos abençoe e livre-nos de todas as prisões. Amém!

Nossa Senhora do Parto na oração é um figura importante no imaginário católico, a sua invocação se traduz, como a Santa poderosa e bondosa, a Virgem Santíssima capaz de interceder junto a Deus pelos seus fiéis.

Durante os dias da novena acontece a alvorada, com objetivo de anunciar e convidar os fiéis a participar da festa de Nossa Senhora do Parto. Antigamente a alvorada se resumia em soltar fogos e a bater no sino às 06h00mim da manhã e ao meio –dia.



Foto 09 e 10 foto da Bandeira com imagem de Nossa Senhora e do levantamento do mastro. É possível notar que a foto que aparece na estampa da bandeira a imagem de Nossa Senhora não é a mesma das que aparece no altar. Como sugere os autores citados a variações nas imagem venerada. GDP -2008. Nota-se também a participação das crianças em todo o período da festa.

A partir dos anos 70 do século XX, sua forma foi ressignificada, introduzindo-se músicas regionais para animar os leilões e posteriormente as alvoradas.

A alvorada sempre é iniciada em frente da igreja soltando fogos de artifícios, cantando musicas regionais como: quebra-quebra gabirola, beijinho doce e outras ao som de sanfona, do pandeiro e triangulo. Observa-se ai bem como outros momentos da festa, especialmente nas alvoradas, a presença de ações consideradas profanas. Isto porque se misturam aos atos sagrados a presença de pessoas embriagadas que se misturam às outras durante o percurso das alvoradas pelas ruas. As músicas que não contemplam assuntos considerados sagrados, entre outros. Em suma, o sagrado e as ações consideradas profanas caminham juntos, mas, nem por isso, deixam de ser importantes para uma comunidade. Afinal, quantos são os participantes que esperam um ano inteiro justamente para rever amigos e viver toda essa efervescência que só a festa pode proporcionar?

A alvorada é encerrada também em frente à praça a igreja, onde ao final é servido um delicioso feijão tropeiro que vem acompanhado de bebidas tais como: cortezano, pimentinha e caipirinha a todos os fiéis presentes.

Quanto à alvorada do meio-dia, continua a mesma tradição, somente toca o sino e soltam-se fogos. Segundo os depoimentos de Waldemar Ribeiro de Queiros 62 anos⁹

“A festa de Nossa Senhora do Parto sempre teve como ponto culminante a Santa Missa, espaço em que os devotos se unem para agradecer, as inúmeras graças recebidas bem como para implorar as benções de Deus através da sua intercessão. A fé em Nossa

⁹ Membro do conselho do Patrimônio Cultural de São Francisco nasceu e viveu até os 40 anos na Vila do Morro em entrevista cedida no dia 07/02/2011.

Senhora do Parto ainda faz com que o dia da Santa aconteça à maioria dos casamentos e batizados em Vila do Morro. Logo após a Santa Missa acontece à procissão com andor da imagem da Santa pela Vila.”

No depoimento do Sr. Waldemar, a festa é sinônimo de fé e agradecimento é o momento de unir o festar e o rezar. Ao fazer seus agradecimentos é o momento de celebrar um dos maiores sacramentos da Igreja católica o casamento e o batizado.

A procissão com andor é conduzido por senhoras grávidas e por senhoras que estão cumprindo promessa de graças recebidas. Os quadros vivos de toda história da vida de Maria desde a anunciação até aos pés da cruz de seu filho é relembrado em todo percurso da procissão. E os fies acompanham a procissão em forma de agradecimento Segundo Sr. João dias ferreira¹⁰ “*Minha esposa quando estava esperando nosso filho caçula ficou muito mal e só não morreu no parto porque sua amiga que era parteira fez uma promessa pedindo a nossa Senhora do Parto que se tudo corresse bem minha esposa rezaria uma novena rezando a Ladinha de Nossa Senhora com a Santa sobre o ventre*”. É comum este tipo de agradecimento na região



Foto 11 e 12 Procissão / Andor conduzido pela cidade por mulheres em forma de agradecimento e Crianças na apresentação dos quadros vivos da vida de Maria – Foto cedida gentilmente pelo grupo GDP, (2008).

Outra característica é o ritual que a procissão impõe até mesmo aqueles que não estão participando diretamente da festa. Prova disto todos os comerciantes fecha as portas em sinal de respeito à Santa protetora.

Para Maria Marlene Paraíso¹¹, “*a festa de Nossa Senhora do Parto é muito importante para o comércio local e como forma de lazer para os jovens, pois a um alvoroço nos dias que*

¹⁰ Morador da região circunvizinha de 79 anos em entrevista cedida no dia 04/02/2011.

¹¹ Rezadeira da novena na Vila do Morro 50 anos entrevista cedida no dia 05/02/ 2011.

antecede a festa e durante a mesma”, portanto, ao pesquisar esta festa observou-se que a realização da mesma é absolutamente importante e necessária, pois constitui parte da história da fundação desta comunidade e é o momento de estabelecer relação com os ancestrais no momento presente. Lorivaldo Almeida¹² comenta “É a oportunidade de reforçar os laços sociais, renovar os ensinamentos com os mais velhos, sobretudo, atualizar através dos ritos o contato com a divindade daquela que é considerada a nossa padroeira”.

Já para D. Angélica¹³

Os festejos a Nossa Senhora e muito importante, para renovar os nossos agradecimentos a padroeira das mulheres grávidas. Minha mãe era muito devota da santa. Teve 12 filhos todos feitos com parteiras, e foi muito feliz nos partos, pois nossa Senhora do Parto estava com ela. Minha avó mãe velha, assim era chamada, era parteira. Colocava uma figa no pescoço da grávida com a novena de Nossa senhora e ela protegia a gente. Hoje as mulheres não querem mais ter seus filhos com parteiras. E qual é o medico que pede para as mulheres se apegarem co N. S. do Parto? Eles acreditam apenas na medicina e a Fe vai perdendo campo.

Percebemos que o sentido da festa muda de acordo com os moradores, para Marlene a festa é um espaço agregador de oportunidade de entretenimento popular, ter contato com novidades e há o lado comercial. Para Lorivaldo a festa assumiu sentido distinto é o momento de estabelecer relações com os mais nossos ancestrais no momento presente. Já para D. Angélica a festa tem sentido religioso. Para ela celebrar a festa de nossa senhora é o momento de agradecer e recordar as pratica das parteiras é a forma de perpetuar a fé em nossa Senhora do Parto não deixando que a modernidade suplante os costumes dos mais velhos.

Observamos, nos depoimentos, que o festejar propicia divertimento e devoção é o momento de aproximação com a santa protetora, as visões da festa são sentidas de forma diferenciadas pelos sujeitos que dela participa, pois cada um vislumbra a festa a sua maneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comemorações que envolvem a festa de nossa Senhora do Parto, mesmo de forma indireta impõe sua força até mesmo àqueles que não estão participando dela diretamente e são marcadas por diferentes momentos que unem e separam os envolvidos na especificidade da pratica da representação, pois cada um vislumbra a festa a sua maneira de acordo com o que

¹² Lorivaldo Mendes de Almeida, professor de História na Vila do Morro, Bacharel em Ciências Sociais- Unimontes- 2006

¹³ Maria Angélica Alves Ferreira, 82 anos membro do sagrado coração de Maria, moradora da cidade de São Francisco.

quer agradecer ou invocar. E ao mesmo tempo, promove a comunhão coletiva de gratidão dos moradores.

Salientamos que não tecemos palavras finais sobre a festa de Nossa Senhora do Parto, pois, a mesma abre um leque muito grande de interpretações da cultura local, de acordo com a sensibilidade e o olhar do pesquisador.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. Antonio. **O Patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de Sua Salvaguarda**, Revista: Resgate, 2004.

AUGIAS Corrado; VANNINI, Marco. *Inchiesta su Maria: la storia della fanciulla che divenne mito*. Milano: Rizzoli, 2013.

BARNAY, Sylvie. **La Vierge, femme au visage divin**. Paris: Gallimard, 2014.

BARROS, Marcelo. **O Divino Segredo da Festa**. In: **A Festa na Vida: Significado e Imagens**. Org.: Mauro Passos - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. 5.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**- São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARDOSO, Antonio Wiliam. **Religiosidade e Povoamento: As doações de terras para santos no Norte de Minas Gerais e a importância no surgimento das cidades**. Montes Claros: Monografia- UNIMONTES, 2007.

ETZEL, Eduardo. **Nossa Senhora da Expectação ou do Ó**. São Paulo: Bovespa, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Miniaurélio século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**, 4º Ed. Ver. Ampliada, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **Folia de Reis: Espaço de Ressignificação Cultural Para os Foliões do Noroeste de Minas Gerais**. Brasília: Projeto de Doutorado em História - UNB, 2005.

HAIL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. DPEA, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. 3.ed. São Paulo: Contexto 2005.

KUYUMJIAN, Márcia de Mello Martins e MELLO, Maria Tereza de. **Os Espaços História Cultural**. Brasília: Paralelo 15, 2008

LIMA, Junior Augusto de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

MARANHÃO, Ricardo. **Trabalho e civilização Uma História Global**. São Paulo Moderna 1999.

OMEGNA, Nelson. **Cidade Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1961.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIMENTEL, Elam de Almeida, **Nossa Senhora do Bom Parto, protetora das gestantes**. 2º Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009;

PESAVENTO, Sandra. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999.

SILVEIRA, Olinto da. **Minha Terra e a Nossa História**. (Memórias), Belo Horizonte, 1969.

SÍVERES, Luiz. **Encontro e diálogos: pedagogia da presença, proximidade e partida**. Brasília: Liber Livro, 2015.

EMBASAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE A CULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Vandeir José da Silva*
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida**

Resumo: O objetivo deste trabalho é possibilitar a realização de reflexões e compreensão do conceito de cultura. Esperamos que a partir do mesmo, o leitor consiga entrelaçar teoria antropológica/educação e a perceba como resultado da produção cultural. Ao finalizar a leitura deste artigo, espero que você tenha condições de identificar o conceito de “cultura” e refletir a partir dessa, as teorias da antropologia. Pensamos ser necessário entender primeiramente o que é cultura, uma palavra comum em nosso cotidiano, mas que, trás consigo uma grande teoria reflexiva. Neste sentido, delinearemos reflexões envolvendo relações entre cultura, educação, festas tradicionais, memória, história e identidade.

Palavras-chave: Antropologia. Cultura. Memória. Tradição.

Abstract: The objective of this work is to enable the realization of ideas and understanding of the concept of culture. We expect from it , the reader can entangle anthropological theory / education and realize as a result of cultural production. When you finish reading this article , I hope you able to identify the concept of "culture" and reflect from that , the anthropological theories. We think it is necessary to first understand what is culture, a common word in our daily lives , but that brings with it a large reflective theory. In this sense , we outline reflections involving relations between culture , education , traditional festivals , memory, history and identity .

Keywords: Anthropology . Culture. Memory. Tradition.

Introdução:

Objetivamos colaborar com discussões acerca do conceito de cultura e educação bem como espaços de produções festivas no Brasil. Justificamos este trabalho por compreendermos ser necessárias reflexões sobre cultura e educação em Minas, uma vez que essas discussões são pouco expressivas. A pesquisa foi desenvolvida uma abordagem qualitativa com pesquisa de campo realizado em momentos festivos, religiosos e culturais, buscando desenvolver essa escuta amorosa do ritual da Os registros foram feitos por meio de entrevistas orais com pessoas envolvidas na festividade

* Doutorando em História pela Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília-UnB (2010), Especialista em História do Brasil pela PUC-MINAS - Universidade Católica de Minas Gerais (2002). Integrante do grupo de pesquisa (TRANSE) laboratório Transdisciplinar de Estudos Sobre a Performance (Sol/UnB). E-mail: vandeirj@hotmail.com

** Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (1975), Mestrado Em Educação Filosofia e História da Educa pela Universidade Estadual de Campinas (1991) e doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Atualmente é professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: zeneide.cma@gmail.com

na cidade de Bom Despacho. Foram realizados também registros iconográficos, audiovisuais, fotografias e anotações no caderno de campo.

Embasamentos conceituais sobre a cultura e suas implicações para a educação

Iniciamos nossa reflexão sobre o conceito de cultura como sendo algo dinâmico e em constante reelaboração e não como uma teoria fechada ou engessada.

Assim sendo, o termo cultura é amplo e polissêmico e por mais que os estudiosos se esforcem não há como pensar em algo definitivo. De acordo com Funari e Pelegrini (2008, p.15) a palavra “cultura do ponto de vista da organização das ciências, é um conceito antropológico, antes de ser histórico, filosófico ou linguístico” Christoph Bruman.

A cultura é o conjunto de padrões adquiridos socialmente a partir dos quais as pessoas pensam, sentem e fazem. Uma cultura não requer proximidade física ou um tipo específico de sociabilidade direta, apenas interação social, mesmo que mediada por meio de comunicação e que seja casual. Mesmo ver, ouvir ou ler uns aos outros pode ser o suficiente. (BRUMAN *apud* FUNARI e PELEGRINI, 2008, p. 23)

Nesse sentido entendo que o termo está relacionado com costumes, crenças, leis, instituições, modo de fazer, amar, viver, de tocar, olhar, comer, falar, divertir, criar, crer, acreditar, prostrar enfim de sentir a sociedade. O termo está relacionado também com a maneira do homem de se relacionar com a natureza e com outras sociedades. A maneira do cultivo da terra, no manuseio de suas ferramentas, de festejar, conviver de transformar o espaço de sua convivência e de outros grupos sociais. Percebo estas condições como sendo também códigos de símbolos culturais em que os sujeitos se apossam/reconstroem dentro de sua maneira de ver e perceber o mundo do qual faz parte.

Outro aspecto importante é compreender a maneira que muitas pessoas ainda insistem em afirmar definindo quem é culto ou não. É comum ouvirmos pessoas dizerem que cultura está relacionada com pessoas estudadas. Neste sentido há uma forte afirmação de negar o processo de cultura para as pessoas que não são letradas, ou seja, estudadas. Essa condição nos faz refletir que estariam as comunidades ágrafas negadas ao processo da cultura? Cultura entendida nesta perspectiva privilegia o nível de saber e sofisticação ao saber escolar que as pessoas possuem. Vejamos como os gregos construíram sentidos para afirmarem o processo de ensino de sua produção cultural repassada através da memória e posteriormente ligando memória a condição da escrita.

O Antropólogo ao lançar mão deste conceito, percebe-o como algo primordial no seu estudo sobre uma sociedade. Este conceito contribui para a compreensão das diferenças no modo de vida dos diferentes povos. De acordo com Cléria Botelho da Costa (2001, p.81):

Os acontecimentos eram necessariamente enunciados pela voz do poeta; a palavra épica não era apenas o relato ou a descrição de acontecimentos, mas um ato que dava existência àquilo que narrava. Por isso, os poetas eram homens percebidos pelos seus pares, com “iluminados” graças à capacidade de transmitir oralmente ensinamentos sobre o seu tempo. Eram os escolhidos da deusa Mnemosine, que os ungia do poder de decorar aqueles longos ensinamentos, livrando-os das mazelas do esquecimento. Desde então, a memória é apreendida como guardar de cor, decorar. Concepção que sustentou, no século XX, a concepção de memória de Bergson, segundo a qual o princípio central da memória seria a conservação do passado, que sobrevive, tanto quanto é evocada no presente – sob a forma de lembranças -, como em estado inconsciente. A lembrança, por essa abordagem, seria a sobrevivência do passado, aflorando por meio de imagens lembranças.

Podemos de acordo com a autora, entender a importância da oralidade como ferramenta de propagar a história. Compreenda que neste sentido, há um rompimento da ideia de associar a cultura somente às instituições escolares, como se elas respondessem como propagadoras da cultura. Outra reflexão que pode ser realizada é a condição do poeta que muitas vezes é encontrado nos meios rurais. Homens que não possuem a organização da escrita, mas que transformam a realidade da vivência em versos, prosas ou repentes, tonando suas palavras em representações do cotidiano vivido.

Nesse sentido, o antropólogo ao trabalhar com a realidade de determinada cultura, leva em consideração as diferentes maneiras de refletir os espaços sociais e atenta para a diferença que a sociedade constrói/reconstrói dentro da cultura da qual faz parte ou de outras. Salientamos prezado aluno que o princípio da observação seja ele no seu espaço acadêmico, local onde você trabalha ou trabalhará futuramente é algo fundamental para que você consiga construir sua análise.

De acordo com o antropólogo Oliveira (2006) há três princípios básicos que o pesquisador deve seguir, sendo eles: olhar, ouvir e escrever. Devemos considerar que a ação descrita pelo antropólogo permite-nos pensar que estas condições se desenvolvem tanto dentro das instituições de educação como fora deles de acordo com seus pares, mas estão intimamente penetrados na vida/social escolar. Distintos mundos sociais com diferentes representações aparecerão. Você será responsável por compreender a polifonia de sentidos que os textos lidos trazem até você. Eles mudarão sua maneira de perceber seu espaço social,

cultural e econômico e conseqüentemente fará com que tenha ideias claras e reflexivas do local de fala.

Outro aspecto interessante será seu amadurecimento intelectual que lhe proporcionará condições de participar com firmeza de debates, seminários, construções de textos científicos. Com certeza, você terá condições a partir destas descobertas entrelaçarem processos de conhecimento e saber se posicionar em relação do que é cultura e suas diferentes produções.

Refletindo o conceito cultura

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês Culture, que "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos. (LARAIA, 1996, p.90)

Segundo pesquisadores, o pioneiro a desenvolver o termo cultura foi Edward Taylor (1832 – 1917). O estudioso descreveu o conceito através de suas reflexões demonstrando a maneira pela qual a humanidade evoluiu. Para Tylor a cultura estava relacionada com um conjunto que envolve as crenças, arte, moral, leis, costumes envolvendo hábitos e as aptidões do qual faz parte uma sociedade.

Essa definição feita por Tylor, elaborado em 1871, constituiu-se em uma inovação no seu tempo e englobava todas as possibilidades de realização humana, destacando uma característica de aprendizagem da cultura, em contraponto ao determinismo biológico e geográfico que defendiam uma aquisição inata.

De acordo com Queiroz & Kumpel (op. cit., p.66) "Tylor procurou mostrar a evolução pela qual passou a humanidade e o fez com a utilização do método ou do modelo comparativo. Tylor se situa na perspectiva do evolucionismo social seu método de análise nas ciências da natureza. Acreditava que "a cultura pode "ser um objeto de estudo sistemático, pois se trata de um fenômeno natural que possui causas e regularidades"(LARAIA, 1996, p. 30).

Marconi e Presotto (2001, p. 42) afirmam que: “desde o final do século passado (XIX) os antropólogos vêm elaborando inúmeros conceitos sobre a cultura. Apesar da cifra ter ultrapassado 160 definições, ainda não chegaram a um consenso sobre o significado exato do termo (grifo nosso).” Nesse sentido, destaco a necessidade de reflexões sobre a mesma em decorrência de sua importância e complexidade.

Tylor dedicou-se a formulação de teorias que viabilizassem a interpretação das diversas culturas, objetivando as generalizações. Nesse sentido, a diversidade cultural não foi objeto de atenção do pesquisador. Porém, a contribuição do intelectual com a definição de cultura como a apreendemos na contemporaneidade que muito nos ajuda a pensá-la e interpretá-la. Tylor também criticava os antropólogos que não iam a campo.

Em 1938 Franz Boas apresenta uma tentativa de conceituar cultura. De acordo com Marconi e Presotto (2001, p. 43) Boas define cultura como “a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social”.

Na concepção do teórico, é o diálogo com a História que possibilita o antropólogo desvendar a origem das ações e práticas culturais, entendendo como ele se situa em uma formação cultural.

Marconi e Presotto afirmam ainda que Boas amplia a definição de cultura elaborada por Tylor, quando se volta para a totalidade de um grupo social em seu contexto histórico específico. Assim, percebemos as formações sociais em sua peculiaridade histórica. Para Malinowski cultura significa “o todo global consistente de implementos e bens de consumo, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de ideias e ofícios humanos, de crenças e costumes” (MARCONI; PRESOTTO, 2001, p. 43).

Pensamos ser preciso refletir a concepção dos teóricos a partir do seu lugar de fala. Recordemos que Malinowski considerava cultura como um sistema interligado de relações, onde cada aspecto desempenha uma funcionalidade.

Continuando nossa reflexão sobre cultura, Rousso (2006) apresenta outra definição de cultura e cita que Lévi-Strauss define a cultura como um sistema de símbolos.

[...] onde todas as coisas estão relacionadas de forma que a alteração de um desses elementos resultaria na alteração de todo o sistema. O que há de comum em todos esses sistemas presentes em diferentes culturas é a estrutura.

Lévi-Strauss por meio do estruturalismo propõe mapear o que há em comum a qualquer cultura. Na perspectiva de Laraia (1996), esse antropólogo elabora uma nova teoria

da unidade psíquica da humanidade por tentar compreender os princípios mentais que engendram a cultura e que Levi-Strauss acreditava que a cultura se iniciou quando o homem convencionou a primeira regra: a proibição do incesto.

Geertz por meio de sua antropologia interpretativa também apresenta uma definição de cultura, sendo conceituada por ele como “[...] um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam de programa) para governar o comportamento” (GEERTZ apud LARAIA, 1996, p. 63).

A este respeito, Laraia afirma ainda que o pensamento de Geertz progride se formos fazer um contraponto com o pensamento de Levi- Strauss. Uma cultura não é determinada por uma unidade psíquica do homem, pois assim estaríamos admitindo que os significados estejam na mente dos indivíduos apenas, sem serem partilhados. Os atores do sistema cultural partilham símbolos e significados entre eles, “estudar a cultura é, portanto, estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura”.

Após estas definições muitos outros teóricos que se debruçaram aos estudos antropológicos também trouxeram reflexões sobre o termo cultura possibilitando o (re) pensar sobre a mesma. Mesmo com essa definição para os especialistas o termo cultura é amplo não possibilitando aos estudiosos engessá-lo, pois cultura é dinâmica e pode reconstruir novos conceitos dentro de uma sociedade de acordo com a necessidade ou interferências de outras civilizações.

Esse caminho passa pela história do próprio conceito de cultura é importante para percebermos como o mesmo vai ganhando novas configurações ao longo do tempo, sofrendo também influência das diversas correntes antropológicas que foram se estruturando ao longo do tempo. Conhecer o conceito de cultura é muito importante para que possamos que possamos trabalhar a própria identidade cultural de nossa gente, situando-se criticamente sobre esse termo e suas implicações na sociedade.

Cultura e sociedade

Neste subitem apresento uma leitura através de imagens para que o leitor tenha possibilidade de observar as sociedades e suas diferentes culturas, desde as primitivas as contemporâneas e como elas foram submetidas a períodos de transição. Essas condições marcam a passagem de uma fase social para outra. Veja as imagens.

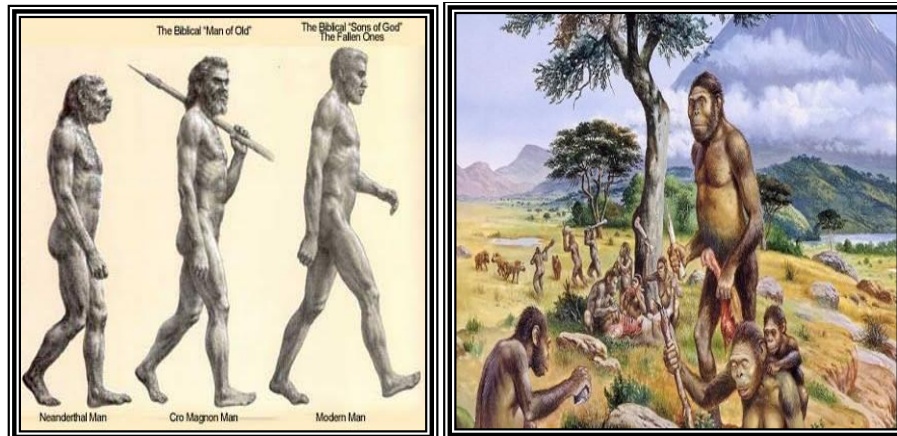


Figura1: Na primeira imagem é possível observarmos três etapas da evolução do homem. **Figura2:** A segunda foi idealizada a partir de grupos familiares com a preocupação de fornecer várias informações do cotidiano da sociedade primitiva. **Fonte:** <https://www.google.com.br/search?q=sociedades+primitivas&source=lnms&tbn=isch&sa>. Acesso 20/07/2016.

Podemos captar na primeira imagem a consideração de que o homem sempre viveu condições de exclusividade do seu tempo. A pintura sugere três momentos de mudanças sociais e culturais. O posicionamento e a utilização da arma nos trazem a compreensão de uma readequação para condições de sua sobrevivência seja ela para sua defesa ou caça em condição individual ou coletiva.

As condições sociais ou naturais sempre impuseram aos homens readequações para sua sobrevivência. Faz-se necessário, recordarmos das aulas de Biologia e História que estabeleciam diálogos nos fornecendo informações acerca das primeiras sociedades e como havia os “machos alfa” homens, sendo eles os que dominavam o grupo. Não nos deteremos sobre essa questão, ela é apenas uma ponta do iceberg de muitas questões. Certo é que, o homem procurou ao longo do tempo aperfeiçoar sua aprendizagem. Neste contexto social, desenvolveu habilidades, e entre essas, a de observar os próprios companheiros, copiando/aprendendo/reconstruindo a partir do grupo que pertencia.

Uma extraordinária conquista humana foi à formação do núcleo familiar como podemos visualizar na segunda imagem. Ela nos permite perceber como a possibilidade do repasse do que os adultos faziam tornou-se mais evidente. Ou seja, há uma intenção de aprender que posteriormente torna-se ação de compartilhar. Podemos observar nos três grupos sociais primitivos diferentes reações. Ao fundo da imagem um grupo resiste às hienas, armados os homens estão armados de pau, pedra e osso. A imagem do meio sugere a presença de uma família composta por quatro integrantes sendo um casal e seus dois filhos. A caça está sendo cortada com um pedaço de osso utilizado pelo homem enquanto a mulher insinua

pancadas com um osso maior. Os dois menores estão comendo a carne crua embebida de sangue. No terceiro motivo pintado, percebe-se outra vez a presença de uma família ocupando-se de diferentes papéis. O homem sentado à esquerda está portando um pedaço de pedra insinuando uma arma de corte, enquanto outro homem se aproxima observando a ação do companheiro. Por fim, veja que em nenhum grupo familiar há a presença de roupas cobrindo o corpo. Essa situação será palco das próximas imagens.



Figura 3: Organização social. Grupo representando diferentes atividades. Observe que a presença de vestimentas faz parte do grupo. **Figura 4:** Organização social familiar. Note diferenças nas atividades e a presença da construção da casa como fonte de abrigo. Animais fazem parte do convívio social. Outro aspecto é a questão da lavoura. Esta imagem demonstra técnicas utilizadas no cultivo. **Fonte:** <https://www.google.com.br/search?q=sociedades+primitivas&source=lnms&tbn=isch&sa.> Acesso 02/08/2016.

O contexto acima demonstra claramente mudanças de comportamento em relação às primeiras imagens. Ou seja, surgiram novos processos enquanto outros foram abandonados.

A seguir, observe que no comportamento social estão presentes as crenças das quais os grupos partilham. A leitura imagética nos traz possibilidades de estabelecermos reflexões entre a conduta religiosa seus símbolos e ritos. Símbolo é aqui apreendido com descreve Turner (2005 pp. 49-50):

O símbolo vem associar-se com os interesses, propósitos, fins e meios humanos, quer sejam estes explicitamente formulados, quer tenham de ser inferidos a partir do comportamento observado. A estrutura e as propriedades de um símbolo são as de uma entidade dinâmica, ao menos dentro do seu contexto de ação apropriado.

Para Turner (op. cit., p.49) rito pode ser compreendido como: “Por “ritual”, entendo o comportamento formal prescrito para ocasiões não devotadas às rotinas tecnológicas, tendo como referência a crença em seres ou poderes místicos”.

É na proposta do autor que procuraremos compreender as várias manifestações culturais em diferentes tempos e espaços como forma de possibilitar ao leitor a compreensão

dinâmica da cultura como um diálogo interessante entre a produção da sociedade cultura e espaços da educação. Analise as imagens.



Figura 5: Rito religioso sendo cultuado no Stonehenge. **Figura 6:** Momento da primeira missa realizada no Brasil. **Fonte:** <https://www.google.com.br/search?q=sociedades+primitivas> . Acesso 29/07/2016.

De acordo com informações sobre a imagem 5, este local era um espaço para cerimônias religiosas, um santuário, local de sacrifícios e rituais dedicados a divindade solar. Observe abaixo da pedra a presença de uma mulher que alude ser uma sacerdotisa. A sua frente, mulheres nuas em círculo de joelhos e braços estendidos para frente do altar de pedra. É possível compreender que a imagem faz alusão às antigas religiões. Essas cerimônias religiosas nos são informadas através dos conhecimentos repassados da história e da arqueologia e indicam que os rituais eram praticados principalmente por druidas. O Stonehenge pode ser visitado na planície de Salisbury no condado em Wiltshire nas proximidades de Londres na Inglaterra.

Na imagem seis temos a pintura que representa a primeira Missa Rezada no Brasil, contracenando dois contextos diferentes. Índios nus ou seminus observam o que padres e fieis realizam ao pé da cruz. A preocupação do autor da arte, foi jogar luz sobre os representantes religiosos. O artista contrastou o clima tropical com a presença de fartas vestimentas usada pelos europeus e a nudez do índio demonstrando duas maneiras culturais diferentes. Neste sentido, é possível compreender em que circunstâncias acontecem à troca de experiências entre diferentes culturas.

A próxima imagem mostra um dos inúmeros rituais de tradição indígena no Brasil. Nestes, sempre é possível perceber que cada forma de ritualizar está ligada a determinada crença que é partilhada entre os membros da tribo. Esses rituais seguidos de geração em geração é uma maneira de perpetuar a fé em suas divindades. Essas expressões de cultura tem

prosseguimento porque os adultos envolvem suas crianças fazendo-os perceber a importância de suas ritualísticas seja para sair da fase de criança para a adulta, comunicar com seus espíritos, receber “graças” em suas oferendas entre outras situações.



Figura 7: Perceba a interação no ritual realizado com a presença de homens e mulheres. **Fonte:** <https://www.google.com.br/search?q=sociedades+primitivas&source=lnms&tbn=isch&sa>. Acesso em 02/08/2016.

A imagem acima nos permite visualizar que o grupo está simbolicamente pintado. Há uma variedade entre jovens, adolescentes e crianças que embora estejam semivestidos, demonstram como reflete Bhaba (2005) são sujeitos traduzidos, ou seja, estão imbuídos de sua cultura indígena, mas permeados por traços da cultura branca/negra. Assim, é possível perceber que eles estão nos dois lugares de “cultura”. Em outras palavras, uma vez participando do processo cultural da sociedade exterior eles jamais serão o que eram antes do contato fora de sua tribo. Por outro lado, não se desprendem dos elementos sociais e culturais de sua sociedade estando no “entre lugar cultural”. Uma vez essa enculturação acontecendo, os índios jamais serão os mesmos, pois estará sempre esbarrando entre “**o que era**” e “**seu presente**” (grifo meu). Mesmo se decidirem abandonar o contato com as sociedades fora dos domínios da aldeia, eles não serão os mesmos, pois estarão impregnados de outro processo cultural.

Observe na imagem apresentada como estão vestidos da cintura para baixo. Não há alusão de preocupação da nudez das mulheres com os seios a vista. Os pés estão calçados de chinelos. O ambiente do convívio social é livre de cercas. A casa recoberta de palha de coco nos sugere refletir a presença de muitos membros morando no mesmo local. Esta realidade é uma clara evidência do processo de hibridização cultural.

Cultura e identidade: relações de tradição e educação familiar

No calendário religioso católico há vários dias que são dedicados a santos que de acordo com as tradições envolvem as mais distintas classes sociais. Esses acontecimentos de tradição são seguidos de festejos em homenagem sejam para padroeiros ou santos de devoção local, encontrados em todo território nacional.

Muitos são os devotos que fazem promessas e em sinal de agradecimento pelas graças alcançadas, participam de procissões pagando promessas. Essas são variadas de acordo com o promesseiro sendo comum haver pessoas vestidas tal como a imagem do santo ao qual dirigiu suas intenções, acompanharem o cortejo a pé descalço, procissões de barcos, fazer peças do corpo humano de cera, argila ou gesso de acordo com a graça alcançada, carregar velas dentro de pratos, vestir de anjo oferecer cereais entre outras intenções.

Em todo Brasil há diversos Santos que são homenageados durante todo ano pelos brasileiros sendo os mais conhecidos Santos Reis, Santa Cruz, Semana Santa, Festa do Divino, São Pedro, Corpus Christi, Santo Antônio, São João, São Pedro, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Aparecida, Santa Luzia entre outros. Abaixo, um exemplo de diferentes organizações de cortejos sacro religiosos.



Figura 8: Festa tradicional do divino. **Figura 9:** Procissão de barco.
<https://www.google.com.br/search?q=sociedades+primitivas&source=lnms&tbn=isch&sa.#q=Festas+tradicionalis&tbn=isch>.

As imagens acima demonstram duas procissões. Na primeira, fieis carregando o andor seguido pela comunidade. As roupas dos participantes da festa se diferenciam. Perceba a comitiva da frente carregando o andor, ela é composta por homens que fazem uso de camiseta vermelha silkada com a estampa de uma pomba que simboliza o Divino Espírito Santo. Camisetas com os mesmos motivos são usadas pelas mulheres que acompanham o cortejo logo atrás.

O andor é carregado por quatro homens. Sua estrutura é em forma de torre finalizando com uma cruz. Ao centro o ostensório na cor dourada e ao centro a presença do Espírito Santo. Observe que toda a estrutura da base está coberta de flores nas cores

vermelha e rosa, adornadas com outras mini-flores na cor branca. Em seguida crianças com roupas pretas contrastadas com vermelho, franjas douradas, na cabeça chapéu com detalhe na cor branca. Alguns portam bandeiras também nas cores vermelha branca e dourada. A rua foi ornamentada com bandeirolas nas cores vermelha e branca. Símbolos diferentes estão estampados nas mesmas que estão entrelaçadas nos beirais das casas.

Na segunda imagem podemos perceber várias canoas que seguem em procissão rio acima o barco maior ornamentado. Há modelos e tamanhos diferentes das embarcações que acompanham carregam o cortejo. No interior dessas há, de uma a seis pessoas. Outra observação que pode ser realizada são as canoas motorizadas e as que são remadas a braço. Entre as canoas notem a presença de botes. O cortejo fluvial é a maneira que os fiéis demonstram seguir a tradição. Note na ponte e ao arredor do barranco do rio a quantidade de pessoa que prestigiam o momento. O barco principal é ornamentado com bandeiras de cor azul, branca e amarela. Há dois mastros levantados sendo estes um de cor branca e o outro vermelho. Pode ser visualizado queima de fogos pelos fiéis.

As pessoas que se envolvem nas manifestações culturais sejam elas os que comungam da mesma fé, ou os que saem às ruas para acompanharem os dançantes e organizadores, socializam demonstrando portar um modo de integração com maneira de pensar e agir, próprio do grupo do qual ele faz parte. Essa relação espiritual é uma maneira de demonstrar fazer parte de uma realidade de identidade cultural. Essa realidade é um dos interesses da antropologia cultural. Entendemos a antropologia cultural como define Laplantine (op.cit., p. 121 – 122):

A antropologia cultural estuda os caracteres distintivos das condutas dos seres humanos pertencendo a uma mesma cultura, considerada como uma totalidade irreduzível à outra. Atenta às descontinuidades (temporais, mas sobre tudo espaciais), salienta a originalidade de tudo que devemos à sociedade à qual pertencemos. Ela conduz essa pesquisa a partir de observações direta dos comportamentos dos indivíduos, tais como se elaboram em interação com o grupo e o meio no qual nasce e cresce estes indivíduos. Procurando compreender a natureza dos processos de aquisição e transmissão, pelo indivíduo, de uma cultura, sempre singular (a forma como esta não apenas informa, mas modela o comportamento dos indivíduos, sem que estes o percebam), encontra várias preocupações comuns aos psicólogos, psicanalistas e psiquiatras.

Percebemos na antropologia cultural como reflete o autor, a preocupação de compreender as condutas sociais/culturais como meio de transformação dentro da própria sociedade. Essas mudanças são percebidas pelo pesquisador por fazer parte direto do contexto social da vivência cotidiana in loco. Entendo que contemporaneamente os antropólogos não sentem a necessidade de morarem no local da pesquisa, mas eles estabelecem relações de

visitas ocasionais onde a partir dessas, suas experiências e observações o permitem perceber as mudanças que ocorrem ao longo da temporalidade na pesquisa de campo realizada. A interação do antropólogo com a/s sociedades permite descrever o padrão que cada grupo dessas manifestações culturais exhibe, distinguindo diferenças entre os grupos sociais.

Ao enfatizar essas questões quero também salienta a importância das descobertas realizadas quando são percebidas questões que acontecem como mudanças na forma da organização do grupo observado. Ou seja, à medida que jovens passam a fazer parte do ritual, eles vão reconstruindo os espaços da tradição. Essa mudança é uma maneira dos jovens integrantes sinalizarem que querem que a tradição permaneça, mas com o sentido que eles atribuem na sociedade moderna.

Percebemos dessa maneira que novos arranjos passam a fazer parte da festividade criando também momentos de tensão para o grupo. Essa tensão passa a fazer parte porque os mais velhos querem a tradição como antes, enquanto os jovens integrantes desejam a permanência festiva, mas reconstruída de acordo com o tempo o seu tempo.

Na Próxima imagem, grupos de congadeiros da cidade de Bom Despacho Minas Gerais, exibem suas apresentações pelas ruas e praças das Igrejas da cidade. De acordo com os entrevistados, a festa é uma das maneiras que os integrantes encontram para rememorem na tradição seus antepassados. Para Brandão (1989, p. 13).

Um momento do olhar na praça de uma cidade em festa poderia oferecer o ilusório espetáculo de uma combinação de corpos, de gestos, de vestimentas e de situações não muito diferentes da descrição feita aqui. É preciso guardar as proporções e as diversidades regionais, mas o sentido e a estrutura variam muito pouco. A festa é uma viagem: vai-se a ela e ali transita-se entre seus lugares. Por isso o desfile, o cortejo, a procissão, a folia e tudo o mais que possibilite fazer deslocar, entre as pessoas e pelos lugares que a própria festa simbolicamente reescreve e redefine: sujeitos, cerimônias e símbolos.

É possível compreendermos como reflete o autor que a festividade religiosa tradicional que faz parte do Patrimônio Cultural Imaterial. Os saberes dos mestres sendo eles os capitães ou os mais velhos do grupo são sempre repassados de um ano para o outro aos integrantes do grupo. Eles referem à tradição como ligação ao passado e sua ancestralidade. Igualmente percebemos que a tradição é um elemento reconstruído a partir do presente que perfazem entre práticas e símbolos ligadas ao tempo e espaço. Essas apresentações possibilitam compreender a forte tradição que acontecem anualmente que ligam os elementos de cada grupo. Para o acontecimento festivo são realizados ensaios dos cortes denominação dada pelos capitães, o eu possibilita rememorem músicas, passos e rituais. Esse momento

também é importante para os novos membros aprenderem e não errarem no momento de suas apresentações pelas ruas, casas e praças das Igrejas permitindo a todos, sincronia e sintonia nos toques de instrumentos, danças e dedicação de versos aos reis, rainhas e promesseiros. As imagens a seguir nos permitem fazer uma leitura da tradição local.



Figura 10: Festa de congado na cidade de Bom Despacho Minas Gerais. Manifestação cultural de afro-brasileira como forma de expressar devoção a Nossa Senhora do Rosário. Essa tradição é expressiva em todo Brasil, porém ela acontece em diferentes datas do ano nos estados brasileiros. **Figura 11:** Note a presença de crianças envolvidas, como maneira de repasse da tradição local. **Fonte 12:** Arquivo Vandeir José da Silva.

A festa pública demonstra na sua maioria a presença de homens. Note a participação de crianças da mais tenra idade. A que está no braço aprenderá a valorizar o processo cultural do qual faz parte. O envolvimento dos pequenos inicia nos primeiros anos de vida como pode ser visualizado na imagem. Os pais entrevistados contaram que envolvem seus filhos por diferentes motivos sendo eles, pelo gosto de festejarem seguindo a tradição dos avós e pais, ou em sinal de pagamento de promessa. Podemos entender de acordo com as narrativas que a participação anual das crianças, elas aprenderão pela participação/ensino/aprendizagem observando o comportamento dos adultos, membros de sua família tornando-se mais tarde um integrante do grupo festeiro por identificar-se com os mesmos.

Mais três aspectos merecem nossa atenção, sendo eles: a presença do tambor, as fardas e a performance dançante dos grupos durante os dias do festejo. Vejam as imagens a seguir.



Figura 12: Presença do tambor sendo entoado no momento do festejo. **Figura 134:** Grupo tocando pelas ruas. Note a presença do tambor sendo tocado do lado esquerdo da imagem. **Figura 145** **Fonte:** Grupo apresentando na porta da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Arquivo Vandeir José da Silva.



Figura 156, Figura 167 e Figura 178: Apresentações de grupos de congado pelas ruas e na porta da rainha conga.
Fonte: Arquivo Vandeir José da Silva.

Como podemos observar, as vestimentas, denominadas de fardas, são adornadas de maneira criativa sendo que cada grupo de reinadeiro possui seu próprio estilo, diferenciando-se de um ano para outro. A farda completa é composta de: Chapéu, lenço no pescoço, revirão, camisa de manga longa, calça com detalhes de fitas nas laterais sendo comum para ambos os sexos. Os instrumentos musicais utilizados durante o festejo são variados, sendo eles, xique-xique, tambor, bandolim, guisos, pandeiro, cavaquinho, sanfona, tamborim e reco-reco. De acordo com a crença de alguns participantes do festejo, eles dizem que o tambor tem o dom do “sagrado”. Ou seja, ele comunica com os antepassados. Durante o cortejo músicas são oferecidas para Nossa senhora do Rosário. Essa manifestação cultural quase sempre envolve pessoas de origens humildes, que dedicam ao dia Santo. Em todos os grupos há a presença de pessoas que pagam promessas vestidas como o grupo que está acompanhando sendo eles, homens, mulheres, adolescentes e crianças.

Embora este texto não descreva toda a festividade que acontece na cidade de Bom Despacho, ele é apenas uma ilustração como os demais, para demonstrar entre as várias manifestações culturais festivas religiosas que também não foram refletidas, mas que marcam o calendário religioso no Brasil. Essas expressões demonstram relações de temporalidades, histórias, memórias e identidades que fazem parte de apropriações e reapropriações vividas e sentidas por sociedades locais.

Dessa maneira, podemos perceber que várias são as formas de expressão cultural festivas no Brasil sendo elas intimamente ligadas a rituais.

Por fim, essa foi somente uma incursão na amostragem das várias manifestações presentes no calendário religioso no Brasil.

Concluindo:

É possível notarmos que o conceito de cultura e o seu desenvolvimento histórico nas principais teorias antropológicas se dá através do evolucionismo, funcionalismo,

estruturalismo e antropologia da interpretação. Neste contexto, percebemos que as relações entre cultura e educação informal no seio da escola são vias de mão dupla. Nesta perspectiva, entendemos ser a socialização e endoculturação bases norteadoras para a compreensão do comportamento de cada sociedade. Certamente temos que reconhecer que o estudo antropológico muito contribuiu para nossa maneira de perceber as diferentes expressões da cultura como espaço que fazem parte das identidades nacionais, regionais e locais.

Assim, este trabalho é apenas um convite ao leitor a refletir sobre o conceito de cultura e educação. Esperamos ter colocado em suas mãos uma das chaves que possibilite criar novas argumentações.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva 2011.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. 3. ed. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. – Campinas, SP : Papyrus, 1989.

COSTA, Cléria Botelho da. & MAGALHÃES, Nanci Aléssio *et alii*, **Contar História, Fazer História - História cultura e memória**, Brasília, Paralelo 15. 2001.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

LARA, Tiago Adão. "Humanismo e Cultura" *In: Educação e Filosofia*. nº 8. M. Gerais, UFU, jan./jun. de 1990.

LARAIA, Roque De Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996. 116 p.

MARCONI, Marina de Andrade, PRESOTTO, Célia Maria Neves. **Antropologia: Uma Introdução**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural material**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 331).

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Coord.)*. **Usos & abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FJV, 2006. p. 93 a 101.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos – aspectos do ritual Ndembu**. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto – Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2005.

DESENHOS ANIMADOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ESCOLA CENTRO EDUCACIONAL MORANGUINHO: UM ESTUDO DE CASO

Cornélia Aparecida Costa*

Maria da Conceição Ferreira**

Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira***

Resumo: O presente estudo de caso apresenta os desenhos animados como recurso pedagógico no processo ensino-aprendizagem dos alunos do Centro Educacional Moranguinho-CEM. A pesquisa foi realizada na referida instituição de ensino localizada na cidade de João Pinheiro-MG no ano de 2014/2015. O estudo teve como objetivo analisar quais as contribuições do desenho animado na Educação Infantil; descrever a importância desse recurso para uma educação inovadora; apontar quais as contribuições dos desenhos animados percebidas pelos professores. Este artigo é de cunho quali/quantitativo, pois fez-se revisão de literatura sobre o tema proposto. Foi realizada uma entrevista oral com a gestora da escola e aplicado questionário semiestruturado à seis educadoras da escola CEM. Posteriormente, fez-se análise dos dados coletados. Para que a pesquisa pudesse responder a todas as dúvidas, além dos dados coletados na escola juntamente com a diretora e com as professoras, foi feita pesquisa bibliográfica, cujos autores Candau, Freire, Gardner, Hengemühle, Lakatos, Lleixà, Lima, Oliveira entre outros contribuíram para o desenvolvimento da fundamentação teórica.

Palavras-chave: Desenhos animados. Recursos pedagógicos. Interdisciplinar. Interação social. Estimulo intelectual.

Abstract: This case study presents the cartoon as an educational resource in the teaching-learning process of students in the Centro Educacional Moranguinho -CEM. The survey was conducted in the said educational institution located in João Pinheiro-MG in the year 2014/2015. The study aimed to analyze the contributions which the cartoon in kindergarten; describe the importance of this resource for innovative education; point which the cartoon contributions perceived by teachers. This article is qualitative / quantitative nature, it became literature review on the theme. An oral interview with the school management and semistructured questionnaire applied to the six teachers of CEM school was held. Later, there

* Pedagoga graduada pela Faculdade Cidade de João Pinheiro –FCJP; Assistente Administrativo do Colégio Cenecista João Pinheiro (CCJP);

** Pedagoga graduada pela FINOM, especialista em Psicopedagogia - Docente da Faculdade Cidade de João Pinheiro; Gestora do Centro Educacional Moranguinho – cemjp@hotmail.com.br

*** Graduada em Letras pela FAFIDIA, Pós-graduada em Letra pela UEMG, Pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior pela FCJP; Pós-graduada em Metodologia do Ensino à Distância pela FCJP; Pós-graduanda em Revisão de texto pela AVM; Professora Ouvidora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP; Professora de Redação do Colégio Cenecista João Pinheiro; Professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual- MG mlourdesfcjp@hotmail.com

was analysis of the collected data. So that research could answer all the questions, and data collected in the school with the principal and teachers, was made bibliographical research, whose Candau authors, Freire, Gardner, Hengemühle, Lakatos, Lleixà, Lima, Oliveira and others contributed to the development of the theoretical basis.

Keywords: Cartoons. Educational resources. Interdisciplinary . Social interaction. Intellectual stimulation

INTRODUÇÃO

A criança identifica-se com alguns personagens do desenho animado e assim, de forma direta ou indiretamente, ela constrói uma identidade pessoal, sem deixar de ressaltar a importância do âmbito escolar e familiar de cada criança.

E é baseado nesta constatação que buscamos respostas para os questionamentos: Como o educador trabalha com o desenho animado em sala de aula, no incentivo ao desenvolvimento das crianças nessa fase de aprendizagem, e também para a reprodução das imagens? É possível perceber imitações positivas ou negativas de atitudes da criança através desse recurso? Qual a contribuição dos desenhos animados para o desenvolvimento cognitivo da criança?

A pesquisa teve como objetivo analisar quais as contribuições do desenho animado no processo ensino/aprendizagem na Educação Infantil, descrever a importância desse recurso para uma educação inovadora, de maneira a incentivar uma possível capacidade de inteligência espacial, de memória visual do seu aluno, de interação entre colegas e professores, enfim para o desenvolvimento cognitivo dos educandos

Segundo Pedro “Demo (2006, p. 20) o pesquisador não somente é quem sabe acumular dados mensurados, mas, sobretudo, quem nunca desiste de questionar a realidade, sabendo que qualquer conhecimento é apenas recorte”. Um bom educador sempre tem que pesquisar para que a sua formação tenha uma base sólida, pois não se aprende sem pesquisar e não se pesquisa sem aprender.

Assim sendo, pautou-se na pesquisa qualitativa, com o objetivo de descobrir as respostas para questões abordadas. Segundo Lakatos (2004, p.209) “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.”.

Inicialmente, fez-se uma revisão das literaturas que versam sobre o tema para posteriormente entrevistar a gestora e professores da referida escola, em seguida analisou-se

os dados coletados e assim identificou como o desenho animado pode ser utilizado e o quanto ele é relevante na aprendizagem para os anos iniciais de escolaridade.

1. Histórico e concepções do desenho animado

Com o avanço tecnológico, é impossível falar de infância sem televisão, principalmente, sem os desenhos animados que foram rapidamente incorporados as programações diárias, infiltrando nas casas das mais diferentes famílias todos os dias, conquistando crianças de todas as idades.

A “TV condiciona a rotina das crianças e de seus familiares, funcionando ora como babá-eletrônica, ora como pano de fundo para as conversas entre amigos, ora como convidada assídua das refeições, ora como convite ao silêncio familiar, mas sempre ligada”. (PACHECO, 2005, p.1)

Partindo desse pressuposto, podemos destacar que a televisão faz parte da rotina de crianças e adultos, é uma companheira para horas simples do dia, como forma de interação ou como atualização dos acontecimentos ocorridos ao redor do mundo e também como uma aliada dos pais, que veem nela uma salvação para o corre-corre diário, e, às vezes, pela dificuldade de encontrar alguém para tomar conta das crianças, o que os fazem optarem por deixá-las em frente à TV assistindo desenhos animados.

Segundo Silva Junior e Trevisol (2009, p.5045) “os desenhos animados representam um conjunto de estímulos visuais, auditivos, reflexivos de mensagens e informações sobre diferentes contextos”. Também (POUGY 2005, p.46) complementa que “a criança relaciona-se com a TV do mesmo modo que se relaciona com o que está a sua volta. Para ela, a TV constitui-se em um jogo simbólico como as brincadeiras infantis”. No entanto, nem sempre foi assim, o artifício de animação surgiu por volta de 1910 e, não tinham a sofisticação de hoje.

Os primeiros desenhos animados surgiram na década de 1910, no então cinema mudo e sem cores. Naquela época, a maioria das animações era de curta-metragem, com piadas e roteiros elaborados para o público adulto. Na década de 1920, surgia no cinema o primeiro desenho infantil, ainda sem cores nem falas (ARRIBAS 2004, p.177).

Como se vê, a animação nos desenhos foi uma estratégia para prender a atenção do telespectador adulto nas redes televisivas, mesmo que fosse uma animação sem brilho, contudo tomou outra dimensão, se antes já proporcionava o riso, o encantamento, hoje,

colorido e com mais recursos tecnológicos fazem, ainda mais, parte do entretenimento da vida das famílias brasileiras

Munarim (2007, p. 8) afirma que: “Afinal, como interpretar o que é ser criança sem levar em conta o contexto do qual ela faz parte [...], além de considerar que um grande número de crianças, atualmente, passa boa parte de seu tempo assistindo televisão, na frente do computador ou jogando vídeo game?” Dessa forma, torna-se fato que os desenhos animados fazem parte da vida não só dos adultos, mas também da vida das crianças e adolescentes em diferentes contextos e classes sociais, sejam eles o ambiente doméstico, escolar ou social.

Partindo deste pressuposto, torna-se necessário investigar a atuação dessa mídia tecnológica dentro do espaço escolar, em especial nos segmentos da Educação Infantil.

I.1- Os desenhos animados como recursos pedagógicos

Os desenhos animados, para a formação das crianças no ambiente escolar brasileiro, surgiram como a necessidade de recursos pedagógicos diferenciados que estimulassem o desenvolvimento e aprendizado de cada criança.

A comunidade escolar já não é mais vista como o único espaço de construção e reconstrução de conhecimentos. Na sociedade contemporânea, ela divide espaço com outras referências. Essa descentralização aponta a necessidade de se reconhecer a presença das referências midiáticas também no contexto formal de educação, uma vez que estas participam da formação sociocultural das crianças e adultos que nele convivem cotidianamente. (SARTORI E SOUZA, 2012)

Esses recursos midiáticos, também, podem ajudar no aprendizado de forma lúdica, juntamente, com seu educador a criança desenvolve sua percepção e sua forma de observar o mundo a sua volta, passa a ser crítica e objetiva, além de ser um ótimo estimulador para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, motoras e de ajudar no poder de concentração de cada uma.

De acordo com (MORIN, apud CUNHA, p. 01, 2005) “a escola está lentamente acordando para a compreensão dos meios de comunicação como educadores informais da sociedade e como novas linguagens que interferem nas convencionais” e apesar de ser um recurso ainda pouco usado nas escolas com fins pedagógicos, ele pode contribuir para um currículo diferenciado nas aulas de todas as disciplinas. Como diz (BUENO, 2005, p.03) “é preciso também sair da TV, o professor precisa estar ao que seus alunos veem” ou seja, não

basta apenas assistir à TV, o educador deve contextualizar a ação assistida ao universo vivido pela criança, propiciá-las conhecimento de mundo.

Witter (2004, p.119) corrobora dizendo que:

A inclusão baseia-se em princípios tais como: a aceitação das diferenças individuais como atributo e não como obstáculo, a valorização da diversidade humana pela sua importância para o enriquecimento de todas as pessoas, o direito de pertencer e não de ficar de fora e o igual valor das minorias em comparação com a maioria.

Com relação à necessidade de inclusão, os desenhos animados podem ajudar na interação entre os indivíduos que pensam de maneira diferente, preconceituosa, pois essa diferença pode ser facilmente esquecida quando se está em frente a um televisor, pois nesse momento a criança pode identificar-se com algum personagem ou compará-lo a alguém conhecido, promovendo assim a aceitação e o respeito sem que haja algum tipo de problema ou discriminação, pois verá que não apenas um de seus próximos é diferente, e sim que a diferença existe em qualquer lugar, mesmo no veículo que pensara ser só para si.

Salgado (2005, p.8) afirma que “o desenho animado traz valores e modelos determinados que serão copiados pela criança, no sentido de afetar e modelar sua conduta”, por isso não se pode apenas lançar mão do desenho animado como um entretenimento na escola, é necessário que o perceba como ferramenta pedagógica de forma responsável, pensando no que ele pode contribuir para o crescimento intelectual, para a formação cognitiva e social da criança.

A percepção visual como um processo cognitivo que permite o entrelaçamento de ser com o ambiente direto e indireto. No processo de aprendizagem, os fatores sensório-perceptivos, considerados como estímulos, são elementos determinantes da atitude do indivíduo no reconhecimento visual do elemento. (LLEIXA,2004, p.231)

A percepção visual quando trabalhada de maneira correta, possivelmente, será uma forma de observar detalhes minuciosos, aparentemente, imperceptíveis para algumas pessoas, estimulando o processo investigatório de cada um em busca de respostas para suas perguntas.

É necessário estimular as diversidades com questões simples do cotidiano, perguntando sempre quais as mudanças ocorridas com o passar do tempo, enfim, o porquê das ações transmitidas, se já presenciaram algumas atitudes vistas nos desenhos, se acontecimentos são comuns em todos os lugares, como seria no mundo em que ele vive, entre outras questões que contribuem para a oralidade, “As imagens carregam referências culturais que estão vinculadas a outras imagens e constituem uma trama conceitual entre o imaginário e

significado” (FREEDMAN, 1994 apud MARTINS, 2004, p. 4). Também afirma o (PCN 1997, p. 15): “saber discutir pluralidade a partir das diferenças dos próprios alunos é um modo de conduzir o tema de forma mais próxima da realidade brasileira.”, mesmo que, às vezes, o tema tenha acontecido em um ambiente distante, terá sempre algo que poderá aproximar-se do contexto da criança, seja ele o enredo, as atitudes ou os personagens.

Partindo desse pressuposto, o educador deve trabalhar a pluralidade cultural que são abordadas nesse recurso midiático, pois além dos valores nele contidos, oferece ainda recursos múltiplos para a formação cultural das crianças.

Para (VIGOTSKY apud OLIVEIRA, 1997, p.61) o papel da intervenção pedagógica no desenvolvimento deve ter como objetivo trabalhar a importância do meio cultural e das relações entre indivíduos para o desenvolvimento da pessoa humana, e não propor uma pedagogia diretiva, autoritária. Tem que se ter uma intervenção pedagógica que seja utilizada para ajudar na formação crítica e pensante e não somente na utilização de uma pedagógica tradicionalista, de mais uma novo modismo, porém um recurso facilitador da aprendizagem.

Hengemühle (2008, p.28) "precisamos criar a cultura da construção e da presença viva do projeto pedagógico em nosso cotidiano escolar." É essencial a utilização de um projeto pedagógico diferenciado para que a construção cultural seja essencial para uma formação sólida e eficiente na maneira de pensar de cada aluno e para a construção de uma sociedade humanitária.

2. Os desenhos animados na Escola CEM

Para saber qual a contribuição dos desenhos animados na Escola CEM, entrevistou-se oralmente a gestora/proprietária da Escola a Sra. FERREIRA. As resposta colhidas e a revisão de literatura serviram de fundamentação teórica para o desenvolvimento deste estudo.

2.1 Os desenhos Animados na Percepção da Direção da Escola CEM

Inicialmente, o ambiente escolar ainda é estranho aos olhos da criança e a partir da utilização recursos audiovisuais, especificamente o desenho animado, ocorre uma interação maior entre professor - aluno e também uma aproximação entre as crianças, pois elas acabam descobrindo semelhanças no novo contexto em que está sendo inserida, nos novos amigos que lhes são apresentadas.

Para Ferreira, educadora da instituição pesquisada:

“Os recursos áudio – visuais são ferramentas muito utilizadas pela família, escola e também muito apreciadas pelas crianças da Educação Infantil. Os alunos que entram na escola provêm de diferentes famílias e demonstram uma grande diversidade de vivências e de conhecimentos prévios. Quando a criança chega à escola sabendo uma variedade de letras, músicas, formas geométricas, números e outras curiosidades, a mãe sempre justifica o fato de a criança assistir determinados áudio- visuais em casa, dessa forma podemos perceber que há uma pedagogização, atuando no meio social. São recursos fáceis de encontrar e com um preço acessível a todos”.

Em fase do exposto, podemos afirmar que a criança em seu ambiente familiar já adquiriu algum conhecimento prévio com a colaboração dos desenhos animados. A vivência também ajuda, pois se a família participa do desenvolvimento da criança, o seu crescimento em relação à aprendizagem terá mais resultado, e além disso ela não terá muita dificuldade em identificar aquilo que está lhe sendo ensinado.

No que tange o âmbito escolar, também ressalta a entrevistada, professora Maria Conceição Ferreira *“Na escola usamos este recurso também na fase de adaptação escolar, pois se a criança assiste em casa e também na escola que é um lugar diferente, a escola passa a ser um lugar menos estranho. A mesma especialista diz que cada faixa etária percebe os recursos áudio visuais de forma diferenciada, segundo ela as fases de 2 a 3 anos:*

É caracterizada pela interiorização dos esquemas formados anteriormente, começa o surgimento da função simbólica, a capacidade de representar objetos e acontecimentos ausentes, por meio de signos e símbolos diferenciados, daí a atração pelos vídeos musicais, pois estes são lúdicos, coloridos e possuem muito movimento.

Observa-se que devemos ter cautela em relação àquilo que se quer ensinar, pois cada idade exige uma maneira mais fácil de entendimento, para isso deve-se usar uma linguagem que seja entendida por todos, mas sem deixar de transmitir aquilo que está sendo exposto por ele e também a mensagem que se pretende passar.

Devemos ressaltar também que toda pessoa pode ou não desenvolver diversas habilidades, dependerá de como foi trabalhado as experiências durante a infância, pois a criança tem um enorme potencial simbólico que vai com o tempo sendo desvendado por ela por meio da realidade vivida. (FERREIRA)

A cada conhecimento adquirido, há a necessidade de buscar novas formas de ensino, para que o aprendizado seja sempre ampliado e a interação aconteça na passagem da infância para a fase adulta.

Patrício (2001, p. 2) diz que “o educador sempre sentiu necessidade de se atualizar, não somente no campo de seu conhecimento como também na sua função pedagógica”. Dessa forma, vale ressaltar a importância de uma atualização por parte do educador que deve ser dinâmico e flexível.

O educador deve procurar formação continuada em relação ao ensino e aprendizagem. A escola não deve ter somente o pensamento aberto para as mudanças, contudo um currículo educacional diferenciado que alcance a necessidade das crianças frente as mudanças familiares, sociais e mundiais.

Já para o II e III Períodos Ferreira diz:

“Esses recursos são utilizados todos os dias depois do lanche e da escovação. Os vídeos são trabalhados com o objetivo de possibilitar o domínio de um vocabulário novo e de outros aspectos da língua, a construção de conceitos matemáticos, o estudo de diversas linguagens para favorecer o desenvolvimento do tempo, espaço e a estabelecer bases para o pensamento lógico”.

Constata-se que além de exercerem as atividades cotidianas, esses recursos midiáticos são ótimas formas de estimular um novo vocabulário, um novo conceito para o ensino da Matemática, o espaço geográfico, o contexto histórico, entre outros conteúdos de outras disciplinas.

Observa-se também a necessidade de uma formação do pensamento lógico de cada aluno, no incentivo do ser pensante, crítico e que saiba se relacionar na sociedade e não somente no ambiente escolar. Neste ínterim, é de grande importância que o educador incentive esse desenvolvimento.

Os desenhos estimulam a criança a interagir com o vasto conteúdo que se encontra em seu bojo, abrindo uma variação de oportunidades de trabalhar temas diversos de maneira lúdica, criando, dessa forma, ambientes atrativos da aprendizagem; o que desperta na criança o desejo de conhecer, investigar e aprender (BOSSALI, 2002, p. 49)

Para que o aluno possa ser estimulado, o espaço escolar deve ser adaptado para que haja um maior desenvolvimento individual e coletivo, para que ocorra também um aprendizado pautado na interação, visto que na interpretação do desenho assistido, há troca de conhecimento entre as crianças e professores. O educar com a ajuda desse recurso deve estimular a troca de conhecimento e experiências para o desenvolvimento da imaginação criadora, da expressão artística, da reprodução daquilo que foi observado através do desenho animado.

Para Vygotsky (1982, p.36) “a função imaginativa depende da experiência, das necessidades e dos interesses em que ela se manifesta”. Presume-se então, que a função imaginativa se dá em decorrência da experiência vivida pelo indivíduo, é pela experiência que a criança irá reproduzir as imagens apresentadas a elas ou aquelas do seu cotidiano.

Como relata Fischer apud Mendes (2002, p.03) em seu “estudo da TV como dispositivo pedagógico” feito a partir de duas pesquisas:

O estatuto pedagógico da mídia e "Subjetividade feminina e diferença no dispositivo pedagógico da mídia" que a televisão afirmar se como um lugar especial de educar, de fazer justiça, de promover a "verdadeira" investigação dos fatos (relativos a violências, transgressões, crimes de todos os tipos) e também" ensinar como fazer" determinadas atividades cotidianas, como lidar com o corpo, determinadas mudanças no cotidiano familiar e entre outros “ensinamentos.

Neste ponto, a televisão destaca-se como uma forma de aprendizagem de maneira rápida, sem muitas dificuldades de entendimento por parte dos seus telespectadores, pois mostra certa liberdade de expressão.

Ainda nesse aspecto, as escolas estão atentas à essa forma de aprendizado informal, que não exige um planejamento concreto para aconteça o aprendizado. “A escola está lentamente acordando para a compreensão dos meios de comunicação como educadores informais da sociedade e como novas linguagens que interferem nas convencionais” (MORIN apud CUNHA, 2005 p. 01.).

As escolas estão buscando trazer para dentro da sala de aula alguns desses meios de comunicação para que seus alunos possam entender um pouco mais sobre essa comunicação informal que interliga com a educação formal, inserindo assim na sociedade um método novo de ensino com abordagem plural, novas propostas e orientações didáticas.

Ainda assim, é uma metodologia pouco usada por algumas instituições de ensino, cujo método é o ensino tradicional, no entanto como destaca (FISCHER APUD MENDES, 2002, pag.08) “Torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação ao lado da escola, da fonética e das instituições religiosas”. Como dito anteriormente além de contribuir para uma formação escolar dentro e fora da instituição, também colaboram para uma formação de personalidade. “o desenho animado traz valores e modelos determinados que serão copiados pela criança, no sentido de afetar e modelar sua conduta” (SALGADO, 2005, p. 8).

Os desenhos animados podem mostrar o lado positivo que aborda questões livres do cotidiano, como valores que podem interagir com a criança à medida que conduzidos com

planejamento, pois a criança tende a imitar aquilo que vê, independente se bom ou ruim, pois muitas não têm percepção ainda do que é certo ou errado.

A proliferação de imagens chega ao sistema educacional através das mais diferentes formas, sendo que uma das mais eficientes se dá por meio das personagens criadas para desenhos e filmes infantis de animação. [...] permeando as brincadeiras entre as crianças, sugerindo modos de ser, reforçando antigos saberes ou divulgando novos (SABAT 2002, p. 9).

Existem alguns desenhos que podem influenciar a personalidade de cada pessoa, uma vez que a televisão exerce também forte influência sobre a forma de pensamento, em decorrência dessa forma de manipulação, a criança imita cada passo de seu personagem de forma rápida, assim sendo ela também pode apresentar características benéficas ou agressivas, em decorrência de alguns desenhos animados que possuem esta particularidade

Como afirma Libâneo (1984), preocupa-se com a contextualização da prática pedagógica, isto é, deve-se levar em conta o aluno concreto, os elementos de sua realidade – permitindo a sua compreensão nas “múltiplas determinações” -, percebendo o seu papel nela e situando-se também no movimento de transformação social. (LIBÂNEO *apud* CANDAU, 2000, p.128).

Como cita Libâneo, a transformação social também ocorre de maneira contextualizada, ou seja, a prática pedagógica é de grande importância para a sociabilidade da criança, assim como nos desenhos educativos que lhe propicia a autonomia de exercer as funções sem a intervenção dos outros como a obrigatoriedade do escovar os dentes, lavar as mãos, tomar banho entre outras necessidades básicas, muitas vezes rejeitadas em determinadas faixa etária, em sua interação com o outro em sala de aula ou nos momentos recreativos. “Balzan (1980) trata mais diretamente a questão dos objetivos, apesar de fazê-lo sucintamente. Critica a visão tecnicista por desconsiderar a discussão dos objetivos mais amplos, não relacionados os fins da educação com a realidade sociocultural em que ela está inserida” (BALZAN *apud* CANDAU, 2000, p.128).

Não se concebe, hoje, uma educação tecnicista, a educação deve abordar assuntos que estejam de acordo com a realidade de cada um e, na maioria das vezes, os desenhos animados podem ajudar a entender a realidade de cada criança de forma lúdica. O professor, como mediador de conhecimentos, deve se preparar para as possíveis questões levantadas por seus alunos em relação a essa realidade tão modificada, em tantos contextos assim chamados de diferenciados.

A metodologia será tomada no seu sentido mais amplo, como uma estratégia geral de abordagem do fenômeno educativo. Isto é, como um instrumental teórico- prático que

permita “o conhecimento o mais real possível (...) e a prática mais segura e clara, possibilitando assim o saber e o fazer a um só tempo e encarados como uma realidade total e, por isso mesmo, impossível de serem separados. (COELHO *apud* CANDAU, 2000, p.115).

Para que haja o entendimento entre os alunos, é necessário que o educador use de metodologias diversificadas entre o fazer e o aprender, diferenciando o real do fictício, incentivando assim a imaginação, a criatividade, o respeito, os pontos negativos e positivos.

Assim, esses recursos midiáticos são pontes entre o fazer e o aprender, pois estabelece várias formas de aprendizado, sendo o educador detentor desse conhecimento, ele tem total autonomia para estabelecer a interdisciplinaridade.

Para Piaget a inteligência é compreender (uma espécie de criatividade interna da mente face ao real) e inventar (uma espécie de criatividade de novos comportamentos para enfrentar a realidade). Logo se percebe que a teoria de Piaget é a própria teoria da criatividade, pois, sem criatividade não há “construção”. (PIAGET *apud* LIMA, 1980, p.53).

Os desenhos animados estabelecem a construção da criatividade defendida por Piaget, uma vez que também ajudam a desenvolver a inteligência espacial na reprodução das imagens ali observadas por eles. O educador também exerce essa função de incentivador da imaginação, dando oportunidades a criança de estimular essa qualidade de expressar seus sentimentos.

A observação também estabelece esse estímulo da reprodução, uma vez que a atenção é o responsável pelo estímulo da memória e, conseqüentemente, da reprodução das imagens analisadas, dos diferentes ângulos e áreas percebidos por cada um.

A percepção visual como um processo cognitivo que permite o entrelaçamento do ser com o ambiente direto e indireto. No processo de aprendizagem, os fatores sensório-perceptivos, considerados como estímulos, são elementos determinantes da atitude do indivíduo no reconhecimento visual do elemento, ficando codificados os gradientes de forma, como contorno e superfície, cor, textura, proporções, orientação e localização espacial e inter-relação com outros elementos. (ARRIBAS, 2004, p.231)

A criança se assemelha naquilo que observa, mas nem sempre faz uma cópia fiel do que foi observado, pois ainda não foi trabalhada a coordenação para uma representação específica daquilo que foi observado por ele, mas em contrapartida ela consegue analisar cada detalhe, imperfeição ou algum detalhe imperceptível pelo olhar de um adulto. Desta forma ele consegue reproduzir cada movimento, gesto, ou alguma característica única de cada figura

representada nos recursos midiáticos apresentados a ela, na sua interação com o meio e também como incentivo da imaginação.

2. Apresentação e análise de dados: formação do professor e os desenhos animados

A presente pesquisa torna-se uma das formas para encontrar as respostas para os seguintes questionamentos e indagações referentes ao desenho animado trabalhado em sala de aula.

Os dados apresentados a seguir, são respostas dos questionários aplicados aos professores do Centro Educacional Moranguinho, Seis (6) questionários foram entregues e respondidos cordialmente por eles, deixando em evidência a valorização e o respeito desses profissionais na área da educação.

A primeira pergunta foi sobre de que maneira a prática pedagógica está inserida no contexto da educação infantil.

(Entrevistado A) A televisão já faz parte do cotidiano das crianças e o desenho animado é um recurso prazerosa que pode ser usado na sala de aula para novos saberes. A inserção deste recurso na sala de aula pode favorecer a discussão de temas do cotidiano além de contribuir para auxiliar o processo de ensino e de aprendizagem. Porém, para que esse recurso possa ter uma finalidade, é primordial que o professor planeje uma forma objetiva de utilizá-la.

(Entrevistado C) Quando o desenho animado é trabalhado em sala de aula, problematizado e discutido, o professor está possibilitando importante espaço pedagógico de forma prazerosa, lúdica e envolvente.

(Entrevistado D) Diante da tecnologia atual a escola indiretamente ou diretamente acaba sendo envolvida neste processo. A criança chega comentando sobre determinado filme ou desenho é hora de investigar se isso trará benefícios, o professor poderá criar atividades envolvendo os personagens que fazem parte da fantasia infantil possibilitando o jogo simbólico, importantíssimo nessa fase. Assim a criança poderá contextualizar conhecimentos da escola com que ela vive no momento, seja realidade ou fantasia.

As respostas pontuam a importância dos desenhos animados de forma lúdica e prazerosa, sem deixar de estabelecer novos saberes para os seus alunos, abordando os reais benefícios que estes favorecem às crianças, deixando em evidência a identificação de algumas atividades que podem ser desenvolvidas com tais atividades, tais como: a contextualização entre a realidade e a ficção e o jogo simbólico.

Como desenvolver uma prática pedagógica que contemple a aprendizagem usando os desenhos animados?

(Entrevistado C) Buscando alternativas Pedagógicas diferenciadas, trabalhando individualmente cada criança, observando o comportamento, atitude e formação de valores em seus alunos.

(Entrevistado D) Como?! As práticas surgem diante das necessidades apresentadas na aprendizagem, disciplina, etc. Os desenhos, vídeos educativos, filmes são diversos, então é selecionar um que seja unânime na preferência dos alunos, apresentar p/ a turma e a partir daí trabalhar os conteúdos curriculares. Cito um exemplo a partir de uma apresentação junina de uma dança do Chico Bento foi desenvolvido um projeto rico sobre os animais da fazenda, criou-se as galinhas do Chico Bento, deram nome a elas, as galinhas botaram ovos, nasceram os pintinhos. Daí dá p/ vislumbrar a matemática, alfabetização e o letramento sendo trabalhados alavancando a aprendizagem, tendo como ponto de partida um vídeo.

(Entrevistado E) O professor deve desenvolver um modo para atender a dificuldade de cada criança, procurando sempre uma maneira positiva e significativa.

(Entrevistado F) A criança deve ser estimulada para que obtenha uma aprendizagem cada vez mais significativa, ou seja, ajustá-la à cada tipo de aprendizagem dos alunos, analisando quais as suas dificuldades e saná-las de forma mais positiva, com o auxílio dos desenhos animados que tragam conteúdo e significado.

De acordo com as respostas das professoras as crianças passam muito tempo em frente a TV, por isso elas devem atentar-se às mudanças do comportamento de cada um, uma vez que há desenhos que podem contribuir para que haja um comportamento agressivo por parte das crianças que assistem a esses programas. “O sujeito é um lugar vazio, para se significar precisa adquirir características, que são dependentes e constituídos de significados e significantes que adquirimos no decorrer da vida”. (FERREIRA, 2014, p.295)

O sujeito é um ser em formação que pode ser influenciável positivamente ou negativamente com recursos midiáticos, e ressalta a importância da utilização de recursos pedagógicos diferenciados para a formação intelectual e social, sendo importante a utilização de atividades diferenciadas para a interação da criança no meio em que se relaciona.

Os desenhos animados auxiliam no desenvolvimento da linguagem oral das crianças?

(Entrevistado A) Sim. Quanto mais estímulos externos a criança receber, maior será facilidade para se comunicar desde que esses estímulos sejam interessantes para as mesmas, e os desenhos animados possuem estímulos visuais bem como auditivos.

(Entrevista B) Sim, trabalhando profundamente o desejo e o exercício da expressão por meio de diferentes: a expressão oral, visuais, poemas, pintura e colagem de desenho animados,

(Entrevistado D) Auxilia se você desenvolver atividades em cima, só a ação de colocar as crianças p/ assistirem, sem discutir, comentar não desenvolverá a linguagem oral das crianças. Nesta fase existem aspectos, assuntos apresentados nos que a criança sozinha

não consegue alcançar o entendimento. Através do diálogo, da discussão o professor poderá ajudar a criança.

(Entrevistado E) Sim. Os desenhos animados ajudam e muito na linguagem oral da criança, pois elas aprendem o português correto e alguns desenhos ensinam até falar em inglês.

(Entrevistado F) Sim. Os desenhos animados possuem diferentes tipos de linguagens, desde a linguagem coloquial à mais formal, com isso a criança já começa a perceber que há várias maneiras de utilizar a linguagem, respeitando a maneira de cada um. Sem falar que a criança também aprende novas palavras com os desenhos animados, expandindo sua linguagem oral.

Observa-se, nas respostas, que os desenhos animados possuem diferentes tipos de linguagens, as crianças podem aprendê-las tanto a coloquial, quanto a formalmente, entendendo onde e quando usá-las, contribuindo também para o enriquecimento do vocabulário como nos confirma (ARRIBAS, 2004, p.177) o receptor pode reter, reproduzir, interpretar e responder mensagens. Esse conjunto de atividades pertence às condutas da linguagem e faz parte de outras atividades mais amplas, inseridas no campo da Semiótica, [...], têm faculdade comunicativa.

Como já percebemos, os desenhos são formas diversificadas para o entendimento de várias atividades interdisciplinares para uma formação sólida e que será utilizada em vários momentos da vida. É propício que sejam desenvolvidas outras formas de aprendizagem com diferenciação de atividades voltadas para o mesmo fim.

O próximo questionamento foi: Além de desenvolver a linguagem oral, os desenhos animados também podem ser utilizados com identificador de outras formas de desenvolvimento da criança?

As respostas mostram que os desenhos animados também ajudam a identificar outras formas de desenvolvimento das crianças, deixando ainda mais em evidência a importância da interdisciplinaridade em sala de aula para que haja um aprendizado de qualidade e que ela possa desenvolver o espírito crítico e trabalhar assim o respeito às diferenças.

Foi investigado também se os desenhos animados afetam ou não a aprendizagem das crianças, fazendo com que ela perca o foco no ensino.

Como resultado, 17% dos educadores acreditam que os desenhos animados podem afetar no desenvolvimento cognitivo e assim como podem perder o foco no ensino, pois os desenhos apresentam vários tipos de ensinamento. 33% disseram que não há nenhuma possibilidade da criança perder o foco nos estudos e também afetar no desenvolvimento cognitivo, sabendo que esse recurso também é usado para a aprendizagem em sala de aula, já

50% disseram que talvez possa afetar no desenvolvimento da criança e também que a criança se disperse falando sobre o respectivo desenho e deixe de participar das aulas.

Questionou-se quais as funções podem ser desenvolvidas com a ajuda dos desenhos animados. Dos entrevistados, 16% acreditam que os desenhos animados ajudam na inteligência espacial, ou seja, na reprodução das imagens percebidas por eles, 32% acreditam que podem ajudar na percepção visual, trabalhando também a importância de se analisar os pequenos detalhes deste recurso, 10% acreditam que a relação interpessoal pode ajudar na interação dos alunos, encontrando semelhanças entre seus desenhos favoritos, 10% acreditam que esse recurso ajuda no respeito às diferenças, e 32% acreditam no que já foi citado eles ajudam no comportamento social, levando em consideração os desenhos que mostram a importância do respeito, as diferenças e também as formas de pensamentos de cada um.

Ainda que haja uma dificuldade maior na relação interpessoal, deve-se trabalhar o respeito às diferenças analisadas pelo professor em sala de aula, na perspectiva de engrandecer o que é proposto pelos desenhos animados de forma a abordar os diversos contextos sociais, trazendo-o para a vivência de cada um.

De acordo com 14% dos entrevistados, os desenhos que mais contribuem para o aprendizado da criança, seja ele cultural ou cognitivo, são os da Turma da Mônica, 43% acreditam que o desenho da Galinha Pintadinha pode ajudar no cognitivo, uma vez que, é trabalhado de forma lúdica a aprendizagem de crianças na Educação Infantil, já 43% mostram que é o desenho da Dora Aventureira, pois é um desenho que instiga a criança a pensar, sendo também um ótimo estímulo para a aprendizagem de forma lúdica. Cada resposta dada enfatiza a importância da valorização desses recursos para complementação da aprendizagem em sala de aula, mas nunca abandonando as formas de ensino tradicionais.

A oitava pergunta buscou entender se o educador utiliza esse recurso como instrumento pedagógico. Você usa o recurso audiovisual (desenho) como instrumento pedagógico? Por quê?

De acordo com as educadoras, o desenho animado não é utilizado com muita frequência, sendo apenas um instrumento de complementação do trabalho pedagógico, uma vez que pode possibilitar e motivar o desenvolvimento do imaginário de cada criança; desenvolvendo assim a inteligência espacial, que consiste na reprodução das imagens apresentadas a elas através do desenho animado e também por outros recursos pedagógicos utilizados em sala de aula.

Segundo “Teresa Arribas (2004, p.212) os estímulos visuais causam sensações distintas, conforme as características destes quanto à intensidade de luz ou de contraste com o entorno, o cromatismo, o tamanho, a forma e a textura”.

Os estímulos visuais são responsáveis pelo desenvolvimento da percepção de pequenos detalhes que são encontrados em todas as atividades trabalhadas em sala de aula, e esses estímulos visuais devem ser trabalhados com a intenção de estimular a atenção e a abordagem para a discussão de diversos temas a serem trabalhados em sala, desenvolvendo a autonomia de cada indivíduo em sociedade.

IV- CONCLUSÃO

Diante dos recursos midiáticos cada dia mais avançados, é necessário que estes sejam inseridos no processo-ensino-aprendizagem desde a Educação Infantil, o que foi constatado no Centro Educacional Moranguinho, visto que o corpo docente utiliza o desenho animado como ferramenta metodológica.

Verificou-se que o uso dos desenhos animados com os alunos possibilitam o desenvolvimento cognitivo, pois coloca a criança a frente de informações novas que contextualizadas com o conteúdo motiva a aprendizagem, os desenhos proporcionam diálogos entre alunos e professor onde as dúvidas são questionadas onde é lugar como confirma (ARRIBAS, et 2004, p.231) que é neste ensinar a ver, são importantes os exercícios de atenção visual. Entre estes, a leitura de imagens que permite a descrição das qualidades dos elementos que a integram quanto a forma, tamanho, localização, relação proporcional com os outros.”

Ficou claro que, este recurso é usado de forma interdisciplinar e contextualizada sempre que possível com os conteúdos estudados, pois estando a criança em processo de formação da sua identidade é comum reproduzir atitudes e ações vivenciadas no plano real ou fantasioso ocasionado pelos desenhos, assim sendo é fundamental a intervenção do professor diante do trabalho realizado para que os resultados sejam alcançados positivamente. Enfim, os educadores do Centro Educacional Moranguinho procuram usar os desenhos animados como ferramenta pedagógica para enriquecer sua práxis pedagógica visando o desenvolvimento cognitivo de seus educandos.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSELLI, Silvana Maria Carvalho. **Desenho animado: um caminho da educação à distância.** 2002. Dissertação (Mestrado em Mídia e Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática.** 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

CUNHA, Joviniano Borges. **Televisão: da sala de estar para a sala de aula.** Disponível em www.aurora.ufsc.br. Acessado em 20/04/2005 às 19h.

FERREIRA, Maria Conceição. Significados e significantes na constituição cognitiva do aluno, do 1º ano no ensino fundamental, em processo de alfabetização de uma escola privada no município de João Pinheiro In ALTUS CIÊNCIA- Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, ano 2. N 2. Jan a Dez. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa.** 37.ed.São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: teoria das inteligências múltiplas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas/Adelar Hengemühle.** 5 ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KOHN, Karen, **Os Simpsons No Brasil: A Visão Do Desenho Animado Sobre A Sociedade Brasileira,** Frederico Westphalen, RS. 2010

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.**4. ed. São Paulo: Atlas, 2004

LIMA, Lauro de Oliveira. **Piaget para principiantes** São Paulo: Summus, 1980. (Novas buscas em educação; v.8).

LLEIXÀ Arribas Teresa. **Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar.** tradução Fátima Murad 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MENDES, Joana D`arc Umbelino; Mendonça, Anna Valeska Procópio de M; Souza, Suellen C.C. **Uma reflexão sobre a influência dos desenhos animados e a possibilidade de utilizá-los como recurso pedagógico.** Disponível em <http://portal.sipeb.com.br/santana/files/2010/08/A-influ%C3%Aancia-dos-desenhos-animados.pdf> acessado dia 27/03/2014

MUNARIM, Iracema. **Refletindo sobre as brincadeiras, o imaginário midiático e a cultura de movimento das crianças.** Núcleo de Pesquisa: Infância, Comunicação e Arte Coordenadora- NICA - UFSC. Agência financiadora: CAPES, 2007.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio- histórico.** São Paulo: Scipione, 1997. (Pensamento e ação no magistério).

PAULO, Patrícia Eloisa. **Desenho animado da educação.** Disponível em<http://anais.sepex.ufsc.br/anais_6/trabalhos/541.html> acessado dia 27/03/2014

SABAT, Ruth. **Filmes infantis como máquinas de ensinar.** In: 25ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -ANPED, Caxambu, 2002.

SILVA JÚNIOR, A. G. da, TREVISOL, M. T. C. Os desenhos animados como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da moralidade. In: IX EDUCERE, 2009, Curitiba, PR. Anais. Curitiba, PR: PUCPR, 2009, p.5043-5054.

POUGY, Eliana G.P. **As mensagens da Televisão e a reação de seus receptores.** Disponível em: www.redebrasil.tv.br/educacao/artigos/as_mensagens_da_tele_visao.htm. Acessado em: 04/02/12.

SARTORI, Ademilde Silveira; Souza, Kamila Regina de. **Revista de estilos de aprendizagem,** nº10, vol. 10, Outubro de 2012. Disponível em<http://www.uned.es/revistaestilosdeaprendizaje/numero_10/articulos/Articulo03.pdf> acessado dia 25/05/2014

WITTER, Geraldina Porto (Org.). **Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

AS LEIS AMBIENTAIS COMO FATOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

ErasmO Oliveira Mota*
Saulo Gonçalves Pereira**
Luciene Maria de Souza***

Resumo: O presente trabalho retrata a importância da educação ambiental como tema a ser trabalhado nas escolas, citando importantes leis ambientais como: a Lei de Crimes Ambientais, e o Novo Código Florestal, desta forma fazendo uma breve análise sobre as mesmas, não de forma a citar suas sanções e punições, mas sim usá-las como instrumento de ajuda para compreender melhor a importância, da preservação e conscientização, quanto ao meio ambiente. Mostrando que as leis podem desempenhar também um papel educativo. Tais leis podem auxiliar nos temas transversais ligados ao meio ambiente e Educação Ambiental, quando tratados dentro de sala de aula, como propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O trabalho foi de cunho qualitativo com revisão bibliográfica de obras, artigos em bases da internet e bibliográficas.

Palavras-chave: Código Florestal. Conscientização. Proteção Ambiental. Crimes Ambientais. Educação Ambiental.

Abstract: This work depicts the importance of environmental education as a subject to be worked in schools, citing major environmental laws such as the Law of Environmental Crimes, and the New Forest Code, thus making a brief analysis on them, not in order to cite its sanctions and punishments, but rather use them as a tool to better understand the importance of preserving and awareness about the environment. Showing that the laws can also play an educational role. Such laws can assist in cross-cutting issues related to the environment and environmental education when treated within the classroom, as proposed by the National Curriculum Parameters (PCNs) . The study was a qualitative approach with literature review works , articles on the internet and bibliographic bases

Keywords: Forest Code . Awareness. Environmental Protection. Environmental crimes. Environmental education.

INTRODUÇÃO

* Graduado em Ciências Biológicas pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Técnico em Meio Ambiente. erasmO. E-mail: oliveiramota@hotmail.com

** Orientador Professor da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, Biólogo, Especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Ambiental. Mestre em Saúde Animal pela Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Doutorando em Saúde Animal - UFU. E-mail: saulobiologo@yahoo.com.br

*** Doutora e Mestre em Educação – Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: souzamarialuciene@yahoo.com.br

Um dos grandes problemas mundiais, da atualidade, diz respeito aos crimes praticados contra o meio ambiente, que se tornam cada dia mais frequentes causando impactos ao meio ambiente como um todo, desconsiderando que nos é garantido pela Constituição Federal de 1988, viver em equilíbrio, ou seja, em harmonia com o meio. Por isso é de extrema importância que o aluno que hoje se forma, e cresce na escola já aprenda a importância e o significado do cuidado com o meio ambiente, e o que se constitui crime contra ele. De conformidade com o novo texto constitucional:

[...] fica patenteadado o reconhecimento do direito-dever ao meio ambiente ecologicamente harmonioso, a obrigação dos poderes públicos e da coletividade de defendê-lo, de preservá-lo e a previsão de sanções para as condutas ou atividades a ele lesivas. A preservação do meio passa a ser a base em que se assenta a política econômica e social (BRASIL, 1988, art. 225 § 1º, V).

A Lei nº 9.605, mais conhecida como lei de Crimes Ambientais, faz disposições e aplicações de pena sobre crimes contra o meio ambiente, fauna e flora, poluição, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural entre tantos outros crimes cometidos ao meio ambiente. A lei impõe ao infrator a prestações de serviços a comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou temporária de atividades e prestações pecuniárias. No Brasil, esse panorama levou a edição da Lei, que sistematizou as leis extravagantes que existiam.

Já o novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de [25 de maio](#) de [2012](#)) que teve todo o debate que se diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas de Reserva Legal (RL). Nesse contexto objetivou-se analisar a lei de crimes ambientais e o novo código florestal brasileiro, voltado à realidade escolar, do ensino médio, bem como verificar suas aplicabilidades dentro da educação ambiental.

De acordo com os PCNs, a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade. Para isso, é necessário mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação e valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos (BRASIL, 1997).

A metodologia adotada está de acordo com os pressupostos da pesquisa qualitativa e foi dividida em duas etapas, inicialmente foram realizados levantamentos bibliográficos com

livros do acervo particular de bibliotecas e sites acadêmicos disponibilizados na internet, foram utilizadas também artigos, teses, monografias, leis e revistas científicas.

Acredita-se que a lei de crimes ambientais, junto com o novo código florestal brasileiro, entra de conformidade, com o que é passado nos parâmetros curriculares nacionais, porque com o auxílio no entendimento das leis podemos passar para os alunos, de uma melhor forma o que se constitui crime contra o meio ambiente, despertando sua atenção ao tema, com palestra e mais do que isso, até com atividades, para que possam também fazer é interagir, com a proteção ambiental.

A LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

A Lei nº 9.605, mais conhecida como lei de Crimes Ambientais foi, no dia doze de fevereiro do ano de 1998, decretada e sancionada no Congresso Nacional pelo ex-presidente da república Fernando Henrique Cardoso.

A Lei nº 9.605 composta por seus oitenta e dois artigos distribuídas em cinco seções e oito capítulos fazem disposições e aplicações de pena sobre crimes contra o meio ambiente, fauna e flora, poluição, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural entre tantos outros crimes cometidos ao meio ambiente. A lei impõe ao infrator a prestações de serviços a comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou temporária de atividades, prestações pecuniárias A lei impõe ao infrator a prestações de serviços a comunidade, interdição temporária de direitos, suspensão parcial ou temporária de atividades, prestações pecuniárias e Inicialmente é importante entender o que é crime ambiental. Campos Filho (2004) conceitua crime ambiental como um fato que cause danos ao meio ambiente. Para uma conduta ser enquadrada como crime ambiental, deve estar expressamente prevista na Lei dos Crimes Ambientais. Portanto, pode-se dizer que nem toda atividade que causa danos ao meio ambiente será, forçosamente, crime ambiental, uma vez que tal qualificação depende do enquadramento aos termos da legislação ambiental (METZGER, 2010).

O sujeito ativo dos crimes ambientais, de tal sorte, pode ser qualquer pessoa física ou jurídica. O sujeito passivo dos crimes ambientais é sempre a coletividade, conforme se depreende do art. 225, da Constituição Federal, ao rezar que o meio ambiente é bem de uso comum do povo. Assim todo ser humano é sujeito passivo do crime ambiental (METZGER, 2010).

Ao contrário dos demais crimes, em matéria ambiental as circunstâncias atenuantes são aplicadas a critério do juiz, porque o dispositivo da Lei dos Crimes Ambientais reza

apenas em “São circunstâncias que atenuam a pena”, diversamente do Código Penal que reza: “São circunstâncias que sempre atenuam a pena” para demonstrar a aplicação obrigatória das circunstâncias. O quantum da atenuação fica a critério do juiz, que a aplicará sobre a pena-base (GRAZIANO, 2010).

De acordo com Copola (2005) as circunstâncias que agravam a pena constituem matéria delicada, e que, para sua aplicação, precisa ser analisada de forma detida e minuciosa pelo aplicador do direito. Tais circunstâncias que incidem sobre os crimes ambientais estão expressamente previstas em extenso rol constante do art. 15, da Lei nº 9.605/98.

Segundo a abrangência da lei nº 9.605 de Crimes ambientais, ainda inclui como crime que, impede a procriação da fauna, quem modifica ou destrói abrigo, quem vende, expõe, entre outras. Abusos e maus-tratos contra animais configuram crime ambiental e devem ser comunicados à polícia, que registrará ocorrência instaurando inquérito (VOLPI, 2007).

Segundo Tedardi (2009) os bens tutelados, tais como saúde, segurança ou bem-estar da população, é preciso considerar que a preservação do meio ambiente depende, principalmente, dos usuários dos recursos ambientais. Isso significa incluir a população, que deve observar os padrões estabelecidos na legislação, para dar sustentabilidade à fauna, à flora, às paisagens e condições sanitárias ambientais, objetivando fortalecer e retribuir saúde ao meio de onde o indivíduo e a coletividade retira sua sobrevivência.

A ação poluidora no meio ambiente, por parte do homem, vem provocando grandes transformações climáticas. A principal causa de grandes fenômenos catastróficos que ocorrem no mundo todo, por exemplo, a poluição sonora, causada por excesso de barulho, também a poluição visual, vale ressaltar a poluição atmosférica, da água, solo e nuclear.

De acordo com a Lei. 9605 o crime de poluição ambiental se dá em qualquer natureza em níveis que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana, ou que provoquem a mortalidade de animais ou a destruição da fauna.

CONTRIBUIÇÕES E PREJUÍZOS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

O contexto ambiental do Brasil daquela época, de acordo com Milaré (2011), foi que no final do século XIX já surgiram os primeiros conservacionistas em proteção das florestas das Colônias.

Foi no governo de Getúlio Vargas, em 1934, que criou o Código Florestal, que estabelece que as florestas e os vários tipos de vegetação existentes no país são bens comuns a todos os brasileiros, garantidos os direitos de propriedade e normas da legislação. Foi

aprovado pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, com a ideia de Reserva Floresta Legal. Na tentativa de evitar o desmatamento de três quartas partes da vegetação existente nas propriedades (BRASIL, 1965).

Pela redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, foi criado o Código Florestal de 1965, para evitar a devastação das reservas florestais que poderiam se transformar em verdadeiros desertos, e ainda a instituição de uma reserva para a conservação de cobertura florestal (BRASIL, 1965).

O Código Florestal de 1965 tinha como propósito maior proteger outros elementos, não só árvores e as florestas, que antes tinha outros fins como a madeira na propriedade. O Código Florestal vigente em sua essência fundamental, daquela época, tinha como objetivos principais proteger, água e solo (AHRENIS, 2009).

De acordo com Brasil 1988:

[...] os solos (contra a erosão); Art. 2º, incisos d, e, f, g; Art. 3º; e Art. 10; (BRASIL, 1988). As águas, os cursos d'água e os reservatórios d'água, naturais ou artificiais (contra o assoreamento com sedimentos e detritos vindos da ação dos processos erosivos dos solos); Art. 2º, incisos a, b, c. A continuidade de suprimento e a estabilidade dos mercados de lenhas e madeiras (contra a falta de matéria-prima lenhosa): Arts. 16, 19, 20, 21 e 44. (BRASIL, 1988, p.01).

Além da disciplina do uso do fogo em florestas, da Reposição Florestal Obrigatória e da tutela das florestas em terras indígenas também foram criadas as seguintes figuras jurídicas:

[...] “demais formas de vegetação natural de Preservação Permanente e as florestas” (Art. 2º; pelo só efeito da Lei; e Art. 3º; quando assim declaradas por ato do Poder Público); (BRASIL, 1988).

A “Reserva Legal” (Art. 16 e 44). O “novo” Código Florestal sintetizou em 50 artigos, com adequações e aprimoramentos, o que o primeiro Código Florestal (de 1934) apresentava em 101 artigos (BRASIL, 1988, p.01).

Todo o debate acerca do Código Florestal diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas de Reserva Legal (RL). Para sintetizar a condução dos trabalhos das propostas que as diferentes partes interessadas têm apresentado o Conselho Nacional de Meio Ambiente, CONAMA, editou, em 15-04-1999, a Resolução nº 254, criando uma Câmara Técnica Temporária para elaborar uma proposta de anteprojeto de lei que atualizasse o Código Florestal.

O Código Florestal brasileiro é rigoroso e bastante desrespeitado, tendo contribuições e prejuízos. E mais de 800 milhões de hectares de terra no país estão irregulares com o Código, mostrando que há necessidade de adequações da legislação (NEDER, 2002).

De acordo com Pádua (2002), as primeiras leis com o objetivo de regulamentar o setor ambiental datam de 1605, dado os primeiros conflitos sobre a exploração de recursos florestais brasileiros no continente ainda no século XVI. No entanto, as primeiras preocupações de opinião pública e intelectual relacionados à mudança no padrão de uso dos solos do Brasil só vieram no início do século XVIII (BRASIL, 2012).

No entanto, somente em 1934, pelo Decreto nº 23.793/34, com o regime do Pau-Brasil em 1605, que foi instituído o primeiro Código Florestal Brasileiro. Para regulamentar a utilização das florestas e classificar os atos danosos ao meio ambiente com penalidades, (BRASIL, 1988).

No dia 15 de setembro de 1965 o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.771 e foi publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de setembro, a Lei instituiu o Novo Código Florestal Brasileiro, com modificações na Área de Preservação Permanente e nova Reserva Legal. Esta última, era de 50% na Amazônia Legal e 20% nas demais regiões do país (NEDER, 2002).

Assim nasceu a Reserva Legal do Código Florestal, que determinava que toda propriedade rural devêssemos preservar uma parte de sua área para possibilitar o “equilíbrio”, conservando algumas das formas de vida existentes no local. As propriedades particulares poderiam usar de qualquer maneira o solo, desde que reservassem uma área como Reserva Legal além das áreas de Preservação Permanente instituídas ainda no código de 1934 (URBAN, 1998).

No século XX, na década de 1970, houve uma intensa elaboração legislativa na área ambiental, onde surgiu uma nova reformulação na tutela penal ambiental, como a Lei de proteção à fauna (Lei 5.197/67), um Decreto de proteção à pesca (Decreto-Lei 221/67), e outro Decreto para proteger os recursos hídricos (Decreto 50.877/61 e depois complementado pelo Decreto-Lei 303/67) (WAINER, 1991).

Somente com a Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, que se adequou às novas exigências e a uma nova visão da proteção ambiental, responsabilizando o autor dos atos danosos ao meio ambiente e suas obrigação na reparação do dano (AHRENS, 2007).

De acordo com Bonelli (2001), o uso de tecnologias modernas e a expansão da agricultura geraram benefícios socioeconômicos como aumento da oferta dos produtos agrícolas tanto para uso doméstico como para exportação, diversificação das economias locais e aumento da renda de municípios, melhorias sociais em várias localidades e ganhos na produtividade da agricultura.

Um dos principais desafios na conservação é demonstrar a importância que a biodiversidade tem no funcionamento dos ecossistemas. Segundo Bonelli (2001), o que mais prejudicou a conservação e o manejo foi à falta de conhecimento e as incertezas sobre os principais fatores que causavam.

Nos últimos 30 anos, o produtor brasileiro aumentou a produção de grãos e oleaginosas em 213% enquanto a área plantada expandiu em apenas 27%. Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no período de 1976 a 2010 houve um aumento de 2,5 vezes na produtividade (AHRENS, 2007).

O Brasil tem uma área territorial total de aproximadamente 852 milhões de hectares, desses, voltados para a produção agrícola um número acerca de 300 milhões de hectares. Com as recentes alterações no Código Florestal será possível, aumentar esse número para mais 22 milhões de hectares voltados para a produção agrícola. (NEDER, 2002).

Segundo Ahrens (2001) dentre outras mudanças, as principais são: A redução das Áreas de Preservação Permanente. A legislação atual prevê que as áreas localizadas a até 30 metros das margens desses corpos d'água sejam preservadas, mas a nova lei reduziria esse limite pela metade, ou seja, apenas 15 metros. Garante uma moratória para o desmatamento de florestas, visto que, por um período de 5 anos, não será permitido o corte raso de novas áreas de floresta nativa para a abertura de novas áreas destinadas à agricultura e pecuária. Anistia para produtores de até 4 módulos fiscais, autuados em até 22 de Julho de 2008 (BRASIL, 2012).

O fim de reservas legais para produtores de pequenas propriedades, até 4 módulos fiscais- o que na região pode passar de 400 hectares- não precisam manter a área. Autoriza que a recuperação da reserva seja realizada com plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, sendo que estas não podem exceder 50% da área total a ser recuperada (AHRENS, 2009).

O novo Código Florestal estipula larguras mínimas de áreas de proteção ao longo de reservatórios, cursos d'água e nascentes. Sendo a menor largura em vigor hoje é de 30 m de cada lado dos rios e córregos d'água. Para a maioria das espécies de plantas e vertebrados,

essa faixa ao lado de cursos d'água geralmente não é suficiente para a manutenção dessa biodiversidade em longo prazo e promover a conectividade da paisagem por dois motivos principais: 1) efeito de borda e 2) redução de hábitat (METZGER, 2010).

Segundo Laurance et. al. (2002), essas mudanças podem ser percebidas por organismos florestais até 400 m em relação à borda mais próxima. Porém, a maioria dos efeitos negativos ocorrem nos primeiros 100 m de distância da borda, como invasão de espécies generalistas e invasoras, ressecamento do solo, aumento da temperatura e diminuição da umidade relativa do ar, alta mortalidade de árvores, redução da altura do dossel, entre outros efeitos deletérios à biota.

Para Fleury; Galetti (2006) a redução das larguras das APP's proposta na reformulação do código florestal acarretará a uma maior taxa de predação de sementes, um efeito de borda mais acentuado, maior recrutamento de espécies ruderais, aumento da mortalidade de árvores de grande porte que são especialmente importantes na produção de frutos para aves, mamíferos e peixes e, conseqüentemente, menor diversidade de espécies de aves e mamíferos florestais (LEES; PERES 2008).

A redução das APP's terá efeito direto na redução de habitats disponível para os mamíferos. Uma das teorias mais conhecidas na biologia da conservação é a relação espécie-área, que é a relação não linear entre a área do remanescente de vegetação nativa e o número de espécies que esta área pode sustentar (MAC ARTHUR; WILSON 1967).

Segundo Ribeiro et. al. (2009) as Reservas Legais têm um papel importante na paisagem por dois motivos principais: Contribuem para manutenção da diversidade de espécies, criando paisagens com maior conectividade entre as populações remanescentes e aumentando a área de habitat disponível.

Ainda segundo o mesmo autor Áreas de vegetação nativa protegida como RL's são fundamentais para complementar as Unidades de Conservação no seu papel de conservação da diversidade brasileira, permitindo que animais de maior porte movam-se entre grandes fragmentos de vegetação nativa através de "corredores ecológicos" (RIBEIRO et. al. 2009).

O fator principal para que a produção agrícola continue crescendo, sem que tenha que danificar o meio ambiente, é a possibilidade de se reduzir à quantidade do impacto no ambiente por unidade de atividade, por unidade de produto, ou, mais do que proporcionalmente o aumento da atividade agrícola. Para assegurar a compatibilidade entre o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental é necessárias políticas que introduzam maior eficiência ambiental nas atividades econômicas (NEUMANN, 2002).

A expansão histórica da agropecuária ocupou terrenos - várzeas, escarpas de serra, morros de altitude, beiradas de rios - que, segundo a compreensão ecológica atual, deveriam permanecer preservados. Encontram-se nessa situação, por exemplo, a pomicultura (produção de maçãs) catarinense, a rizicultura gaúcha e a cafeicultura – mineira capixaba e paulista – localizada na região Mantiqueira. (NEUMANN, 2002).

Na agricultura familiar, pastos e lavouras se estendem rente aos córregos, enquanto a legislação exige uma preservação mínima de 30 metros de distância da margem. Mas a agricultura surgiu no mundo ocupando exatamente as baixadas dos rios. Vide o Nilo, no Egito. Foi o solo das várzeas, enriquecido com sedimentos orgânicos, que permitiu originar a civilização humana. O poder público, incluindo municípios, pode e deve definir normas e diretrizes para promover a recuperação ambiental das áreas degradadas. O governo deve ajudar os agricultores a fazerem cada um a sua parte, com apoio técnico e com recursos financeiros. Mas o ônus jurídico da recuperação deve caber ao ente privado, pois afeta a função social da propriedade. (GRAZIANO, 2010).

Ainda em conformidade com Graziano (2010), ao votarem o novo Código Florestal, os deputados e governantes precisam, acima de tudo, deixar uma segurança às gerações vindouras: qualquer modificação que venha a ser feita jamais poderá facilitar a supressão florestal no País. Ao contrário a nova lei precisa oferecer garantias de que vai aumentar o rigor na conservação da biodiversidade. O resto se discute, e se acerta.

A APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS E NO CÓDIGO FLORESTAL

Entende-se por educação ambiental, os processos por meio dos quais, o indivíduo e a coletividade constrói valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. (DIAS, 2006. Pag. 15)

A partir da concepção de Educação Ambiental, percebe-se que a preocupação com o tema não é recente. Essa dimensão perpassa pelo universo educativo de maneira a fazer entender melhor o processo no qual está inserido a Educação Ambiental. Vale ressaltar, que em nosso ponto de vista, que a educação sozinha não poderá resolver os problemas ambientais (mas, colabora de forma crucial). As questões ambientais devem considerar os vários sistemas envolvidos.

O tema “meio ambiente”, incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), pressupõe a contribuição para a formação de cidadãos conscientes. Cidadãos aptos a

decidirem e atuarem na realidade socioambiental. Cidadãos comprometidos com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global (CARVALHO, 2007, p. 11).

O desenvolvimento da cidadania e a formação da consciência ambiental têm na escola um local adequado para sua realização, através de um ensino ativo e participativo, capaz de superar as dificuldades existentes no âmbito escolar atual, que se esmera na tradição (SOUSA et. al., SD), de modo a transmitir esse conhecimento para a sociedade.

De acordo com os PCNs, a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade. Para isso, é necessário mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação e valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos (BRASIL, 1997).

A educação não pode dar colaborações materiais, como oferecer vacinas ou construir rede de esgotos, mas nem por isso tem que ser vista como secundária, complementar, mas não o cerne, como em geral acontece. Como sua missão é a transmissão de valores torna-se fundamental para o enfrentamento das questões da vida através da formação de sujeitos críticos, o que significa propiciar o aprimoramento de algo que já está dentro da pessoa, e não encher de conhecimentos um recipiente vazio. Por isso, é dada importância às representações e à estratégia traçada nessa experiência. (SCHUMACHER, 1982)

Entende-se assim que, de acordo com os PCNs, as questões do meio ambiente constituem um tema transversal que, embora esteja presente de modo mais evidente nas disciplinas Ciências, História e Geografia, também precisa de apoio das áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Artes para ser compreendido, tendo em vista sua gênese interdisciplinar, todavia a parte das leis são suprimidas.

O professor deve mostrar que, para adquirir consciência sobre as questões ambientais, os alunos terão de se envolver em um aprendizado constante, pois as transformações naturais também se dão de maneira continuada (PEDRON; ROSA, 2011). Assim, entra as leis de crimes ambientais, para auxiliar nessa conscientização, e entrando no aspecto de evolução e mudanças constantes o novo código florestal.

A postura docente é postada em desenvolver valores, atitudes e posturas éticas, pois os conceitos necessários para tratar de assuntos ambientais são aprendidos em outras disciplinas, e em mostrar aos alunos as diferenças entre ambientes equilibrados, saudáveis, e locais

poluídos ou degradados. É importante que eles constatem o mal, e se mobilizem como escola e como comunidade para a solução (PEDRON; ROSA, 2011).

É necessário que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia-a-dia. Nessa perspectiva, as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não se constituem em novas áreas, mas num conjunto de temas que aparecem transversalizados, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas (BRASIL, 1996).

Percebe-se que a transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade relação.

Salienta-se ainda, que colaborar para a formação de um pensamento crítico, baseado em conceitos atualizados, que favorecesse uma postura participativa desses docentes em suas comunidades e que pudesse contribuir para a melhoria da qualidade de vida, objetivo comum à educação ambiental, pois como advoga Sorrentino (1991) a participação é a finalidade e viabilidade da educacional, colaborando para a superação do distanciamento a que, de certa maneira, relega-nos uma confluência de fatores da chamada vida moderna. Dessa forma, enfatiza-se a crença de que um projeto educativo é mais do que treinamento e conhecimento dos fatos, é o estímulo à busca de novas fontes e saídas. Neste sentido as leis contribuem para esse estímulo na busca da educação ambiental, pois principalmente a lei 9605/98 de crimes ambientais, ressalta os vários tipos do que se constituem crime, proporcionando assim uma reflexão e análise sobre o meio ambiente.

A persistência de um ensino básico tradicional, abstrato e compartimentado, não tem encorajado a análise dos problemas locais. Ademais, a educação ambiental e a educação em saúde ainda continuam a ser consideradas, na realidade, apesar das recomendações oficiais, da responsabilidade dos professores de ciências (MAYER, 1998).

Assim a temática ambiental surge na sociedade contemporânea, através da transversalidade procurando satisfazer os propósitos da educação escolar. De acordo com os autores citados, e com os PCNs nota-se que tais pressupostos da EA favorecem para que se

formem cidadãos aptos a agirem na realidade socioambiental para tornar melhor suas vidas e as de outras pessoas na sociedade local e global.

A legislação educacional brasileira define que o ensino fundamental, com duração de oito anos, é de frequência obrigatória e oferta gratuita nos estabelecimentos públicos de ensino. A matrícula deve ser feita a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, ressalta-se a flexibilidade da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que deixa a cargo dos diversos sistemas de ensino, incluídas aí as redes municipais, estaduais e particulares de ensino, a opção pelas diversas formas de organização (BRASIL, 2002).

De uma forma geral, o ensino fundamental tem sido organizado, historicamente, em séries anuais. A partir da introdução e discussão de novas concepções a respeito dos ciclos de aprendizagem do indivíduo, de questionamentos acerca dos sistemas de avaliação, da inflexibilidade da organização seriada, dos altos índices de evasão e repetência e das discussões a respeito da progressão continuada, os sistemas de ensino iniciaram processos de reformulação da organização do tempo escolar (BRASIL, 2002).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são referências para os Ensinos Fundamental e Médio de todo o país. O objetivo dos PCNs é garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais (BRASIL, 1998).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país. (PEDRON,2010).

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais. Saber utilizar diferentes fontes de informação e

recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos. Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (SORRENTINO,1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei de crimes ambientais e uma lei muito ampla, no entanto ainda percebe-se sua inaplicabilidade, tendo em vista suas várias sanções, sua aplicação, precisa ser analisada de forma minuciosa pelo aplicador, todavia o caráter educador ainda e pouco difundido. Já o Novo código florestal e uma lei que na opinião de vários autores, e em nossa conformidade prejudica a aspecto ambiental devido à redução das larguras das APP's aumentando da mortalidade de árvores de grande porte e consequentemente prejudicando o meio biótico no geral, e não esta relacionado a campanhas educativas.

A conscientização deve ser oferecida desde ás novas gerações na escola, através da Educação Ambiental, assim como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Para que no futuro sejam pessoas conscientes e cuidem do meio ambiente.

Verificou-se, ainda que conscientizar as pessoas adultas, não adianta muito, pois estão preocupadas com seu sustento e não tem uma visão que as gerações futuras serão as mais prejudicadas com as degradações do meio ambiente, começando a observar pelo próprio código que diminuiu muitas áreas de preservação.

Conclui-se, portanto, que atuar no ensino, utilizando as leis ambientais como forma de educado ambiental, pode ser uma grande saída, para cada vez mais cedo, formarmos pessoas conscientes ambientalmente. Assim utilizando as leis ambientais demonstramos aos alunos o que pode se constituir crime contra o meio ambiente, e mostrar a ele a preocupação e a importância que tem.

REFERÊNCIAS

AHRENS, Sérgio. **O “Novo” Código Florestal Brasileiro: Conceitos Jurídicos Fundamentais**. Trabalho voluntário apresentado no VIII Congresso Florestal Brasileiro. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura. 2003. 15 p.

AHRENS, S. Pressupostos axiológicos para a conservação e uso da flora brasileira. Opiniões, p. 29, dez./fev. 2009/10.

AHRENS, Sergio. **O instituto jurídico da reserva (ambiental) legal: conceito, evolução e perspectivas.** Monografia de Graduação em Direito. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Curso de Direito, 2001. 58.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1998. **Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. **Constituição Federal.** Art. 225, 1988.

COPOLA, Gina. **A Lei dos Crimes Ambientais, Comentada Artigo por Artigo.** 30/09/2005. http://trinity.ritterdosreis.br/phl5/images/CAN/SP/SP013722_83.pdf. Acesso em 26/08/2014.

GOMES, Alessandro. **Legislação ambiental e direito: um olhar sobre o artigo 225 da constituição da república federativa do brasil.** Revista Científica Eletrônica de Administração. Ano VIII, nº 14, Junho. ISSN: 1676-6822. Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Garça FAEG/FAEF. Editora FAEF: Garça – SP, 2008.

BONELLI, R. 2001. **Impactos econômicos e sociais de longo prazo da expansão agropecuária no Brasil: revolução invisível e inclusão social.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Textos para discussão 838. Rio de Janeiro.

FLEURY, M. & GALETTI, M. 2006. **Forest fragment size and microhabitat effects on palm seed predation.** Biol. Conserv. 131:1-13.

FARIAS, C. R. O.; CARVALHO, W. L. P. **O direito ambiental na sala de aula: significados de uma prática educativa** no Ensino Médio, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n2/v13n2a02.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2015.

GRAZIANO, X., Código Florestal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p 14, 05 de abril de 2010.

LAURANCE, W.F., LOVEJOY, T.E., VASCONCELOS, H.L., BRUNA, E.M., DIDHAM, R.K., STOUFFER, P.C., GASCON, C., BIERREGAARD, R.O., LAURANCE, S.G. & SAMPAIO, E. **Ecosystem decay of Amazonian forest fragments: a 22-year investigation.** Conserv. Biol. 2002, 605-618 p.

LEES, A. C.; PERES, C.A. 2008. **Conservation value of remnant riparian forest corridors of varying quality for Amazonian birds and mammals.** Conserv. Biol. :439-449 p.

MAC ARTHUR, R. H.; WILSON, E.O, The theory of island. Biogeography. Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1967.

METZGER, J.P. **O Código Florestal tem base científica?** Natureza. & Conservação. 2010, 8:1-5.

MILARÉ, É. **Direito do ambiente a gestão ambiental em foco.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

NEDER, R. T. **Crise Socioambiental:** Estados & Sociedade Civil no Brasil (1982 – 1998). São Paulo: Annablume: Fapesp.2002, 438p.

NEUMANN, P. S. **Legislação ambiental, desenvolvimento rural e práticas agrícolas.** 2002.

PÁDUA, J. A. (2002), **Um sopro de Destruição:** Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista, 1789 – 1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

RIBEIRO, M.C., METZGER, J.P., MARTENSEN, A.C., PONZONI, F.J. & HIROTA, M.M. 2009. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biol. Conserv.* 142:1141-1153 p.

WAINER, Ann Helen. **Legislação Ambiental Brasileira:** Subsídios para a História do Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Forense, 1991. 138p.

TEDARDI, M.S. **Proteção ao meio ambiente: considerações acerca dos aspectos penais.** Revista Fapciência, Apucarana-PR, ISSN 1984-2333, v.5, n. 6, p. 37 – 54, 2009.

VOLPI, J. H. **Fundamentos epistemológicos em direção a uma ecopsicologia.** Tese Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento-Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR, 2007. 223 p.

PEDRON, N. A., ROSA, M. B. **Educação ambiental em escolas: sensibilizando o professor de pequenos municípios.** Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/remoa/article/view/2778/1616>>. Acesso em 03 mar. 2015.

SCHUMACHER, E. F. **O Negócio é Ser Pequeno.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v15s2/1294.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2015.

SORRENTINO, N. **Educação ambiental, participação e organização de cidadãos. Em Aberto,** 49:, 1991. p. 46-56. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v15s2/1294.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2015.

A MATEMÁTICA FINANCEIRA COMO DISCIPLINA NO ENSINO MÉDIO

Ítalo Abel Santana*
Fábio Martins de Oliveira**

Resumo: A matemática financeira tem grande importância no ensino médio e pode ser estabelecida como disciplina. Objetivou-se fazer um estudo de maneira qualitativa perante a importância da matemática financeira ao longo do seu conceito histórico; obter informações sobre o estudo das propostas educacionais no ensino médio que envolva a matemática financeira, suas metodologias e instrumentos de trabalho; fazer um estudo crítico das consequências aos alunos da falta de entendimento da matemática financeira pós ensino médio. Percebe-se que as pessoas têm pouco conhecimento perante a matemática financeira, trazendo consequências futuras ao indivíduo, e que só podem ser solucionados esses problemas trabalhando mais aprofundado no ensino médio, discutindo e pesquisando as possíveis melhorias que poderiam ser introduzidas na educação. A pesquisa fundamentou-se na busca de artigos científicos, sites, teses e dissertações entre os anos de 1995 e 2015. Portanto, a concretização da importância da matemática financeira no ensino médio é algo que deve ser mais bem catalogado, a fim de determinar sua existência como possível disciplina no ensino médio.

Palavras-chave: Matemática financeira. Disciplina. Ensino médio. Instituições financeiras. Educação.

Abstract: The financial mathematics has great importance in the medium teaching and it can be established as discipline. It was aimed at to do a study in a qualitative way before the importance of the financial mathematics along of your historical concept; to obtain information on the study of the proposals education in the medium teaching that involves the financial mathematics, their methodologies and work instruments; to do a critical study of the consequences to the students of the lack of understanding of the mathematics financial powders medium teaching. It is noticed that the people have little knowledge before the financial mathematics, bringing future consequences to the individual, and that only those problems can be solved working more deepened in the medium teaching, discussing and researching the possible improvements that could be introduced in the education. The research was based in the search of scientific goods, sites, theories and dissertations among the years of 1995 and 2015. Therefore, the materialization of the importance of the financial mathematics in the medium teaching is something that should be better classified, in order to determine your existence as possible discipline in the medium teaching.

Keywords: Financial mathematics. Discipline. Medium teaching. Financial institutions. Education.

* Graduando Licenciatura em Matemática pela Faculdade Patos de Minas (FPM). E-mail: italoasantana@hotmail.com.

** Graduado em Licenciatura em Matemática pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). prof.matematica.fabio@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A matemática financeira como uma proposta curricular dentro da disciplina de matemática, tem atualmente, um papel coadjuvante quando identificamos o grau de importância, e mesmo sendo trabalhada no nono ano do ensino fundamental e depois apenas no terceiro ano do ensino médio, o papel de importância que ela precisa e o conhecimento necessário pós ensino médio não são adquiridos plenamente, e por isso é necessário um estudo crítico que identifique a matemática financeira como disciplina no ensino médio, a fim de evitar consequências futuras educacionais, sociais e financeiras.

A busca inicial pelo conceito histórico da matemática financeira faz refletir como ela não pode ocupar esse papel de coadjuvante dentro da matemática e que sua história mostra o quanto ela foi, e é importante na construção e manutenção de sociedades, e na formação de um indivíduo sustentável e consciente de suas atitudes financeiras.

O estudo secundário se dá a busca de entendimento dos PCN's, livros didáticos, instrumentos de trabalho e metodologias adotados para ensinar matemática financeira, a fim de compreender se são trabalhados de maneira correta ao ensino, se esse estudo aborda situações do cotidiano, e se são trabalhados de forma a abordar toda a importância necessária sobre a matemática financeira na educação pós ensino médio e na vida social.

A questão terciária abordada, é um estudo crítico refletindo os impactos sociais e financeiros a cada indivíduo pós ensino médio sem o conhecimento necessário de matemática financeira que deveria ser aprendida na escola, e discutindo relações que evidenciam as consequências futuras sem conhecimentos em negociações bancárias e comerciais.

Percebe-se de forma notável o quanto as pessoas têm baixo conhecimento de matemática financeira pós ensino médio, a nítida observação das falhas que as pessoas dão ao assinar contratos de empréstimos de montante absurdo e a falta de planejamento sustentável. Percebe-se também as seguintes situações a serem discutidas na sociedade: poder-se-ia a Matemática Financeira se tornar uma disciplina? O que seria dos bancos se as pessoas tivessem melhor conhecimento da maneira que eles lidam com empréstimos e financiamentos?

Objetivou-se fazer um estudo crítico perante a matemática financeira, conheceu-se sua história, entendeu-se o motivo de sua importância no aprendizado do ensino médio, relatou-se a metodologia que deveria ser adotada, mostrou-se as consequências e reflexões sociais

contemporâneas e futuras na vida de cada indivíduo, levantou-se fatos concretos para que as pessoas possam entender como funcionam as operações financeiras a fim de estabelecer nas famílias uma vida financeira sustentável, e, além disso, estabeleceu-se conexões que façam entender que a matemática financeira deva se tornar uma disciplina no ensino médio.

Sendo assim, a metodologia adotada está de acordo com os pressupostos de uma pesquisa qualitativa, por meio de sites, teses, artigos científicos e dissertações em que suas publicações se encontram entre os anos de 1995 e 2015.

2. A MATEMÁTICA FINANCEIRA

2.1. Enunciação a matemática financeira

A matemática financeira é uma matéria conceitual dentro do universo da matemática, de grande importância educacional e social na vida das pessoas como algo necessário ao dia a dia. A bela história dessa matemática específica nos reflete muito a sua imagem de influenciadora no decorrer do crescimento das pessoas em suas vidas profissionais desde a antiguidade.

A matemática financeira se dá a necessidade de estabelecer fundamentos e técnicas que envolvam a economia, dinheiro e práticas do dia a dia. Ela presencia vários momentos, que sempre há um deles que nos faz pensar que temos conhecimentos dessa matemática.

Segundo definição de Assaf (2009): “Podemos conceituar matemática financeira, de maneira simplista, como o ramo da matemática que tem como objeto de estudo o comportamento do dinheiro ao longo do tempo” (ASSAF, 2009, p. 13). Então, como a sociedade atual lida por ser capitalista, o entendimento da matemática financeira é extremamente importante para o bem constante e consciente desta matemática. Assim, no próximo item será feita uma avaliação do conceito histórico dessa matemática para melhor compreender sua importância na sociedade e na educação como um todo.

2.2. Conceito histórico

A matemática financeira teve um dos primeiros conceitos a estabelecer o uso da matemática nas sociedades da antiguidade, e Gonçalves (2005) dá uma prova dessa existência:

[...] os sumérios antigos estavam familiarizados com todos os tipos de contratos legais e usuais, como faturas, recibos, notas promissórias, crédito, juros simples e compostos, hipotecas, escrituras de venda e endossos (GONÇALVES, 2005, p. 01).

Esse entre outros conceitos são demonstrações da existência da matemática financeira e sua relevância na sociedade.

Braga (2006) mostra um pouco da história dessa matemática específica e sua relevante existência no mundo antigo:

O primeiro tipo de troca comercial foi o escambo, fórmula segundo a qual se trocam diretamente gêneros e mercadorias correspondentes a matérias primas ou a objetos de grande necessidade. A primeira unidade de escambo admitida na Grécia pré-helênica foi o boi. Nas Ilhas do Pacífico as mercadorias foram estimadas em colares de pérolas ou de conchas. Após um certo período, começou-se por trocar faixas de tecido por animais ou objetos. Só que tais métodos traziam sérias complicações. Assim, à medida que o comércio se desenvolvia, os metais desempenharam um papel cada vez maior nas transações comerciais, vindo a tornar-se à moeda de troca preferida pelos compradores e vendedores. E as avaliações das diversas mercadorias passaram a ser feita quantitativamente pelo peso, cada uma delas referindo a um a espécie de peso-padrão relativo a um ou a outro metal. Sendo feito igualmente no Egito Faraônico, os gêneros e as mercadorias foram estimados e pagos em metal, que se dividiam inicialmente em pepitas e palhetas. A avaliação também era feita de lingotes ou de anéis, cujo valor se determinava em seguida pela pesagem. Ele é considerado como um simples escambo, como também como um verdadeiro sistema econômico. Assim as mercadorias passaram a não ser mais trocadas ao simples prazer dos contratantes, mas em função de seu "justo preço" (BRAGA, 2006, p. 01).

Modelos e técnicas mostram que a importância de seu desenvolvimento era lidada a fundo, com ética no crescimento e bem da sociedade. E ao longo do tempo isso tem mudado, pois parece ser lidada apenas de lado por muitos, e quando é mais trabalhada por via de empresas, a atividade exercida por elas não é eticamente correta sempre, porque seus integrantes querem sempre sobressair perante o restante da sociedade.

Por vista das ações financeiramente erradas na sociedade contemporânea, deve-se ser discutida a lição a ser tomada aqui para melhor aprendizado e importância da matemática financeira no nível de ensino médio das escolas.

3. A IMPORTÂNCIA DA MATEMÁTICA FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO

3.1. Proposta Curricular

A matemática financeira não deve passar por despercebida, nem deve “passear” por nossos olhos no cotidiano e mundo que vivemos atualmente. Esse tipo específico de matemática deve ser melhor conhecido, suas nascentes, pra que serve, e principalmente a entender se caso ela não for estudada quais serão as consequências. Entender não somente a situação educacional desta matemática, mas também a percepção social e financeira que ela pode refletir na vida das pessoas.

A matemática financeira então deve ser lidada inicialmente em suas raízes, ou seja, no ensino médio das escolas. Mas, na maioria dos casos a culpa se dá ao despreparo dos profissionais de ensino em matemática ou da carga horária mínima ao seu ensino. Cóser (2008) destaca esta importância de educação financeira “[...] a Matemática Financeira acaba não sendo estudada no Ensino Médio e, dependendo da formação profissional escolhida pelo aluno, não será estudada em momento algum” (CÓSER, 2008, p.12). As instituições educacionais como faculdades e universidades, normalmente nas disciplinas que compõem suas grades curriculares, não é estudada a fundo e detalhada a matemática financeira, e assim os alunos já devem chegar com conhecimentos subjetivos dessa parte da matemática.

Vendo em questão a maneira a ser lidada essa matemática, a lição observada por Farias (2013), leva-se a entender as ações praticadas nas escolas perante aos planejamentos de aulas:

Quando lecionada no Ensino Médio, a disciplina é abordada com grau de relevância baixíssimo, com exemplos e exercícios que “fogem” do nosso cotidiano. Acreditamos que isso se dê, em parte, pela formação deficiente do licenciado nesse campo da Matemática (FARIAS, 2013, p. 07).

Tendo em vista o que Farias (2013) relatou, a matemática financeira possui um tipo de educação no ensino médio deficiente pelas maneiras que educadores a retrata em sala de aula, sem planejamento e estudo daquilo que se lecionaria em seguida, trazendo futuros problemas às vidas dos alunos em questão.

Mesmo que em si a matemática financeira seja introduzida no ensino fundamental II, especificamente no nono ano dessa etapa, essa matemática ainda não é vista como proposta fundamental a criação de um cidadão consciente. Sendo também que muitos discutam que essa introdução no nono ano seja importante para que o aluno conheça essa matemática e que ganhe maior conhecimento da matéria se preparando para o ensino médio, isso é muito controverso, pois ela só seria retomada logo futuramente apenas no terceiro ano do ensino médio, ou seja, três anos após essa introdução no nono ano.

Estudada nos três anos do ensino médio, passaria um conhecimento específico muito grande da educação financeira aos alunos, os formando agora sim como cidadãos conscientes e sabeis do quanto ela pode ser importante na realidade do dia a dia. Mas aí a retratação dessa matemática nos três anos do ensino médio deve ser levada a sério por estudos mais sequentes e que possa ser lecionada de maneira mais aguda e que o educador possa desenvolver métodos concretos para o bem desse conhecimento a ser distribuído. Sendo assim, correspondente, acrescenta-se a ideia de Farias (2013) que diz:

[...] a matemática financeira torna-se assunto de extrema relevância no currículo escolar, uma vez que o aluno, como cidadão, necessitará lidar com seus ganhos referentes ao seu trabalho e, estando inserido num contexto social, a maneira como este cidadão administra seus ganhos pode causar impactos na sua vida e na de sua família, além de impactar também a comunidade em que esteja inserido (FARIAS, 2013, p. 09).

3.2. Metodologia de matemática financeira

Normalmente os livros didáticos de matemática têm uma linguagem muito diferente um do outro, mostrando assim a inconformidade dos professores que escrevem esses livros de conhecimento matemático.

Com a matemática financeira não é diferente, os livros vêm com muitos conceitos próprios e as vezes determinados itens simplesmente não são citados e acabam sendo descartados, aprendendo por parte do aluno uma pouco apenas de forma mais simplista, vista pelo autor do livro didático. Por isso, inicialmente como requisito de benefício a uma boa aula de matemática financeira deve-se escolher um bom autor de alto conhecimento e completo, não necessariamente de teorias complexas, mas sim de conhecimento simplificado ao aprendizado na escola para a vida social do indivíduo.

A matemática financeira retrata acontecimentos do dia a dia e vida social de uma pessoa. Essa matemática possui itens muito importantes, como entendimento de juros, sejam eles simples ou composto, sendo que esse último tipo é muito pouco desenvolvido por professores de maneira correta. Ela também aborda noções de empréstimo, financiamento, dívidas, cálculos bancários, todas essas que serão discutidas em breve como consequência da falta da aprendizagem dessa matemática nas escolas.

Inicialmente a porcentagem é um item de extrema importância e que envolve parcialmente o significado de matemática financeira presente no conhecimento a ser repassado aos alunos. Junto à porcentagem, se acompanha uma noção muito grande de

multiplicação, exponenciação e números racionais, tendo como conhecimento já prévio de outras matérias dentro da matemática.

Para início de compreensão, Azevedo (2005) destaca o trabalho inicial de forma concreta ao aprendizado da matemática financeira durante esse período no ensino médio:

O Professor poderá utilizar planilhas eletrônicas, calculadoras financeiras e científicas inserindo o estudante nos meios tecnológicos que são sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. A Matemática Financeira propicia também a contextualização das aulas através de propagandas na televisão, jornais e revistas. Poderá, também, revisar e reforçar conteúdos do ensino fundamental importante para a aplicação da Matemática Financeira tais como : proporção, porcentagem, equivalência, regra de três e ainda vários tipos de funções assim como seus respectivos gráficos (AZEVEDO, 2005, p. 06).

Em seguida, alguns exemplos para melhor entendimento e compreensão de uma necessária matemática financeira.

Figura 01: Juros Simples

AULA 24 Matemática financeira

Suponha que uma pessoa aplique um capital de R\$ 1 000,00 à taxa de juro de 1% ao mês em uma caderneta de poupança.

Capital é qualquer valor expresso em dinheiro.
Após 1 mês, ela terá ganho de juro:

$$j = 1000 \cdot 1\% = 1000 \cdot 0,01 = 10; \text{ R\$ } 10,00$$

Juro pode ser interpretado, de forma simplificada, como o “aluguel pago ao investidor pelo uso do dinheiro”.

Taxa de juro é a razão entre o juro e o capital aplicado, geralmente expressa em forma de porcentagem:

$$\text{taxa de juro} \rightarrow i = \frac{j}{C} \left\{ \begin{array}{l} \text{juro} \\ \text{capital} \end{array} \right.$$

Montante (ou valor futuro) é a soma do capital mais o juro referente ao período em que o capital (ou valor presente) ficou aplicado.

$$\text{montante} \rightarrow M = C + j$$

As principais aplicações financeiras no Brasil usam o regime de capitalização composta: o juro gerado em cada período se acrescenta ao montante do início do período e essa soma passa a render juro no período seguinte. Considere um capital **C** aplicado à taxa de juro **i**, por exemplo, mensal, durante **n** meses. Observe o cálculo do montante:

- Após 1 mês:
 $M = C + Ci = C(1 + i)^1$
- Após 2 meses:
 $M = C(1 + i)^1 + C(1 + i)^1 \cdot i = C(1 + i)(1 + i) = C(1 + i)^2$
- Após 3 meses:
 $M = C(1 + i)^2 + C(1 + i)^2 \cdot i = C(1 + i)^2(1 + i) = C(1 + i)^3$
- Após **n** meses:
 $M = C(1 + i)^n$

Quanto uma pessoa recebe se aplicar seu 13º salário de R\$ 760,80 à taxa de juro de 1,25% ao mês e deixá-lo aplicado durante 1 ano?
Veja:

$$M = 760,80(1 + 1,25\%)^{12}$$

$$M = 760,8 \cdot 1,0125^{12}$$


No trabalho com Matemática financeira é imprescindível utilizar uma calculadora científica.

Fonte: (GUELLI, 2003, p. 54).

Facilita e muito o entendimento do aluno perante a utilização do livro didático, quando sua metodologia é muito bem detalhada e de linguagem formal.

Figura 02: Juros Compostos

Lourenço aplicou R\$ 4.000,00 a juro composto a uma taxa de juro de 10% ao ano, durante 3 anos.
Vamos calcular o montante dessa aplicação.



1º modo

Prazo (em anos)	Saldo do início de cada ano (em reais)	Juro de cada ano (em reais)	Montante de cada ano (em reais)
1º ano	4.000	10% de 4.000 = 400	4.000 + 400 = 4.400
2º ano	4.400	10% de 4.400 = 440	4.400 + 440 = 4.840
3º ano	4.840	10% de 4.840 = 484	4.840 + 484 = 5.324

2º modo
 $M = C \cdot (1 + i)^t \Rightarrow M = 4.000 \cdot (1 + 0,10)^3 \Rightarrow M = 4.000 \cdot (1,10)^3 \Rightarrow M = 5.324$
 Logo, o montante dessa aplicação é de R\$ 5.324,00.

Fonte: (BIANCHINI, PACCOLA, 2003, p. 165).

Outra exemplificação com uma linguagem extremamente formal ao aluno com exposições de resoluções facilitadas e com diferentes maneiras de trabalhar, fazendo com que o aluno possa estudar daquela maneira que o melhor agrada.

Mas como já foi esclarecido anteriormente, alguns livros didáticos vêm com tópicos e exemplificações muito complexas e de alcance teórico incapaz por via do aluno, e nesse caso o professor deve avaliar se esse livro é conceituado ao uso ou se deve elaborar uma apostila ao lecionar para facilitar o aprendizado dos alunos, baseada em conhecimentos próprios do professor de maneira simplificada ao entendimento. Um caso de atividade complexa em um livro didático se dá a imagem a seguir:

Figura 03: Parcelamentos

5. Compras com pagamento parcelado

É cada vez mais comum as ofertas de bens de consumo com pagamento em prestações mensais iguais, sem entrada, etc.

Nesse caso, o valor de cada prestação é dado por:

$$P = \frac{A \cdot i \cdot (1 + i)^N}{(1 + i)^N - 1}$$


{

sendo $\left\{ \begin{array}{l} A \text{ o valor da compra à vista} \\ N \text{ o número de prestações mensais} \\ i \text{ a taxa percentual ao mês} \end{array} \right.$

Veja alguns exemplos.

1. Vamos calcular o valor de cada prestação a ser paga em 8 vezes, de acordo com o anúncio ao lado.

$A = R\$ 800,00; N = 8$ e $i = 4\%$ ao mês



$$P = \frac{800 \cdot 0,04 \cdot (1 + 0,04)^8}{(1 + 0,04)^8 - 1} = \frac{32 \cdot (1,04)^8}{(1,04)^8 - 1} = \frac{32 \cdot (1,368569)}{(1,368569) - 1} = \frac{43,794208}{0,368569} \approx 118,82$$

Logo, as prestações são de R\$ 118,82.

Fonte: (BIANCHINI, PACCOLA, 2003, p. 167).

Claro, para aqueles que pretendem estabelecer fundamentos próprios para que o aprendizado seja excelente em termos de desempenho, há sempre referências que podem ser muitas interessantes e auxiliadoras ao dia a dia em sala de aula. E Azevedo (2005) exemplifica situações a facilitar o ensino:

[...] usar recursos práticos como as propagandas de empréstimos e financiamentos das instituições bancárias ou folhetos de lojas, abrindo discussão em sala de aula, destacando os aspectos positivos e negativos de cada caso e conferindo os dados analisados, tentando detectar a veracidade deles (AZEVEDO, 2005, p. 06).

Azevedo (2005) ainda exemplifica várias situações que podem facilitar mais e mais a vida de cada professor, são sugestões que são bem vindas quando o assunto é a busca de conhecimento:

Exemplo 1: Pedro vai fazer a compra de um computador no valor de R\$ 4.000,00, usando o que tem depositado na caderneta de poupança, que está rendendo 1% ao mês. Ele quer saber, do ponto de vista financeiro, qual plano de pagamento oferecido pela loja é o mais vantajoso: a) pagar à vista; b) pagar em duas prestações iguais a R\$ 2005,00 cada uma. Resposta: Pedro possui duas possibilidades que exigem algum conhecimento de Matemática Financeira. Pagando à vista toda quantia, não sobrar nada na caderneta de Poupança. Mas pagando em duas prestações de R\$ 2005,00 sobrar R\$ 1995,00 após o pagamento da primeira prestação que renderá R\$ 19,95 ao final de um mês. Então o capital aplicado na poupança somado aos juros renderá um total de R\$ 2014,95. É obvio que quitando sua dívida, ainda lhe sobrar R\$ 9,95 o que comprova neste caso que a alternativa b é a mais viável. Comentário: o exemplo apresentado acima é apenas uma das inúmeras situações em que se podem aplicar conhecimentos de Financeiros comuns no cotidiano das pessoas. Neste caso o Professor poderá conscientizar o aluno da importância na sua vida futura do conhecimento destes aspectos. Exemplo 2: Aplicando R\$ 100,00 durante seis meses à taxa de juros de 10 % ao mês, qual será o juro simples e composto produzido no período? Comentário: Neste exemplo de juros compostos propomos ao professor que monte uma tabela mês a mês, como mostrado na tabela 1, para o cálculo dos juros simples e outra para o cálculo dos juros compostos e em seguida faça no plano cartesiano os respectivos gráficos (AZEVEDO, 2005, p. 06-07).

Sejam porcentagem, juros, empreendimentos, descontos, dívidas, entre outros itens valiosos, um plano de aula bem estabelecido e um professor de grande conhecimento perante essa matemática podem fazer a total diferença no alcance das metas educacionais, sociais e financeiras. Segundo Farias (2013), essa afirmação de planejamento é extremamente importante ao aprendizado:

A aula sugerida tem intenção que os alunos adquiram ferramentas essenciais para a sua formação no campo financeiro. Pretende-se com esta aula apresentar ao aluno situações-problema cotidianas, que ele deve se deparar como cidadão, e estimular o desenvolvimento de habilidades para solução desses problemas, podendo-se utilizar a calculadora ou outras ferramentas tecnológicas. O público alvo desta aula deve possuir como pré-requisitos conhecimentos sobre porcentagem e progressões geométricas. Aconselhamos que aconteça uma aula introdutória em que seja apresentado o sistema de juros simples e juros compostos, para que o aluno possa aplicar os conhecimentos nos problemas mais elaborados sem tanta dificuldade. (FARIAS, 2013, p. 22-23).

3.3. Tecnologias

Alvo de questionamentos, as tecnologias são também uma ferramenta de planejamento extremamente interessante e viável ao trabalho de professores. Além de que os alunos em grande maioria já conhecem essas novas tecnologias, e assim o aprendizado fica mais fácil através delas. Essas tecnologias citadas aqui são: computadores, calculadoras científicas e financeiras, aplicativos para lousas em alguns casos, planilhas, gráficos etc. A utilização da calculadora científica facilita para que os alunos se interessem mais pela aula através dela. De acordo com Azevedo (2005), há momentos que a calculadora é essencial a agilidade e compreensão das atividades:

Marcela aplicou R\$ 400,00 num investimento que rende 2% ao mês, a juros compostos. Qual é o tempo necessário para que ela obtenha um montante de R\$ 600,00. Comentário: após substituído os dados na fórmula do montante, o Professor terá que aplicar conceitos dos logaritmos e precisará utilizar como ferramenta de resolução a calculadora científica inserindo o estudante na tecnologia que os PCNs preceituam (AZEVEDO, 2005, p. 08).

Outros exemplos mostram a utilidade que calculadoras científicas podem dar:

Figura 04: Resolução de Juros Compostos com Calculadora Científica (01)

Imagine uma pessoa que aplica R\$ 600,00 numa caderneta de poupança à taxa de juro de 2% ao mês, durante 3 meses.

Veja:

n	0	1º mês	2º mês	3º mês
f(n)	600	$600 + 600 \cdot 2\% = 600(1 + 2\%)^1$	$600(1 + 2\%) + 600(1 + 2\%)2\% = 600(1 + 2\%)(1 + 2\%) = 600(1 + 2\%)^2$	$600(1 + 2\%)^2 + 600(1 + 2\%)^2 2\% = 600(1 + 2\%)^2(1 + 2\%) = 600(1 + 2\%)^3$

Após três meses, ela terá na caderneta de poupança um capital de:

$$600(1 + 2\%)^3 = 600(1,02)^3$$

É conveniente usar uma calculadora científica para efetuar esse cálculo:

6 0 0 × 1 . 0 2 (SHIFT) x^y 3 = 636,72; R\$ 636,72 (aproximadamente)

O juro obtido foi de:

$$636,72 - 600 = 36,72; \text{R\$ } 36,72$$

Observando a tabela, podemos concluir que, se uma pessoa aplicar um capital C, à taxa de juro i ao mês, após n meses o novo capital ou montante M será dado por:

$$M = C(1 + i)^n$$

Observe que na taxa de juro deve vir indicada a periodicidade: ao mês, ao trimestre, ao semestre, ao ano, etc. Os números i e n devem ser compatíveis, isto é, devem estar na mesma unidade de tempo: se i representa uma taxa de juro ao ano, n deve ser expresso em anos; se i é uma taxa de juro ao dia, n deve ser expresso em dias, e assim por diante.

Na tabela, observe que, para calcular o montante por exemplo após 2 meses, acrescentamos ao capital do mês anterior o juro obtido sobre esse capital.

Quando isto acontece, dizemos que se trata de um regime de capitalização composta. Neste livro, todos os problemas propostos se referem a esse tipo de capitalização.

Fonte: (GUELLI, 2003, p. 85).

Facilita e muito o uso da calculadora científica. Ela atribui ao professor ainda mais técnicas de trabalho e ajuda no interesse dos alunos a fazer contas em geral.

Figura 05: Resolução de Juros Compostos com Calculadora Científica (02)

Imagine que uma pessoa faz três depósitos mensais de R\$ 300,00 numa caderneta de poupança, à taxa de juro de 1% ao mês, sempre no dia 5, de janeiro a março. Quanto ela terá no total, no dia 5 de abril, se ela não fizer nenhuma retirada ou novo depósito?

Veja quanto ela tem de montante no dia 5 de cada mês:

5 de janeiro	300
5 de fevereiro	$300 + 300(1 + 1\%)$
5 de março	$300 + [300 + 300(1 + 1\%)](1 + 1\%) = 300 + 300(1 + 1\%) + 300(1 + 1\%)^2$
5 de abril	$[300 + 300(1 + 1\%) + 300(1 + 1\%)^2](1 + 1\%)$

Podemos calcular o montante no dia 5 de abril:

$$300(1 + 1\%) + 300(1 + 1\%)^2 + 300(1 + 1\%)^3$$

mediante a soma dos termos de uma progressão geométrica:

$$S_3 = \frac{300(1,01)[1 - 1,01^3]}{1 - 1,01}$$

É imprescindível o uso de uma calculadora científica:

3 0 0 0 × 1 . 0 1 () × (1 - (1 . 0 1)) (SHIFT) x^y 3 () ÷ (1 - 1 . 0 1) = 918,12

No dia 5 de abril ela terá R\$ 918,12.

Fonte: (GUELLI, 2003, p. 86).

Então, seja calculadora científica, ou até mesmo levar os alunos a salas de informática para treinar propriedades financeiras usando funções de Excel, a complexidade das tecnologias não devem ser questionadas, pois são essenciais a facilitar o aprendizado e retomar o perdido interesse as vezes daqueles que não gostam de matemática. Além disso, se

elas não servem para ajudar no aprendizado, o que servirá para resgatar o interesse desses alunos e facilitar o entendimento dessa matemática a não ser as tecnologias. As consequências da falta do aprendizado da matemática financeira são frutos que serão discutidos no próximo capítulo.

4. A MATEMÁTICA FINANCEIRA PÓS ENSINO MÉDIO

A matemática financeira é o foco de grande importância no campo educacional para o entendimento de como funciona a movimentação do dinheiro. Mas claro, ela possui várias áreas que influencia-se, e isso abre ainda mais o leque de áreas em que ela atua e é importante.

A matemática financeira tem como principal característica, a busca e a explicação concreta de formas para que um indivíduo possa estabelecer uma visão crítica perante as situações problema existentes no dia a dia. Na vida social a matemática financeira tem um papel de relações interessantes e que vista de perto mostra a relevante interferência em todas as situações que envolvam a utilização do dinheiro como matéria prima de trabalho na sociedade contemporânea. Reis (2013), mostra essa conjuntura de relações entre a matemática financeira e a vida social:

A Matemática sempre desempenhou um papel único no desenvolvimento das sociedades. Compõe-se de ideias, métodos e procedimentos que são utilizados para analisar e resolver situações-problema, bem como para raciocinar, representar e comunicar. Nos seus diferentes modos de pensar configura procurar regularidades, fazer e testar conjecturas, localizar-se no tempo e no espaço, raciocinar logicamente, buscar razoabilidade de resultados, abstrair, generalizar e demonstrar (REIS, 2013, p. 16).

Essa dentre outras relações, mostra a importância da matemática financeira pós ensino médio. Além disso, um estudo perante a situação educacional do Brasil não é satisfatória quando o assunto é matemática financeira, e isso reflete muito na sociedade adulta.

Tendo em vista esse grande problema, Sampaio (2013) faz com que o entendimento seja mais claro:

Não se pode dizer que a relação do brasileiro, em geral, com a matemática, seja propriamente tranquila, e esta relação é bem representada pelos exames de avaliação de aprendizado em matemática do PISA, um programa internacional de avaliação de aprendizado dos estudantes em vários países do mundo. O Brasil ocupou a 57ª posição na última versão conhecida e atrás de países como México, Turquia, Grécia, Romênia e Trinidad e Tobago. Para um país onde o ufanismo tem alcançado novos patamares, tais

colocações contrariam a propaganda oficial e revelam os velhos problemas de sempre, mal resolvidos (SAMPAIO, 2013, p. 01).

A importância da matemática financeira na vida social de cada indivíduo é algo muito sério a ser discutido, pois quando se olha ao próprio país o problema não está parando de multiplicar.

A falta de conhecimento de matemática financeira é o retrato de como as escolas e professores lidaram com ela no seu ensino, desrespeitando o que os PCN's sugerem.

Azevedo (2005), mostra o que realmente deveria ser feito condizente aos PCN's, e o que isso refletiria no contexto de situações pós ensino médio onde relata que:

[...] é importante que o aluno perceba que as definições, demonstrações, encadeamentos conceituais e lógicos tenham a função principal de construir novos conceitos e estruturas a partir de outros. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio preceituam que se interprete informações e seus significados (tabelas, gráficos e expressões). Eles devem ser relacionados a contextos sócio-econômicos ou ao cotidiano que se adaptam certamente a Matemática Financeira. Devem formular questões a partir de situações da própria realidade e compreender aquelas já enunciadas. Os Parâmetros também consideram relevante estabelecer conexões entre diferentes temas matemáticos e entre esses temas e o conhecimento de outras áreas do currículo. Mesmo que o conteúdo seja abordado de forma completa e aprofundado, nada garante que o aluno estabeleça alguma significação para as idéias isoladas e desconectadas umas das outras (AZEVEDO, 2005, p. 02).

O conceito de que a matemática financeira deveria ser trabalhada estabelecendo relações entre as atividades trabalhadas e situações cotidianas facilitariam o entendimento e o porquê de sua devida importância, não somente na escola como na vida social. A matemática financeira funciona dentro da sociedade como algo necessário a atitudes financeiramente corretas, e Azevedo (2005) destaca exatamente isso em sua definição dentro de uma sociedade onde “A Matemática Financeira é parte da matemática aplicada e fundamental nas negociações bancárias e comerciais [...]” (AZEVEDO, 2005, p.01).

A sociedade deve aprender o significado de como utilizar seu dinheiro de maneira correta e sustentável, além de se tornar crítica a atitudes que levem a um erro financeiro. E Sampaio (2013) reforça ainda mais a importância de que a sociedade deve se manter informada e entendida perante a movimentação de suas ações que envolvam o dinheiro, e retrata que:

[...] um povo bem informado acerca do significado do dinheiro e dos mecanismos que regem a economia pode ser muito mais perigoso para os governantes do que a luta armada. Se o povo for devidamente munido da informação correta, matemática

simplesmente, sobre o funcionamento da economia e de suas vidas domésticas, terá em suas mãos armas muito mais letais – para um governo, do que qualquer ideologia apodrecida pelo tempo e pela realidade. Um povo bem informado em matemática, sobretudo a financeira, jamais será iludido. Um bom número de pessoas que detenham um bom conhecimento de matemática, do funcionamento dos mecanismos financeiros, da história da economia e de matemática financeira não poderá jamais ser iludido com promessas vãs e discursos pobres e sem sentido proferidos pelas, assim autodenominadas, autoridades monetárias (SAMPAIO, 2013, p. 01).

Enfim, a matemática financeira se for bem estudada no ensino médio, torna o indivíduo mais crítico a fim de tomar decisões que o faça ser conhecedor da utilização correta de seu dinheiro e da necessidade dele. Sendo assim, Azevedo (2005) ajuda a concluir a importância da matemática financeira pós ensino médio onde expõe que desde que “[...] seja ensinado o suficiente para que no futuro tanto os bancos quanto as instituições financeiras não consigam mais induzir o consumidor com propagandas que o levam a pagar juros altíssimos” (AZEVEDO, 2005, p.08).

Portanto, a importância dessa matemática específica na vida adulta, no mercado de trabalho, nos bancos através de empréstimos e financiamentos é de extrema atenção dentro das escolas para que o pós ensino médio construa um indivíduo consciente de suas ações cotidianas sem gastar seu dinheiro de maneira inadequada e poder viver de maneira sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos com essas pesquisas, que a importância da matemática financeira é nítida na sociedade. Inicialmente, nas escolas ela deve ter melhor atenção, e ser introduzida nos três anos do ensino médio, pois os alunos com média de quinze a dezoito anos de idade já são conhecedores de suas atividades sociais e financeiras, além de que alguns até já trabalham e possuem renda. Tendo em vista tudo aquilo que acontece em nosso país e no mundo, seja por falta de planejamento, conhecimento financeiro, publicidade bancária, e demais elementos do cotidiano, que devem fazer parte do conhecimento de cada pessoa. A finalidade disso tudo é tornar cada indivíduo um cidadão consciente de suas ações, para que não se leve a falência, dívidas e demais consequências que por falta do saber de matemática financeira são inevitáveis.

Tornar a matemática financeira disciplina no ensino médio é algo muito complexo, pois ela ainda não é, porque todas as disciplinas que estão em vigor são analisadas criticamente por responsáveis de um conselho do MEC, para entender suas importâncias na

sociedade e na educação, ser aprovadas na grade educacional, os impactos que elas fariam na vida dos alunos, o rumo profissional que elas formam o aluno a seguir pós ensino médio, entre outras críticas que elas devem passar para se tornar uma disciplina. E isso tudo ainda, elas após suas aprovações são protegidas claro, por leis que as mantêm e as regularizam dentro da educação.

Portanto, concluímos que a matemática financeira deve sim se tornar uma disciplina no ensino médio. Claro que, a complexidade das ações que devem ser tomadas para que isso se torne uma realidade é muito grande, mas não impossível, porque em todas essas pesquisas que fizemos, obtivemos fatos de sua importância e analisamos criticamente seu papel na educação, na vida social, financeira e percurso profissional pós ensino médio de cada pessoa, e chegamos a essa finalidade de que ela deve sim ser uma disciplina na grade curricular no ensino médio, como por exemplo, a física, química, filosofia, sociologia, inglês e biologia, que são todas introduzidas no segundo grau devido suas importâncias na educação, na sociedade e no futuro profissional de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. Disponível em: <<http://www.editoraatlas.com.br/atlas/uploadedfiles/5398.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

AZEVEDO, R. K. **A Relevância da Matemática Financeira no Ensino Médio**. Disponível em: <<https://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/22005/RenatoKleberAzevedo.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

BIANCHINI, E. PACCOLA, H. **Curso de Matemática**. São Paulo: Moderna, 2003. Volume único.

BRAGA, F. R. **História da Matemática Financeira e Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/trabalho-academico/humanas/administracao/historia-da-matematica-financeira-e-sistema-financeiro-nacional/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

CÓSER, M. S. F. **Aprendizagem de Matemática Financeira no Ensino Médio: uma proposta de trabalho a partir de planilhas eletrônicas**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <http://www.mat.ufrgs.br/ppgem/produto_didatico/sequencias/coser/dissertacao_coser.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2015.

FARIAS, G. V. **A Matemática Financeira na Educação Básica e sua importância para a formação de um cidadão consciente**. 2013. 34 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) –

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 05 abr. 2013. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/ccet/profmat/tcc/2011/tcc-gisele>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

GONÇALVES, J. P. **A História da Matemática Comercial e Financeira**. Disponível em: <<http://www.somatematica.com.br/historia/matfinanceira.php>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GUELLI, O. **Livro Matemática: Série Brasil**. São Paulo: Ática, 2003. Volume único.

REIS, S. R. **Matemática Financeira Na Perspectiva Da Educação Matemática Crítica**. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 15 abr. 2013. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/profmat/uploads/9/3/5/6/9356672/dissertao>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

SAMPAIO, S. **Coluna ValorRH: Especialista fala sobre a importância na matemática financeira**. Disponível em: <<http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/coluna-valorh-especialista-fala-sobre-a-importancia-na-matematica-financeira/?cHash=f63c129892d86a1bd86726122f619b60>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO – NOVOS MODELOS

Osnir Martins Rodrigues*

Resumo: O presente artigo visa mostrar a importância da inovação tecnológica no ambiente escolar e na interação do professor com o aluno, posicionando o aluno como protagonista no processo de aprendizagem. Não existe possibilidade de uma verdadeira transformação e melhorias na educação em todos os níveis se não estiver intrínseco neste processo, grandes investimentos na inovação com novas ferramentas, aplicativos, software entre outros. Esta pesquisa propõe um estudo sobre novas metodologias de ensino com foco na inovação e seus resultados na aprendizagem de nossos alunos, saindo um pouco da tradicional sala de aula, oportunizando uma aprendizagem de qualidade independente do local onde esteja o aluno através de computadores, celulares, *smartfone entre outros*. Ao final desta pesquisa, percebeu-se que o uso de novas tecnologias e metodologias no processo de ensino-aprendizagem tem agregado um extraordinário valor na melhoria da qualidade da educação em todas as fases do ensino.

Palavras-chave: Educação. Inovação tecnológica. Novas metodologias de ensino. Sala de Aula Invertida.

Abstract: This article aims to show the importance of technological innovation in the school environment and teacher's interaction with the student, positioning the student as a protagonist in the learning process. There is no possibility of a real transformation and improvements in education at all levels if it is not intrinsic to this process, large investments in innovation with new tools, applications, software, among others. This research proposes a study of new teaching methodologies with a focus on innovation and its results in the learning of our students, leaving a little of the traditional classroom, providing a quality learning regardless of where is the student through computers, cell phones, smart phone among others. At the end of this survey, it was noticed that the use of new technologies and methodologies in the teaching-learning process has an extraordinary value in improving education at all stages of education.

Keywords: Education. Technological innovation. New teaching methodologies. *Classroom onslaught*

1.Introdução

Ao longo da nossa história, as gerações vão fazendo novas descobertas, aperfeiçoando suas máquinas, equipamentos, processos. Gradativamente a seu tempo, vão surgindo nossas tecnologias.

* Mestrando em Administração pela Fundação Pedro Leopoldo – FPL. Atualmente Professor e Coordenador do curso de Administração na Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP E-mail osnirmartins2005@yahoo.com.br

Podemos observar grandes mudanças da primeira para a segunda revolução industrial, da segunda para a terceira e principalmente da terceira para a quarta. Do Fordismo até as modernas fábricas da Toyota, Ferrari entre outras. O funcionamento das máquinas a carvão, vapor, eletricidade e agora com automação industrial e alta tecnologia.



Figura 1: Evolução das gerações. Da evolução do homem até o homem tecnológico

Fonte: www.google.com.br/search?q=imagem+ensino+a+distancia&espv=2&biw=2133&bih=1041&tbn

Observamos três momentos importantes: a Revolução Agrícola até 1750, Revolução Industrial até 1970 e Revolução da Informação de 1971 até nossos dias.

Tivemos ainda quatro grandes ondas, sendo a primeira a Onda do Músculo (Agricultura e Industrial), a segunda a Onda Industrial, a terceira Onda da Informação e a quarta Onda da Inteligência e Inovação que se aplica ao objeto da nossa pesquisa.

O mundo passa por diversas mudanças. Com o advento da globalização, há uma exigência e cobrança constante em todos os setores por serviços e produtos de excelente qualidade. Não dá para falar em mudanças, sem discorrer sobre o tema Inovação. Inovação em produtos, serviços, processos, construção de idéias e principalmente soluções que atendam os desejos e necessidade de nossos consumidores, usuários entre outros.

A educação abre caminhos para o futuro, abre portas para o mercado de trabalho e prepara cada cidadão para os grandes desafios desde século. O discurso hoje de nossas autoridades, dos educadores é que é urgente o oferecimento de uma educação de qualidade para a formação de excelentes profissionais para o mercado de trabalho. Não estamos mais na era da qualificação, mas sim do conhecimento.

Neste contexto, é importantíssimo que nossas instituições de ensino desde o ensino fundamental até a pós graduação criem e ofereçam para seus alunos novos modelos, novas metodologias de ensino, dentro de uma visão inovadora, objetivando o oferecimento de uma educação de qualidade. São novas formas de transmitir, receber informação e conhecimento.

Nesta direção, a Inovação Tecnológica é fundamental para se atingir estes objetivos.

O presente artigo objetiva mostrar a importância da inovação na educação, com aplicação de novos modelos com o uso da tecnologia e da informação, com o uso de aplicativos e softwares adequados.

A criatividade é a base da inovação, mas não é sinônimo de inovação. Para ser inovador, é preciso gerar valor. Para que nossas instituições de ensino gerem valor, é necessário muitos investimentos em inovação.

Acreditamos que esta pesquisa possa ser útil para aqueles que tenham interesse pela área de Inovação voltada para o meio educacional.

Segundo a última Pesquisa Brasileira de Mídia [Brasil 2014], realizada no período de 5 a 22 de novembro de 2014, 51% dos brasileiros ainda não utilizam a Internet. Por outro lado, dos que são usuários, 76% acessam a Internet todos os dias, indicando um uso intenso. Em relação aos principais suportes de acesso, 71% afirmaram usar computador, 80% celular e 7% tablets. Os jovens, segundo a pesquisa, são os usuários mais intensos das novas mídias.

Em pesquisa mais recente do IBGE, veiculada nos principais meios de comunicação e mídia do País, 51% dos brasileiros já tem internet em casa.

Antunes (2015) fala que esses dados sinalizam a necessidade de mudanças no âmbito escolar, no qual se deve trabalhar com materiais diversos, incluindo os digitais, de forma dinâmica e integrada. Já Moran (2015) afirma, ainda, que, a aula não é só o que acontece no espaço físico de uma sala, é um contato vivo com o mundo e, nesse contexto, as mídias digitais são importantes, pois ampliam as possibilidades de aprender sozinhos e em grupo.

2. Referencial Teórico

A aplicação de novos modelos para resultar em uma verdadeira inovação da educação passa é claro pela necessidade da aquisição de novos equipamentos, novas instalações e ambientes, novas tecnologias, aplicativos, software, plataformas, profissionais especializados, mas é importante e crucial o papel dos nossos professores neste processo.

Este papel dos profissionais de educação, não importa a modalidade de ensino (fundamental, médio, superior, pós graduação), tem que mudar também, nossas escolas, nossos cursos precisam preparar esses novos docentes para não perderem o controle das tecnologias digitais que são requeridas ou se dispõem a usar em suas salas de aulas.

O professores precisam aprender a manusear as novas tecnologias e ajudar os alunos, e eles também, aprenderem como manipulá-las e não se permitirem serem manipulados por eles.

Mas para tanto, precisam usá-las para educar, saber de sua existência, aproximar-se das mesmas, familiarizar-se com elas, apoderar-se de suas potencialidades, e dominar sua eficiência e seu uso, criando novos saberes e novos usos, para poderem estar, no domínio das mesmas e poderem orientar seus alunos a “lerem” e “escreverem” com elas.

Os professores não devem substituir as “velhas tecnologias” pelas “novas tecnologias”, devem, antes de tudo, se adequar das novas para aquilo que elas são únicas e resgatar os usos das velhas em organização com as novas, isto é, usar cada uma naquilo que ela tem de peculiar e, portanto, melhor do que a outra. O uso e influência das novas tecnologias devem servir ao docente não só em relação à sua atividade de ensino, mas também na sua atividade de pesquisa continuada. E a pesquisa com as novas tecnologias tem características diferentes que estão diretamente ligadas à procura da constante informação.

Os docentes devem construir e trabalhar em conjunto com seus alunos não só para ajudá-los a aumentar capacidade, métodos, táticas para coletar e selecionar elementos, mas, especialmente, para ajudá-los a desenvolverem conceitos. Considerações que serão o alicerce para a edificação de seus novos conhecimentos.

O professor além de ensinar, deve organizar o conhecimento e naturalmente a aprendizagem, um mediador do conhecimento e ao mesmo tempo um aprendiz.

Não podemos deixar de destacar a importância de se repensar os métodos docente a partir de uma maior valorização da metodologia de interação e colaboração mútua que devem estar presentes proporcionalmente na educação à distância quanto na educação presencial, escolha metodológica tão discutida hoje em dia e que vem sendo exercitada por profissionais das áreas mais variadas da educação. É muito inquietante como os professores estão se afastando dessas práticas alternativas, apresentando, com isso, muita oposição e resistência.

Quem faz uma boa escola não é só o Reitor, o Diretor, mas todos os agentes envolvidos no processo. Para a implantação de novas tecnologias, novos modelos de educação com o uso da inovação, é importante que tenham profissionais preparados e capacitados.

A biblioteca já não é mais a única fonte para o estudante que deseja se aprofundar ou tirar dúvidas dos assuntos tratados em sala de aula. Cada vez mais os meios tecnológicos invadem a mesa de estudos, ampliando as possibilidades de interação entre alunos e professores e auxiliando no aprendizado.

A ideia principal é a geração de valor para o cliente.

Chesbrough nos ensina que:

O processo começa com a articulação de uma proposição de valor latente na nova tecnologia. Isso requer uma definição preliminar de qual será o produto ofertado e de que forma o consumidor poderá usá-lo. Uma maneira útil de pensar a respeito de uma proposição de valor é pelo ponto de vista do consumidor pretendido: quais problemas do consumidor você irá resolver? E que proporções tem esse problema para o consumidor? (CHESBROUGH, 2002, p. 80 a 81).

O mercado educacional é muito promissor e cresce cada dia mais, porém temos um público muito exigente que tem vários problemas a resolver, em alguns casos de muitas proporções. No caso do tema, objeto deste estudo, temos alunos, do ensino fundamental até a pós graduação que exigem um ensino de qualidade, interativo, rápido, com uma aprendizagem de excelência.

Na era do conhecimento, é muito importante o uso de novas tecnologias, aplicativos, softwares em todas as organizações, principalmente naquelas que produzem o conhecimento, pois tornam-se mais competitivas.

Sobre a competitividade, aprendemos com o renomado mestre Probst:

O conhecimento como fator competitivo chegou ruidosamente às manchetes de negócios. As empresas são instadas a fazer maior uso do “tesouro oculto” nas mentes de seus funcionários. As firmas inovadoras formam grupos de trabalho sobre a gestão do conhecimento, enquanto os dirigentes enfatizam o papel especial que o conhecimento desempenhará em moldar o futuro de suas empresas. (PROBST, 2002, p. 11)

Nossas escolas para ser competitivas em um mercado tão competitivo, precisam investir muito na inovação, precisam a todo momento gerar valor para sua clientela, como acontece hoje com instituições de ensino, grandes redes de ensino.

Para que haja competitividade, é importante o uso da inteligência, assim como novas tecnologias. Para William

O processo pelo qual a inteligência é obtida, produzida e disponibilizada para os usuários. A boa leitura dos sinais do mercado exigem certas técnicas e metodologias para decidir quais são os dados particularmente cruciais e sobre o modo como eles são analisados. A análise sofisticada da concorrência exige um novo tipo de mecanismo organizado, sistemático e metódico (WILLIAM, 2012, p. 123).

A Inovação tem me proporcionado no curso do mestrado uma aprendizagem ímpar. O Brasil está longe de ser um País genuinamente inovador, comparado com Nações desenvolvidas como Coréia do Sul, Japão, Estados Unidos, Alemanha e outros, mas caminha pra isso. Acreditamos que nos próximos 10 anos, vamos alcançar um patamar melhor.

Nossas organizações têm que agir estrategicamente, com o conhecimento e inteligência competitiva, objetivando o máximo de resultados para os empregadores e seus *Stakerolders*.

Nossas Instituições de Ensino precisam entregar para o cliente um produto excelente, de qualidade, que gera valor para o ensino-aprendizagem dos alunos principalmente. Devem andar juntos neste processo a informação, conhecimento, inteligência e inovação.

Bessant com sua maestria nos fala de uma inovação empreendedora:

O sucesso da inovação parece depender de dois ingredientes principais (pessoas, equipamentos, conhecimento, dinheiro etc) e capacidade para geri-los. O segundo é o mais difícil de controlar, mas é o que faz ou desfaz o processo. Assim, o que exige e o que sabemos sobre ele? A inovação é a ferramenta-chave dos gestores, o meio pelo qual exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. (BESSANT, 2009, p. 27)

Quando falamos em empreendedorismo, estamos falando de uma espécie de pacote de comportamentos como proatividade, visão diferenciada de mundo, criatividade. Muitos desses comportamentos estão com a gente desde que nascemos. Outros aprendemos na nossa socialização primária e ainda temos aqueles que desenvolvemos ao longo de nossa vida. Empreender é fazer as coisas acontecerem, é gerar a todo tempo valor para nossos negócios.

Uma escola para se tornar inovadora na educação, precisa levar a toda sua equipe (Reitores, Diretores, Coodenação Acadêmica, Coordenação de Curso, Secretaria, Biblioteca, TI e outros setores) uma cultura, procedimentos e comportamentos verdadeiramente empreendedores.



Figura 2: ambiente de sala de aula com alta tecnologia e inovação

Fonte: www.google.com.br/search?q=IMAGEM+INOVACAO+SALA+DE+AULA

Como falamos no início desta pesquisa, vivemos em um momento e em um ambiente de grandes transformações tecnológicas.

Sobre este assunto, Probst, Raub e Romhardt nos ensina que:

As grandes mudanças tecnológicas são acompanhadas de transformações econômicas, sociais e institucionais, pois a tecnologia não se difunde no vácuo, necessitando de regimes jurídicos, motivação econômica e condições político-institucionais adequados para se desenvolver.(PROBST; RAUB; ROMHARDT, 2002, p. 15)

Na Faculdade ontem lecionamos Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP é utilizado um sistema muito conhecido, o Moodle. Um ambiente, uma plataforma de aprendizagem, onde o professor com uma senha disponibiliza/posta material de sua disciplina, trabalhos, atividades, pesquisas e os alunos por sua vez acessando o sistema com uma senha tem este momento, o ambiente de comunicação com o professor onde envia trabalhos, atividades e uma verdadeira interação com o professor.

Quase todas as instituições de ensino superior já têm sistemas semelhantes, muitos sistemas mais modernos que possibilitam aulas on line, a distância, o aluno que faltou a aula tem condições de ver a aula toda em casa.

Sistemas mais modernos trabalham com a sala invertida objetivo desta pesquisa, ou seja, o aluno assiste as aulas de casa, e o professor a todo momento tira as dúvidas dos alunos.

É desejável que tenhamos uma padronização na educação, mas sempre pensando na inovação, novas ideias, mudanças, objetivando uma educação interativa, digital com alta tecnologia.

Voltando sobre a sala de aula invertida, importante dizer que o método de ensino tradicional, o professor ensina determinado conteúdo na sala de aula e, a partir daí, demanda tarefas de casa. Justo no momento em que o aluno vai ter dúvidas, o professor não está. Por isso, o método da “sala de aula invertida”, como sugere o nome, trabalha no sentido oposto: primeiro os estudantes se iniciam em determinado assunto sozinhos, em casa, com a ajuda de textos, vídeos e outros recursos, e fazem o “dever de casa” na escola, quando podem tirar dúvidas, discutir e aprofundar determinados aspectos com os professores e colegas.



Figura 3: comparação sala de aula tradicional e sala de aula invertida

Fonte: www.google.com.br/search?q=IMAGEM+INOVACAO+SALA+DE+AULA

A sala de aula invertida ou *flipped classroom* é uma metodologia ativa que ressignifica o papel do aluno, do professor e da aprendizagem. Coloca o aluno no centro do processo ensino aprendizagem, como protagonista e, promove o desenvolvimento de uma aprendizagem ativa, investigativa e colaborativa.



Figura 4: mais um exemplo que retrata a importância da Sala de Aula Invertida.

Fonte: https://www.google.com.br/search?q=imagens+sala+de+aula+invertida&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=RykOV7fnD4r6wQTpgpJw

O professor promove aos alunos um processo de aprendizagem contínuo, que acontece em diferentes espaços e possibilita ampliar seus estudos, conhecimentos, e ainda desenvolver habilidades de comunicação, gestão e autonomia. Neste novo formato de ensinar e aprender, os educadores são mediadores da aprendizagem e não detentores do conhecimento.

Esta nova proposta de aprendizagem propõe que o aluno antes da aula estude sobre uma temática específica, vindo desta maneira mais preparado, com questionamentos e inquietações que serão o ponto de partida para as discussões na sala de aula. A aula passa a ser dialógica e interativa, invertendo assim a transmissão de conhecimento usada no ensino tradicional, onde o aluno, como um ser passivo, escuta o professor, faz atividades e estuda em casa para a prova.

A sala de aula nesta nova abordagem abre espaços efetivos para a criação de uma rede cooperativa de alta interação, que possibilita o debate e a argumentação. Tendo em vista a interação e a dinâmica que envolve, a participação se manifesta como um processo ativo e não linear, a aula fica mais interessante para o aluno e a aprendizagem mais significativa.

O professor valoriza o aprendizado no ritmo de cada aluno, que pode aprender no seu próprio ritmo, tendo atenção mais individualizada do professor.

A implantação desta metodologia exige mudanças na prática do professor, na gestão e na dinâmica da sala de aula. O uso de tecnologias educacionais para acesso à informação, resolução de problemas e colaboração entre os alunos contribui significativamente para o processo da inversão da sala de aula.

Na visão de Bergmann, Overmyer e Wilie (2012), a Flipped Classroom, vai além da simples gravação em vídeo de suas aulas por parte do professor. Estes autores afirmam que, ao contrário do que se pode imaginar, este modelo pode: aprimorar a interação entre os estudantes e o professor, promover um ambiente de aprendizagem onde os estudantes passam a ser responsáveis pelo seu próprio aprendizado, promover a aprendizagem construtivista, oferecer uma maneira de o conteúdo ficar permanentemente disponibilizado ao estudante, de modo que possa assisti-lo quantas vezes quiser.

A diferença básica em relação à proposta da Sala de Aula Invertida e o modo tradicional de fazer a sala invertida dentro da sala de aula é que se utilizarmos os recursos tecnológicos na mediação desse método oportunizamos ao aluno as possibilidades de buscar conteúdos em vídeos, em hipertextos, grupos em redes sociais, bibliotecas virtuais, nas entrevistas com especialistas sobre o conteúdo etc., além é claro de o aluno poder medir antecipadamente o seu nível de apropriação do conteúdo prévio com ajuda de recursos tecnológicos de medição, viabilizando desse modo a antecipação de resultados (MORAN, 2014, p.184).

Segundo Schneider et al. (2013), alguns autores têm apresentado a Sala de Aula Invertida como uma alternativa à organização escolar, de forma a contribuir para independência do aluno na construção do conhecimento, de acordo com suas características e estilo de aprendizagem. Neste sentido, o papel do professor é o de mediador entre o conhecimento e o aluno. Em síntese, esta metodologia promove a participação ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, utilizando-se de vários meios para alcançar os objetivos propostos.

Valente (2014) destaca que alguns cuidados são necessários na adoção da metodologia Sala de Aula Invertida, tais como dosar o número e o tamanho dos vídeos, para não tornar cansativo o estudo. Inserir outras alternativas diversifica as opções, mas é fundamental que todas sejam bem integradas à proposta. Além disso, testes são necessários tendo em vista avaliar a aprendizagem. Tais testes são, em geral, promovidos em plataformas virtuais e permitem identificar pontos críticos que devem ser retomados em sala de aula. É fundamental corrigir concepções equivocadas ou mal elaboradas pelos alunos.

Outro trabalho bastante significativo em relação ao tema abordado é o de Lemos e Perl (2014), intitulado Comunicação e Tecnologia uma experiência de “Sala de Aula Invertida”. A pesquisa teve como objetivo intercalar a metodologia Sala de Aula Invertida com elementos da aula expositiva tradicional, de modo a possibilitar um ambiente mais lúdico e incentivar a participação dos alunos, tornando as aulas mais produtivas.

Temos ainda o ensino híbrido. Estudos recentes vêm apontando que uma maneira de se promover um ensino mais personalizado e eficiente é combinar os aprendizados *online* e *offline*, unindo os benefícios dos métodos tradicionais de ensino com os da utilização de ferramentas tecnológicas educacionais. No ensino tradicional, valoriza-se a interação presencial entre professor, aluno e colegas. Já os recursos digitais – como games, vídeo-aulas e outras ferramentas reunidas em plataformas de ensino adaptativo – permitem que o aluno avance no aprendizado conforme seu ritmo próprio e suas necessidades individuais, uma vez que essas plataformas inteligentes propõem atividades a partir das respostas de cada aluno às tarefas que realizou anteriormente.

A sala de aula está deixando de ser vista como o único espaço de aprendizagem utilizado pela escola. A ordem do dia é aproveitar a comunidade do entorno, teatros, museus e outros locais como oportunidades de adquirir conhecimento.

Novos modelos de educação, tem que passar necessariamente por profundos investimentos em tecnologia, e fazer com que nossos alunos tenham mais disciplina.

3. Considerações Finais

A inovação da educação é uma necessidade. Novas metodologias de ensino, aliada ao uso constante da tecnologia. Pudemos observar que o uso de ferramentas para atualizar a metodologia de ensino e, mais que isso, possibilitar que a educação acompanhe a comunidade escolar o tempo todo.

Com novas plataformas digitais de aprendizagem, alunos têm acesso a aulas virtuais e outras ferramentas de aprendizagem, enquanto gestores e professores possuem recursos exclusivos, e os pais podem acompanhar de perto o desenvolvimento de seus filhos.

O alinhamento do que se aprende em sala de aula com a pesquisa acessível aos alunos pelo meio eletrônico é um casamento perfeito. Bibliotecas virtuais, interação e proximidade entre alunos e professores, postagem de material para os alunos, correção e envio de atividades, tudo isto e muito mais aumenta de uma forma considerável a aprendizagem e qualidade do ensino.

Não se fala mais em aprendizagem, em educação, sem o uso da tecnologia de ponta, novos modelos de ensino com o uso da inovação. Países como Coréia do Sul, Japão, Estados Unidos, e o próprio Chile aqui na América do Sul estão há pelo menos 10 anos em nossa frente no quesito novos modelos de ensino com foco na inovação na educação.

Mas estamos avançando aqui no Brasil, pois a grande maioria das instituições de ensino, as grandes redes e universidades já dão ênfase na melhoria contínua da inovação no meio educacional.

Esta pesquisa, proporcionou a este modesto mestrando e pesquisador ter uma visão mais fundamentada da importância da inovação na educação. Pesquisamos muito material em fontes confiáveis para a produção desta pesquisa como livros, artigos nacionais e estrangeiros, relatório de grandes congressos, plataformas e páginas de internet em grandes redes de ensino do Brasil, em sua grande maioria rede privada.

Importante dizer que ainda existe poucos livros publicados sobre o tema, objeto deste estudo, razão pela qual buscamos algumas fontes pela Internet.



Figura 5: Biblioteca virtual

Fonte: www.google.com.br/search?q=imagem+ensino+a+distancia&espv=2&biw=2133&bih=1041&tbm

4. Referências

ANTUNES, A. “**Educação Híbrida: o futuro para a aprendizagem**”, Entrevista realizada com J. M. Moran, <<http://moran10.blogspot.com.br/2015/08/educacao-hibrida-o-futuro-para.html>>, 13 ago. 2015.

BERGMANN, J.; OVERMYER, J.; WILIE, B. **The Flipped Class: What It Is Not**. <Disponível em: <http://www.thedailyriff.com/articles/the-fliped-cass-conversation-689.php>>. Acesso em 10 de abril de 2014.

BESSANT, Joe Tido. **Inovação e Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009

CHESBROUGH, Henry. **INOVAÇÃO ABERTA. Como Criar e Lucrar com a Tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2012

LEMOS, A. e Perl, L. Comunicação e Tecnologia Uma experiência de ‘Sala de Aula Invertida’. In **Comunicação & Educação**, n. 1, v. 20, p. 127-139, 2014

MORAN, J.M. **Razão e emoção: componentes fundamentais do conhecimento**. 5º Simpósio Hipertextos e Tecnologias na Educação. 1º Colóquio Internacional de Educação com Tecnologias. Recife: UFPE, 2013. Entrevista a Karla Vidal. Disponível em: <<http://www.simposiohipertexto.com.br/2013/07/15/razao-e-emoção-componentes-fundamentais-do-conhecimento/>>. Acesso em 08 de abril de 2016.

PROSBST, Gilbert; Raub, Steffen; Romhardt, Kai. **Gestão do Conhecimento. Os Elementos Construtivos do Sucesso.** Porto Alegre: Bookmann, 2002

SCHNEIDER, E. I., Suhr, I. R. F., Rolon, V. E. K e Almeida, C. M. de. Sala de Aula Invertida em EAD: uma proposta de Blended Learning. In **Revista Intersaberes**, n. 16, v. 8, p. 68-81, 2013

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação – A Economia da Tecnologia no Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2006

VALENTE, J. A. Blended Learning e as Mudanças no Ensino Superior: a Proposta da Sala de Aula Invertida. In **Educar em Revista**, Curitiba, PR: Edição Especial, n. 4, p. 79-97, Editora UFPR, 2014

WILLIAM, R. O Ciclo da Inteligência Competitiva. Disponível em: <<http://rogerwilliam.wordpress.com/2012/01/09/o-ciclo-da-inteligencia-competitiva/>>. Acesso em 06 de abril de 2016.

A DESVALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES NO BRASIL

Sabrina Aparecida de Oliveira*
Eremita Marques Nogueira Barbosa**
Márcia Helena Rodrigues de Matos***

Resumo: Este artigo é sobre a desvalorização dos professores no Brasil, onde a desvalorização do trabalho do professor é um fato muito frequente na sociedade brasileira, muitas vezes seus compromissos atendem também, competências básicas que deveriam ser trabalhadas pela família e pela sociedade de modo geral. O presente trabalho objetivou relatar a importância dos profissionais da educação na formação da sociedade, verificando os principais fatores que contribuíram para a atual desvalorização dos mesmos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que foi realizada através de pesquisas em livros e artigos referentes ao tema. Acredita-se que a valorização dos professores é um fator decisivo para uma educação de qualidade. Contudo, esta deve partir primeiramente dos próprios professores, mostrando que a educação é fator primordial na vida de todo e qualquer cidadão e que é preciso valorizar o educador.

Palavras chave: Valorização. Desvalorização. Educadores.

Abstract: This work is about the devaluation of the teachers in Brazil, where the devaluation of the teacher's job is a very frequent phenomenon in Brazilian society, often also meet their commitments, basic skills that should be worked on by family and society in general. This study aimed to report the importance of education professionals in shaping society, checking the main factors that contributed to the current devaluation of them. It considers a qualitative research, which was carried out through research in books and articles about the topic. It is believed that the appreciation of the teachers is a decisive factor for an education with quality. However, it should come first from them themselves, showing that the education is a key factor in the citizens' lives and is also necessary valorize the educators.

Keywords: Valorization. Depreciation. Educators

INTRODUÇÃO

*Graduada em Matemática pela Faculdade Patos de Minas (FPM). E-mail: sabrinaaparecidaoli@gmail.com

** Graduada em Matemática (UNIPAM), graduada em Ciências Biológicas (UNIPAM), Especialista em biologia geral (UNIPAM), Especialista em Docência do Ensino Superior (FPM). Professora orientadora da Faculdade Patos de Minas (FPM). E-mail: eremitamarques@yahoo.com.br

*** Graduada em Pedagogia (UNIPAM), Especialista em Filosofia da Educação (UNIPAM), Mestre em Educação (UFU). Professora co-orientadora da Faculdade Patos de Minas (FPM). E-mail: mhelenarodrigues@yahoo.com

O presente artigo aborda como tema a desvalorização dos professores a partir da história da educação no Brasil, considerando alguns fatores que desvalorizam os professores e a importância da valorização da profissão docente.

O que levou a abordar o determinado tema, foi à inquietação durante a vivência com os profissionais da educação na realização de estágios. Onde, percebe-se que a valorização do profissional da educação é fundamental, para que se sintam mais felizes e dispostos, realizando assim, um trabalho cada vez melhor.

Historicamente, a educação formal no Brasil teve início no ano de 1549, com a contribuição dos Jesuítas, mas, os mesmos foram expulsos do Brasil em 1759, o que representou um atraso na educação brasileira, pois o ensino praticado por eles era o único disponível, ocorrendo uma paralisação do sistema educacional no Brasil, que perdurou por muito tempo. Entretanto, em 1964 com o regime militar, os avanços e as conquistas dos períodos anteriores foram freados, até que foram surgindo movimentos de redemocratização no país e passados muitos anos de tumulto, os educadores conseguiram a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), estabelecendo novas condições de trabalho, mas mesmo assim, permanecem muito distantes dos padrões desejados pela sociedade (RIBEIRO, 2003).

Dessa forma, é importante ressaltar que quando um professor escolhe essa profissão, ele acredita que irá compartilhar o conhecimento e valores necessários para a formação de pessoas melhores (FERREIRA, 2014). Entretanto, muitas vezes, ocorre certo descaso com os professores por parte do governo, dos alunos, dos pais dos alunos, e principalmente, por parte do próprio professor. Além disso, o salário é um dos principais motivos da sua insatisfação (ROBERTO, 2012).

Na atualidade, a família abre mão da sua responsabilidade e os próprios professores começam a desacreditar na sua força para enfrentar os desafios. Neste sentido, acabam contaminando o ambiente e outros profissionais (RODRIGUES, 2012).

Toda esta situação desmotivadora reflete na prática docente, uma vez que, os professores ensinam os alunos a refletir, construir sua própria opinião, questionar, fazer um futuro de possibilidades e realizações. É uma das profissões mais importantes, pois ajudam na construção do conhecimento, na formação de cidadãos que buscam um mundo mais justo, motivando os alunos a serem pessoas cada vez melhores (CHALITA, 2014).

Considerando que a valorização do professor é um fator decisivo para uma educação de qualidade, acredita-se que investigar as possíveis causas e os processos desenvolvidos ao

longo do tempo, que contribuíram para a constituição do atual quadro de desvalorização do trabalho docente, seja muito importante. E por acreditar ainda, que esse trabalho possa contribuir de maneira positiva no sentido de alertar a sociedade, de forma geral, mostrando que a educação é fator primordial na vida de todo e qualquer cidadão e que é preciso valorizar o educador.

Dessa maneira, o estudo procurou responder as seguintes questões: Os próprios professores se desvalorizam? O governo e a família apoiam os professores? A mídia incentiva à desvalorização? Acredita-se que a desvalorização dos professores parte inicialmente da própria classe, que o governo não dá suporte e a família não promove o devido incentivo, talvez por falta de tempo ou até mesmo por desinteresse. Além disso, a mídia presta um desaforo com a desestruturação da imagem e valor do professor, gerando assim, professores desmotivados com relação a sua prática.

Objetivou-se ainda, perceber a importância do profissional da educação para a formação da sociedade, bem como, atentar para os principais fatores que proporcionaram as possíveis desvalorizações.

Foi realizado um estudo de forma exploratória e qualitativa com base em leituras de livros impressos e online, artigos científicos, teses, monografias e artigos em revistas, disponíveis em bibliotecas e no Google, utilizando para busca, palavras chaves como: valorização, desvalorização e educadores. A pesquisa foi realizada entre fevereiro e outubro de 2015 junto com o fechamento.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Desvalorização dos Professores

A desvalorização dos professores não começou agora, já vem os acompanhando há tempos, desde quando os primeiros Jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, junto com o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, chefiados pelo padre Manuel de Nóbrega. Eles acreditavam que seria mais fácil conquistar terras se apresentando em nome de Deus, abençoados pela Igreja. Então, dedicaram-se a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Desta forma, procuravam salvar as almas, ensinavam as primeiras letras, a gramática, a doutrina católica e os costumes europeus (RIBEIRO, 2003).

Segundo Piletti (2008, p. 34) “Os Jesuítas logo compreenderam que não seria possível converter os índios a fé católica sem, ao mesmo tempo, ensinar-lhes a leitura e a escrita”.

Portanto, além da catequese foram criadas as escolas de ler e escrever, na qual também transmitiam os costumes de Portugal.

Neste período, havia dois planos, o real e o legal. O plano real era direcionado à elite, preparados para o trabalho intelectual, seguindo um modelo religioso e o plano legal aplicado aos outros, que seriam apenas catequizados (RIBEIRO, 2003).

Segundo Piletti (2008, p. 34), “No ensino das primeiras letras, os Jesuítas mostravam grande capacidade de adaptação. Penetravam com igual facilidade na casa grande dos senhores do engenho, na senzala dos escravos e nas aldeias indígenas”. Em todos os lugares procuravam orientar na fé, adaptando-se as condições de cada grupo.

Nesta época a vida dos alunos e professores não era nada fácil, Padre Anchieta, um dos Jesuítas mais conhecidos, reclamava da sua difícil rotina causada pela preparação das aulas. “Em tempos de escrita à pena, onde tinha que escrever, uma a uma, a cópia que cada aluno usaria na lição do dia seguinte” (MORAES, 2011 apud Piletti (2008):

Os Jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios e dos escravos. A todos procuravam transformar em filhos da Companhia de Jesus e da Igreja, exercendo grande influencia em todas as camadas da população. Aos que se convertessem à Fé católica e fossem batizados, os padres acenava com as glórias do paraíso; os que resistiam eram ameaçados com as penas do inferno (PILETTI, 2008, p. 34):

Apesar da organização, os colégios sofriam com a falta de professores, pois, uns demoravam a chegar, outros morriam no naufrágio a caminho da colônia e outros desapareciam nos passeios (MORAES, 2011).

Conta Ribeiro (2003) que no plano de Nóbrega, havia um recolhimento de 10% de toda a renda, para sustento dos colegas jesuíticos que seriam os diretores espirituais, os docentes e os administradores dos bens materiais. Porém, ficava determinado que os bens materiais deveriam ser vinculados à Companhia de Jesus.

Além disso, confirmam Ribeiro (2003) e Piletti (2008), que de Salvador, aonde chegaram em 1549, os Jesuítas espalharam-se rapidamente pelas várias regiões brasileiras, até 1759, quando foram expulsos. Na ocasião, eles mantinham 36 missões, escolas de ler e escrever em quase todas as povoações por onde espalhavam suas 25 residências, além de 18 estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários, localizados nos pontos mais importantes do Brasil.

Os Jesuítas foram expulsos do Brasil quando Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, foi eleito o primeiro ministro de Portugal de 1750 a 1777, como conta Piletti (2008):

Em sua administração entrou em conflito com os Jesuítas, atribuindo-lhes intenções de opor-se ao controle do governo português. Do conflito chegou-se ao rompimento: por alvará de 28 de julho de 1759, o marquês de Pombal suprimiu as escolas Jesuíticas de Portugal e de todos os seus domínios. Em seu lugar foram criadas as aulas régias de Latim, Grego e Retórica, que nem de longe chegaram a substituir o eficiente sistema de ensino organizado pela Companhia de Jesus (PILETTI, 2008, p.36):

Vale lembrar, que o sistema dos Jesuítas em muitos lugares era o único disponível e em função disso, ocorreu uma drástica mudança, e um verdadeiro atraso no sistema de ensino, gerando uma paralisação do processo escolar.

Passado algum tempo, teve início as aulas régias que tinham um único professor para determinada disciplina, não selecionava currículo, nem duração da matéria e o aluno se matriculava em tantas aulas e nas disciplinas que desejasse. Todas estas mudanças demonstram que o objetivo superior da escola pombalina era trocar a escola que servia aos interesses da fé, pela escola que atendesse aos fins do estado. (PILETTI, 2008). Além disso, de acordo com Chagas (1980):

Para agravar esse quadro, os professores eram geralmente de baixo nível, porque improvisados e mal pagos, em contraste com o magistério dos Jesuítas, cujo preparo chegava ao requinte. Nomeados em regra por indicação ou sob concordância dos bispos, tornavam-se “proprietários” das respectivas aulas régias que lhes eram atribuídas, como sesmarias ou títulos de nobreza (CHAGAS, 1980, p. 9).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 houve algumas modificações na educação brasileira, principalmente no ensino superior, criando vários cursos. Em 1824 ficou estabelecido que a educação primária seria gratuita a todos os cidadãos e em 1827 ficou determinado que deveria ser criada escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas, lugarejos e escolas de meninas nas cidades mais populosas. Ficando instituído que, para fazer o secundário não seria exigido a conclusão do primário, e para fazer o superior não seria exigido a conclusão do secundário (PILETTI, 2008).

Durante o império, os professores que não estivessem capacitados, deveriam instruir-se em curto prazo, a custa de seus ordenados, ou seja, eles tinham que custear sua própria formação. Mesmo assim, nas escolas das capitais o resultado foi o descaso a que sempre foi relegado o trabalho do professor, pois não se encontrava cursos destinados à formação deles.

Por esta razão, os professores eram selecionados com base na maioria, na moralidade e na capacidade, e às vezes através de concurso (PILETTI, 2008).

Em 1834, foram fundadas as primeiras escolas normais, para melhorar a formação dos professores. Geralmente eram oferecidos apenas dois anos de curso, de nível secundário, atendendo pouquíssimos alunos e somente para rapazes. Passando a oferecer uma sessão feminina, depois de 30 anos (ARANHA, 1996).

No entanto, no decorrer do Período Republicano privilegiava a educação da elite, prejudicando a educação popular. Isso deixou os brasileiros irritados, gerando uma crise e desencadeando a Revolução de 1930, responsável por muita discussão e várias transformações educacionais. Tais como, a criação do ministério da educação, gratuidade e obrigatoriedade do ensino de 1º grau; direito de todos à educação; liberdade de ensino; obrigação do estado e da família no tocante à educação, a formação universitária de todos os professores, entre outros (PILETTI, 2008).

O regime militar instalado no país em 1964 freou os avanços e as conquistas dos períodos anteriores, os ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres sempre mais pobres, os salários abaixaram ao mesmo tempo em que os preços dispararam. Escolas foram invadidas pela polícia, professores e estudantes foram presos e exilados, e as escolas passaram a ser vigiadas (RIBEIRO, 2003).

Muitas pessoas foram para as ruas reclamar, professores, estudantes e policiais saíram feridos. De modo que professores ficaram em greve por mais de uma semana e o governador decretou suspensão do pagamento de seus salários e a contratação de outros educadores. Foi formado então, o Fórum da Educação na Constituinte que reunia diversas entidades com o objetivo de fazer prevalecer suas propostas no campo educacional. Conforme esclarece Piletti (2008):

Em linhas gerais, foram incorporados ao novo texto constitucional os objetivos atribuídos ao ensino de 1º e 2º graus pela Lei nº 5 692/71. O artigo 205 da nova Carta ficou com a seguinte redação: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (PILETTI, 2008, p.139).

Passados muitos anos de angústia, tumulto e mobilizações, os educadores brasileiros conseguiram a aprovação da LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), sendo finalmente sancionado pelo presidente da República no dia 20 de dezembro de 1996, como lei nº 9.394/96. (ARANHA, 1996).

Esta lei, de fato, atingiu patamares bastante razoáveis, estabelecendo novas condições para a educação, embora, até os dias atuais ainda permanece muito distante dos padrões desejados pela sociedade e necessários ao desenvolvimento nacional. Neste sentido, percebe-se então, que o desafio para uma educação de qualidade, com boas condições de trabalho para professores e alunos ainda não terminou.

ALGUNS FATORES QUE DESVALORIZAM OS PROFESSORES

Quando um professor, isto é, um educador escolhe esta profissão por prazer, ele acredita que poderá contribuir para a formação de pessoas melhores. Que irá compartilhar aquilo que aprendeu, proporcionando, juntamente com o conhecimento, carinho e amor. Acredita ainda, que todos os alunos irão aprender com facilidade, serão educados e terão um ótimo relacionamento com os colegas e professores. Que os pais apoiarão tudo que a escola sugerir e que o governo e a sociedade valorizarão o seu trabalho. Mas, como se sabe, na maioria das vezes isso não acontece.

Em função disso, o professor tem exercido muitas vezes o papel de educar que é pertinente aos familiares, se tornando muito mais uma referência pessoal do que realmente mediador do conhecimento, para ser amigo, pai, para dar conselhos e muitas vezes mostrar o caminho certo. Como relata Rodrigues:

[...] a família abre mão de sua responsabilidade educacional, porém a exige, e, com isso, o aumento de responsabilidades e exigências em relação ao professor, contribuem para aumentar seu mal-estar docente. Os valores sociais emergentes afetam, sem dúvida, a atividade docente, tornando-a cada vez mais complexa e exigente (RODRIGUES, 2012, p. 05)

Dessa forma, o professor vai percebendo com o tempo que estes alunos, trazem consigo as consequências da desestruturação familiar, das agressões psicológicas e físicas. Assim, os alunos fingem não ouvir, não fazem o planejado, arrastam e empurram as carteiras como enfrentamento ao professor e a escola. Segundo Ferreira:

Hoje, atribui-se ao professor a culpa do insucesso, da evasão escolar e da repetência [...] que o professor deixou de ser aquele intelectual respeitado que trazia consigo um conhecimento a ser transmitido, a quem os pais confiavam os filhos e deles exigiam respeito, e passou a ser o vilão violentador da educação. (FERREIRA, 2014, p. 3270)

Diante disso, o professor vai perdendo a esperança, principalmente por saber que seus alunos se tornarão profissionais despreparados.

Em concordância Perissé (2011, p.17) diz que “[...] o que mais desmotiva, desvaloriza um professor e pode fazer com que ele adoça de corpo e alma é não poder conectar-se com o valor de ensinar. Não ter um clima favorável para exercer com dignidade o que sonhou ter na sua profissão”.

Além disso, os professores desejam enfrentar os problemas, mas não têm autonomia para modificá-los, pois o governo lança suas propostas sem preparar adequadamente os professores e ainda exige eficácia imediata. Os diretores também são exigidos e cobrados têm que cobrar dos professores, mesmo sabendo que, na maioria das vezes eles têm razão. Diante desta situação, os professores não têm direito de escolha, uma vez que, os órgãos competentes ignoram os seus apelos e suas reclamações a respeito dos baixos salários, das amplas jornadas em sala de aula e das péssimas condições de trabalho.

Todo esse processo gera o desinteresse da própria categoria docente, onde o professor não vê perspectiva de crescimento profissional, passando a existir profissionais desestimulados em relação à tarefa de educar, que na maioria dos casos é fruto de pouco estímulo e de uma formação acadêmica precária.

Logo, o que mais se vê são professores desestimulados e descrentes com a profissão docente, contaminando o ambiente e seus colegas de trabalho. Deste modo, Chalita (2014) diz que tem três caminhos a seguir quando isso acontece; o primeiro é persistir no desânimo, pois acredita que é tarde para mudar, o segundo é abandonar e buscar coisas novas, tentar encontrar algo que lhe traga felicidade, alguma vocação e o terceiro é tentar recordar a sensação prazerosa do primeiro encontro, lembrar-se das primeiras aulas, do medo dos alunos perceberem a pouca experiência, lembrar de como era grande a vontade de estar ali, de ser professor (CHALITA, 2014).

Nesta direção, Ferreira (2014, p.342) ressalta que o professor “nutre um desejo de largar tudo, jogar tudo para o alto, no entanto é impossibilitado de fazê-lo, pois, se o faz perde todos os direitos adquiridos”, por isso, vai suportando, esperando o momento de ser reconhecido ou a oportunidade de passar em outro concurso e deixar de lado a educação. Além do mais, eles não recebem o salário merecido, e quando resolvem fazer uma aula diferenciada têm que arcar com as despesas.

Nesse caso, Chalita (2014) concorda dizendo que no Brasil, o baixo salário é um dos principais motivos de insatisfação dos professores em exercício, embora, algumas pessoas

dizem que salário não é tudo, e acredita-se que realmente não é. Mas, o salário é uma forma de reconhecimento. Além disso, os professores têm que compensar os baixos salários com altas jornadas de trabalho, se vendo cansados e com pouco tempo para preparar aulas diferenciadas, sem falar na falta de recursos físicos, para tirar cópias e pôr em prática o que almeja, visto que as salas de aula geralmente estão lotadas, tirando assim, dinheiro do seu próprio salário para comprar materiais.

No que se refere ao baixo salário da profissão docente, Chalita (2014) questiona, o porquê do advogado, do dentista, da doméstica, do jogador de futebol e tantas outras profissões ganharem mais que um professor? O porquê que isso acontece nesse país? Quem forma os engenheiros, os médicos? Quem ensina o poeta a escrever? E ele indaga, “Quem abre as janelas das possibilidades e insiste que o futuro existe?” (CHALITA, 2014, p.02). Nesse sentido, é triste saber que há outras profissões, com menor ou igual nível de formação, que necessitam de professores para se formar e recebem um salário bem maior que o do professor.

Além do mais, Libâneo (1996) entende que realmente é necessário que o professor seja reconhecido profissionalmente, sabendo que seu papel na instituição é ajudar os alunos a adquirir conhecimento. Por isso, ele ainda afirma que os cursos de graduação de professores devem investir e oferecer teorias sobre a importância do ensino e aprendizagem.

Desse modo, ser professor exige uma formação continuada, com diferentes saberes. Como diz Gadotti, (2008, p. 57), “[...] o professor é um profissional que domina a arte de reencantar, de despertar nas pessoas a capacidade de engajar-se e mudar”. Certamente, professores valorizados se sentirão mais dispostos para aprender mais, buscar novos conhecimentos, a agir mais com o coração, e ter uma postura melhor diante dos alunos. Até porque, os estudantes não observam somente a informação que esta sendo transmitida, mas, observa também a postura do professor.

Para Chalita (2014, p.2), “Valorizar o professor é fundamental, porque o professor é a alma, o pilar da educação”. Acredita-se, que há muitas maneiras de homenagear os professores, mas a melhor seria sua valorização. Valorizar o professor é respeitá-lo, é dar uma remuneração digna para que essa carreira seja objeto de desejo entre os estudantes. Já Ferreira (2014) salienta que:

O professor educador perdeu sua autonomia na sala de aula, sua autonomia está apenas no dar aulas. Ele tem que aceitar as palavras de baixo calão, os acenos obscenos e ficar calado para não “traumatizar” o aluno. Sua participação em tomadas de decisão é para

acatar as leis e tomar cuidado com o que fala, pois seu discurso pode virar-se contra ele. (FERREIRA, 2014, p.330)

Assim, o papel dos professores educadores vem sendo desvalorizado dia após dia, uma vez que a própria classe parece desacreditar na sua eficiência para enfrentar os grandes desafios. Muitos perderam o sonho, a expectativa, a sensibilidade de contribuir com uma educação melhor.

Além disso, a mídia presta um desaforo para com os professores e Martin (2001) concorda dizendo que principalmente a televisão, com a exposição exagerada pode influenciar para que os estudantes formem negativas interpretações.

Segundo Tokikata (2014), ignora-se a realidade no conjunto educacional brasileiro, onde expressa um preconceito baseado no senso comum. A mídia não procura um professor para falar sobre assuntos da escola, sobre a educação e sim pessoas das secretarias, supervisoras, diretoras que não sabem ao certo o que se passa dentro das salas de aula. Ele acredita também, que a mídia faz aqueles discursos de má formação dos professores, com a estratégia de vender cursos de capacitação. Pois, a educação é um mercado lucrativo, e, para justificar a aquisição desses cursos é preciso primeiro, desqualificar o professor, através da mídia.

Logo, Esteve (1999, p. 34) acredita que “[...] a desvalorização não se baseia em uma razão clara, mas por boatos e reputações, sem um aprofundamento da real situação docente”. Tais informações apontam que a mídia tem por objetivo vender alguma coisa, principalmente ideias, influenciar a sociedade, a educação e manipular informações. E ela está presente na maioria das vezes para denegrir a imagem do professor.

Outro aspecto que merece atenção é que até os anos de 1960, estudar era um privilegio de poucos, menos de 30% das crianças tinham acesso aos estudos, pois para prosseguir existia o exame de admissão, que só foi abolido nos anos finais daquela década, além de tantas outras dificuldades. Anos depois, o governo deixou de ser tão severo, aumentando o número de matrículas em até 329% em alguns locais. Mas, o investimento em estrutura física e qualificação dos professores não os acompanharam. Pelo contrario, o grande aumento da oferta de vagas foi acompanhado pela admissão de profissionais com título inadequado para executar a profissão de professor, barateando o valor do trabalho. Isso trouxe outra necessidade, a de agilizar a formação dos professores, criando cursos rápidos que diminuiriam e muito a qualidade dessa formação. Sendo que até 1997 mais de 50% dos profissionais da educação só tinham o ensino médio completo (ROBERTO, 2012).

Atualmente a escola passou a ser obrigatória e as políticas educacionais não admitem quase nenhuma reprovação nas escolas públicas, logo, o rendimento dos alunos é baixo, pois sabem que estão ali e vão passar de ano de qualquer forma. O governo atual, como outros que o precederam, parece ignorar que um país só se eleva, quando dignifica a educação. Segundo a LDB (BRASIL, 2010):

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental. § 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor (BRASIL, 2010, p. 18).

Percebe-se então, que esse trecho da legislação está direcionado para a formação básica do professor, deixando clara a necessidade de valorizá-lo, citando também a obrigatoriedade da qualidade, onde se sabe que estes precisam se atualizar, se capacitar e ter tempo disponível para elaborar melhor seu material de trabalho. Porém, deixou em aberto a exigência de formação na dimensão global. Onde se sabe que muitas vezes encontram-se profissionais de outras áreas exercendo o papel de professor, por exemplo, o engenheiro, o médico, o enfermeiro.

Esses profissionais se tornam um profissional da educação por quê? Em que nível da educação? A enfermeira se tornou professora, sem habilitação específica para licenciar por sua dedicação, ou sua experiência? Tantas perguntas sem respostas. De modo que o professor passa a ter um sentido muito amplo e não apenas aqueles que concluíram cursos de licenciaturas. Acredita-se então que o Brasil precisa de leis mais claras e rígidas. Para então, o professor ser realmente valorizado.

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

Acredita-se que é necessário questionar, por que essa profissão que merece ser respeitada é pouco valorizada? Porque quando se ingressa num curso superior de licenciatura, o que mais se ouve é: “Nossa...”, “Mas você quer mesmo ser professor? ” Ou “Mas você é tão inteligente...”, na maioria das vezes com tom de reprovação ou de surpresa?

Gadotti (2003) diz que os professores lutam para melhores condições de trabalho, melhores salários e não esclarecem para a população a finalidade de sua profissão como

educador. Ele também pergunta, qual será o papel do educador, o que ele faz o que pode fazer ou deve fazer.

Para Chalita (2014), os professores são como mestres que se leva pela vida toda, que ensina o aluno a refletir, construir sua própria opinião e questionar. São mentores que buscam transformar, guiar seus alunos para um futuro de possibilidades e realizações. É uma das profissões mais antigas e importantes, pois ajudam na construção do conhecimento, na formação de cidadãos que buscam um mundo mais justo, intervindo e motivando-os a serem pessoas cada vez melhores. Assim, o professor ativa a liberdade do estudante na sua forma de pensar e entender o mundo, a estimular a criação do conhecimento. E Chalita ainda agradece aos que tem por missão o privilégio de ser professor e diz, “Ser professor é semear em terreno sempre fértil e se encantar com a colheita. Ser professor é ser condutor de almas e de sonhos, é lapidar diamantes” (CHALITA, 2014, p.13)

Percebe-se então, que os professores convivem constantemente com desafios, vivendo muitas emoções, apontando caminhos, mas deixando que os alunos caminhem com seus próprios pés. E porque não valorizá-los?

Todavia existe um ditado que se tornou popular, “Quem sabe faz quem não sabe ensina”, isso é a mais pura besteira, como uma pessoa que não sabe pode ensinar? Percebe-se que os professores viraram chacota, e isso é triste, pois, podemos dizer que o “professor é um aprendiz permanente, um construtor de sentidos, um cooperador, e, sobretudo, um organizador da aprendizagem” (GADOTTI, 2003, p. 05).

Como diz Freire (1997, p. 02), “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”, percebe-se que se aprende quando coloca emoção, e para isso, é preciso ensinar com satisfação e alegria. Se o professor tem prazer em ensinar, os alunos terão mais prazer em aprender.

Neste sentido, para Alves (1994, p.04), “Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais [...]”

Percebe-se que o professor é um profissional que luta para ver seus alunos com um futuro de qualidade, muitas vezes faz mais que transmitir conhecimento, ajuda os alunos a desenvolver o senso crítico e o convívio social. Entende-se então que a valorização é fundamental, os professores se sentem mais felizes e dispostos quando são reconhecidos, o profissional dedica-se mais e trabalha com prazer. Pois, ensinar é participar do desenvolvimento humano dos alunos e isso é motivador e gratificante.

Entretanto, o reconhecimento positivo da categoria deve partir, principalmente, do próprio professor que precisa entender seu papel na sociedade e focar em desenvolver um trabalho que alcance mais do que o ensino de conteúdo, que se preocupe com a formação humana também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações levantadas, verificamos que a valorização dos professores é fundamental para uma educação de qualidade, pois o professor valorizado trabalha mais disposto, se dedica mais ao trabalho, trabalhando com prazer. Mas, a valorização deverá iniciar pela própria categoria docente, considerando que o professor se encontra desmotivado diante de tantos desafios e que é preciso que ele volte a ter vontade de contribuir para uma educação melhor.

Acredita-se também que governo precisa dar suporte para os professores, a família deve contribuir com incentivo para com os alunos e a mídia precisa parar de banalizar a classe de educadores. Desse modo, a valorização dos professores fará com que estes profissionais fiquem mais motivados, desempenhando melhor o seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.A **Alegria de ensinar**. 3. Ed.. Campinas: SP, Ars Poética Editora Ltda, 1994.

ARANHA, M. L. **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996**. 2. Ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

CHAGAS, V. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus**. 2. Ed, São Paulo, Saraiva, 1980.

CHALITA, Gabriel. **Semeadores da esperança: uma reflexão sobre a importância do professor**. São Paulo, Cortez, 2014.

ESTEVE, J. M. **O mal-estar Docente: A sala de aula e a saúde dos Professores**. São Paulo, Edusc, 1999.

FERREIRA, M. L. A. O processo (des) motivacional dos professores das escolas públicas estaduais com ensino fundamental II/médio da zona urbana de João Pinheiro - MG nos anos de 2012 a 2013 na ambiência educacional. **Revista Acadêmica Multidisciplinar da**

Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP. João Pinheiro, volume 02, nº 02, 2014. Disponível em: <<http://fcjp.edu.br/pdf/altusciencias2.pdf>> Acesso em: 08/06/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 9 ed, São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FREITAS, L. C. **Formação de professores: pensar e fazer.** 2. ed., São Paulo, Cortez, 1993.

GADOTTI, M. **A boniteza de um sonho: Ensinar e aprender com sentido.** Novo Hamburgo: RS, Editora Feevale, 2003.

LIBANEO, J. C., PIMENTA, S. G. **Que destino os pedagogos darão à pedagogia? Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo, Cortez, 1996.

MARTIN, B. J. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** São Paulo, volume 23, nº 01, 2000.

MORAES, C., VIDAL, D. HILSDORF, M. HADDAD, S. O Beabá do Brasil: De Cabral ao Enem. Revista Abril. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/historia-educacao>. Acesso em: 18 de agosto de 2015.

PERISSÉ, G. **O valor do professor.** 1. ed, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011.

PILETTI, N. **Historia da Educação no Brasil.** 7.ed. São Paulo, Ática, 2008.

RIBEIRO, M. **Historia da Educação Brasileira: Organização Escolar.** 18. ed., Campinas, Autores Associados, 2003.

ROBERTO, W. Desvalorização do professor na sociedade atual. **Revista Regional.** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://revistaregional.com.br/portal/?p=297>>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

RODRIGUES, M. C., ROSIS, F., VIEIRA, M. A. L. **Uma reflexão sobre o processo de desvalorização do educador.** Mostra Acadêmica UNIMEP. Piracicaba, 2012. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/10mostra/2/310.pdf>>. Acesso em 18 de setembro de 2015.

SANTOS, L. L. C. P. F. **Formação de professores na cultura do desempenho: Educação & Sociedade,** 25. ed., Campinas, 2004.

TOKIKATA, J. O professor e a notícia. **Revista Carta Fundamental/A Revista do professor.** São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.cartafundamental.com.br/single/show/148>. Acesso em: 12 de outubro de 2015

LIDERANÇA ESCOLAR: O PAPEL DO LÍDER / DIRETOR ESCOLAR

Vasti Mendes da Silva Rocha*

Resumo: O objetivo do artigo é analisar a necessidade do diretor educacional conhecer e influenciar sua equipe a produzir bons resultados. Desta maneira o diretor escolar por sua vez necessita considera que a participação da equipe é fundamental e que todos devem estar atentos aos sucessos da escola e aos problemas que possam vir a surgir. A metodologia utilizada foi leituras de autores que tratam do assunto embasadas nos autores Luck (2008), Papa Filho (2009), Maxwell (2007), Libâneo (2004) entre outros. O artigo e parte da dissertação do mestrado que analisou os dados em uma escola particular na cidade de João Pinheiro/MG.

Palavras chave: Diretor escolar. Liderança. Gestão. Educação.

Abstract:The objective of this article is to analyze the need of the educational director know and influence your team to produce good results. In this way the school principal in turn need to consider that the participation of staff is crucial and that everyone should be aware of the school's successes and problems that may arise. The methodology used was reading authors who deal with the subject based in the authors Luck (2008), Pope Son (2009), Maxwell (2007), Libâneo (2004) among others. The article and part of the dissertation which analyzed the data in a private school in the city of João Pinheiro / MG.

Keywords: School Director. Leadership. Management. education.

INTRODUÇÃO

O diretor educacional necessita de estar atento à gestão da escola e por sua vez conhecer os processos de liderança que podem garantir à instituição escolar um desenvolvimento educacional de qualidade e também um trabalho diferenciado com a equipe que coordena. Lück (2008, p. 96) afirma que a liderança é um conceito complexo e que abrange um conjunto comportamentos e atitudes que leva o líder educador a avaliar o ambiente organizacional para superar os problemas e elevar os objetivos organizacionais.

* Mestre em administração pela FEAD. Pós-graduada em Informática Educacional pela Universidade Federal de Lavras - UFLA. Pós-graduada em Educação a Distância pela Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM. Graduada em Letras pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Professora no Colégio Cenecista João Pinheiro – CCJP.E-mail: vastirocha@gmail.com

Liderar não é tarefa fácil, a liderança abrange o todo da escola; sendo assim, o diretor necessita conhecer para influenciar a equipe a produzir resultados, levando em consideração a organização da escola em que trabalha. O diretor, por trabalhar ao mesmo tempo com o individual e o coletivo, carece estar atento ao relacionamento intergrupar e interpessoal. Papa Filho (2009, p. 161) pondera que “Liderar, portanto, de forma simplificada, pode ser entendido como a capacidade de influenciar pessoas para o bem ou para o mal.” O líder influencia a equipe para desenvolver bem ou mal seu trabalho; sendo assim, o papel de liderança frente a uma equipe faz a diferença e o diretor se torna uma peça importante no processo de crescimento e influencia a equipe e a escola.

O líder educacional lidera a equipe e sabe se posicionar frente a ela com tranquilidade; ajuda quando vê necessidade e, desta forma, contribui para o crescimento da equipe e da empresa escola. Sendo assim, é importante que o gestor tenha conhecimento do que é liderança e do que é liderar para obter respaldos positivos em todas as ações desenvolvidas no meio educacional. É esperado que o gestor exerça a figura de líder frente à equipe a qual coordena; para isso, torna-se necessário o exercício dos princípios de liderança, utilizando-se de seus conceitos para fortalecer a organização escolar na qual estão inseridos, pois segundo Maxwell (2007, p.28) “a eficácia das pessoas e das organizações está na força do líder”. Desta forma o papel do líder educador é fundamental para a organização escolar.

A GESTÃO DA ESCOLA

Desde a pré-história, quando começa a organização do homem em comunidades, a administração encontra-se presente na vida do homem. No período A.C.(antes de Cristo), desde a construção das pirâmides do Egito, observa-se a administração do trabalho escravo como principal tarefa no alcance dos objetivos propostos.

Já na Revolução Industrial, a administração toma uma dimensão maior, com a distribuição dos trabalhos manuais e técnicos nas fábricas de tecidos e indústrias de bens materiais. Nessa época, a administração busca consolidar um método de trabalho mais científico. Objetivando sistemas operacionais mais eficientes, a prática artesanal é relegada a um segundo plano e ganha força o aumento da produção e a qualidade do produto.

Com a era Taylor, a produção embasada na cientificidade e no combate a três frentes: eliminação dos desperdícios, caráter científico dos processos produtivos e eficiência na empresa, o mundo entra definitivamente no universo administrativo.

Essas teorias repercutiram pelo mundo inteiro e conforme a teoria de Taylor (1978, p.50), todo o possível trabalho celebrado deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento e projeto. Essa passa então a ser a visão moderna de administração, aplaudida por uns, mas criticada por outros.

Outro estudioso que contribuiu significativamente para estudo da administração foi Henry Fayol (1841-1925), seu trabalho foi considerado uma das maiores contribuições para o campo da gerência e da administração. Foi seguidor de Taylor; preocupava, entretanto, mais com os níveis organizacionais da direção administrativa do que com o trabalho nas fábricas.

Fayol ainda aponta como bases para a Administração Geral - que, segundo ele, constitui um dos modelos da estrutura capitalista - os princípios da divisão do trabalho: autoridade, disciplina, unidade de comando, unidade de direção, hierarquia, centralização, remuneração, iniciativa e outros; enfim fazendo com que haja no interior da empresa capitalista o processo de desvalorização do trabalhador.

Neste paradigma de ideias, observamos que tanto Taylor quanto Fayol evidenciam o estruturalismo e o funcionalismo da economia capitalista, onde se subordina o trabalho ao capital e ao controle por parte da direção do processo produtivo, elementos que constituem a lógica do modo de produção capitalista.

No bojo dessas teorias, ainda se juntam Henry Ford e Marx Weber, tornando o processo de administração voltado para a racionalidade integral.

Compreendemos que todos esses teóricos refletem o processo de transformação histórica da administração e contribuíram de forma marcante para o contexto educacional, no que tange à formação do perfil do administrador; esses modelos organizacionais da indústria capitalista interferiram e ainda continuam interferindo no interior da escola, pois a escola não caminha sozinha, mas está imbricada dentro de todo esse processo de dominação de classes do sistema capitalista.

A introdução com uma breve retrospectiva histórica ilustra de modo exemplar algumas características que ainda hoje marcam a gestão escolar e apontam com fidedignidade as suas origens.

Já na década de 30, o movimento “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” trouxe a abertura de um espaço para uma nova fase no campo da administração pública e da administração escolar. No Brasil, a fase organizacional se prolongou até 1960.

Com o passar do tempo, a escola passou a adotar uma postura mais democrática e o perfil do gestor escolar deixou de seguir os modelos básicos da gestão empresarial - o que não

impediu que o processo burocrático continuasse instalado, seguindo modelos importados, que não refletem a realidade do cotidiano escolar vivenciado nas escolas.

Assim sendo, constata-se, a partir das reflexões feitas, que tanto a visão empresarial como a visão dada pela escola nova ao perfil do gestor escolar não efetivaram a transformação desejada na área social. Talvez isso tenha se dado porque tem uma concepção de fundo capitalista e contribui para as desigualdades das classes; talvez por não ter conseguido mudanças profundas que acabassem com a dominação hegemônica do poder capitalista na escola. É mister que dentro dessas análises e reflexões novos rumos sejam delineados, buscando a transformação social e a mudança do perfil do gestor escolar.

Entramos nos anos de 1990 com o aceno de novas possibilidades com o advento na nova LDB/9394/96, que apresenta no seu bojo mudanças consideráveis. Essas mudanças ocorrem principalmente através da gestão democrática, que foi buscada sem sucesso na década de 1980. Significativamente a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem causar um grande impacto no modo de ser e agir desse profissional e de todos aqueles que atuam na educação.

A gestão participativa na escola deu uma nova visão ao papel do diretor escolar sem, contudo provocar mudanças em todos os âmbitos das esferas educacionais. A discussão em torno do assunto trouxe uma grande contribuição para a mudança do perfil do gestor e das práticas de gestão. Todavia, permanecem ainda nas escolas a centralização e a verticalização das decisões resultando no enfraquecimento e perda da autonomia.

Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que a gestão democrática trazida para o Brasil pela Nova LDB é importante e tem de ser destacada como necessidade imediata da escola no que concerne à busca de autonomia política.

Desta forma, percebemos também que, para uma redimensão do perfil do administrador escolar, são necessários que os objetivos educacionais sejam colocados com clareza e sinceridade por parte deste profissional. Pois um maior dinamismo na gestão da escola pública implica considerar as potencialidades de descentralização e maior autonomia dos profissionais da educação.

O gestor escolar passa a ser um articulador do Projeto Político Pedagógico da escola, em uma atuação dinâmica e globalizante, que não descuidaria do tradicional em administração: planejar, organizar, coordenar, dirigir e avaliar; porém, numa atuação voltada para a realidade escolar, criando condições necessárias para que o processo administrativo se torne significativamente mais construtivo e participativo.

Nos dias atuais, a liderança é fator fundamental para os gestores educacionais; o líder deve estar preparado para distinguir suas qualidades e usá-las a favor da instituição onde atua. Liderança se torna eficaz quando o líder incentiva sua equipe a fazer o trabalho, desenvolve na equipe um desejo de fazer parte do processo e dedicar-se cada vez mais a realizar os objetivos da escola. Sendo assim:

Liderança é o processo de persuasão, ou de exemplo, através do qual um indivíduo (ou equipe de liderança) induz um grupo a dedicar-se a objetivos definidos pelo líder, ou partilhados pelo líder e seus seguidores (GARDNER, 1990, p. 17).

O líder deve dedicar-se aos objetivos e defini-los para induzir o grupo a partilhar do que foi definido por ele. Segundo Gardner (1990, p. 206) “Os líderes devem conceber e articular objetivos de forma que arranquem as pessoas de suas preocupações triviais e as unam para fins mais elevados”.

Seguindo esse pensamento, Libâneo nos mostra que “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisão e no funcionamento escolar” (LIBÂNEO, 2004, p.79). Assim, a gestão escolar requer um conhecimento dos objetivos e das metas a serem alcançados, o que leva o gestor a trabalhar com a equipe da escola, utilizando-se de dinâmicas para integrar todo o corpo que compõe a escola e, desta forma, “favorecer uma aproximação maior entre alunos, professores e pais” (LIBÂNEO, 2004, p.79).

A FUNÇÃO DO GESTOR

A gestão escolar requer que a escola tenha um gestor que administre o processo escolar e que saiba que seu trabalho não será fácil e que seu produto são pessoas. O líder tem um papel fundamental dentro da instituição necessita saber suas funções para desempenhar um trabalho com liderança e sucesso.

De acordo com Papa Filho (2009, p.161), “o líder é a pessoa que conduz, controla, ordena, comanda as ações de uma determinada tarefa ou objetivo”. Sendo assim o líder estará à frente de uma equipe e sua função será conduzi-la para desenvolver as tarefas propostas, controlá-la quando for necessário mostrando o que se pode fazer e determinar as tarefas e o foco dos objetivos. O autor define que:

Liderar é liberar a capacidade criativa das pessoas para a produção de bens e serviços visando a atingir as metas organizacionais. Contudo, a criatividade, a vontade do fazer e a sua produtividade devem estar de acordo com os princípios, objetivos e os valores da organização: este nível de comprometimento carrega consigo duas exigências nomeadas por Bullara (2003): que a liderança seja de confiança dos liderados, que os liderados sejam, por sua vez, da confiança do líder. (PAPA FILHO, 2009, p.161)

Sendo assim, de acordo com Papa Filho (2009), liderar vai além de ser chefe, de dar ordens, parte do princípio de que o líder precisa conhecer seu local de trabalho, os princípios e valores da organização. O líder precisa pontuar os objetivos, traçar as metas e proporcionar os meios para que as mesmas sejam realizadas atingindo os objetivos da organização escola e para que seu trabalho seja desenvolvido de forma produtiva os liderados devem confiar na sua capacidade de liderar e por sua vez confiar na equipe que está sob sua liderança.

Liderar é influenciar pessoas em qualquer meio em que elas estejam inseridas através de um processo de comunicação em decorrência de diversas metas que devem ser alcançadas. Para tanto, a liderança é um fenômeno que só poderá ser observado no trabalho das equipes, e assim, é considerada uma função das relações interpessoais, numa estrutura social, e não um ato individualizado pautados nas características particulares.

O líder escolar necessita de informações e de estar atento com as evoluções e revoluções que estão acontecendo em sua volta. Através do conjunto de informações recolhidas, chega o momento de analisar e transformá-las em conhecimento que mais tarde será repassado a equipe de trabalho. (PAPA FILHO, 2009)

É interessante ressaltar que existem diferenças marcantes entre ser um líder frente a uma escola e ser apenas um gerente. Nota-se no quadro abaixo que o líder que sabe o que esta fazendo e confia nas suas habilidades.

Gerente	Líder
O gerente administra.	O líder inova.
O gerente é uma cópia.	O líder é o original.
O gerente focaliza os sistemas e a estrutura.	O líder focaliza as pessoas.
O gerente confia no controle.	O líder inspira a confiança.
O gerente pergunta como e quando.	O líder tem uma perspectiva de longo alcance.
O gerente sempre almeja os resultados financeiros.	O líder pergunta o quê e por quê.
O gerente limita	O líder gera.
O gerente aceita o status quo.	O líder dasafi-o.
O gerente é o clássico bom soldado.	O líder é ele mesmo.
O gerente faz as coisas corretamente.	O líder faz a coisa certa

Quadro 1: Comparações entre Gerencia e Liderança

FONTE: Adaptação de BENNIS (1989, p. 45). Papa Filho (2009, p. 163)

Albuquerque (2002, p. 63) menciona que a formulação estratégica das empresas funciona “como um processo, uma sequência de etapas que permite à organização refletir e definir seus propósitos, orientando e implementando ações para atingi-las”. Este modelo proposto apresenta peculiaridades nas formas de administração organizacional, pois propiciam autoconfiança e melhor desempenho nas equipes, ampla participação dos funcionários, redução dos níveis hierárquicos e construção de carreiras.

Na organização educacional os diretores agem como líderes pedagógicos e administrativos, trabalhando de forma integrada à equipe, promovendo a resolução de conflitos, avaliando os programas pedagógicos, promovendo capacitação continuada dos funcionários e, principalmente, enfatizando a importância dos resultados alcançados pela equipe. Além disso, atuam na liderança das relações humanas, priorizando a criação e a manutenção do ambiente escolar e favorecendo um local ideal para a relação das atividades diárias.

Perrenoud (2000, p. 38) diz que:

Quando existe um diretor na instituição, seu papel é principalmente, de facilitar a cooperação destes diversos profissionais, apesar das diferenças das atribuições de formação e de estatuto. Deve servir de modelo, comprometendo-se pessoal e visivelmente com as mudanças. Não se pode ser um líder sem se envolver com mudanças. Isto é um grande desafio para o diretor de uma escola, pois além de líder ele é o gestor da instituição e deverá ser capaz de inspirar, entusiasmar sua equipe e extrair o melhor de cada um.

Segundo Madza (2006), a criação do perfil de liderança não se adquire apenas com o conteúdo teórico, mas com as habilidades práticas que são desenvolvidas e aperfeiçoadas cotidianamente. A capacidade de exercer liderança não está embasada meramente no cumprimento de normas de uma instituição, mas no desempenho eficaz do gestor no nível pessoal e educacional.

A escola, por sua vez, é uma ambiente que abrange diversas classes de profissionais de educação, os quais são organizados de formas hierárquicas para o cumprimento de sua função e obtenção de êxito na execução dos objetivos individuais e coletivos. A equipe escolar é responsável pela qualidade do ambiente em que trabalham; por isso, devem criar condições necessárias para o ensino, a aprendizagem e a construção das relações interpessoais mais eficazes.

Liderar no ambiente escolar é um desafio a partir da proposta de orientar e coordenar um grupo de pessoas com diversas culturas e gênios. Assim, se torna papel fundamental do gestor escolar auxiliar seus subordinados nas descobertas dos recursos necessários para efetivar sua função.

De acordo com Silva Júnior (1993, p. 78) “o administrador é assim alguém a serviço do serviço que os professores prestam a seus alunos. Será um dirigente, ou não será um administrador da educação”. Em suma, a administração escolar exige o aprimoramento de habilidades técnicas como em qualquer outro empreendimento social, e até mais, quando se infere que esta empresa é o local de construção de conhecimento, formação de valores e composição dos sujeitos sensibiliza aos profissionais uma adequação dos estilos de liderança e do contato interpessoal entre gestor e gestado. A troca de ideias deve ocorrer dentro de um clima positivo, alargando o envolvimento de todos nos processos de mudanças necessárias.

OS IMPACTOS DA LIDERANÇA NA EQUIPE ESCOLAR

Gibson (1990) *apud* Bomfin e Hastenreiter (2010, p. 06) menciona que o grupo é uma unidade funcional constituída por duas ou mais pessoas que têm o intuito de cumprir objetivos comuns, o que difere das equipes. As equipes, por sua vez, tendem a priorizar os objetivos coletivos na busca do bem comum. Dessa forma, acredita que os resultados individuais podem provocar impactos na equipe, seja de forma positiva, seja de forma negativa. Aqueles grupos que têm integrantes com desempenhos favoráveis, confiantes e motivados tendem a impactar de forma positiva; já aqueles grupos que apresentam integrantes problemáticos, interfere de forma negativa no resultado final do trabalho. Geralmente, o líder é o responsável pelo ritmo de desenvolvimento de trabalho, pela divisão de tarefas e por compartilhar os resultados obtidos.

Como já discutido anteriormente, a liderança não é um processo dependente unicamente da figura do líder, mas das relações estabelecidas entre líderes e liderados, pois nesse relacionamento as influências no desempenho das atividades são recíprocas. Além disso, são variáveis desta relação a personalidade individual, o estilo de liderança e os fatores ambientais.

Assim, são inúmeras as influências que um líder pode exercer sobre seus colaboradores, uma vez que, como já foi apresentado, o líder atua como agente de mudança, pela sua capacidade de fazer as coisas acontecerem, catalisando energias de um grupo para a conquista, ou para superar desafios. As energias que este estiver catalisando, poderá

influenciar positivamente ou negativamente sobre seus colaboradores (PREDEBON, 2002, p. 15).

De acordo com Predebom (2002), para que as influências na equipe sejam positivas é necessário desvencilhar-se do estereótipo de chefe, e passar-se a colaborador. A priori o líder deve ser reconhecido pelos seus liderados, para que seu trabalho de gestor se torne eficiente, assim sendo, capacidade é a base imprescindível.

Trabalhar com pessoas nunca foi fácil, há de se convir que é muito complicado, mas para o líder essa barreira deve ser rompida e para que isso aconteça ele carece de estar em constante atualização, a fim de exercer sua função de liderança com eficiência e a partir daí liderar a equipe com entusiasmo, planejando, comunicando e executando as tarefas, pensando não somente na escola, mas nas pessoas que trabalham nela.

De acordo com Vieira (2003, p. 67):

O líder tem influência sobre as pessoas, porém, não pode desvirtuar-se focando somente no desempenho das pessoas em relação à tarefa, mas deverá procurar não somente beneficiar a empresa, mas as pessoas. É necessário que seja capaz de formar uma real equipe de trabalho. Exercer esta função na atualidade não é simples, pois executar, planejar, ser eficaz, eficiente, comunicador, saber liderar grupos, delegar tarefas, ser gestor de talentos humanos, estar constantemente atualizado, torna-se dificultoso. O essencial para que se alcance isto é superar as barreiras de lidar com pessoas.

As respostas que o líder vai obter dos seus liderados dependerá diretamente do estilo de liderança que escolher para sua gestão. Se este estilo apresentar as características autoritárias, tenderá a uma resposta negativa e de aversão à gestão. Esta postura leva, no lugar da motivação a obediência, a não se conseguir extrair “boas ideias” da equipe. Portanto esse não é um caminho válido para que a criatividade seja acessada, pois gera medo nas pessoas. Desta forma, ocorre apenas o cumprimento de ordens, em um ambiente perturbado e sem grandes resultados.

Na verdade, a melhoria do clima de ensino depende da melhoria do clima organizacional da escola. O atrito interpessoal excessivo entre professores e administradores, a moral baixa, o sentimento de fraqueza por parte dos professores e uma estratégia de submissão coercitiva, não podem ser removidos, apenas fechando a porta. Eles têm efeitos poderosos sobre o que os professores fazem, sobre a maneira como os professores se relacionam entre si e sobre a realização do estudante e suas aquisições efetivas (SERGIOVANNI; CARVER, 1973, p.108).

Diante de tais informações, observa-se que a atitude desempenhada pelo administrador provocará, sem dúvida, alterações no clima organizacional da escola, podendo, ainda, desarticular as relações entre os personagens que compõem a equipe escolar, fazendo com que as metas não sejam atingidas inicialmente como propostas. A consequência final poderá vir sob a forma de atritos crescentes entre integrantes da equipe e a liderança, com visíveis prejuízos para os resultados finais da organização escolar. Entretanto, quando esta relação ocorre de forma eficiente, integradora e participativa, os resultados positivos são evidenciados e atribuídos aos responsáveis pelo sucesso, promovendo à equipe o prazer de trabalhar e usar sua motivação e estímulo. Só dessa forma o trabalho individual interfere no trabalho coletivo, que reflete na gestão escolar, na equipe e propicia o sucesso organizacional.

Por sua vez, segundo Almeida e Goulart (2009, p.33), “o líder coordena a transmissão do trabalho entre os componentes que executam atividades diferentes, sendo o papel de liderança compartilhado entre os componentes”. O líder não trabalha sozinho, mas compartilha com a equipe, coordena e transmite o que cada um deve fazer em sua função.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar foi possível perceber que o diretor escolar por sua vez necessita considerar que a participação da equipe é fundamental e que todos devem estar atentos aos sucessos da escola e aos problemas que possam vir a surgir.

De acordo com Ervilha (2003, p. 45), para se trabalhar em equipe é necessário que o gestor deixe os objetivos claros e definidos para a equipe de trabalho. A equipe precisa estar em sintonia para atingir os objetivos propostos e a comunicação carece ser usada como instrumento entre o líder e seus liderados. O líder precisa ter em mente que, para concluir uma tarefa, é necessário ter sintonia, comunicação, conhecimento, orientação, ritmo, participação de todos da equipe e muita humildade e tolerância para reconhecer os erros e aceitar a orientação.

Este trabalho teve como ponto de partida a crença de que para liderar é preciso existir uma relação de aprendizado entre líder e liderados. Aprender a conviver com as diferenças e perceber no outro as qualidades que podem fazer bem para a empresa e para equipe de trabalho. Compreender que o esforço faz parte do processo e que, sendo assim, é necessária a reflexão sobre o que está sendo feito.

É possível através das análises feitas perceber que a maneira de liderar o sistema educacional mudou e precisa ser fruto de um exercício constante de aprendizagem e de

estudo. O diretor educacional assume um papel de liderança diante da equipe educacional onde sua atuação esta ligada ao pedagógico e também à administração da escola como um todo. O trabalho em equipe e a motivação, o interesse em fazer acontecer uma liderança democrática onde todos da equipe têm liberdade para participar dos processos decisórios da escola é de grande importância para o novo gestor educacional.

É necessário pensar e repensar o papel do diretor educacional frente à escola, à sua equipe e à ocupação do seu espaço não só como diretor, mas como professor e parte integrante da equipe da escola em formação contínua.

REFERÊNCIAS

BOMFIN, David Ferreira. **Aprendizagem organizacional: contribuições para o gestor no contexto das instituições educacionais**. Revista Gestão & Tecnologia, Faculdades Pedro Leopoldo, v. 7, p. 35-67, 2006.

ERVILHA, A. J. Limão. **Liderando equipes para otimizar resultados**. São Paulo: Nobel, 2003.

GOULART, Iris Barbosa. Equipes de trabalho nas escolas. In: GOULART, Iris Barbosa; PAPA FILHO, Sudário (Orgs). **Gestão de instituições de ensino superior. Teoria e Prática**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 31 – 51.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMORGI-FRANÇA, Ana Cristina. ARELLANO, Eliete Bernal. **Liderança, poder e comportamento organizacional**. In: FLEURY, Maria Tereza Leme. **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em Gestão Escolar**. Série Cadernos de Gestão. vol. IV. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

MAXWELL, J. **As 21 irrefutáveis leis da liderança: uma receita comprovada para desenvolver o líder que existe em você**. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2007.

PAPA FILHO, Sudário. Planejamento estratégico em instituições de ensino superior. In: GOULART, Iris Barbosa; PAPA FILHO, Sudário (Orgs). **Gestão de instituições de ensino superior. Teoria e Prática**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 19 – 30.

PREDEBON, J. **Criatividade: abrindo o lado inovador da mente:** um caminho para o exercício prático dessa potencialidade, esquecida ou reprimida quando deixamos de ser crianças. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VIEIRA, Alexandre Thomaz. Organização e gestão escolar: evolução dos conceitos. In: VIEIRA, A. T.; ALMEIDA, M. E. B de; ALONSO, M. **Gestão educacional e tecnologia.** São Paulo: Avercamp, 2003.

A SELEÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO EM PERÍODOS ANTERIORES AO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: estudo de caso de Uberlândia (MG)

Jeane Medeiros Silva*

Resumo: Em pesquisa realizada no ano de 2004, em período anterior ao Plano Nacional do Livro Didático atender também ao Ensino Médio, na cidade de Uberlândia (MG), verificou-se que títulos de custo econômico eram critério para a seleção de livros didáticos para o Ensino Médio público. O custo se sobrepunha a qualquer projeto pedagógico, balizando a escolha do professor e das escolas estaduais. O conjunto de escolas estaduais analisado, quanto ao perfil sócio-econômico institucional (aferido, ressalva-se, apenas em observações diretas em campo e não por meio de dados), não é muito divergente entre si. Portanto, a obrigatoriedade ou não do livro de Geografia em classe, adquirido às expensas do alunado, não dependia da interpretação político-pedagógica da escola, ou seja, do entendimento que a direção escolar tem de sua clientela e do pensamento pedagógico docente e institucional.

Palavras chaves: PNLD. Seleção e escolha de livro didático. Livro didático de Geografia.

Abstract: In search reality in 2004, in the period before the Plano Nacional do Livro Didático (National Textbook Plan) attend the secondary studies, in the city of Uberlândia, it was found that titles were economic cost criterion for the selection of textbooks for high school audience. The cost outweighed any educational project, it marks the choice of teacher and state schools. The number of state schools analyzed, as the institutional socio-economic profile (as measured, it is emphasized, only on direct observations in the field and not by data) it is not too divergent from each other. Thus the mandate or not the class in geography book, acquired the student body's expense, not dependent on political-pedagogical interpretation of the school, that is, the understanding that the school board has its clientele and teaching and institutional pedagogical thinking.

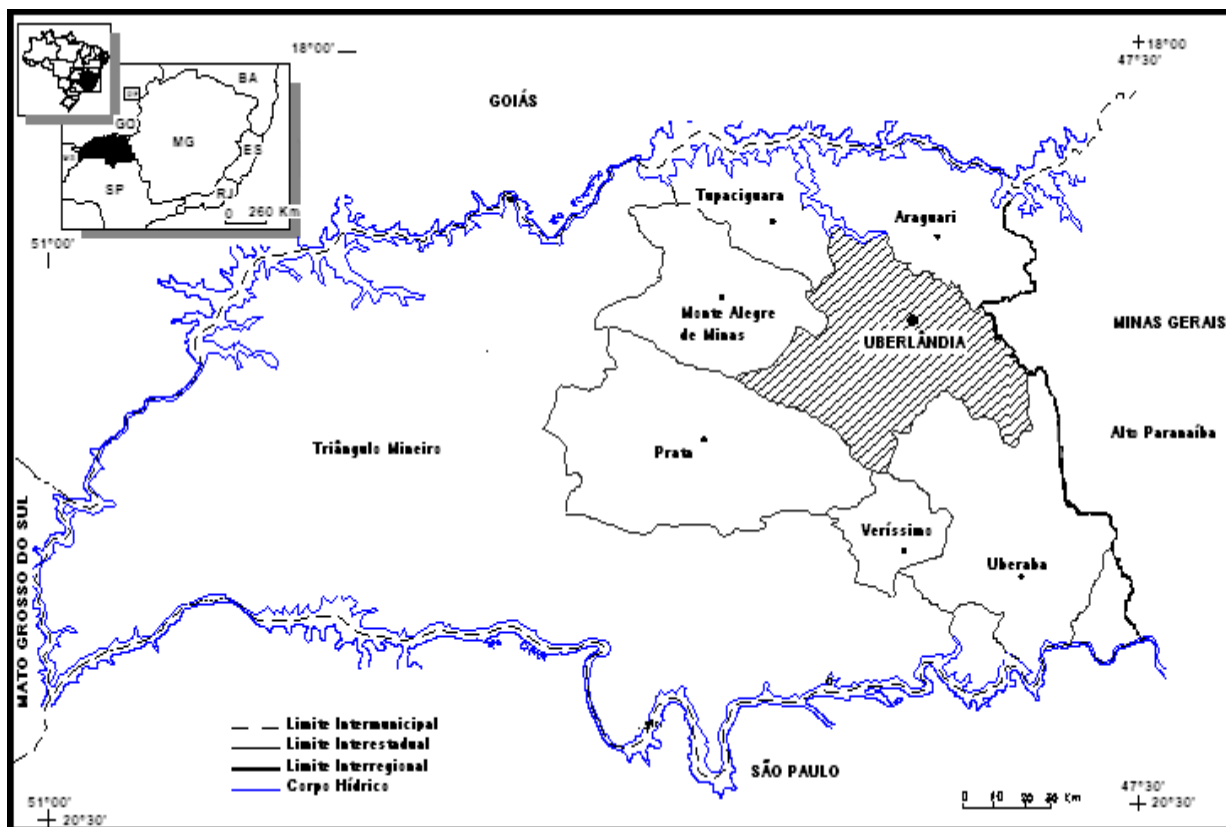
Keywords: PNLD. Selection and choice of textbook. Textbook Geography.

Este estudo partiu da realidade das escolas públicas estaduais de Uberlândia no sentido de estabelecer uma lista de livros didáticos empregados no ensino de Geografia da cidade de Uberlândia (MG), em 2004, período anterior à inserção do Ensino Médio no Plano Nacional do Livro Didático, programa governamental que prevê o processo de seleção e distribuição de livros didáticos.

* Departamento de Geografia/CERES -Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Uberlândia (2003), Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2006 e 2012) e graduação incompleta em Letras (2006-2008). É professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de Geografia (CERES-Caicó). Pesquisa na área de Geografia, com ênfase em Ensino de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: metodologia da pesquisa, produção de textos, metodologia didática, livro didático de Geografia, análise do discurso, Geografia Política, História da Geografia Escolar e História do Pensamento Geográfico. E-mail: jeanegeo@yahoo.com.br

Cidade da mesorregião do Triângulo Mineiro, estado de Minas Gerais (Cf. MAPA 1), Uberlândia é uma das cidades médias mais desenvolvidas do interior do Brasil, fato que não arrefece as contradições presentes nos espaços e nas classes sociais que a constituem. A infraestrutura uberlandense opera cinco companhias aéreas, diversas companhias rodoviárias, três companhias de transporte urbano, sendo interceptada por cinco rodovias (BR-050, BR-365, BR-455, BR-452, BR-497); possui cerca de 200.000 ligações elétricas, praticamente tem 100% de água e esgoto tratados e quatro telefônicas em operação. O município é assistido por nove hospitais e 35 postos de saúde. Economicamente, tem um PIB anual que supera cinco bilhões de reais, do qual a indústria participa com 40,49%, a agropecuária com 4,07% e o setor dos serviços com 55,24%, permitindo aos moradores da cidade uma renda *per capita* de R\$ 10.400,00. Uberlândia tem 26.508 empresas cadastradas. **Apropriando-se de um discurso geoestratégico que a centralizaria entre as principais cidades da região central do país, e faria ligação entre as principais vias de tráfego terrestre, desenvolveu amplamente o mercado atacadista e distribuidor, sediando empresas do porte da Martins, Peixoto, Arcom e União, que faturam, juntas, aproximadamente R\$ 3,5 bilhões por ano. Com base em toda essa infraestrutura e desempenho, Uberlândia tinha, em 2003, 126.498 trabalhadores com carteira assinada (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – PMU, 2005).**

A escolha do Ensino Médio tem por fundamento a consideração de que esse tipo de educação enquadra o “[...] momento mais decisivo para a formação da personalidade do aluno [...]” (RUA, 1992, p. 19). Trata-se do período em que o estudante já entrou em uma fase intelectual de compreensão abstrata da realidade, um tipo de pensamento indispensável ao exercício da criticidade, no qual seu aprendizado geográfico pode ser melhor consolidado. Nesta fase, a Geografia pode alicerçar o aprendiz com seu repertório quanto a aspectos importantes da cidadania. Com isso, tem-se uma possibilidade nova para a educação, se comparada às possibilidades que as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental acondicionam:



MAPA 1 – Localização de Uberlândia – Minas Gerais.

FONTE: <http://www.ig.ufu.br/lgeop/index.htm>.

ORGANIZAÇÃO: SILVA, Jeane Medeiros; SANTOS, Márcia Andréia Ferreira, 2005.

O aluno [do/no Ensino Médio] pode se libertar da dependência intelectual em relação ao pensamento dominante (professor, livros, “mass media” etc.) e desenvolver a sua criticidade e imaginação, aprendendo a pensar sobre a realidade em que vive e as diversas formas como é retratada, e percebendo-se como cidadão capaz de atuar como agente de mudanças (transformador) – (RUA, 1992, p. 19-20).

Por conseguinte, o discurso geográfico-político acentua-se, ou adensa-se, no Ensino Médio. Não se trata da aprendizagem do sujeito-educando, ou seja, a presente pesquisa não é da ordem subjetiva. No entanto, enfoca-se, como uma das condições do aprendizado desse sujeito, o pensamento dominante (de acordo com a denominação de Rua), pelo qual o sujeito é condicionado – a exemplo do texto didático – que, mesmo suprimido de seu espaço de aprendizagem formal (quando o professor não trabalha diretamente com o livro escolar) estará presente no processo de ensino e aprendizagem, pois está dentre os materiais de consulta da maioria dos professores e, evidentemente, no seu trabalho pedagógico.

Procedimentos metodológicos

Optou-se apenas pelas escolas públicas estaduais, excluindo-se, por conseguinte, as escolas particulares, por dois motivos: primeiro, porque geralmente a rede particular de ensino trabalha com materiais didáticos escritos, personalizados, principalmente na forma de apostilas, produzidos na própria instituição ou adotados de outros sistemas privados – trata-se de materiais que endossam a *filosofia* e a pedagogia dessas empresas, além de ser uma fonte extra de arrecadamento na folha de rendimentos de tais escolas. Assim, pode-se supor que a produção desses materiais difere da produção dos livros didáticos “comuns”, inclusive porque tem um perfil de clientela mais homogêneo. Segundo, porque o Estado brasileiro interfere diretamente no livro didático escrito para e editado por grandes editoras por conta do seu interesse na aquisição de uma grande massa de exemplares a ser distribuída pelas escolas públicas. Até o ano de 2004, com raras exceções, apenas o Ensino Fundamental era contemplado com essa aquisição; mas, a partir de 2005, essa política está sendo re-orientada para atender, igualmente, ao Ensino Médio, embora inicialmente apenas com livros das disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, mas com planos de atender, em um futuro àquele tempo não especificado, a outras matérias, dentre as quais a Geografia.

Contudo, outro critério com relação ao Estado amplia a justificativa, condizente a ser o Estado quem estrutura e legaliza o que pode e o que não pode ser ensinado, tanto em escolas públicas quanto em escolas privadas e, desse modo, dá feição ao rol de matérias e de conteúdos integrantes do ensino básico, inclusive por meio do livro didático.

Uma breve caracterização das escolas estaduais de Ensino Médio de Uberlândia

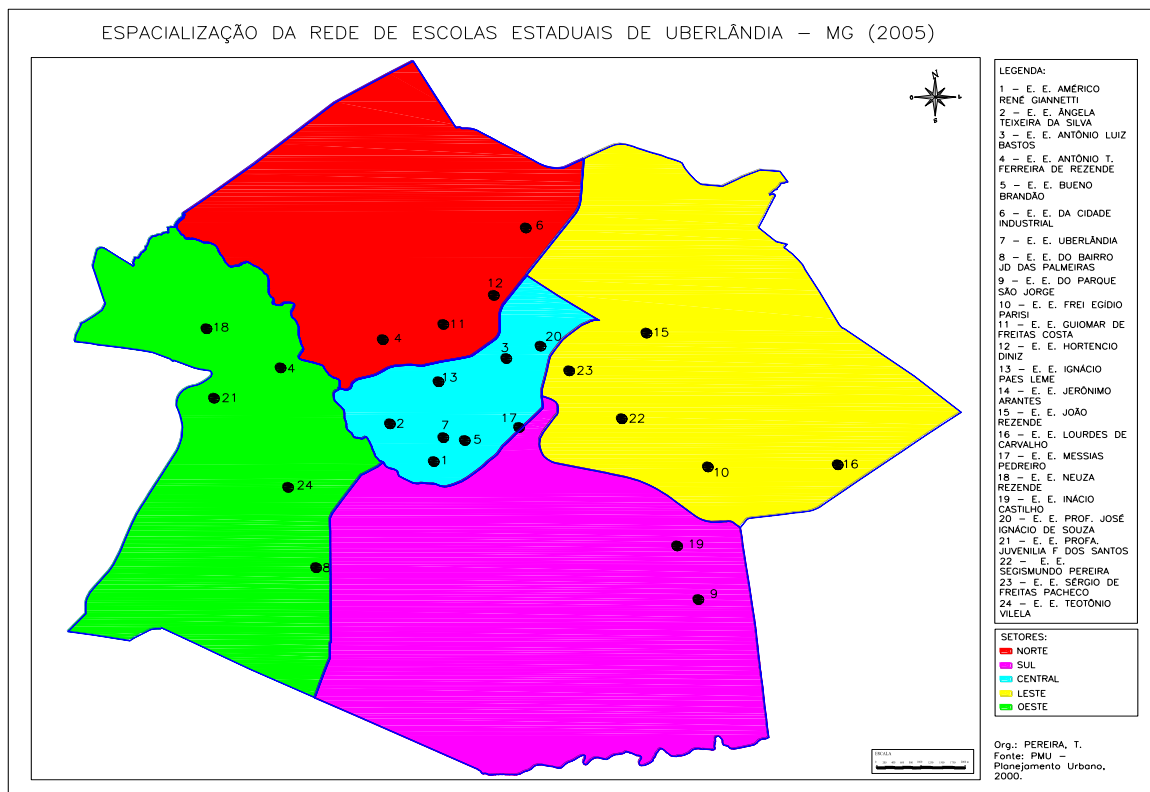
Com o propósito de recompor o cenário do Ensino Médio em Uberlândia, embora apenas em alguns de seus aspectos quantitativos, e de compor uma lista com os títulos dos livros didáticos adotados por esse ensino na cidade, elaborou-se um pequeno questionário que foi aplicado às escolas estaduais de Ensino Médio da rede pública da cidade, em um total de 24 instituições, todas visitadas (Cf. MAPA 2).

Evidentemente, a rede de escolas estaduais de Uberlândia é bem maior, composta por 67 escolas, porém não foram consideradas as que oferecem o Ensino Fundamental, pois, devido ao recorte empreendido, apenas o nível de ensino citado interessou ao presente trabalho.

A rede estadual de escolas públicas que oferecem o Ensino Médio em Uberlândia compõe-se de 24 unidades, que atendem, em seu conjunto, conforme a pesquisa de campo

realizada no ano de 2005, a um total de 23.668 alunos desse nível de ensino, formando 569 turmas atendidas por 84 professores de Geografia. O Quadro 1 demonstra a distribuição destes dados por cada instituição.

Considerando que o total de alunos – do Ensino Fundamental e Médio das redes públicas e privadas – matriculados, em 2005, em escolas de Uberlândia, somou 177.737 (PMU, 2005), lida-se com uma representação de 13,3% do universo de estudantes da cidade.



MAPA 2 – Espacialização da rede de escolas estaduais do Ensino Médio de Uberlândia – Minas Gerais (2005).

FONTE: PMU – Planejamento urbano, 2000.

ORGANIZAÇÃO: SILVA, Jeane Medeiros; PEREIRA, Thaís, 2005.

UNIDADES ESCOLARES	PROFES- SORES	TURMAS	MATRICULADO S
E. E. Américo René Giannetti	3	22	942
E. E. Ângela Teixeira da Silva	3	23	648
E. E. Antônio Luis Bastos	3	23	1.569
E. E. Antônio T. Ferreira de Rezende	5	38	732
E. E. Bueno Brandão	4	26	1.516
E. E. da Cidade Industrial	2	15	587
E. E. de Uberlândia	5	13	1.012
E. E. do Bairro Jardim das Palmeiras	2	10	326
E. E. do Parque São Jorge	3	21	850
E. E. Frei Egídio Parisi	3	21	806
E. E. Guiomar de Freitas Costa	5	26	1.002
E. E. Hortêncio Diniz	1	6	240

E. E. Ignácio Paes Lemos	3	17	743
E. E. Jerônimo Arantes	2	9	384
E. E. João Rezende	3	20	782
E. E. Lourdes de Carvalho	3	15	619
E. E. Messias Pedreiro	5	49	1.922
E. E. Neuza Rezende	4	24	1.033
E. E. Professor Inácio Castilho	3	25	983
E. E. Professor José Ignácio de Souza	5	37	1.395
E. E. Professora Juvenília F. dos Santos	5	29	1.277
E. E. Segismundo Pereira	3	27	1.080
E. E. Sérgio de Freitas Pacheco	3	26	1.020
E. E. Teotônio Vilela	6	47	2.200
Σ 24 escolas	Σ 84 professores	Σ 569 turmas	Σ 23.668 alunos matriculados

QUADRO 1 – Caracterização da rede de escolas estaduais de ensino médio em Uberlândia (MG) – 2005.

FONTE: Pesquisa de Campo; 2005.

ORGANIZAÇÃO: SILVA, Jeane Medeiros; 2005.

Em razão do volume de escolas que deveriam ser visitadas, as informações requeridas foram reduzidas ao mínimo possível, pois os objetivos do instrumental eram apenas conhecer e caracterizar, em sua macroestrutura, a rede pública do Ensino Médio de Uberlândia, e identificar os livros didáticos de Geografia para o Ensino Médio utilizados pelos professores da rede mencionada. Sendo, portanto, dados que poderiam constar em qualquer censo escolar (quantidade de alunos, turmas e professores de Geografia de cada escola), procurou-se, em primeiro lugar, a 40ª Superintendência Regional de Ensino, sediada na cidade, especificamente a sua divisão de Serviço de Documentação e Informações Educacionais, para ali levantar esses números. No entanto, a Superintendência, já no final do primeiro semestre e início do segundo semestre de 2005, não dispunha dos dados referentes a esse ano, em sua totalidade, e desconhecia, igualmente, os livros adotados pelos professores da sua rede. Não tendo, igualmente, nenhuma previsão de tê-los, fizeram-se necessárias visitas às escolas.

Mas também nas unidades escolares percebeu-se uma certa desorganização de arquivo. Frequentemente, para se obter o título do livro didático sugerido/trabalhado pela escola, teve-se que retornar diversas vezes às instituições e recorrer a uma série de funcionários (bibliotecárias, supervisoras, diretoras) ou consultar diretamente o professor e, como os dados existem, foi possível reuni-los.

Os números suscitados são importantes para a pesquisa, pois revelam um conjunto de escolas financiadas com recursos públicos, 24 unidades, atendendo a uma parcela significativa de estudantes, 23.668 alunos, dividida em 569 turmas, o que dá uma extensão ao trabalho dos 84 profissionais do ensino de Geografia que as regem, uma média de 14,7 turmas por professor ou uma distribuição média de 41,5 alunos por sala. São muitas turmas e turmas

grandes, fatos que instauram na prática docente uma série de implicações (ou complicações), bastante conhecidas, e sobre as quais não se entrará em detalhes, mas que afetam as relações de trabalho do professor, inclusive a que mantém com o livro didático (Cf. RUA, 1992).

Observando-se a espacialização das escolas de Ensino Médio da rede estadual de educação de Uberlândia, nota-se uma certa centralidade dessas escolas, pois as mesmas estão em maior número nas regiões centrais da cidade, ou próximas ao centro. As escolas das regiões mais periféricas são apenas um manifesto da expansão recente da rede, pois têm, em sua maioria, menos de 10 anos de funcionamento. Nesse fato, percebe-se o tão conhecido processo de afunilamento na passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio: a rede não está estruturada para receber, no primeiro ano do curso médio, os alunos que completam o Ensino Fundamental.

Esse perfil, nada agradável, corresponde a uma cidade média incansavelmente enquadrada como próspera economicamente, mas contraditória em relação a esse discurso, como a simples realidade da opção por um livro didático demonstra, como se verá a seguir.

Os livros didáticos de Geografia do Ensino Médio de Uberlândia: listagem, seleção e discussão

De acordo com a consulta de campo realizada para a pesquisa, pode-se listar a ocorrência de seis títulos didáticos de Geografia, adotados nas escolas pesquisadas (Cf. QUADRO 2). A relação, assim, compõe-se dos seguintes livros:

- **Geografia Geral e do Brasil** (Elian Alabi Lucci; Anselmo Lazaro Branco; Cláudio Mendonça) – Editora Saraiva;
- **Geografia** (Lúcia Marina Alves de Almeida; Tércio Barbosa Rigolin) – Editora Ática;
- **Projeto de Ensino de Geografia – Geografia Geral** (Demétrio Magnoli; Regina Araújo) – Editora Moderna;
- **Geografia Geral: o Espaço Natural e Sócio-econômico** (Marcos Amorim Coelho; Lygia Terra) – Editora Moderna;
- **Geografia Geral e do Brasil** (Eustáquio de Sene; João Carlos Moreira) – Editora Scipione;
- **Geografia: Pesquisa e Ação** (Ângela Correa; Raul Borges; Wagner Costa) – Editora Moderna.

UNIDADES ESCOLARES	LIVROS DIDÁTICOS ADOTADOS
E. E. Américo René Giannetti	Lucci; Brando; Mendonça

E. E. Ângela Teixeira da Silva	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Antônio Luis Bastos	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Antônio T. Ferreira de Rezende	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Bueno Brandão	Lucci; Brando; Mendonça e Marina; Rigolin
E. E. da Cidade Industrial	Magnoli; Araújo
E. E. de Uberlândia	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. do Bairro Jardim das Palmeiras	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. do Parque São Jorge	Marina; Rigolin
E. E. Frei Egídio Parisi	Marina; Rigolin
E. E. Guiomar de Freitas Costa	Marina; Rigolin
E. E. Hortêncio Diniz	Lucci; Brando; Mendonça e Marina; Rigolin
E. E. Ignácio Paes Lemos	Lucci; Brando; Mendonça e Corrêa; Borges; Costa
E. E. Jerônimo Arantes	Apostilado
E. E. João Rezende	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Lourdes de Carvalho	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Messias Pedreiro	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Neuza Rezende	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Professor Inácio Castilho	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Professor José Ignácio de Souza	Coelho; Terra e Sene; Moreira
E. E. Professora Juvenília Ferreira dos Santos	Lucci; Brando; Mendonça e Marina; Rigolin
E. E. Segismundo Pereira	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Sérgio de Freitas Pacheco	Lucci; Brando; Mendonça
E. E. Teotônio Vilela	Lucci; Brando; Mendonça
24 escolas	6 títulos adotados

QUADRO 2 – Relação de livros didáticos de Geografia adotados pela rede de escolas estaduais de Ensino Médio em Uberlândia (MG) – 2005.

FONTE: Pesquisa de Campo; 2005.

ORGANIZAÇÃO: SILVA, Jeane Medeiros; 2005.

Considerando-se que o conjunto bibliográfico da literatura didática de Geografia para o Ensino Médio disponível no mercado editorial brasileiro não é reduzido, afirma-se tratar de uma variedade muito pequena, agravada, ademais, pela concentração das adoções em apenas dois títulos – sendo a distância entre ambos igualmente significativa – o que sugere uma homogeneização nesse procedimento de escolha do professor (Cf. QUADRO 3). Por que isso ocorreu?

AUTORES	TÍTULOS	NÚMERO DE ADOÇÃO
Elian Alabi Lucci Anselmo Lazaro Branco Cláudio Mendonça	Geografia Geral e do Brasil	18
Lúcia Marina Alves de Almeida Tércio Barbosa Rigolin	Geografia	6
Demétrio Magnoli Regina Araújo	Projeto de ensino de Geografia. Geografia geral.	1
Marcos Amorim Coelho Lygia Terra	Geografia geral: o espaço natural e sócio-econômico	1
Eustáquio de Sene João Carlos Moreira	Geografia geral e do Brasil	1

Ângela Correa Raul Borges Wagner Costa	Geografia: pesquisa e ação	1
----------------------------------------------	-------------------------------	---

QUADRO 3 – Relação de títulos didáticos adotados pela rede de escolas estaduais de Ensino Médio em Uberlândia (MG) – 2005.

FONTE: Pesquisa de Campo; 2005.

ORGANIZAÇÃO: SILVA, Jeane Medeiros; 2005.

No conjunto, são 28 adoções (e uma opção declarada por apostilas) pelas 24 escolas, pois dentre algumas delas, a exemplo da Escola Estadual Bueno Brandão e da Escola Estadual Juvenília Ferreira dos Santos, com 1.569 e 1.277 alunos matriculados, respectivamente, os professores adotam dois títulos, um livro com ênfase *mais física* (maior peso na Geografia Física) para o 1º ano e outro *mais político* (com maior peso na Geografia Humana) para as duas últimas séries, de acordo com informações de professores de algumas destas instituições, e que correspondem, respectivamente, às obras *Geografia*, de Almeida; Regolin (2005), e *Geografia Geral e do Brasil*, de Lucci; Branco; Mendonça (2003).

Trata-se de obras que são adquiridas apenas uma vez durante o período no qual o estudante cursa o Ensino Médio, desde que o professor não mude sua escolha ou não indique títulos diferentes para as séries, posto que são volumes únicos, anunciando todo o conteúdo do último nível da educação.

Nas últimas décadas, com a progressiva queda da qualidade da educação básica pública – consequência, como se defende posteriormente, do projeto político-pedagógico do regime militar (1964-1985)¹ – em geral apenas as classes sociais de menor poder aquisitivo têm frequentado as instituições assistidas pelo governo, principalmente quanto ao Ensino Médio, considerado uma fase de transição entre a formação inicial do estudante e o ingresso no Ensino Superior.

Esse argumento transparece no diálogo com os profissionais da educação da realidade considerada, quando da visita às suas instituições, no tocante à adoção dos livros didáticos de Geografia, momento em que alguns afirmaram que o critério de escolha do compêndio se pauta unicamente no valor monetário do produto, e não em questões propriamente pedagógicas, como se poderia acreditar.

Tal fato foi constatado: nas livrarias da cidade, os dois títulos mais adotados *Geografia Geral e do Brasil*, de Elian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Cláudio Mendonça,

¹ Mas não só, pois o problema da educação no Brasil não é apenas ideológico, mas também econômico, social, político etc.

adotado 18 vezes, e *Geografia*, de Lúcia Marina Alves de Almeida e Tércio Barbosa Rigolin, adotado seis vezes, custam até um terço do valor de outros títulos disponíveis².

Mesmo sendo, em sua maioria, títulos de custo econômico *modesto* (o que em si é relativo), nem sempre a adoção significa que o professor trabalha diretamente com o texto didático: há escolas em que os livros estão em classe no turno matutino e não no noturno (composto basicamente por alunos trabalhadores ou que, estando desempregados, realmente necessitam trabalhar para se manterem), há escolas com clientela tão desprovida economicamente que o acesso ao livro de Geografia restringe-se a consultas de exemplares da biblioteca da escola. Nesses casos, o professor trabalha com resumos, esquemas e trechos de textos fotocopiados, no esquema de apostilas. O conjunto de escolas estaduais citado, quanto ao perfil sócio-econômico institucional (aferido, ressalva-se, apenas em observações diretas em campo e não por meio de dados), não é muito divergente entre si. Portanto, a obrigatoriedade ou não do livro de Geografia em classe, adquirido às expensas do alunado, depende da interpretação político-pedagógica da escola, ou seja, do entendimento que a direção escolar tem de sua clientela, tanto que a opção por apostilar o ensino de Geografia, ao longo dos três anos do Ensino Médio, pode ser até mais dispendioso que a aquisição do compêndio em si.

Considerações

As obras *Geografia* (Almeida; Regolin - 2005) e *Geografia Geral e do Brasil* (Lucci; Branco; Mendonça – 2003) representaram o maior acesso da clientela estudantil das escolas estaduais aos livros didáticos de Geografia, na realidade de Uberlândia. E, com isso, verificou-se que, naquele momento, a adoção era, às vezes, uma simples indicação bibliográfica embasada em custos e não propriamente em projeto pedagógico. Não deixa, então, de haver uma consequência desvirtuadora no ato de isolar o livro em seu âmbito de realização educacional.

REFERÊNCIAS

² *Geografia*, de Almeida; Regolin, custa R\$ 30,00, e *Geografia Geral e do Brasil*, de Lucci; Branco; Medonça, R\$ 48,70, enquanto *Projeto de Ensino de Geografia – Geografia Geral*, de Magnoli; Araújo, adotado em uma escola, custa R\$ 88,90, dentre outros não listados pelas escolas estaduais de Uberlândia que assomam importância monetária até maior.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p.

RUA, João. **Em busca da autonomia e da construção do conhecimento: o professor de geografia e o livro didático**. 1992. 250 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PMU – Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Banco de dados integrados de Uberlândia/MG**. 2005. Disponível em: www.uberlandia.mg.gov.br. Acesso em: 25 nov. 2005.

MARTINS, Jacirema das Neves Pompeu. **O livro didático de Geografia: a relação entre as políticas públicas e as práticas dos professores**. 2004. Uberlândia. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

PREVENÇÃO AO USO DE CRACK: O PAPEL DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II NA ABORDAGEM DOS TEMAS TRANSVERSAIS, CONTEÚDO DE BASE COMUM E LIVRO DIDÁTICO

Geralda dos Reis Bessa Soares*
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira**

Resumo: O presente artigo versa sobre o papel do professor de Ciências e a escola na prevenção do uso das drogas, especificamente o crack, que hoje torna-se frequente entre crianças e adolescentes e muitas vezes esses não são orientados nas escolas sob o mal para sua saúde. O Objetivo deste estudo foi comprovar que quando se trata de drogas, os livros didáticos, os PCNs e o CBC de Ciências abordam o tema com superficialidade. Para comprovação dos foram analisadas qualitativamente, pois a pesquisa qualitativa é o conhecimento por meio da revisão de literatura e análise de dados sem quantificação. Analisou-se como é abordado o tema “droga” em quatro coleções de livros didáticos, cujos nomes foram preservados por questão ética, enviados para as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental II e Ensino Médio de João Pinheiro-MG pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil para escolha e adoção entre os anos de 2013 a 2016. Obteve-se como resultado o que se propôs nos objetivos, com exceção do CBC que trazem em si propostas mais fundamentadas para o ensino da prevenção ao uso das drogas.

Palavras-chave: Drogas (Crack). Prevenção. Livro Didático. Professor de Ciências. Ensino

Abstrat: This article deals with the role of teacher of Science and education in the prevention of drug use, specifically the crack, which now becomes common among children and adolescents and often these are not oriented in schools under bad for your health. The objective of this study was to prove that when it comes to drugs, textbooks, PCNs and the Science CBC address the issue superficially. For proof of were analyzed qualitatively because qualitative research is knowledge through literature review and without quantifying data analysis. It analyzed how the issue is addressed "drug" in four collections of textbooks, whose names have been preserved as a matter of ethics, sent to the State School Secondary School and High School of João Pinheiro, Minas Gerais by the Ministry of Education and Culture Brazil to choice and adoption between the years 2013 to 2016 was obtained as a result of what it set out the objectives, except for the CBC to bring itself more informed proposals for teaching prevention to drug use.

Keywords: Drugs (Crack).Prevention. Textbook. Science Teacher .Education

* Graduanda em Ciências Biológicas pela Faculdade cidade João Pinheiro (FCJP) -

** Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – FAFIDIA; Especialista em Letras pela Fundação Superior de Passos/ Faculdade de Filosofia de Passos; Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP; Especialista em Metodologia do Ensino e Tecnologia par Educação a Distância pela Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP; Professora e Ouvidora da Faculdade Cidade de João Pinheiro e professora orientadora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, Professora de Redação do Colégio Cenecista de João Pinheiro, efetiva na Rede Estadual de Minas Gerais - E-mail: mlourdesfcjp@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O crack é uma droga relativamente nova, com alto poder de dependência e de associação com a criminalidade. Apesar de dispormos de alguma informação sobre esse fenômeno no Brasil, ela ainda é insuficiente, principalmente, para as famílias que muitas vezes não têm escolaridade suficiente ou até mesmo por problemas inerentes à sua formação, além dessa informação ser insuficiente para as famílias, o é também para o atendimento eficaz de seus usuários, assim como para nortear políticas públicas de prevenção.

Assim sendo, este trabalho justifica-se por tratar-se de um mal que cresce a cada dia, que está sendo vivenciado por um número também crescente de famílias, tornando-se assim um fenômeno que pode se chamar de epidemia do crack, por se tratar de uma droga de baixo custo e de fácil acesso para inúmeros adolescentes, estes por estar em busca de suas identidades, por não se conhecerem direito ou por não terem quem os orientem corretamente no seio familiar, vimos a necessidade de pesquisar como os livros didáticos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Conteúdo Base Comum do Ensino Fundamental Anos Finais (CBC) de Ciências abordam sob as drogas nas escolas.

Dentro dessa perspectiva surgiu os seguintes questionamentos: os livros didáticos de ciências trazem em si capítulos que abordam os danos da drogas para a saúde? Sugerem projetos para combater o uso de drogas por crianças e adolescentes? O tema saúde incorporado no Temas Transversais dos PCNs e do CBC são trabalhados efetivamente nas escolas? Os princípios norteadores da ação didático/pedagógica da escola versa sobre o combate ao uso de drogas ilícitas?

Buscamos então, como objetivos para este artigo, comprovar que quando se trata de drogas, os livros didáticos, os PCNs e o CBC de Ciências abordam o tema com superficialidade.

Para concretização deste trabalho, inicialmente, buscou-se a pesquisa qualitativa, o conhecimento por meio da revisão de literatura a partir de pesquisa bibliográfica em bibliotecas, sites, revistas, em artigos, monografias, livros didáticos, Parâmetros Curriculares (PCN), Lei de Diretrizes e bases (LDB), Conteúdo de Base Comum de Ciências (CBC) e livros sobre o tema proposto.

Posteriormente, depois dos estudos embasados em diversos autores, entre eles Içami Tiba, Duailibi et all, Marques, Andrade e Bassit, fizemos a análise dos resultados encontrados.

Foi analisado qualitativamente como é abordado o tema “droga” em cinco livros didáticos, cujos nomes serão preservados por questão ética, enviados para as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental II de João Pinheiro-MG pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil para escolha e adoção entre os anos de 2013 a 2016.

2. CRACK: CONCEITUAÇÃO E ILICITUDE

O crack é uma mistura de cocaína em forma de pasta não refinada com bicarbonato de sódio. Esta droga se apresenta na forma de pequenas pedras e pode ser até cinco vezes mais potente do que a cocaína em pó. Seu efeito dura, em média, dez minutos e a principal forma de consumi-la é a inalação da fumaça produzida pela queima da pedra. “É feito da cocaína, uma droga em pó derivada das folhas da planta de coca, cultivada principalmente na América do Sul (...)”. (WATSON, 2008).

Quando o crack foi introduzido no Brasil, o uso da droga estava restrito a classe menos favorecida devido ao baixo valor comercial, começava assim uma trajetória negra e mortal, pois a mesma hoje se encontra em todas as classes sociais e não estão somente restrita a moradores de rua, que na maioria das vezes mendigavam esmolas jurando ser para a compra de alimentos.

Nos últimos cinco anos o número de usuários dessa droga em todo o país quase dobrou, passando de 380 mil para 610 mil (dados do MS), apesar das mortes constantes advindas do crack e pelo crack, pois se assim não fosse, por certo já teríamos ultrapassado a casa de um milhão de viciados, devido a sua rápida proliferação e difícil recuperação curativa. (MARQUES 2011, p.13).

O crack é uma droga tão devastadora que pode viciar logo na primeira vez. O cérebro sofre danos irreparáveis, a saúde fica debilitada e a vida se transforma em momentos intermináveis de dor e sofrimento (Diário de Santa Maria, 2009, p. 6). As autoridades brasileiras acreditavam que o crack não sairia do consumo dos mais pobres e dos moradores de rua, pensaram que não seria vendida por tão pouco custo, por isso não deram a importância devida ao problema, o seu consumo rompeu as barreiras da sociedade, conquistou outras classes da sociedade, e alastrou ferozmente, transformando-se em uma epidemia.

Lya Luft (2006) afirma que “Nós todos somos culpados de que eles tenham existido, sofrido, matado e morrido, sem nenhuma possibilidade de vida, de esperança e de dignidade”, o que é verdade, todos que compõem a sociedade são culpados, de alguma forma, pelo seu crescimento ou destruição e se destrói um ser humano, destrói-se uma sociedade.

Duailibi et al. (2003) comentam que “Habitualmente, o usuário de crack é poli usuário ou tem antecedente de consumo de outras substâncias. O início do uso se dá com drogas lícitas (tabaco e álcool) (...). O dependente de crack não inicia seu vício com essa droga, na verdade quando chega ao ponto de consumi-la, ele já provou o álcool, a maconha ou qualquer outra droga. Quando chega ao seu uso é porque o efeito alucinógeno das outras não fazem o mesmo efeito que o crack. Tal substância faz com que a dopamina, responsável por provocar sensações de prazer, euforia e excitação, permaneça por mais tempo no organismo. (ARAGUAIA,2015).

3. AS CONSEQUÊNCIAS DO CRACK NO CONTEXTO FAMILIAR, ESCOLAR E NA SOCIEDADE

Por uma pedra, o usuário é capaz de mentir, de roubar e de se desfazer de qualquer objeto que possa ser trocado pela droga, inclusive o próprio corpo, quando já não há mais nada o que vender (Diário de Santa Maria, 2009, p. 6).

De acordo com Sanchez e Nappo (2002, p.422):

A preferência por vender crack deve-se a seu alto potencial de dependência, baixo preço por unidade (pedra), que incentiva o consumo, e fácil manejo da droga. Enfim, o lucro certo em curto prazo parece ser o apelo determinante na divulgação do crack pelos traficantes.

Ao consumi-la, a criança ou adolescente muda seu comportamento tanto em casa quanto na escola, o que a cada dia torna mais difícil a convivência entre equipe escolar, alunos e pais, pois nem aquela, aqueles e esses conseguem se entender, torna-se assim um tríduo que ao mesmo tempo que delega responsabilidade ao outro, eximem-na de si.

Nonticuri (2010, p.16), afirma:

No Brasil, a droga ainda é considerada sob o prisma da ilegalidade, como um problema judicial, mais do que sanitário ou social. As questões que envolvem o uso de drogas são um complexo fenômeno biopsicossocial e econômico, que envolve aspectos psicológicos, sanitários, educativos, políticos e sociais, exigindo a integração entre ações preventivas, de controle e tratamento.

Segundo Andrade e Bassit (1995, p. 86) “dada à complexidade da problemática do uso de drogas, envolvendo a interação de fatores biopsicossociais (...)”. Os mesmos autores dizem que “o campo das ações preventivas é extremamente abrangente, envolvendo aspectos que

vão desde a formação da personalidade do indivíduo até questões familiares, sociais, legais, políticas e econômicas.

A família sofre mudanças quando descobre a dependência do filho, essa mudança é desencadeada de diferentes formas, cada uma tem sua característica própria. Algumas colocam o filho em uma redoma, outras expulsam o filho de casa, esta última opção é a preferida tanto por famílias como por escolas, e a sociedade em geral (CONCEIÇÃO, 2005).

É muito doloroso para os pais saberem que seu filho pode estar entrando no mundo da droga, às vezes, eles tentam fechar os olhos com medo de ver a realidade, pois sabem o quanto é doloroso, por sua vez os filhos não admitem, acham se superiores ao que vicia e não aceitam que foram vencidos por algo anteriormente parecido inofensivo.

A família torna-se uma base primordial deste processo doloroso de tratamento, visto que a família é sempre vítima inicial do problema chamado crack. Ela sofre tanto quanto o usuário, pois a sociedade também a discrimina por achar que o problema iniciou no seio familiar.

A família é constituída de uma unidade cuidadora, é a responsável pela ampliação do seu grupo, contudo quando se tem um dependente químico a mesma fragiliza-se extremamente. Prata, Branco e Santos (2009, p. 208) asseguram que “além da necessidade de buscar constantemente a droga, a dependência causa mudanças acentuadas na interação do indivíduo com seus familiares, afetando suas relações sociais e até mesmo profissionais.”

A família como locus privilegiado de intervenção do Serviço Social tem aparecido nos últimos anos como preocupação de órgão internacionais e governamentais de âmbito nacional, estadual e municipal. Isso se dá a partir da Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo específico – artigo 226 – e fixou “a família tem especial atenção do Estado inovando consideravelmente os tratos político e social de família”. (JOSÉ FILHO, 2007, p. 144).

Durante muito tempo, as questões relacionadas às drogas no Brasil foram tratadas apenas com atuações repressiva policiais e de forma marginalizada, não sendo distinguida como uma questão de saúde pública, hoje toma outros rumos e a família passa também a ter prioridade pela lei.

Segundo Scheffer; de Souza; Mello Filho; Plaza; Vidal (2006 apud GONÇALVES, 2002, pg. 14) “No Brasil, (...) os problemas relacionados ao abuso e dependência de drogas refletem de forma direta na saúde pública e exigem políticas voltadas para ações no nível da promoção da saúde, prevenção e tratamento dos dependentes químicos”

“O usuário de drogas é vítima de si próprio. Antes de mais nada, ele próprio sofre as consequências da sua ação e pode-se dizer que o ambiente familiar é também vitimizado e identificam-se assim, inicialmente, as vítimas do uso abusivo de substâncias que provocam dependência física ou psíquico.” (KOSOVSKI, 1998, p.17).

A preocupação social com o uso do crack não é muito recente, no entanto devido ao elevado e frequente consumo, e agora não necessariamente tendo como antecedente outras drogas e por trazer danos diversos e graves, principalmente, a criança e adolescentes, faz-se necessário uma atenção maior, pois é na faixa etária dos 11 aos 18 anos que se busca a própria identidade, é nessa faixa etária que há maior oferta da droga, mais dependência e menos tolerância. “Muitas vezes para se fazer parte de um determinado grupo é necessário usar, ou pelo menos já ter feito uso de algo que é aceito e valorizado naquele contexto” (BUCHER,1998. P.28).

4. AS PROPOSTAS DO PCN, DO CBC E DO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS PARA A PREVENÇÃO AO USO DAS DROGAS (CRACK)

4.1 Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

Os Parâmetros Curriculares Nacional (PCN) foram elaborados a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), e têm em suas propostas modificações no ensino fundamental, tendo como premissa a ética, a preparação dos alunos para o exercício da cidadania numa sociedade democrática, o respeito a diversidade cultural e a preocupação com a desigualdade social. (BRASIL, 1998, p. 271).

Divididos em seis volumes - língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física – os PCNs foram criados com o objetivo de facilitar a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas. Além dos oito volumes, os Parâmetros Curriculares também abordam temas Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo. No que diz respeito à Ciências Naturais, o PCN traz entre seus objetivos “conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;” (PCNs, 1998, 7)

Os PCNs sugerem temas para serem trabalhados transversalmente aos temas básicos e a abordagem é realizada de forma multidisciplinar, buscando assim atingir um melhor trabalho de prevenção.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998, p.273) “As drogas psicoativas podem assumir um papel importante na vida dos adolescentes, como recursos facilitadores da comunicação, da busca do prazer ou na lida com os novos desafios que se apresentam”.

Dessa forma, os PCNs por meio dos temas transversais têm como objetivo contextualizar o ensino à realidade dos educandos, uma sugestão para que o meio educacional promova o desenvolvimento do estudante.

4.2. Conteúdo de Base Comum (CBC)

O CBC, Conteúdo de Base Comum, Resolução 666/2005, foi criado pela Secretaria do Educação do Estado de Minas Gerais por uma equipe de profissionais da Educação tendo como base o projeto Escola de Referência.

Para que este Currículo Comum se tornasse realidade, um longo caminho foi percorrido. Participaram dessa caminhada as equipes Regionais e Central do Programa de Intervenção Pedagógica – PIP/ER, Inspetores Escolares, Especialistas da Educação Básica e Professores dos Anos Finais das Escolas da rede estadual (...) (CBC, 2014, p.06)

Embasados nos PCNs, os CBCs têm como finalidade orientar as propostas pedagógicas das escolas de Minas Gerais visando um ensino de qualidade. Diferentemente dos PCNs, os CBCs têm o uso obrigatório para o planejamento das aulas de cada disciplina, para isso, é dividido em: Eixo temático, tema, tópicos, habilidades, orientações pedagógicas, conteúdos e os devidos ciclos (anos de escolaridade).

No CBC de Ciência, os professores devem trabalhar o nosso objeto de pesquisa, aqui estudado: as drogas, “O estudo das drogas e seus efeitos no organismo é contexto para o estudo da fisiologia do sistema nervoso. O uso de drogas traz inúmeros transtornos sociais, principalmente na escola, para famílias e órgãos de saúde” (CBC, 2014, p.38).

No quesito Linguagem das Ciências e Ideias-chaves o CBC de Ciências (2014, p.38) diz: As drogas e seus efeitos no sistema nervoso: Corpo humano como sistema em equilíbrio; Estrutura do sistema nervoso; Transmissão de impulsos nervosos; Drogas que alteram o sistema nervoso; Consequências do uso de drogas no convívio social; (...).

Assim sendo, não se deve apenas abordar o assunto drogas superficialmente, deve-se orientar, sistematizar com exercícios. Vê-se que o professor de ciências deve trabalhar o tema

não apenas como um projeto à parte, mas possibilitar o aluno as habilidades e competências para discernir o risco que sua saúde corre ao fazer o uso da droga.

Percebe-se assim, que o CBC de Ciências não é apenas uma obra de orientação e sim uma teoria que deve ser aplicada à prática para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

4.3. O Livro Didático

O PNLD (Plano Nacional do Livro Didático) tem como objetivo auxiliar nas escolhas e ao mesmo tempo ser abraçado pelas escolas. Além de enriquecer o plano pedagógico desenvolvido pela escola, o Livro Didático somado ao plano que a escola desenvolve torna-se uma ferramenta poderosa para um ensino de ciências a todos os alunos, “é apresentar as principais características das coleções aprovadas, por meio das resenhas que o compõem.” Segundo (BRASIL, 2012, p.10).

Então, o PNLD é uma ferramenta formidável para classificar o LD, no qual os livros pertencentes à lista do mesmo, são aqueles avaliados por um grupo considerado nos quais devem atender as necessidades dos professor e também dos alunos, uma vez que passaram por uma análise bem elaborada

Assim sendo, para cada exemplar que consta na lista do PNLD, existe uma ficha avaliativa baseada em alguns critérios pré-estabelecidos, quer sejam comuns para os diversos componentes curriculares ou específicos para cada componente curricular.

Desde a que o livro didático foi implantado, esses passaram a ser ferramenta importante para a construção do conhecimento do aluno. Os quais sempre devem apresentar atividades diferenciadas para a apropriação do conhecimento do estudante. Para salientar a importância do uso do LD em sala de aula Gérard & Roegiers 1998, P.19 se referem ao mesmo assim: “um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia”. Os livros didáticos são de suma importância na prática escolar, estão presentes na vida dos estudantes desde da antiguidade, de acordo com ROMANATTO (2009) “No Brasil a preocupação com os livros didáticos em nível oficial, se iniciou com a Legislação do Livro Didático, criada em 1938 pelo Decreto-Lei 1006”.

O Livro Didático é um instrumento de direito do aluno brasileiro, fazendo-se assim, portanto, parte da formação acadêmica do mesmo. Para que esse seja adotado pela escola, é necessário

que seja realizada uma análise criteriosa, cujos conteúdos propostos pelo mesmo estejam de acordo com os PCNs.

Carneiro et al relatam que:

O livro didático assume papéis diferentes para o estudante e para o professor. Se através dele que o professor organiza, desenvolve e avalia seu trabalho pedagógico de sala de aula, para o estudante, o livro didático é um dos elementos determinantes da sua relação com a disciplina (2005, p.2).

Dessa forma, o livro passa a ser uma enciclopédia de conhecimentos, entretanto eles devem abordar as relações de ciências com o cotidiano do aluno, ou seja, transmitir de forma clara ao aluno a relação entre os conteúdos e o seu dia a dia.

5. PREVENÇÃO AO USO DE CRACK: O PAPEL DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Se o papel do meio educacional é preparar para a vida, é preparar para que tenhamos cidadãos críticos, participativos e propagadores do bem comum, não se pode negar a preparação para tal. De acordo com o CBC no quesito Prioridades de aprendizagem o CBC de Ciências (2014, p.38) diz:

Além de aspectos de fisiologia humana, ligados ao funcionamento do sistema nervoso, o tema “Drogas e seus Efeitos no Organismo” envolve a dimensão sócioafetiva ao avaliar riscos na tomada de decisão pessoal e no papel da educação em ciências para informar nossas ações. (CBC,).

Nesse sentido, é fundamental o papel de professor de ciências, que deve ir além dos conteúdos propostos pelo livro didático, pois ele deve preparar o aluno além do que sugere os livros didáticos, deve como propõem o CBC, apontar quais os reais malefícios das drogas para o corpo humano mostrar que ela, o crack, provoca destruição de neurônios, causa ao seu usuário à decomposição dos músculos do corpo, conhecido na área médica como rabdomiólise, pois o indivíduo apresenta magérrimo, com os ossos da face e costelas preponderantes, pernas e braços muito finos

Segundo Tiba (2003)

As crianças e os adolescentes são mais vulneráveis que os adultos aos efeitos das drogas, justamente por estarem em desenvolvimento. A puberdade, aliás, é um dos períodos mais vulneráveis por que passa o ser humano, pois nesse período manifestam-se suas características sexuais secundárias, sendo grande o movimento de hormônios, de

crescimento celular com conseqüente maturação de muitos órgãos e estruturas cerebrais, neurológicas e corporais. Toda essa movimentação orgânica torna o púbere muito suscetível aos efeitos prejudiciais da droga no seu desenvolvimento e crescimento

É de suma importância que os mesmos profissionais do Ensino Fundamental, que são responsáveis por 4 horas diárias na transmissão de conhecimento aos alunos, tenham conhecimento da alta destruição que o crack traz ao ser humano, especificamente os adolescentes. Içami Tiba (2001, p. 59) afirma que: “No entanto, muitos professores nem conhecem a realidade científica e psicológica das drogas, seus efeitos e suas conseqüências. É frequente não saberem nem identificar um usuário de drogas e, se identificam, não sabem o que fazer com tal descoberta.”

Içami Tiba (2001, p. 58) também diz que “para a escola, é mais fácil perceber que um aluno está se drogando do que para os pais.” Os pais não querem admitir que seus filhos sejam usuários de drogas, e os filhos conseguem esconder seu próprio vício. A prevenção pode ocorrer na escola em primeiro lugar, pois ali também é um espaço para se desenvolver atividades educativas voltadas para a socialização do aluno, de modo que prevenção na escola signifiquem estar atento ao jovem, abrir um canal de comunicação, valorizá-lo como ser humano, procurando um espaço para que ele aprenda a valorizar-se.

É lamentável saber que a droga está sendo consumida também por crianças e adolescentes em épocas que os mesmos deveriam estar escola, sabe-se que a dependência química compromete a qualidade de vida daquele que usa a droga, também afetando de forma direta os familiares, pois “Ele (o crack) não escolhe cor, gênero, classe social ou religião. Com poder avassalador, invadiu a sociedade, quebrou regras, transpôs limites e escravizou milhares de pessoas”. (Agência Brasil, 2009 apud ECO DEBATE, 2009).

Prevenção na escola significa estar atento ao jovem, abrir um canal de comunicação, valorizá-lo como ser humano procurando um espaço para que ele também aprenda a se valorizar e saiba se fortalecer para não ser presa fácil de modismo” (SANTOS, 1997 p.84)

A escola e os seus profissionais precisam estar alerta, pois os adolescentes enfrentam em momento de transição física e psíquica um momento de muitas descobertas, dúvidas diversas segundo Içam Tiba (2001, p. 59) “Por isso, as diretorias das escolas preferem negar as drogas em seus estabelecimentos.

Já não é possível “tapar o sol com a peneira”. As drogas existem, e imaginar que apenas os “outros” as usam só facilita sua propagação”. Para tanto é necessário que mesmo sem o conhecimento científico, os diretores, orientadores devem agir com postura, baseando

no diálogo, evitando autoritarismo e hipocrisia e assim trabalhar a prevenção levando os alunos a refletirem sobre seus comportamentos.

6. ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS, PCNS E CBC DE CIÊNCIAS

A presente pesquisa é uma abordagem de natureza qualitativa, tendo em vista o artefato de estudo em questão: o livro didático. Ressalvo, conforme observam Denzin; Lincoln (2006, p.17) que “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo.”

Foram realizadas pesquisas em quatro coleções de livros distintas, uma delas adotadas por três escolas da cidade, a escolha dos livros adotados por três escolas deu-se pelo fato de serem as mesmas com igual escolha, as demais alternaram-se entre Coleção A, B e C num universo de seis escolas com Ensino Fundamental II no centro urbano de João Pinheiro- MG.

Na coleção A, o assunto em questão foi abordado apenas no livro do 8º ano do Ensino Fundamental, o mesmo traz na Unidade 04 e 05 o estudo sob o sistema nervoso, adentrando para o tema 03 encontra-se o assunto “As Drogas” subdividindo em: o que são drogas e suas classificações, porém nestas classificações não são abordadas a diferença entre drogas lícitas e ilícitas, somente se refere à: Drogas depressoras do Sistema Nervoso Central, Drogas estimulantes do Sistema Nervoso Central, Drogas perturbadoras do Sistema Nervoso Central. Logo após, diz quais as possíveis consequências do consumo das drogas, apresentando apenas duas páginas sobre o assunto.

Na Coleção B, 8º Ano de escolaridade, o tema drogas é apresentado tanto quanto na A, apenas 02 páginas e meia sobre o assunto Drogas. Ela também não especifica quais drogas são lícitas ou ilícitas, apenas expõem um quadro dividido em colunas: as drogas psicoativas, modo de uso, efeitos e riscos à saúde.

Já a Coleção C, o assunto em questão foi abordado no livro do 6º ano do Ensino Fundamental. Aborda superficialmente sobre as drogas, não citando nenhum nome de drogas ilícitas, apresenta unicamente uma leitura geral e a abordagem um tanto quanto desconexa, pois leva o aluno, que não conhece sobre o assunto, a pensar que existe álcool injetável ou para cheirar.

Como diz Oliari 2005, p. 40 “A transferência da aprendizagem ocorre quando existe similaridade (semelhança) entre as situações. A aprendizagem acontece quando o sujeito

consegue organizar ou estruturar uma dada situação”. Tratando-se então de alunos do 6º ano, o texto deve ser ainda mais coerente.

Já a coleção de livros didáticos adotados por três escolas, a Coleção D, não traz em nenhuma de suas unidades, ou seja nos livros dos 6º, 7º, 8º e 9º Anos o tema drogas.

Conforme Vasconcelos e Souto (2003, p. 93)

Os livros de Ciências têm uma função que os difere dos demais – a aplicação do método científico, estimulando a análise de fenômenos, o teste de hipóteses e a formulação de conclusões. Adicionalmente, o livro de Ciências deve propiciar ao aluno uma compreensão científica, filosófica e estética de sua realidade oferecendo suporte no processo de formação dos indivíduos/cidadãos. (Grifo nosso)

O livro didático escolhido pelos professores não contempla o que afirma Vasconcelos e Souto. É um livro que não oferece suporte para o processo de formação dos alunos no que diz respeito às drogas, pois lhes são negados problema da sua realidade, o uso crescente de drogas (crack) por si ou pelos colegas.

Outro ponto analisado, nas coleções de livros didáticos que explanam sobre as drogas, foram os exercícios propostos. Em nenhuma das unidades dos livros tem exercício que falam sobre os malefícios das drogas no sistema nervoso, nem mesmo superficialmente e no CBC de Ciências CBC (2014, p.38) diz que:

Nas atividades de estudo desse tema, os estudantes devem ter oportunidades de utilizar corretamente e compreender: Palavras e frases relativas ao estudo do sistema nervoso e drogas: drogas psicoativas, neurotransmissor, neurônios, concentração de substâncias, efeitos do uso de drogas e efeitos sociais.(...)

Na abordagem do tema nos livros, em nenhum momento é abordado nos exercícios sobre o sistema nervoso algo que fale sobre a prevenção das suas consequências à saúde do usuário, deixa, de certo modo, muito vago como trabalhar esse assunto em sala de aula.

É negado ao aluno pelo livro didático que ele tenha conhecimento científico sobre os males que as drogas fazem ao organismo humano, assim como exercícios que sistematizem o conhecimento.

Bucher (2007, p.121) afirma

O jovem tem direito a saber a verdade sobre as drogas [...]. As informações, pois, devem ser objetivas e fidedignas, usadas para veicular valores que possam sensibilizar o aluno, despertando-o seu interesse. Assim, não procede focalizar a droga como simplesmente “ruim” ou “perigosa”, mas sim, situar a questão do consumo de drogas dentro de um contexto social amplo [...].

É certo que a escolha do livro didático é do professor, assim sendo pode-se tirar várias conclusões. Uma delas é que o professor, provavelmente, planejará suas aulas de acordo com o que se pede o CBC para o 8º Ano:

O professor poderá realizar pesquisas com os alunos em livros didáticos, revistas, internet, sobre as doenças que atingem o sistema cardiovascular, associando a ocorrência com o tipo de alimentação, sedentarismo, stress, uso de fumo, álcool e outros. As discussões, com depoimento de pessoas que venceram o vício do cigarro, do álcool e de outras drogas, palestras com profissionais da saúde, a utilização de vídeos, sempre, em todas as práticas sugeridas, ressaltando a importância da prevenção, a prática de hábitos saudáveis e os cuidados com a saúde (...) (CBC 2014, p. 59)

Tais procedimentos são fundamentais para o conhecimento e aprendizado do aluno, no entanto pode ser feito também de forma superficial, e não é sempre que se tem à disposição um profissional da saúde disponível para dar palestras, pois nem todos têm acesso a um atendimento de saúde de qualidade.

Na coluna **Tópicos:** Drogas e Sistema Nervoso e na coluna **Habilidades:** Identificar drogas que alteram o sistema nervoso do CBC (2014, p. 60) encontra-se

O professor pode ler trechos e discutir com seus alunos ou então realizar seminários em que os grupos vão ler e se preparar para apresentação dos capítulos do livro *A Sexualidade e o Uso de Drogas na Adolescência* de Caio Feijó – Editora Novo Século. Proporcionar aos alunos assistir a filmes, como *Meninas* - de Sandra Werneck, *Juno* - dirigido por Jason Reitman.

Está é outra proposta feita pelo CBC, que em partes não é executada em escolas de periferia, visto que os alunos não têm condições de comprar livros e o professor, também, pode não ter tal condições para tal, dentro da proposta a mais viável é que o professor apresente filmes e a partir deles proponha um debate, mas para isso ele deve ter conhecimento científico para conduzir a aula, mas nem todo professor encontrou em sua formação aulas direcionadas à prevenção das drogas.

Indo além, podemos comprovar que até mesmo o CBC de Ciências falha sobre a prevenção do uso das drogas, pois encontramos meninos de apenas 12 anos, no 6º Ano de escolaridade já dependentes do crack e muitos deles sem ter passado pelo uso de drogas lícitas como o álcool ou o fumo, assim sendo o CBC deveria apresentar essa proposta a partir do 6º Ano e não apenas no 8º Ano como é feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos com esta pesquisa que os livros didáticos, instrumentos orientadores para que o aluno tenha um ensino de qualidade, e o CBC de Ciências, material condutor do planejamento do professor, apresentam falhas na orientação sob as drogas, que eles deixam, provavelmente, a cargo do professor o aprofundamento do assunto, no entanto não se tem a garantia que também o professor esteja preparado academicamente para tal. Sendo assim os livros didáticos, PCN e CBC não estão prontos e acabados.

Resta assim, confiar que, possivelmente, o professor trabalhará confiando no apoio de outros órgãos da sociedade para desenvolver projetos direcionados à prevenção contra as drogas, pois por um lado muitas famílias não têm também conhecimento e preparação psicológica para enfrentar o mal trazido pelas drogas e agora com mais evidência o crack, por outro encontra-se famílias moradoras de zona rural que têm filhos que estudam na cidade, cujo conhecimento sobre as drogas é restrito.

Percebemos também com esta análise que muitos estudos ainda têm que ser feitos para o combate ao uso do crack. A escola, por meio do professor, é o melhor caminho para que isso aconteça, pois nela estão presentes profissionais com maior conhecimento de mundo, provavelmente mais preparados para o ensino, para trabalhar as habilidades e competências que os alunos devem ter para discernir o quanto a droga, o crack é destruidor de famílias, da sociedade e dos sonhos.

Enfim, parafraseando (CAVALCANTE, apud. MOCELIN, C. E.1; MOREIRA, N. da S. 2010, p. 06), não se deixa aqui respostas, não se traz aqui assertivas indiscutíveis, porém propõe reflexão e propõem-se mais pesquisas de como está sendo a abordagem preventiva ao uso das drogas nas escolas, pois é comprovado que apenas combatê-la com o auxílio da polícia militar para procurar viciados e traficantes não é a solução. Crê-se que este é um problema da sociedade em geral, o professor e a educação fazem parte dela

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A.G.; BASSIT, A.Z. In: **Avaliação de programas de prevenção de drogas**. São Paulo: GREA – Ipq – HC – FMUSP, 1995.

ARAGUAIA, Mariana. **Crack/BRASIL ESCOLA** - Artigo. Disponível em: <<<http://www.brasilecola.com/drogas/crack.htm>>> Acesso em: 06/06/2015.

BRASIL, Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: MEC/SEF 1998

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – PCN-Saúde. Brasília: MEC/SEF,1998.

BUCHER, R. **A Ética da Prevenção**. Universidade de Brasília - Psicologia: Teoria e Pesquisa - 2007, v. 23 n. especial.

CARNEIRO, M. H. da S.; SANTOS, W. L. P. dos; MÓL, G. de S. **Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida**. Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências, 2005.

CAVALCANTE, A. M. In Mocelin, C. E.1; Moreira, N. Da S. **Adolescentes E O Crack: Uma Relação De Dor E Sofrimento**, Santa Maria, RS, 2010

CONCEIÇÃO, Adaylton A. **Drogas e Prevenção**. Ponta Del Leste – Uruguai: I Congresso sobre Prevenção e Tratamento de dependência de drogas, 2005.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens. 2ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2006.

Diário de Santa Maria, dia 1º de junho de 2009, p. 6.

DUAILIBI, Lígia B. et al. **Perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil**. São Paulo – SP: Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD), Depto de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2003. Disponível em: http://www.abead.com.br/artigos/arquivos/perfil_usuario_coca_crack.pdf Acesso em: 29 Maio. 2015.

ECO DEBATE. Especial: **Usuários de crack se sentem escravizados pela droga; familiares podem desenvolver distúrbios psicológicos**. São Paulo – SP: Portal Eco Debate: Cidadania e Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/03/16/> / Acesso em 29 Maio. 2015.

GÉRARD, F.-M, ROEGIERS, X. (1993)- *Concevoir et évaluer des manuels scolaires*. Bruxelas. De Boeck-Wesmail (tradução Portuguesa de Júlia Ferreira e de Helena Peralta, Porto: 1998)

KOSOVSKI, Ester. **Plantão médico – drogas, alcoolismo e tabagismo**. Rio de Janeiro: Biologia e Saúde, 1998. pg. 33.

JOSÉ FILHO, M. **A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania**. 1998. 295 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Franca, UNESP – Univ Estadual Paulista, Franca 1998.

LUFT, Lya. **Os meninos do tráfico**. Veja On-line. Edição 1950. Abril 2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/050406/ponto_de_vista.html// Acesso em 02 .06. 2015

MARQUES, Archimedes. **Enfim, o Plano Nacional contra o crack**. Disponível em: <http://www.diariodeumjuiz.com/?p=2142>> Acessado em: 15/05/2015.

PRATTA, Elisângela Maria Machado & SANTOS, Manoel Antônio dos. **O processo saúde – doença e a dependência química: interfaces e evolução** . Psid.: Teor. E Pesq. [online]. 2009, vol.25, n.2, PP.203-211 ISSN 0102-3772

ROMANATTO, M. C. **O Livro Didático: alcances e limites**. Disponível em: Acesso em 13/04/2015.

SANTOS, R. M. S. **Prevenção de droga na escola: uma abordagem psicodramática**. Campinas: Papyrus, 1997.

SANCHEZ, Zila van der Meer. NAPPO, Solange A. **Sequência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes**. São Paulo – SP: Revista Saúde Pública, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Currículo Básico Comum do Ensino Fundamental – Ciências - Anos Finais - Ciclo Intermediário e da Consolidação**. 2014

SCHEFFER, Adriana Maria; DE SOUZA, Bruna Griggio; MELLO FILHO, Jurandyr Veiga; PLAZA, Luciana de Oliveira; VIDAL, Suzana Valda. **A política do ministério da saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas e sua interface com o programa de Saúde da Família: Compreendendo tal realidade na unidade local de saúde do bairro Saco Grande no município de Florianópolis**, Florianópolis, 2006.

TIBA, Içami. **Respostas sobre drogas**. Editora Scipione, 2001.

TIBA, Içami. **Anjos Caídos**. 28 ed. São Paulo: Editora Gente, 2003.

VASCONCELOS, Simão Dias; SOUTO, Emanuel. **O Livro Didático de Ciências no Ensino Fundamental – proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico**. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 1, p. 93-104, 2003.

WATSON, Stephanie. **Como funciona o crack**. *How Stuff Works Brasil*. Publicado em 20 de novembro de 2004 (atualizado em 06 de maio de 2008) Disponível em: <http://saude.hsw.uol.com.br/crack1.htm> Acesso em 23 set. 2015.

NONTICURI, Amélia Rodrigues. **As vivências de adolescentes e jovens com o crack e suas relações com as políticas sociais protetoras** neste contexto. Monografia. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/mps/dissertacoes/Mestrado/2010/Dissertacao_Amelia_Rodrigues_Nonticuri.pdf>> Acesso em: 05/05/2015

Caderno de Resenhas

“COISAS DO BRASIL” de Leopoldina

Caroline da Costa Morais *

SASS, Roseli Von. **Leopoldina: Uma vida pela Independência**. Embu, SP: Ordem do Graal na Terra, 2010. ISBN. 978-85-7279-111-3. 126 p.

Escritora austríaca Roseli Von Sass descreve leve e de forma espiritualizada sobre a maturidade de Leopoldina, aquela que veio a ser esposa de Dom Pedro I. Através de um casamento planejado pelos que rodeavam as coroas portuguesas e austríacas, em busca de postos e status sociais. O casamento planejado com duas coroas respeitáveis rendia benefícios sociais e econômicos vitais àqueles que opinavam e ajudavam na concretização do enlace. Era importante participar das decisões que uniriam as duas potências em um terceiro país, o Brasil.

Então, Dom João VI e o pai de Leopoldina dão início as tratativas do casamento.

Leopoldina veio a conhecer e estudar sobre o nosso país através de religiosos que a ensinavam outras habilidades que à época exigia. Era importante conhecer para onde iria a embarcação que a levaria ao encontro de seu noivo. Dom Pedro I, filho de Dom João VI, que a aguardava. “Aos catorze anos de idade, Leopoldina teve a sua atenção novamente despertada para as coisas do Brasil.” (p. 20) Por esse tempo Leopoldina passou a ter como professor de música um italiano que havia vivido por muitos anos em território brasileiro e que tinha o costume de falar dos assuntos desta terra de maneira, que, parecia que Leopoldina o escutava como se estivesse presa a um romance. “Giovani descrevia com tal riqueza de linguagem a natureza brasileira, terminando sempre por afirmar que se ali não era, pouco faltava para ser o paraíso terrestre.”(p. 20)

Leopoldina teve muitos professores, muito jovem destinada às incumbências de sua nobreza, se interessava por revoluções humanas, aquelas internas, que realmente questionam as mudanças que ocorrem no mundo. Aliás, quem aprende a modificar-se, aprende que com o vento as folhas caem, voam e o sol sempre se põe. O tempo não é imutável, não somos imutáveis. Leopoldina é uma obra que reflete essa sensibilidade da mulher destinada à

* Advogada. Cientista Jurídica e Social graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Pós-Graduada em Educação à Distância pela Faculdade do Noroeste Mineiro - FINOM. Pós-Graduada em Direito Civil e Processo Civil pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural - IDC. E-mail: carolinecostamorais@gmail.com

grandes responsabilidades, aquela que aprende que o “pulso forte” é algo que se adquire desde o berço. Diante dos ensinamentos, “Leopoldina aprendeu que o povo podia ser livre, e no entanto seguir algum soberano.”(p.21).

Atenta ouvinte, Leopoldina se interessava pela “história dos povos”, assim, diante de outro determinado professor, um jornalista de métodos estranhos, que um dia veio a sustentar que “todo povo tem de ser livre, ainda que tenha de conquistar a liberdade à custa de seu próprio sangue”, a Arquiduquesa inteligente e sábia da construção de seus conceitos, “não tinha a menor dúvida, mas que para isso fosse preciso derramar sangue, isso não podia compreender.”(p. 21).

Tudo o que aprende Leopoldina se destina a sua dedicação para com o seu futuro, como anteriormente mencionado, era costume da época que os Ministros e aqueles que rodeavam as Coroas, convencessem os imperadores que as uniões sugeridas trariam vantagens às duas casas reinantes. Os projetos de casamento.

Quando o imperador levou ao conhecimento da filha a proposta de casamento do trono português, Leopoldina declarou que preferia permanecer na Áustria, ao lado dele e dos seus irmãos, até que chegasse a hora oportuna dela assumir as rédeas da regência. O imperador concordou com isso. Notando Leopoldina, porém, de modo inequívoco, que o pai ficara como que constrangido ao ter de dar uma resposta negativa a Metternich, ponderou que, mesmo assim, não haveria necessidade dessa resposta ser transmitida imediatamente ao primeiro ministro. Mesmo porque não existia urgência na proposta de dom João VI.(p. 25).

O Ministro Metternich com seus “pitacos” sobre o que havia ou não de ser feito, seus conselhos, causava um certo desconforto a respeito de quão entregue estava a Áustria à essas tristes meditações do Ministro e não do rei. E quão importante era saber que ele apenas estava sendo pago pelos serviços que prestava, então, trazia paz encontrar utilidade e não dependência nas atitudes do Ministro.

Leopoldina, com treze anos e sendo prometida a Dom Pedro I, com vinte já desgostava dos modos da época que, segundo sua Tia Carlota, “princesas, de certo modo, não passavam de meros animais de reprodução, destinados a garantir sucessores ao trono, ao passo que os homens, tão-só, era dado gozar a vida e tirar partido da sua posição.”(p.27).

Metternich, maquinava. Leopoldina, o achava sórdido. Estava disposta a abdicar das aspirações pessoais para permanecer em sua pátria, a Áustria. Não estava disposta a atravessar mares para realizar os desejos de status do primeiro ministro, mas possuía já tanto conhecimento sobre esta terra colorida de riquezas e dona de um paraíso terrestre que, a

acometiam a repetir a seguinte frase: “Está em minhas mãos permanecer ou não aqui, ponderava ela.” (p.31).

Sensitiva, uma parte da obra se torna importante para revelar o quanto importava à Leopoldina escutar seu próprio coração, sentir-se em equilíbrio.

Enquanto ela assim olhava para cima, desvaneceu-se aos poucos o luminoso vulto, aparecendo no seu lugar uma espécie de globo terrestre, em que se destacavam dois pontos de grande luminosidade. Contemplando demoradamente essa extraordinária visão, verificou com um dos pontos representava o seu país natal, a Áustria, ao passo que o outro, situado bem distante, era o Brasil. Esses dois países se apresentavam ligados por intermédio de uma larga faixa de luz nas cores do arco-íris. Uma espécie de ponte suspensa entre as duas nações. (p.33)

Era uma revelação, que trouxe a jovem paz e segurança. Sabia ela que, seu destino estava para aquela terra traçado e que, “o caminho de seu futuro lhe fora assim revelado para que entrasse nele.”(p.33)

Em fato, Leopoldina pouco se importava com riqueza ou pobreza, não tinha a menor noção a respeito. Sempre teve tudo o que precisou, quem lhe contara a respeito de riquezas e pobreza daquele país longínquo ao qual ela resolveu ir, o Brasil. Não fazia ideia.

“O navio em que Leopoldina seguiu para o Brasil, vinha repleto de passageiros. Dom João enviou uma comitiva ao seu encontro.”(p.49). Entre as pessoas, não se podia deixar de escutar a respeito da morte de José da Silva Xavier, que havia desejado a liberdade para Minas Gerais e foi enforcado em praça pública.

Leopoldina observa que o Brasil tem um povo que busca a liberdade.

Esta obra reflete sobre as proporções do Iluminismo. Também, importa compreender que o Iluminismo, época das luzes na Europa, na qual surgiram inúmeros pensadores e estratégias políticas **para a Europa**, causaram efeitos e repercutiram-se ideias. O mundo estava diante do boom europeu, luzes como significado “de fim do escuro, da escuridão” o conhecimento, a escrita, o pensamento como chama de luz para o novo, novas ideias e liberdade.

Cabe aqui definir uma linha que diferencia nossa cultura da europeia e que coloca em choque a confusão que se fazia à época e que muito ocorre hoje, a apreensão de uma cultura diversa, sem raízes. Não adianta pensar como europeus se somos brasileiros. Se o Iluminismo foi para a Europa, o brasileiro seria mal compreendido se por acaso se atrevesse a utilizar daqueles fundamentos para buscar direitos no seu próprio país?

Bom, Leopoldina traz à tona essa mistura de cultura que a Coroa Portuguesa trouxe para o Brasil com o casamento de uma estrangeira e um português, o casal que viera a reinar o país das riquezas. Fica a cargo do leitor entender qual seria o valor dessas riquezas para esses dois forasteiros, que de nada possuíam de sabença a respeito de como é pobreza e riqueza. O que é riqueza para quem sempre teve tudo?

Apesar de tudo, a boa relação com o sogro, Dom João VI a manteve segura diante dos despautérios de sua sogra, Carlota. Pois, além de Carlota achar que uma austríaca, portanto, estrangeira, não seria digna das responsabilidades que lhe foram designadas, Dom Pedro I era o que se chama de um fanfarrão às avessas ao matrimônio. E ainda existia Dometilla, por quem Carlota mantinha grande admiração.

Enquanto Carlota ordenava que fossem confeccionados cartazes que denegrissem a imagem da Arquiduquesa da Áustria, Leopoldina, Dom João VI, ao contrário, mantinham uma relação de confiança com a nora. Em fato, o Rei havia cansado de governar, retornou à Portugal e deixou o Brasil aos critérios das farras de Dom Pedro I.

Mais uma importante constatação, a obra deixa realmente claro que havia confiança mais em Leopoldina do que em Dom Pedro I, e que graças ao pulso forte de Leopoldina é que foi dado o grito de Independência do Brasil. José Bonifácio, instruído das novas determinações “cheias de arrogância vindas de Portugal, pediu desde logo a convocação do Conselho de Estado. Era preciso proclamar imediatamente a Independência do Brasil.

Por fim, a obra retrata os chiques amorosos de Dom Pedro I e Domitila de Castro, a suspeita de traição, as atrocidades de Carlota (sogra de Leopoldina, mãe de Dom Pedro I), e os maus súbitos da jovem Imperatriz.

“Pouco se fala nos registros históricos da primeira imperatriz brasileira na política do país. O grande poder de decisão e a perseverança de Leopoldina influenciaram na formação de novos caminhos para o Brasil, culminando com o famoso grito da Independência e a emancipação política do país. A vida difícil ao lado de dom Pedro nunca se constituiu em empecilho para as grandes realizações. Leopoldina seguiu sempre em frente, guiada por grandes objetivos e pelo seu amor ao Brasil.” (contracapa).

Leopoldina, uma vida pela Independência traduz o que os estrangeiros sabiam, escutavam, ouviam dizer sobre o Brasil. Em meio aos interesses das nobrezas, que buscavam territórios cheios de riquezas e amparo no abrigo, devido às inúmeras rupturas econômico-políticas da época.

O Brasil é um país rico, soberano, pleno, mas não foi graças aos esforços da coroa portuguesa e da arquiduquesa da Áustria que se gritou a Independência. Esta leitura propicia este questionamento quando se observa a atitude de Carlota, o despojamento de Dom João VI, o pouco preparo de Dom Pedro I e a Leopoldina, tão frágil e ao mesmo tempo tão forte.

É uma obra que acrescenta fatos aos tão notórios conhecimentos sobre o nosso povo, às conquistas advindas das lutas, o anseio por liberdade e o multiculturalismo neste território que em momento algum modificou a essência e o caráter do povo brasileiro.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos para publicação deverão ser apresentados em CD (devidamente etiquetado, com título do texto, nome do autor e e-mail; editor Word for Windows 6.0 ou superior), acompanhados de duas cópias impressas. A identificação do autor e da instituição deverá constar apenas no *arquivo* em CD, que deverá apresentar claramente o título do trabalho científico. Os artigos devem ter entre 12 e 15 laudas e os ensaios entre 20 e 25 páginas (Times New Roman tamanho 12, folha A4), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As resenhas e sínteses não devem ultrapassar a 5 laudas. Os trabalhos científicos devem ser normatizados da seguinte forma:

- 1) Título com as letras maiúsculas, centralizado, tamanho 12, em português e inglês;
- 2) Identificação do autor logo abaixo do título, tamanho 12;
- 3) Identificação e endereço da Instituição a qual pertence(m) completos. Todas as notas deverão constar no rodapé.
- 4) Resumo em português, tamanho 12 e espaço simples, no máximo de 10 linhas;
- 5) Palavras – chave (máximo de cinco);
- 6) Abstract, tamanho 12 e espaço simples, reproduzindo o resumo em português;
- 7) Keywords;
- 8) Texto de acordo com as normas da ABNT, sem numeração nos subtítulos. A diagramação dos textos obedecerá às normas da Revista ALTUS CIENCIA. As citações devem ser feitas no corpo do texto: (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (SAQUET, 2000) ou (SAQUET, 2000, p.31). Caso o nome do autor esteja sendo mencionado no texto, indicar somente a data. Ex.: “Desta forma, Santos (1997), mostra elementos da ...”.
- 9) Referências Bibliográficas conforme a ABNT. Bibliografia: deve constar no final do trabalho científico e em ordem alfabética. a) Livros: SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data. Ex.: CORRÊA, Roberto. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.; b) Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org). Título do livro. Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final. Ex.: IANNI, Octavio. Dilemas da integração regional. In: SOUZA, Álvaro (Org). Paisagem território região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p.133-136.; c) Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume, número, página inicial-final, mês(es). Ano. Ex.: MACHADO, Lucy. Cognição ambiental, processo educativo e sociedades sustentáveis. Faz Ciência, Francisco Beltrão, vol. 5, n.1, p.131-146, dezembro, 2003.; d) Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome. Título da tese (dissertação). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: RIBAS, Alexandre. Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): uma leitura a partir da COCAMP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. 224p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
- 10) Os textos deverão ser enviados após a revisão gramatical e ortográfica.

